JORNAL OFICIAL
Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso

Índice

Camara Municipal de Alto Garças 4
Camara Municipal de Cáceres 4
Camara Municipal de Chapada dos Guimarães 5
Camara Municipal de Confresa 5
Câmara Municipal de General Carneiro 6
Câmara Municipal de Nova Brasilândia 8
Camara Municipal de Porto Estrela 9
Camara Municipal de Santo Antônio do Leste 9
Camara Municipal de Tangará da Serra 11
Camara Municipal de Vale de São Domingos 12
Camara Municipal de Várzea Grande 14
Consórcio Intermunicipal Complexo Nascentes do Pantanal 14
Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia 16
Prefeitura Municipal de Água Boa 17
Prefeitura Municipal de Alto Garças 18
Prefeitura Municipal de Alto Paraguai 19
Prefeitura Municipal de Alto Taquari 19
Prefeitura Municipal de Apiacás 23
Prefeitura Municipal de Araguaiana 32
Prefeitura Municipal de Araputanga 32
Prefeitura Municipal de Aripuanã 34
Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço 35
Prefeitura Municipal de Barra do Bugres 35
Prefeitura Municipal de Cáceres 35
Prefeitura Municipal de Campo Novo do Parecis 41
Prefeitura Municipal de Campo Verde 42
Prefeitura Municipal de Campos de Júlio 48
Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte 62
Prefeitura Municipal de Canarana 63
Prefeitura Municipal de Carlinda 66
Prefeitura Municipal de Castanheira 69
Prefeitura Municipal de Chapada dos Guimarães 74
Prefeitura Municipal de Cláudia 74
Prefeitura Municipal de Cocalinho 75
Prefeitura Municipal de Colíder 75
Prefeitura Municipal de Colniza 76
Prefeitura Municipal de Comodoro 76
Prefeitura Municipal de Confresa 76
Prefeitura Municipal de Conquista D`Oeste 82
Prefeitura Municipal de Cotriguaçu 83
Prefeitura Municipal de Cuiabá 88
Prefeitura Municipal de Curvelândia 88
Prefeitura Municipal de Denise 89
Prefeitura Municipal de Diamantino 89
Prefeitura Municipal de Dom Aquino 91
Prefeitura Municipal de Feliz Natal 91
Prefeitura Municipal de Gaúcha do Norte 94
Prefeitura Municipal de General Carneiro 98
Prefeitura Municipal de Guarantã do Norte 101
Prefeitura Municipal de Itanhangá 101
Prefeitura Municipal de Itiquira 112
Prefeitura Municipal de Jauru 113

Prefeitura Municipal de Juara 115
Prefeitura Municipal de Juruena 116
Prefeitura Municipal de Lambari d´Oeste 117
Prefeitura Municipal de Marcelândia 119
Prefeitura Municipal de Matupá 119
Prefeitura Municipal de Mirassol d´Oeste 135
Prefeitura Municipal de Nobres 142
Prefeitura Municipal de Nortelândia 143
Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento 143
Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes 143
Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia 156
Prefeitura Municipal de Nova Guarita 157
Prefeitura Municipal de Nova Lacerda 158
Prefeitura Municipal de Nova Marilândia 158
Prefeitura Municipal de Nova Maringá 158
Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde 203
Prefeitura Municipal de Nova Nazaré 204
Prefeitura Municipal de Nova Olímpia 209
Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena 209
Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã 210
Prefeitura Municipal de Nova Xavantina 210
Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte 211
Prefeitura Municipal de Novo Mundo 213
Prefeitura Municipal de Paranatinga 214
Prefeitura Municipal de Pedra Preta 223
Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo 225
Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte 225
Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho 228
Prefeitura Municipal de Rio Branco 261
Prefeitura Municipal de Rondolândia 266
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste 269
Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu 270
Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato 270
Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste 271
Prefeitura Municipal de São Félix do Araguaia 276
Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro 277
Prefeitura Municipal de São José do Xingu 277
Prefeitura Municipal de São José dos Quatro Marcos 278
Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa 278
Prefeitura Municipal de Serra Nova Dourada 278
Prefeitura Municipal de Tabaporã 281
Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte 286
Prefeitura Municipal de União do Sul 287
Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos 288
Prefeitura Municipal de Várzea Grande 289
Prefeitura Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade 308
Prefeitura Municipal de Vila Rica 311

APRESENTAÇÃO

DIRETORIA DA AMM BIÊNIO 2019/2020

Presidente de Honra: Deputado Ondanir Bortolini (Nininho)

Presidente: Neurilan Fraga

Primeiro Vice-Presidente: Arnóbio Vieira De Andrade – Marcelândia

Segundo Vice-Presidente: Janailza Taveira Leite – São Felix Do Araguaia

Terceiro Vice-Presidente: Fabio Marcos Pereira De Farias – Canarana

Quarto Vice-Presidente: Noboru Tomiyoshi – Colíder

Quinto Vice-Presidente: Fabio Martins Junqueira – Tangará Da Serra

Secretário Geral: Jonas Rodrigues Da Silva –Aripuanã

Primeiro Secretário: : Francis Maris - Cáceres

Segundo Secretário: Valdécio Luiz Da Costa – Dom Aquin

Tesoureiro Geral: Marcos De Sá Fernandes Da Silva - Santa Cruz Do Xingu

Primeiro Tesoureiro: Adalto Jose Zago – Apiacás

Segundo Tesoureiro: Valter Kuhn – Terra Nova Do Norte

CONSELHO FISCAL

1. Gerson Rosa De Moraes – Pontal Do Araguaia
2. Joabe Almeida Dos Santos – Santo Afonso
3. Mariuza Augusta De Oliveira - Nova Brasilândia

SUPLENTES DO CONSELHO FISCAL

1. Silmar De Souza Goncalves – Nossa Senhora Do Livramento
2. Leocir Hanel – Nobres
3. Eugênio Pelachim - Porto Estrela

Gerente de Comunicação
Malu Sousa

Responsável pelo Jornal Oficial AMM
Noides Cenio da Silva - (65) 2123-1270

Entre em Contato: jornaloficial@amm.org.br (65) - 2123 - 1270

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Mato Grosso
é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal

CAMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

PORTARIA Nº 015/2019

PORTARIA Nº 015/2019

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS-MT.

Os membros da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Alto Garças, Estado de Mato Grosso, do exercício de 2018, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, com base nos considerandos abaixo:

CONSIDERANDO que, o Requerimento de férias com solicitação de compra de 10 (dez) de férias, do servidor Rosimar Alves da Silva, lotado no Cargo Efetivo de Contadora Câmara Municipal de Alto Garças-MT, mediante Ato n.º 004/2018;

CONSIDERANDO que, as férias referem-se ao período de aquisição: de junho de 2018 a junho de 2019;

CONSIDERANDO que, nos termos do § 1º do artigo 104, da Lei Municipal n.º 292/90 (Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de Alto Garças), é permitida a compra dos 10 (dez) dias; e que a Câmara Municipal de Alto Garças-MT, só dispõe somente deste servidor no cargo de contador; e que há impedimentos legais para contratação de um substituto; assim,

RESOLVEM:

I – Conceder férias ao servidor ROSIMAR ALVES DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Contador da Câmara Municipal de Alto Garças-MT, a serem gozadas em dois períodos, a saber: no primeiro período de 12/08/2019 a 21/08/2019, e no segundo período de 02/01/2020 à 11/01/2020, voltando ao labor ao seu término. II – Fica autorizando a secretária competente a ressair o servidor supracitado, 10 (dez) dias de férias, conforme solicitação feita através de requerimento funcional, devidamente protocolado junto à Presidência da Câmara Municipal de Alto Garças-MT, e com base no § 1º do artigo 104, da Lei Municipal de Alto Garças-MT, n.º 292/90, que dispõe sobre "Estatuto dos Funcionários Públicos Civis de Alto Garças". Bem como, fica autorizado a mesma secretária, efetuar o pagamento do 1/3 de férias; cinco (05) cincos dias antes do início das férias. III – Esta PORTARIA entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Publica-se, Registre-se, Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, Edifício Sede do Poder Legislativo de Alto Garças –MT, em 15 de julho de 2019.

JESULINA DE MORAES C. SOUZA_____

Presidente

JORGE HENRIQUE C. KONRAD_____

Vice-Presidente

JOSÉ PETRÍLIO GUIMARÃES BORGES_____

1º Secretário

WILSON PEREIRA DA SILVA_____

2º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CÁCERES

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 152/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas prerrogativas legais e regimentais;

R E S O L V E:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para atuarem como Fiscal/Suplente do **Contrato nº 03/2018** e **Contrato nº 02/2019**, conforme mencionado no quadro abaixo.

CONTRATO	FORNECEDOR/CNPJ	OBJETO	SERVIDOR/ FISCAL	SERVIDOR/ SUPLENTE
CONTRATO Nº 003/2018	PAULO SERGIO DIAS POSTO – EPP/CNPJ 09.136. 878/0002-04	REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO PARCELADO DE GASOLINA COMUM PARA ABASTECIMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTES À CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES.	FERNANDA MIRAGE MANARA	POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA
CONTRATO Nº 002/2019	GIVALDO ANDRADE GONZAGA / CNPJ: 18.166.962/ 0001-80	ESTE CONTRATO TEM POR OBJETIVO CONTRATAR EMPRESA ESPECIALIZADA EM LAVAGEM DE VEÍCULOS OFICIAIS POR 12 (DOZE MESES).	POLIANI APARECIDA OTIL DA SILVA	FERNANDA MIRAGE MANARA

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 15 de julho de 2019.

Rubens Macedo

Presidente da Câmara Municipal de Cáceres

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 149/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

Considerando *o Art. 69, §§1º e 2º e o Art. 73, §§1º e 2º, ambos da Lei Complementar nº 25 de 27 de novembro de 1997;*

Considerando *a Portaria nº 77/2019 concessão de Férias, e;*

Considerando *a Portaria nº 105/2019 interrupção de Férias;*

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **ULISSES ALVES SOUZA**, matrícula nº 541, ocupante do cargo de Contador, 06 **(seis) dias de gozo de férias remanescentes**,relativas ao período aquisitivo de 2017/2018, a partir do dia 22 de julho de 2019, devendo retornar as suas atividades laborais no dia 28 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 15 de julho de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 151/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

RESOLVE:

Art. 1ºAUTORIZAR,para os dias 15 à 18 de julho de 2019, o servidor efetivo Senhor **MÁRIO CÉSAR VIEGAS MUNIZ**, **matrícula nº 151**, devidamente habilitado com a Carteira Nacional de Habilitação – **CNH nº 01836344899**, Categoria **"B"**, para exercer a função de Motorista Substituto da Câmara Municipal de Cáceres/MT, conforme autoriza o artigo 3º, inciso V, c/c artigo 7º, inciso VI da Instituição Normativa SCI nº 03, de 24 de novembro de 2015.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 15 de julho de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES
PORTARIA Nº 150/2019

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, *no uso de suas prerrogativas legais e regimentais,*

RESOLVE:

Art. 1° Revogar a **Portaria n.º 61/2019** na sua totalidade, e parcialmente a **Portaria 85/2019** no que se refere apenas ao **Contrato 002/2019**, tendo como fiscal o servidor **Joel da Silva Benevides**, permanecendo inalterados os demais termos da referida Portaria.

Art. 2° Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação.

Registrada e Publicada, Cumpra-se.

Câmara Municipal de Cáceres-MT, 15 de julho de 2019.

Rubens Macedo

Presidente

Cláudio Henrique Donatoni

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

CÂMARA MUNICIPAL
ATO LEGISLATIVO Nº 012/2019

ATO LEGISLATIVO 012/2019

CARLOS EDUARDO DE LIMA OLIVEIRA, Vereador Presidente da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, no uso de suas atribuições legais

RESOLVE

Art. 1º ESTABELECER **a escala de servidores no período de** 15 de julho a 02 de agosto de 2019, em razão do recesso parlamentar previsto no § 1º do artigo 5º do Regimento Interno da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães, conforme abaixo:

DIA	SERVIDORES	HORÁRIO
15/07	**Pricila, Lucas, Sibéli, Sérgio, Telma, Helena**	**13h00 a 17h00**
16/07	**Pricila, Lucas, Sibéli, Sérgio, Telma, Helena**	**13h00 a 17h00**
17/07	**Pricila, Lucas, Sibéli, Sérgio, Telma, Helena**	**13h00 a 17h00**
18/07	**Pricila, Lucas, Sibéli, Sérgio, Telma, Helena**	**13h00 a 17h00**
19/07	**Pricila, Lucas, Sibéli, Sérgio, Telma, Helena**	**13h00 a 17h00**
22/07	**Domingas, Grilinho, Luciana, Vagner, Maria Procópio**	**13h00 a 17h00**
23/07	**Domingas, Grilinho, Luciana, Vagner, Maria Procópio**	**13h00 a 17h00**
24/07	**Domingas, Grilinho, Luciana, Vagner, Maria Procópio**	**13h00 a 17h00**
25/07	**Domingas, Grilinho, Luciana, Vagner, Maria Procópio**	**13h00 a 17h00**
26/07	**Domingas, Grilinho, Luciana, Vagner, Maria Procópio**	**13h00 a 17h00**
29/07	**Haidee, Juliano, Leidiany, Élio, Paulo Henrique, Elisangela**	**13h00 a 17h00**
30/07	**Haidee, Juliano, Leidiany, Élio, Paulo Henrique, Elisangela**	**13h00 a 17h00**
31/07	**Haidee, Juliano, Leidiany, Élio, Paulo Henrique, Elisangela**	**13h00 a 17h00**
01/08	**Haidee, Juliano, Leidiany, Élio, Paulo Henriquem Elisangela**	**13h00 a 17h00**
02/08	**Haidee, Juliano, Leidiany, Élio, Paulo Henrique, Elisangela**	**13h00 a 17h00**

Art. 2º - O serviço de vigilância não se enquadra na presente determinação.

Art. 3º - As atividades normais do Poder Legislativo serão retomadas no dia 05 de agosto de 2019 (segunda-feira).

Art. 4º Este Ato Legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Chapada dos Guimarães-MT, 12 de julho de 2019.

CARLOS EDUARDO DE LIMA OLIVEIRA

Vereador **CARLINHOS PT**

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE CONFRESA

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
PORTARIA Nº46/2019 ESTABELECE RECESSO ADMINISTRATIVO NO PERÍODO DE 16/07 A 31/07/2019.

PORTARIA Nº46/2019

ESTABELECE RECESSO ADMINISTRATIVO NO PERÍODO DE 16/07 A 31/07/2019.

UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA, Presidente da Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições regimentais que lhe conferem o Regimento Interno e a L.O.M.

CONSIDERANDO:

O princípio da economia; visando a diminuição de custo e contenção de recursos públicos, haja visto que o Legislativo Municipal passa por reforma administrativa para garantia de investimento e o cumprimento de direitos dos servidores.

RESOLVE:

Art. 1º - Fica determinado recesso administrativo **n**o período correspondido entre 16 de Julho à 31 de Julho de 2019.

Art. 2º - Durante este período os servidores, que tem prazos a cumprir dentro de suas atribuições, deverão se programar para desempenhar todas as suas atividades, obedecendo aos prazos exigidos para execução de suas funções.

Parágrafo Único – Durante o recesso os servidores poderão ser convocados pelo presidente sempre que necessário para o andamento dos trabalhos do Legislativo.

Art. 3º - Os serviços de protocolo funcionarão de segunda a sexta feiras, com exceção de feriados, no horário das 08 às 11 horas.

Parágrafo Único – os protocolos serão realizados pelos Agentes de Vigilância e Tesouraria.

Art. 4º - No dia 01 de Agosto de 2019 será restabelecido o expediente normal.

Art. 5º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação;

Art. 6º - Revogam-se as disposições contrárias.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Confresa - MT, aos 15 de Julho de 2019.

CÂMARA MUNICIPA DE CONFRESA
EDITAL Nº. 006/2019 BALANCETE FINANCEIRO DO MÊS DE JUNHO

EDITAL Nº. 006/2019 Confresa/MT, 10 de junho de 2019.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, ARTIGO 31, INCISO III E CONSTITUIÇÃO ESTADUAL, ARTIGO 208.

T O R N A – S E P Ú B L I C O

A Câmara Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, torna-se público o BALANCETE FINANCEIRO DO MÊS DE JUNHO DO EXERCICIO FINANCEIRO DE 2019.

O Balancete Financeiro de junho de 2019 ficará a disposição de qualquer contribuinte deste município para questionar-lhe a sua legitimidade nos termos da Lei.

Para os devidos fins de direitos e conhecimentos de qualquer interessado, expediu-se o presente Edital.

P U B L I Q U E – S E

UASLEI WERNECK DA SILVA LIMA

Presidente

RG 2434203-3 SSP/MT – CPF – 041.722.831-79

Rua Helena Barcelos da Cunha, 133 – Jardim Planalto

Telefone (66) 8439-2826 – Cep: 78.652-000

Confresa - MT

CÂMARA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 026/2019

ATO DE NOMEAÇÃO 020/2019

PORTARIA Nº. 026/2019 15 DE JULHO DE 2019

"MAGNUN VINNÍCIOS RODRIGUES ALVES DE ARAÚJO - Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei."

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede 15 dias de **FÉRIAS COLETIVAS** à funcionária **ELLEN APARECIDA BENTO DA CRUZ**, exercendo a função de **Agente Administrativo** da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, referente aos períodos aquisitivos de 15/04/2019 à 15/04/2020, que serão gozadas do dia 16 à 30 de Julho de 2019.

Artigo 2º - Ao término deste período a Servidora deverá se apresentar à Secretaria desta Câmara Municipal para reinicio de suas atividades.

Artigo 3º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se,

Gabinete da Presidência da Câmara de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 15 de Julho de 2019.

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro -Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL
DECRETO LEGISLATIVO Nº. 030/2019

DECRETO LEGISLATIVO Nº. 030/2019 EM 15 DE JULHO DE 2019

"CONCEDE TÍTULO DE CIDADÃO GENERALCARNEIRENSE AO SENHOR ANTÔNIO GILVANDO DE SOUZA".

A Mesa Diretorada Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, Faz saber que o Soberano Plenário aprovou, e de acordo com o Regimento Interno desta Casa de Leis, ela promulga o seguinte **Decreto Legislativo**.

Artigo 1º. - Fica concedido o "Título de Cidadão Generalcarneirense" ao Senhor **ANTÔNIO GILVANDO DE SOUZA.**

Artigo 2º. - A honraria de que trata o artigo anterior, será conferida em Sessão Solene, a ser requerida/convocada futuramente pelo autor com data e hora a ser definida.

Artigo 3º. - Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove (15.07.2019).

MAGNUN VINNICIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

VALDELI FORTE FERREIRA

1º Secretário da Câmara Municipal de

General Carneiro - Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 025/2019

ATO DE NOMEAÇÃO 019/2019

PORTARIA Nº. 025/2019 15 DE JULHO DE 2019

"MAGNUN VINNÍCIOS RODRIGUES ALVES DE ARAÚJO - Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei."

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede 15 dias **FÉRIAS COLETIVAS** à funcionária **JUSSIMARIA ROSA RIOS**, exercendo a função de **Agente Administrativo** da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, referente aos períodos aquisitivos de 08/03/2019 à 08/03/2020, que serão gozadas do dia 16 à 30 de Julho de 2019.

Artigo 2º - Ao término deste período a Servidora deverá se apresentar à Secretaria desta Câmara Municipal para reinicio de suas atividades.

Artigo 3º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se,

Gabinete da Presidência da Câmara de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 15 de Julho de 2019.

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro -Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 024/2019

ATO DE NOMEAÇÃO 018/2019

PORTARIA Nº. 024/2019 15 DE JULHO DE 2019

"MAGNUN VINNÍCIOS RODRIGUES ALVES DE ARAÚJO - Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei."

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede 15 dias de **FÉRIAS COLETIVAS** à funcionária **JULIA MAZZARDO DE AQUINO**, exercendo a função de **Assessora Parlamentar** da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, referente aos períodos aquisitivos de 28/01/2019 à 28/01/2020, que serão gozadas do dia 16 à 30 de Julho de 2019.

Artigo 2º - Ao término deste período a Servidora deverá se apresentar à Secretaria desta Câmara Municipal para reinicio de suas atividades.

Artigo 3º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se,

Gabinete da Presidência da Câmara de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 15 de Julho de 2019.

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro -Mato Grosso

Palácio José Felix de Arruda

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 023/2019

ATO DE NOMEAÇÃO 017/2019

PORTARIA Nº. 023/2019 15 DE JULHO DE 2019

"MAGNUN VINNÍCIOS RODRIGUES ALVES DE ARAÚJO - Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei."

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede 15 dias de **FÉRIAS COLETIVAS** à funcionária **MARIA APARECIDA GOMES DA SILVA**, exercendo a função de **Tesoureira** da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, referente aos períodos aquisitivos de 02/01/2019 à 02/01/2020, que serão gozadas do dia 16 à 30 de Julho de 2019.

Artigo 2º - Ao término deste período a Servidora deverá se apresentar à Secretaria desta Câmara Municipal para reinicio de suas atividades.

Artigo 3º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se,

Gabinete da Presidência da Câmara de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 15 de Julho de 2019.

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro -Mato Grosso

Palácio José Felix de Arruda

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 022/2019

ATO DE NOMEAÇÃO 016/2019

PORTARIA Nº. 022/2019 15 DE JULHO DE 2019

"MAGNUN VINNÍCIOS RODRIGUES ALVES DE ARAÚJO - Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei."

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede 15 dias de **FÉRIAS COLETIVAS** à funcionária **RAIMUNDA ELITE RODRIGUES ALVES**, exercendo a função de **Secretária Geral** da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, referente aos períodos aquisitivos de 02/01/2019 à 02/01/2020, que serão gozadas do dia 16 à 30 de Julho de 2019.

Artigo 2º - Ao término deste período a Servidora deverá se apresentar à Secretaria desta Câmara Municipal para reinicio de suas atividades.

Artigo 3º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se,

Gabinete da Presidência da Câmara de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 15 de Julho de 2019.

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro -Mato Grosso

Palácio José Felix de Arruda

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 021/2019

ATO - 015/2019

PORTARIA Nº. 021/2019 15 DE JULHO DE 2019.

"MAGNUN VINNÍCIOS RODRIGUES ALVES DE ARAÚJO - Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei."

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede 15 dias de **FÉRIAS COLETIVAS** à funcionária **ENILDIS CARDOSO LAURIANO**, exercendo a função de **Recepcionista/Telefonista** da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, referente aos períodos aquisitivos de 24/12/2018 à 24/12/2020, que serão gozadas do dia 16 à 30 de Julho de 2019.

Artigo 2º - Ao término deste período a Servidora deverá se apresentar à Secretaria desta Câmara Municipal para reinicio de suas atividades.

Artigo 3º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se,

Gabinete da Presidência da Câmara de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 15 de Julho de 2019.

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro -Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 020/2019

ATO - 014/2019

PORTARIA Nº. 020/2019 15 DE JULHO DE 2019.

"MAGNUN VINNÍCIOS RODRIGUES ALVES DE ARAÚJO - Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei."

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede 15 dias de **FÉRIAS COLETIVAS** à funcionária **DIRCI MOREIRA LARA**, exercendo a função de **Auxiliar de Serviços Gerais** da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, referente aos períodos aquisitivos de 10/12/2018 à 10/12/2020, que serão gozadas do dia 16 à 30 de Julho de 2019.

Artigo 2º - Ao término deste período a Servidora deverá se apresentar à Secretaria desta Câmara Municipal para reinicio de suas atividades.

Artigo 3º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se,

Gabinete da Presidência da Câmara de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 15 de Julho de 2019.

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro -Mato Grosso

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº. 019/2019

ATO - 013/2019

PORTARIA Nº. 019/2019 15 DE JULHO DE 2019.

"MAGNUN VINNÍCIOS RODRIGUES ALVES DE ARAÚJO - Presidente da Câmara Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei."

RESOLVE:

Artigo 1º - Concede 15 dias de **FÉRIAS COLETIVAS** à funcionária **FABRÍCIA FRANCISCA VIEIRA**, exercendo a função de CONTADORA, desta Câmara Municipal de General Carneiro-MT, referente aos períodos aquisitivos de 01/09/2017 à 01/09/2018, que serão gozadas do dia 16 à 30 de Julho de 2019.1

Artigo 2º - Ao término deste período a Servidora deverá se apresentar à Secretaria desta Câmara Municipal para reinicio de suas atividades.

Artigo 3º - Esta portaria entrara em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência da Câmara de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, em 15 de Julho de 2019.

_____

MAGNUN VINNÍCIOS R. A. DE ARAÚJO

Presidente da Câmara Municipal de

General Carneiro -Mato Grosso

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

PORTARIA 028.2019

Portaria n° 028/2019

O Senhor EUTÍMIO FRANCISCO DE CAMPOS, Presidente da Câmara Municipal de Nova Brasilândia – MT, no uso das atribuições Regimentais.

RESOLVE

Art. 1º - Fica determinado que durante o Recesso Legislativo o horário de funcionamento da Câmara Municipal de Nova Brasilândia, terá o seu atendimento normal, , atendimento ao público das 07h00min às 11h00min; Período vespertino, atendimento interno das 13h00min às 17h00min, no período correspondente entre 01 a 30 de Julho de 2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrario.

Gabinete do Presidente da Câmara Municipal de Nova Brasilândia em 01 de Julho de 2019.

Ver. Eutímio Francisco de Campos - PPS

Presidente

Registrada nesta 1ª Secretaria e publicada em conformidade com a legislação vigente. Data supra.

Ver. Cristóvão Catarino da Costa - PT

1º Secretário

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA

CAMARA MUNICIPAL DE PORTO ESTRELA/MT
PORTARIA Nº 024/ 2019

PORTARIA Nº 024/ 2019

(DISPÕE SOBRE ELEVAÇÃO DE CLASSE DA SERVIDORA VERA LUCIA ONOFRE DE JESUS).

CONSIDERANDO os artigos n° 10,11 e 12 da Lei Municipal Complementar nº. 069/2016 Que dispõe sobre a reestruturação do plano de cargos, carreiras e salários da administração direta da câmara municipal de porto estrela, e dá outras providências.

CONSIDERANDO o Parecer favorável a Elevação de Classe da Comissão de Avaliação de Desenvolvimento Funcional dos Servidores da Câmara Municipal de Porto Estrela.

CONSIDERANDO o Parecer Técnico do Auditor de Controle Interno favorável a Elevação de Classe.

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder elevação de classe do A/02 para B/02 a **SERVIDORA VERA LUCIA ONOFRE DE JESUS** matricula n°118 cargo de Auxiliar Administrativo com admissão no dia 30/06/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação revogando – se as disposições em contrário.

.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete da Presidência, em 15 de Julho de 2019.

EDINEI APARECIDO DA SILVA

Presidente Da Câmara

Municipal De Porto Estrela

CAMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

EDITAL DE PUBLICAÇÃO 018/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

№ 018/2019

A câmara Municipal de Santo Antonio do Leste - MT. Através do seu presidente, o Vereador **ALCIDENES JOSÉ DA SILVA**, em cumprimento aos dispositivos Constitucionais e legais e também da Resolução 003/93 do TCE-MT. Torna Públicos os seguintes atos:

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2019

Processo Administrativo nº. 006/2019

Órgão: Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste

Objeto: A aquisição faz-se necessário tendo em vista a necessidade de comprar mobiliário para a recepção da Câmara (Recepção) para atender as necessidades da Câmara Municipal durante o exercício de 2019. Sendo a descrição do produto: Balcão MDF de Atendimento em L, 1.29 x2.75 x 0.45 um painel em MDF 3.2 x 2.275 x 0.45 e um painel MDF 1.29 x 2.75 x 0.45.

Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

Justificativa: a Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste, precisa para seu funcionamento diário a utilização desse material, após ter feito analise de orçamentos para este serviço ficou comprovado que a Empresa MADLUX MOVEIS PLANEJADOS LTDA

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 24 inciso II da Lei 8666/93,

Contratado: MADLUX MOVEIS PLANEJADOS LTDA ME CNPJ: 25.062.479/0001-11 DO PREÇO

O valor total da dispensa é de R$ 7.890,00 (sete mil, e oitocentos e noventa reais) pagamento a vista na entrega do material.

DO PRAZO:

O pagamento será realizado após a entrega e montagem do mobiliário da recepção da Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste MT. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da aquisição de mobiliário ocorrerão a expensas da seguinte dotação orçamentária:

01 031 5001 1001 0000 – AQUISIÇAO DE EQUPAMNETOS E MATERIAL PERMANENTE

4 4.90 52 00 EQUIPAMNETOS E MATERIAL PERMAMENTE

DO PAGAMENTO

A Câmara Municipal se obriga a fazer o pagamento após entrega e montagem do mobiliário da recepção, juntamente com a emissão da nota fiscal.

Pelo acima exposto, e de acordo com as normas legais, entendemos proceder à ***dispensa de licitação*** *para a aquisição de COMPRA DE MOBILIARIO PARA RECEPÇÃO da Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste -MT.*

O qual encontra devidamente publicada conforme preceituação constante no artigo 106 da Lei Orgânica do Município, ficando à disposição dos munícipes e a quem mais interessar possa a partir desta data 15 de Julho de 2019, na Secretaria da CÂMARA MUNICIPAL, em horário de expediente.

O qual será devidamente publicada nas vias de publicação oficial deste órgão, como de costume, também, via mural em locais públicos desta cidade.

Gabinete do presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste - MT, aos quinze dias do mês de Julho de dois mil e dezenove

ALCIDENES JOSÉ DA SILVA

Presidente

Certifico para os devidos fins que o presente edital

Foi anexado no mural da câmara em 15 de jULHO de 2019.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO 019/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

№ 019/2019

A câmara Municipal de Santo Antonio do Leste - MT. Através do seu presidente, o Vereador **ALCIDENES JOSÉ DA SILVA**, em cumprimento aos dispositivos Constitucionais e legais e também da Resolução 003/93 do TCE-MT. Torna Públicos os seguintes atos:

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2019

Processo Administrativo nº. 007/2019

Órgão: Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste

Objeto: A aquisição faz-se necessário tendo em vista a necessidade de REFORMAR O PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL

Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

Justificativa: a Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste, precisa reformar o prédio da câmara em virtude de infiltração

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 24 inciso II da Lei 8666/93,

Contratado: VIDRAÇARIA E SERRALHERIA SANTO ANTONIO CNPJ: 09.207.711/001-06 DO PREÇO

O valor total da dispensa é de R$ 13.100,00 (Treze Mil e Cem Reais).

DO PRAZO:

O pagamento será realizado após a entrega do serviço prestado . DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da obra na Câmara Municipal serão incluídas na seguinte dotação orçamentária:

01 031 5001 1003 0000 – REFORMA AMPLIAÇÃO DO PREDIO DA CAMARA MUNICIPAL

003 4.490.51.00 OBRAS E INSTALAÇÕES

DO PAGAMENTO

A Câmara Municipal se obriga a fazer o pagamento após A REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, juntamente com a emissão da nota fiscal.

Pelo acima exposto, e de acordo com as normas legais, entendemos proceder à ***dispensa de licitação*** *para a aquisição de REFORMA AO PREDIO DA CÂMARA MUNICIPAL de Santo Antonio do Leste -MT.*

O qual encontra devidamente publicada conforme preceituação constante no artigo 106 da Lei Orgânica do Município, ficando à disposição dos munícipes e a quem mais interessar possa a partir desta data 15 de Julho de 2019, na Secretaria da CÂMARA MUNICIPAL, em horário de expediente.

O qual será devidamente publicada nas vias de publicação oficial deste órgão, como de costume, também, via mural em locais públicos desta cidade.

Gabinete do presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste - MT, aos quinze dias do mês de Julho de dois mil e dezenove

ALCIDENES JOSÉ DA SILVA

Presidente

Certifico para os devidos fins que o presente edital

Foi anexado no mural da câmara em 15 de JULHO de 2019.

EDITAL DE PUBLICAÇÃO 017/2019

EDITAL DE PUBLICAÇÃO

№ 017/2019

A câmara Municipal de Santo Antonio do Leste - MT. Através do seu presidente, o Vereador **ALCIDENES JOSÉ DA SILVA**, em cumprimento aos dispositivos Constitucionais e legais e também da Resolução 003/93 do TCE-MT. Torna Públicos os seguintes atos:

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 005/2019

Órgão: Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste

Objeto: Aquisição faz se necessária tendo em vista a necessidade de Aquisição de recarga de Tonner para atender as necessidades do Poder Legislativo de Santo Antonio do Leste MT durante o exercício de 2019.

Elemento de Despesa: Outros Serviços de Terceiro Pessoa Jurídica

Justificativa: a Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste, precisa para seu funcionamento diário a utilização desse material, após ter feito analise de orçamentos para este serviço ficou comprovado que a Empresa Roseni Krug & Cia LTDA MEi, possui o menor valor.

Fundamento Legal: Identificação e descrição do dispositivo legal da Lei 8.666/1993

Contratado: Roseni Krug &CIA LTDA ME

CNPJ nº. : 17.223.697/0001-62

Prazo de Execução: Maio a dezembro de 2019

Valor: 440,00 (Quatrocentos e Quarenta Reais).

Pagamento: Após a entrega com apresentação da Nota Fiscal

Dotação: 3.3.90.30 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA

O qual encontra devidamente publicada conforme preceituação constante no artigo 106 da Lei Orgânica do Município, ficando à disposição dos munícipes e a quem mais interessar possa a partir desta data 14 de Maio de 2019, na Secretaria da CÂMARA MUNICIPAL, em horário de expediente.

O qual será devidamente publicada nas vias de publicação oficial deste órgão, como de costume, também, via mural em locais públicos desta cidade.

Gabinete do presidente da Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste - MT, aos quatorze dias do mês de Maio de dois mil e dezenove

ALCIDENES JOSÉ DA SILVA

Presidente

Certifico para os devidos fins que o presente edital

Foi anexado no mural da câmara em 14 de Maio de 2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO 006/2019

JUSTIFICATIVA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 006/2019

Processo Administrativo nº. 006/2019

Da: Comissão de Licitação (Portaria nº. 002/2019 de 02 de janeiro de 2019)

Ao: Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste-MT

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, nomeada através da Portaria nº. 02/2019 de 02 de janeiro de 2019, tendo em vista a necessidade de comprar mobiliário para recepção (recepção) para atender as necessidades da Câmara Municipal durante o exercício de 2019.

DAS RAZÕES DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

Empresa: MADLUX MOVEIS PLANEJADOS LTDA-ME**, CNPJ: 25.062.479/0001-11** Endereço: Rua I quadra 08 lote 10 Nº3. 360 distritos industrial Jose Alencar II CEP: 78850-000, Primavera do Leste – MT, Tel.: (66) 9996100909, tendo em vista a necessidade de comprar mobiliário para recepção (Recepção) para atender as necessidades da Câmara Municipal durante o exercício de 2019.Considerando que o preço proposto pelo proprietário está compatível com os preços do mercado conforme orçamentos e quadro de cotação em anexo.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 24 inciso II da Lei 8666/93.

DO OBJETO

A aquisição faz-se necessário tendo em vista a necessidade de comprar mobiliário para a recepção da Câmara (Recepção) para atender as necessidades da Câmara Municipal durante o exercício de 2019. Sendo a descrição do produto: Balcão MDF de Atendimento em L, 1.29 x2.75 x 0.45 um painel em MDF 3.2 x 2.275 x 0.45 e um painel MDF 1.29 x 2.75 x 0.45.

DO PREÇO

O valor total da dispensa é de R$ 7.890,00 (sete mil, e oitocentos e noventa reais) pagamento a vista na entrega do material.

DO PRAZO:

O pagamento será realizado após a entrega e montagem do mobiliário da recepção da Câmara Municipal de Santo Antonio do Leste MT. DA DOTAÇÃOORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da aquisição de mobiliário ocorrerão a expensas da seguinte dotação orçamentária:

01 031 5001 1001 0000 – AQUISIÇAO DE EQUPAMNETOS E MATERIAL PERMANENTE

4 4.90 52 00 EQUIPAMNETOS E MATERIAL PERMAMENTE

DO PAGAMENTO

A Câmara Municipal se obriga a fazer o pagamento após entrega e montagem do mobiliário da recepção, juntamente com a emissão da nota fiscal.

Pelo acima exposto, e de acordo com as normas legais, entendemos proceder à **dispensa de licitação** para a aquisição de COMPRA DE IMOBILIARIO PARA RECEPÇAO da Camará Municipal de Santo Antonio do Leste -MT.

Santo Antônio do Leste – MT, 15 de Julho de 2019

Tereza Guerra dos Santos Sandra Emiliana Santana

Presidente da CPL. Portaria nº. Secretária da CPL Portaria nº

002/2019 de 02/01/2019 002/2019 de 02/01/2019

Triseheiva Cardoso de Deus Arantes

Membro da CPL. Portaria nº.

02/2019 de 02/01/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO 007/2019

JUSTIFICATIVA

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2019

Processo Administrativo nº. 007/2019

Da: Comissão de Licitação (Portaria nº. 002/2019 de 02 de janeiro de 2019)

Ao: Presidente da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste-MT

A comissão de licitação da Câmara Municipal de Santo Antônio do Leste, Estado de Mato Grosso, nomeada através da Portaria nº. 02/2019 de 02 de janeiro de 2019, tendo em vista a necessidade de reformar o prédio da Câmara Municipal.

DAS RAZÕES DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

Empresa: VIDRAÇARIA E SERRALHERIA SANTO ANTONIO **CNPJ: 092. 007.711/0001-06** Endereço: Avenida Goiás nº 754 Centro Santo Antonio do Leste MT CEP 78.628-000 telefone (66) 99211-9970, tendo em vista a necessidade de reformar o prédio da Câmara Municipal.Considerando que o preço proposto pelo proprietário está compatível com os preços do mercado conforme orçamentos e quadro de cotação em anexo.

DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Art. 24 inciso II da Lei 8666/93.

DO OBJETO

A aquisição faz-se necessário tendo em vista a necessidade de reformar o prédio da Câmara em virtude de infiltração e danificação da laje.

DO PREÇO

O valor total da dispensa é de R$ 13.100,00 (Treze Mil e Cem Reais) pagamento após a entrega do serviço prestado e após a apresentação da nota fiscal.

DO PRAZO:

30 dias após o inicio da obra DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

As despesas decorrentes da aquisição de mobiliário ocorrerão a expensas da seguinte dotação orçamentária:

01 031 5001 1003 0000 – REFORMA E AMPLIAÇÃO DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL

0034.4.90.5100 OBRAS E INSTALAÇÕES

DO PAGAMENTO

A Câmara Municipal se obriga a fazer o pagamento após entrega do serviço prestado juntamente com a emissão da nota fiscal.

Pelo acima exposto, e de acordo com as normas legais, entendemos proceder à **dispensa de licitação** para a aquisição de REFORMA DO PREDIO DA CAMARA MUNICIPALI de Santo Antonio do Leste -MT.

Santo Antônio do Leste – MT, 15 de Julho de 2019

Tereza Guerra dos Santos Sandra Emiliana Santana

Presidente da CPL. Portaria nº. Secretária da CPL Portaria nº

002/2019 de 02/01/2019 002/2019 de 02/01/2019

Triseheiva Cardoso de Deus Arantes

Membro da CPL. Portaria nº.

02/2019 de 02/01/2019

COMUNICAÇÃO INTERNA

Da: Comissão Permanente de Licitação

Para: Assessoria Jurídica

Prezado Senhor,

Cumprimentando-a cordialmente, venho mediante esta solicitar parecer jurídico referente ao processo de dispensa de licitação em anexo, para aquisição REFORMA DO PRÉDIO DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DO LESTE

Em anexo todos os documentos.

Sem mais, atenciosamente.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de Julho de 2019.

Presidente da Comissão de Licitação

Tereza Guerra dos Santos

CAMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 54 DE 16 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR II SENHOR FELIPE DINIZ DA COSTA.

O Senhor RONALDO QUINTÃO, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE

Art. 1º - NOMEAR o Senhor FELIPE DINIZ DA COSTA, portador da cédula de identidade RG nº 1799046-7 SSP/MT e CPF nº 787194882-20, para o Cargo Assessor Parlamentar II, de provimento comissionado, símbolo DA-IV, constante do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009, devendo cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao mencionado cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezenove.

RONALDO QUINTÃO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 55 DE 16 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE ASSESSORA PARLAMENTAR II SENHORA JANAINA ALMEIDA DA SILVA.

O Senhor **RONALDO QUINTÃO**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE

Art. 1º - **NOMEAR** a Senhora **JANAINA ALMEIDA DA SILVA**, portadora da cédula de identidade RG nº 251.8664-7 SSP/MT e CPF nº 052.052. 851-79, para o Cargo Assessora Parlamentar II, de provimento comissionado, símbolo **DA-IV**, constante do anexo **II** da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009, devendo cumprir fiel e honradamente os deveres inerentes ao mencionado cargo.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, aos dezesseis dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezenove.

RONALDO QUINTÃO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 53, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE ASSESSOR PARLAMENTAR II SENHOR ALAN BORBA DE OLIVEIRA.

O Senhor **RONALDO QUINTÃO**, Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 43, inciso XXI, da Lei Orgânica do Município, e combinado com a Lei Complementar nº 143 de 29 de Setembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º - **EXONERAR** o Senhor **ALAN BORBA DE OLIVEIRA**, portador da cédula de identidade RG nº 16342577 SJSP/MT e CPF nº 011.105.981-06, nomeado pelo Decreto nº 861 de 03 de Outubro de 2017, o qual exercia o Cargo de Assessor Parlamentar II, de provimento comissionado, símbolo DA-IV, constante do anexo II da Lei Complementar Municipal nº 143 de 29/09/2009.

Art. 2º - Este Portaria entrará em vigor nesta data revogando as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, 15 (quinze) dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezenove.

RONALDO QUINTÃO

Presidente

Registrado na Secretaria Geral da Câmara Municipal e publicado por afixação em lugar de costume, na data supra.

CÂMARA MUNICIPAL DE TANGARÁ DA SERRA
PORTARIA Nº 52, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Concede Férias Regulamentares.

O Vereador **RONALDO QUINTÃO,** Presidente da Câmara Municipal de Tangará da Serra, Estado de Mato Grosso, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares ao servidor **ADRIANO SERBATE**, cargo Analista de Sistemas, referente ao período aquisitivo de 01/03/2018 à 28/02/2019, compreendendo o período de gozo entre os dias 15/07 à 13/08do ano 2019.

Art. 2º - Registre-se, publique-se e cumpra-se a presente Portaria que entra em vigor nesta data.

Gabinete da Presidência da Câmara Municipal de Tangará da Serra, aos quinze dias do mês de Julho de 2019.

RONALDO QUINTÃO

Presidente

Registrada na Secretaria Geral da Câmara Municipal de Tangará da Serra e publicada por afixação em lugar de costume na data supra.

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI COMPLEMENTAR N.º 565/2019.

"Dispõe sobre o reajuste remuneratório para o cargo em comissão de Assessor de Gabinete e da outras providencias".

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e levando em consideração o disposto no art.78 Parágrafo único da Lei Complementar nº 009/2007, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. As referências remuneratórias dos servidores públicos ocupantes dos cargos de provimento em comissão de Assessoria de Gabinete são reajustadas em consonância com as disposições emergentes da presente Lei, em conformidade com o anexo I.

Art. 2º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas em orçamento.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrario

Gabinete do Prefeito de Vale de São Domingos - MT, em 10 de Junho de 2019. **GERALDO MARTINS DA SILVA Prefeito Municipal**

Anexo I

Número de Vagas	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	CARGA HORARIA	REQUISITOS
01	Assessoria de Gabinete	R$ 3.119,63	40 Horas	Ensino Médio

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI Nº 559/2019 DE 02 DE ABRIL DE 2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONTRATAR PARCELAMENTO DE DÍVIDAS PARA COM O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou a ele sanciona a seguinte Lei

Artigo1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a contratar o parcelamento no valor global de **R$ 391.225,10 (Trezentos e Noventa e Um Mil, Duzentos e Vinte e Cinco Reais e Dez Centavos)**, que será dividido da seguinte forma:

R$ 391.225,10 (Trezentos e Noventa e Um Mil, Duzentos e Vinte e Cinco Reais e Dez Centavos) em 60 (Sessenta) parcelas no valor de R$ 6.520,42 (Seis Mil, Quinhentos e Vinte Reais e Quarenta e Dois Centavos), que se refere ao TERMO DE AUDIENCIA, em Anexo,

Artigo 2º - O pagamento das parcelas mencionadas no artigo 1º, serão efetuadas mensalmente mediante aos pagamentos via boletos/transferência para Tribunal de Justiça de Estado de Mato Grosso.

Artigo 3º - O Poder Executivo Municipal consignará nos orçamentos anuais e plurianual do Município, durante o prazo que vier a ser estabelecido para o parcelamento, dotação suficiente a amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, 02 de Abril de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI COMPLEMENTAR N.º 560/2019.

"Dispõe sobre alteração no Anexo II da Lei Complementar 009/2007 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS". GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito do Município de Vale de São Domingos - MT, no uso das atribuições de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei: ***Art. 1º****. Fica instituída a alteração dos vencimentos de Engenheiro Civil estabelecido pela Lei Complementar nº. 009/2007, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos Servidores Públicos Municipais de Vale de São Domingos da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, com o aumento de valor do vencimento para a importância de R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais).* ***Art. 2º****. Diante do aumento dos vencimentos de Engenheiro Civil instituído no art. 1º da presente Lei Complementar, altera-se também o Anexo II do Lotacionograma, referente ao Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, instituído pela Lei Complementar Municipal nº. 009/2007, passando a vigorar conforme o Anexo I vencimento de Engenheiro Civil em R$ 5.000,00 (Cinco Mil Reais). Art. 3º. Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação. Gabinete do Prefeito de Vale de São Domingos - MT, em 03 de Junho de 2019.* **GERALDO MARTINS DA SILVA Prefeito Municipal**

Anexo I

brazao do municipio

QUANTIDADE	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS
01	Engenheiro Civil	R$ 5.000,00	40 Horas	Ensino Superior Completo em Engenharia Civil, com Registro no Respectivo Conselho Profissional

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI COMPLEMENTAR N.º561/2019

"Súmula: DISPÕE SOBRE A INCLUSÃO DE ATRIBUIÇÃO AO CARGO DE FISCAL MUNICIPAL DE TRIBUTOS, OBRAS E POSTURAS NO ANEXO IV DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº09/2007, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado do Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber a toda população, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele **SANCIONA** a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a incluir nas atribuições do cargo de Fiscal Municipal de Tributos Obras e Posturas, constantes do Anexo IV da Lei Complementar Municipal 09/2007, a seguinte competência:

"***lançamento de créditos tributários no âmbito deste município*****".**

Art. 2º - As despesas necessárias à execução da presente lei correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente e se necessário suplementadas.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, aos 03 dias do mês de Junho de 2019.

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI Nº 562/2019 DE 03 DE JUNHO DE 2019

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVENIO COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA, E DA OUTRAS PROVIDENCIAS"

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou a ele sanciona a seguinte Lei

Artigo1º - Fica o poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convenio com a Prefeitura Municipal de Nova Lacerda:

Parágrafo Único: O termo de convênio destina se a celebração de análise da qualidade da água para o consumo humano

Artigo 2º - O pagamento das parcelas será efetuado mensalmente no valor de 538,40, (Quinhentos e Quarenta e Oito Reais e Quarenta Centavos).

Artigo 3º - O Poder Executivo Municipal consignará nos orçamentos anuais e plurianual do Município, durante o prazo que vier a ser estabelecido o Convênio, dotação suficiente a amortização do principal e acessórios resultantes do cumprimento desta Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

VALE DE SÃO DOMINGOS-MT, 03 de Junho de 2019.

Geraldo Martins da Silva

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI COMPLEMENTAR N.º 563/2019.

"Dispõe sobre alteração, ajustes de Vencimentos e Vantagens Fixas e dá outras providências".

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam instituídas as alterações constantes no Anexo I (Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão), da Lei Complementar n° 009/2007, que passa a vigorar conforme o Anexo I da presente lei.

Art. 3° O cargo de Coordenador de Recursos Humanos, passará a ter o nomenclatura de Gestor de Recursos Humanos.

Art. 4° As despesas com a execução da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vale de São Domingos/MT, em 10 de Junho de 2019.

GERALDO MARTINS DA SILVA Prefeito Municipal Anexo I

Número de Vagas	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS
01	Gestor de Recursos Humanos	R$ 3.119,63	40 Horas	Ensino Médio

GERALDO MARTINS DA SILVA

brazao do municipio

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
LEI COMPLEMENTAR N.º 564/2019.

"Dispõe sobre alteração, ajustes de Vencimentos e Vantagens Fixas e dá outras providências".

GERALDO MARTINS DA SILVA, Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições de seu cargo, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Ficam instituídas as alterações constantes no Anexo I (Quadro Geral de Cargos de Provimento em Comissão), da Lei Complementar n° 009/2007, que passa a vigorar conforme o Anexo I da presente lei.

Art. 3° O cargo de Coordenador de Frotas e Patrimônio, com seu desmembramento passará ter as seguintes nomenclaturas: Coordenador de Frotas e Coordenador de Patrimônio, conforme anexo I.

Art. 4° As despesas com a execução da presente lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 5º Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Vale de São Domingos/MT, em 10 de Junho de 2019.

GERALDO MARTINS DA SILVA Prefeito Municipal Anexo I

Número de Vagas	DENOMINAÇÃO	VENCIMENTO	CARGA HORÁRIA	REQUISITOS
01	Coordenador de Frotas	R$ 1.871,79	40 Horas	Ensino Médio
01	Coordenador de Patrimônio	R$ 1.871,79	40 Horas	Ensino Médio

GERALDO MARTINS DA SILVA

Prefeito Municipal

CAMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

CÂMARA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO EDITAL RETIFICADO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 05/2019 COM LOTE EXCLUSIVO ME E EPP INCISO I, ART.48 LC Nº 123/06 ALTERADA PELA LC Nº 147/14

A Câmara Municipal de Várzea Grande/MT, Estado de Mato Grosso,neste ato representada pelo Pregoeiro Oficial e sua equipe de apoio, torna público aos interessados, que irá realizar procedimento licitatório na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL TIPO MENOR PREÇO POR LOTE**, em conformidade com a normas constantes da Lei Federal 8.666/93, e suas modificações, que no **DIA 29 DE JULHO DE 2019, ÀS 08h30m (horário local)**, sito a Av. Alzira Santana, nº. 1.741, Bairro: Água Limpa, CEP: 78.135-641 – Várzea Grande/MT, na sala de Licitação e Compras. Com a finalidade de receber os envelopes contendo proposta de preço e documentos de habilitação, pertinente a Contratação de empresa especializada para Locação de Equipamentos de Informática (computadores e impressoras), com fornecimento de mão de obra técnica para manutenção preventiva e corretiva, fornecimento e substituição de peças, componentes, softwares de gerenciamento, materiais e insumos utilizados na operação, sendo todos novos ou em perfeito estado de conservação e funcionamento, exceto papel e mão de obra operacional, para atender as necessidades da Câmara Municipal de Várzea Grande/MT,. Poderão participar deste procedimento licitatório as empresas cujo ramo de atividade esteja em consonância com o objeto e demais clausulas desta licitação. Os interessados poderão retirar o edital completo no endereço acima citado em dias úteis, das 07h00 às 13h00 (horário local), ou solicitar pelo e-mail: **licitacaocmvg@hotmail.com e www.camaravarzeagrande.mt.gov.br/transparência**

Várzea Grande/MT., 15 de julho de 2019

Ivan Sebastião da Silva

Pregoeiro- Oficial

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL COMPLEXO NASCENTES DO PANTANAL

HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

Processo de Licitação nº 06/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 01/2019

HOMOLOGAÇÃO

Nos termos do Art. 43, inciso VI da Lei Federal n. 8666/93 e suas alterações, o Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento, Econômico, Social, Ambiental e Turístico do Complexo Nascentes do Pantanal, PAULO REMÉDIO, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, acolhendo o Ato Dispensa de Licitação Nº 01/2019, com fundamento no inciso II e parágrafo único do Art. 24 da Lei 8.666/93 e ainda o § 8o do Art. 23 da mesma Lei**,** publicado em 11 de Julho de 2019, tendo cumprido todos os requisitos e princípios estabelecidos em lei, **HOMOLOGA** o **objeto:** Consultoria Técnica especializada na área de compostagem para realização de oficinas de capacitação em Educação Ambiental para multiplicadores objetivando a segregação de resíduos na fonte dos resíduos sólidos urbanos em três frações (orgânicos, recicláveis secos e rejeito) - professores, agentes municipais de saúde e servidores municipais das Secretarias de Educação, Obras, Agricultura e Meio Ambiente que participarão do projeto nos 13 Munícipios do Consórcio, parte do ACF nº 195/2018/FSA/CAIXA, em favor de **JEAN CARLOS DE ALMEIDA RAMOS**, inscrito no CPF 048.622.931-90, residente na Avenida Uirapuru, S/N, Centro na cidade de Nova Lacerda-MT, com valor total de **R$ 8.112,00** (oito mil cento e doze reais).

São José dos Quatro Marcos-MT, 15 de julho de 2019.

PAULO REMÉDIO

Presidente

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO - SELETIVO Nº 01/2019/CIDESAT

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2019/CIDESAT

HOMOLOGAÇÃO DO RESULTADO

DISPÕE SOBRE HOMOLOGAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 01/2019/CIDESAT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. .

O Exm.º Sr. PAULO REMÉDIO, Presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e Turístico Do Complexo Nascentes Do Pantanal/ CIDESAT, em conformidade com o Edital de Resultado que divulgou o Resultado final do desempenho dos candidatos do Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2019/CIDESAT para contratação temporária, destinado ao provimento de vagas de Empregos Públicos, para atuarem no quadro do **Consórcio** Intermunicipal, e no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Homologar o Resultado do Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2019/CIDESAT, realizado em 03 de julho de 2019 no Município de São José dos Quatro Marcos para os seguintes Empregos Públicos:

Cargo: AGENTE DE SERVIÇOS – 2 vagas			
CLASS	**NOME**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1	ANDERSON RAMOS PINHEIRO	**39**	APROVADO
2	JULIAN MARCOS GONÇALVES PARO	**25**	APROVADO
3	WALKIR DOS SANTOS POMAR	**21**	CLASSIFICADO
4	FABIO DE LA CRUZ SILVA	**17**	CLASSIFICADO
5	ELIAS DE JESUS SANTOS	**17**	CLASSIFICADO

Cargo: COZINHEIRO - 1 vaga			
CLASS	**NOME**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1	ADRIANO RANGEL ANANIAS DO PRADO	**29**	APROVADO
2	CLÁUDIO JOSÉ DE OLIVEIRA	**22**	CLASSIFICADO

Cargo: AUXILIAR ADMINISTRATIVO - 1 vaga			
CLASS	**NOME**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1	MAYCON BRUNO VILLACIEN DA SILVA	**42**	APROVADO
2	RICARDO SANTOS DELA CRUZ	**42**	CLASSIFICADO
3	ALEXANDRE LEAL DOS SANTOS	**39**	CLASSIFICADO
4	JESSICA ARAUJO BATISTA	**39**	CLASSIFICADO
5	THIAGO ALEXANDRE DE BRITO	**38**	CLASSIFICADO
6	DAYANE WELLYS BRAGA	**38**	CLASSIFICADO
7	ADRIANO BRUNO DE SOUZA MAXIMO	**38**	CLASSIFICADO
8	ENOQUE RODRIGUES DA SILVA	**37**	CLASSIFICADO
9	DEBORAH DE BRITO MENDONÇA	**37**	CLASSIFICADO
10	MAX MILIANO C. DA SILVA	**36**	CLASSIFICADO
11	ADRIANA AMARO BARBOSA	**35**	CLASSIFICADO
12	RAFAELLY DE PAULA MORAIS	**35**	CLASSIFICADO
13	TIAGO BIAZOTO DA SILVA	**35**	CLASSIFICADO
14	RITYELLEN BIAZOTO MAGALHÃES	**34**	CLASSIFICADO
15	RAFAEL XAVIER PIVETA	**34**	CLASSIFICADO
16	PABLO HENRIQUE ALVES DOURADO	**34**	CLASSIFICADO
17	PRISCILA PAULA DE SOUZA FASSBINDER	**33**	CLASSIFICADO
18	LETICIA CAROLINE DOS SANTOS REZENDE	**33**	CLASSIFICADO
19	EDENICA KAORI FUJIMORI	**32**	CLASSIFICADO
20	DANRLEI ALLAN TIBURCIO BONFIN	**32**	CLASSIFICADO
21	MIRIAN CARLA JURUPY CANDEIA BRITO	**32**	CLASSIFICADO
22	BEATRIZ MELINA DE CARVALHO	**32**	CLASSIFICADO
23	LINDOMAR GOMES NAKAGAWA	**32**	CLASSIFICADO
24	MATHEUS GUILHERME DE SOUZA RIBEIRO	**31**	CLASSIFICADO
25	BEATRIZ DE OLIVEIRA MAXIMO	**31**	CLASSIFICADO
26	KELLIVANIA ALMEIDA DA SILVA	**31**	CLASSIFICADO
27	THIERRY DE FIGUEIREDO	**31**	CLASSIFICADO
28	LEONARDO LUAN DOS REIS COUTO	**31**	CLASSIFICADO
29	DARLY MIRIELLI DOS ANJOS CAMARGO	**30**	CLASSIFICADO
30	GISELDA CRISTINA DOS SANTOS	**30**	CLASSIFICADO
31	MIGUEL OLIVEIRA FILHO	**29**	CLASSIFICADO
32	BENEDITA MAYARA DO PRADO FREITAS	**29**	CLASSIFICADO
33	MARIA MAGALY GONÇALVES SÁ	**29**	CLASSIFICADO
34	CRISTIANO PEREIRA	**29**	CLASSIFICADO
35	MARCELO LEAL	**28**	CLASSIFICADO
36	BRUNA NATALIA GUEVARA DE LIMA	**28**	CLASSIFICADO
37	RENATA PORTO DE SOUZA	**27**	CLASSIFICADO
38	ALESSANDRA ALVES DA SILVA	**27**	CLASSIFICADO
39	ANDERSON PERUCHI DE MATOS	**27**	CLASSIFICADO
40	THALIA BEATRIZ LIMA DE SOUZA	**25**	CLASSIFICADO
41	CLEIDE SILVA LINS	**25**	CLASSIFICADO
42	KENNETH FERREIRA DE SOUZA	**25**	CLASSIFICADO
43	DIONESIA APARECIDA DA SILVA BASTOS	**25**	CLASSIFICADO
44	ADRIELY SILVA RICARTE	**24**	CLASSIFICADO
45	POLIJHONE BERTOLIN CAPELLETTI	**24**	CLASSIFICADO
46	RAVELLI EMILIANO DOS SANTOS	**22**	CLASSIFICADO
47	TUANY PEREIRA LOPES	**22**	CLASSIFICADO
48	PAMELA SANTIAGO DE BRITO	**21**	DESCLASSIFICADO
49	NADIA DA SILVA RICARTE	**21**	CLASSIFICADO
50	DANILA DA SILVA SOUZA	**19**	CLASSIFICADO
51	SUELE INACIO FIGUEIREDO BORGES	**18**	CLASSIFICADO
52	RUI BARBOSA DIAS	**17**	CLASSIFICADO
53	ZENAIDE AMPARO CALDEIRA	**16**	CLASSIFICADO
54	LAIZA SALUSTIANO SOARES DA SILVA	**12**	DESCLASSIFICADO

Cargo: SERVIÇOS GERAIS I – 3 vagas			
CLASS	**NOME**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1	EDILSON PAIXÃO RODRIGUES	**39**	APROVADO
2	IZAQUE COSTA DE OLIVEIRA	**36**	APROVADO
3	DANIELE RODRIGUES GOMES	**33**	APROVADO
4	JESSICA LUANA DE BRITO PIRES	**33**	CLASSIFICADO
5	ROSILEI ALVES DE AGUIAR	**31**	CLASSIFICADO
6	MARCELO TOMAS IZIDORIO	**27**	CLASSIFICADO
7	VITOR GABRIEL PORTO GONÇALVES	**23**	CLASSIFICADO
8	PAULO TEIXEIRA CAMPOS	**21**	CLASSIFICADO
9	ROGERIO DE ALMEIDA SANTOS	**16**	CLASSIFICADO

Cargo: SERVIÇOS GERAIS II - 1 vaga			
CLASS	**NOME**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1	MARIA DO CARMO DE SOUZA OLIVEIRA	**38**	APROVADO
2	MARIA DO CARMO PIRES SANTANA	**37**	CLASSIFICADO
3	JOSIANE CAMPOS LOBO CABRAL	**35**	CLASSIFICADO
4	JULIANA APARECIDDA MARTINS DA SILVA	**35**	CLASSIFICADO
5	ANDREIA DE MOURA SANTOS	**31**	CLASSIFICADO
6	GABRIELLI MIRANDA MARTINS	**28**	CLASSIFICADO
7	NEUZELI MARIA AMPARO CALDEIRA	**28**	CLASSIFICADO
8	AGHATA DIVINA N. ALBUQUERQUE	**28**	CLASSIFICADO
9	HELENA SOARES	**24**	CLASSIFICADO
10	ELIANE BARBOSA DE SOUZA	**24**	CLASSIFICADO
11	CLEIDE DA PENHA SOBRINHO RICCI	**21**	CLASSIFICADO
12	GIRLAINE MENDES PINTO	**17**	CLASSIFICADO
13	CLICEIDE MORILHIA FARIA	**15**	CLASSIFICADO
14	ROSILENE LEMES DOURADO	**15**	CLASSIFICADO
15	MARIA LUCIA XAVIER DE SENE	**21**	DESCLASSIFICADO
16	SIRLEIA VALARINO DA SILVA FARIA	**0**	DESCLASSIFICADO

Cargo: MOTORISTA – 1 VAGA RESERVADA			
CLASS	**NOME**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1	GESUINO CLEIBI DE ALMEIDA DA SILVA	**46**	APROVADO
2	JEFFERSON LUCAS FRADE DE ALMEIDA	**46**	CLASSIFICADO
3	LUCIANO APARECIDO ANANIAS GARIBALDI	**45**	CLASSIFICADO
4	PEDRO FELICIANO DO NASCIMENTO	**14**	DESCLASSIFICADO
5	CRISTIANO SILVA NOGUEIRA	**10**	DESCLASSIFICADO

Cargo: MOTORISTA - 5 vagas			
CLASS	**NOME**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1	ANTONIO APARECIDO PEREIRA	**85**	APROVADO
2	JOSÉ LUIZ NETO	**76**	APROVADO
3	ADEMILSON ALVES DE AQUINO	**60**	APROVADO
4	IBRAIM DOS SANTOS	**60**	APROVADO
5	CLAUDIO BOTASSIN	**50**	APROVADO
6	MARCOS ANTONIO CABRAL	**49**	CLASSIFICADO
7	JEFFERSON LUCAS FRADE DE ALMEIDA	**46**	CLASSIFICADO

8	LUCIANO APARECIDO ANANIAS GARIBALDI	**45**	CLASSIFICADO
9	JOSÉ CARLOS XAVIER DE SENE	**40**	CLASSIFICADO
10	LAIRTO MUSSATO	**39**	CLASSIFICADO
11	ROBERTO ALVES DE AGUIAR	**36**	CLASSIFICADO
12	DOUGLAS APARECIDO RODRIGUES	**35**	CLASSIFICADO
13	DILGHENY KASSIO CANDIDO DA SILVA	**34**	CLASSIFICADO
14	FERNANDO HENRIQUE DA S. HELENO	**28**	CLASSIFICADO
15	JOSE ANSELMO DOS SANTOS	**26**	CLASSIFICADO
16	CARLOS VIANA LARA	**24**	CLASSIFICADO
17	VALDINEY NEIVA SOUZA	**45**	DESCLASSIFICADO
18	FABIO LOPES DE OLIVEIRA	**35**	DESCLASSIFICADO
19	VALTEMAR JACINTHO NOGUEIRA	**21**	DESCLASSIFICADO
20	MAURO JUNIOR DE MORAES	**20**	DESCLASSIFICADO
21	LAURO DORIZETE OLIVEIRA DE SOUZA	**16**	DESCLASSIFICADO
22	CRISTIANO SILVA NOGUEIRA	**15**	DESCLASSIFICADO
23	PEDRO FELICIANO DO NASCIMENTO	**14**	DESCLASSIFICADO
24	EDIVANIO FERNANDES DE OLIVEIRA	**13**	DESCLASSIFICADO

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS I – Motoniveladora – 2 vagas			
CLASS	**NOME**	**PONTUAÇÃO**	**SITUAÇÃO**
1	JOEL SANTOS DA SILVA	**46**	APROVADO
2	ECIO XIMENEZ REMEDI	**37**	APROVADO
3	JOSEMAR CORREA DAS NEVES	**31**	CLASSIFICADO

Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS II - Escavadeira Hidráulica – 2 vagas			
CLASS	**NOME**	**NOTA FINAL**	**SITUAÇÃO**
1	GIDALTI MAGALHÃES INACIO	**59**	APROVADO
2	ROGERIO CARNEIRO ROSSIN	**44**	APROVADO
3	JESUS VALVERDE PERES	**43**	CLASSIFICADO
4	GUSTAVO HENRIQUE DOS REIS DUTRA	**26**	DESCLASSIFICADO
5	GENIVALDO GONÇALVES DE MACEDO	**22**	DESCLASSIFICADO
Cargo: OPERADOR DE MÁQUINAS III - Trator de Esteiras e Retro Escavadeira - 1 vaga			
CLASS	**NOME**	**NOTA FINAL**	**SITUAÇÃO**
1	MARCOS ROBERTO O. TOME DOURADO	**32**	APROVADO

Art. 2º - A Homologação do Processo Seletivo Simplificado Nº 01/2019/ CIDESAT entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

São José dos Quatro Marcos-MT, 16 de julho de 2019.

PAULO REMÉDIO

Presidente

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DO ARAGUAIA

RECURSOS HUMANOS
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 15 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 15 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

Dispõe sobre a **7ª convocação** de candidatos aprovados e/ou classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia (CISA), e dá outras providências.

A Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia (CISA), no uso das atribuições que lhe confere o Estatuto do Consórcio, e:

Considerando o atendimento aos princípios constitucionais, em especial à Legalidade, à Impessoalidade e à Publicidade;

Considerando o interesse público e a necessidade da Gestão do Consórcio;

Considerando a divulgação do Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, via do Edital Complementar nº 08, de 14 de maio de 2019;

Considerando a publicação do Edital Complementar nº 08 em 15/05/2019, no Diário Oficial Municipal, Edição 3.227 – ANO XIV – Páginas 147-153, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

Considerando o disposto na Resolução nº 45, de 15 de maio de 2019, que **homologou** o resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019;

Considerando a publicação da Resolução nº 45/2019 no Diário Oficial Municipal em 16/05/2019, Edição 3.228 – ANO XIV – Página 396, disponível no *site* https://diariomunicipal.org/mt/amm/edicoes/;

RESOLVE:

Art. 1º CONVOCAR para apresentação da documentação e assinatura do contrato temporário, os candidatos aprovados/classificados no Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, na forma do **Anexo I**.

Art. 2º Os candidatos convocados na forma do presente Edital deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos do CISA - Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia, na Rua da Saudade, s/nº - Bairro Vila São José, **até o dia 19 de julho de 2019**, no horário oficial de Brasília, das **08:00hs às 11:00hs e das 14h às 17h.** O cargo de Cozinheira será **para cobrir 15 (quinze) dias de férias**.

§ 1º Nos termos do *caput* deste artigo, os candidatos deverão apresentar a documentação exigida no Edital de Abertura e Editais Complementares do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, relacionadas no **Anexo II** a este Edital;

§ 2º O não cumprimento das exigências estipuladas no *caput* e § 1º deste artigo, implicará na perda do direito à contratação e de qualquer outro direito inerente ao Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019, conforme Edital de Abertura.

Art. 3º As demais condições constam dos Editais de Abertura e Complementares, da Resolução nº 45/2019 de Homologação do Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019 e demais legislação aplicável.

Art. 4º Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

São Félix do Araguaia – MT, 12 de julho de 2019.

JANAILZA TAVEIRA LEITE

Presidente do Consórcio Intermunicipal de Saúde do Araguaia (CISA)

ANEXO I AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 15 AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

RELAÇÃO DE CANDIDATOS CONVOCADOS

NOME	**CARGO/FUNÇÃO PÚBLICA**	**LOCAL (LOTAÇÃO)**	**CLASSIFICAÇÃO**
ANA LUCIA JORGE CARDOSO	COZINHEIRA	CISA	5ª

ANEXO II AO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 15

AO EDITAL DE ABERTURA DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019

DAS EXIGÊNCIAS PARA A CONTRATAÇÃO

Ø Por ocasião da contratação, serão exigidos do candidato, os seguintes documentos e requisitos, sob pena de exclusão do presente Processo Seletivo Simplificado:

§ Cumprir todas as determinações do presente Edital;

§ Não ser servidor investido em cargo comissionado, exceto se optar pela exoneração;

§ Ter, no ato da contratação, idade mínima de 18 (dezoito) anos, com exceção do Agente Operacional que é de 21 (vinte e um) anos, conforme Art. 138 da Lei 9.503/1997 (CTB);

§ Original e cópia de documento oficial de identificação com fotografia (RG);

§ Original e cópia da Carteira de Trabalho;

§ Original e cópia do Cadastro Pessoa Física (CPF);

§ Original e cópia de Título de Eleitor;

§ Original e cópia do comprovante de votação na última eleição, podendo ser substituído por Certidão de Quitação Eleitoral, disponível no site www.tse.jus.br ou no Cartório Eleitoral;

§ Original e cópia do Comprovante de quitação com o serviço militar (para candidatos do sexo masculino);

§ Original e cópia de Certidão de Casamento ou Certidão de Nascimento;

§ Original e cópia de Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos ou maiores, se dependentes;

§ Original e cópia do RG, CPF, Título de Eleitor e Certidão da Nascimento/Casamento do cônjuge ou convivente;

§ Original e cópia do Cartão PIS/PASEP (Avulso ou Anotado na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS);

§ Original e cópia de Diploma ou Certificado, que comprove o nível de escolaridade exigido para a função;

§ Original e cópia do Histórico Escolar correspondente ao Diploma ou Certificado exigido para a função;

§ Documentos do Conselho de Classe, no caso de profissões regulamentadas, apresentando:

v Original e cópia da Carteira Profissional de Registro no Conselho da respectiva categoria; e

v Original da Certidão de Regularidade expedida pelo respectivo Conselho.

§ Declaração acerca da acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública, sendo:

v Declaração de NÃO ACUMULAÇÃO de cargo/função/emprego público, na forma do **ANEXO XI**; ou

v Declaração de ACUMULAÇÃO de até dois cargos/funções/empregos públicos, nos termos e condições de acumulação amparada pela Constituição Federal (legalmente acumuláveis e com compatibilidade de horário), na forma do **ANEXO XII**;

§ Declaração de bens e valores, na forma do **ANEXO XIII**;

§ Original e Cópia de Comprovante de residência, sendo válidas faturas de consumo de Cartão de Crédito, Água, Telefone, Energia Elétrica ou outro documento expedido por instituição pública;

§ Atestado de Saúde Ocupacional (ASO), na forma do **ANEXO X**;

§ Laudo Médico para Portador de Deficiência, na forma do **ANEXO IX,** apenas para os aprovados/classificados como Portadores de Necessidades Especiais, que declararam esta situação na Ficha de Inscrição;

§ Original e Cópia do Documento que comprove Conta Corrente ou Poupança, preferencialmente no Banco do Brasil;

Ø A prática de ato de falsidade ideológica em prova documental resultará na eliminação do candidato do presente Processo Seletivo Simplificado e anulação dos demais atos decorrentes, sujeitando-se às penas da Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA BOA

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
LEI COMPLEMENTAR Nº 1472, DE 03 DE JULHO DE 2019

"AUTORIZA O MUNICÍPIO A RECEBER POR DOAÇÃO BEM IMÓVEL QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de ordinária em 01 de julho de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

FAZ SABER que a Câmara Municipal de Vereadores do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso APROVOU e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Água Boa - MT, devidamente autorizado a receber por doação, da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MATO GROSSO, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.753.084/0002-03, o Lote de Terra, locado sob nº 01 da Quadra 33, com área de 800m² (oitocentos metros quadrados), objeto da matrícula nº 6.659, Ficha 001, do Cartório Fernandes - 1º SERVIÇO REGISTRAL "Registro de Imóvel Circunscrição da Comarca de Água Boa/MT".

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar a Alienação do Imóvel através de Processo Licitatório, nos termos da Lei Federal 8.666/93.

Art. 3º O bem imóvel a ser alienado, será avaliado pela Comissão de Avaliação de Imóveis Urbanos e Rurais, referendado por Decreto Municipal.

Parágrafo Único: a venda desse bem imóvel não poderá ser inferior ao valor da avaliação.

Art. 4º O valor arrecado pela venda do imóvel será repassado ao Conselho de Comunitário de Segurança de Água Boa - CONSEG-AB, CNPJ nº 33.319.613/0001-45, exclusivamente para a construção das instalações físicas do Batalhão da Polícia Militar.

Art. 5º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear as despesas de escrituração referente à doação.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, aos 03 de julho de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

PLANEJAMENTO E FINANÇAS
LEI Nº 1473, DE 03 DE JULHO DE 2019

PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº 014/2019

De 17 de junho de 2019

AUTORIA: Vereador Renato Beraldo da Silva (PSD)

"DENOMINA A SALA DE VACINAS DO PSF CENTRAL DE 'CARLOS CESAR GOMES' E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MAURO ROSA DA SILVA, Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em Sessão Ordinária do dia 01 de julho de 2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1° Denomina a sala de vacinas de " *Carlos Cesar Gomes* ", localizada no PSF Central, na Rua 16, nº 342, Centro II. **(EMENDA MODIFICATIVA Nº 016/2019).**

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ÁGUA BOA, em 03 de julho de 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito Municipal

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

RECURSOS HUMANOS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14/2019

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14/2019

"Dispõe Sobre a Convocação de Candidatos Aprovados no Processo Seletivo Público Nº. 02/2018, da Prefeitura Municipal de Água Boa – MT."

O Prefeito do Município de Água Boa, Estado de Mato Grosso, Sr. **MAURO ROSA DA SILVA,** no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, considerando o interesse publico e a necessidade da Administração Pública e considerando ainda o Edital 01/2018 do Processo Seletivo Público Nº 02/2018.

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam convocados para admissão no Serviço Público os candidatos aprovados no Processo Seletivo Público Nº. 02/2018, constantes no Anexo I deste Edital de Convocação;

Art. 2º. Os candidatos classificados e ora convocados neste Edital deverão comparecer à sede da Prefeitura Municipal - Gerência de RH e Gestão de Pessoas.

Art. 3º. Para a tomada de posse no cargo público, o classificado deverá apresentar

01 (uma) cópialegível e sem rasuras das seguintes documentações:

a) Cópia da cédula de identidade / RG; **b)** Cópia do cadastro de pessoa física / CPF; **c)** Cópia do título de eleitor e certidão de quitação eleitoral; **d)** Cópia da reservista ou documento equivalente (sexo masculino); **e)** Cópia da certidão de casamento ou comprovante de união estável (CPF do companheiro); **f)** Cópia da certidão de nascimento dos filhos (CPF para os maiores de 11 anos); **g)** Cópia da carteira de vacinação dos filhos de 0 a 7 anos e/ou declaração de frequência escolar dos filhos de 05 a 14 anos; **h)** Cópia de certificado de escolaridade exigida pelo cargo; **i)** Cópia da CTPS (carteira de trabalho e previdência social); **j)** Cópia do comprovante de inscrição no PIS/PASEP (se possuir); **k)** Cópia do comprovante de residência ou declaração de residência atualizada; **l)** Conta corrente ou conta salário no Banco do Brasil (se possuir) **m)** Declaração de não aposentado por invalidez; **n)** Declaração de bens; **o)** Declaração de não acumulo de cargo público; **p)** Atestado médico Admissional expedido por médico do trabalho; **Exames necessários:** - Hepatites virais - Hemograma - Glicemia - Tipagem sanguínea

Art. 4º. A nomeação será feita exclusivamente no regime Estatutário de Trabalho e a jornada e carga horária serão aquelas constantes no Edital Nº. 01/2018 (abertura), do Processo Seletivo Público 02/2018.

Parágrafo único – O candidato que não comparecer no prazo de 30 (trinta) dias corridos será considerado desistente.

Art. 5º. Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Água Boa/MT, 15 julho 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO 02/2018 EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 14/2018

CARGO: AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE - ESF UNIVERSITÁRIO

NOME DO CANDIDATO	NOTA	CLASIFICAÇÃO
ALINE MARTINS DOS SANTOS	7,00	4° LUGAR

Água Boa- MT, 15 julho 2019.

MAURO ROSA DA SILVA

Prefeito

JADER LUIS DE ARAUJO MENDES BAHIA

Secretário Municipal de Saúde

LUIZ OMAR PICHETTI

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE ANULAÇÃO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 060/2019.

TOMADA DE PREÇO 003/2019.

Considerando o Processo 060/2019, que por objeto a Contratação de agência de publicidade e propaganda para a prestação de serviços de publicidade, correspondentes ao estudo, planejamento, conceituação, concepção, criação, execução interna, intermediação e supervisão da execução externa, a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o objetivo de promover a Prefeitura Municipal de Água Boa – MT.

RESOLVE:

Anular o procedimento licitatório, Processo nº. 060/2019, Tomada de Preço nº. 003/2019, por não atender o Art. 11, § 1º da Lei 12.232/2010.

A presente anulação está fundamentada no artigo 49 da Lei n°. 8.666/93.

Água Boa - MT, 15 de julho de 2019.

Mauro Rosa da Silva

Prefeito Municipal

RESULTADO DE LICITAÇÃO.

TOMADA DE PREÇOS 006/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Água Boa, Estado de Mato Grosso, torna público aos interessados que na Tomada de Preços nº. 006/2019, realizada no dia 24/06/2019, teve como vencedora a Empresa: **BKP CONSTRUTORA LTDA, CNPJ: 16.939.495/0001-59.**

Água Boa, 15 de julho de 2019.

Vera Lúcia Fries

Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO GARÇAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 089/2019

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2019

A Prefeitura Municipal de Alto Garças - MT através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, torna Público aos interessados, que realizará licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL – Tipo Menor Preço Por Item, no **dia 30 de julho de 2019, às 13:00h (horário de Mato Grosso)**, **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE UM ÔNIBUS EXECUTIVO, CAPACIDADE MÍNIMA DE 31 PASSAGEIROS, EM CONFORMIDADE PARCIAL A PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE Nº 15196.95100/1180-01 DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, A FIM DE ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE,** de acordo com Termo de Referência e demais condições estabelecidas no Edital e seus anexos.A íntegra do Edital encontra-se disponível na sede da Prefeitura Municipal de Alto Garças, localizada à Rua Dom Aquino n° 346, Centro – Alto Garças /MT. Os Interessados também poderão obter informações através do e-mail licitacaoag2017-2020@hotmail.com, pelo site https://www.altogarcas.mt.gov.br/Transparencia/Lic... ou pelo telefone (66) 3471-2450/3471-1155 das 13h00 às 18h00. Alto Garças - MT, 15 de julho de 2019. Alessandra da Silva Dias – Pregoeira Oficial.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAGUAI

CONVOCAÇÃO DA SERVIDORA ELIENAI PAULINA DA SILVA FREITAS

CONVOCAÇÃO DA SERVIDORA ELIENAI PAULINA DA SILVA FREITAS

Alto Paraguai, 15 de Julho 2019

A Ilma

Sra. ELIENAI PAULINA DA SILVA FREITAS

SERVIDORA PUBLICA MUNICIPAL

ALTO PARAGUAI - MT

Prezada Servidora,

Solicitamos o comparecimento da servidora ELIENAI PAULINA DA SILVA FREITAS, no Departamento de Recursos Humanos no prazo de 72 (setenta e duas) horas a contar da data de sua publicação. O não comparecimento resultará em descontos de sua remuneração, podendo configurar abandono de emprego Publico, implicando em sua exoneração direta conforme lei n° 11/1990.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos.

Atenciosamente,

KAUANY BARBARA NASCIMENTO PEREIRA

CHEFE DO DEPTO DE RECURSOS HUMANOS

LICITAÇÃO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGAO PRESENCIAL N. 011/2019

O Município de Alto Paraguai - MT, por meio do Pregoeiro Oficial nomeado pela **Portaria n. 208/2019**, torna público, para conhecimento dos interessados, fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO** na forma **PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, tendo como critério de julgamento o **MENOR PREÇO POR LOTE**, cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE PNEUS, CAMARAS, PROTETORES E SERVIÇOS DE ALINHAMENTOS E BALANCEAMENTOS, PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ALTO PARAGUAI– MT, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO**. A abertura dos envelopes se dará em sessão pública do **dia 26 de Julho de 2019, às 09h00min** (fuso horário local). O Edital completo está à disposição dos interessados, na Prefeitura Municipal de Alto Paraguai – Setor de Licitação, nos dias úteis das 07h00min às 13h00min, sito à Rua Presidente Médici, 470, Bairro Planalto, Alto Paraguai - MT, e também no site: www.altoparaguai.mt.gov.br.

Alto Paraguai - MT, 15 de Julho de 2019.

JOÃO VITOR MARTINS ROCHA

Pregoeiro Oficial

PORTARIA 209/2019

PORTARIA 209/2019

A Prefeita Municipal de Alto Paraguai – MT, **DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES**, no uso de suas atribuições que lhe confere o cargo.

RESOLVE:

Art. 1º. – Conceder por tempo indeterminado afastamento de Licença Para Tratamento de Saúde aServidora **JULIANE ARAÚJO DA SILVA AGUIAR**, portadora do **RG N° 2168654-8 SSP/MT** e do **CPF N° 035.583.501.03, Titular do Cargo em Contrato de Serviço de apoio - Merendeira**, conforme Artigos 107 a 116 da Lei Municipal 11 de 19/11/90, e no aguarde do deferimento da Pericia Medica do **Instituto Nacional de Seguridade Social- INSS.**

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando a portaria n° 192/2019, revogada as disposições em contrário**.**

Publica-se;

Registra-se;

Cumpra-se;

Gabinete da Prefeita Municipal de Alto Paraguai–MT. 01 de Julho de 2019.

DIANE VIEIRA DE VASCONCELLOS ALVES

PREFEITA MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO TAQUARI

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 123/2019

DECRETO Nº 123/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Assessora de Planejamento e Trânsito** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, do Cargo em Comissão de **Assessora de Planejamento e Trânsito**, código C.C – 23.000, a Senhora **Verônica Santana Ferreira**, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº.046.993.121-36, nomeada através do Decreto nº 047/2019, de 12 de março de 2019.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 122/2019

DECRETO Nº 122/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, do Cargo em Comissão de **Secretária Municipal de Promoção e Assistência Social**, código CC-5000, aSenhora **Silvana Aparecida Scutti**, CPF/MF – 930.326.929-20, nomeada através do Decreto nº 343/2017, de 02 de agosto de 2017.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 137/2019

DECRETO Nº 137/2019

"Dispõe sobre exoneração da Servidora que mencionae dá outras providências."

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, **a pedido,** do Cargo de **Auxiliar de Consultório Dentário**, a Senhora **Keli Cristina Ferri**, inscrita devidamente no CPF/MF sob o n° 036.965.229-02.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipa

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 136/2019

DECRETO Nº 136/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Diretor do Departamento de Acompanhamento de Projetos, Certidões e Serviços Congêneres** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Acompanhamento de Projetos, Certidões e Serviços Congêneres**, código CC- 23.100, o**SenhorMatheus Pereira Lopes**, CPF/MF – 058.398.091-01, nomeado através do Decreto nº 206/2018, de 03 de dezembro de 2018.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 135/2019

DECRETO Nº 135/2019

"Dispõe sobre a nomeação para responder pelo cargo **Assessora Jurídica** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Marco Aurélio Julien, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeada para **RESPONDER** pelo Cargo de Provimento em Comissão de **Assessora Jurídica**, código CC – 27.000, aSenhora **Leiliane Abreu Dias**, CPF/MF – 797.993.961-15, nos termos da Lei Municipal n° n° 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 134/2019

DECRETO Nº 134/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Diretor do Departamento de Lazer** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento de Lazer**, código CC- 10.200, oSenhor***Valdecir Bocchi***, CPF/MF – 819.566.069-04, nomeado através do Decreto nº 161/2018, de 02 de outubro de 2018.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 127/2019

DECRETO Nº 127/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Secretário Municipal de Administração** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Secretário Municipal de Administração, Código CC-1.000**,oSenhor **João Paulo Masson Fernandes**, CPF/MF –043.948.829-07, nomeado através do Decreto nº 119/2018, de 01 de agosto de 2018.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 132/2019.

DECRETO 132/2019.

"Nomeia Controlador Interno e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Marco Aurélio Julien, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o afastamento por tempo indeterminado do Controlador Interno Municipal por meio de Decisão Judicial prolatada pelo juízo "a quo", nos autos de Ação Civil Pública nº. 2014-96.2017.811.0092, Código nº. 43516, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso;

CONSIDERANDO a imprescindibilidade das funções do Controlador Interno, haja vista que tal profissional é representante do Tribunal;

CONSIDERANDO ainda que o afastamento do servidor apenas suspende o seu vínculo funcional e não há outra vaga para referido cargo e, portanto não há possibilidade de convocação do segundo colocado no concurso público realizado pelo profissional em apreço,

DECRETA:

Art. 1º. – Nomeia a Srª. **Josieli Froes Briancini** para atender pela Controladoria Interna do Município durante o período de afastamento do servidor efetivo Robison Junio Alves dos Santos.

Art. 2º. – Revogam-se todas as disposições em contrário.

Art. 3º. – Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Alto Taquari-MT, 15 de julho de 2019.

MARCO AURÉLIO JULIEN

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 133/2019

DECRETO Nº 133/2019

"Dispõe sobre a nomeação de **Procuradora Geral do Municipal** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, Marco Aurélio Julien, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Procuradora Geral do Municipal**, código CC – 27.000, aSenhora **Leiliane Abreu Dias**, CPF/MF – 797.993.961-15, nos termos da Lei Municipal n° n° 390/2004.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

ELEIÇÃO UNIFICADA PARA O CONSELHO TUTELAR - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2019

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALTO TAQUARI – MATO GROSSO, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 1.028/2019, em atenção à promulgação da Lei 1041/2019, sancionada no dia 22 de Maio de 2019, a qual alterou o Art. 2º e 7º da Lei 1.028/2019.

Considerando o **EDITAL 001/2019,** para Processo de Escolha em data unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2023, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 01/2019**, do CMDCA local, torna público o resultado dos recursos interpostos pelos candidatos, bem como, o nome de todos os candidatos cuja inscrição foi deferida e estão aptos para participarem da prova de conhecimentos:

Após analise de recurso foi considerada apta a candidatura de: MILCA VIEIRA MARQUES 988.651.701-82 Estão aptos ainda os seguintes candidatos: 01 ALINE NUNES DE ALMEIDA 063.554.166-17 02 ALZIRENE FELIX DA SILVA SOUZA 003.854.941-73 03 LAERCIO DA SILVA DOS SANTOS 592.726.431-04 04 LILA MARLENE DE OLIVEIRA 567.968.381-49 05 LUCIANA ROSA DA SILVA 034.733.781-35 06 MARGARETE FERREIRA SPECHT DA SILVA 010.350.351-03 07 MARLI ROCHA DE SOUZA 592.749.561-34 08 ROSANA DOS SANTOS MORAIS 010.635.351-90 09 WAGNO DE SOUZA SILVA 903.049.341-00

Publique-se

Alto Taquari/ MT 15 de julho de 2019

Ana Cecilia Vargas

Presidente do CMDCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 121/2019

DECRETO Nº 121/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Assessora Jurídica** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, do Cargo em Comissão de **Assessora Jurídica**, aSenhora **Leiliane Abreu Dias**, CPF/MF – 797.993.961-15, nomeada através do Decreto nº 120/2019, de 12 de julho de 2019.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

ELEIÇÃO UNIFICADA PARA O CONSELHO TUTELAR - EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008/2019

A PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE ALTO TAQUARI – MATO GROSSO, no uso da atribuição que lhe é conferida pela Lei Municipal nº 1.028/2019, em atenção à promulgação da Lei 1041/2019, sancionada no dia 22 de Maio de 2019, a qual alterou o Art. 2º e 7º da Lei 1.028/2019.

Considerando o **EDITAL 001/2019,** para Processo de Escolha em data unificada para membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2023, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 01/2019**, do CMDCA local, torna

público o conteúdo programático para a prova de conhecimentos, bem como do local, dia e horário a ser realizada:

1. DO CONTEUDO PROGRÁMATICO

LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012.	Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase), regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescente que pratique ato infracional; e altera as Leis nºs 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537, de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nºs 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.
CONSTITUIÇÃO FEDERATIVA DA REPUBLICA DO BRASIL DE 1988	Todos os artigos que se referem a criança e adolescente
LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990.	Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências.

2. DO LOCAL DA PROVA

Dia 24 de julho de 2019 – quarta feira

Local: Escola Municipal Professora Elzinha Lizardo Nunes

Horário: 08h00min às 11h00min horas (horário oficial de Brasília)

Publique-se

Alto Taquari/ MT 15 de julho de 2019

Ana Cecilia Vargas

Presidente do CMDCA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 131/2019

DECRETO Nº 131/2019

"Dispõe sobre a nomeação de **Assessor de Gabinete** e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º. – Fica nomeada para exercer o Cargo de Provimento em Comissão de **Assessor de Gabinete**, código CC- 21.000, a Senhora **ANE CAROLINE GIFANI CRUZ**, CPF/MF – 047.034.751-11, nos termos do anexo I, da Lei Municipal nº *390/2004*.

Artigo 2º.- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°.- Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 130/2019

DECRETO Nº 130/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Assessor de Gabinete** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Assessor de Gabinete**, código CC- 21.000, o Senhor **KLEBER WELINGTON DE SOUZA GOMES**, CPF/MF – 690.653.061-53, nomeado através do Decreto nº 048/2019, de 12 de março de 2019.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 129/2019

DECRETO Nº 129/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Secretário Municipal de Infra Estrutura Urbana Viação, Obras e Planejamento** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Secretário Municipal de Infra Estrutura Urbana Viação, Obras e Planejamento**, o Senhor **Marco Antônio Fontes Vano**, CPF/MF – 052.104.278-03, nomeado através do Decreto nº 207/2018, de 03 de dezembro de 2018.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 126/2019

DECRETO Nº 126/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Procurador Geral do Municipal** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Procurador Geral do Municipal**, código CC – 27.000, o **SenhorAparecido Gonçalves**, CPF/MF – 736.374.248-00, nomeado através do Decreto nº 335/2017, de 01 de agosto de 2017.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 128/2019

DECRETO Nº 128/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Diretor do Departamento Técnico, Administrativo, Manutenção, Serviços Rurais e Estradas de Rodagem** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Diretor do Departamento Técnico, Administrativo, Manutenção, Serviços Rurais e Estradas de Rodagem**, código CC- 9.200, oSenhor***LUIZ HENRIQUE NOGUEIRA BORGES***, CPF/MF – 947.173.468-15, nomeado através do Decreto nº 087/2019, de 10 de maio de 2019.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 125/2019

DECRETO Nº 125/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerada, do Cargo em Comissão de **Secretária Municipal de Agricultura e Meio Ambiente**, código CC – 6000, a Senhora**Renata Fermino de Oliveira**, CPF/MF – 452.139.251-20, nomeada através do Decreto nº 084/2019, de 10 de maio de 2019.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 124/2019

DECRETO Nº 124/2019

"Dispõe sobre Exoneração de **Superintendente de Fiscalização e Tributos** e dá outras providências. "

O Prefeito Municipal em Exercício de Alto Taquari, Estado de Mato Grosso, **Marco Aurélio Julien**, no exercício das atribuições que lhe são conferidas por lei, etc...

DECRETA:

Artigo 1º - Fica exonerado, do Cargo em Comissão de **Superintendente de Fiscalização e Tributos**, o Senhor **RUDIMAR JOSÉ LANG**, CPF/MF – 371.152.869-49, nomeado através do Decreto nº 086/2019, de 10 de maio de 2019.

Artigo 2º. - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3°. - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Alto Taquari/MT, em 15 de julho de 2019.

Marco Aurélio Julien

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS

PREFEITURA MUNICIPAL /ADMINISTRAÇÃO
IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00007, de 15 de Julho de 2019.

MUNICÍPIO - APIACAS - MT

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar

de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do

artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado

[s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste

município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á

feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social CPF/CNPJ Termo de Constatação e

Intimação (ITR)

JACINTO DE ALMEIDA ROCHA 047.207.251-04 9773/00099/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR

Nome: EDEMIR DELLA GIUSTINA Matrícula: 00001379

Cargo: SECRETARIO MUNICIPAL DE FINANÇAS Assinatura:

Data de afixação:

Data de desafixação:

15/07/2019

30/07/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 201/2019.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE RETORNO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.".

ADALTO JOSÉ ZAGO, Prefeito Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são concedidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1° - Retornar o Servidor **GILMAR RODRIGUES,** portador da cédula de identidade 1796607-8 SSP/MT e inscrito no CPF sob o nº 017.860.371-65, ocupante do Cargo Efetivo de **Mecânico**, lotado na Secretaria Municipal

de Infraestrutura, que encontrava-se de Auxilio Doença, até a data de 12 de Julho de 2019.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua publicação ou afixação nos lugares de costumes, revogadas as disposições em contrário.

Apiacás-MT., 15 de Julho de 2019.

ADALTO JOSÉ ZAGO

-Prefeito Municipal-

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 017/2019

PREGÃO PRESENCIAL N° 021/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 041/2019

O **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no C.N.P.J. sob nº 01.321.850/0001-54, com sede administrativa sito à Av. Brasil nº 1059 - Centro, Apiacás, MT., neste ato representada pelo Sr. **Adalto José Zago -** Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**, residente à rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás –MT., denominado simplesmente **CONTRATANTE,** RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) **SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP, CNPJ 26.877.656/0001-80,** Av. Alzira Santana- s/n, Bairro Ikaray, Várzea Grande-MT. Neste ato representada pelo seu proprietário Sr. Edilson Rafael da Silva, portador do RG 1357024-20 SSP/MT E DO cpf n° 005.422.341-57, nas quantidades estimadas **na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº 021/2019 e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei 10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 0156/2008 e nº 0564/2010, e em conformidade com as disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E ELETRODOMÉSTICOS, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS, conforme especificações e condições constantes no edital do Pregão Presencial nº. 021/2019.**

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do(s) objetos(s), obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Administração e Finanças, através do Departamento de Compras, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos materiais registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

FORNECEDOR: SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP

CNPJ 26.877.656/0001-80

ITENS:

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde do Item	Vl. Unit.	Preço Total
1	14-01-0235	APARELHO CELULAR - TIPO SMARTPHONE, TELA 5.0 POLEGADAS, 32GB MEMORIA INTERNA , TECNOLOGIA 3G OU SUPERIOR, PROCESSADOR TIPO QUAD CORE COM VELOCIDADE MINIMA 1.4 GHZ, RESOLUCAO MINIMA DA TELA PRINCIPAL 720 X 1280 (HD), SISTEMA OPERACIONAL ANDROID: CAPACIDADE PADRAO DA BATERIA DE NO MINIMO 2400MAH, BLUETOOTH V4.2, CONEXOES 2G GSM, 3G WCDMA, 4G LTE FDD, DUAL SIM, SUPORTE AO CARTAO DE MEMORIA MICRO SD ATE 256GB, WI-FI 802.11 B/G/N 2.4GHZ, RESOLUCAO MINIMA CAMERA TRASEIRA 13.0 MP, RESOLUCAO MINIMA DA CAMERA FRONTAL 5.0 MP, COM NO MINIMO LUZ DE FLASH NA CAMERA TRASEIRA. MARCA ASUS	UN	3,00	1.340,00	4.020,00
2	14-01-0234	BICICLETA - DO TIPO TIPO MONTAN BIKE, ARO 26, RODAS DE PAREDE DUPLA, 18 MARCHAS, COMANDO DE CAMBIO RAPTFIRE, GUIDAO PRETO, EM ALUMINIO. MARCA WEDY BIKE	UN	3,00	700,0	2.100,00
4	14-01-0236	TELEVISOR - EM CORES,32 POLEGADAS,ENTRADAS: 2 HDMI, 1 USB, VGA,COBERTURA DE CANAIS, VHF, UFH, SINTONIZADOR DIGITAL HD INTEGRADO, PROGRAMACAO AUTOMATICA DE CANAIS,SISTEMA ANALOGICO E DIGITAL,BIVOLT 220V,FUNCAO CLOSED CAPTION,CONTROLE REMOTO ACOMPANHANDO PILHAS, MANUAL DE INTRUCOES, BASE DE SUSTENTACAO DA TV, FONTE DE ALIMENTACAO,CABO PARA A FONTE DE ALIMENTACAO, PARAFUSO PARA FIXACAO DA BASE NO TELEVISOR,GARANTIA MINIMA DE 12 MESES **MARCA PHILCO**	UN	4,00	1.430,00	5.720,00

Valor total do Fornecedor R$ 11.840,00 (onze mil oitocentos e quarenta reais)

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar o fornecimento dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os materiais deverão ser entregues na sede do município de Apiacás/MT, sem qualquer ônus para a Prefeitura Municipal, conforme forem solicitados pelo setor competente os móveis deverão ser montados no local da entrega.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. A falta de quaisquer dos itens cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução dos serviços objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

5.6. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

5.7. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.8. Fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.9. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.10. A contratada ficará obrigada entregar os termos de garantia dos equipamentos e móveis no momento da entrega dos mesmos;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Fornecimento dos itens licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado até 30 dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria responsável, sendo de responsabilidade do fornecedor a emissão de **Nota Fiscal Eletrônica** de acordo com o disposto no artigo 198-A-5-2, Inciso I do RICMS (Regulamento do ICMS), quando for o caso.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

7.3. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

7.5. O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, boleto bancário, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

7.6. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 20.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos na prestação de serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, por prazo de até 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

10.3. Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 20.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:

03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

001.- ADM. GERAL DA SEC. MUN. DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

2121 – CAMPANHA IPTU PREMIADO

33.90.31.000000- PREMIAÇÕES

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão Presencial nº 021/2019,** seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Apiacás-MT.

14. DO FORO

Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o da Comarca de Apiacás/MT, por mais privilegiado que outro possa ser.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Apiacás/MT, 15 de julho de 2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS-MT

ADALTO JOSÉ ZAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP

CNPJ 26.877.656/0001-80

CONTRATA

PREFEITURA MUNICIPAL
RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL nº.: 021/2019 – PROCESSO LICITATÓRIO 041/2019

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PERMANENTES, COM ENTREGA PARCELADA PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO MUNICÍPIO DE APIACÁS

EMPRESA – **SOMA COMÉRCIO E SERVIÇOS EIRELI-EPP**

CNPJ -26.877.656/0001-80 , VENCEDORA NOS ITENS 01,02 E 04

Item	Material	Descrição do Material	Un. Med.	Qtde do Item	Vl. Unit.	Preço Total
1	14-01-0235	APARELHO CELULAR - TIPO SMARTPHONE, TELA 5.0 POLEGADAS, 32GB MEMORIA INTERNA , TECNOLOGIA 3G OU SUPERIOR, PROCESSADOR TIPO QUAD CORE COM VELOCIDADE MINIMA 1.4 GHZ, RESOLUCAO MINIMA DA TELA PRINCIPAL 720 X 1280 (HD), SISTEMA OPERACIONAL ANDROID: CAPACIDADE PADRAO DA BATERIA DE NO MINIMO 2400MAH, BLUETOOTH V4.2, CONEXOES 2G GSM, 3G WCDMA, 4G LTE FDD, DUAL SIM, SUPORTE AO CARTAO DE MEMORIA MICRO SD ATE 256GB, WI-FI 802.11 B/G/N 2.4GHZ, RESOLUCAO MINIMA CAMERA TRASEIRA 13.0 MP, RESOLUCAO MINIMA DA CAMERA FRONTAL 5.0 MP, COM NO MINIMO LUZ DE FLASH NA CAMERA TRASEIRA. MARCA ASUS	UN	3,00	1.340,00	4.020,00
2	14-01-0234	BICICLETA - DO TIPO TIPO MONTAN BIKE, ARO 26, RODAS DE PAREDE DUPLA, 18 MARCHAS, COMANDO DE CAMBIO RAPTFIRE, GUIDAO PRETO, EM ALUMINIO. MARCA WEDY BIKE	UN	3,00	700,0	2.100,00
4	14-01-0236	TELEVISOR - EM CORES,32 POLEGADAS,ENTRADAS: 2 HDMI, 1 USB, VGA,COBERTURA DE CANAIS, VHF, UFH, SINTONIZADOR DIGITAL HD INTEGRADO, PROGRAMACAO AUTOMATICA DE CANAIS,SISTEMA ANALOGICO E DIGITAL,BIVOLT 220V,FUNCAO CLOSED CAPTION,CONTROLE REMOTO ACOMPANHANDO PILHAS, MANUAL DE INTRUCOES, BASE DE SUSTENTACAO DA TV, FONTE DE ALIMENTACAO,CABO PARA A FONTE DE ALIMENTACAO, PARAFUSO PARA FIXACAO DA BASE NO TELEVISOR,GARANTIA MINIMA DE 12 MESES **MARCA PHILCO**	UN	4,00	1.430,00	5.720,00

Valor total do Fornecedor R$ 11.840,00 (onze mil oitocentos e quarenta reais)

PREFEITURA MUNICIPAL
ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PROCESSO LICITATÓRIO 037/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: N° 016/2019

PREGÃO: Nº 004/2019 – REGISTRO DE PREÇOS

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos doze dias do mês de Julho do ano de 2019, o **Município de Apiacás**, Estado de Mato Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.321.850/0001-54, com sede administrativa na Avenida Brasil, nº 1.059 – Bairro Bom Jesus, Apiacás/MT, CEP: 78.595-000, Brasil, Fone: (66)3593.2200, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **Adalto José Zago**, brasileiro, casado, Prefeito Municipal, portador do CPF n º 545.625.389-53, e do RG n º 1357154-0 SSP/PR**,** residente à Rua**das Itaúbas s/n°, Bairro Bom Jesus, Apiacás /MT**, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **REALMED DISTRIBUIDORA LTDA-EPP**, inscrita no CNPJ sob o nº 17.263.792/0001-90, com sede Rua Belo Horizonte, nº 2209, sala 02, Alto Alegre, CEP: 85.802-010, em Cascavel/PR, neste ato, representada pela Sra. **Alexandre de Alcântara Silva**, brasileiro, solteiro, sócio-administrativo, portador da Cédula de Identidade RG 8.162.243-4 SESP/PR, inscrito no CPF/MF sob o nº 457.063.879-15, residente e domiciliado à Rua Belo Horizonte, nº 2109, apto 202, Neva, CEP: 85.802-228, em Cascavel/PR, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem em obediência ao disposto na Lei Federal nº. 10.520/2002 subsidiariamente à Lei Federal nº 8.666/19993 (e suas alterações posteriores), Decreto Municipal nº 0156/2008 e Decreto Municipal nº 0564/2010, demais normas complementares, disposições deste instrumento e dos seus anexos e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do Muni-

cípio de Apiacás, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS HOSPITALARES ATENDENDO AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICIPIO DE APIACÁS, MATO GROSSO**, conforme especificações do **ANEXO I**, do Edital do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 004/2019**:

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1. Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do PREGÃO ELETRÔNICO para Registro de Preços nº 004/2019 e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do **FORNECEDOR REGISTRADO**.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário Oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.apiacas.mt.gov.br .

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao **ÓRGÃO GERENCIADOR** convocar os **FORNECEDORES REGISTRADOS** para negociar o novo valor.

4.2.1. Caso o **FORNECEDOR REGISTRADO** se recuse a baixar os seus preços, o **ÓRGÃO GERENCIADOR** poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvada a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O **ÓRGÃO GERENCIADOR** adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DO(S) PREÇO(S) REGISTRADO(S) POR ITEM(NS)

Item	Código	Nome do Material	Un. Med.	Marca	Quantidade	Preço Unitário	P. Total
44	3-01-1725	CETOPROFENO CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 50 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA 2ML, VIA INTRAMUSCULAR UNIDADE	UN	HIPOLABOR	3.000,00	1,32	3.960,00
50	3-01-1570	CLOPIDOGREL, BISSULFATO CONCENTRACAO/DOSAGEM 75 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO REVESTIDO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UN	HYPERMARCAS	10.000,00	0,26	2.600,00
64	3-01-1671	EPINEFRINA CONCENTRACAO/DOSAGEM 1MG/ ML, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, FORMA DE APRESENTACAO EM AMPOLA C/1ML, VIA PARENTERAL. UNIDADE	UN	HIPOLABOR	4.000,00	1,96	7.840,00
66	3-01-1915	ESCOPOLAMINA, BUTILBROMETO + DIPIRONA SODICA CONCENTRACAO DOSAGEM 20MG + 2,5MG RESEPECTIVAMENTE, FORMA FARMACEUTICA INJETAVEL, AMPOLA 5ML, VIA DE ADMINISTRACAO PARENTERAL.	UN	HYPOFARMA	50.000,00	1,36	68.000,00
110	3-01-1848	MELOXICAM CONCENTRACAO/DOSAGEM 15 MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO,VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UN	PHARLAB	5.000,00	0,08	400,00
114	3-01-1754	METILDOPA CONCENTRACAO/DOSAGEM DE 250MG, FORMA FARMACEUTICA COMPRIMIDO, FORMA DE APRESENTACAO EM COMPRIMIDOS, VIA ORAL UNIDADE	UN	EMS	40.000,00	0,42	16.800,00
140	3-01-1904	PREDNISOLONA CONCENTRACAO/DOSAGEM 3 MG/ML, FORMA FARMACEUTICA SOLUCAO ORAL, FORMA DE APRESENTACAO FRASCO, VIA DE ADMINISTRACAO ORAL	UN	HIPOLABOR	10.000,00	4,03	40.300,00
							139.900,00

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O **FORNECEDOR REGISTRADO** terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será publicada no diário Oficial dos Municípios/MT e divulgada no portal da internet www.apiacas.mt.gov.br

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do **ÓRGÃO GERENCIADOR**:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços;

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo **ÓRGÃO GERENCIADOR** não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do **FORNECEDOR REGISTRADO** pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do **FORNECEDOR REGISTRADO**:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de Preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.4. Atender aos chamados do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da Ata de Registro de Preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços sem a expressa concordância do **ÓRGÃO GERENCIADOR**.

9.1.6. Não subcontratar o objeto da presente licitação, sem o consentimento prévio do **ÓRGÃO GERENCIADOR**, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Retirar as Requisições solicitadas referentes ao objeto do presente Pregão no Município de Apiacás/MT, Departamento de Compras, situado na Avenida Brasil, nº 1059, Bairro Bom Jesus;

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos, objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão de obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo **FORNECEDOR REGISTRADO**.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Requisição;

9.1.16. Entregar em até 10 (dez) dias após a emissão da OC – Ordem de Compra, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas na OC, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na OC.

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer(em) à especificação exigida será(ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Apiacás/MT funcionário(s) que atenderá(ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, e-mail e outros meios de contato para atender às requisições;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos deverão ser feitas no Hospital Municipal de Apiacás/MT, a partir do recebimento da requisição no prazo máximo de 10 dias após a emissão da mesma, deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de forma parcelada, de acordo com as necessidades das Secretarias interessadas, mediante apresentação da Requisição, emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os Produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Requisição no Hospital Municipal de Apiacás, localizado à Avenida Jaime Veríssimo de Campos Junior, s/nº, Bairro Bom Jesus – CEP: 78.595-000, Apiacás - Mato Grosso – Brasil - Fone: (66)3593.1344 - licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br, ou outro local determinado pela Administração, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pela farmácia do Hospital Municipal de Apiacás, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. Os produtos dispensáveis da apresentação de amostras (quando houver), deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.8.1. Somente serão aceitos medicamentos, dos quais constem em Nota Fiscal, o vencimento dos mesmos.

10.9. Prazo de validade dos medicamentos deverá ser de no mínimo 10 (dez) meses, contados a partir da data da entrega.

10.10. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais. licitacao@apiacas.mt.gov.br - www.apiacás.mt.gov.br

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar a inadimplência;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Apiacás/MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 20º (vigésimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota Fiscal/Fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10% (dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV) A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo **FORNECEDOR REGISTRADO** no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002 e da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte: Dotações Orçamentárias constantes do exercício 2019.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Apiacás/MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente Ata de Registro de Preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Apiacás, de 12 de Julho de 2019.

_____

Adalto José Zago

Prefeito Municipal

ÓRGÃO GERENCIADOR

_____

Alexandre de Alcântara Silva

REALMED DISTRIBUIDORA LTDA-EPP

CNPJ 17.263.792/0001-90

FORNECEDOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAGUAIANA

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 06/2019

A **Prefeitura Municipal de Araguaiana – MT** Torna Público aos interessados o **Resultado da Licitação** realizada na Modalidade de **Pregão Presencial** N.º **06/2019** tendo como objeto: **CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO BANCÁRIA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS FINANCEIROS E PROCESSAMENTO E GERENCIAMENTO DE CRÉDITOS PROVENIENTES DA FOLHA DE PAGAMENTO DO MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA - MT.** Em Abertura realizada no dia **10/07/2019** às **09:00**, Tornou-se **DESERTO.** Márcia Cristina Fernandes Corrêa, Pregoeira de Licitação, Araguaiana – MT 11 de Julho de 2019.

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇO Nº 05/2019

Aviso de Resultado de Licitação

Pregão Presencial nº 05/2019 de 13/06/2019

A Pregoeira de Licitação da Prefeitura Municipal de Araguaiana - MT torna – se publica que no Pregão Presencial n° 05/2019 do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, cujo objeto foi: **"CONTRATAÇÃO DE MICROEMPRESAS, EMPRESAS DE PEQUENO PORTE E MICROEMPREENDORES INDIVIDUAIS LOCAL OU REGIONAL, PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE ARAGUAIANA - MT",** sagrou-se vencedora as empresas, **SANDRO PERES XAVIER – ME CNPJ nº 10.774.280/0001-49 e OLIVEIRA MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO E MADEIRA EIRELI – ME CNPJ nº 28.752.588/0001-59.** Márcia Cristina Fernandes Corrêa Pregoeira de Licitação, Araguaiana 05 de Julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPUTANGA

GABINETE - DEPTO JURIDICO
EDITAL Nº 02/2019 - SELEÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

EDITAL Nº 02/2019

SELEÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR

DIVULGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO PARA CONSELHEIRO TUTELAR

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei **nº 1.349/2019** faz publicar o presente edital que torna público a relação de inscritos para o processo de seleção para Conselheiro Tutelar.

Nº da Inscrição	NOME	SITUAÇÃO DA INSCRIÇÃO
16	Adegilson Moreira Rios	Deferida
27	Adnaldo Ferreira Gonçalves	Deferida
08	Aitana Silva Silvério Mamedes	Deferida
04	Aldair José de Carvalho	Deferida
20	Darci Pereira de Souza	Deferida
22	Dianalice Ribeiro dos Santos	Deferida
14	Dielida Gomides Alves	Deferida
06	Edmar Venâncio Ferreira	Deferida
15	Elio Marcos Fernandes	Deferida
19	Ervina Calixto Ribeiro	Deferida
21	Francisca Maria Damacena	Deferida
13	Jaqueline Mirna Feitosa Cazarini	Deferida
11	Jéssica Teixeira da Silva	Deferida
17	Josanne Vieira Silva	Deferida
05	José Martins Araújo Mendes	Deferida
23	Joyce Keren Vieira Lima	Deferida
25	Letícia RaqueleUltramare Queiroz Carvalho	Deferida
03	Marcia Batista Puger	Deferida
02	Marilda Araújo Goloni	Deferida
09	Marlene Pereira Gomes	Deferida
10	Michele Aparecida Morão de Souza	Deferida
24	Rosangela Maria de Menezes	Deferida
07	Roseli Padovan de Moura	Deferida
26	Vilzemar Rodrigues Ferreira	Deferida
18	Wania Barbosa Bertúlio	Deferida
01	Wania Rita de Cássia Gasch Harris	Deferida
12	Zulmiro Ribeiro Lopes Junior	Deferida

*publicação por ordem alfabética

Araputanga, 15 de julho de 2019.

NELSON RAMOS DE ANDRADE

PRESIDENTE DO C.M.D.C.A.

ARAPUTANGA/MT

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.352/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.352/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR NOVO CONVÊNIO JUNTO A ASSOCIAÇÃO ABRIGO FLOR DE ACÁCIA, CNPJ Nº 15.015.391/0001-95 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar novo convênio para repasse de valores à *Associação Abrigo Flor de Acácia*, inscrita com CNPJ nº 15.015.391/0001-95, visando o repasse da importância de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) em parcela única, oriunda da Emenda nº 30970004, Programação nº 510125820180001.

Art. 2º – O presente repasse se processa de forma pura e simples, em se tratando de Emenda destinada especificamente à referida Instituição, devendo ser a destinação do recurso realizada em conformidade com as orientações do Ministério da Cidadania e fiscalizada pelo Conselho Municipal de Assistência Social.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.

Art. 4°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.353/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.353/2019

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL DISCRIMINADO POR SEU ELEMENTO DE DESPESA E FONTE DE RECURSO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Abre no Orçamento Geral do Município, um **Crédito Adicional Especial** no montante de R$ 150.00000 (centro e cinquenta mil), discriminado por suas fontes de recursos e elementos de despesas, conforme segue:

09 – SECRETARIA DE ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08 – ASSISTÊNCIA SOCIAL

244 – ASSISTÊNCIA COMUNITÁRIA

1004 – GESTÃO SOCIAL

1120 – TRANSFERÊNCIA DE RECUSOS A ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS

Fonte de Recursos: 0.1.21 - Transferências de Convênios – Assistência Social

Elementos de Despesa: 3.3.50.41 – Contribuições.....R$ 150.000,00

TOTAL .....R$ 150.000,00

Art. 2º - O presente Crédito Adicional Especial tratado no artigo anterior será suportado por recursos provenientes de Excesso de Arrecadação nos termos do Artigo 43, § 1º, inciso II, da Lei n. 4.320/64.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de julho (07) de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.354/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.354/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A FIRMAR NOVO CONVÊNIO JUNTO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DO DESPORTO DE ARAPUTANGA - APADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio junto a Associação de Pais e Amigos do Desporto de Araputanga – APADA, inscrita com CNPJ nº 02.507.859/0001-17, repassando a importância de R$ 52.280,00 (cinquenta e dois mil e duzentos e oitenta reais) conforme conveniado, visando a realização de diversas competições esportivas a ser realizadas no decorrer do ano de 2019 em parceria com a Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, bem como Projeto "Karatê na minha vida" a ser disponibilizado a crianças e adolescentes atendidas pelo Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 2º – O presente repasse se processa de forma pura e simples, em se tratando de comum acordo com a Associação de Pais e Amigos do Desporto de Araputanga – APADA, devendo sua diretoria nos remeter relatórios até 15 (quinze) dias após o término de cada competição ou projeto comprovando que os recursos repassados foram destinados para o custeio do necessário à realização das competições e projeto.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.

Art. 4°. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

GABINETE - DEPTO JURIDICO
LEI MUNICIPAL Nº 1.351/2019

LEI MUNICIPAL Nº 1.351/2019

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ADITIVAR OCONVÊNIOFIRMADO JUNTO A ASSOCIAÇÃO CRIANÇA E ADOLESCENTE/ASCA DE ARAPUTANGA/MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a aditivar o Convênio firmado junto Associação Criança e Adolescente/ASCA de Araputanga/MT, inscrita no CNPJ sob o nº 27.702.392/0001-97, declarada como de utilidade pública através da Lei Municipal nº 1.253/2017, ampliando o repasse mensal para R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) nas parcelas restantes, a partir da publicação do Termo Aditivo.

Art. 2º – O valor deverá ser destinado para fins de coadjuvar no pagamento do quadro de profissionais responsáveis pela Associação.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias ou suplementadas.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, aos quinze (15) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

NOTIFICAÇÃO DE DÉBITOS DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

O Município de Araputanga – MT, informa que:

Conforme o CTM Lei Complementar 585/2003, Artigos 225, 239, 312, 313, 315. Verificando os cadastros de contribuintes inadimplentes com referência aos Tributos Municipais, constatamos que V. Senhoria encontra-se em Débito com esta Municipalidade. Nestes termos, vimos pelo presente Avisá-lo, para que procure o Setor de Tributação da Prefeitura e Regularize seus débitos no prazo máximo de 15 (quinze) dias. A não quitação implicará em Multa, conforme Art. 361, III, a), V, a), VI, j) da referida Lei, além do envio para Protesto. Débitos até o exercício de 2016 podem já constar Protestados, conforme Notificações anteriores. Os valores constantes nesta notificação poderão sofrer alteração na data de consulta ou quitação. Caso já tenha quitado os débitos, desconsidere esta Notificação. Os contribuintes prestadores de serviços devem fazer a Escrituração das NFs emitidas nos prazos regulamentares, e, na falta de movimentação, devem fazer a declaração de Sem Movimento, para que não fique em inadimplên-

cia no Município com respeito às obrigações tributárias e com inobservância a Lei Federal.

NOME DO (A) NOTIFICADO (A)
AFONSO OLEGARIO DE ALMEIDA
AGNALDO SILVEIRO CORREIA
AILTON GUEDES DA SILVA
ALCIDES DA COSTA
ALTAIDES NELSON BASSOLI
AMELIA ROCHA PAULINO
ANTONIO FRANCISCO DA ROCHA
DIEGO NEVES LOPES
DIVINA MARRA DA SILVA
DIVINO ALVES DE MOURA
DJAMIL SEBASTIAO DUARTE
DORACINA VIEIRA DA COSTA
EDGAR ALVES DE ALMEIDA
EDNA MOREIRA DE CASTRO
ELIZABETH FERNANDES DA SILVA
ELIZEU FERNANDES DA SILVA
ERALDO MACHADO PEREIRA
EUSMAR LEMES DA SILVA
FLORES DA CUNHA BENVENUTI
FRIGORIFICO ARAPUTANGA S/A
GERALDA CAMILO DA CRUZ
GILSON DE ARAUJO
IVANOR DE SOUZA COL
IZABEL PEREIRA DOS SANTOS
IZELINA INES FELICIO
JAIR SELES DE CARVALHO
JAQUELINE MIRNA FEITOSA CAZARINI
JOAO CEZARIO DE OLIVEIRA
JOAO PEREIRA PINTO
JOAQUIM ALMEIDA ROSA
JOSE ALMIRO BHIL
JOSE CAVALCANTE DE OLIVEIRA
JOSE FERREIRA MARQUES
JOSE GUILHERMINO JESUS
JOSE MARIA DA CRUZ
JOSE POMPEU DA CUNHA MATOS
JOSIAS DE MIRANDA
JULIANA CAMPOS LIMA
JUSCELIO JANUARIO DOS SANTOS
LUCIA HELENA FAGUNDES DE OLIVEIRA
MARCELLO ESTEVAO FERRAZ
MARIA APARECIDA LOPES POVOAÇÃO
MARILZA DE SOUZA BENEVIDES
MARIO XAVIER
MARLI DIAS ROCHA
NAIR OLERIANA DE ALMEIDA
ORLANDIR AUGUSTO DE PAIVA E OUTRO
OSAIR PAINS DE SOUZA (ESPOLIO)
OTACILIO JOSE TEIXEIRA
PEDRO BEDONI
PENHA ROSA DE SOUZA
RENILDO CARI LOPES
ROMILDO SOUZA DE JESUS
RONALDO ALVES DA SILVA
ROSANGELA PERPETUA PENHEIRO DA SILVA
SEBASTIAO CARLOS ALVES DE OLIVEIRA
SEBASTIAO JERONIMO DE SOUZA
SHEKSCHAU BEZERRA DE AQUINO
VALDECY GONCALVES DA CRUZ
VALDEMIR OLIVEIRA RIOS
VALDIVINA ALEXANDRE DA SILVA
VALTER DE SOUZA MOREIRA
VICENCIA SARDINHA DA COSTA
VICENTE PEREIRA RODRIGUES

Araputanga- MT, 15 de julho de 2019.

Setor de Tributação da Prefeitura Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso.

GABINETE - DEPTO JURIDICO
DECRETO MUNICIPAL Nº 43/2019

DECRETO MUNICIPAL Nº 43/2019

REAJUSTA O IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO/IPTU DO EXERCÍCIO 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOEL MARINS DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

CONSIDERANDO a disposição do Artigo 217, §3º do Código Tributário Municipal (Lei Municipal nº 585/2003);

DECRETA:

Art. 1º - Reajusta o Imposto Predial e Territorial Urbano/IPTU para o exercício de 2019 (dois mil e dezenove) em 3,43% (três vírgula quarenta e três por cento), em conformidade com o Parágrafo 1º do Art. 203 da Lei Municipal 585/2003, levando em consideração o índice do INPC relativo ao ano de 2018.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogando as disposições em contrário.

Publique-se, registra-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga, Estado do Mato Grosso, aos onze (11) dias do mês de julho (07) do ano de dois mil e dezenove (2019).

JOEL MARINS DE CARVALHO

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ

COORDENADORIA DE ADM
ATO DE RETIFICAÇÃO

A PUBLICAÇÃO NO JORNAL ELETRONICO DOS MUNICIPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO DE 05 DE JULHO DE 2019, ANO XIV Nº 3263, PAGINA 134 REFERENTE À PUBLICAÇÃO DO TERMO ADITIVO Nº. 407/2019, ONDE LÊ-SE “PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E/OU INSTALAÇÃO ELETRICA EM PRÉDIOS E DEPENDÊNCIAS PÚBLICA, E EVENTOS A SEREM PROMOVIDOS NESTE MUNICÍPIO”, LEIA-SE “REFERENTE À AQUISIÇÃO DE UMA MAQUINA PESADA DO TIPO TRATOR DE ESTEIRA ZERO KM, CONFORME TERMO DE CONVÊNIO 851224/2017-SUDAM, EM ATENDIMENTO A SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA” BEM COMO ONDE LÊ-SE “TERCEIRO ADITIVO” LEIA-SE “QUARTO ADITIVO”

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 427/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA; PENTAGONO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS LTDA - ME; REFERENTE À CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE DESENVOLVIMENTO E HOSPEDAGEM DE WEBSITE E E-MAILS DO SITE OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ARIPUANÃ/MT, O QUAL OFERECE SERVIÇOS E INFORMAÇÕES NOTICIOSAS AOS MUNÍCIPES, ATENDENDO A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DESTE MUNICÍPIO, COM BASE NO ART. 24 INCISO II DA LEI Nº 8.666/1993 E ALTERAÇÕES, E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 015/2019; VALOR GLOBAL R$ 8.160,00; VIGENCIA: 12/07/2019 A 11/07/2020.

GABINETE DO PREFEITO
CONTRATO Nº 428/2019

CONTRATANTE: PREF. MUNICIPAL DE ARIPUANA; CONTRATADA; JULCINETE ALVES DA SILVA & CIA LTDA; REFERENTE À AQUISIÇÃO DE LIVROS DE LITERATURA INFANTIL, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER, EM APOIO AS ESCOLAS MUNICIPAIS DO ENSINO PUBLICO, COM BASE NO ART. 24 INCISO II DA LEI Nº 8.666/1993 E ALTERAÇÕES C/C ART.1º INCISO II DA LC101/2015 E COM AMPARO NO ART. 37, INCISO XXI DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL; DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 016/2019; VALOR GLOBAL R$ 11.588,00; VIGENCIA: 12/07/2019 A 11/10/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARÃO DE MELGAÇO

PORTARIA Nº 078/2019

SÚMULA: Dispõe sobre Licença Premio por assiduidade e estabelece outras providências.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ, Prefeito Municipal de Barão de Melgaço, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais.

R E S O L V E:

Art.1º - Conceder 03 (Três) meses de Licença Prêmio Especial, por assiduidade nos termos do Art. 34 da Lei 462/2014 inciso 1º, para o Servidor, **JULIO CESAR DA SILVA GOMES** (PILOTEIRO DE BARCO), lotada na Secretaria Municipal de Saúde, referente ao qüinqüênio 2013 a 2018, o período do seu afastamento será de 01/07/2019 a 28/09/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo seu efeito legal para o dia 01 de julho de 2019.

.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito**,** 01 de Julho de 2019.

ELVIO DE SOUZA QUEIROZ

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO.

AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO 009/2019 CARTA CONVITE N.º 002/2019. A Prefeitura Municipal de Barão de Melgaço-MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, nomeado pela portaria 060/2019, torna público para os interessados o resultado do Convite 02/2019, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRODUTORA DE EVENTOS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS RELACIONADOS COM O "9 FESTIVAL DE PESCA DE BARÃO DE MELGAÇO", CONFORME ANEXO I, PARA ATENDER O DISPOSTO NO CONVÊNIO ENTRE A PREFEITURA E O SICONV-MINC**, no município de Barão de Melgaço-MT,cujo certame teve como vencedora a empresa **J.B. LOCAÇÕES DIVERSAS**, inscrita no CNPJ/MF sob o n. 12.036.346/0001-29, com o valor de **R$ 93.128 (Noventa e Três mil cento e vinte e oito reais)**

Barão de Melgaço, 15 de julho de 2019.

WILSON PRADO DE BARROS

Presidente da Comissão Permanente de Licitação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DO BUGRES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.002/SMEC/2018 - EDITAL Nº 020/2019 – CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, Sra. **IVONE DA ROCHA** e o Presidente da Comissão do Teste Seletivo da SMEC, Sr. **JOÃO BOSCO FERNANDES EL HAGE**,no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/SMEC/2018, CONVOCA o candidato abaixo a comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para, localizada na Rua Frederico Josetti, SN, Beira Rio, no prazo de 05 (cinco) dias, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga:

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL	
Nome	**Nº de Inscrição**
IGOR SOUZA MEIRA	171

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Bugres-MT, 15 de julho de 2019.

Ivone da Rocha

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 022/2019

João Bosco Fernandes El Hage

Presidente da Comissão de Teste Seletivo da SMEC

Portaria Interna nº 016/2018

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.001/SMEC/2019 EDITAL Nº 021/2019 – CONVOCAÇÃO

A Secretária Municipal de Educação e Cultura de Barra do Bugres, Estado de Mato Grosso, Sra. **IVONE DA ROCHA** e o Presidente da Comissão do Teste Seletivo da SMEC, Sr. **JOÃO BOSCO FERNANDES EL HAGE**,no exercício de suas atribuições legais e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado nº 002/SMEC/2018, CONVOCA o candidato abaixo a comparecer na Secretaria Municipal de Educação e Cultura para, localizada na Rua Frederico Josetti, SN, Beira Rio, no prazo de 05 (cinco) dias, munido dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga:

Cargo: AGENTE DE SERVIÇO PÚBLICO – ESCOLA SÃO BENEDITO	
Nome	**Nº de Inscrição**
ANGELITA RODRIGUES BARBOSA	1083

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Barra do Bugres-MT, 15 de julho de 2019.

Ivone da Rocha

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Portaria nº 022/2019

João Bosco Fernandes El Hage

Presidente da Comissão de Teste Seletivo da SMEC

Portaria Interna nº 016/2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 184 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO

CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 005/2018 E 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 254** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **SINEZIA APARECIDA TAVARES SILVA DA CRUZ,** Licenciado em pedagogia na E.M Garces, acréscimo de 20 horas a partir de 08/07/2019 a 22/07/2019 em substituição a professora Michele do Rosário Borges que se encontra de atestado médico.

Cáceres, 09 de Julho de 2019

_____

_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ADITIVO Nº 177 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária no contrato **nº 086** por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **IRANILDA BORDON BUCHARA RIBAS,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na EM Santos Dumont, acréscimo de 20 horas no período de 02/07/2019 a 10/07/2019, em substituição a servidora Maria Emilia de Souza da Silva que encontra se de licença médica.

Cáceres, 02 de julho de 2019

_____

_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 2018/003 – EDITAL COMPLEMENTAR Nº 25/2019 DE 15 DE JULHO DE 2019.

A Prefeitura de Cáceres/MT, através da Secretaria Municipal de Assistência Social e a Comissão do Processo Seletivo Simplificado 2018/003, designada através das Portarias nº 152/2018 e 129/2018. Considerando o Edital 01/2018 de abertura do Processo Seletivo Simplificado para atender a necessidade temporária de excepcional de interesse público da Prefeitura Municipal de Cáceres/MT. Informa a convocação do candidato/a classificado/a no Processo Seletivo Simplificado 2018/003,

Convocação do Candidato Classificado Seletivo Simplificado 2018/003, abaixo citado. Considerando que o candidato classificado deverá comparecer a esta Secretaria para entrega de documentação para compor o quadro de vagas na data de 16, 17 e/ou 18/07/2019.

CANDIDATO CONVOCADO

Cargo: Auxiliar de Cuidador		
Ordem	**Nome**	**RG**
44	Neli Ferreira Machado	16831144

Cargo: Auxiliar de Serviços Gerais		
Ordem	**Nome**	**RG**
06	Paulo Roberto da Silva	07724250

Isso é que nos cabe informar

Comissão do Processo Seletivo Simplificado 2018/003

Higor Fauber Lemes de Oliveira

Patrícia da Silva Araújo

Cristiane Malho Abbade Gouveia Sebastião

Cáceres/MT, 15 de julho de 2019

Eliane Batista

Secretária Mun. de Assistência Social

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - SETOR DE LICITAÇÃO AVISO DE SUSPENSÃO PREGÃO ELETRÔNICO N° 40/2019 REGISTRO DE PREÇO POR MENOR PREÇO POR ITEM

Interessada: Todas as Secretarias.

Objeto: O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa paraRegistros de Preço a contratação de Empresa para Prestação de Serviço Especializado em Controle de Pragas, Limpeza e Conservação, visando atender as Secretarias desta Prefeitura.

Fica **SUSPENSO** o certame que estava marcado para o dia 18 de julho de 2019, às 09:00 horário de Brasília-DF. Tão logo redefinida, será designada uma nova data.

Observação: A pasta contendo o Edital e seus anexos poderão ser obtidos, na Prefeitura de Cáceres-MT, situada à Av. Brasil nº 119, CEP: 78200.000, ou baixadas no portal http://www.caceres.mt.gov/licitacao/ e na plataforma https://www.comprasgovernamentais.org.br/.

Local e Data: Prefeitura de Cáceres-MT, 15 de julho de 2019.

GRACIELLA OLIVEIRA COELHO

PREGOEIRO OFICIAL

Portaria nº 232/2019

DECRETO Nº. 446 DE 12 DE JULHO DE 2019.

"Dispõe sobre a Nomeação dos candidatos aprovados no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e:

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº. 456 de 28 de fevereiro, 954 de 15 de março e 14.596 11 de julho de 2019,

R E S O L V E:

Art. 1º Nomear os candidatos abaixo relacionados**,** aprovado no Concurso Público de Provas e Títulos da Prefeitura Municipal de Cáceres, homologado pelo Decreto nº 392/2017, de 28 de julho de 2017, para exercer sua função na Prefeitura Municipal de Cáceres, no Município de Cáceres, Estado de Mato Grosso.

AUDITOR DE TRIBUTOS: 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
4º(classificado)	DOUGLAS HENRIQUE VOQUEIRO TIEGS
5º(classificado)	KELTON CHOMA PAIVA

ASSISTENTE ADMINISTRATIVO: 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
116º(classificado)	MARCIA REGINA DE SOUZA
117º(classificado)	SARA NICOLAU
118º(classificado)	MARILZA DE MOURA MENDES

TÉCNICO EM INFORMÁTICA: 40 HORAS

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
9º(classificado)	DIEGO JUSTINIANO SEVERO

Art.2º Os documentos exigidos contidos no anexo I, devem ser apresentados na Coordenação de Gestão de Pessoas, da Secretaria Municipal de Administração, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Ato de Nomeação.

Art. 3º O candidato nomeado que não apresentar os documentos necessários à posse ou deixar de apresentar no prazo pré-estabelecido será considerado desistente, implicando automaticamente na sua desclassificação, com perda dos direitos decorrentes.

Art. 4º O candidato investido no cargo público municipal, submeter-se-á ao regime jurídico vinculado ao Estatuto do Servidor Público Municipal – Lei Complementar nº 25, de 27.11.97 e ao Regime de Seguridade Social do Município através do PREVI-CÁCERES - Lei Complementar nº 62, de 12 de dezembro de 2005.

Art. 5º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de julho de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

Afixado em: 12.07.19

ANEXO I

RELAÇÃO DOS DOCUMENTOS

1	Cópia dos Documentos: RG e CPF
2	Cópia da Certidão de Casamento ou Nascimento
3	Cópia do Título de Eleitor
4	Documentos que comprovem estar quites com obrigações eleitorais
5	Cópia de Certificado de Reservista (masculino)
6	Cópia da Carteira de Trabalho (páginas onde constam, número e série da CTPS, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho: último registro de contrato e a próxima página em branco)
7	Cópia CNH (Em caso de cargo especifico verificar a categoria exigida)
8	Cópia de Cadastro no PIS/PASEP
9	Cópia do Diploma / Comprovante de Escolaridade
10	Cópia da Carteira do Conselho de Classe MT, quando se tratar de profissão regulamentada incluindo comprovante de quitação de anuidade
11	Número CPF Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou Dependentes
12	Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos
13	Cópia da Carteira de Vacinação dos filhos menores de cinco
14	Cartão Vacina Adulto (especifico para trabalhos na área de saúde)
15	Comprovante de Residência à data da contração em nome do admitido (admite-se a contratação temporária para ACS até decisão final da ADI 2135, em tramitação no STF, conforme Resolução de Consulta nº 20/2008 TCE/MT)
16	Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público, assinado pelo servidor, com firma reconhecida.
17	Atestados Médicos Admissional, indicando se o candidato está apto ou não para o exercício das atribuições próprias do cargo
18	Certidão negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais
19	Declaração de Bens/ Imposto de Renda, com firma reconhecida.
20	Certidão Negativa de Débitos Junto ao Município de Cáceres (Original)
21	Telefone e E-mail.
22	Certidão de Tempo de Serviço

ITEM	DOCUMENTOS PESSOAIS

DECRETO Nº. 447 DE 12 DE JULHO DE 2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 74, Inciso VIII da Lei Orgânica Municipal e a **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado através do Decreto º 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO a Lei nº 2.473, de 29 de abril de 2015,

CONSIDERANDO o que consta no Processo sob o memorando nº. 14. 349, de 09 de julho de 2019,

RESOLVEM:

Art.1º Nomear a senhora relacionada abaixo para compor como membro representante do **CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE - CMDCA**, para o biênio 2019/2021.

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE

Suplente: Leonildes Maria Catelan em substituição ao senhor Adelino Braz Venuti

Art.2º Este Decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de julho de 2019.

ELIANE BATISTA

Secretária Municipal de Assistência Social

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito de Municipal Cáceres

Afixado em: 12.07.19

PORTARIA Nº 307 DE 12 DE JULHO DE 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL INTERINO DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº. 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº. 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013, e:

CONSIDERANDO o art. 67 de Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, onde determina que a execução dos Contratos seja acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração Pública;

CONSIDERANDO o que consta no Processo submetido ao Memorando sob nº 14.745, de 12 de julho de 2019,

RESOLVE:

Art.1º Designar os servidores**,** lotados na Secretaria Municipal de Saúde, como responsáveis para fiscalização e controle do contrato relacionado abaixo, com efeitos desde 04 de julho de 2019.

Titular: Erislane Aparecida de Oliveira

Suplente: Jéssica da Silva

Nº Contrato	Contratado	Objeto	Data Assinatura Contrato	Vigência
131/19	T H DA COSTA & CIA LTDA (CENTRO DE TRATAMENTO RECOMEÇO)	Contratação de clínica para prestação de serviços técnicos profissionais especializados em tratamento de dependências químicas, e ou, que atuem também no modelo de comunidade terapêutica, para prestação de cuidados terapêuticos específicos para usuários de álcool e drogas em situação de risco grave, prestando serviços de tratamento em regime de internação integral e por período de 06 (seis) meses. Em cumprimento ao mandado de intimação de liminar para o Município de Cáceres-MT sob o processo de nº 131-26. 2017.811.0006 (Cód. 212629) em trâmite no Juízo da Primeira Vara Cível de Cáceres/MT.	04/07/19	06 Meses

§ 1º As servidoras acima designadas deverão acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, bem como, registrar detalhadamente por escrito todas as ocorrências, encaminhá-las à Secretaria de Saúde e determinar o que for necessário para a regularização.

§ 2º Os casos em que excederem a competência das servidoras responsáveis pela fiscalização, deverá ser repassado ao Gestor da Pasta, para a adoção das providências necessárias.

Art.2º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

Prefeitura Municipal de Cáceres, 12 de julho de 2019.

ANTONIO CARLOS DE JESUS MENDES

Secretário Municipal Interino de Saúde

Afixado em: 12.07.19.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 133 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO JULHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **234**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor (a) **GRENDY CAMILA RODRIGUES PEREIRA LEITE** denominado (a) contratado(a), no cargo de Auxiliar de Desenvolvimento Infantil para exercer sua função na E.M. FAZENDO ARTE em Vaga Livre até que seja nomeado o profissional classificado do concurso público vigente regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 20/07/2019 até 20/12/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 10 julho de 2019.

_____
_____

Luzinete Jesus de Oliveira Tolomeu

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 179 ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA TEMPORÁRIA DE JULHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO DE ALTERAÇÃO DE CARGA HORÁRIA DE SERVIDORES EFETIVOS

A **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** no uso das suas atribuições que lhe confere a Lei nº 2.218, de 22 de dezembro de 2009, alterada pela Lei nº 2.258, de 16 de dezembro de 2010 e o Decreto nº 098, de 24 de fevereiro de 2011, alterado pelo Decreto nº 153, de 01 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º Acrescentar a carga horária por prazo determinado em caráter de excepcional interesse público, com vínculo previdenciário ao Regime Geral de Previdência Social – INSS, de **EDINEIA NATALINO DA SILVA SANTOS,** Licenciada em Pedagogia para exercer suas funções na EM Vitoria Regia, acréscimo de 10 horas no período de 01/07/2019 a 14/07/2019, considerando as redistribuições de aulas.

Cáceres, 02 de julho de 2019

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Servidor (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 005/2018 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 32/2019

A Secretaria Municipal de Educação de Cáceres-MT, visando atender aos Princípios Constitucionais da Legalidade, Impessoalidade, Moralidade, Publicidade e Eficiência,

Resolve:

I – CONVOCAR o candidato Aprovado e Classificado no Processo Simplificado nº 005/2018, para comparecer na Secretaria Municipal de Educação, situada na Avenida Getúlio Vargas – Nº 838, bairro Santa Isabel, ao lado da Secretaria Municipal de Saúde, no dia **16/07/2019 (TERÇA-FEIRA)**, **às 14:00** horas para compor o quadro de vagas apresentadas por esta secretaria, conforme **Anexo I** deste edital;

II – INFORMAR que para ser contratado, no dia da lotação o candidato deverá apresentar cópias de documentos pessoais e afins, conforme Anexo **II.**

Cáceres, 15 de julho de 2019.

Antônia Eliene Liberato Dias

Secretária Municipal de Educação

ANEXO I

CONVOCAÇÃO PARA LOTAÇÃO/ATRIBUIÇÃO

AREA URBANA

CARGO: Guarda

CL.	NOME	PONTUACAO	DATA DE NASC.	SITUACAO
0022	ANÍSIO BENEDITO DA FONSECA FILHO	55,00	10/03/1992	CLASSIFICADO

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA CONTRATAÇÃO

Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

Certidão de Casamento ou Nascimento;

Título de Eleitor;

Documentos que comprovem estar quites com as obrigações eleitorais;

Certidão de Reservista (quando do sexo masculino);

Carteira de Trabalho (páginas onde constam, foto, número e série da Carteira de

Trabalho, Qualificação Civil e Contrato de Trabalho);

Cadastro do PIS/PASEP

Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

Número do CPF do Pai, Mãe, Cônjuge, Filhos e/ou dependentes;

Certidão de Nascimento dos filhos;

Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

Comprovante de Residência à data da Contratação;

Declaração negativa de acúmulo de cargo e emprego público, assinado pelo servidor;

Atestado Médico Admissional;

Certidão Negativa dos últimos 5 (cinco) anos, relativa à existência ou inexistência de ações cíveis e criminais.

Declaração de Bens;

Certidão Negativa de Débitos junto ao município;

Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função;

Telefone e e-mail.

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO 003/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio da Secretária Municipal de Finanças, Arly Monteiro Rodrigues, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **ELISANGELA REGINA DA SILVA**, portadora do CPF nº 011.660.661-42, para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Brasil, nº 119 – COC, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação, para tratar de assunto de seu interesse.

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Atenciosamente,

Cáceres-MT, 12 de julho de 2019.

_____

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Decreto nº134/2016

Observação: Comparecer com cópia do RG e CPF

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO 002/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio da Secretária Municipal de Finanças, Arly Monteiro Rodrigues, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **VALERIA RIBEIRO DE SOUZA**, portadora do CPF nº 486.957.501-91, para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação, para tratar de assunto de seu interesse.

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Atenciosamente,

Cáceres-MT, 12 de julho de 2019.

_____

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Decreto nº134/2016

Observação: Comparecer com cópia do RG e CPF

LEI Nº 2.777, DE 12 DE JULHO DE 2019

"Dispõe sobre a ratificação de Dação em Pagamento de Imóvel ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres/MT – PREVICÁCERES, e da retificação de finalidade, nos termos do que dispõe o art. 249 da Constituição Federal e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1° Fica ratificada, para todos os fins de direito, a dação em pagamento ofertada pelo Poder Executivo Municipal ao Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Cáceres/MT – PREVICÁCERES, através

do Decreto nº 497 de 06 de novembro de 2012, registrada sob R-2-44.366, do imóvel sob matrícula nº 44.366 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis.

§ 1º Terreno urbano com área total de 1.908,5m², identificado na matrícula M-44.366, com as seguintes características:

I. Lado 1-2, azimute de 106º28'37", distância de 22m, confrontando com a Rua 13 de Junho; **II.** Lado 2-3, azimute de 196º28'37", distância de 86,85m, confrontando com a Rua Frei Ambrósio; **III.** Lado 3-4, azimute de 286º28'37", distância de 22m, confrontando com a Avenida 7 de Setembro; **IV.** Lado 4-1, azimute de 16º28'37", distância de 86,75m, confrontando com o calçadão.

§2º Inclui-se na dação ora convalidada, a edificação com cobertura em estrutura metálica com aproximadamente 965m² e benfeitorias existentes no terreno do imóvel registrado sob R-3-44.366 no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis.

Art. 2º Fica retificado o valor da dação em pagamento do imóvel descrito no art. 1º desta lei, para o valor de R$ 2.563.991,37 (Dois Milhões, Quinhentos e sessenta e três, Novecentos e Noventa e Um Reais e Trinta e Sete Centavos), conforme Avaliação de Imóvel, parte integrante desta Lei, elaborado por engenheira técnica especializada.

Art. 3º Fica retificada a finalidade da dação do imóvel, tendo como propósito a composição da carteira de investimentos do órgão previdenciário que, nos termos ao que dispõe o inciso IV do art. 3º da Resolução nº. 3. 922/2010, fica autorizado, na utilização total do imóvel para fins de investimentos que garanta rentabilidade igual ou superior a meta atuarial vigente na Política de Investimento, proporcionando monetização rentável e segura ao plano previdenciário municipal.

§1º A regularização da dação do imóvel tem ainda por finalidade, a observância da previsão constitucional, bem como, fazer com que a rentabilidade do imóvel proporcione ao Ente Municipal a redução de encargos.

§2º Dentre as finalidades passiveis de utilização por parte da Autarquia beneficiada, com vistas à inteira consecução da presente retificação, inclui-se a possibilidade de adoção de qualquer das hipóteses previstas no art. 107 e §§ da Lei Orgânica Municipal, com estrita observância dos requisitos nele dispostos.

Art. 4º Gozarão de isenção de todos os tributos o imóvel incluído no instrumento de Dação em Pagamento previsto nesta Lei, enquanto na propriedade, posse ou domínio do RPPS.

Art. 5º O imóvel descrito no art. 1º desta lei, deverá encontrar-se livre, desimpedido, desembaraçado e desonerado para imediata disposição do RPPS.

Art. 6º Proceder-se-á a averbação da presente Lei na matrícula do imóvel de M-44.366 (Livro 02, Fls. 01 – RGI-Cáceres/MT), registrado no Cartório do 1º Ofício – Registro Geral de Imóveis, com efeito de dar publicidade à presente retificação.

Art. 7º SUPRIMIDO.

Art. 8º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 12 de julho de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

LEI Nº 2.776, DE 12 DE JULHO DE 2019

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a adquirir imóvel urbano, bem como dispõe sobre a abertura de Crédito Adicional Especial em favor da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura e dá outras providências."

O PREFEITO MUNICIPAL DE CÁCERES, ESTADO DE MATO GROSSO: no uso das prerrogativas que lhe são estabelecidas pelo Artigo 74, Inciso IV da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Cáceres-MT, aprovou e eu sanciono a presente Lei.

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir onerosamente, em nome do município, o imóvel urbano com área total de 3.000,00 m², localizado à Rua São Pedro, bairro Cavalhada, CEP 78200-00 – Cáceres/MT - Coordenadas Geográficas: 16º 03' 35.6" S / 57º 41' 16.2"O, descrito na matrícula nº 8.329 (Livro n-2 – F-5; Fls. 175) no Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Cáceres/MT, de propriedade do Sr. Washington Cançado (CPF: 186.332.346-53), para destiná-lo à execução de projetos que serão realizados pela Secretaria Municipal de Turismo e Cultura.

Parágrafo único. Inclui-se na aquisição a edificação consistente em galpão constituído por dois pavimentos, em estrutura de concreto armado e alvenaria convencional, cobertura com estrutura metálica de aproximadamente 1.592,92 m² e benfeitorias existentes no terreno do imóvel.

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º será adquirido pelo valor de R$ 1.000. 000,00 (um milhão de reais), conforme Parecer Técnico emitido pela Comissão de Avaliação de Imóveis, parte integrante desta Lei, a ser adimplido nas seguintes condições:

I – 01 (uma) parcela de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais);

II - 50 (cinquenta) parcelas iguais, mensais e sucessivas de R$ 15.000,00 (quinze mil reais).

Parágrafo único. O valor mencionado no *caput* deste artigo não sofrerá qualquer tipo de correção ou reajuste.

Art. 3º A aquisição do imóvel será perfectibilizada com amparo no inciso X do art. 24 da Lei Federal no 8.666, de 21 de junho de 1993, ficando expressamente dispensada a realização do processo licitatório para a compra do imóvel objeto da presente Lei.

Art. 4° Para dar cobertura à despesa desta Lei, fica igualmente, autorizado a abertura de crédito adicional especial, no valor de R$ 340.000,00 (trezentos e quarenta mil reais), ao Orçamento vigente com as seguintes características financeiras e funcional-programáticas:

Órgão:	09 – SEC. MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	
Unidade:	01 – SECECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO E CULTURA	
Funcão:	23 – Comércio e Serviços	
Subfunção:	695 – Turismo	
Programa:	1006 – DESENVOLVIMENTO ECÔNOMICO	
Proj/Atividade:	**1.272 - AQUISIÇÃO DE IMÓVEL DE USO COMERCIAL, TIPO GALPÃO**	
Natureza da Despesa	**Fonte de Recursos**	**Valor (R$)**
4.5.90.61 Aquisição de Imóveis	0.1.00 -Rec. Ordinários	110.000,00
4.5.90.61 Aquisição de Imóveis	0.3.00 -Rec. Ordinários	230.000,00

Art. 5° Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 2o decorre do Superávit Financeiroapurado no balanço do exercício anterior de acordo com o inciso I, § 1º do artigo 43 e da anulação parcial de dotação orçamentária, de acordo com o inciso III, § 1º do artigo 43 da Lei nº 4. 320, de 17 de março de 1964, conforme discriminações:

Superávit Financeiro 230.000,00

Órgão:	08 – SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA
Unidade:	01 – SEC. MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E LOGISTICA
Funcão:	15 – Urbanismo
Subfunção:	122 – Administração Geral
Programa:	1003 – SERVIÇOS PUBLICOS PARA SOCIEDADE
Proj/Atividade:	**1.035 - FISCALIZACAO DE OBRAS**

Natureza da Despesa	Fonte de Recursos	Valor (R$)
3.3.90.39 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	0.1.00 -Rec. Ordinários	110.000,00

Art. 6º A inclusão de Projeto Atividade, Categoria Econômica, Grupo e Modalidade de Aplicação, contida nesta Lei, o Crédito Adicional Especial passa a integrar a Lei nº 2.720, de 24 de dezembro de 2018-LOA/2019, Lei nº 2.676, de 30 de Julho de 2018-LDO/2019 e Lei nº 2.618, de 19 de dezembro de 2017-PPA/2018-2021 e suas alterações.

Art. 7° Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Cáceres/MT, 12 de julho de 2019.

FRANCIS MARIS CRUZ

Prefeito Municipal de Cáceres

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ADITIVO Nº 126 ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DE CONTRATO TEMPORÁRIO JUNHO 2019/SME EMENTA: ADITIVO CONTRATUAL – PROCESSOS SELETIVO SIMPLIFICADO DE PROVAS E TÍTULOS N° 001/2019

Celebram as partes o presente Aditivo de Prorrogação do Contrato nº **231**, firmado entre o Município de Cáceres, inscrito no CNPJ sob n° 03.214.145/0001-83, neste ato representado pela Secretária Municipal de Educação, Antônia Eliene Liberato Dias, ora denominada contratante, e senhor (a) **KELLY CRISTINA ORTIZ LEMES** denominado (a) contratado(a), no cargo de Auxiliar Desenvolvimento Infantil para exercer sua função na E. M. Erenice Simião Alvarenga em Vaga Livre, até que seja nomeado profissional classificado em concurso público vigente regerá pelas Clausulas a seguir:

Art. 1º) Fica o presente Contrato Temporário de Prestação de Serviço prorrogado a partir de 20/07/2019 até 20/12/2019 e poderá extinguir com fundamentos previsto na Lei 1931/2005.

Art.2° O presente Aditivo Contratual poderá ser rescindido a qualquer tempo por interesse da administração pública com fundamento na Lei 1931/2005, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público.

Parágrafo único- Haverá a rescisão antecipada prevista nesta clausula em caso de concurso público, tão logo seja preenchida vaga por servidor efetivo regularmente aprovado aplicando-se na hipótese deste artigo as regras da Lei mencionada no caput.

Art.3° Todas as demais cláusulas do Contrato Principal permanecerão em vigor, as quais haverão de ser interpretadas à luz das modificações introduzidas pelo presente aditivo.

Art.4° Por estarem, assim, justas e contratadas, assinam o presente em vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Cáceres, 04 julho de 2019.

_____
_____

Antônia Eliene Liberato Dias

Contratado (a) Secretária Municipal de Educação

TESTEMUNHAS:

NOME: _____ NOME:_____

RG Nº: _____ RG Nº:_____

CPF Nº: _____ CPF Nº: _____

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO PARA COMPARECIMENTO 001/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES**, por intermédio da Secretária Municipal de Finanças, Arly Monteiro Rodrigues, no uso de suas atribuições legais, **NOTIFICA** a senhora **MÁRCIA GOMES ALVES DA SILVA**, portadora do CPF nº 042.648.857-10, para se fazer presente a esta Secretaria Municipal de Finanças, localizada na Avenida Brasil, nº 119 – COC, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data de publicação, para tratar de assunto de seu interesse.

Em caso de não comparecimento de Vossa Senhoria, restará subentendido a ausência do desejo de resolver eventual impasse de forma amigável, passando a serem tomadas as medidas judiciais cabíveis.

Atenciosamente,

Cáceres-MT, 12 de julho de 2019.

_____

ARLY MONTEIRO RODRIGUES

Secretária Municipal de Finanças

Decreto nº134/2016

Observação: Comparecer com cópia do RG e CPF

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO NOVO DO PARECIS

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 03/2019

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 03/2019

ABERTURA: 31 de julho de 2019.

INÍCIO DA SESSÃO: 31 de julho de 2019 às 08:00 horas.

OBJETO: **Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas na realização de Exames com finalidade diagnóstica em Citopatologia, de forma complementar aos serviços oferecidos no Município de Campo Novo do Parecis/MT, na seguinte forma de organização: 02.03.01 - Exames citopatológicos.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5108 / 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 15 de julho de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

AVISO DE LICITAÇÃO PP 065/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 065/2019

ABERTURA: 30 de julho de 2019.

CREDENCIAMENTO: a partir das 14h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 30 de julho às 14h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na recuperação de embreagens de veículos, para atender a Frota Municipal.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 /

5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 15 de julho de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO PP 064/2019

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL 064/2019

ABERTURA: 30 de julho de 2019.

CREDENCIAMENTO: a partir das 08h00min.

INÍCIO DA SESSÃO: 30 de julho às 08h15min.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de publicações oficiais do Município de Campo Novo do Parecis - MT no Diário Oficial da União, Diário Oficial do Estado e Jornal Diário de Grande Circulação no Estado.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5100 / 5108 / 3382 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 15 de julho de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Pregoeiro

AVISO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA 02/2019

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA 02/2019

ABERTURA: 06 de agosto de 2019.

INÍCIO DA SESSÃO: 06 de agosto de 2019 às 08:00 horas.

OBJETO: **Credenciamento de Instituição Financeira para prestação de serviços bancários de recolhimento de tributos e demais receitas municipais, através de DAM, em padrão FEBRABAN, por intermédio de suas agências, com prestação de contas por meio magnético dos valores arrecadados.**

LOCAL DA REALIZAÇÃO DO CERTAME: Sala de Licitações do Paço Municipal Euclides Horst, Av. Mato Grosso 66NE, Campo Novo do Parecis MT. Maiores informações poderão ser obtidas junto a Divisão de Licitações, no Paço Municipal Euclides Horst, ou pelo telefone 65 3382 5108 / 5138, o edital na integra poderá ser retirado pelo site: www.camponovodoparecis.mt.gov.br

Campo Novo do Parecis-MT, 15 de julho de 2019**.**

Leandro Nery Varaschin

Presidente da Comissão Permanente de Licitações

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
AVISO DE PREGÃO 074/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde, através da Comissão de Licitação, torna público o **REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO ESCOLAR,** na modalidade pregão (presencial) **n° 074/2019** a se realizar no dia **07/08/2019, as 08hr30min,** na sede da Prefeitura Municipal de Campo Verde. Retirada do edital www.campoverde.mt.gov.br. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde - MT, 15 de julho de 2019.

Leila Gubert

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
TERMO DE REVOGAÇÃO PREGÃO 067/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO E USO DE LICENÇA DE SOFTWARE DE GESTÃO EDUCACIONAL UNIFICADO.

O Prefeito Municipal de Campo Verde – MT, nos termos do art. 49 da Lei 8.666/93 resolve revogar o Pregão n° 067/2019, justificativa anexa ao processo. Para esclarecimentos: e-mail compras@campoverde.mt.gov.br ou telefone (66) 3419-1244. Em conformidade com a legislação vigente. Campo Verde – MT, 15 de Julho de 2019.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2466/ 2019, DE 11 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, NOS TERMOS DO INCISO IX DO ARTIGO 37 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal aprovou e, ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art.1º - Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta poderão contratar pessoal por tempo determinado, nas condições previstas nesta Lei**.**

Parágrafo único - A contratação a que se refere este artigo somente será possível quando verificar a impossibilidade de suprir a necessidade temporária com o pessoal do próprio quadro de servidores efetivos do Município.

Art.2º - Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para fins desta Lei, aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da administração e que não possa ser satisfeita com a utilização dos recursos humanos que dispõe a Administração Pública Municipal, ou que não justifique a criação ou provimento de cargos.

§ 1º - Caracterizam-se como de necessidade temporária de excepcional interesse público as seguintes hipóteses:

I – assistência a situações de emergência ou de calamidade pública;

II – combate a surtos endêmicos, pragas, doenças e surtos que ameacem a sanidade animal e vegetal;

III – nos dois primeiros anos de implantação do programa decorrente de convênio ou acordos bilaterais com outros órgãos públicos;

IV – carência de pessoal em decorrência de afastamento, licença ou nomeação em cargo comissionado de servidores ocupantes de cargos efetivos, quando o serviço público não puder ser desempenhado a contento com o quadro remanescente;

V – carência de pessoal para o desempenho de atividades sazonais ou emergenciais que não justifiquem a criação ou provimento de cargos;

VI – atuação nas áreas da educação, assistência social, saúde e infraestrutura, quando esgotada a lista classificatória do concurso público até a realização do novo certame.

VII – especificamente quanto aos cargos do magistério público:

a) em substituição do titular indicado para o desempenho de cargo em comissão, função de confiança, direção de escola, auxiliar de direção e secretário de escola;

b) em vaga transitória, após formação de turma com caráter experimental, não permanente.

§2º - O disposto no inciso VI não se aplica caso ultrapassado mais de um ano sem a realização de concurso público para o respectivo cargo.

§3º - A necessidade temporária de excepcional interesse público deverá ser previamente declarada por Decreto do Executivo, observados os requisitos previstos no art. 5º desta lei, de acordo com o respectivo processo administrativo que justifique as contratações temporárias.

Art.3º - O recrutamento de pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feito mediante processo seletivo simplificado, dispensado de concurso público, dentro de critérios estipulados pelo órgão interessado no ajuste, sujeito à ampla e prévia divulgação, inclusive através do Diário Oficial.

Parágrafo único - A contratação para atender às necessidades definidas nos itens I e II do §1º do art. 2º desta Lei prescindirá de processo seletivo, todavia, terá preferência na nomeação o candidato aprovado em processo seletivo vigente, caso exista, com a justificação por procedimento administrativo prévio.

Art.4º - As contratações de que trata esta Lei serão realizadas pelo prazo máximo de 12 (doze) meses.

parágrafo único - Nos casos de extrema relevância e urgência, justificadas através de exposição de motivos aprovada pelo Chefe do Poder Executivo e publicada no Diário Oficial, os contratos poderão ser prorrogados uma única vez, pelo mesmo prazo.

Art.5º - As contratações somente poderão ser realizadas com observância da dotação orçamentária específica e mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, em procedimento administrativo específico, o qual conterá a justificação acerca da ocorrência das situações que as autorizam.

Art.6º - As contratações de que trata a presente Lei serão feitas após processo seletivo simplificado, de provas, de títulos ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e complexidade do cargo, com caráter objetivo, após ampla divulgação prévia, inclusive no órgão de imprensa oficial, prescindindo de concurso público.

§1° - O Edital do Processo Seletivo simplificado deverá conter, no mínimo:

I – o prazo de inscrição, não inferior a 30 (trinta) dias;

II – o objeto da contratação temporária, observadas as hipóteses previstas no art. 2º, §1º, desta Lei;

III – o prazo de validade do processo seletivo simplificado;

IV – prazo de duração do contrato a ser celebrado, respeitado o prazo máximo previsto no art. 4º desta Lei;

V – os critérios objetivos da seleção, os quais deverão estar expressos em cláusulas que explicitem os pressupostos mínimos de contratação, em consonância com a natureza e a complexidade da função a ser desempenhada;

VI – o número de vagas a serem preenchidas;

VII – a função, a carga horária e a remuneração;

VIII – as etapas do processo de seleção e o respectivo calendário.

§2º - Os candidatos selecionados não terão direito adquirido à contratação, podendo ser convocados a qualquer tempo, observado o prazo de validade do processo seletivo simplificado e observada a ordem de classificação.

Art.7º - A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada de acordo com o valor do vencimento constante no início da carreira relacionada no plano de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante.

Parágrafo único - Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza individual dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 8º - Será firmado contrato administrativo de natureza jurídico administrativa e os contratados ficam vinculados ao RGPS – Regime Geral de Previdência Social, com direito e deveres regulamentados no contrato.

Art. 9º - As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas conforme dispõe o Título VI, Capítulo VI da Lei Municipal 152/1992, devendo ser concluído no prazo de trinta dias, assegurada à ampla defesa.

Art.10º - O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por conveniência motivada da Administração Pública contratante;

III – por iniciativa do contratado; e

IV – pelo cometimento de infração contratual ou legal por parte do contratado, apurada em processo administrativo regular.

§ 1º - A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de 15 (quinze) dias.

§ 2º - Para fins disciplinares, aplicam-se aos contratados nos termos desta Lei os deveres e obrigações previstos na Lei nº 152/1992, que disciplina o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Municipais de Campo Verde**.**

Art.11º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários à execução do disposto nesta Lei.

Art.12º - É proibida a contratação, na forma desta Lei, de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas.

Parágrafo Único – Fica excluído do disposto no caput a contratação de servidores enquadrados nas hipóteses previstas no inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal, desde que comprovada a compatibilidade de horários.

Art. 13º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 11 de julho de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emendas e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE N° 009/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna pública a adjudicação à **CYRINEU E SILVA ADVOCACIA S/S, CNPJ N° 17.946.698/0001-35**,modalidade **INEXIGIBILIDADE N° 009/2019 – CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS TÉCNICOS CONTÍNUOS NA ÁREA DE ASSESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA** com o valor de **R$ 120. 000,00 (cento e vinte mil reais).** Em conformidade com a legislação vigente em vigor. Campo Verde – MT, 15 de Julho de 2019.

FABRÍCIA RODRIGUES ZAGO

Comissão Permanente de Licitação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
PORTARIA N° 562 DE 01 DE JULHO DE 2019.

SUBSTITUI MEMBROS DA COMISSÃO DE TRANSPORTE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE CAMPO VERDE - MT.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

Considerando a necessidade de proceder à substituição de membros nomeados na portaria 224/2019 de 05 de abril de 2019.

RESOLVE:

ARTIGO 1º - Substituir membros da Comissão de Transporte Escolar do Município de Campo Verde – MT.

ARTIGO 2º - A referida Comissão será composta pelos representantes abaixo pelo mandato de dois anos, podendo ser prorrogado, a critério da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, por igual período:

I. REPRESENTANTES DOS ALUNOS:

a) Titular: **LUCAS LEONARDO MIRANDA NEVES**, portador da Cédula de Identidade: 280 772- 6 SESP/MT, inscrito no CPF: 069.353.271-80, residente na Rua dos Buritis, 938, Bairro: Jupiara. Celular: (66) 99726-5893. E-mail lucasleo11. ln@gmail.com

b) Suplente: **JAQUELINE DE MORAIS GONÇALVES,** portadora da Cédula de Identidade: 14.885.023-2 SSP/MT, inscrita no CPF: 130.147.809-10, residente: Avenida Airton Senna, 99, Bairro: Jardim Campo Verde I. Celular: (65) 99633-2683. E-mail gjaque951@gmail.com

II. REPRESENTANTES DOS PAIS:

a) Titular: **GILSON BORGES DOS ANJOS,** portador da Cédula de Identidade: 135.155.19 SSP/MT, inscrito no CPF: 913.424.811-00, residente e na

Rua Jardim Tropical, 991, Bairro: Residencial Cuiabá. Celular: (66) 99902-4458 e E-mail: gbaborges@hotmail.com

b) Suplente: **SEBASTIÃO DA SILVA SANTOS,** portador da Cédula de Identidade 121.8195-1 SSP/MT, inscrito no CPF nº 001.103.251-82, residente na Fazenda Ouro Verde, Zona Rural. Celular: (66) 99636-2937 e E-mail: emonteirolobato@hotmail.com

III. REPRESENTANTE ASSESSORIA PEDAGÓGICA:

a) Titular: **APARECIDA RANGEL JOSÉ,** portadora da Cédula de Identidade: 543 1387-0 SSP/PR, inscrita no CPF: 869.634.819-20, residente na Rua Astorga, 560, Bairro: Cidade Alta I. Celular: (66) 99648-8839 e E-mail**:** cidarangel@hotmail.com

IV. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES ESTADUAIS:

a) Titular: **CRISTINA MARIA VICENTINI,** portadora da Cédula de Identidade: 937.317 SS/MS, inscrita no CPF: 944.912.321-72, residente na Rua Medianeira, 241 Bairro Jardim Campo Verde I. Celular: (66) 99636-4043 e E-mail: crisvicentini-22@hotmail.com.

b) Suplente: **GENIVANIA SILVA OLIVEIRA MARTINS,** portadora da Cédula de Identidade: 119.964-23 SSP/MG, inscrita no CPF: 051.384.716-27, residente na Rua Tico de Campos, 54, Jardim Campo Verde I. Celular: (66) 99920-3590 e E-mail: geni.vania1234@gmail.com

V. REPRESENTANTES DOS PROFESSORES MUNICIPAIS:

a) Titular: **LOURIVAL CÂNDIDO FERREIRA** portador da Cédula de Identidade: 496587 SSP/MT, inscrita no CPF: 460.220.311-68, residente na Rua Cascavel, 444, Bairro Jardim Campo Verde II. Celular: (66) 99908 - 7576 e E-mail: **losiena@homtamil.com**

b) Suplente: **EDILEUZA ALMEIDA PRADO,** portadora da Cédula de Identidade: 207.199-90 SSP/MT, inscrita no CPF: 031.727.331-06, residente na Rua Jangada, 200, Bairro Belvedere. Celular: (65) 99643-0529 e E-mail: **edileusaprado_02@hotmail.com**

VI. REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO:

a) Titular: **MARGARETE CEZAR,** portador da Cédula de Identidade: 1036372-6 SSP/MT, inscrito no CPF: 542.554.300- 04, residente na Rua Atalaia, 269, Bairro: Cidade Alta I. Celular: (66) 99999-2196 e E-mail: **margarete.cezar@hotmail.com**

b) Suplente: **FRANCIELE XAVIER CAMPOS SCHOSSLER,** portadora da Cédula de Identidade: 176.7139-6 SSP/MT, inscrita no CPF: 040.109. 511-84, residente na Rua José Afonso Mora Rittes, 2415, Bairro: Recanto dos Pássaros II. Celular: (66) 99667-3059 e E-mail: **Franciele.campos15@hotmail.com**

VII. REPRESENTANTES DO FUNDEB:

a) Titular: **MARIA TEREZA RODRIGUES HACHBARDT**, portadora da Cédula de Identidade nº 3.334.794-4 SSP/MT, inscrita sob o CPF nº 544. 326.261-00, residente e domiciliada na Avenida Dom Aquino, nº 667, Recanto do Bosque I. Celular: (66) 99636-2419 e E-mail: teresahachbardtcv@hotmail.com.

b)Suplente: **ADENILSON DA CONCEIÇÃO SOUSA**, portadora da Cédula de Identidade nº 12547771999-6 GEJSPC/MA, inscrita sob o CPF: 030. 759.431-93, residente e domiciliada na Rua Arapoti, 668, Bairro Cidade Alta I. Celular: (66) 99966-6126 e E-mail: adenilson.escola@gmail.com

ARTIGO 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, em 01 dia do mês de julho de 2019.

FÁBIO SCHROETER

Prefeito Municipal

Cumpra-se, registra-se e publique.

GILMAR ZITO PRATI

Secretário De Administração

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N°. 2467/ 2019, DE 11 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE E AGENTE DE COMBATE DE ENDEMIAS POR MEIO DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO E CRIA VAGAS PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE, E, ALTERA A CARGA HORÁRIA SEMANAL E PADRÃO DE VENCIMENTO DO CARGO DE TERAPEUTA OCUPACIONAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica autorizado a contratação de Agente de Combate de Endemias e Agente Comunitário de Saúde por meio de processo seletivo público

de provas ou de provas e títulos, observando-se a natureza e complexidade de suas atribuições e requisitos específicos para sua atuação na forma do disposto no § 4º do artigo 198 da Constituição Federal, bem como do artigo 8º da Lei Federal nº 11.350/2006, devendo atender os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Parágrafo único - Os Agente Comunitário de Saúde, nos termos do artigo 6º, da Lei nº 11.350/2006, terão como requisitos legais para o exercício da profissão: residir na área em que atuar desde a data de publicação do Edital de Processo Seletivo Público e haver concluído o ensino fundamental e o curso de qualificação básica para a formação de Agente Comunitário de Saúde.

Art. 2º - A Administração Pública poderá rescindir unilateralmente o contrato do Agente de Combate de Endemias e Agente Comunitário de Saúde na ocorrência de uma das seguintes hipóteses:

I - Acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas;

II - Necessidade de redução de quadro de pessoal, por excesso de despesa, nos ternos da Lei Federal nº 9.801/1999;

III - Insuficiência de desempenho, apurada em procedimento no qual se assegurem pelo menos um recurso hierárquico dotado de efeito suspensivo, que será apreciado em 30 (trinta) dias, e o prévio conhecimento dos padrões mínimos exigidos para a comunidade da relação de emprego, obrigatoriamente estabelecidos de acordo com as peculiaridades das atividades exercidas;

IV - Em face da extinção do repasse financeiro da União ao Município.

parágrafo único - O contrato também poderá ser rescindido unilateralmente na hipótese de não atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 1º, em função de apresentação de declaração falsa de residência, ou se após o início do exercício do cargo mudar da área em que foi aprovado para exercer suas funções.

Art. 3º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar 16 (dezesseis) vagas no cargo de Agente Comunitário de Saúde, e, altera a carga horária semanal e padrão de vencimento do cargo de Terapeuta Ocupacional, passando a tabela do art. 4º da Lei Municipal nº 2.253/2017 a ter a seguinte redação:

DENOMINAÇÃO DA CATEGORIA FUNCIONAL	NÚMERO DE VAGAS	CH/SEM	PADRÃO DE VENCIMENTO
Agente Comunitário de Saúde	106	40	4
Agente de Combate a Endemias	34	40	4
Almoxarife	1	40	15
Arquiteto	1	40	21
Artesão	1	40	3
Assistente Social	11	30	22
Atendente de Biblioteca	5	40	10
Atendente de Farmácia	5	40	3
Auxiliar Administrativo	111	40	5
Auxiliar de Contabilidade	1	40	10
Auxiliar de Laboratório	6	40	10
Auxiliar de Saúde Bucal	11	40	10
Bibliotecário	1	40	21
Bioquímico	5	40	22
Conciliador de Defesa do Consumidor	1	40	22
Contador	1	40	23
Controlador Interno	1	40	25
Cuidador Social	6	40	2
Dentista	3	40	22
Educador Físico	1	40	21
Educador Social	1	30	19
Eletricista	2	40	14
Enfermeiro	18	40	22
Engenheiro Agrônomo	1	40	22
Engenheiro Civil	2	40	22
Engenheiro Florestal	1	40	22
Engenheiro Sanitarista	1	40	22
Farmacêutico	2	40	22
Fiscal	20	40	14
Fisioterapeuta / 30 horas	2	30	20
Fonoaudiólogo / 40 horas	6	40	22
Lubrificador	3	40	11
Mecânico	7	40	19
Médico Clínico Geral/PSF	10	40	26
Médico Veterinário	2	40	22
Merendeira	15	40	3
Motorista	80	40	13
Nutricionista	4	40	22
Operador de Máquinas	21	40	17
Procurador Municipal	1	40	24
Psicólogo	8	40	22
Técnico Agrícola	2	40	14
Técnico em Agropecuária	1	40	14
Técnico em Edificação	1	40	14
Técnico em Enfermagem	75	40	14
Técnico em Higiene Dental	9	40	14
Técnico em Informática	15	40	14
Técnico em Raio X	3	20	14
Técnico em Segurança do Trabalho	1	40	14
Tecnólogo de Alimentos	1	40	18
Terapeuta Ocupacional	1	30	20

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 11 de julho de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, com emendas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2468/2019, DE 11 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CEDER ÁREA SITUADA NO ESTACIONAMENTO DO PAÇO MUNICIPAL À CONCESSIONÁRIA ÁGUAS DE CAMPO VERDE S/A COM A FINALIDADE DE CONSTRUÇÃO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º – Fica o Executivo Municipal de Campo Verde, autorizado a ceder área medindo 6m x 4m, situada no estacionamento do paço municipal nos limites de confrontação com a rua Aracaju, bairro Campo Real II, nesta cidade, registrado no 1º Ofício de Campo Verde sob a Matrícula 1.918.

§ 1º – A cessão a que se refere o *caput* será destinada à construção de Poço Tubular Profundo, ficando adstrita a esta finalidade.

§ 2º – A presente cessão se dará por prazo determinado, perdurando enquanto vigorar o Contrato de Concessão Plena de Serviços de Abastecimento de Água, Coleta e Tratamento de Esgoto Sanitário entre o Município de Campo Verde e a empresa concessionária Águas de Campo Verde S/A.

Art. 2º – Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as providências necessárias à execução da cessão referida no artigo anterior.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 11 de Julho de 2019.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, sem emendas e ressalvas.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI Nº. 2470/ 2019, DE 11 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO CUSTEAR PARCIALMENTE AS DESPESAS DA LOCAÇÃO DE UMA DIÁRIA DO CENTRO DE EVENTOS JUVENTUDE PARA REALIZAÇÃO DO 7º ENCONTRO DE MOTOCICLISTAS DE CAMPO VERDE, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou, e, Ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear parcialmente as despesas de locação de uma diária do Centro de Eventos Juventude, que tem como finalidade a realização do 7º encontro de Motociclistas de Campo Verde, realizado pela Associação Moto Clube Anjos do Asfalto, regularmente inscrita no CNPJ N°. 07.686.06/000161, conforme memorial descritivo que vai anexo e passa fazer parte integrante dessa Lei.

Parágrafo Único – O custeio referido no caput deste artigo será destinado para cobrir parcialmente os custos referente a locação do espaço denominado Centro de Eventos Juventude, que ocorrerá no dia 03 de agosto de 2019, ficando limitado no valor de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) os recursos disponibilizados pelo Poder Público Municipal.

Art. 2º. – O interesse público está representado no fomento do turismo e comércio local.

§1º - A associação beneficiada prestará contas do evento a Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

§2º - 20% do Lucro líquido do evento será destinado ao Hospital Municipal.

Art. 3º. - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, estado de Mato Grosso, em 11 de Julho de 2019.

FABIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, com emenda

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO JURÍDICO
LEI N.º 2469/ 2019, DE 11 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO CARGO DE ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO (INTÉRPRETE DE LIBRAS), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

FÁBIO SCHROETER, Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições Legais,

Faz saber, que a Câmara Municipal de Campo Verde aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Legislativo Municipal autorizado a criar o cargo em comissão de Assessor de Comunicação (Intérprete de Libras), alterando a Tabela - II do Art. 3º a Lei 1815/2012 e a tabela II Art. 2º, da Lei Municipal n.º 1.878/2013.

§1º- Os eventos oficiais da Câmara Municipal de Campo Verde-MT deverão contar com a presença de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras) - Língua Portuguesa, que realizará a tradução simultânea e consecutiva de todos os pronunciamentos durante o evento.

§2º- Os requisitos e atribuições do Cargo de Assessor de Comunicação (Intérprete de Libras) constam no anexo I da presente Lei.

Art. 2º - A Tabela - II do Art. 3º a Lei 1815/2012 e a Tabela II Art. 2º, da Lei Municipal n.º 1.878/2013, passa a ter seguinte redação:

TABELA II

DO QUADRO DOS CARGOS EM COMISSÃO

Denominação	Nº. de Cargos Existentes	Nº. Cargos Novos	Nº. de Cargos Excluídos	Nº. Total Cargos	Padrão	Código
Diretor Geral	01	00	00	01	01	1.1
Assessor Jurídico	01	00	00	01	01	1.1
Chefe de Gabinete	01	00	00	01	02	1.2
Diretor de Cerimonial e Comunicação	01	00	00	01	02	1.2
Assessor de Gabinete	01	00	00	01	02	1.2
Diretor Financeiro	01	00	00	01	02	2.2
Assessor de Comunicação (Intérprete de Libras)	00	01	00	01	02	2.2
Cargo de Ouvidor Geral	01	00	00	01	02	2.2
Consultor Legislativo	07	00	00	07	03	2.3
Assessor Técnico Legislativo	05	00	00	05	04	2.4
Total	19	01	00	20		

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações previstas no orçamento vigente e não afetarão as metas de resultados fiscais previstas nas Leis Orçamentárias.

Parágrafo único. A estimativa de Impacto Orçamentário-Financeiro não ultrapassa os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 4º - Ficam mantidas as demais disposições das Leis nº 720/2001, 843/2003, 866/2003, 1.006/2005, 1.165/2006, 1.372/2008, 1.596/2010,1.815/2012 e 1.878/2013.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Verde, Estado de Mato Grosso, em 11 de julho de 2019.

DESPACHO: Sanciono a presente Lei, com emendas

FÁBIO SCHROETER

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada nesta Secretaria de Administração, de acordo com a legislação vigente, com afixação no local de costume. Data Supra.

GILMAR ZITO PRATI

SEC. DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO I

CARGO: ASSESSOR DE COMUNICAÇÃO (INTÉRPRETE DE LIBRAS).

GRAU DE ESCOLARIDADE MÍNIMO: INSTRUTOR DE LIBRAS, USUÁRIO DESSA LÍNGUA, COM FORMAÇÃO DE NÍVEL MÉDIO (2º GRAU COMPLETO) E COM CERTIFICADO OBTIDO POR MEIO DE PROFICIÊNCIA EM LIBRAS, PROMOVIDO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO.

PADRÃO DE VENCIMENTO: 02

CARGA HORÁRIA DE 40 HORAS SEMANAIS

ATRIBUIÇÕES: A interpretação e tradução das linguagens de sinais especializadas (língua de sinais portuguesa/portuguesa/ sinais de libras), bem como outras atribuições que sejam necessárias para o desenvolvimento do serviço de comunicação da Câmara Municipal de Campo Verde, inclusive as sessões legislativas.

Cargo de provimento de livre nomeação e exoneração

REQUISITOS PARA O PROVIMENTO: Idade Mínima: 18 anos de idade; Ser portador de Cédula de Identidade; CPF; Pis/Pasep; Título de Eleitor; Estar quite com as obrigações Militares e Eleitorais; gozar de boa saúde física e mental, comprovada mediante exame médico; Ter atendido as condições prescritas para o cargo.

No ato da posse no cargo deverá entregar declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
RESULTADO DO PREGÃO Nº 070/2019

A Prefeitura Municipal de Campo Verde torna público o resultado do PREGÃO 070/2019 – REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUIMICO PORTÁTIL, SOM E ILUMINAÇÃO: a empresa D. A. BORBA DE SALLES E CIA LTDA - ME, CNPJ nº 10.212.613/0001-46, sagrou-se vencedora do lote 01 com o valor de R$ 88.000,00 (oitenta e oito mil reais); e ORIEL FERNANDO BARBOSA DE AGUIAR 00608309133, CNPJ nº 27.159.184/0001-93, foi vencedor do lote 02 com R$ 104.000,00 (cento e quatro mil reais). Campo Verde, 15 de julho de 2019. Leila Gubert – Pregoeira.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 172/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: D. A. BORBA DE SALLES E CIA LTDA - ME, CNPJ Nº 10.212.613/0001-46

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUIMICO PORTÁTIL, SOM E ILUMINAÇÃO – PREGÃO 070/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 15/07/2019 À 14/07/2020

LOTE 01

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO PORTÁTIL, MODELO STANDARD, EM POLIETILENO OU MATERIAL SIMILAR, ALTURA MINIMA DE 2,24 M, E LARGURA MÍNIMA DE 1,22 M. CONTENDO VASO SANITÁRIO, COM TAMPA, RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM CAPACIDADE MÍNIMA DE 220 L, PORTA OBJETOS, PAPEL HIGIÊNICO, ADESIVO DESCRITIVO DE MASCULINO E FEMININO, COM MANUTENÇÃO DIÁRIA. TETO TRANSLUCIDO. COM INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO INCLUSA, TANTO NA CIDADE COMO NO INTERIOR.	400 DIÁRIAS	R$ 165,00	R$ 66.000,00
02	LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUÍMICO PORTÁTIL PNE, COM ADAPTAÇÕES PARA PORTADORES DE DEFICIÊNCIA, DE ACORDO COM AS NORMAS TÉCNICAS VIGENTES, COM MANUTENÇÃO DIÁRIA, EM POLIETILENO OU MATERIAL SÍMILAR: COM VASO SANITÁRIO, COM TAMPA, RESERVATÓRIO DE ÁGUA COM CAPACIDADE DE 120 L, ASSENTO, PORTA OBJETOS, PAPEL HIGIÊNICO, ADESIVO DESCRITIVO DE MASCULINO E FEMININO, NAS SEGUINTES DIMENSÕES MÍNIMAS: 1,16M DE FRENTE POR 1,22M DE PROFUNDIDADE E 2,30M DE ALTURA. TETO TRANSLUCÍDO, COM INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO INCLUSA, TANTO NA CIDADE COMO NO INTERIOR.	100 DIÁRIAS	R$ 220,00	R$ 22.000,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 88.000,00 (OITENTA E OITO MIL REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 173/2019

ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO VERDE-MT

FORNECEDOR: ORIEL FERNANDO BARBOSA DE AGUIAR 00608309133, CNPJ Nº 27.159.184/0001-93

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORA DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE BANHEIRO QUIMICO PORTÁTIL, SOM E ILUMINAÇÃO – PREGÃO 070/2019.

VIGÊNCIA DA ATA: 15/07/2019 À 14/07/2020

LOTE 02

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
03	LOCAÇÃO DE SOM PROFISSIONAL PARA EVENTOS COM ATÉ *1.000 PESSOAS*, INCLUINDO: MESA DE SOM DE 16 CANAIS, SENDO SOM PERIFÉRICO P.A , 01 EQUALIZADOR DE 31 BANDAS DE EQUALIZAÇÃO, 01 CD PLAYER OU NOT BOOK, 01 DVD, MONITOR, 01 MESA DIGITAL OU ANALÓGICA 12 CANAIS, 06 CAIXAS ATIVAS OU PASSIVA , 02 CAIXAS SUB GRAVE ATIVO OU PASSIVO , 02 AMPLIFICADORES DIGITAIS PARA AS CAIXA OU SE FOR PASSIVA, 01 AMPLIFICADOR DIGITAL PARA AS FREQUÊNCIAS DE SUB / MONITOR - 02 MONITORES AMPLIFICADOS / MICROFONES - 04 SM 58, 04 SM 57, 02 SM 58 SEM FIO.	100 DIÁRIAS	R$ 640,00	R$ 64.000,00
04	LOCAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PROFISSIONAL PARA EVENTOS COM ATÉ 1.*000 PESSOAS*, INCLUINDO: 01 MESA DMX QUE CONTROLA PELO MENOS 12 MOVINGS, 01 INTERCOM 04 VIAS, 10 REFLETORES DE LED PAR 64 3WATTS , 10 REFLETORES PAR 64 1WATTS, 10 REFLETORES PAR 36 DE 100 WATTS, 01 MÁQUINAS DE FUMAÇA NO MÍNIMO 1200 WATTS, MAIN POWER ILUMINAÇÃO - DISTRIBUIDORA DE AC ATRAVÉS DE CHAVE REVERSORA 220 / VOLTS DE 250A, DISJUNTOR GERAL DE 225A / TRELIÇAS EM ALUMÍNIO -08 METROS LINEAR DE P30 DE 3 METROS, 4 METROS LINEAR DE P30 2 METROS, 02 METROS LINEAR DE P30 - ½ METRO, , 04 CUBOS P30 4 FACES; 04 TALHAS 01 TONELADA / CORRENTE DE 06 METROS, 08 CINTAS PARA SUPORTAR 1000 KG CADA CINTA E TÉCNICO DE LUZ NO EVENTO.	50 DIÁRIAS	R$ 800,00	R$ 40.000,00

VALOR TOTAL DO LOTE: R$ 104.000,00 (CENTO E QUATRO MIL REAIS).

VALOR TOTAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: R$ 104.000,00 (CENTO E QUATRO MIL REAIS).

A ÍNTEGRA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ESTÁ DISPONÍVEL NO SITE DA PREFEITURA: HTTP://SITE.CAMPOVERDE.MT.GOV.BR/

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPOS DE JÚLIO

DECRETO Nº 84, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, “c” da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.040, de 15 de julho de 2019;*

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

(545) 3.3.90.30.00.00.2.078.01.0001 Material de Consumo R$ 30.000,00

Total suplementação R$ 30.000,00

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ORGÃO: 08 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

UNIDADE: 01 DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO

(562) 3.3.50.43.00.00.1.138.01.0001 Subvenções Sociais R$ 30.000,00

Total anulação R$ 30.000,00

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº.152, DE 15 DE JULHO DE 2019.

NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO PARA OCUPAR CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO DE ESTOQUISTA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *as disposições preconizadas no artigo 8º e do § 2º do artigo 17 do Estatuto dos Servidores Públicos, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008,*

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 2º e artigo 4º do edital de convocação nº. 48, de 15 de julho de 2019 e do edital do certame nº 001/2016;*

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o primeiro candidato na ordem de classificação do certame regido pelo edital nº 001/2016, **HUWERSON IATA DE SOUZA** ao cargo de provimento efetivo de Estoquista, para tomar posse no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação da presente portaria.

Art. 2º O servidor deverá preencher todos os requisitos necessários a posse no prazo previsto no artigo primeiro, sob pena de ser tornado sem efeito o presente ato de nomeação, na forma do § 6º do artigo 27 do Estatuto dos Servidores Públicos de Campos de Júlio, instituído pela Lei Complementar nº 001, de 15 de julho de 2008.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do candidato ora convocado.

Art. 4º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 15

de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº. 48, DE 15 DE JULHO DE 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 58, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal (LOM*) e;*

***CONSIDERANDO** a classificação do (s) candidato (s) mencionado(s) no artigo primeiro desse edital no concurso público para preenchimento de vagas do quadro efetivo da administração pública municipal; regido pelo edital nº 001, de 01 de dezembro de 2016, homologado através do Decreto nº*.022, de 13 de março de 2017;

***CONSIDERANDO** a estrita observância à regra prevista no artigo 37, II da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º. Fica(m) convocado(s) o(s) candidato(s) aprovado/classificado(s) no Concurso Público 001/2016, de 01/12/2016, abaixo nominado(s), para comparecer (em) ao Departamento de Recursos Humanos dessa municipalidade, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme o item 7. 4 do Edital nº 001/2016 para a efetiva nomeação.

CARGO	CANDIDATO(A)	CLASSIFICAÇÃO
ESTOQUISTA	HUWERSON IATA DE SOUZA	1º

Art. 2º. Para tomar posse, o (a) candidato(a) deverá apresentar documentação no original e fotocópia autenticada em cartório, que comprove os requisitos exigidos no item 7.4 do edital 001/2016, a seguir elencados:

I- Cédula de Identidade comprovando a idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos;

II- Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da lei (arts. 12 e 37, I da CF/88);

III- Certidão de Casamento ou Nascimento;

IV- Certidão de Nascimento dos filhos menores de 14 anos (se for o caso);

V-Carteira de Vacinação dos filhos menores de 05 anos (se for o caso);

VI- Cartão de Identificação do Contribuinte (CPF);

VII-Cartão do PIS/PASEP;

VIII-Comprovante de votação nas duas últimas eleições que antecederem à posse;

IX- Título de Eleitor;

X-Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicílio dos últimos cinco anos, relativa à existência ou inexistência de ações criminais (com trânsito em julgado);

XI-Certidão Negativa de Débitos para com o município de posse;

XII-Atestado de Saúde Física e Mental (Pré-Admissional) expedido pela Junta Médica Oficial do Município;

XIII-. duas fotos 3x4, coloridas e recentes;

XIV-Registro no conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade;

XV- Certidão de Reservista, se do sexo masculino;

XVI- Comprovante de Escolaridade, através de histórico escolar, diploma, conforme exigência do cargo ao qual concorre, devidamente registrado pelo MEC;

XVII- Declaração contendo endereço residencial;

XVIII-Declaração negativa de acúmulo de cargo público;

XIX- Declaração de Bens;

XX-. Declaração de disponibilidade para cumprimento da carga horária do cargo em que exercerá sua função.

Parágrafo único. O(s) candidato(s) ora convocado (s) deverá(ão) submeter-se a exame médico admissional que será realizado por uma junta médica do município,na forma prevista no item 7.5 e seguintes do edital nº.001/2016.

Art. 3º. A inexatidão das afirmativas e/ou irregularidades na apresentação dos documentos exigidos no edital do certame, verificadas a qualquer tempo, acarretará na nulidade de pleno direito do ato de nomeação do(s) candidato(s) ora convocado (s).

Art. 4º Será considerado desistente e, portanto, eliminado do concurso público o(s) candidato(s) que não se apresentar a administração para a posse no prazo de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação desse edital.

Art. 5º A publicação do presente edital de convocação será tornada pública por meio da Imprensa Oficial do Município, considerada essa o Jornal da Associação dos Municípios Mato-grossenses (www.amm.org.br), sendo de responsabilidade do(s) candidato(s) o acompanhamento de tais publicações, na forma do item 9.10.1 do edital nº 001/2062.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LICITAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO/CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 025/2019

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO – ESTADO DE MATO GROSSO, por meio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto nº 006/2018, e equipe de apoio designada pelo Decreto 018/2019, no uso de suas atribuições, vem apresentar justificativa para a revogação do Pregão Presencial em epígrafe, pelos motivos abaixo expostos:

I – DO OBJETO

Trata-se de revogação/cancelamento do Processo Licitatório nº 064/2019 na modalidade Pregão Presencial nº 025/2019, que teve como objeto a Contratação de licença de uso de software tipo Auto Adesk Architeture, Costruction Collection IC New Single para suprir as necessidades do setor de engenharia e arquitetura da Secretaria Municipal de Administração do Município de Campos de Júlio-MT.

II – DA SÍNTESE DO CANCELAMENTO

Considerando a Representação de Natureza Interna, (Processo nº 19. 8960/2019), junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em 03/07/2019, alegando Irregularidades Detectadas no Edital.

Considerando o disposto no subitem 18.2 do Edital em epígrafe, segundo o qual está escrito: **"A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado..."**, e as licitantes tem pleno conhecimento das condições do certame.

Fica **REVOGADO,** com fundamento no "caput" do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, o Processo Licitatório em referência, e nas informações acima expostas, para uma melhor adequação do Edital.

Dessa forma, fica aberto prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da publicação desta no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - AMM, de conformidade com o artigo 109, inciso I, letra "c" da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio – MT, 15 de julho de 2019

MARCELO JOSÉ BATISTA DOS SANTOS LINO

PREGOEIRO

LICITAÇÃO
JUSTIFICATIVA DE REVOGAÇÃO/CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2019

O MUNICÍPIO DE CAMPOS DE JÚLIO – ESTADO DE MATO GROSSO, por meio de seu Pregoeiro, designado pelo Decreto nº 006/2018, e equipe de apoio designada pelo Decreto 018/2019, no uso de suas atribuições, vem apresentar justificativa para a revogação do Pregão Presencial em epígrafe, pelos motivos abaixo expostos:

I – DO OBJETO

Trata-se de revogação/cancelamento do Processo Licitatório nº 060/2019 na modalidade Pregão Presencial nº 023/2019, que teve como objeto o REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÕES FUTURAS E PARCELADAS DE PAPEL A4 E PAPEL TRIMBRADO, para atendera as necessidades das Secretariais Municipais e seus Departamentos.

II – DA SÍNTESE DO CANCELAMENTO

Considerando que a empresa WALÉRIA DOS S. CORDEIRO EIRELI-ME, impetrou Representação de Natureza Externa, com pedido de Medida Cautelar (Processo nº 19.668-1/2019), junto ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso em 28/06/2019, alegando que o TR possui uma exigência definida por intermédio do Decreto nº 079/2018, e que tal exigência infringiu ao Princípio da Isonomia e o Princípio da Proposta Mais Vantajosa.

Considerando o disposto no subitem 18.2 do Edital em epígrafe, segundo o qual está escrito: **"A autoridade competente para determinar a contratação poderá revogar a licitação por razões de interesse público derivado de fato superveniente devidamente comprovado..."**, e as licitantes tem pleno conhecimento das condições do certame.

Fica **REVOGADO,** com fundamento no "caput" do artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, o Processo Licitatório em referência, e nas informações acima expostas, para uma melhor adequação do Edital.

Dessa forma, fica aberto prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do dia seguinte da publicação desta no DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO - AMM, de conformidade com o artigo 109, inciso I, letra "c" da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio – MT, 15 de julho de 2019

MARCELO JOSÉ BATISTA DOS SANTOS LINO

PREGOEIRO

LEI Nº 1.038, DE 15 DE JULHO DE 2019.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde **Unidade:** 06.01 Fundo Municipal de Saúde **Função:** 10 Saúde **Sub-função:** 301 Atenção Básica **Programa:** 02 Gestão Administrativo **Projeto:** 1.156 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 1.000,00 **Valor Total:** R$ 1.000,00 (um mil reais) **Meta:** Prover os órgãos do município, meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 922, de 26 de junho de 2018 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde **Unidade:** 06.01 Fundo Municipal de Saúde **Função:** 10 Saúde **Sub-função:** 301 Atenção Básica **Programa:** 02 Gestão Administrativo **Projeto:** 1.156 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 1.000,00 **Valor Total:** R$ 1.000,00 (um mil reais) **Meta:** Prover os órgãos do município, meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 973, de 21 de novembro de 2018, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

PROJETO: 1.156 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.01.0002 R$ 1.000,00

Total da Suplementação R$ 1.000,00

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

(295) 4.4.90.52.00.00.2.040.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 1.000,00

Total anulação R$ 1.000,00

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº 1037, DE 15 DE JULHO DE 2019.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde **Unidade:** 06.01 Fundo Municipal de Saúde **Função:** 10 Saúde **Sub-função:** 122 Administração Geral **Programa:** 04 Fortalecimento do SUS **Projeto:** 1.158 Estruturação de Gestão do SUS **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 6.000,00 **Valor Total:** R$ 6.000,00 (seis mil reais) **Meta:** Ofertar e proporcionar a população campo-juliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 922, de 26 de junho de 2018 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde **Unidade:** 06.01 Fundo Municipal de Saúde **Função:** 10 Saúde **Sub-função:** 122 Administração Geral **Programa:** 04 Fortalecimento do SUS **Projeto:** 1.158 Estruturação de Gestão do SUS **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 6.000,00 **Valor Total:** R$ 6.000,00 (seis mil reais) **Meta:** Ofertar e proporcionar a população campo-juliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 973, de 21 de novembro de 2018, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

PROJETO: 1.158 Estruturação de Gestão do SUS

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.01.0002 R$ 6.000,00

Total da Suplementação R$ 6.000,00

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

(268) 4.4.90.52.00.00.2.035.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 5.000,00

(295) 4.4.90.52.00.00.2.040.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 1.000,00

Total anulação R$ 6.000,00

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº 1.036, DE 15 DE JULHO DE 2019.

ACRESCENTA AÇÕES AO PLANO PLURIANUAL, À LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E À LEI DO ORÇAMENTO ANUAL PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I do Plano Plurianual, previsto na Lei nº 848, de 11 de outubro de 2017, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde **Unidade:** 06.01 Fundo Municipal de Saúde **Função:** 10 Saúde **Sub-função:** 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial **Programa:** 04 Fortalecimento do SUS **Projeto:** 1.157 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção de Média e Alta Complexidade **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 4.622,50 **Valor Total:** R$ 4.622,50 (quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) **Meta:** Ofertar e proporcionar a população campo-juliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.

Art. 2º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar ao Anexo I da Lei nº 922, de 26 de junho de 2018 que estabelece as Diretrizes Orçamentárias, as seguintes ações para o exercício financeiro vigente:

Descrição da Ação
Órgão: 06 – Secretaria Municipal de Saúde **Unidade:** 06.01 Fundo Municipal de Saúde **Função:** 10 Saúde **Sub-função:** 302 Assistência Hospitalar e Ambulatorial **Programa:** 04 Fortalecimento do SUS **Projeto:** 1.157 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção de Média e Alta Complexidade **Produto:** % Porcentagem **Exercício:** 2019 R$ 4.622,50 **Valor Total:** R$ 4.622,50 (quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos) **Meta:** Ofertar e proporcionar a população campo-juliense melhor qualidade no atendimento aos programas e serviços de saúde pública.

Art. 3º Fica o Executivo Municipal autorizado a acrescentar crédito adicional especial ao orçamento geral do município, previsto na Lei nº 973, de 21 de novembro de 2018, no valor de R$ 4.622,50 (quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

PROJETO: 1.157 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção de Média e Alta Complexidade

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.01.0002 R$ 4.622,50

Total da Suplementação R$ 4.622,50

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

(295) 4.4.90.52.00.00.2.036.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 4.622,50

Total anulação R$ 4.622,50

Art. 5º Ficam inalteradas as demais disposições do Anexo I do Plano Plurianual e da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 6º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

LEI Nº.1035, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DENOMINA-SE MAXIMILIANO JOSÉ KLAHOLD A ESTRADA RURAL QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada Maximiliano José Klahold a estrada rural situada na linha rural Cabaçu, com extensão de 11 km, sem pavimentação, com as coordenadas iniciando em S-13,60800498, W-59,239803, coordenada final S-13,6087930 e W-59,1892525, constante do mapa anexo, que é parte integrante dessa lei.

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LEI Nº.1.034, DE 15 DE JULHO DE 2019.

INSTITUI E DENOMINA AS ESTRADAS MUNICIPAIS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS CORRELATAS

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º Ficam instituídas e denominadas as estradas municipais não pavimentadas, constantes do mapa e relatório que constituem parte integrante dessa lei, assim descritas:

I- Estrada Associação Flor da Terra, com extensão de 11,70 km, situada na linha rural denominada Alto Juruena, com as coordenadas iniciando em S-14,274069, W-59,234570, coordenada final S-14,2740826 e W-59,2344494;

II-Estrada Uirapuru, com extensão de 31,74 km, com as coordenadas iniciando em S-14,274069, W-59,234570, coordenada final S-13,9293260 e W-59,1810092;

Parágrafo único. A estrada denominada Associação Flor da Terra, anteriormente com extensão de 19,2 Km passa a contar com 11,7Km, em virtude de estar parcialmente sobreposta à estrada Uirapuru.

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LEI Nº. 1.033, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre aS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DA Lei orçamentária ANUAL DE 2020 e dá outras providências.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Legislativa Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° O orçamento do Município de Campos de Júlio para o exercício de 2020 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nessa lei, compreendendo:

I – as metas fiscais;

II- prioridades e metas da administração pública municipal;

III- a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do município e suas alterações;

V - as disposições relativas à dívida pública municipal;

VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e seus encargos sociais;

VII- as disposições sobre alterações na legislação tributária do município;

VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2° A elaboração do Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e sua execução deverão ser compatíveis com as metas fiscais, conforme demonstrado no Anexo constante dessa lei.

Parágrafo único. Integram a Lei de Diretrizes Orçamentárias, os Anexos de Metas Fiscais e Riscos Fiscais de que trata o artigo 4°, §§ 1°, 2° e 3° da Lei Complementar n° 101/2000:

I - Demonstrativo I - Metas Anuais;

II - Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior;

III – Demonstrativo III – Das Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores;

IV - Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido;

V - Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos;

VI - Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita;

VII - Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado;

VIII– Anexo III – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Primário;

IX – Anexo IV – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Resultado Nominal:

X– Anexo V – Metodologia e Memória de Cálculo das Metas Anuais para o Montante da Dívida;

XI – Anexo VI – Demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XII – Anexo VII - Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências;

XIII- Anexo VIII - Demonstrativo da Origem e Destinação dos Recursos;

XIV – Anexo IX – Relatório sobre Projetos em Execução e Despesas com Conservação do Patrimônio Público;

XV – Anexo X – Demonstrativo das Metas Físicas e Fiscais por Ações;

XVI – Anexo XI – Relatório das Metas e Prioridades das Despesas por Programas.

XVII – Relatório de Despesas Planejadas.

XVIII – Relatório dos Projetos em Andamento.

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Pública Municipal para o exercício de 2020 são as constantes do Anexo de Prioridades e Metas desta lei, as quais terão precedência na alocação dos recursos e na Lei Orçamentária de 2020 e na sua execução, não se constituindo todavia em limite à programação da despesa.

Parágrafo único. Fica vedada a adoção pelo Poder Executivo de categorias de prioridades, durante a execução orçamentária, que não estejam contempladas nessa lei.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º Para efeito desta lei, entende-se por:

I – programa: O instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual.

II – ação: Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denominado por projeto, atividade ou operação especial;

III- atividade: Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

IV – projeto: Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

V – operação especial: As despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;

VI – subtítulo: O menor nível de categoria de programação, sendo utilizado, especialmente, para especificar a localização física da ação;

VII – unidade orçamentária: O menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VIII – concedente: O órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta responsável pela transferência de recursos financeiros, inclusive os decorrentes de descentralização de créditos orçamentários;

IX– convenente: O órgão ou a entidade da administração pública direta ou indireta dos governos federal, estaduais, municipais e as entidades privadas, com os quais a administração municipal pactue a transferência de recursos financeiros, inclusive quando decorrentes de descentralização de créditos orçamentários entre órgãos e entidades federais constantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social;

X– descentralização de créditos orçamentários: A transferência de créditos constantes dos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, no âmbito do mesmo órgão ou entidade ou entre esses;

XI – receita ordinária: Aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competências de outras esferas de governo;

XII – execução física: A autorização para que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

XIII– execução orçamentária: O empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

XIV– execução financeira: O pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1° Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades ou operações especiais, especificando a respectiva identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnóstico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento.

§ 2° O produto e a unidade de medida a que se refere o § 1° deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do Plano Plurianual de 2018/2021.

§ 3° As metas físicas serão indicadas em nível de subtítulo e agregadas segundo os respectivos projetos, atividades ou operações especiais.

§ 4° As atividades com a mesma finalidade de outras já existentes deverão observar o mesmo código, independentemente da unidade executora.

§ 5 ° Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.

§ 6° A subfunção, nível de agregação imediatamente inferior a função, deverá evidenciar cada área de atuação governamental, ainda que esta seja viabilizada com a transferência de recursos a entidades públicas e privadas.

Art. 5º Os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social compreenderão a programação dos Poderes do município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Municipal.

Art. 6º Na Lei Orçamentária Anual, que apresentará conjuntamente a programação dos orçamentos fiscal e da seguridade social, em consonância com os dispositivos da Portaria n° 42 de 14 de abril de 1999, do Ministério do Orçamento e Gestão e da Portaria Interministerial n°. 163 de 04 de maio de 2001, a discriminação da despesa será apresentada por unidade orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o elemento de despesa, o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

§ 1° A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F), Gestão de Políticas Públicas (G), da seguridade social (S) ou de investimento das empresas estatais (I).

§ 2° Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I – pessoal e encargos sociais – 1;

II – juros e encargos da dívida – 2;

III – outras despesas correntes – 3;

IV – investimentos – 4;

V – inversões financeiras – 5;

VI - amortização da dívida – 6.

§ 3° A Reserva de Contingência, prevista no artigo 23 dessa lei, será identificada pelo digito “9”, no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4° Nenhuma ação poderá conter, simultaneamente, dotações destinadas a despesas financeiras primárias.

§ 5° A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I – mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de governo, seus órgãos, fundos ou entidades;

b) diretamente a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições;

II – diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de governo.

§ 6° O orçamento fiscal, da seguridade social e de investimentos discriminarão a despesa, no mínimo, por elemento de despesa, conforme artigo 15 da Lei n° 4.320/64.

§ 7° É vedada a execução orçamentária com modalidade de aplicação indefinida.

§ 8° As receitas serão escrituradas de forma que se identifique a arrecadação segundo as naturezas de receita e o identificador de uso, o grupo de destinação de recursos e a especificação das destinações de recursos.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará a Câmara Municipal será composto de:

I – texto da lei;

II– quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos artigos 2º e 22, incisos III, IV e parágrafo único da Lei nº 4. 320/64;

III– anexo dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

IV– discriminação da legislação da receita e da despesa, referente aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social;

V – anexo do orçamento de investimento a que se refere o artigo 165 § 5°, inciso II da Constituição, na forma definida nessa lei.

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II deste artigo, os seguintes demonstrativos:

I – Receita e despesa, segundo as categorias econômicas, conforme o anexo 1 da Lei n° 4.320/64;

II – Receita por categorias econômicas, conforme o anexo 2 da Lei n° 4. 320/64;

III – Natureza da despesa por categorias econômicas, conforme o anexo 2 da Lei n° 4.320/64;

IV – Funções de subfunções de governo, conforme o anexo 5 da Lei n° 4. 320/64;

V – Programa de trabalho de governo, conforme o anexo 6 da Lei n° 4. 320/64;

VI – Programa de trabalho de governo – Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por projetos, atividades e operação especiais, conforme o anexo 7 da Lei n° 4.320/64;

VII – Demonstrativo da despesa por funções, subfunções e programas de acordo com o vínculo com os recursos, conforme o anexo 8 da Lei n° 4. 320/64;

VIII – Demonstrativo da despesa por órgãos e funções, conforme anexo 9 da Lei n° 4.320/64;

IX – Demonstrativo da evolução da receita, conforme artigo 22, inciso III, da Lei n° 4320/64 e artigo 12 da Lei Complementar n°. 101/2000;

X – Demonstrativo da evolução da despesa, conforme artigo 22, inciso III da Lei n° 4.320/64;

XI – Planilha de identificação dos projetos, atividades e operações especiais por categoria de programação, com identificação da classificação institucional, funcional programática, categoria econômica, diagnostico situacional do programa, diretrizes, objetivos, metas físicas e indicação das fontes de financiamento;

XII – Descrição sucinta, para cada unidade administrativa, de suas principais finalidades com a respectiva legislação;

XIII– Demonstrativo da aplicação dos recursos na manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos artigos 70 e 71 da Lei Federal n° 9. 394/96;

XIV– Demonstrativo da aplicação dos recursos referentes ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB;

XV – Demonstrativo da receita corrente liquida com base no artigo 2°, inciso IV da Lei Complementar n° 101/2000;

XVI– Demonstrativo da despesa com pessoal, para fins de atendimento ao disposto no artigo 169 da Constituição Federal e na Lei Complementar n° 101/2000;

XVII – Demonstrativo da aplicação dos recursos reservados à saúde de que trata a Emenda Constitucional nº 29.

Art. 8º A mensagem de encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata ao artigo 22, parágrafo único, I da Lei 4.320/64 conterá:

I – exposição circunstanciada da situação econômico-financeira, documentada com demonstração da dívida fundada e flutuante, saldos de créditos especiais, restos a pagar e outros compromissos financeiros exigíveis;

II– Justificativa da estimativa e fixação, respectivamente, dos principais agregados da receita e despesa.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 9º A estimativa da receita e a fixação da despesa constante do projeto de lei orçamentária serão elaboradas a preços correntes do exercício a que se refere.

Art. 10. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas, sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 11. A Lei Orçamentária somente contemplará dotação para investimentos com duração superior a um exercício financeiro se o mesmo estiver contido no Plano Plurianual ou em lei que autorize sua inclusão.

Art. 12. Na elaboração da proposta orçamentária para 2020 o Poder Executivo poderá aumentar ou reduzir as metas físicas estabelecidas nessa lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita prevista, de forma a preservar a suficiência de caixa.

Art. 13. A lei orçamentária estabelecerá, em percentual, os limites para abertura de créditos adicionais suplementares, que serão abertos por decreto orçamentário do Poder Executivo, com numeração sequencial crescente e anual própria, nos termos dos arts. 7° e 42 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 14. As alterações da programação do orçamento, dentro da mesma unidade orçamentária ou entre unidades orçamentárias diferentes, no limite da autorização orçamentária, serão operacionalizadas por crédito suplementar e abertas por decreto orçamentário, compreendendo nesse limite os remanejamentos, as transposições e as transferências de recursos.

Art. 15. Fica o Poder Executivo autorizado, mediante decreto, a transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na lei orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como alterações de suas competências ou atribuições, mantida a categoria de programação.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na lei orçamentária de 2020 ou em seus créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajustes na classificação funcional.

Art. 16. Para os fins dessa lei, entende-se como:

I- Remanejamento: movimentação de dotações de um órgão para outro decorrente de reformas administrativas ou alteração na estrutura organizacional;

II-Transposição: autorização para transferências de saldo de dotações orçamentárias;

III-Transferências: autorizações para suplementações orçamentárias dentro da mesma categoria econômica, grupo de natureza da despesa, ou elemento econômico (desdobramento).

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 17. A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária serão orientadas no sentido de alcançar *superávit* primário necessário a garantir uma trajetória de solidez financeira da administração municipal.

Seção III

Do Incentivo à Participação Popular

Art. 18. O projeto de lei orçamentária anual, relativo ao exercício de 2020, deve assegurar o controle social e a transparência na execução do orçamento:

I – o princípio do controle social implica assegurar a todo cidadão a participação na elaboração e no acompanhamento do orçamento;

II – o princípio de transparência implica, além da observação ao Princípio Constitucional da Publicidade, a utilização dos meios disponíveis para ga-

rantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento;

Art. 19. Será assegurada aos cidadãos a participação no processo de elaboração e fiscalização do orçamento, através da definição das prioridades de investimentos de interesse local, mediante regular processo de consulta.

Seção IV

Dos Critérios e Formas de Limitação de Empenho

Art. 20. Na ocorrência das circunstâncias estabelecidas no *caput* do artigo 9º, e no inciso II do § 10 do artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo e o Poder Legislativo procederão a respectiva limitação de empenho e de movimentação financeira.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada Poder referido no *caput* desse artigo será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável.

§ 2º Excluem-se do *caput* desse artigo as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do município e as despesas destinadas ao pagamento dos serviços da dívida.

§ 3º No caso de limitação de empenhos e de movimentação financeira de que trata o *caput* desse artigo, buscar-se-á preservar as despesas abaixo hierarquizadas:

I – com pessoal e encargos patronais;

II – com a conservação do patrimônio público, conforme prevê o disposto no artigo 45, da Lei Complementar nº. 101/2000.

§ 4° Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* desse artigo o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

Seção V

Da inclusão de novos Projetos e Conservação do Patrimônio Público

Art. 21. Observadas as prioridades a que se refere o artigo 3° dessa lei, a Lei Orçamentária ou as de créditos adicionais somente poderão incluir novos projetos e despesas obrigatórias de duração continuada, a cargo da Administração Direta, das autarquias, dos fundos especiais, fundações, empresas públicas e sociedade de economia mista nas seguintes hipóteses:

I – houver sido adequadamente atendidos todos os que estiverem em andamento;

II – estiverem preservados os recursos necessários à conservação do patrimônio público;

III – estiverem perfeitamente definidas suas fontes de custeio;

IV – os recursos alocados destinarem-se a contrapartidas de recursos federais, estaduais ou de operações de crédito, com objetivo de concluir etapas de uma ação municipal.

Seção VI

Da Definição das Despesas Consideradas Irrelevantes

Art. 22. Para os efeitos do artigo 17 da Lei Complementar nº 101/2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3°, aquelas cujo valor não ultrapasse para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do artigo 25 da Lei Federal n°. 8.666/93, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras.

Seção VII

Da destinação de recursos para Entidades Públicas e Privadas

Art. 23. A transferência de recursos do tesouro municipal a entidades privadas beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural e esportivo e de cooperação técnica destinada à divulgação de atos institucionais da administração pública e demais programas e campanhas nas áreas da saúde, educação, assistência social, esporte, cultura e arrecadação tributária e demais áreas de atendimento ou de interesse público, e dependerá de autorização em lei específica, consoante previsto no artigo 4º, I "f" e 26 da Lei de Responsabilidade Fiscal, ressalvadas as transferências realizadas mediante convênio com as associações e confederações voltadas à representação do poder público municipal junto às demais esferas de governo.

§ 1º Para recebimento de recursos referidos no *caput*, as entidades privadas, sem fins econômicos, preencher os requisitos estabelecidos no Decreto Municipal 51/2017 de 9 de junho de 2017.

§ 2° As entidades privadas sem fins econômicos, beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, submeter-se-ão a fiscalização do Poder Executivo, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

§ 3° As entidades beneficiadas com recursos do tesouro municipal deverão prestar contas de acordo com os prazos estabelecidos no artigo 55 do Decreto Municipal 51/2017, recebimento do recurso, consoante previsto no artigo 70, parágrafo único, da Constituição Federal.

§ 4º Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas nesse artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução dependerão ainda de:

I– publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão de auxílios, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade;

II– identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio, celebrado com as associações e confederações voltadas à representação do poder público municipal junto às demais esferas de governo.

Seção VIII

Da Autorização para Custeio de Despesas de Competência da União, do Estado e Município.

Art. 24. Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas de responsabilidade de outras esferas de Governo que venham oferecer benefícios à população do município, desde que existam recursos orçamentários disponíveis, tais como:

I – Empaer;

II – Polícia Judiciária Civil e Polícia Militar;

III – Indea;

IV – Sema;

V – Tribunal Regional Eleitoral;

VI – Secretaria de Fazenda-SEFAZ;

VII – IBAMA;

VIII-CIRETRAN;

IX-demais órgãos afins;

X – Conselho da Comunidade da Comarca de Comodoro – CCCC;

XI- Lar da Criança Recanto Feliz da Comarca de Comodoro;

XII-APAE;

Seção IX

Das Diretrizes Especificas do Orçamento de Investimento

Art. 25. O orçamento de investimento, previsto no artigo 165, § 5°, inciso II, da Constituição Federal, será representado, para cada empresa em que o município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto.

Parágrafo único. O detalhamento das fontes de financiamento do investimento de cada entidade referida neste artigo será de forma a evidenciar os recursos:

I – gerados pela empresa;

II – oriundos de transferências do município;

III – oriundos de operações de crédito internas e externas;

IV – de outras origens, que não as compreendidas nos incisos anteriores.

Seção X

Da Destinação de Reserva de Contingência

Art. 26. A Lei Orçamentária conterá dotação para reserva de contingência, constituída exclusivamente com recursos do orçamento fiscal, no valor até 2% (dois por cento) da receita corrente liquida prevista para o exercício de 2020, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Seção XI

Das Normas para controle de custos e avaliação de resultado

Art. 27. O Poder Executivo realizará estudos visando a definição de sistema de controle de custos e avaliação de resultados das ações de governo.

Parágrafo único. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente à unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e propiciar a correta avaliação dos resultados.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 28. A Lei Orçamentária garantirá recursos para pagamento da despesa decorrente de débitos refinanciados, inclusive com a previdência social.

Art. 29. O projeto de Lei Orçamentária Anual poderá incluir na composição da receita total do município, recursos provenientes de operações de crédito, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III da Constituição Federal.

Parágrafo único. A Lei Orçamentária Anual deverá conter demonstrativos especificando, por operação de crédito, as dotações a nível de projeto e atividades financiados por estes recursos.

Art. 30. A Lei Orçamentária Anual poderá autorizar a realização de operações de crédito por antecipação de receita, desde que observado o disposto no artigo 38 da Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 31. Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores quando as despesas com pessoal excederem a 95% do limite estabelecido no artigo 20, III, da Lei Complementar n° 101/2000.

Art. 32. O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos no artigo 19 e 20 da Lei Complementar n° 101/2000:

I-eliminação de vantagens concedidas a servidores;

II- eliminação das despesas com horas extras;

III- exoneração de servidores e agentes públicos ocupantes de cargos em comissão;

IV- demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 33. No exercício financeiro de 2020, as despesas com pessoal dos Poderes Executivos e Legislativo observarão as disposições contidas nos artigos 18, 19 e 20, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 34. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos no artigo 19, da Lei Complementar nº 101/2000, a adoção das medidas de que tratam os § 3° e § 4° do artigo 169 da Constituição Federal preservará servidores das áreas de saúde, educação e assistência social.

Art. 35. Se a despesa de pessoal atingir o nível de que trata o parágrafo único do artigo 22 da Lei Complementar nº 101/2000, a contratação de hora-extra fica restrita a necessidades emergenciais das áreas de saúde e de saneamento.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 36. A estimativa de receita que constará do projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2020 contemplará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vistas à expansão de base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Art. 37. A estimativa da receita citada no artigo anterior levará em consideração, adicionalmente, o impacto de alteração na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I – atualização da planta genérica de valores do município;

II – revisão, atualização ou adequação da legislação sobre imposto Predial e Territorial Urbano-IPTU, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade deste imposto;

III – revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;

IV – revisão da legislação referente ao Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza-ISSQN;

V – revisão da legislação aplicável ao Imposto sobre Transmissão Inter Vivos e de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis-ITBI;

VI – Instituição de taxas pela utilização efetiva ou potencial de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou posto a sua disposição;

VII – revisão da legislação sobre as taxas pelo exercício do poder de polícia;

VIII – revisão da isenção de tributos municipais para manter o interesse público e a justiça fiscal.

§ 1° Com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e cultural do município, o Poder Executivo encaminhará projetos de lei de incentivos ou benefícios de natureza tributária, cuja renúncia de receita poderá alcançar os montantes dimensionados no Anexo de Metas Fiscais, já considerados no cálculo do resultado primário.

§ 2° A parcela de receita orçamentária prevista no *caput* desse artigo que decorrer de propostas de alterações na legislação tributária, ainda em tramitação, quando do envio do projeto de Lei Orçamentária Anual a Câmara Municipal poderá ser identificada, discriminando-se as despesas cuja execução ficará condicionada à aprovação das respectivas alterações legislativas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 38. O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica Municipal, que a apreciará e a devolverá para sanção até o dia 15/12/2018.

§ 1º A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no *caput* desse artigo, em conformidade com o parágrafo único do artigo 25 da Lei Orgânica Municipal.

§ 2º Caso a lei orçamentária anual não for devolvida para sanção até o início do exercício financeiro de 2020, fica o Executivo Municipal autorizado

a executar em cada mês, até 1/12 das dotações da proposta orçamentária encaminhada ao Poder Legislativo.

Art. 39. É vedado consignar na Lei Orçamentária Anual crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

Art. 40. Até trinta dias após a publicação dos orçamentos, o Poder Executivo estabelecerá, através de decreto, a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, nos termos do disposto no artigo 8° da Lei Complementar n°. 101/2000.

Art. 41. Os créditos especiais e extraordinários abertos nos últimos quatro meses do exercício poderão ser reabertos no exercício subsequente, por ato do chefe do Poder Executivo.

Art. 42. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá de previa autorização legislativa e da existência de recursos disponíveis para cobrir a despesa, nos termos da Lei Federal n°. 4.320/64 e da Constituição Federal.

§ 1º A Lei orçamentária anual conterá autorização e disporá sobre o limite para a abertura de créditos adicionais suplementares.

§ 2º Acompanharão os projetos de lei relativos a créditos adicionais exposição de motivos circunstanciados que os justifiquem e que indiquem as consequências dos cancelamentos de dotações propostos.

Art. 43. O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta para realização de obras ou serviços de competência do município ou não, durante o exercício de 2020.

Art. 44. O custo global de obras e serviços contratados e executados com recursos do orçamento municipal ou de convênios firmados com a união e com o estado será obtido a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido e divulgado, na *internet,* pela Caixa Econômica Federal, e, no caso de obras e serviços rodoviários, à tabela do Sistema de Custos de Obras Rodoviárias - SICRO.

§ 1º Em obras cujo valor total contratado não supere o limite para Tomada de Preços, será admitida variação máxima de 20% (vinte por cento) sobre os custos unitários de que trata o *caput* desse artigo, por item, desde que o custo global orçado fique abaixo do custo global calculado pela mediana do SINAPI.

§ 2º Nos casos em que o SINAPI e o SICRO não oferecerem custos unitários de insumos ou serviços, poderão ser adotados aqueles disponíveis em tabela de referência formalmente aprovada por órgão ou entidade da administração pública municipal, ou na sua falta, a tabela federal, incorporando-se às composições de custos dessas tabelas, sempre que possível, os custos de insumos constantes do SINAPI e do SICRO.

§ 3º Somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, elaborado por profissional habilitado e aprovado pelo órgão gestor dos recursos ou seu mandatário, poderão os respectivos custos unitários exceder limite fixado no *caput* e § 1º desse artigo, sem prejuízo da avaliação dos órgãos de controle interno e externo.

§ 4º O órgão ou a entidade que aprovar tabela de custos unitários, nos termos do § 2º desse artigo, deverá divulgá-los pela internet e encaminhá-los à Caixa Econômica Federal.

§ 5º Deverá constar do projeto básico a que se refere o art. 6º, inciso IX, da Lei no 8.666, de 1993, inclusive de suas eventuais alterações, a anotação de responsabilidade técnica e declaração expressa do autor das planilhas orçamentárias, quanto à compatibilidade dos quantitativos e dos custos constantes de referidas planilhas com os quantitativos do projeto de engenharia e os custos do SINAPI, nos termos desse artigo.

§ 6º A diferença percentual entre o valor global do contrato e o obtido a partir dos custos unitários do SINAPI ou do SICRO não poderá ser reduzida, em favor do contratado, em decorrência de aditamentos que modifiquem a planilha orçamentária.

§ 7º Serão adotadas na elaboração dos orçamentos de referência os custos constantes das Tabelas SINAPI e SICRO locais e, subsidiariamente, as de maior abrangência.

§ 8º O preço de referência das obras e serviços será aquele resultante da composição do custo unitário direto do SINAPI e do SICRO, acrescido do percentual de Benefícios e Despesas Indiretas - BDI incidente, que deve estar demonstrado analiticamente na proposta do fornecedor.

§ 9º O disposto nesse artigo não obriga o licitante vencedor a adotar custos unitários ofertados pelo licitante vencido.

Art. 45. Essa lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 21/2019

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12/2019, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: **Contratação de empresa para exames especializados para a paciente Jéssica Thais Rodrigues, portadora de Lupos.**

Contratado: **BIOLABS – LABORATÓRIO, CLÍNICA MÉDICA E STUDIO DE PILATES LTDA, CNPJ: 19.837.196/0001-00**

Valor global: R$ 309,80 (trezentos e nove reais e oitenta centavos).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 1º, II, do Decreto Federal 9.412/2018.

Dispensa de Licitação: 21/2019, Processo Administrativo nº 075/2019 e Processo de Compra nº 073/2019.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 15 de julho de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 054/2016.

DA ESPÉCIE: Prestação de serviços.

DO OBJETO: Assessoria, consultoria e locação de sistema de gestão educacional para 05 (cinco) unidades educacionais

DA VIGÊNCIA ADITADA: 13/07/2019 A 12/07/2020.

DO VALOR GLOBAL: R$ 109.127,97 (cento e nove mil, Cento e vinte e sete Reais e Noventa e sete centavos)

ASSINAM:JOSE ODIL DA SILVA – Prefeito Municipal / CONTRATANTE, e OMEGA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA - EPP / CONTRATADO.

LICITAÇÃO
EXTRATO DE TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N° 20/2019

A Presidente da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Campos de Júlio - MT, nomeado pelo Decreto Municipal nº 12/2019, torna público para conhecimentos dos interessados a contratação abaixo:

Objeto: **Contratação de empresa especializada em análises de água para fins potável, para monitoramento dos parâmetros de Agrotóxicos, Compostos Inorgânicos e Orgânicos, Desinfetantes e Produtos Secundários da Desinfecção dos 05 poços situados na área urbana de Campos de Júlio-MT.**

Contratado: **R Z ANÁLISES E CONSULTORIA LTDA, CNPJ: 01.035.644/0001-88**

Valor global: R$ 15.100,00 (quinze mil e cem reais).

Fundamento Legal: Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93 e art. 1º, II, do Decreto Federal nº 9.412/2018.

Dispensa de Licitação: 20/2019, Processo Administrativo nº 074/2019 e Processo de Compra nº 072/2019.

Fica ratificada pelo prefeito municipal a dispensa de licitação em tela, conforme despacho exarado no procedimento licitatório, em consonância com a justificativa apresentada e com o parecer jurídico, nos termos do artigo 26 da lei n° 8.666/93 e suas alterações.

Campos de Júlio - MT, 15 de julho de 2019.

Rosinéia Rodrigues Ramos Silva

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

DECRETO Nº 87, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.043, de 15 de julho de 2019;*

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 90.859,04 (noventa mil, oitocentos e cinquenta e nove reais e quatro centavos), conforme especificado a seguir:

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(227) 3.1.90.13.00.00.2.041.01.0002 Obrigações Patronais R$ 17.218,14

(342) 3.3.90.36.00.00.2.041.01.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 24.900,00

(207) 3.3.90.36.00.00.2.046.01.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 1.500,00

(230) 3.1.90.13.00.00.2.047.01.0002 Obrigações Patronais R$ 10.000,00

(232) 3.1.90.13.00.00.2.050.01.0002 Obrigações Patronais R$ 2.403,25

(349) 3.3.90.36.00.00.2.050.01.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 17.100,00

(233) 3.1.90.13.00.00.2.051.01.0002 Obrigações Patronais R$ 5.483,91

(357) 3.3.90.36.00.00.2.051.01.0002 Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física R$ 1.500,00

(234) 3.1.90.13.00.00.2.052.01.0002 Obrigações Patronais R$ 3.187,94

(237) 3.1.90.13.00.00.2.111.01.0002 Obrigações Patronais R$ 7.565,80

Total suplementação R$ 90.859,04

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere o artigo primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

ORGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

UNIDADE: 01 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

(223) 3.1.90.13.00.00.2.034.01.0002 Obrigações Patronais R$ 25.000,00

(224) 3.1.90.13.00.00.2.035.01.0002 Obrigações Patronais R$ 11.000,00

(225) 3.1.90.13.00.00.2.036.01.0002 Obrigações Patronais R$ 5.000,00

(226) 3.1.90.13.00.00.2.040.01.0002 Obrigações Patronais R$ 9.000,00

(231) 3.1.90.13.00.00.2.048.01.0002 Obrigações Patronais R$ 11.000,00

(236) 3.1.90.13.00.00.2.110.01.0002 Obrigações Patronais R$ 29.859,04

Total anulação R$ 90.859,04

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº 86, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.042, de 15 de julho de 2019;*

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ **75.021,56** (setenta e cinco mil, vinte e um reais e cinquenta e seis centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

PROJETO: 2.050 Gerenciamento das Atividades da Unidade de Atenção Psicossocial - UAPS "Bem Viver"

ELEMENTO: 3.1.90.11.00.00.01.0046 R$ 75.021,56

Total da Suplementação R$ 75.021,56

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

(279) 3.1.90.11.00.00.2.040.01.0046 Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 39.222,27

(310) 3.1.90.11.00.00.2.048.01.0046 Vencimentos e Vantagens Fixas R$ 35.799,29

Total anulação R$ 75.021,56

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº 85, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DECRETO Nº 85, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.041, de 15 de julho de 2019;*

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 14.400,00 (quatorze mil e quatrocentos reais), para o exercício vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 01 – Câmara Municipal de Campos de Júlio UNIDADE: 01. 01 – Câmara Municipal de Campos de Júlio

ATIVIDADE: 2.001 Gerenciamento das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.46.00.00.00.00.01.0000 R$ 14.400,00

Total da Suplementação R$ 14.400,00

Art. 2º Os recursos necessários para cobertura do crédito de que trata o artigo terceiro serão oriundos da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 01 – Câmara Municipal de Campos de Júlio UNIDADE: 01. 01 – Câmara Municipal de Campos de Júlio

ATIVIDADE: 2.001 Gerenciamento das Atividades da Câmara Municipal

(03) 3.1.90.94.00.00.00.00.01.0000 R$ 14.400,00

Total anulação R$ 14.400,00

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº 83, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.038, de 15 de julho de 2019;*

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 1.000,00 (um mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

PROJETO: 1.156 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção Básica

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.01.0002 R$ 1.000,00

Total da Suplementação R$ 1.000,00

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

(295) 4.4.90.52.00.00.2.040.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 1.000,00

Total anulação R$ 1.000,00

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº 82, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.037, de 15 de julho de 2019;*

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

PROJETO: 1.158 Estruturação de Gestão do SUS

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.01.0002 R$ 6.000,00

Total da Suplementação R$ 6.000,00

Art. 4º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

(268) 4.4.90.52.00.00.2.035.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 5.000,00

(295) 4.4.90.52.00.00.2.040.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 1.000,00

Total anulação R$ 6.000,00

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº 81, DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE A Abertura de CrÉdito ADICIONAL SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO, NA FORMA QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, usando da atribuição que lhe confere o artigo 148, I, "c" da Lei Orgânica Municipal e;

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 43, § 1º, III da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 e tendo em vista a autorização prevista na Lei Municipal nº. 1.036, de 15 de julho de 2019;*

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o crédito adicional suplementar ao orçamento geral do município para o exercício financeiro vigente, no valor de R$ 4.622,50 (quatro mil, seiscentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos), para o exercício financeiro vigente, conforme se especifica a seguir:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

PROJETO: 1.157 Estruturação da Rede de Serviços de Atenção de Média e Alta Complexidade

ELEMENTO: 4.4.90.52.00.00.01.0002 R$ 4.622,50

Total da Suplementação R$ 4.622,50

Art. 2º A cobertura do crédito adicional a que se refere essa lei primeiro será efetivada através da anulação parcial e/ou total da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO: 06 Secretaria Municipal de Saúde

UNIDADE: 01 Fundo Municipal de Saúde

(295) 4.4.90.52.00.00.2.036.01.0002 Equipamentos e Material Permanente R$ 4.622,50

Total anulação R$ 4.622,50

Art. 3º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

DECRETO Nº. 80, DE 15 DE JULHO DE 2019.

REVOGA O DECRETO Nº 79, DE 10 DE JULHO DE 2018, QUE DISPÕE SOBRE A PADRONIZAÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE – ITEM PAPEL A4, A SER OBSERVADO NAS AQUISIÇÕES MUNICIPAIS.

JOSE ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso I, alínea "b" do artigo 148 da Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE

Art. 1º Revogar o Decreto Municipal nº. 79, de 10 de julho de 2018, que dispõe sobre a padronização de papel A4, necessários ao expediente no desenvolvimento das ações governamentais, nos diversos órgãos do Poder Executivo do Município de Campos de Júlio, em suas características e marcas, na forma do Anexo único.

Art. 2º Esse decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSE ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 151, DE 15 DE JULHO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE AOS SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Administração, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ZENAIDE TAVARES DE OLIVEIRA	14/6/2019 a 15/6/2019
LIANE ZONATTO	18/6/2019 a 20/6/2019
PRISCILA ZANETTI FAGUNDES CECHINEL	01/6/2019
ESTEFÂNIA NOVAIS GONÇALVES	3/6/2019 a 8/6/2019
DOUGALS FRANCISCO BOTH	14/6/2019 a 20/6/2019
ANA MARIA DO NASCIMENTO	6/6/2019 a 7/6/2019 27/6/2019 a 28/6/2019
SONIA MARIA PERSON CHAVES	18/6/2019 a 20/6/2019

Art. 2º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Finanças, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
EDIGAR CAVALCANTTI LAGOA	25/6/2019 a 26/6/2019
IRES APARECIDA RUTILI DOS SANTOS	18/6/2019 a 19/6/2019
WILMA DA GUIA FERREIRA	28/6/2019 a 29/6/2019

Art. 3º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Viação, Obras Públicas e Serviços Urbanos**,** relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
SERGIO SILVA MACEDO	01/6/2019
LUCIANO MIRANDA DA SILVA	25/6/2019 a 29/6/2019

Art. 4º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
VALDEMAR DA GUIA FERREIRA	24/6/2019 a 26/6/2019
LUCIA SOUZA DA SILVA	6/6/2019 a 7/6/2019
ZILDA LEMES	10/6/2019 a 12/6/2019
DALVA DE OLIVEIRA LOPES ANDRADE	11/6/2019 a 12/6/2019
EDENIR HELENA DE SOUZA	01/6/2019 18/6/2019 a 21/6/2019
ROSIANE FRANCISCA DE MIRANDA	24/6/2019 a 29/6/2019
LUCIANE RIBEIRO DA SILVA	01/6/2019
DANYELA SAMIRA GUIMARÃES	27/6/2019 a 29/6/2019
JAQUELINE DELLATORRE	7/6/2019 a 8/6/2019 11/6/2019 a 12/6/2019
LARISSA BERNARDO FEITOSA DA SILVA	01/6/2019 28/6/2019 a 29/6/2019
PHALOANA PINHEIRO GRANDI	11/6/2019 a 12/6/2019
ANGELO SILVA DE ARRUDA	19/6/2019 a 20/6/2019
ROSILENE PEREIRA LEÃO MOLINÁRIO	28/6/2019 a 29/6/2019
ALEX NUNES DOS SANTOS	01/6/2019
JUSSIARA ZAIACZKOSKI	3/6/2019 a 4/6/2019 6/6/2019 a 8/6/2019 17/6/2019 a 19/6/2019
JUSSIMAR OLIVEIRA LIMA	7/6/2019 a 8/6/2019
KATHIA REGINA PINTON SCHULZ	17/6/2019 a 18/6/2019
SIMONE PEREIRA DA SILVA	7/6/2019 a 8/6/2019 25/6/2019 a 27/6/2019
FRANCIANE KIPP FERRÃO	6/6/2019 a 7/6/2019
BRUNA PELLICIOLI	11/6/2019 a 12/6/2019 12/6/2019 a 13/6/2019

Art. 5º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
ADELAR ANTUNES DOS SANTOS	24/6/2019 a 26/6/2019
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS	3/6/2019 a 4/6/2019
MARLI TERESINHA PIRES	01/6/2019 a 4/6/2019

ARIADNE RIBEIRO DE MORAIS	17/6/2019 a 20/6/2019
LETICIA GABRIELLE MENDES SOUZA	24/6/2019 a 29/6/2019
BRUNA NAIARA GOMES OLIVEIRA NASCIMENTO	3/6/2019 a 8/6/2019
DAIANY SERVI	14/6/2019 a 20/6/2019

Art. 6º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
MARIA SUELY ALVES DA SILVA LAGOA	12/6/2019 a 22/6/2019 24/6/2019 a 25/6/2019
TEREZINHA DE FATIMA ANDRADE GOMES DE OLIVEIRA	13/6/2019 a 15/6/2019
SERGIO CARDOSO DE OLIVEIRA	14/6/2019 a 18/6/2019 28/6/2019 a 29/6/2019
GISLAINE ORTOLAN PARZIANELLO	7/6/2019 a 8/6/2019
GIANE PATRICA SANTOS DE LIMA	01/6/2019
NEULIZIANE SAMPAIO DE LARA OLIVEIRA	01/6/2019
MARIO MARCIO RIBEIRO	28/6/2019 a 29/6/2019
ELENA RANGEL SCHIMITZ	5/6//2019 a 6/6/2019 10/6/2019 a 11/6/2019
AURICEIA FERNANDES DOS SANTOS OLIVEIRA	3/6/2019 a 8/6/2019
SANDRA MARIA DA SILVA	16/6/2019 a 16/6/2019
FERNANDO ALVES DA SILVA	5/6/2019 a 7/6/2019
LUCICLEIA RIBEIRO BATISTA	01/6/2019 10/6/2019 a 15/6/2019
ODILA N.KRAMPE DONAT	27/6/2019 a 30/6/2019
ERENIR DA COSTA DA SILVA	7/6/2019 a 8/6/2019 17/6/2019 a 18/6/2019
DIONETE FATIMA CARVALHO DUARTE	19/6/2019 a 20/6/2019 27/6/2019 a 30/6/2019
CELITA DONAT	01/6/2019 3/6/2019 a 18/6/2019
IONICE DE OLIVEIRA SANTOS	13/6/2019 a 14/6/2019 18/6/2019 a 19/6/2019 24/6/2019 a 25/6/2019
ROSA ALVES RIBEIRO	11/6/2019 a 26/6/2019
SIRLENE GOMES FERREIRA DOS SANTOS LIMA	14/6/2019 a 15/6/2019
CLEIDES FEREIRA DOS SANTOS LIMA	24/6/2019 a 25/6/2019
ROSELI DE OLIVEIRA	10/6/2019 a 15/6/2019
MAXIMA GRAZIELLA ORTOLAN SCHIMDT	3/6/2019 a 6/6/2019 17/6/2019 a 18/6/2019
NADIA TALAL NEJEM	7/6/2019 a 8/6/2019
ELOITA TEREZA DE ARRUDA BRANDALISE	28/6/2019 a 29/6/2019
ANA HELI DOSPASSOS ALMEIDA	10/6/2019 a 11/6/2019
LEIDIANA CASTELANS VIEIRA EVANGELISTA	01/6/2019 26/6/2019ª 30/6/2019
VERONEIDE SANTANA	6/5//2019 a 8/5/2019
QUEILA MATHEUS	3/6/2019 a 5/6/2019
EVANIR DA COSTA COMIRAN	14/6/2019 a 15/6/2019
CLAUDIA INES KAIM PIENIZ	7/6/2019 a 8/6/2019 27/6/2019 a 28/6/2019
MARIO MARCIO RIBEIRO	28/6/2019 a 29/6/2019
GISLAINE ORTOLAN PARZIANELLO	7/6/2019 a 8/6/2019
MARLEI JUNGES	10/6/2019 a 11/6/2019
PAULO VICTOR DA ROSA	26/6/2019 a 27/6/2019
SANDRA MARIA DA SILVA	6/6/2019 a 16/6/2019
NEULIZIANE SAMPAIO DE LARA OLIVEIRA	01/6/2019
FERNANDO ALVES DA SILVA	5/6/2019 a 7/6/2019
EVANILDA ALVES DA SILVA	01/6/2019
TATIANE MARTA LUIZ	18/6/2019 a 20/6/2019
ELIANE RAMOS DA SILVA	6/6/2019 a 8/6/2019
ELIANE MARTINS MEDEIROS	3/6/2019 a 4/6/2019 14/6/2019 a 15/6/2019
ROSENILDA SILVA ARAUJO	24/6/2019 a 25/6/2019
LORENI LIESCH PALHANI	19/6/2019 a 20/6/2019
MARIA DO CARMO SOUZA	3/6/2019 a 4/6/2019
CARLINA DOS SANTOS CRUZ	10/6/2019 a 13/6/2019
TAMARA CRISTINA HELIODORO POMPEO DA SILVA	24/6/2019 a 26/6/2019
JULIANA DE ALMEIDA MACHADO CORTEZ	01/6/2019 3/6/2019 a 5/6/2019
VERA LUCIA PINHEIRO	3/6/2019 a 4/6/2019
JAQUELINE SCHITINI DONIZETI	17/6/2019 a 18/6/2019
REGINA LUCIA SERAFIM MOREIRA DA SILVA	13/6/2019 a 14/6/2019
CLAUDIA INES KAIM PIENIZ	7/6/2019 a 8/6/2019 27/6/2019 a 28/6/2019
NADIR MORARA	7/6/2019 a 8/6/2019 19/6/2019 a 20/6/2019
ROSANGELA APARECIA VERONEZI	26/6/2019 a 27/6/2019
GILDETE GOMES DE OLIVEIRA CINTRA	3/6/2019 a 4/6/2019 24/6/2019 a 25/6/2019
JOSIANE DA SILVA ANDRADE	14/6/2019 a 15/6/2019
JOSLAINE AVELINO MERFENER CARDOSO	4/6/2019 a 5/6/2019 13/6/2019 a 15/6/2019 18/6/2019 a 20/6/2019
MARIA DAIZA DA SILVA	3/6/2019 a 4/6/2019
GIANE PATRICIA SANTOS DE LIMA	01/6/2019
MARCIA CRISTINA FASSBINDER ZONATTO	13/6/2019 a 14/6/2019
ANDREIA CRISTINA DE CARVALHO DE SOUZA	27/6/2019 a 28/6/2019
LAURA MELO MACHADO JESUS	24/6/2019 a 27/6/2019
ALINE LEMES DE MORAES	11/6/2019 a 13/6/2019
RODRIGO ALVES DE SOUZA	13/6/2019 a 15/6/2019
EVELIN ZANCO MACHADO	7/6/2019 a 8/6/2019
ROSIANE SILVA DE MORAES	12/6/2019 a 15/6/2019 26/6/2019 a 30/6/2019

Art. 7º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Meio Ambiente, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
GIANCARLO RIEGER	3/6/2019 a 4/6/2019

Art. 8º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
LUIZ CARLOS CORREIA DE OLIVEIRA	19/6/2019 a 21/6/2019

Art. 9º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos ao dia 01 de junho de 2019.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 150, DE 15 DE JULHO DE 2019.

CONCEDE LICENÇA CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA A SERVIDORES QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no artigo 148, inciso II, alínea "a" da Lei Orgânica Municipal (LOM);

RESOLVE:

Art. 1º Conceder licença para tratamento de saúde ao servidor abaixo nominado, lotado na Secretaria Municipal de Finanças, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
EDIGAR CAVALCANTI LAGOA	12/6/2019 a 11/6/2019

Art. 2º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Saúde, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
DALVA DE OLIVEIRA LOPES ANDRADE	4/6/2019 a 6/6/2019
JULIANO SALVADOR DA SILVA	24/6/2019 a 26/6/2019
JAQUELINE DELLATORRE	6/6/2019 a 7/6/2019
MARIA INES GOLFETTO ZANELLA	19/6/2019 a 20/6/2019
ELIENE DOS SANTOS SILVA	5/6/2019 a 15/6/2019 18/6/2019 a 25/6/2019
ELIANE GONÇALVES DE FARIA	24/6/2019 a 25/6/2019

Art. 3º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
ROSENILDA APARECIDA DE OLIVEIRA	01/6/2019 a 26/6/2019

Art. 4º Conceder licença para tratamento de saúde aos servidores abaixo nominados, lotados na Secretaria Municipal de Educação, relativo aos períodos que menciona:

NOME	PERÍODO
TANIA MEIRE DE MELLO RIBEIRO	28/6/2019 a 29/6/2019
ROSELI DE OLIVEIRA	3/6/2019 a 4/6/2019
APARECIDA DOS SANTOS PFEIFFER	01/6/2019
SILVANA CARNAUBA DOS SANTOS	19/6/2019 a 20/6/2019
ANA HELI DOS PASSOS ALMEIDA	5/6/2019 a 8/6/2019
ELIANE RAMOS DA SILVA	19/6/2019 a 20/6/2019
JOSÉ APARECIDO DA SILVA	25/6/2019 a 26/6/2019
REGINA CELIA DE SOUZA CAMPOS	6/6/2019 a 16/6/2019
JULIANA DE FATIMA DE PAULA HORBACH	11/6/2019 a 13/6/2019
MAGDA FRANCISCO DA SILVA	01/6/2019
THIARA DA SILVA NUNES	7/6/2019 a 8/6/2019
REGINA LÚCIA SERAFIM MOREIRA DA SILVA	5/6/2019 a 6/6/2019
GILDETE GOMES DE OLIVEIRA CINTRA	25/6/2019 a 26/6/2019

Art. 5º Conceder licença para tratamento de saúde à servidora abaixo nominada, lotada na Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento Institucional, relativo ao período que menciona:

NOME	PERÍODO
CINTYA VIEIRA SOUTO	01/6/2019
LUIZ CARLOS CORREIA DE OLIVEIRA	3/6/2019 a 4/6/2019

Art. 6º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio

PORTARIA Nº. 149,15 DE JULHO DE 2019.

ATRIBUI FUNÇÃO GRATIFICADA DE CHEFE DE DEPARTAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR EFETIVO QUE MENCIONA.

JOSÉ ODIL DA SILVA, Prefeito do Município de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e,

CONSIDERANDO *o disposto no artigo 13,§ 2º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, instituído pela Lei Complementar nº. 001, de 15 de julho de 2008; no artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001 e no inciso V do artigo 37 da Constituição Federal;*

RESOLVE:

Art. 1º Atribuir a Função Gratificada de Chefe de Departamento de Saúde à servidora **JOSIANE RIBEIRO,** admitida na forma do artigo 37, inciso II da Constituição Federal e nomeada em caráter efetivo para o cargo de Agente Administrativo, através da Portaria nº. 046, de 02 de maio de 2002, com direito a percepção do adicional da função em seu vencimento, conforme preceitua o artigo 6º, VI da Lei nº. 148, de 19 de abril de 2001, equivalente ao Padrão FG-05, constante do anexo I da Lei nº. 625, de 15 de abril de 2014, calculado sobre o salário base, que serão pagos independentemente de quaisquer outros benefícios anteriormente adquiridos.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 2º Revogam-se as disposições contidas na Portaria nº. 43, de 11/3/2019.

Registre-se e publique-se.

Campos de Júlio, 15 de julho de 2019.

JOSÉ ODIL DA SILVA

Prefeito de Campos de Júlio/MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANABRAVA DO NORTE

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1819/2019- PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019

TERMO DE REVOGAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1819/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 026/2019

O Prefeito Municipal de Canabrava do Norte/MT, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Canabrava do Norte/MT.

RESOLVE:

REVOGAR em todos os seus termos, por interesse da administração, por oportunidade e conveniência, assim como pelo fato que o procedimento encontra-se suspenso e o objeto deixou de ser uma necessidade no momento, pelo fato do decreto de contenção de gastos, o Processo Licitatório tombado sob o nº 1819/2019, e conseguintemente a licitação por Pregão Presencial com o nº 026/2019, cujo objeto é o: Registro de Preços

para futura e eventual aquisição emulsão asfáltica RR-2C e Cimento asfáltico diluído CM-30 para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Infra-Estrutura Serviços Públicos e Urbanismo durante o exercício de 2019.

Canabrava do Norte/MT, 15 de Julho de 2019

João Cleiton Araújo de Medeiros

Prefeito Municipal

GABINETE
ATO DE DESIGNAÇÃO N. 001/2019/GAPRE.

ATO DE DESIGNAÇÃO N. 001/2019/GAPRE

DESIGNA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA CONFERIR E ATESTAR NOTAS FISCAIS, NA FORMA QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, em conformidade com o art. 83º, III e X, da Lei Orgânica Municipal, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o princípio da segregação de funções;

CONSIDERANDO o poder discricionário, o ordenador primário pode delegar este poder a um agente administrativo por meio de ato formal, considerado como ordenador secundário.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Servidora Pública Municipal **HELEM DA SILVA NUNES**, matrícula funcional n. 1767 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 053.614.981-06, com e-mail helem_nunes@hotmail.com para conferir, acompanhar e atestar, como titular, as notas fiscais emitidas das Empresa INOVA PORTAL – CNPJ/MF sob o nº 16.099.815/0001-00, que tem por objeto as Publicações no Jornal Diário Oficial da União

Art. 2º. Designar a Servidora Pública Municipal **JAKELINE TAVARES GRECCHI**, matrícula funcional nº 2140 e inscrita no Cadastro de Pessoas Físicas do Ministério da Fazenda- CPF/MF sob o nº 035.116.061-28, com e-mail jackgrecchi@gmail.com, para conferir, acompanhar e atestar, como suplente, as notas fiscais emitidas das Empresa INOVA PORTAL – CNPJ/MF sob o nº 16.099.815/0001-00, que tem por objeto as Publicações no Jornal Diário Oficial da União.

Art. 3º. Este ato de designação entra em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o dia 31/12/2019.

Registre-se,

Publique-se,

Cumpra-se.

JOÃO CLEITON ARAÚJO DE MEDEIROS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANARANA

PORTARIA Nº 411/2019

Portaria nº 411/2019

De 10 de julho de 2019

Conceder férias ao servidor público municipal **Oir Freitas de Oliveira** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **Oir Freitas de Oliveira**, por um período de 20 dias, a serem usufruídas no período de 16/07/2019 à 04/08/2018.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3, a mais da remuneração, referente ao período aquisitivo.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende ao segundo semestre do ano de 2016.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 422/2019

Portaria nº 422/2019

De 10 de julho de 2019

Conceder férias ao servidor público municipal **Adelson Prado dos Santos** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao Servidor **Adelson Prado dos Santos**, por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 05 de agosto de 2019 à 03 de setembro de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 16/08/2014 à 15/08/2015.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 412/2019

Portaria nº 412/2019

De 10 de julho de 2019

Conceder férias a servidora pública municipal **Maria Dalva da Costa** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Maria Dalva da Costa**, por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 01 de agosto de 2019 à 30 de agosto de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 12/02/2017 à 12/02/2018.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 416/2019

Portaria nº 416/2019

De 10 de julho de 2019

Conceder férias a servidora pública municipal **Riene Naiara Gonçalves dos Santos** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Riene Naiara Gonçalves dos Santos**, por um período de 30 dias, a serem gozadas nos seguintes períodos:

Os primeiros 10 dias de 05 de agosto de 2019 à 14 de agosto de 2019.

Os últimos 20 dias de 17 de fevereiro de 2020 à 20 de março de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 18/11/2018 à 17/11/2019.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 415/2019

Portaria nº 415/2019

De 10 de julho de 2019

Conceder férias a servidora pública municipal **Cleonice Terezinha Copetti** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Cleonice Terezinha Copetti**, por um período de 30 dias, a serem gozadas nos seguintes períodos:

Os primeiros 10 dias de 12 de agosto de 2019 à 21 de agosto de 2019.

Os últimos 20 dias de 18 de novembro de 2019 à 07 de dezembro de 2020.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 10/08/2018 à 09/08/2019.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 414/2019

Portaria nº 414/2019

De 10 de julho de 2019

Dispõe sobre Licença Prêmio.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e com base no que dispõe Lei Municipal Complementar nº. 080/2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a **Anita Maria Hepp** ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde. Matricula n°4667 lotada na Secretaria de Saúde, três (03) meses de Licença Prêmio por assiduidade, conforme dispõe legislação supramencionada, no período de 05 de agosto de 2019 á 02 de novembro de 2019, relativo ao quinquênio de 2013 a 2018.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana-MT, 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 413/2019

Portaria nº 413/2019

De 10 de julho de 2019

Conceder férias a servidora pública municipal **Glaucia Gaião Alves Araújo** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Glaucia Gaião Alves Araújo**, por um período de 30 dias, a serem gozadas no período 14 de agosto de 2019 à 17 de setembro de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 21/01/2018 à 21/01/2019.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 418/2019

Portaria nº 418/2019

De 10 de julho de 2019

Conceder férias a servidora pública municipal **Romoalda de Souza Marinho** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Romoalda de Souza Marinho**, por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 01 de agosto de 2019 à 30 de agosto de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende 23/01/2017 à 23/01/2018.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 421/2019

Portaria nº 421/2019

De 10 de julho de 2019

Conceder férias a servidora pública municipal **Elcina Gall** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Elcina Gall**, por um período de 30 dias, a serem gozadas nos seguintes períodos:

Os primeiros 10 dias de 01 de agosto de 2019 à 10 de agosto de 2019.

Os últimos 20 dias de 01 de dezembro de 2019 à 20 de dezembro de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 22/01/2017 à 21/01/2018.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 420/2019

Portaria nº 420/2019

De 10 de julho de 2019

Conceder férias a servidora pública municipal **Neila Conceição Braga** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Neila Conceição Braga**, por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 05 de agosto de 2019 à 03 de setembro de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 12/02/2018 à 11/02/2019.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 417/2019

Portaria nº 417/2019

De 10 de julho de 2019

Conceder férias a servidora pública municipal **Reateayup Kayabi** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Reateayup Kayabi**, por um período de 30 dias, a serem gozadas nos seguintes períodos:

Os primeiros 10 dias de 15 de agosto de 2019 à 24 de agosto de 2019.

Os últimos 20 dias de 20 de novembro de 2019 à 09 de dezembro de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 01/02/2018 à 30/01/2019.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 419/2019

Portaria nº 419/2019

De 10 de julho de 2019

Conceder férias a servidora pública municipal **Maria de Fátima Biesek** e dá outras providências.

Fábio Marcos Pereira de Faria, Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o artigo 69 e § 1º do artigo 73 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Canarana.

R E S O L V E

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a Servidora **Maria de Fátima Biesek**, por um período de 30 dias, a serem gozadas no período de 01 de agosto de 2019 à 30 de agosto de 2019.

Art. 2º - As férias de que trata o art. 1º será acrescido de 1/3 a mais da remuneração.

Art. 3º - O período de aquisição de férias compreende a 03/02/2018 à 02/02/2019.

Art. 4° - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação ou afixação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Canarana, Estado de Mato Grosso em 10 de julho de 2019.

Fábio Marcos Pereira de Faria

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 074 DE 15 DE JULHO DE 2019

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base na declaração apresentado pela servidora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, na data 15 de Julho de 2019, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
3163	Denise de Souza Pereira Damas	Professora	Filha: Ariella Ionah de Souza Damas	25/06/2019	27/06/2019	030

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 189/2019

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 208/2019.

SÚMULA: "NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE BENS IMÓVEIS RURAIS E URBANOS PARA FINS DE INCIDÊNCIA E COBRANÇA DO I.T.B.I "INTER VIVOS", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Art. 1º. Fica constituída a Comissão **para exercer a função de avaliadores de imóveis rurais e urbanos, para fins de incidência e cobrança do I.T.B.I – "inter vivos" as seguintes pessoas:**

I – JOSEANE DE OLIVEIRA DA SILVA DE LIMA;

II – GERALDO SEBASTIÃO DE DEUS BENTO;

III – DAIANE ROSA DA SILVA

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando-se as disposições em contrário, em especial ao Decreto 120/2019 .

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em,12 de julho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº. 209/2019.

SÚMULA: "NOMEIA CONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO - COMMEAT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

CONSIDERANDO a Lei |Municipal nº 1.155/2019,

RESOLVE:

Artigo. 1° **-** Ficam nomeados os membros que comporão, nos termos do artigo 6° da Lei Municipal nº 1.155/2019, oCONSELHO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO, para o biênio 2019/2021.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MEIO AMBIENTE E TURISMO

Titular: Ivonete Salete Jacques – **2º Secretário**

Suplente: Marilene Gomes da Silva Costa

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Titular: Odair Marques Neves - **Presidente**

Suplente: Claudemir Luiz Gomes

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Titular: Tatiane Rocha Serqueira da Silva

Suplente: Diana Belini Marques

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

Titular: José Roberto Linares

Suplente: Alexsandro Xavier Alano

CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Titular: Luiz Antônio Ferreira da Silva

Suplente: Manoel Miranda Costa

INCRA (INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA)

Titular: Valdenir Batista de Oliveira

Suplente: Romulo de Godoy Damasceno

EMPAER (EMPRESA MATOGROSSENSE DE PESQUISA ASSISTÊNCIA E EXTENSÃO RURAL)

Titular: Vivliane Sachi Passos

Suplente: Antônio Carlos Pedro Carneiro

INDEA (INSTITUTO DE DEFESA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO)

Titular: Cassiano Rodrigo Ceriolli

Suplente: Madeline Franciele Schreiber

SINDICATO PATRONAL RURAL

Titular: Julio César Borges de Souza- **1º Secretário Executivo**

Suplente: Maria Ozana Gois Barbieri

SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS

Titular: Paulo Prado

Suplente: Francisco André do Prado

ESCOLA ESTADUAL FREI CANECA

Titular: Sidinei Gomes de Souza

Suplente: Gilmar Vicente Mota

ESCOLA MUNICIPAL MANOEL BANDEIRA

Titular: Valter Figueira - **Vice-Presidente**

Suplente: Angela Maria de Brito dos Reis

CLUBE DE MÃES DE CARLINDA

Titular: Irene Iocca dos Reis

Suplente: Marta Mizukami

ASSOCIAÇÃO DE MORADORES ZONA URBANA SETOR MARAVILHA

Titular: Mario Antônio de Oliveira

Suplente: Aparecido Rodrigues

COOPERATIVA COMPASC

Titular: Francisco Severino de Oliveira

Suplente: Luiz Severino de Oliveira

CDL- Câmara de Dirigentes Lojistas de Carlinda

Titular: Francisco Gomes

Suplente: Fernando Rodrigues Santos

Artigo. 2º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 150/2019.

Artigo. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 15 de julho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 210/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 181/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica retificado o número da Ata de Registro de Preço constante no inciso II do Artigo 1º do Decreto nº 181/2019, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

" II . Ata de Registro de Preço n° 31/2019".

Artigo 2º - Fica o poder publico municipal autorizado a reeditar o Decreto nº 181/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 15 de julho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 211/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 182/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica retificado o número da Ata de Registro de Preço constante no inciso II do Artigo 1º do Decreto nº 182/2019, passando o mesmo a ter a seguinte redação:

" II . Ata de Registro de Preço n° 30/2019".

Artigo 2º - Fica o poder publico municipal autorizado a reeditar o Decreto nº 182/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 15 de julho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 208/2019

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo1º- Fica **CONCEDIDO** Licença Prêmio ao servidor **MILTON PEREIRA SOARES** no cargo de **MOTORISTA CNH-D/E** lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º - A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Quinquênio 2012/2017: Período de gozo: 15 de julho a 12 de outubro de 2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 15 de julho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 209/2019

SÚMULA: "CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE CARLINDA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º- Fica **CONCEDIDO** Licença Prêmio a servidora **ELIANE DO NASCIMENTO PEREIRA** no cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Artigo 2º- A licença a ser gozada se refere ao qüinqüênio ininterrupto do exercício que será concedida da seguinte forma:

Quinquênio 2012/2017: Período de gozo: 15 de julho a 12 de outubro de 2019.

Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º- Esta Portaria entrara em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 15 de julho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 072 DE 15 DE JULHO DE 2019

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria Municipal de Administração, na data 15 de Julho de 2019, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
3517	Marli Goularte Cipriano	Auxiliar de Serviços Gerais	Mãe: Luciene de Lima Goularte	05/07/2019	05/07/2019	01

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 071 DE 15 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **MARLI GOULARTE CIPRIANO** matricula n.º 3517, cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, na data 15 de Julho de 2019, lotada na Secretaria Municipal de Administração, concede licença para tratamento da própria saúde do dia 11 de Julho de 2019 ao dia 12 de Julho de 2019 totalizando 02 dias.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 210/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A ALTERAÇÃO DA PORTARIA Nº 09/2019, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Artigo 1º - Fica alterado parcialmente o período de gozo da Licença Premio concedida ao servidor JOSÉ SERGIO DOS REIS**,** através da Portaria nº 09/2019, sendo o primeiro período de gozo, devendo ser usufruído de 15 de julho a 28 de agosto de 2019.

Artigo 2º - Fica o poder público municipal autorizado a reeditar a Portaria nº 09/2019.

Artigo 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Artigo 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 15 de julho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 211/2019

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 126 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - A **PEDIDO**, fica concedido ao servidor **JOSÉ MARCELO BORGES** no cargo de AUXILIAR TÉCNICO DESPORTIVO lotado na Secretaria Municipal de Educação, **LICENÇA PARA TRATAR DE INTERESSE PARTICULAR**, a ser gozada sem ônus para o Município.

Art. 2º - O período de gozo será de 02 (dois) anos e terá início em 22 de julho de 2019 a 21 de julho de 2021.

Art. 3º -Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 15 de julho de 2019.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 212/2019.

SÚMULA: CONVOCA POR ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO, CANDIDATO APROVADO NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL N.º 001/2016.

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO, Prefeita Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

R E S O L V E:

Artigo 1º - Ficam **CONVOCADOS**, em conformidade com a ordem de classificação, abaixo relacionado, os candidatos aprovados pelo Concurso Público Municipal n.º 001/2016, homologado dia 15 de junho de 2016.

Nº. INSC	NOMES	CLASSIFICAÇÃO
MOTORISTA CNH-D, CONDUTOR DE ÔNIBUS		
323372	ANDRE DE OLIVEIRA DA SILVA	10º CLASSIFICADO
335724	QUENEDI DE OLIVEIRA SILVA	11º CLASSIFICADO

Artigo 2º - O candidato convocado deverá comparecer na Secretaria Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria.

Artigo 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA-MT

Em, 15 de julho de 2019

CARMELINDA LEAL MARTINES COELHO

Prefeita Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 073 DE 15 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença para Tratamento de Saúde dos Servidores Municipais e dá outras providências.

MARIA DAS DORES DA COSTA, Secretaria Municipal de Educação do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora **DAIANE DA SILVA DE SOUSA** matricula n.º 4198, cargo de Professora, na data 15 de Julho de 2019, lotado na Secretaria Municipal de Educação, concede licença para tratamento da própria saúde no dia 10 de Julho de 2019.

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

MARIA DAS DORES DA COSTA

Secretaria Municipal de Educação

Decreto 007/2017

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA INTERNA-DRH Nº 075 DE 15 DE JULHO DE 2019

SÚMULA: Dispõe sobre concessão Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família dos Servidores Municipais e dá outras providências.

DAIANE ROSA DA SILVA, Secretaria Municipal de Administração e Finanças do Municipal de Carlinda, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Art. 118 da Lei Municipal nº. 892/2015.

RESOLVE:

Art. 1º - Com base no atestado apresentado pela servidora, lotada na Secretaria Municipal de Finanças, na data 15 de Julho de 2019, concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, sendo:

Matricula	Servidor	Cargo	Ente Familiar	Período da Licença		Total
				Inicio	Termino	Dias
4275	Camila Dias de Oliveira	Fiscal de Tributos	Filho: Kelve Lucas de Oliveira Alves	15/07/2019	15/07/2019	Período da Manhã

Art. 2º - Publica-se, Registre-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

DAIANE ROSA DA SILVA

Secretaria de Administração e Finanças

Decreto 189/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHEIRA

PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CASTANHEIRA-MT

PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA PARA MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR DE CASTANHEIRA-MT

EDITAL Nº 001/2019

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do município de Castanheira, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais, conforme preconiza a Lei 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, a Resolução nº 152/2012 e a Resolução nº 170/2014, ambas expedidas pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente

– CONANDA, e a Lei Municipal nº.485/2005, torna público o Processo de Escolha Unificado para Membros do Conselho Tutelar para o quadriênio 2020/2024, sendo realizado sob a responsabilidade deste e a fiscalização do Ministério Público, mediante as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1 - O presente Edital tem como objeto o Processo de Escolha em Data Unificada, disciplinado pela Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Resolução nº 170/2014 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, pela Lei Municipal nº 485/2005 do CMDCA, o qual será realizado sob a responsabilidade do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente sob a fiscalização do Ministério Público que atua perante o Juízo da Infância e Juventude da Comarca.

2. DO CONSELHO TUTELAR

2.1 O Conselho Tutelar órgão permanente e autônomo, não jurisdicional é encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da Criança e do Adolescente;

2.2 Em cada Município e em cada Região Administrativa do Distrito Federal haverá no

mínimo 1 (um) Conselho Tutelar como órgão integrante da administração pública local, composto de 5 (cinco) membros, escolhidos pela população local para mandato de 4 (quatro) anos, mediante novo processo em igualdade de condições com os demais pretendentes;

2.3 O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

a) O processo será realizado para o preenchimento de 5 (cinco) vagas para membros titulares e 5 (cinco) vagas para seus consequentes suplentes.

b) A candidatura deverá ser individual, não sendo admitida a composição de chapas, em conformidade com o disposto pelo CONANDA;

c) O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA deverá criar uma Comissão Especial, instituída por meio da publicação em Diário Oficial ou equivalente, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, para a realização do Processo de Escolha em Data Unificada dos membros do Conselho Tutelar.

2.4-O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, no uso de suas atribuições, publicará Editais específicos no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e no site da prefeitura ou meio equivalente, para cada uma das fases do processo de escolha de conselheiros tutelares, os quais deverão dispor sobre:

I - a documentação exigida aos candidatos para que possam concorrer no processo eleitoral;

II - as regras do Processo de escolha em Data Unificada contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos;

III - as sanções previstas aos candidatos no caso de descumprimento das regras do Processo de escolha em Data Unificada;

IV - a regulamentação quanto às fases de impugnação, recurso e outras do Processo de Escolha Unificada; e

V - as vedações.

3. DOS REQUISITOS BÁSICOS EXIGIDOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO DE CONSELHEIRO TUTELAR.

3.1. Por força do disposto no art. 133, da Lei nº 8.069/90, e do art. 13, da Lei Municipal nº 485/2015, os candidatos a membro do Conselho Tutelar devem preencher, cumulativamente, os seguintes requisitos:

I - Ter reconhecida idoneidade moral, comprovada mediante a apresentação de certidões negativas criminais da Justiça Comum Estadual e Federal.

II - Ter idade (igual ou superior) de 21 (vinte e um) anos, comprovada por documento oficial com foto;

III - Residir no Município de Castanheira há pelo menos (um) ano, demonstrada por comprovante de residência ou documento equivalente.

IV - Ter concluído o Ensino Médio, comprovada através de Diploma ou Certificado de Conclusão do Ensino Médio;

V- Comprovar a aprovação em prova seletiva prévia, de caráter eliminatório realizada pelo CMDCA sob fiscalização do Ministério Publico;

VI - Ser eleitor do Município e estar em pleno e regular exercício de seus direitos políticos, comprovada através do titulo de eleitor e comprovante de votação;

VII - Não exercer atividades politico partidárias, função em órgão de partido político ou direção de entidades sindicais;

VIII- Não exercer cargo ou mandato público eletivo;

IX - Não ocupar cargo efetivo ou em comissão junto à Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta, ressalvada a exceção prevista no artigo 37, inciso XVI, alínea “b”, da CF, quando houver compatibilidade de horários.

§ 1º. Os requisitos previstos nos incisos VI e VII, deste artigo, serão comprovados mediante declaração assinada pelo próprio candidato, no momento da posse.

§ 2º. Verificado, a qualquer tempo, o descumprimento de qualquer dos requisitos mencionados neste artigo, a inscrição do candidato, ainda que já deferida, e todos os atos dela decorrentes, inclusive de nomeação, serão cancelados.

4. DA JORNADA DE TRABALHO E REMUNERAÇÃO

4.1 Os conselheiros tutelares exercerão suas atividades em regime de dedicação exclusiva em jornada de 40 horas semanais, em regime de plantão.

4.2 O valor do vencimento será de: R$ 1.219,55 (um mil duzentos e dezenove reias e cinquenta e cinco centavos), bem como gozarão os conselheiros dos Direitos previstos no art. 134 da Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente.

5. DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DO CONSELHO TUTELAR

5.1. As atribuições dos membros do conselho tutelar estão previstas no art. 136 da Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, bem como em suas alterações e ementas, além da lei municipal 1.570/2015 do CMDCA. São algumas atribuições do Conselho Tutelar e obrigações dos/as conselheiros/as, além de outras previstas em leis específicas:

I - Atender às crianças e aos adolescentes nas hipóteses previstas nos artigos 98 e 105 do ECA, aplicando as medidas previstas nos incisos I a VI e VIII, do art. 101, do ECA, e, excepcionalmente, também a medida do inciso VII, nas hipóteses previstas no art. 93, do mesmo diploma legal;

II - Atender e informar os pais ou responsáveis, aplicando-lhes as medidas previstas nos incisos I a VII do art. 129, do ECA;

III - promover a execução de suas decisões, podendo, para tanto:

a - requisitar serviços públicos nas áreas da saúde, educação, assistência e previdência social, trabalho e segurança;

b - representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

IV - Encaminhar ao Ministério Público notícia de fato que constitua infração administrativa ou penal contra os direitos da criança e do adolescente;

V - Encaminhar à autoridade judiciária os casos de sua competência;

VI - Providenciar a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas nos incisos I a VI do artigo 101 do ECA, para o adolescente autor de ato infracional;

VII - Expedir notificações;

VIII - Requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança e adolescente, quando necessário;

IX - Assessorar o Poder Executivo na elaboração da proposta orçamentária para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e adolescente;

X - Representar, em nome da pessoa e da família, contra a violação dos direitos previstos no art. 221, da CF;

XI - Representar ao Ministério Público para fins de ações de perda e suspensão do poder familiar;

XII - Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para apuração de irregularidade em entidade de atendimento (art. 191, ECA);

XIII - Elaborar e apresentar representação junto ao Juiz da Infância e da Adolescência para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente (art. 194, ECA);

XIV - Elaborar seu regimento interno;

XV - Articular-se com outros órgãos públicos e entidades privadas, participar de mobilizações, campanhas, operações rotineiras e operações especiais, mutirões, realizados por órgãos públicos com o objetivo de prestar atendimento ao público, fiscalizar, coibir violações e garantir os direitos da criança e do adolescente;

XVI - Operar e manter atualizado o sistema informatizado de informações para a infância e adolescência do Município;

XVII - Manter registro dos atendimentos e providências adotadas pelo Conselho Tutelar;

XVIII - Encaminhar, quando solicitado, dados estatísticos e relatórios gerenciais aos órgãos competentes;

6. DA COMISSÃO ESPECIAL

6.1. A Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos;

6.2. É facultado a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 02 (dois) dias contados da publicação citada acima, as candidaturas que não atendam aos requisitos exigidos, indicando no instrumento impugnatório os elementos probatórios;

6.3. A Comissão Especial deverá notificar os candidatos impugnados, concedendo-lhes prazo de 02 (dois) dias úteis para apresentação de defesa;

6.4. A Comissão Especial realizará reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos, assim como realização de outras diligências;

6.5. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade;

6.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial fará publicaçãoda relação dos candidatos habilitados, com envio de cópia ao Ministério Público;

6.7. A Comissão Especial deverá realizar reunião destinada a dar conhecimento formal quanto às regras de campanha dos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local e nas Resoluções do Conanda;

6.8. A Comissão Especial estimulará e facilitará o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

6.9. A Comissão Especial deverá analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

6.10. O CMDCA deverá organizar e prestar apoio administrativo ao Processo de Escolha Unificada que ocorrerá no dia 06 de outubro de 2019

6.11. O CMDCA deverá escolher e divulgar os locais de votação;

6.12. A Comissão Especial deverá divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial da votação.

7. DOS IMPEDIMENTOS

7.1 São impedidos de servir no mesmo conselho, marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogro e genro ou nora, irmãos, cunhados, tio e sobrinho, padrasto ou madrasta e enteado, conforme previsto no Art.140 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA);

7.2 São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, conforme previsto na Resolução 170/2014, publicada pelo CONANDA;

7.3 Estende-se o impedimento da disposição acima ao conselheiro tutelar que tenha as relações dispostas com autoridade judiciária e com o representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma Comarca.

8. DAS ETAPAS DO PROCESSO DE ESCOLHA

8.1 As Etapas do Processo de Escolha Unificada deverão ser organizadas da seguinte forma:

a - Primeira Etapa: Inscrições e entrega de documentos;

b - Segunda Etapa: Análise da documentação exigida;

c - Terceira Etapa: Exame de conhecimento específico;

d- Quarta Etapa: homologação e aprovação das candidaturas;

e – Quinta Etapa: Votação para Escolha em Data Unificada;

f – Sexta Etapa: Homologação dos Eleitos;

g- Sétima Etapa: Formação inicial;

h – Oitava Etapa: Diplomação e Posse.

9. DA PRIMEIRA ETAPA - DA INSCRIÇÃO/ ENTREGA DOS DOCUMENTOS

9.1- As inscrições serão realizadas mediante Ficha de Inscrição (conforme modelo ANEXO II), acompanhado pelos documentos originais e cópias abaixo relacionadas:

a) Carteira de Identidade (RG) ou documento oficial com foto;

b) Cadastro de Pessoa Física (CPF);

c) Título de eleitor, com o comprovante de votação ou justificativa;

d) Certidões negativas criminais (Justiça Federal e Estadual) que comprovem não ter sido condenado ou estar respondendo, como réu, pela prática de infração penal, administrativa, ou conduta incompatível com a função de membro do Conselho Tutelar;

e) Em sendo candidato do sexo masculino, certidão de quitação com as obrigações militares;

f) Certificado ou certidão de conclusão do Ensino Médio;

g) Comprovante de residência,.Ex: Cópia de uma conta de energia, água, telefone e outros;

9.2. A falta ou inadequação de qualquer dos documentos acima relacionados será imediatamente comunicada ao candidato, que poderá supri-lá até

a data-limite para entrega da documentação vista a candidatura, prevista neste Edital;

9.3. Documentos com cópia digitalizados serão considerados válidos, desde que também apresentados os originais;

9.4- Eventuais entraves à inscrição de candidaturas ou à juntada de documentos devem ser imediatamente encaminhados ao CMDCA e ao Ministério Público;

9.5- As inscrições serão realizadas no Centro de Referência de Assistência Social de Castanheira, endereço: Avenida Quatro de Julho, s/n, Centro, no período 24 de junho de 2019 a 10 de julho de 2019, das 07:00 às 11:00 horas e das 13 horas as 17 horas- telefone de contato para informações : (66) 3581-1660.

9.6-. A veracidade das informações prestadas e documentos apresentados por ocasião da inscrição são de total responsabilidade do candidato.

10. DA SEGUNDA ETAPA – ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA

10.1. A Comissão Especial procederá à análise da documentação exigida prevista na Resolução e no Edital publicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

10.2. A análise dos documentos será realizada no período de 11 de julho de 2019 a 15 de julho de 2019, e a publicação da lista de candidatos habilitados e não habilitados será realizada por meio de publicação no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e no Site da Prefeitura em 15 de julho de 2019.

11. DA IMPUGNAÇÃO DAS CANDIDATURAS

11.1. A partir da publicação da lista definitiva dos candidatos habilitados a participar do processo de escolha, no prazo de 02 (dois) dias, qualquer cidadão maior de 18 anos e legalmente capaz poderá requerer a impugnação do postulante, em petição devidamente fundamentada;

11.2. Ocorrendo falsidade em qualquer documentação apresentada, o postulante será excluído sumariamente do Processo de Escolha em Data Unificada, sem prejuízo do encaminhamento dos fatos à autoridade competente para apuração e a devida responsabilização legal;

11.3. O candidato impugnado ou o candidato não habilitado terá 02 (dois) dias, após a data de publicação da lista dosimpugnados, habilitados e não habilitados para apresentar sua defesa;

11.4. A comissão terá 02 (dois)dias para analisar a documentação e publicar o resultado dos recursos apresentados;

11.5. No dia 31 de julho de 2019, será publicada a lista definitiva dos (as) candidatos (as) habilitados para o Exame de Conhecimento Especifico.

11.6- Os/as inscritos/as aprovados/as nesta fase deverão comparecer, para Exame de Conhecimento Especifico, na data e local agendados conforme Resolução a ser emitida pelo CMDCA, especificando dia, local e horário e normativas para o Exame de conhecimento Especifico.

12. DA TERCEIRA ETAPA - EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO

12.1- Os (as) candidatos (as) que tiverem a inscrição deferida submeter-se-ão a avaliação técnica através de prova escrita, com questões objetivas, sobre o direito da criança e do adolescente, língua portuguesa, compreendendo-se a interpretação da Constituição Federal (artigos 227 a 229), da Lei 8069/90 e da legislação municipal pertinente (Lei 485/2005).

12.2- A prova escrita realizar-se-á na cidade de Castanheira – MT, no dia 11 de agosto de 2019, em local e horário a ser divulgado em Resolução Especifica, pela Comissão Organizadora do Processo de Escolha.

12.3 - O candidato deverá comparecer ao local de prova munido de documento oficial com foto e caneta esferográfica azul ou preta, com antecedência mínima de 30 minutos.

12.4 - O tempo de duração da prova escrita será de 04(quatro) horas, já incluído o tempo para preenchimento da folha de respostas.

Parágrafo único. A prova de que trata este artigo terá caráter eliminatório, somente será considerado aprovado os candidatos que obtiverem pelo menos nota 50 (50%), numa avaliação variável de 0 a 100 pontos.

13- DO RECURSO DA TERCEIRA ETAPA

13.1- O candidato interessado em interpor recurso deverá dirigir-se ao Centro de Referência de Assistência Social, terá 02 (dois) dias, para preencher formulário especifico e protocolar seu recurso, conforme Anexo III.

13.2- Após o protocolo de recurso a pedido do candidato, a Comissão Organizadora do Processo Eleitoral terá 03 dias, para analisar os conteúdos e apresentar o resultado aos interessados, no site da Prefeitura.

14- DA QUARTA ETAPA –HOMOLOGAÇÃO E APROVAÇÃO DAS CANDIDATURAS

14.1- Será publicado em Resolução Especifica emitida pelo CMDCA, constando a homologação dos candidatos habilitados para concorrer ao Processo de Eleição Unificada do Conselho Tutelar e convocação dos candidatos para que façam o registro e recebam o nome e número de candidatura, através dos quais receberão votos, junto a Secretaria de Assistência Social.

14.2 Após a divulgação dos candidatos habilitados será permitida a Propaganda Eleitoral, conforme previsto no parágrafo 3º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente-ECA, que terá Resolução especifica emitida pelo CMDCA, publicada e divulgada no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e no Site da Prefeitura.

15.3 DA QUINTA ETAPA - PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

15.1. Esta etapa definirá os conselheiros tutelares titulares e suplentes.

15.2 O Processo de Escolha em Data Unificada realizar-se-á no dia 06 de outubro de 2019, das 08h00min. às 12h00min, horário local serão determinando em Resolução especifica, conforme previsto no Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e será divulgado por meio de publicação no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e no Site da Prefeitura em 11 de setembro de 2019.

15.3.Ao final de todo o Processo, a Comissão Organizadora do Processo de Escolha encaminhará relatório ao CMDCA, que fará divulgar nos meios de impressa local ou em meio equivalente, o nome dos 05 (cinco) candidatos eleitos para o Conselho Tutelar e seus respectivos suplentes, em ordem decrescente de votação. O resultado oficial da votação será publicado no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e no Site da Prefeitura.

Parágrafo Único: Os locais de votação serão divulgados em Resolução específica, no dia 25 de setembro de 2019.

16. DAS VEDAÇÕES AO CANDIDATO DURANTE O PROCESSO DE ESCOLHA EM DATA UNIFICADA

16.1. Conforme previsto no parágrafo 3º do artigo 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Parágrafo Único: Outras regras de divulgação do/a candidato/a será divulgado em Resolução específica, emitida pelo CMDCA.

17. DA SEXTA ETAPA –HOMOLOGAÇÃO DOS ELEITOS

17.1- Concluída a apuração dos votos, a Comissão Organizadora do Processo de Eleição Unificada, proclamará o resultado da eleição e o Conselho Municipal dos direitos da Criança e do Adolescente-CMDCA, divulgará o nome dos candidatos e o número de sufrágios recebidos.

§1ºOs 05 candidatos mais votados serão considerados eleitos.

§ 2º Havendo empate na votação será considerado eleito o candidato que:

I - Obtiver nota superior na avaliação técnica (prova escrita) e;

II- Tiver maior idade.

17.2- O resultado oficial da votação será publicado após o final de todo o processo de Eleição Unificado do Conselho Tutelar no Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso (TCE-MT) e no Site da Prefeitura

18. DOS RECURSOS

18.1. Realizado o Processo de Escolha em Data Unificada, os recursos deverão ser dirigidos à Presidência da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada e protocolados na Secretaria Executiva do Conselho no Centro de Referencia de Assistência Social;

18.2 Julgados os recursos pela Comissão Eleitoral, o resultado final será homologado pelo/a Presidente da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada;

18.3. O Candidato terá acesso às decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada para fins de interposição dos recursos previstos neste Edital, mediante publicações oficiais;

19.4. Das decisões da Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada caberá recurso à plenária do Conselho Municipal que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade;

19.5. A decisão proferida nos recursos, pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada é irrecorrível na esfera administrativa;

19.6. Esgotada a fase recursal, a Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada fará publicar a relação dos candidatos eleitos, com cópia ao Ministério Público.

20. DA SÉTIMA ETAPA – FORMAÇÃO INICIAL

20.1. Esta etapa consiste na formação dos conselheiros tutelares, sendo obrigatória a presença de todos os candidatos eleitos e suplentes, caso algum (a) candidato(a) não participe desta etapa será excluído do certame

20.2. As diretrizes e parâmetros para a formação deverão ser apresentados aos candidatos pelo CMDCA, após a realização do Processo de Escolha em Data Unificada.

Paragrafo Único – Não haverá remuneração para os eleitos e seus respectivos suplentes na formação inicial.

21. DA OITAVA ETAPA – DIPLOMAÇÃO E POSSE

21.1 A posse dos conselheiros tutelares pela Senhora Prefeita Municipal ou pessoa por ela designada no dia 10 de janeiro de 2020, conforme previsto no parágrafo 2º do Art. 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

22. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

22.1. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Especial do Processo de Escolha em Data Unificada, observadas as normas legais contidas na Lei Federal nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente e na Lei Municipal nº 485/2005 e Resoluções do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

22.2 É de inteira responsabilidade do (a) candidato (a) acompanhar a publicação de todos os atos, Editais e comunicados referentes ao Processo de Escolha em Data Unificada dos conselheiros tutelares;

22.3 O descumprimento dos dispositivos legais previstos neste Edital implicará na exclusão do candidato ao Processo de Escolha em Data Unificada.

Castanheira-MT, 15 de julho de 2019.

Jocirema Aparecida Lopes Nascimento Serafim

Presidente do CMDCA

ANEXO I

CRONOGRAMA

ITEM	ATIVIDADES	DATAS DATAS
01	Publicação do Edital	15/07/2019
02	Divulgação do Edital Nº001/2019	16/07/2019
03	Inscrições na Secretaria Municipal de Assistência Social – Sala do Controle Social.	29/0/2019 a 13/08/2019
04	Análise dos Requerimentos de inscrições	14/0/8 a 19/08/2019
05	Publicação da lista dos candidatos com inscrições deferidas.	20/08/2019
06	Prazo para solicitação de impugnação de inscrição (indicando os elementos probatórios)	21 a 23/08/2019
07	Divulgação da impugnação de inscrição.	26/08/2019
08	Entrega de documentos de defesa contra impugnação de inscrição	28 a 30 0/08/2019
09	Análise de documentos de solicitação impugnação e documentos de defesa:	02/09 a 04/09/2019
10	Divulgação do resultado dos recursos	05/09/2019
11	Publicação da lista definitiva dos candidatos com inscrição deferida.	06/09/2019
12	Divulgação do local e horário de realização da Prova Objetiva.	09/09/2019
13	Realização da Prova Objetiva	12/09/2019
14	Divulgação do Gabarito	13/09/2019
15	Publicação do Resultado da Prova Objetiva	13/09/2019
16	Prazo de recurso	16 a 18/09/2019
17	Analise do Recurso da Prova Objetiva	19 a 23/09/2019
18	Divulgação do Resultado do Recurso	23/09/2019
19	Publicação dos Candidatos aptos ao Processo de Escolha Unificado de Conselho Tutelar	24/09/2019
20	Divulgação dos locais e horário de Votação	25/09/2019
21	Período Eleitoral	25/09/2019 a 05/10/2019
22	Realização da Votação	06/10/2019
23	Resultado do Sufrágio	06/10/2019
24	Divulgação no Diário Oficial do TCE-MT e no Site da Prefeitura a relação do candidatos/as eleitos e suplentes	07/10/2019
25	Formação Inicial dos Conselheiros Eleitos	NOVEMBRO
26	Nomeação e Posse	10/01/2020

ANEXO II - FICHA DE INSCRIÇÃO

CANDIDATO (A) AO CARGO DE:Conselheiro (A) Tutelar

Cargo: Conselheiro (a) Tutelar **Inscrição nº**_____

Nome do Candidato/Nome Social: _____

Identidade: _____Órgão Expedidor:_____

CPF: _____Data de Nascimento: _____/_____/_____

Nacionalidade: _____Naturalidade: _____

Título de Eleitor:_____ Zona:_____ Seção: _____

Endereço: _____Nº _____

Bairro: _____Município _____ UF: _____

Tempo de residência em Castanheira-MT:_____

Escolaridade: _____ _____

Tel: ( )_____Celular: ( )_____

E-mail:

_____

_____

Portador de Necessidades Especiais: ( ) Sim ( ) Não Se sim, qual:_____

DECLARO ESTAR CIENTE DAS CONDIÇÕES DO Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2020/2024, DO EDITAL N° 01/2019.DECLARO, TAMBÉM, SOB PENA DA LEI, SEREM VERDADEIRAS AS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

Data da Inscrição: _____/_____/2019

Assinatura do Candidato:

_____/////_____

_____

Assinatura do Responsável:

_____

_____

PROTOCOLO DE RECEBIMENTO
INSCRIÇÃO Nº _____
Processo de Escolha em Data Unificada para membros do Conselho Tutelar, para o quadriênio 2020/2024, DO EDITAL N° 01/2019.
Assinatura do recebedor:

Castanheira-MT, _____ de _____ de 2019.

ANEXO III

REQUERIMENTO
Nome:

Nº de Inscrição: _____
Data: _____
A Comissão Especial , Como candidato à vaga de Conselheiro (a) Tutelar, solicito revisão do gabarito preliminar da Prova de Conhecimento Específico, conforme as especificações abaixo.

_____
Assinatura do candidato

FORMULÁRIO PARA RECURSO DA TERCEIRA ETAPA - EXAME DE CONHECIMENTO ESPECÍFICO DO PROCESSO DE ESCOLHA DO CONSELHO TUTELAR 2019

ATENÇÃO: Indicar o número da questão, a alternativa, objeto do recurso, o gabarito divulgado e a resposta do candidato.
Número da questão:_____ Gabarito divulgado:_____ Resposta do candidato:_____

Argumentação do Candidato

Fundamentação Bibliográfica

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES

GABINETE DA PREFEITA
ATO Nº.: 098/2019.

ATO Nº.: 098/2019.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

I – **NOMEAR** o Sr. **JOSENIR AUGUSTO DO NASCIMENTO,** para exercer o cargo em comissão de Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura do Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II – Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

III – REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 15 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

Prefeita Municipal

GABINETE DA PREFEITA
ERRATA AO ATO DE EXONERAÇÃO Nº.: 095/2019.

ERRATA AO ATO DE EXONERAÇÃO Nº.: 095/2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA, Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, torna pública a seguinte **ERRATA:**

I – TORNAR a ERRATA ao ATO DE NOMEAÇÃO Nº 095/2019 SEM EFEITO para o mundo jurídico, não trazendo obrigações ao Município de Chapada dos Guimarães/MT.

II - No corpo do Inciso II, do Ato de Exoneração nº.: 095/2019, onde se lê: "Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 30 de junho de 2019".

Leia-se: "Este ato entra em vigor com efeitos retroativos a 01 de julho de 2019.

Gabinete da Prefeita Municipal de Chapada dos Guimarães/MT, 15 de julho de 2019.

THELMA PIMENTEL FIGUEIREDO DE OLIVEIRA

PREFEITA MUNICIPAL

SETOR DE LICITAÇÃO
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 09/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 09/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 1576/2019

OBJETO: "*CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÃO DAS BALSAS DO RIO QUILOMBO E ÁGUA BRANCA DESTE MUNICÍPIO*".

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHAPADA DOS GUIMARÃES – POR MEIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, REPRESENTADA PELO SECRETÁRIO, SENHOR **ADENONDES FERREIRA DO PRADO.**

CONTRATADO: CONCRETAR CONSTRUTORA LTDA – CNPJ: 12.221.030/0001-07.

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor global da presente contratação será de **R$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais).**

VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência do contrato será de **180 (cento e oitenta) dias** a contar da assinatura do contrato.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A lavratura do presente contrato decorre da realização de **DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 09/2019**, realizado com fundamento no **art. 24, inciso IV, da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993**, por se tratar de contratação em caráter emergencial, e com respaldo do **Parecer Jurídico n.º 004-AM/2019/PGM/PMCG**.

Chapada dos Guimarães, 25 de janeiro de 2019.

RATIFICO:

Thelma Pimentel Figueiredo de Oliveira

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATO 035/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CLÁUDIA

CONTRATADA: **WELLOX LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS EIRELI**

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DE OBRA DE TERRAPLANAGEM, PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, MEIO FIO E SARJETAS, SINALIZAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL, ACESSIBILIDADE, CALÇADAS E URBANIZAÇÃO, NAS AVENIDAS JOSE DE CASTRO DORIA, NO SEGMENTO DA AVENIDA ZENOBIO DA COSTA DO MUNICIPIO DE CLÁUDIA/MT**. **VALOR:** R$ 386.363,45 (trezentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta e três reais e quarenta e cinco centavos). **CONTRATO Nº 035/2019. Data:** 15/07/2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

PREFEITURA MUNICIPAL DE COCALINHO

A prefeitura municipal de Cocalinho através de seu pregoeiro, torna público aos interessados que anulou o Pregão Presencial Registro de Preços nº 012/2019, por haver divergências da proposta digital enviada aos participante, com o edital.

Divino Candido.

Pregoeiro

Cocalinho-MT, 15 de Julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLÍDER

CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO NORTE MATOGROSSENSE
AVISO DE ADENDO Nº I AO EDITAL E PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

AVISO DE ADENDO Nº I AO EDITAL E PRORROGAÇÃO DA DATA DE ABERTURA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2019

O Pregoeiro Oficial do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Matogrossense - CISRNM, visando prestigiar a competitividade do certame, **torna público para o conhecimento dos interessados que decidiu retificar e inserir o ADENDO Nº I ao Edital do PREGÃO PRESENCIAL nº 003/2019, cujo objeto trata-se de registro de preços para futura e eventual aquisição de veículos tipo micro-ônibus para atender as necessidades e demandas de transportes dos pacientes encaminhados pelos municípios que compõe o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região Norte Matogrossense - CISRNM**, e ainda **prorrogar** a data de abertura da licitação para o **dia 31 de Julho de 2019**, no mesmo local e horário disposto no edital de Licitação, mantendo inalteradas as demais cláusulas do Edital que não colidirem com as do mencionado ADENDO. As alterações constantes no Adendo I encontram-se disponíveis no site: *www.colider.mt.gov.br (Ícone: Licitação).*

Colider/MT, em 15 de Julho de 2019.

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 039/2019 - SRP

A Prefeitura Municipal de Colider - MT, através de seu Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com data de abertura prevista para o **dia 29 de Julho de 2019, ás 14:00 horas (Horário de Mato Grosso)**, na sala de licitações da Prefeitura Municipal, tendo como objeto o registro de preços para futura e eventual aquisição de combustíveis para manutenção da frota de veículos, máquinas e equipamentos de diversas secretarias municipais e gabinete do prefeito de Colider/MT. O Edital completo está à disposição dos interessados, gratuitamente, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Colider-MT, Sito a Travessa dos Parecis, nº 85, Setor Leste, Colider-MT e no site www.colider.mt.gov.br (Ícone: Portal Transparência).

Colider/MT, 15 de Julho de 2019.

ERIVALDO EVARISTO DE LIMA

Pregoeiro Oficial

Publique-se

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO DE RESCISÃO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

RESCISÃO AO CONTRATO Nº: 0077/2019

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: DANIELE ROSA DE OLIVEIRA

MOTIVO: Fica rescindido o contrato nº.**0077/2019**, com fundamento na Clausula Sétima, por iniciativa do empregado.

VALOR RESCISÓRIO: R$2.515,28 (dois mil e quinhentos e quinze reais e vinte e oito centavos)

DATA: 04/06/2019

SECRETARIA: Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. **240/2019**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **RENATO NEGREIROS SANCHES**

MOTIVO: Fica prorrogado o prazo do contrato nº **240/2019**, celebrado entre as partes acima mencionadas, por motivo de **atestado médico (licença)**, pelo período de **12 de julho de 2019 a 20 de dezembro de 2019,** permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: 9.871,82 (nove mil e oitocentos e setenta e um reais e oitenta e dois centavos)

DATA: **05 de julho de 2019.**

SECRETARIA: Municipal de Educação.

PREFEITURA DE COLIDER/RH
EXTRATO DE TERMO ADITIVO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2018

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 1**57/2019**

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Colíder - MT

CONTRATADO: **LEYLA MARTINS JACOME**

MOTIVO: Fica alterado o prazo e o valor do contrato nº **157/2019**, celebrado entre as partes acima mencionadas, por motivo de **alteração na carga horaria semanal** de 18 (dezoito) – (12 H/A) para 30 (trinta) horas semanal – (20 H/A), pelo período de **01 de agosto de 2019 a 20 de dezembro de 2019,** permanecendo inalteradas as demais cláusulas.

VALOR ESTIMADO DO TERMO ADITIVO R$: 16.791,95 (dezesseis mil e setecentos e noventa e um reais e noventa e cinco centavos)

DATA: **15 de julho de 2019.**

SECRETARIA: Municipal de Educação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COLNIZA

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO

Ilmo. Sr.

Fabio de Lollo

Com amparo no Decreto nº. 001/GP/2016 de 08 de janeiro de 2016, e a solicitação através da C.I. nº. 152/2019, **convocamos** V. Sa. a comparecer na Sede desta Prefeitura Municipal, na Secretaria Municipal de Administração, no prazo de **03** (três) dias, para assumir o **Cargo de Conselheiro Tutelar substituto,** em substituição a Sandra Maria Felix da Silva.

Colniza, 15 de julho de 2019.

Elvira Mund

Secretária Adjunta de Administração

Ciente em ___/___/____

_____

Fabio de Lollo

PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 082/2019

CONTRATO Nº: 082/2019

DATA: 11/07/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: ATI COMÉRCIO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE – ESFs

DOTAÇÃO: 07.06.1.045. 44.90.52.00.00.00.00.2047 (387)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 084/2019

CONTRATO Nº: 084/2019

DATA: 11/07/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: DENTAL MIX COMERCIO DE PROD. MED. ODONTOLOGICOS LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE – ESFs

DOTAÇÃO: 07.06.1.045. 44.90.52.00.00.00.00.2047 (387

EXTRATO DE CONTRATO Nº 083/2019

CONTRATO Nº: 083/2019

DATA: 11/07/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: OLMIR IORIS E CIA LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE – ESFs

DOTAÇÃO: 07.06.1.045. 44.90.52.00.00.00.00.2047 (387)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 085/2019

CONTRATO Nº: 085/2019

DATA: 15/07/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE COMODORO.

CONTRATADO: CIRURGICA GONÇALVES LTDA

OBJETO: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA USO NAS UNIDADES DE SAÚDE – ESFs

DOTAÇÃO: 07.06.1.045. 44.90.52.00.00.00.00.2047 (387)

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 222/2019 DE 28 DE JUNHO DE 2019.

Portaria 222/2019 de 28 de Junho de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR o servidor público municipal JOSE ALDEIR DA SILVA MEDEIROS, matricula 011945, efetivo no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, para exercer as funções de DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS, junto a Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 226/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019.

Portaria 226/2019 de 01 de Julho de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal NEIDE RODRIGUES DE CAMARGO, matricula 000227, ocupante do cargo efetivo de APOIO ADM EDUC/NUTRICAO ESCOLAR lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ ESCOLA MUNICIPAL VEREADOR VALDEMIRO NUNES ARAÚJO.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
31/07/2011 A 29/07/2016	01/07/2019 A 28/09/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 227/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019.

Portaria 227/2019 de 01 de Julho de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: a perícia medica de 30/05/2019 realizada pela PREVICON - Fundo de Previdência Social dos Servidores de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA no período de 03/06/2019 a 03/07/2019 ao servidor público municipal APRISLUS-MAGNO DOS SANTOS LIRA, matricula 013103, efetivo no cargo de PROFESSOR LIC PLENA EM PEDAGOGIA, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO/ESCOLA MUNICIPAL VALDEMIRO NUNES DE ARAUJO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 01/06/2019.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº017/2019 CONTABILIDADE

EDITAL N° 017/2019

DE 15 DE JULHO DE 2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E LEI ORGANICA DO MUNICIPIO ART. 83, INCISO 17º.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo seu Prefeito, Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM TORNA PÚBLICO o Balancete Referente ao Exercício Financeiro, do Mês de Junho 2019. O Balanço Mensal do Mês de Junho 2019.** Ficará à disposição de qualquer contribuinte deste Município para questionar-lhe a sua legitimidade pelo prazo preconizado pela legislação vigente.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

Gabinete do Prefeito

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

ADMINISTRAÇÃO/LICITAÇÕES
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA E RETIFICAÇÃO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2019. REGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 094/2019.

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE ABERTURA E RETIFICAÇÃO DO EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 125/2019.

PREGÃO PRESENCIAL – SRP Nº 094/2019.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Pregoeiro oficial e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Confresa – MT, torna público aos interessados, **Pregão Presencial 094/2019**, com abertura prevista para o dia **19 de JULHO de 2019,** as 09h00min, cujo objeto é "**PREGÃO PRESENCIAL DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA SENDO (01) UM TRATOR AGRÍCOLA SOBRE RODAS E 01 (UMA) GRADE ARADORA PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS COM INTUITO DE COMPLETAR A FROTA DE MAQUINARIOS PARA PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE CONFRESA-MT."**, prorroga-se o prazo de abertura do edital, para **30 de JULHO de 2019** às **09hrs00min**, bem como Retificar as Especificações do item do Termo de Referência. O Edital e seus anexos estarão disponíveis na sala do Departamento de Licitações e Contratos no endereço citado acima e no site www.confresa.mt.gov.br no link do Portal da Transparência, de segunda à sexta-feira, tel. Contato (66) 3564-1818., ou pelo email licitaconfresa@hotmail.com

Confresa-MT, 15 de JULHO de 2019.

CEZAR QUEIROZ DA SILVA

Pregoeiro

Portaria Nº084/2019

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº019/2019 CONTABILIDADE

EDITAL N.º. 019/19

DE 15 DE JULHO DE 2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 162, PARÁGRAFO 3º E LEI ORGANICA DO MUNICIPIO ART. 83, INCISO 17º, Lei Complementar 101/2000.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo Sr **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, **TORNA PÚBLICO** o Relatório de Gestão Fiscal (RGF), referente ao LRF **1º Semestre** – do Exercício Financeiro de 2019.

O Relatório de Execução Orçamentária ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de **CONFRESA**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

Gabinete do Prefeito

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 238/2019 DE 09 DE JULHO DE 2019.

Portaria 238/2019 de 09 de Julho de 2019.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal 020/2005 Art. 121.

CONSIDERANDO: Requerimento do servidor de 08/07/2019.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a LICENÇA SEM VENCIMENTOS até 31/07/2020 ao servidor Público Municipal DARLAN ARAUJO GOMES, matricula 012302, ocupante do cargo efetivo de AGENTE OPERACIONAL/MOTORISTA DA SAUDE lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 09 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 210/2019 DE 24 DE JUNHO DE 2019.

Portaria 210/2019 de 24 de Junho de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal NIVALDA XAVIER MARRA ELIAS, matricula 000537, ocupante do cargo efetivo de PROF DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ CMEI-CENTRO MUNICIPAL EDUCACIONAL ANGELINA FONSECA

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
31/07/2011 A 29/07/2016	24/06/2019 A 21/09/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 03/06/2019.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 24 de Junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 233/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019.

Portaria 233/2019 de 01 de julho de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: a perícia medica de 28/06/2019 realizada pela PREVICON - Fundo de Previdência Social dos Servidores de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA no período de 14/06/2019 a 20/07/2019 a servidora pública municipal MARIA LUCIA FERREIRA DIAS, matricula 00533 efetiva no cargo de PROFESSORA DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL AGAMENON MAGALHAES.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº018/2019 CONTABILIDADE

EDITAL N.º 018/19

DE 15 DE JULHO DE 2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPÕE A CONSTITUIÇÃO FEDERAL ART. 162, PARÁGRAFO 3º E LEI ORGANICA DO MUNICIPIO ART. 83, INCISO 17º, Lei Complementar 101/2000.

T O R N A P Ú B L I C O

A Prefeitura Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, representado pelo Sr. **RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM**, **TORNA PÚBLICO** o Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), referente ao **3º Bimestre** do LRF – do Exercício Financeiro de 2019.

O Relatório de Execução Orçamentária ficará a disposição de qualquer contribuinte do Município de **CONFRESA**, para exame e apreciação, o qual poderá questionar-lhe a legitimidade nos termos da Lei. Após o prazo previsto em Lei, o mesmo será encaminhado ao Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso, para fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

R E G I S T R E - S E

P U B L I Q U E - S E

Gabinete do Prefeito

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

PREFEITO MUNICIPAL

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 232/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019.

Portaria 232/2019 de 01 de Julho de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: A perícia medica de 30/05/2019 realizada pela PREVICON - Fundo de Previdência Social dos Servidores de Confresa

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA no período de 06/06/2019 a 06/08/2019 ao servidor público municipal LUCIMAR MONTEIRO DA SILVA, matricula 012019 efetiva no cargo de APOIO DE SERVICOS A SAUDE/VIGILANCIA PATRIMONIAL, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/UBS VILA 2000.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
RREO TERC BIM 2019 ANEXO XI

Município de Confresa - MT
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A JUNHO 2019/BIMESTRE MAIO - JUNHO

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (f)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTO DE RESTOS A PAGAR (g)	SALDO (h)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2018 (i)	Em 2019 (j) = (Ib - (IIf + IIg)	SALDO ATUAL (k) = (IIIi + IIIj)
Valor(III)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 218/2019 DE 28 DE JUNHO DE 2019.

Portaria 218/2019 de 28 de Junho de 2019.

DISPÕE SOBRE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA SEM VENCIMENTOS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal 020/2005.

RESOLVE:

Art. 1º. Prorrogar a LICENÇA SEM VENCIMENTOS até 07/05/2020 ao servidor público municipal GILMAR ANTONIO SIMAO, matricula 012517, ocupante do cargo efetivo de APOIO ADM EDUC/MOTORISTA TRANSP ESCOLAR CNH CAT D, lotado na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/TRANSPORTE ESCOLAR.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos desde 07/05/2019.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Junho de 2018.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 219/2019 DE 28 DE JUNHO DE 2019.

Portaria 219/2019 de 28 de Junho de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal MARCIA APARECIDA COSTA, matricula 010450, efetiva no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO para exercer as funções de DIRETOR CONTÁBIL, junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 231/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019.

Portaria 231/2019 de 01 de Julho de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: Ofício 060/2019 PREVICON - Fundo de Previdência Social dos Servidores de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA no período de 12/06/2019 a 26/07/2019 a servidora pública municipal LEDA REGINA PIMENTA, matricula 010488, efetiva no cargo de AGENTE DE SAUDE - ACS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/UBS FONTOURA.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 237/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019.

Portaria 237/2019 de 01 de Julho de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR a Sra. SANDRA GOMES DE ALMEIDA, portador do CPF/MF 013.370.291-06, para exercer o cargo comissionado de ASSESSOR DE PLANEJAMENTO, Junto a Secretaria Municipal de Planejamento.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 230/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019.

Portaria 230/2019 de 01 de Julho de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: a perícia medica de 31/05/2019 realizada pela PREVICON - Fundo de Previdência Social dos Servidores de Confresa

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA no período de 29/06/2019 a 31/07/2019 a servidora pública municipal KESIA CARVALHO E SILVA, matricula 010225, efetiva no cargo de APOIO DE SERVICOS A SAUDE/LIMPEZA PREDIAL lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/UBS JARDIM PLANALTO.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 223/2019 DE 27 DE JUNHO DE 2019

Portaria 223/2019 de 27 de Junho de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PARA ACOMPANHAMENTO POR MOTIVO DE DOENÇA DA FAMÍLIA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL EFETIVO E, DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO: Requerimento do servidor de 01/07/2019 e oficio 934/SMEEL/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER licença remunerada para acompanhamento por motivo de doença de pessoa da família no período 01/07/2019 a 28/09/2019 conforme Lei Complementar 020/2005 Art. 112, ao servidor público municipal PEDRO BRITO DE AGUIAR, efetivo no cargo de PROFESSOR DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, matricula 000311, lotado na Secretaria Municipal de Educação Esporte e Lazer/Escola Municipal Jacaré Valente.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 27 de Junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 224/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019.

Portaria 224/2019 de 01 de Julho de 2019.

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO E/OU COMISSIONADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO, requerimento da servidora 01/07/2019.

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR a servidora pública municipal ISADORA DO NASCIMENTO ROSA, matricula 013268, efetiva no cargo de AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS - ACE, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE/VIGILANCIA AMBIENTAL

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 216/2019 DE 28 DE JUNHO DE 2019.

Portaria 216/2019 de 28 de Junho de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal CRISTINA MOREIRA TAVARES, matricula 012612, efetiva no cargo de PNSG - ANALISTA DE SISTEMA - 40 HORAS, para exercer as funções de DIRETOR FINANCEIRO, junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 217/2019 DE 28 DE JUNHO DE 2019.

Portaria 217/2019 de 28 de Junho de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal JANAIRA BARBOSA LIMA COIMBRA, matricula 012747, efetiva no cargo de PNSS - ENFERMEIRO - 20 HORAS, para exercer as funções de DIRETOR DE ENFERMAGEM, junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 225/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019.

Portaria 225/2019 de 01 de Julho de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder LICENÇA PRÊMIO pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Pública Municipal FLORINDA DE AGUIAR REZENDE, matricula 000130, efetiva no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/CRECHE MUNICIPAL LUCINARA APARECIDA DE LIMA.

PERIODO AQUISITIVO	PERIODO DE GOZO
14/03/2013 A 13/03/2018	01/07/2019 A 28/06/2019

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 221/2019 DE 28 DE JUNHO DE 2019.

Portaria 221/2019 de 28 de Junho de 2019.

DISPÕE SOBRE DESIGNAÇÃO E/OU NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL PARA DESEMPENHAR FUNÇÕES ESPECÍFICAS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional dos departamentos municipais.

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora pública municipal JULIANA MELO FESTI MURANO, matricula 011942, efetiva no cargo de PNSS - ENFERMEIRO - 40 HORAS, para exercer as funções de DIRETOR DE ARRECADAÇÃO E TRIBUTAÇÃO, junto a Secretaria Municipal de Finanças.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 28 de Junho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 235/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019.

Portaria 235/2019 de 01 de Julho de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: a perícia medica de 28/06/2019 realizada pela PREVICON - Fundo de Previdência Social dos Servidores de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA até 26/06/2019 a servidora pública municipal ZILMA DE JESUS, matricula 000984, efetiva no cargo de AGENTE DE SAUDE - ACS, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE/UBS INDEPENDENTE.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA 229/2019 DE 01 DE JULHO DE 2019.

Portaria 229/2019 de 01 de Julho de 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E/OU PRORROGAÇÃO DE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDOR PUBLICO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei 208/2005.

CONSIDERANDO: Ofício 060/2019 de 27/06/2019 PREVICON - Fundo de Previdência Social dos Servidores de Confresa.

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA até 30/08/2019 a servidora pública municipal GENECI ALVES DIAS, matricula 000303, efetiva no cargo de PROFESSORA DE NIVEL MEDIO/MAGISTERIO, lotada na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPORTE E LAZER/ESCOLA MUNICIPAL JACARE VALENTE.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se,

Registre-se,

Cumpra-se.

Confresa-MT, 01 de Julho de 2019.

RONIO CONDÃO BARROS MILHOMEM

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D`OESTE

CONTRATO
DISTRATO DE TERMO DE PARCERIA

DISTRATO DO TERMO DE PARCERIA CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE, ESTADO DO MATO GROSSO E A ASSOCIAÇÃO JUVENTUDE EM AÇÃO, COM SEDE NA CIDADE DE BRASÍLIA - DF.

Por este e na melhor forma de direito, consoante os interesses maiores da probidade administrativa, fica ***DISTRATADO*** em todos os seus expressos termos o **TERMO DE PARCERIA** sob no. 0001/2018, de 26 de Fevereiro de 2.018, firmado entre esta municipalidade: **PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE**, situada à Av. dos Oitis Nº 1200 nesta cidade de Conquista D'Oeste, estado de Mao Grosso, inscrita no CNPJ sob o nº 04 219 688 0001/56, neste ato representada por sua Prefeita Municipal, Srª. Maria lucia de Oliveira Porto, brasileira, divorciada, portadora da Cédula de Identidade RG nº.000844464 SSP-MS e do CPF nº. 607 752 031 49, residente e domiciliada neste Município de Conquista D'Oeste/MT,cito na dos Cajueiros nº111, com a Entidade **JUVENTUDE EM AÇÃO,** entidade privada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 02.2578.961/0001-03, estabelecida na Q QR 501 - Conjunto 23 - Casa 17, CEP 72.311-323, Distrito de Samambaia/Sul, Brasília/DF, no ato representada por seu Presidente Sr. Orlando José da Silva, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado no Distrito de Samambaia/Sul, Brasília/DF., portador da Cédula de Identidade RG 2.092.317/SSSP-DF e do CPF no. 007.073.038-50.

1. O Termo de Parceria celebrado entre as partes mencionadas, teve como objeto a Construção de Unidades Habitacionais neste Município de Conquista D'Oeste - MT, de acordo com as Normas e Legislações vigentes no Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades (FDS). 2. A Prefeitura Municipal por este instrumento, resolve **DISTRATAR** unilateralmente, em todos os seus expressos termos, o aludido **TERMO DE PARCERIA** visando atender os interesses da probidade administrativa do Município e pelo fato de que até a presente data não houve qualquer manifestação de habilitação técnica para que a referida Entidade Organizadora, pudesse, de fato, atuar na circunscrição deste Município. 3. Que seja enviada comunicação à Câmara Municipal, Entidade Organizadora referida, Ministério das Cidades e Caixa Econômica Federal para conhecimento. 4. E assim, para que este reproduza seus efeitos legais, vai assinado por mim, Prefeito Municipal, afixado no quadro de avisos e publicado na forma da Lei.

Conquista D'Oeste - MT., 25 de Outubro de 2 018

_____

Maria Lucia de Oliveira Porto

Prefeita Municipal

Testemunhas:

a) _____

Nelson Jose Fernandes de Souza

CPF: 568 348 101 53

b) _____

Ângela dos Santos

CPF :487 256 091 49

CONTRATO
RETIFICAÇÃO DO EDITAL COMPLEMENTAR Nº 02 AO EDITAL Nº 01/2019 - ELEIÇÕES UNIFICADAS PARA O CONSELHO TUTELAR, DE 11 DE ABRIL DE 2019

1. Retificação da Relação dos candidatos com inscrições **deferido:**

Candidato	CPF
Adima Cristina Batista	014.546.711-22
Adrianna Saddie Correa Lima	012.929.251-67
Ana Paula Pimentel	015.890.611-01
Bresliane Miquely Carvalho Reis	003.561.651-24
Cristiane Soares Ribeiro Silva	940.394..371-87
Ednéia Luciana da Silva	012.809.860-90
Eliana de Miranda Santos	338.121.348-29
Elizabete Felix Furtado	029.674.591-00
Erica Silva Chikami	045.525.281-57
Gesineide Nunes de Faria da Silva	001.530.151-60
Janice Lemes Gorgonha	047.968.991-11
Josias de Souza Silva	736.521.301-97
Keila Souza Santos	018.154.451-22
Lídia Santos Felisberto	022.581.711-05
Luciene Martins F. P. Barbosa	630.814.151-87
Lucimar Oliveira Santos	683.056.646-00
Marciana Pereira dos Santos Silva	038.713.511-13
Nubia Miranda Santiago	048.009.921-92
Pedrina Magalhaes	800.447.602-30
Poliana de Morais Paula	026.823.561-92
Rafael Roberto da Silva	044.145.051-27
Rosicley Souza de Lima Alves	004.718.061-70
Simone Chelis de Carvalho Oliveira	027.930.841-82
Vivian da Conceição Rocha	006.329.071-50
Wanderson dos Santos Nogueira	043.179.491-05
Werica Cristina Orlando da Costa	025.831.541-50
Zenaide Nakanishi da Silva	040.941.891-90

Ângela dos Santos

Presidente do CMDCA

CONTRATO
EXTRATO DO CONTRATO N.º 101/2019-PMCO/MT

Proc. adm. n° **533/2019**

MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Ata de Registro de Preços nº 026/2019 do **Pregão Presencial nº 025/2019**

OBJETO: aquisição de 01(UM) CAMINHÃO TIPO CAVALO MECÂNICO TRUCADO 6X4 E DEMAIS CONDIÇOES E ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES NESTE EDITAL. CONTRATO DE REPASSE 8821282018 MAPA CAIXA E CONTRAPARTIDA DO MUNICIPIO.

BASE LEGAL: O presente contrato administrativo tem como fundamento legal Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CONQUISTA D'OESTE/MT

CONTRATADA: M. DIESEL CAMINHOES E ONIBUS LTDA

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Órgão: 09; Unid. Orç.: 002; Projeto: 1033; Natureza de Despesa: 490.52.00.00.00; Fonte: Dotação: **0593**

VALOR CONTRATADO: O valor total contratado é de **R$ 425. 000,00(**Quatrocentos e vinte e cinco mil reais**)**

DA FISCALIZAÇÃO: Como fiscal o(a) servidor(a) Ezequiel Alves

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará 31 de dezembro de 2019, a partir da assinatura do contrato.

ASSINATURA: 05/07/2019.

ASSINAM: MARIA LUCIA DE OLIVEIRA PORTO – PREFEITA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE pela CONTRATANTE e WELLINGTON AZEVEDO DE SOUZA pela CONTRATADA.

PREFEITURA MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 094/2019

Contratado: MARIO FRANCISCO DA SILVA

Vigência: 24/06/2019 até 31/12/2019

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005, Lei 1.061/2018 e Lei 1.063/2018, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018, no Cargo de **Professor – Nível Médio**, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Valor Mensal: R$ 1.484,50 (Um Mil e Quatrocentos e Oitenta e Quatro Reais e Cinquenta Centavos).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 093/2019

Contratado: WESLEY BARBOSA DA SILVA

Vigência: 20/06/2019 até 31/12/2019

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005, Lei 1.061/2018 e Lei 1.063/2018, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018, no Cargo de Apoio Administrativo Educacional – Vigia, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Valor Mensal: R$ 998,00 (Novecentos e Noventa e Oito Reais).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 092/2019

Contratado: CARLOS DENNER ELIAS

Vigência: 21/06/2019 até 31/12/2019

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005, Lei 1.061/2018 e Lei 1.063/2018, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018, no Cargo de Apoio Administrativo Educacional – Vigia, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Valor Mensal: R$ 998,00 (Novecentos e Noventa e Oito Reais).

DEPARTAMENTO PESSOAL
EXTRATO DO CONTRATO: 091/2019

Contratado: CHARLES CRISTIAN DA SILVA LIMA

Vigência: 22/06/2019 até 31/12/2019

Objeto: Contratação temporária por excepcional interesse público, com base no art. 283, §2º da Lei Complementar nº 019/2005, Lei 1.061/2018 e Lei 1.063/2018, aprovação no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2018,

no Cargo de Apoio Administrativo Educacional – Vigia, a ser desempenhada junto à Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Valor Mensal: R$ 998,00 (Novecentos e Noventa e Oito Reais).

PARECER JURÍDICO PREGÃO PRESENCIAL Nº 123/2018- PROCESSO DE COMPRA Nº 183/2018

ASSUNTO

OBRA NÃO CONCLUIDA E SEM A QUALIDADE TÉCNICA. NECESSIDADE DE REFAZER. PREJUÍZO A COLETIVIDADE. APLICAÇÃO DAS PENAS DO ART. 87 DA LEI DE LICITAÇÃO. CONTRADITORIO E APLA DEFESA. POSSIBLIDADE. ORIENTAÇÕES

Trata-se, em síntese, de pedido de parecer da **Prefeitura de Cotriguaçu**, no qual aduz que:

O Município de Cotriguaçu realizou o Pregão Presencial nº 123/2018- Processo Administrativo nº 183/2018 com o seguinte objeto:

"FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO TSD (TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO – CAPA ASFALTICA) EXCETO BASE E SUB BASE, INCLUINDO TODO O MATERIAL BETUMINOSO, PEDRA E PEDRISCO A SER UTILIZADO NA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO A SER EXECUTADA EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE, SOMANDO O MONTANTE DE 10. 218,26 m² (DEZ MIL, DUZENTOS E DEZOITO METROS QUADRADOS), CONFORME PROJETOS, PLANILHAS E MEMORIAIS

ANEXOS DO PRESENTE EDITAL."

A empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, conforme a ata de participação na sessão da licitação, sagrou-se vitoriosa, tendo sido firmado o contrato nº 077/2018 no valor de R$ 332.093,45 (Trezentos e trinta e dois mil, e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos).

O serviço fora parcialmente executado, em razão do período chuvoso, sendo que falta uma parte

Os serviços executados NÃO estão em conformidade com o desempenho esperado da pavimentação asfáltica.

Entre os vícios identificados, apurou-se a utilização de materiais que não atendem às especificações e alguns serviços foram executados em desconformidade com as normas específicas.

Esses serviços mal executados resultam em prejuízo aos serviços de pavimentação e manutenção da ruas.

Por dois meses a administração tentou, inexitosamente, fazer com que a empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA cumprisse o contrato, evitando maiores prejuízos a administração pública.

A Contratada era ciente das condições do contrato e, deliberadamente, frustrou o pactuado

É a sumula do necessário.

Pois bem, passamos a opinar.

Nesse desiderato, preambularmente, insta mencionar o diploma legal, no caso de inexecução do contrato, pela Lei de Licitação:

Art. 87. **Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá**, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I – advertência;

II – multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III – suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

Notadamente, as sanções previstas seguem um sistema gradual, da mais leve (advertência) a mais severa (declaração de inidoneidade).

É oportuno salientar que as penalidades supracitadas não são vinculadas a fatos determinados, ficando ao Administrador Público, com cunho discricionário, estabelecer a punição dentro de uma proporcionalidade com a conduta infratora, lembrando que sempre deverá ser assegurado o **contraditório e a ampla defesa**.

O fato retratado é grave, o que indica, em tese, a aplicação das penas do Art. 87, III ou IV, pois o ato, deliberadamente, frauda o espírito da aquisição publica, não podendo a empresa se aventurar a fornecer serviços que não poderia cumprir, buscando, com isso, que se efetivasse a contratação de outra empresa; causando gravame a administração pública.

Tal fato, mister que se diga, agrava-se há medida que a EMPRESA assinou de livre e espontânea vontade contrato que forneceria os serviços objeto da licitação.

Destarte, em respeito ao contrato firmado impõe a aplicação da multa contratual.

Além da aplicação da multa contratual, em análise preliminar, o parecer é pela abertura de processo administrativo, para apurar a conduta da empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, notificando-a para no prazo de 05 (cinco) dias apresentar defesa, podendo, se não apresentado justificativa idônea, ser condenada nas penas do Art. 87 da Lei de Licitação.

II – DAS PROVIDÊNCIAS

A – DA APLICAÇÃO DA MULTA A EMPRESA

A Administração pode prever no contrato a aplicação de multa por atraso injustificado na sua execução.

A aplicação da multa não impede a Administração de rescindir o contrato e de aplicar simultaneamente ao contratado advertência ou suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

No presente caso, a multa contratualmente prevista é de:

Pois bem, o valor contrato é de R$ 332.093,45(trezentos e trinta e dois mil e nove reais, quarenta e cinco centavos), que deve ser considerado para efeito da fixação da multa devida.

O valor da multa não implica na resolução da obra, tampouco na isenção da Contratada de reparar os prejuízos acarretados a Prefeitura de Cotriguaçu.

Decorrido o prazo de 5 (cinco) dias a partir do recebimento da notificação, sem resposta ou em caso de improcedência da justificativa, sugere-se:

1. Levantamento da Caução/ fiança bancária apresentada, se for o caso;

2. Inscrição na dívida ativa;

3. Após a notificação da inscrição na dívida ativa do contribuinte, ajuizamento da execução

Assim, se a garantia prestada for inferior ao valor da multa, o contratado, além de perder o valor da garantia, responderá pela diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou, quando for o caso, cobrada judicialmente.

Pela inexecução total ou parcial do objeto licitado, podem ser aplicadas ao contratado as sanções a seguir:

_ advertência;

_ multa, de acordo com o previsto no contrato;

_ suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até dois anos;

_ declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

O contratado poderá ficar impedido de licitar e de contratar com a Administração Pública, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciado nos sistemas de cadastramento de fornecedores semelhantes – pelo prazo de até cinco anos, quando:

_ deixar de celebrar ou de assinar o contrato ao ser convocado dentro do prazo de validade da proposta ou da ata de registro de preços;

_ deixar de entregar documentação exigida no edital;

_ apresentar documentação falsa exigida para o certame;

_ fizer declaração falsa;

_ ensejar o retardamento da execução do objeto do contrato;

_ não mantiver a proposta;

_ falhar na execução do contrato;

_ fraudar a execução do contrato;

_ comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

Essas penalidades não excluem as multas previstas no edital e no contrato e demais cominações legais, em especial as estabelecidas na Lei nº 8. 666, de1993.

B – DA NECESSIDADE DE REFAZER AS PARTES QUE NÃO ESTÃO DE ACORDO COM O CONTRATO

A empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA tem o dever legal de refazer a obra, pois a qualidade da pavimentação, sendo ***que tais falhas podem ser corrigidas sem custo adicional, por meio do acionamento das construtoras, com respaldo da garantia de que trata o art. 618 do Código Civil***:

“Art. 618. Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do solo. Parágrafo único: Decairá do direito assegurado neste artigo o dono da obra que não propuser a ação contra o empreiteiro, nos cento e oitenta dias seguintes ao aparecimento do vício ou defeito.”

Assim, deverá, no prazo de 15 (quinze) dias a empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA apresentar um plano para a correção dessas irregularidades, que deverá abranger “as justificativas pela execução de obra com qualidade deficiente” e as medidas adotadas no âmbito dos contratos”, sob pena de acionamento da garantia prevista no art. 618 do Código Civil.

Essa ação tentar mitigar os efeitos das deficiências constatadas, uma vez que, com o passar do tempo, as responsabilidades pela construção tendem a se confundir em prejuízo da Municipalidade.

Cumpre rememorar que:

Art. 7o As licitações para a execução de obras e para a prestação de serviços obedecerão ao disposto neste artigo e, em particular, à seguinte sequencia:

I - projeto básico;

II - projeto executivo;

III - execução das obras e serviços.

§ 1o A execução de cada etapa será obrigatoriamente precedida da conclusão e aprovação, pela autoridade competente, dos trabalhos relativos às etapas anteriores, à exceção do projeto executivo, o qual poderá ser desenvolvido concomitantemente com a execução das obras e serviços, desde que também autorizado pela Administração.

Art. 8º - A execução das obras e dos serviços deve programar-se, sempre, em sua totalidade, previstos seus custos atual e final e considerados os prazos de sua execução.

Assim, a empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA deverá apresentar um plano de recuperação da pavimentação asfáltica, no prazo de 15 (quinze) dias.

C – DA NOTIFICAÇÃO DA EMPRESA

Em respeito ao § 2º do Art. 87 da Lei 8.666/93, a empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA deverá ser notificada, para, querendo, apresentar defesa, especificando as provas e razões que a instruem.

Aludida defesa será analisada, no prazo de 02 (dois) dias pela Assessoria jurídica, opinando quanto ao mérito.

Transcorrido o prazo, deverá o Secretário Municipal de Obras acolher ou não, nesse caso justificando, o parecer da assessoria jurídica, devendo, se for o caso, mensurar o grau da penalidade.

Caso seja apenado, caberá recurso administrativo, no prazo de 05 (cinco) dias a Exmo. Sr. Prefeito Municipal.

A decisão da Exmo. Sr. Prefeito Municipal é terminativa na esfera administrativa.

Todos os atos serão publicados no Diário Oficial da AMM, tanto intimações com as decisões. O prazo começará a fluir na forma do Código de processo civil, aplicado subsidiariamente.

Eis o rito que deverá ser adotado no procedimento, para que não se argua cerceamento de defesa.

D –DA ABERTURA DE NOVO CERTAME

Em caso de não atendimento da empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, deverá abrir de novo procedimento, relativos aos itens que a citada empresa ganhou e não forneceu.

Essa providencia, evita maiores danos a coletividade.

E– DA NECESSIDADE DA SUSPENSÃO PROVISÓRIA DA EMPRESA NO PROXIMO CERTAME COM O MESMO OBJETO

Caso necessário a abertura de novo procedimento, para concluir e refazer a obra não executada, mister analisar a hipótese da suspensão provisória da empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, para essa mesma obra

Nesse cotejo, o saudoso Hely Lopes Meirelles discorreu que:

“a suspensão provisória pode restringir-se ao órgão que a decretou ou **referir-se a uma licitação** ou a um tipo de contrato, conforme a extensão da falta que a ensejou; (in Licitação e contrato administrativo, 15º ed. 2010, p. 337)

Assim, na licitação a ser aberta, quanto a parte não executada ou executada incorretamente da empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, é necessário a sua SUSPENSÃO PROVISÓRIA, até o termino do procedimento licitatório, pois:

a) A empresa que está dando causa ao novo certame;

b) Houve a desistência, já que não atendeu as notificações;

c) Admitir sua participação seria um escárnio, pois a mesma frustrou a licitação e colocaria em risco no novo procedimento;

d) A licitação terá o mesmo objeto, idêntico ou assemelhado, com a desistência, não justificando sua inclusão.

Assim, conforme exposição inicial, opinamos pela **SUSPENSÃO PROVISÓRIA** da empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA, restrita, por ora, a próxima obra para conclusão do Contrato nº 077/2018 da PREFEITURA DE COTRIGUAÇU.

F– DA NECESSIDADE DA EMPRESA ARCAR COM AS DESPESAS DE NOVAS PUBLICAÇÕES E COM A MULTA PREVISTA NO EDITAL

Ao ser Notificada a empresa FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA deverá especificar os custos com a publicação de novo edital e a multa por descumprimento contratual, prevista no Edital.

Cumpre salientar que o cumprimento voluntário dessa obrigação será levado em consideração para efeito da dosemetria da pena administrativa, se for o caso.

G – DA NECESSIDADE DE ENCAMINHAR AS PEÇAS AO MINISTERIO PÚBLICO PARA APURAÇÃO DE ILICITO CRIMINAL

Independentemente do julgamento do recurso administrativo, em tese, a conduta da Empresa configurar crime contra a licitação, previsto em capitulo próprio da Lei de Licitação sob comento.

Assim, **EM A EMPRESA NÃO CORRIGINDO AS FALHAS,** opina pelo imediato encaminhamento das seguintes peças, por meio de oficio do Gerente Municipal de Contrato de repasse ou da Exmo. Sr. Prefeito:

1- Cópia do presente parecer;

2- Copia do Edital da Licitação;

3- Copia da Ata de Julgamento;

4- Cópia do Contrato social da empresa objeto desse parecer.

5- Copia do Contrato 24/2012

6- Copia das Notificações realizadas a citada empresa

Essa providencia, mister que se diga, decorre da titularidade do Parquet para promover ações penais

G – CONCLUSÃO

Diante do exposto, o parecer jurídico é para que seja adotada as providencias orientativas que consta nesse parecer, preservando o interesse publico e a ampla defesa e o contraditório.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Cotriguaçu, 11 de julho de 2019.

MANOEL ANTONIO DE REZENDE DAVID

ASSESSOR JURÍDICO

PORTARIA Nº09/2017

OAB/MT 6.078

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 004/2019

A Empresa **FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA**

CNPJ **00.195.121/0001-55**

Prezado Senhor,

CONSIDERANDO que a respeitável Empresa **FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJsob o Nº 00.185.121/0001-55, com sede na Av; Filinto Muller, Lote JD Paula II, Nº 04, Quadra: 87 Bairro: Canelas, Várzea Grande – MT , neste ato representado pelo seu sócio diretor Maria Bernadete de Matos , portadora do RG. N.º 0653365-1 SSP/ MT e CPF N.º 284.076.526-87, residente e domiciliado na Rua Santa Genoveva, nº 08, Bairro: Jardim Aeroporto, cidade de Cuiabá – MT , Estado de Mato Grosso sagrou-se vencedora do Certame licitatório o Pregão Presencial nº 123/2018- Processo Administrativo nº 183/2018, que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando a "FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA TIPO TSD (TRATAMENTO SUPERFICIAL DUPLO – CAPA ASFALTICA) EXCETO BASE E SUB BASE, INCLUINDO TODO O MATERIAL BETUMINOSO, PEDRA E PEDRISCO A SER UTILIZADO NA OBRA DE PAVIMENTAÇÃO A SER EXECUTADA EM DIVERSAS RUAS DA CIDADE, SOMANDO O MONTANTE DE 10.218,26 m² (DEZ MIL, DUZENTOS E DEZOITO METROS QUADRADOS), CONFORME PROJETOS, PLANILHAS E MEMORIAIS ANEXOS DO PRESENTE EDITAL.", cujo resultado fora homologado, e formalizado por meio do CPL Nº. 077/2018.

CONSIDERANDO que não houve q conclusão da obra, em razão do período chuvoso, e que não houve a retomada da mesma, sendo que obra está inacabada.

CONSIDERANDO que foram detectadas irregularidades na execução da obra, conforme laudo técnico em anexo.

CONSIDERANDO que inscrição taxa empresa concurso dinheiro público o Código Civil vigente em seu artigo 618, que assim versa: "***Nos contratos de empreitada de edifícios ou outras construções consideráveis, o empreiteiro de materiais e execução responderá, durante o prazo irredutível de cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho, assim em razão dos materiais, como do dolo"***.

CONSIDERANDO que o artigo 619 do Código Civil estabelece que o empreiteiro tem o dever de executar a construção ou reforma, nos termos do plano aceito pelo dono da obra e não terá direito de exigir qualquer acréscimo no preço, ainda que o projeto seja modificado.

CONSIDERANDO que o artigo 69 da Lei de Licitação estabelece: "**Art. 69.** O contratado é obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados".

CONSIDERANDO a determinação expressa contida no artigo 87, § 3º, da Lei de Licitações, de seguinte teor:

Art. 87. Pela inexecução total ou parcial do contrato a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§ 1º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o contratado pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

§ 2º As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§ 3º A sanção estabelecida no inciso IV deste artigo é de competência exclusiva do Ministro de Estado, do Secretário Estadual ou Municipal, conforme o caso, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CONSIDERANDO ainda que a Lei de Licitação estabelece que:

Art. 78. Constituem motivo para rescisão do contrato: I-o não cumprimento de cláusulas contratuais, especificações, projetos ou prazos; II-o cumprimento irregular de cláusulas contratuais, especificações, projetos e prazos; III-a lentidão do seu cumprimento, levando a Administração a comprovar a impossibilidade da conclusão da obra, do serviço ou do forneci-

mento, nos prazos estipulados; [...] V-a paralisação da obra, do serviço ou do fornecimento, sem justa causa e prévia comunicação à Administração; [...] VII-o desatendimento das determinações regulares da autoridade designada para acompanhar e fiscalizar a sua execução, assim como as de seus superiores; [...] XVIII – descumprimento do disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis. (Incluído pela Lei nº 9. 854, de 1999)

Art. 79. A rescisão do contrato poderá ser: I- determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do artigo anterior

CONSIDERANDO que o descumprimento da convocação por parte desta Empresa impedirá o regular prosseguimento do processo apuratório, provocando graves transtornos à administração pública.

RESOLVE

NOTIFICAR a Empresa **FERNANDES MATOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA,** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJsob o Nº 00.185. 121/0001-55, com sede na Av; Filinto Muller, Lote JD Paula II, Nº 04, Quadra: 87 Bairro: Canelas, Várzea Grande – MT , neste ato representado pelo seu sócio diretor Maria Bernadete de Matos , portadora do RG. N.º 0653365-1 SSP/ MT e CPF N.º 284.076.526-87, residente e domiciliado na Rua Santa Genoveva, nº 08, Bairro: Jardim Aeroporto, cidade de Cuiabá – MT , Estado de Mato Grosso, para que, **no prazo de 5 dias úteis**, a contar da intimação deste ato, sob pena de aplicação das sanções legais cabíveis, para :

I- Apresente um projeto básico para regularização a obra, para adequar às normativas do Relatório do Engenheiro desta municipalidade, Dr. **RAPHAEL VINICIUS KAVA PECIM DALLE LUCHE**, a ser submetido a Equipe de Engenharia da Prefeitura de Cotriguaçu.

II- Apresente um cronograma físico estabelecendo o prazo máximo para a regularização e conclusão da Obra.

III- **Apresentar DEFESA PRÉVIA**, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, sobre os fatos acima assinalados, para que a Administração possa avaliar a responsabilidade da Empresa, podendo aplicar pena que vai desde multa até a declaração de idoneidade da Empresa, na forma do Art. 87 da Lei de Licitação;

IV- A presente Notificação, além das questões nela contida, serve para constituir o Notificado em mora, com relação a suas obrigações não cumpridas.

Atenciosamente,

Cotriguaçu/MT, 11 de julho de 2019.

RAPHAEL VINICIUS KAVA PECIM DALLE LUCHE

Engenheiro do Município de Cotriguaçu

MANOEL ANTONIO DE REZENDE DAVID

Assessor Jurídico

OAB/MT 6078

AVISO DE ABERTURA DE EDITAL PREGÃO PRESENCIAL - Nº 053/2019 PROCESSO 085/2019

A prefeitura Municipal de Cotriguaçu AV. 20 de Dezembro, n° 725 – Centro – Cotriguaçu/MT, Torna público a ABERTURA de LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL nº 053/2019, forma de julgamento**: Menor preço por item,** com a finalidade de selecionar propostas para: REGISTRO DE PREÇO **para "REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇAO DE MEDICAMENTOS, MATERIAIS E INSUMOS HOSPITALARES PARA ATENDER AS DEMANDAS DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL DE COTRIGUAÇU/MT",** cujas especificações detalhadas encontram-se no Edital da Licitação. Regem a presente licitação, a Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e demais legislações aplicáveis. A abertura desta licitação ocorrerá no dia **29 (vinte e nove) de Julho de 2019, às 08:30 (oito horas e trinta minutos)**, na Sala de Reuniões da Comissão Permanente de Licitação. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital. O Edital completo poderá ser solicitado pelos interessados de segunda a sexta-feira pelo e-mail licitacao@cotriguacu.mt.gov.br ou no site da Prefeitura www.cotriguacu.mt.gov.br, (Portal da Transparência). Cotriguaçu-MT, 15 de Julho de 2019. **JULIANO MATEUS DE ALMEIDA Pregoeiro da Comissão Especial de Licitação.**

TERMO DE NÃO COMPARECIMENTO

Pela Convocação de Segundo Colocado Pregão Presencial 142/2018, Processo 211/2018, publicado em 05/07/2019, a empresa JISLAINE FARIAS BONINI - ME, CNPJ: 14.314.499/0001-16, localizada na Avenida Tamburelo, s/n, Vila Nova, CEP: 78.330-000, Cotriguaçu - MT, foi convocado para se apresentar para assumir o objeto "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EM GERAL PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS EM COTRIGUAÇU E DISTRITOS", onde a empresa tinha o prazo de 5 (cinco) dias uteis para se apresentar.

No entanto, o responsável pela empresa não compareceu no prazo ao município para assumir o objeto.

Dessa forma, a equipe Permanente de Licitação da como encerado o Pregão Presencial 142/2018, Processo 211/2018, onde a empresa não se apresentou no prazo, e assim, será aberto outro processo para contratação dos serviços para a demanda do município.

Cotriguaçu/MT, 15 de Julho de 2019

JAIR KLASNER

PREFEITO

AVISO DE ANULAÇÃO

CONSIDERANDO que o Concedente do Convenio decretou estado de emergência financeira e não fará novos repasses até atingir o equilíbrio financeiro;

CONSIDERANDO que essa suspensão não prejudica os valores repassados e ainda não utilizados pelo Conveniado;

CONSIDERANDO a existência de recursos provenientes do Convenio **063/2013** depositados na conta da Prefeitura Municipal;

CONSIDERANDO que os recursos existentes são insuficientes para a conclusão do objeto conveniado, mas permitem a execução de obras prioritárias, dentro do planejamento urbanístico do Município de Cotriguaçu;

CONSIDERANDO as ações prioritárias de Revitalização do Lago Central que estão contratadas e passíveis conclusão e prestação de contas por etapas com os recursos disponíveis;

CONSIDERANDO, a obrigação contínua de planejar, acompanhar e avaliar as ações do Poder Executivo no tocante à gestão orçamentária, financeira e administrativa;

CONSIDERANDO a necessidade de continuidade das ações já em andamento no Município, primando pela eficiência na gestão pública;

CONSIDERANDO, a legalidade, a transparência, o controle, o equilíbrio fiscal, como requisitos próprios de governabilidade democrática;

RESOLVE

TORNAR SEM EFEITO A PUBLICAÇÃO DE TERMO DE RESCISÃO AMIGÁVEL DO CONTRATO Nº 089/2014.

A Prefeitura Municipal de Cotriguaçu, torna público para conhecimento dos interessados que decidiu tornar sem efeito a Publicação do Termo de

Rescisão Amigável Contrato Administrativo 089/2014. Data da Publicação: Diário Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no dia 17 de abril de 2019, na Edição nº 3.209, pag. 176.

Gabinete do Prefeito Municipal de Cotriguaçu-MT, 31 de maio de 2019.

JAIR KLASNER

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUIABÁ

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 029/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49.257/2019)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, TRABALHO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - SMATED

Objeto: Registro de Preço para a futura e eventual Aquisição de 12 (doze) Conjuntos de Micro Patrulhas Agrícolas Mecanizadas, compostas por micro trator, enxada rotativa e carreta agrícola, para atender a Associação de Agricultores Familiares (zona rural) no município de Cuiabá, sendo os equipamentos compatíveis com o micro trator, conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência.

Data/Horário: 29/07/2019 às 10h00min (dez horas) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2019

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 15 de julho de 2019.

II AVISO DE SUSPENSÃO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO/REGISTRO DE PREÇOS Nº. 009/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 094.837/2018)

Órgão Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde - SMS

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa, para prestação de serviços de Controle integrado de vetores e pragas urbanas com atividades educativas/barreiras físicas (Desinsetização, Desratização, Descupinização, Limpeza e desinfecção de reservatório de água, Serviço de capina manual, Limpeza de Fossa, Serviço de desentupimento de encanamentos de esgotos, Serviço de limpeza de caixas de gorduras e desentupimentos de rede mestre), sob demanda, para atender às necessidades de toda a Rede Municipal de Saúde, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência, Edital e seus anexos.

Informações: Tal suspensão se dá, para que haja tempo hábil para responder as impugnações.

Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2019

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 15 de julho de 2019.

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO

DIRETORIA ESPECIAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº. 030/2019

(PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 37.851/2019)

Órgão Solicitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SME

Objeto: Registro de preços para eventual contratação de empresa para execução dos serviços de Criação e disponibilização de um Sistema de Gestão de informações, objetivando a aplicação de um projeto para a educação municipal, ouvindo os pais ou responsáveis pelos alunos da rede pública municipal de ensino, a gestão de uma Ouvidoria da Educação, a implantação de um projeto de gestão de qualidade e metas à partir dos índices obtidos para as escolas e a realização de um censo junto aos funcionários públicos municipais lotados na área da educação.

Data/Horário: 29/07/2019 às 15h30min (quinze horas e trinta minutos) – Fuso Horário de Brasília.

Informações/Contato: Diretoria Especial de Licitações e Contratos /Secretaria Municipal de Gestão – DELC/SMGe - Fone: 3645-6252 - E-mail: licitacoes@cuiaba.mt.gov.br - Atendimento: 14:00 às 18:00 h. - Retirada Edital: www.cuiaba.mt.gov.br – Ano: 2019

Magda Rossi

Pregoeira

Visto:

Agmar Divino Lara de Siqueira

Diretor Especial de Licitações e Contratos

Cuiabá/MT, 15 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURVELÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
¬PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 001/2019 EDITAL CONVOCAÇÃO Nº 014/2019

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA – Prefeito Municipal de Curvelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o que determina o art. 37, item IX da Constituição Federal, e o disposto na Lei Municipal nº 488/2018, Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público e Edital de Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019.

CONVOCA

Os candidatos abaixo relacionados, aprovado no Processo Seletivo, para comparecer no prazo de **15 (quinze) dias**, a contar desta data, no Departamento de Recursos Humanos desta Prefeitura, no horário de 07 h às 11 h ou das 12:00 ás 16:00 h segunda a sexta-feira, para assumirem suas funções, na conformidade da Lei, munidos dos **seguintes documentos**: Carteira de Identidade, CPF, Cartão de PIS/PASEP ou (Declaração que não possui), Título de Eleitor, Certidão de casamento (se for o caso) CPF e RG do Esposa ou Esposo, Documentar militar (se homem), Comprovante de quitação eleitoral, Certidões Negativas Cível e Criminal de 1° e 2° Grau da Justiça Estadual/ Justiça Federal /TRF 1, Carteira de habilitação (para cargos de motorista e operador de máquinas, Documento de escolaridade (certificado de conclusão, ou diploma ou atestado que demonstre escola-

ridade), Comprovante de registro perante o respectivo Conselho Profissional (para os cargos de nível superior), Comprovante de Endereço, 01 foto 3x4, Conta bancária – Banco do Brasil, declaração de bens, declaração de não acúmulo ilegal de cargos, Atestado Médico expedido por Médico do Trabalho **Para Receber Salário Família e ou declarar dependentes no IRRF**: Certidão de Nascimento de filhos, Carteira de vacina dos filhos menores de 07 anos, Declaração de matricula dos filhos de 07 a 14 anos.

O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação prevista acima implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA e RENÚNCIA quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se à Administração o direito de convocar outro candidato.

Cargo: Motorista I (Veículo Pequeno)

1º - Mateus Felipe Lima Martins

Cargo: Motorista I (Ambulância)

4º Alan Camilo Dantas

Curvelândia, 15 de julho de 2019.

SIDINEI CUSTÓDIO DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE DENISE

LICITAÇÃO
AVISO PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL N° 010/2019

O Pregoeiro e equipe de apoio, da Prefeitura Municipal de Denise/MT, torna público, com referência ao Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2019**, com abertura prevista para o dia **18/07/2019** as **08:00 horas**, cujo objeto é o "**REGISTRO DE PREÇOS PARA A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE AUTO ELÉTRICA COM REPOSIÇÃO DE PEÇAS ELÉTRICA PARA A MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DO MUNICÍPIO DE DENISE/MT, CONFORME DESCRIÇÃO NO ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**", fica **PRORROGADO** o prazo de abertura do edital, para o dia **24 DE JULHO DE 2019** às **08:00 HORAS**. Motivo: Houve alteração nos itens constantes do Termo de Referência.

Denise/MT, 16 de Julho de 2019.

João Carlos Carneiro da Silva

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE DIAMANTINO

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 163/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal Senhora **MARIA PEREIRA DE MACEDO** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que o servidor faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **02 de Março de 2011 a 01 de Março de 2016;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **MARIA PEREIRA DE MACEDO,** matrícula funcional 457-1**,** ocupante do Cargo/Função de Professora Séries Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura, a serem usufruídas no período de **24 de Junho de 2019 a 21 de Setembro de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor com efeito retroativo a 24 de Junho de 2019.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 15 de Julho de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 075/2019 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2019/SRP

OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DEEMPRESA ESPECIALIZADA EM LOCAÇÃO DE VEÍCULOS PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE DIAMANTINO-MT.**

FORNECEDOR REGISTRADO:**RICARDO MURILO DE ARRUDA ALVES - ME.**

CNPJ nº: 13.243.387/0001-59

Valor total da ata: **R$ 159.120,00** (cento e cinquenta e nove mil cento e vinte reais).

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Diamantino – MT, 16 de Julho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
EXTRATO TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO

TERMO DE RESCISÃO DE CONTRATO Nº. 121/2019

CONTRATADO(a):THIAGO GABRIEL GALVÃO GARCIA

O presente **TERMO** tem por finalidade a **RESCISÃO AO CONTRATO DE SERVIDOR(a) TEMPORÁRIO Nº. 121/2019**, que teve como objeto a contratação do(a) servidor(a) com o cargo de **TÉCNICO EM DESENVOLVIMENTO INFANTIL - TDI - CONTRATO**, lotado (a) na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura** com termino dia **12 de Julho de 2019**.

SETOR RH
DECRETO MUNICIPAL Nº 141/2019

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO/CONVOCAÇÃO DE SERVIDORES APROVADOS NO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº 01/2018, PARA PROVIMENTO DE CARGOS EFETIVOS DO QUADRO DE PESSOAL DO MUNICÍPIO.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino/MT, no uso de suas atribuições legais e, considerando as determinações contidas na Constituição Federal, Lei Orgânica do Município, Leis Municipais integrantes do Edital e alterações,

CONSIDERANDO o resultado final do Concurso Público, devidamente HOMOLOGADO EM 08/04/2019, através do Decreto Municipal de nº 060/2019, publicado como determinado em Lei,

CONSIDERANDO a necessidade imperiosa de se admitir de forma legal, transparente e idônea, servidores para o Município,

CONSIDERANDO a necessidade de regularizar a situação de Servidores, provendo e adequando de forma correta a máquina administrativa,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados os candidatos relacionados no Anexo I.

Art. 2º - Os candidatos nomeados ficam, desde já, convocados para, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da publicação deste Decreto, a apresentarem-se no Departamento de Recursos Humanos, que fica na Se-

de da Prefeitura Municipal, localizada na Av. J. P. F. Mendes, nº 2.287, Centro, Diamantino/MT, no horário das 7h às 11 e das 13h às 17h, em dias úteis, para apresentarem os documentos de acordo com o Anexo III do Edital do Concurso Público nº 01/2018, representado pelo Anexo II deste Decreto.

§1º - A documentação deverá ser apresentada em cópia devidamente autenticada ou, em caso de apresentação apenas de cópia simples, o candidato deverá apresentar, conjuntamente, a via original, para simples conferência.

§2º - É obrigatória a apresentação de todos os documentos para recebimento pelo Departamento de Recursos Humanos, caso contrário, a documentação será recusada e devolvida no ato da apresentação.

§3º - O Departamento de Recursos Humanos terá 10 (dez) dias para proceder a análise da documentação apresentada e verificação do cumprimento dos demais requisitos legais e constantes do Edital do Concurso Público nº 01/2018.

Art. 3º - O não comparecimento do candidato nomeado ou a não apresentação dos documentos, implicará no reconhecimento da DESISTÊNCIA e RENÚNCIA quanto ao cargo de aprovação, enquanto que a reprovação dos documentos na análise prevista no §3º ao artigo anterior, implicará automaticamente em nulidade da aprovação e nomeação, com perda dos direitos decorrentes. Em ambas as hipóteses, fica reservado o direito da Administração de convocar outro candidato.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 15 de Julho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 141/2019

Cargo: 019 - DENTISTA - ZONA RURAL - DECIOLÂNDIA

CLASSIFICAÇÃO	CANDIDATO
3º	TREVISAN VIANA DA SILVA

ANEXO II DO DECRETO Nº 141/2019

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Médico Pericial (anexo III - I) do Edital de Concurso Público nº 001/2018), expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação e página do último contrato de trabalho, ou somente página em branco para quem nunca teve carteira assinada)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade - RG
Título de Eleitor e Certidão de Quitação Eleitoral - **http://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-d...**
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento conforme o caso
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site)**
Certidão Conjunta da Receita Federal;
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este Decreto.
Comprovante de Escolaridade
Carteira do Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Carteira de Habilitação CNH - conforme o cargo
Conta Corrente BANCO DO BRASIL - Agência de Diamantino - Cópia do Cartão
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
01 FOTO 3X4 COLORIDA ATUAL
APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS NO ATO DA ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO.
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(EMISSÃO FEITO NO SETOR DE RH)**
OS DOCUMETOS DEVERÃO SER APRESENTADOS SEPARADAMENTE, UM POR FOLHA.

SETOR RH
DECRETO Nº 140/2019

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2019, PARA ADMISSÃO NO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA, Prefeito Municipal de Diamantino – Estado de Mato Grosso, usando de suas atribuições que lhe conferem o art. 67, VI da Lei Orgânica do Município e.

CONSIDERANDO a realização de Processo Seletivo para contratação temporária de pessoal, por tempo determinado, para atender interesse público conforme Edital Processo Seletivo Simplificado nº 001/2019.

CONVOCA:

Art. 1º - O candidato (a) no Processo Seletivo, relacionado no anexo II, deverá comparecer no prazo de **15 (Quinze)** dias a contar data de publicação do Decreto, no Departamento de Recursos Humanos, no horário de 7:00h às 11:00h e de 13:00h às 17:00, para,assumir as suas funções na conformidade da Lei, munidos dos documentos de acordo com o item 2.3 Edital nº 001/2019, citado no anexo I.

Art. 2º - O não comparecimento do (a) interessado (a) no prazo previsto e não apresentação da documentação implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENUNCIA** quanto ao preenchimento ao cargo para o qual foi aprovado (a), reservando-se a Administração o direito de convocar outro candidato.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Diamantino/MT, 15 de Julho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

ANEXO I DO DECRETO Nº. 140/2019

Ser brasileiro ou estrangeiro nos termos da Lei (art. 12 e 37, I da CF/88)
Comprovante de Residência ou Declaração contendo endereço residencial
Declaração de acumulo ou não de Cargo público
Declaração de Bens
Atestado de Saúde Física e Mental (pré-admissional) expedido por profissional da Medicina do Trabalho.
Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ***(págs. fotografia e identificação)***
Cadastro de Pessoa Física - CPF
Cédula de Identidade
Título e Certidão de Quitação Eleitoral
Certificado de Reservista (quando do sexo masculino)
Cartão do PIS/PASEP. (Obs: O candidato que não for cadastrado no programa PIS/PASEP deverá apresentar;
Certidão de Nascimento ou Casamento
RG E CPF do cônjuge caso for casado no civil
Certidão de Nascimento ou RG dos filhos menores de 14 anos de idade (se for o caso)
Carteira de Vacinação dos filhos menores de 5 anos de idade (se for o caso)
CPF dos dependentes até 21 anos ou Autorização de não inclusão dos dependentes.
JUSTIÇA FEDERAL - 1ª REGIÃO - **http://www.trf1.jus.br/Servicos/Certidao/ (Autenticação no site)**
Certidão Negativa fornecida pelo Cartório Distribuidor da Comarca do domicilio dos últimos cinco anos, relativa a existência ou inexistência de

ações cíveis e criminais (com transito em julgado) - **http://cidadao.tjmt.jus.br/Servicos/CertidaoNegati... (Autenticação no site) - 1º e 2º Grau**
Certidão Negativa de Débitos para com o Município **(SETOR DE TRIBUTOS DA PREFEITURA)**
Declaração de Disponibilidade para cumprimento de carga horária do cargo em que exercera sua função
Declaração de que não infringiu as leis que fundamentaram este edital. **(NO CASO DE PROCESSO SELETIVO)**
Comprovante de Escolaridade
Registro no Conselho da respectiva categoria quando se tratar de profissão regulamentada, incluindo-se comprovante de quitação de anuidade e certidão de regularidade.
Carteira de Habilitação CNH - conforme o cargo
Declaração de veracidade dos documentos apresentados **(SETOR DE RH)**
Conta Corrente BANCO DO BRASIL - Agência de Diamantino - **Cópia do Cartão**
Número de Contato (fixo ou celular):
Email:
01 FOTO 3X4 COLORIDA ATUAL
APRESENTAR DOCUMENTOS ORIGINAIS NA APRESENTAÇÃO DOS DOCUMENTOS.
OS DOCUMETOS DEVERÃO SER APRESENTADOS SEPARADAMENTE, UM POR FOLHA.

ANEXO II DO DECRETO Nº 140/2019

Cargo: TÉCNICO(A) EM ENFERMAGEM - ZONA URBABA	
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
1º	ROSENIR MARQUES DE OLIVEIRA DESANI

Cargo: ENFERMEIRO(A)	
CLASSIFICAÇÃO	**CANDIDATO**
2º	ROSANDE RAMOS DA SILVA

Diamantino/MT, 15 de Julho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇO Nº 007/2019

OBJETO: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM APLICAÇÃO DE LAMA ASFALTICA GROSSA COM RL 1C, NA RECUPERAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DO MUNICIPIO DE DIAMANTINO-MT.**

Tendo em vista o que consta dos autos deste processo, e diante do resultado apresentado pelo Presidente da Comissão de Licitação, HOMOLOGO o presente certame, para que produza todos os efeitos legais previstos em lei.

O certame tem como vencedor a empresa:

GL COMERCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ nº: 26.795.021/0001-34, que sagrou-se vencedora do certame, com o valor total de **R$ 1.326.148,48** (Hum milhão e trezentos e vinte e seis mil e cento e quarenta e oito reais e quarenta e oito centavos).

Diamantino – MT, 15 de Julho de 2019.

EDUARDO CAPISTRANO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal

SETOR RH
PORTARIA/DRH Nº 162/2019

Dispõe sobre Licença Prêmio da Funcionária Pública Municipal, Senhora **NELMA CRITSINA NUNES DA SILVA** e dá outras providências.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA, Secretário Municipal de Administração, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais.

CONSIDERANDO o preceituado no art. 73 da Lei 006/90;

CONSIDERANDO que a servidora faz jus ao gozo da licença por assiduidade adquirida no período **06 de Novembro de 2011 a 05 de Novembro de 2016;**

RESOLVE:

ART. 1º - Conceder Licença Prêmio a Senhora **NELMA CRISTINA NUNES DA SILVA**, matrícula 2917-1, exercendo o Cargo/Função de Agente Comunitário de Saúde - ACS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Vigilância Sanitária, a serem usufruídas no período de **22 de Julho de 2019 a 20 de Agosto de 2019.**

ART. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ART. 3º - Revogam – se as disposições em contrário.

Publica-se. Registra-se. Cumpra-se.

Diamantino/MT, 15 de Julho de 2019.

EDERBALDO ALVES TEIXEIRA

Secretário Municipal de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM AQUINO

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
ERRATA DE EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2019

ERRATA DE EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 002/2019

ONDE SE LE: CONTRATADA: FRATELLO ENGENHARIA LTDA CNPJ 05.319.939/0001-37

LEIA SE: CONTRATADA: E-TAG CONSTRUÇÕES E COMERCIO LTDA, CNPJ 22.451.088/0001-09

VALDÉCIO LUIZ DA COSTA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO, GABINETE, ADMINISTRAÇÃO, EDUCAÇÃO E FINANCEIRO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 004/2019

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 004/2019

O Município de Dom Aquino-MT, através do Prefeito municipal abaixo assinado, **HOMOLOGA e ADJUDICA** a dispensa dos procedimentos licitatórios, com embasamento Legal: art. 24, II, da Lei Federal 8.666/93 e Parecer jurídico, com objetivo contratação de empresa especializada para prestação de serviços de organização, publicidade e gerenciamento da 30ª EXPOVALE DE DOM AQUINO-MT, QUE SERÁ REALIZADO NOS DIAS 14, 15, 16 E 17 DE AGOSTO DE 2019, para atender demanda da Secretaria de Agricultura, com dispensa de licitação, nos termos estatuídos pela Lei Federal nº 8.666/93, em seu artigo 24, Inciso II transcrito no Parecer Jurídico de Dispensa de Licitação proferido pela Assessoria Jurídica desse município.

Contratado: GEERLOFS REZENDE - **CNPJ:** 30.756.219/0001-86 - - **Endereço:** Rua Belo Horizonte, nº 934, centro, município de Juscimeira - MT, CEP 78.810-000, Fone: (66) 99990-2578, e-mail: rezendes2017@hotmail.com - **Valor Global de R$ 17.280,00 (dezessete mil, duzentos e oitenta reais)**.

Dom Aquino – MT, 15 de julho de 2019.

VALDÉCIO LUÍZ DA COSTA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIZ NATAL

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 290/2019

DATA: 02 DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por lei,

RESOLVE:

Artigo 1º- Nomear o Sr. **MARCELO KOHUT,** para ocupar o cargo em Comissão de **CHEFE DE DEPARTAMENTO DE INFORMÁTICA,** lotado na Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, com fundamento Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 2º - A remuneração a que faz jus está definida na Lei Complementar nº 042/2016.

Artigo 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOIS DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL 304/2019

DATA: 11 DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias ao Sr. **MAIQUEL BORN FERNANDES,** ocupante do cargo Efetivo de **MOTORISTA NÍVEL II – ZONA URBANA**, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, pelo período de 11/07/2019 a 30/07/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

§ 1º- Á requerimento do Servidor ficam convertidos os 10 dias finais das férias (1/3) em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar nº 003/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL 305/2019

DATA: 12 DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sr.ª **DIRCE APARECIDA DOS SANTOS,** ocupante do cargo Efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO NÍVEL II**, lotada junto a Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12/07/2019 a 31/07/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

§ 1º- Á requerimento da Servidora, ficam convertidos os 10 dias iniciais das férias (1/3) em abono pecuniário, no valor da remuneração que lhe seria devida, em conformidade com o Art. 74 da Lei Complementar nº 003/2015.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS DOZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 306/2019

DATA: 15 DE JULHO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2018 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 022/2019 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** O Sr. **MARCOS EVALDO KEMPF** para exercer o cargo de **ENFERMEIRO – ZONA URBANA**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE - SE

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL 307/2019

DATA: 15 DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sra. **THALITA MARIA SILVA,** ocupante do cargo efetivo de **PSICÓLOGO**, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 15/07/2019 A 13/08/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL 308/2019

DATA: 15 DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sra. **INES RAMOS DOS SANTOS,** ocupante do cargo efetivo de **AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS NÍVEL II**, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 15/07/2019 A 13/08/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL 309/2019

DATA: 15 DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 65 e 68 da Lei Complementar nº 003/2007.

RESOLVE:

Artigo 1º- Conceder Férias a Sra. **CRISLAINE SOARES DE OLIVEIRA,** ocupante do cargo efetivo de **ORIENTADOR SOCIAL**, lotada junto a Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 15/07/2019 A 13/08/2019.

Parágrafo único: As férias concedidas referem-se ao período aquisitivo de 2018/2019.

Artigo 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º - Revogam–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

AVISO DE LICITACAO FRACASSADA PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2019 REGISTRO DE PREÇOS Nº. 029/2019

A Prefeitura Municipal de Feliz Natal - MT, através de seu pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados, que realizou no dia 15 de julho de 2019, **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 032/2019, REGISTRO DE PREÇOS Nº. 029/2019,** tendo como objeto ao **PREGÃO PRESENCIAL COM REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXAMES LABORATORIAIS.** A presente licitação foi **FRACASSADA.**

Feliz Natal - MT, em 15 de julho de 2019.

_____

MARCOS PAGNO

PREGOEIRO

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL N.º 301/2019.

DATA: 08 DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas por Lei, em especial o artigo 48 da Lei Complementar 037/2015,

RESOLVE:

ART. 1.º - Conceder **Licença Prêmio por assiduidade** ao Servidor Público Municipal, Sr. **JAIR GEUDA JUNIOR -** matrícula nº 1781, ocupante do cargo de **ENGENHEIRO CIVIL,** referente ao período aquisitivo de 26/03/2014 a 26/03/2018, conforme o requerimento protocolado em 19 de Maio de 2017.

PARÁGRAFO ÚNICO - A licença ora concedida será usufruída no período de 03/07/2019 à 30/09/2019.

ART. 2.º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de Julho de 2019.

ART. 3.º revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO AOS OITO DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

PREFEITO MUNICIPAL

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

PREFEITURA/DEPARTAMENTO PESSOAL
PORTARIA MUNICIPAL Nº 302/2019

DATA: 11 DE JULHO DE 2019.

SUMULA: Dispõe Sobre POSSE DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAFAEL PAVEI, PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso das atribuições legais, e tendo em vista o resultado final do Concurso Público deste Município, nos termos do Edital de Concurso n.º 001/2012 e o disposto no artigo 37, II da Constituição Federal e,

Considerando a realização do Concurso Público nº 001/2018, para preenchimento dos cargos de provimento efetivo deste Município, estabelecido no Edital n.º 001/2018;

Considerando a homologação do mencionado Concurso, por meio do Decreto Municipal n.º 011/2019 do Prefeito Municipal;

Considerando a existência de vagas nos órgãos da Administração Pública Municipal, bem como a real necessidade de seu preenchimento;

Considerando o Edital de convocação de candidato nº 023/2019 e;

Considerando finalmente o disposto nas normas que regem o direito do trabalho previsto no Estatuto dos Servidores Público Municipais;

Artigo 1.º Empossar em caráter efetivo:

§**1º** A Sra. **ROSICLEIA GONÇALVES COTA** para exercer o cargo de **APOIO EM MANUTENÇÃO E INFRAESTRUTURA ESCOLAR II - ZELADORA – ZONA URBANA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, terá como Regime Previdenciário, a Previdência Própria do Município de Feliz Natal - FELIZ PREVI e o Regime Jurídico será o Estatutário.

Artigo 2.º Será considerado desistente o candidato empossado que não comparecer para exercício do cargo no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data da posse.

Artigo 3.º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4.º Revoga–se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE FELIZ NATAL ESTADO DE MATO GROSSO, AOS ONZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

RAFAEL PAVEI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAÚCHA DO NORTE

PORTARIA MUNICIPAL Nº.184 /2019.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE SERVIDOR SUBSTITUTO RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS PRESTADOS DO DETRAN E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE,

Art. 1º - Fica Nomeado o Sr. **VALDECIR BOTINI**, brasileiro, filho Maria Conti Botini e Pedro Botini, nascido em 14/06/1968, portador do RG N° 10970860, SJ/MT e CPF: 550.547.571-04, como SERVIDOR SUBSTITUTO RESPONSÁVEL PELOS SERVIÇOS PRESTADOS PELO DETRAN**,** entre os dias 16/07/2019 e 14/08/2019, substituindo à servidora SIRLENE PINHO DA SILVA que se encontra de férias.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT,15 de julho de 2019.

CONTRATO Nº 019/2019

QUE CELEBRAM O MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE E A EMPRESA RONALDO COELHO SANTOS, COMO ABAIXO SE DECLARA.

Pelo presente instrumento contratual, o MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de direito público municipal, situado na Rua Pará esquina com a Rua Brasília, n.º 229, CEP 78875-000, Centro, Gaúcha do Norte - MT, devidamente inscrita no C.N. P.J./MF, sob o nº. 01.614.539/0001-01, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **VONEY RODRIGUES GOULART**, brasileiro, solteiro, pecuarista, residente e domiciliado na cidade de Gaúcha do Norte, inscrito no CPF nº. 402.603.301-59, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE,** e a empresa **RONALDO COELHO SANTOS com cadastro de pessoas jurídicas sob nº 16.811. 048/0001-10**, neste ato representado por seu proprietário o senhor Ronaldo Coelho Santos portador da cédula de identidade RG nº 943.277- SSP/MT e do CPF nº 622.174.451-20 e perante as testemunhas a final firmadas, pactuam o presente contrato, cuja celebração foi autorizada pelo **Processo Administrativo nº. 046/2019**, e que se regerá pelo que dispõe o Edital de Convite nº. 003/2019 e seu Termo de Referência que é parte integral desse contrato, doravante denominado de **CONTRATADA** pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, com as alterações posteriores, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - Seu objeto, sob regime de Empreitada por Preço Global, para contratação de empresas especializadas em prestação de **ILUMINAÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL SERIGÃO** do Município de Gaúcha do Norte MT, conforme especificações constantes do Edital, consoante proposta apresentada, dos autos do Processo n.º 046/2019 –, que a esta fica vinculada, obrigando-se a **CONTRATADA** a executar os serviços ali descritos".

1.2 - A **CONTRATADA** transmite ao **CONTRATANTE**, de forma total e definitiva, os direitos de autor relativos ao objeto deste contrato.

1.2.1 - A transferência dos direitos de autor não exclui a responsabilidade técnica do autor do projeto.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PRAZO E DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

2.1 - O prazo para execução dos serviços é de **41 (quarenta e um) dias** corridos, que serão contados a partir da Ordem de Início de Serviços, a ser expedida pelo Centro de Engenharia, o qual poderá ser prorrogado se houver interesse da Administração e nos termos da lei.

2.2 - O objeto será recebido em conformidade com o disposto no edital desta Carta Convite n.º 003/2019.

2.3 - Executada cada fase do objeto, será dado aceite pelo agente fiscalizador do contrato designado pelo **CONTRATANTE**, em até 05 dias após a apresentação dos serviços de cada fase.

2.4 - Executado, o objeto será recebido **Definitivamente,** pelo agente fiscalizador do contrato designado pelo **CONTRATANTE**, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, até 05 dias após a entrega dos trabalhos.

2.5 - Constatada irregularidade na execução do objeto contratual, o **CONTRATANTE**, por meio do agente fiscalizador do contrato, sem prejuízo das penalidades cabíveis, adotará as seguintes providências:

a) se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição/correção;

b) na hipótese de substituição/correção, a **CONTRATADA** deverá fazê-la, em conformidade com a indicação do agente fiscalizador do contrato, no prazo máximo de 10 (dez) dias da notificação por escrito, sem que isso signifique novação contratual, mantido o preço inicialmente contratado;

c) se disser respeito à diferença de quantidade e qualidade dos itens entregues, será determinado sua complementação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR CONTRATADO E RECURSOS CONSIGNADOS

3.1 - Para efeito legal, o valor total deste Contrato é de ***R$ 119.082,00 (cento e dezenove mil e oitenta e dois reais),*** onerando as despesas do Elemento Econômico **ÓRGÃO:** 12 – obras/**UNIDADE:** 002/ **PROJ. ATIV** – 10075/ **ELEMENTO**: 4.4.9051.0000/ **CÓD. REDUZIDO**: 339.

CLÁUSULA QUARTA - REGIME DE CONTRATAÇÃO, MEDIÇÕES E FORMA DE PAGAMENTO.

4.1 - O regime é de **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, conforme constantes da Proposta Comercial apresentada pela licitante.

4.2 - O pagamento será efetuado após a aprovação das medições conforme aferido pela fiscalização e de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela **CONTRATADA** em sua proposta comercial, onde será pago de forma parcelada conforme descrito abaixo:

Ø Logo após a entrega provisória da obra e devidamente atestada pelo fiscal da mesma com emissão da nota fiscal acompanhada de suas certidões negativas, será pago a Contratada o valor de 35.000,00 (trinta e cinco mil reais) mais 05 (cinco) vezes mensais de 16.816,40 (dezesseis mil e oitocentos e dezesseis reais e quarenta centavos) totalizando o valor global **em 119.082,00 (cento e dezenove mil e oitenta e dois reais)** valor total da obra.

4.3 - O pagamento será realizado com base nas Etapas (fases) efetivamente aprovados, de acordo com o Cronograma Físico-Financeiro apresentado pela **CONTRATADA**, e que segue transcrito abaixo, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data do aceite da nota fiscal e/ou fatura, pelo **CONTRATANTE**, por meio do agente fiscalizador do contrato, em conformidade com a fase aprovada, desde que acompanhada de comprovação do recolhimento de encargos e tributos referentes ao serviço prestado (INSS, FGTS e ISSQN), e se processará mediante crédito em conta corrente no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação vigente.

4.3.1 - No caso do ISSQN, este deverá ser:

a) destacado na nota fiscal/fatura, com indicação do valor a ser retido e a legislação municipal vigente que regulamenta referida tributação;

4.3.1.1 – Destaque-se que, na hipótese do item anterior, não obstante a responsabilidade do tomador, é dever da **CONTRATADA** apresentar o(s) documento(s) fiscal(is) em tempo hábil para que se proceda à retenção e recolhimento do referido imposto, cabendo à licitante vencedora arcar com eventuais despesas de mora a que der causa, nos termos deste item.

4.4 - O **CONTRATANTE**, por intermédio do seu agente fiscalizador ou substituto legal, terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, para proceder ao aceite, providenciando a remessa desse(s) documento(s), devidamente atestado(s), ao Centro de Finanças e Contabilidade.

4.4.1 - No caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura, por sua inexatidão, na falta de apresentação das guias de INSS FGTS e ISSQN, quando for o caso, ou na dependência de apresentação de carta corretiva, quando a legislação admitir, o prazo fixado no subitem 5.3 será contado a partir da entrega da referida correção.

4.4.1.1 - Salvo expressa disposição em contrário, a **CONTRATANTE** procederá à retenção de percentual do valor bruto da nota fiscal (fatura, recibo ou documento equiparado), a título de antecipação da contribuição previdenciária da **CONTRATADA**, e recolherá a importância retida, em nome da **CONTRATADA**, nos termos e prazos legalmente previstos (atualmente, a alíquota de 11%, cf. Lei Federal n.º 8.212/91 e Decreto Federal n.º 3. 048/99).

4.4.1.2 - Poderão ser deduzidos, da base de cálculo da referida retenção, os abatimentos previstos na legislação aplicável, desde que tais parcelas estejam discriminadas no documento de cobrança.

4.5 - Compete ao agente fiscalizador do contrato certificar-se que todos os documentos exigidos com a apresentação da nota fiscal/fatura ou recibo equivalente foram encaminhados pela **CONTRATADA**, antes de encaminhá-los ao Centro de Finanças e Contabilidade para processamento.

4.6 - A liberação do primeiro pagamento está condicionada apresentação do comprovante de Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, devidamente recolhida, do CREA/MT;

4.7 - A não apresentação dessas comprovações (cláusulas 5.3 e 5.4.) assegura ao **CONTRATANTE** o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes, até que se dê a regularização.

4.8 - Havendo atraso nos pagamentos, sobre a quantia devida, incidirá correção monetária, nos termos do artigo 74 da Lei Estadual n.º 6.544/1989, bem como juros moratórios, à razão de 0,5% (meio por cento ao mês, calculados "*pro rata tempore*" em relação ao atraso verificado).

CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O prazo de vigência do contrato será de 41 (quarenta e um) dias, contados da data de sua assinatura da ordem de serviço, o qual poderá ser prorrogado se houver interesse da Administração, nos termos da lei.

5.1.1 - Estão inclusos no período de vigência contratual, constante do item acima, os prazos de execução e recebimento definitivo dos serviços, margem de dias para cobertura de possíveis ocorrências e emissão do Termo de Aceite Definitivo.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1 - Este contrato poderá ser rescindido nos termos e condições ora firmados, obedecidas também às disposições constantes dos artigos 77 e 78, da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações posteriores.

6.2 - A inexecução, total ou parcial, do ajustado poderá ensejar a rescisão contratual pelo **CONTRATANTE**, na forma e consequências previstas nos artigos 78 a 80 da Lei Federal n.º 8.666/93.

6.3 - A partir da data em que for concretizada a rescisão, cessarão as obrigações contratuais de ambas as partes, ressalvadas as vencidas até aquela data por imposições constantes da presente avenca.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

7.1 - Os preços serão irreajustáveis. De acordo com a Lei federal n.º 9. 069, de 29/06/95**,** somente serão reajustados os contratos com prazo superior a 12 (doze) meses.

7.2 - Só será admitido o reajuste se o prazo de execução do objeto sofrer prorrogação, observados os termos deste instrumento e da Lei de licitações, de modo que o contrato venha a atingir vigência superior a 12 (doze) meses, salvo se a prorrogação ocorrer por culpa exclusiva da **CONTRATADA**, hipótese em que não haverá reajuste.

CLÁUSULA OITAVA – DO CONTROLE DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1 - O controle será executado por Agente Fiscalizador ou substituto legal, devidamente designado em Portaria Interna do município, ao qual caberá o acompanhamento dos serviços a serem executados, comunicando à **CONTRATADA** os fatos eventualmente ocorridos para pronta regularização no prazo pactuado.

9.2 - O Agente Fiscalizador comunicará à Administração do **CONTRATANTE** as irregularidades detectadas, de acordo com o grau de repercussão no contrato, bem como informará os casos de afastamento em virtude de férias, licenças ou outros motivos, para que o substituto possa assumir a gestão do contrato, evitando prejuízos, interrupções, suspensão das atividades de fiscalização.

CLÁUSULA NONA – DA RESPONSABILIDADE DO CONTRATANTE

9.1 - O **CONTRATANTE** proporcionará à **CONTRATADA** todas as facilidades necessárias à boa execução do presente contrato, permitindo o livre

acesso de seus funcionários às suas dependências, devidamente identificados, para realização dos serviços constantes desta avença.

9.2 - Efetuar os pagamentos devidos, de acordo com o estabelecido neste contrato.

9.3 - Exercer fiscalização dos serviços por servidores especialmente designados.

CLÁUSULA DÉCIMA– DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

10.1 - Manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas em sua proposta, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

10.2 - Responsabilizar-se integralmente por todos os serviços contratados, descritos no edital, seus anexos e em sua proposta comercial, observadas as normas técnicas e legais vigentes.

10.3 - Nomear preposto responsável pelos serviços, com o objetivo de garantir o bom andamento dos trabalhos, o qual, ao notar alguma irregularidade, deverá se reportar, quando necessário, ao agente fiscalizador do contrato, tomando, ainda, as providências pertinentes que a ocasião exigir.

10.4 - Comunicar ao **CONTRATANTE** as alterações que forem efetuadas em seu Contrato Social ou Estatuto e enviar os documentos pertinentes a essas mudanças.

10.5 - Disponibilizar todas e quaisquer informações acerca do objeto, necessárias aos funcionários do **CONTRATANTE**, designados para o acompanhamento dos serviços, que têm por função verificar sua qualidade e comprovar eventuais irregularidades.

10.6 - Refazer, sem quaisquer ônus para o **CONTRATANTE**, qualquer parte dos serviços decorrentes de erros constatados, de responsabilidade da **CONTRATADA** e apontados pelo **CONTRATANTE**.

10.7 - A **CONTRATADA** obriga-se a apresentar toda documentação necessária, quando do integral cumprimento do ajuste, para formalização do termo de encerramento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações, o presente Contrato é celebrado após procedimento licitatório, na modalidade Convite, sob n.º 003/2019, com a pertinente homologação e adjudicação por despacho do Senhor Prefeito.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS TRIBUTOS E DEMAIS ENCARGOS

12.1 - O encargo mensal inclui os tributos vigentes da data de assinatura do presente, decorrentes da legislação social ou fiscal, bem como os originários da relação empregatícia entre a **CONTRATADA** e o pessoal por ela empregado na execução do objeto deste Contrato (trabalhista, previdenciário e securitário), os quais ficarão inteiramente a cargo da **CONTRATADA**, não mantendo o **CONTRATANTE** qualquer vínculo empregatício com os empregados da mesma.

12.2 - Na hipótese de eventual ação trabalhista por parte de empregados da **CONTRATADA**, contra o **CONTRATANTE**, a mesma assumirá total responsabilidade pelo objeto e condenação final, bem como por eventuais autos de infração lavrados pelas autoridades fiscalizadoras da Delegacia Regional do Trabalho ou levantamentos fiscais previdenciários efetuados pelo Instituto Nacional de Seguro Social – INSS.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS NORMAS REGEDORAS DO CONTRATO

13.1 - A presente contratação encontra-se vinculada à Carta Convite n.º 003/2019, Processo n.º 046/2019 e à Proposta da **CONTRATADA**, a qual faz parte integrante desta avença, como se aqui estivesse transcrita.

13.2 - Aplica-se à presente contratação e aos casos omissos, o disposto na Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações posteriores, e demais normas legais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO ACRÉSCIMO E SUPRESSÃO

14.1 - A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessária, nos termos do que dispõe o §1º do art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO

15.1 - A **CONTRATADA** não poderá transferir o presente contrato, no todo ou em parte, pelo que se afigura a inexecução contratual e subsequente rescisão, sujeitando a **CONTRATADA** às penalidades previstas em lei, conforme artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

16.1 - A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritivas de direitos, a que se referem os artigos 86 e seguintes da Lei 8.666/93, com as alterações dela decorrentes, obedecerá as normas estabelecidas neste contrato.

16.2 - A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, bem como a execução irregular ou com atraso injustificado, tem como consequência à aplicação combinada das penalidades de natureza pecuniária e restritivas de direitos, previstas em lei.

16.3 - As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, obedecidos os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e mediante regular processo administrativo, garantida a prévia defesa.

16.4 - Configurado o descumprimento de obrigação contratual, a contratada será notificada da infração e da penalidade correspondente para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.

16.5 - Recebida à defesa, a Autoridade competente deverá se manifestar, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, concluindo pela imposição ou não de penalidade.

16.6 - Da decisão caberá recurso no prazo de cinco dias úteis, contados da intimação, ressalvada a sanção prevista no “item 7.7.4”, de cuja decisão cabe pedida de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da intimação do ato.

16.7 - Garantida a prévia defesa, a inexecução total ou parcial do contrato, assim como a execução irregular ou com atraso injustificado, sujeitará o contratado à aplicação das seguintes sanções:

a - Advertência.

b - Multa.

c - Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Municipal por prazo não superior a dois anos.

d - Declaração de idoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação.

16.8 - A pena de advertência deve ser aplicada a título de alerta para a adoção das necessárias medidas corretivas, no intuito de evitar a aplicação de sanções mais severas, sempre que o contratado descumprir qualquer das obrigações assumidas ou desatender a determinações do(s) Fiscal(ais) do Contrato(s).

16.9 - A multa prevista no item 7.7 alínea B será:

a - De 10% (Dez por cento) do valor global do contrato, no caso de inexecução total das obrigações assumidas pelo contratado.

16.9.1 - A recusa injustificada em honrar a proposta apresentada caracterizará o descumprimento total das obrigações assumidas.

16.9.2 - De 10% (Dez por cento) do valor corrigido, correspondente à parte da obrigação contratual não cumprida, no caso de inexecução parcial da obrigação.

16.9.3 - O valor correspondente à multa, depois do devido procedimento em que tenha sido assegurado o direito de defesa e de recurso do contrato, será descontado do primeiro pagamento devido, em decorrência da execução contratual.

16.9.4 - Na hipótese de descumprimento total da obrigação, depois da celebração do contrato em que tenha sido exigida garantia, o valor da multa será descontado da garantia prestada.

16.9.5 - Em não havendo prestação de garantia, o valor da multa deverá ser recolhido ao Tesouro Municipal, através de Guia de Recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, contados da intimação.

16.10 - A aplicação de sanções aos contratados deve ser objeto de registro como fator relevante para a determinação das penas futuras, especialmente com vistas ao agravamento da punição nos casos de reincidências que se tornem contumazes.

16.11 - Aos casos omissos se aplicam as disposições pertinentes à Lei Federal nº. 8.666/93, com as alterações dela decorrentes.

16.12 - As penalidades ora previstas poderão ser aplicadas sem prejuízo das demais penas e cominações que se verificarem aplicáveis à espécie do objeto do presente contrato, em especial em decorrência de perdas e danos, danos materiais e morais e outros, por mais especiais que sejam e mesmo que aqui não expressos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

17.1 - A fiscalização da execução do Contrato será exercida por um fiscal responsável pela secretaria municipal de Obras, neste ato denominado fiscal ou gestor do Contrato devidamente credenciado pela autoridade competente, ao que competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução (art. 67 Lei nº 8666/93), independentemente de qualquer outra supervisão, assessoramento e/ou acompanhamento do objeto que venha a ser determinado pela ***CONTRATANTE*** à seu exclusivo juízo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS COMUNICAÇÕES

18.1 - As comunicações recíprocas, somente serão consideradas quando efetuadas por escrito, por meio de correspondência ou documento de transmissão, mencionando-se o número e o assunto relativo a este Contrato, devendo ser protocoladas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO

19.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Paranatinga MT como único competente para dirimir qualquer litígio oriundo do presente Contrato, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem justas e contratadas, lavrou-se o presente instrumento em 02 (duas)

vias de igual teor e forma, para que produza os efeitos de direito.

Gaúcha do Norte MT, 15 de julho de 2019.

RONALDO COELHO SANTOS

CNPJ: 16.811.048/0001-10

CONTRATADA

MUNICÍPIO DE GAÚCHA DO NORTE

VONEY RODRIGUES GOULART

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

TESTEMUNHAS: 1) _____CPF: _____

2) _____ CPF: _____

_____

FISCAL DO CONTRATO

OBRAS

PORTARIA MUNICIPAL Nº. 182/2019.

DISPÕE SOBRE NOMEAÇÃO DE FISCAL DA OBRA CITADA ABAIXO E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE,

Art. 1º - Fica Nomeado O Sr. **LEANDRO GONÇALVES LOPES,** brasileiro, filho de Claudionor Lopes e Lais Gonçalves da Silva Lopes, nascido em 01/09/1992, portador do RG N° 1813757 SSP/MS, do CPF: 035.930.741-84, e CREA-SP: 2616.4323-66 como **FISCAL DA OBRA** da Reforma da Escola Municipal Botuverá, perímetro Rural do município de Gaúcha do Norte - MT, a partir de 15/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 15 de julho de 2019.

PORTARIA MUNICIPAL Nº.185 /2019

DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE GERENTE DE TRIBUTOS E, DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Voney Rodrigues Goulart, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte-MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas em Lei.

RESOLVE,

Art. 1º - Fica Exonerado o Sr. Nilmar Michel do Nascimento**,** brasileira, filha de Francisca Delmiro do Nascimento e Elizeu Felipe do Nascimento, nascida em 08/02/1984, portador do RG N° 15656640 SSP/MT e CPF: 004.490.551-32, do Cargo de Secretário Municipal de Infra Estrutura, a partir de 15/07/2019.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 15 de julho de 2019.

LEI Nº. 908/2019 - REPARO NA MT-129 FORA DOS LIMITES DO MUNICÍPIO

LEI Nº. 908, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Sancionada e Publicada em 15/07/2019

"Dispõe sobre autorização para o poder Executivo Municipal realizar obras de reparo na MT-129, fora dos limites do município de Gaúcha do Norte-MT, e da outras providencias."

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores em sessão de 24/06/2019, aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado, durante o período de 30 (trinta) dias a partir da publicação desta lei:

I - A executar obras de reparo na rodovia não pavimentada MT-129 fora dos limites do Município de Gaúcha do Norte-MT;

II – Deslocar maquinário de propriedade do município para a execução dos reparos necessários;

III – Utilizar-se de material e mão de obra necessária para a mantença da rodovia não pavimentada;

§ 2º - As obras de recuperação emergencial ocorreram as expensas da Secretaria de Obras e Infraestrutura.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

.

Gabinete do Prefeito.

Gaúcha do Norte, 15 de julho de 2019.

Voney Rodrigues Goulart

Prefeito Municipal

PORTARIA MUNICIPAL Nº183/2019

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

VONEY RODRIGUES GOULART, Prefeito Municipal de Gaúcha do Norte - MT, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve baixar:

PORTARIA:

Art. 1° - Conceder a servidora **SIRLENE PINHO DA SILVA**,brasileira, nascida em 29/09/1979, portadora do RG 16778103 SSP/MT e do CPF: 007.840.151-80, Servidora Pública Comissionada no cargo de **Chefe de Departamento/Gerente,** Lotada no Detran, gozo de 30 (trinta) dias de férias no período de 16/07/2019 à 14/08/2019, com data prevista para retorno em 15/08/2019.

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em Contrário.

Gaúcha do Norte-MT, 15 de julho de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO

LEI N° 968/2019

LEI Nº 968/2019 DE, 15 DE JULHO DE 2019.

"Revoga a Lei Municipal n° 649/2011 e estabelece nova delimitação para o perímetro urbano da cidade de General Carneiro e dá outras providências"

MARCELO DE AQUINO, Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º – Fica revogada em sua totalidade a Lei Municipal n° 649/2011, de 27 de setembro de 2011, que delimita o Município de General Carneiro.

Art. 2° – O Perímetro Urbano da cidade de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, passa a vigorar com os limites constantes no Anexo I, parte integrante desta lei.

Art. 3° - Fica determinado e demarcado o Plano de Expansão Territorial Urbano, assim descrito.

Art. 4° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário, em especial, a Lei Municipal n° 649/2011.

General Carneiro, 15 de julho de 2019.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Marcelo de Aquino

Prefeito

LEI N° 967/2019 REURB

LEI Nº 967/2019 DE, 15 DE JULHO DE 2019.

Autoriza o Poder Executivo Municipal, conforme a Lei Federal n° 13.465/2017, a Regularização Fundiária Urbana (REURB) dos loteamentos de interesse social e específico e das ocupações dos terrenos situados no Município, conforme REURB-S (Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social) e REURB-E (Regularização Fundiária Urbana de Interesse Específico), com a emissão de Título Definitivo de Propriedade dos Loteamentos e Conjuntos Habitacionais e Lotes Urbanos no Município de General Carneiro-MT.

MARCELO DE AQUINO, Prefeito de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, no uso da atribuição que lhe confere o art. 75, inciso IX da Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele, em seu nome, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal de General Carneiro, Estado de Mato Grosso, autorizado a instituir normas e procedimentos aplicáveis a Regularização Fundiária Urbana (REURB) no município a qual abrange medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e a titulação de seus ocupantes, de acordo com os critérios contidos nesta Lei combinados com a Lei Federal nº 13.465/2017 e suas posteriores alterações, demais leis e regulamentos Federal, Estadual e Municipal.

Art. 2º - São passíveis de regularização, nos termos desta Lei, somente as ocupações localizadas no perímetro urbano do município, seu distrito e aldeias, sendo os loteamentos de interesse social, específico e as ocupações dos terrenos situadas no município, todos de propriedade do Município de General Carneiro registrados no 1º Serviço Registral de Barra do Garças–MT.

§ 1º - O Executivo Municipal formulará e desenvolverá no espaço urbano as políticas de suas competências de acordo com os princípios de sustentabilidade econômica, social e ambiental e ordenação territorial, buscando a ocupação do solo de maneira eficiente, combinando seu uso de forma funcional.

§ 2º - A REURB é promovida mediante legitimação fundiária e somente poderá ser aplicada para os núcleos urbanos informais comprovadamente existentes até 22 de dezembro de 2016.

Art. 3º - Constitui objetivo da REURB:

I - Identificar os núcleos urbanos informais que devem ser regularizados, organizá-los e assegurar a prestação de serviços públicos aos seus ocupantes, de modo a melhorar as condições urbanísticas e ambientais em relação à situação de ocupação informal anterior;

II - Criar unidades imobiliárias e constituir sobre elas direitos reais em favor dos seus ocupantes;

III - ampliar o acesso a terra urbanizada pela população de baixa renda, de modo a priorizar a permanência dos ocupantes nos próprios núcleos urbanos informais regularizados;

IV - Promover a integração social e a geração de emprego e renda;

V - Estimular a resolução extrajudicial de conflitos, em reforço à consensualidade e à cooperação entre Estado e Sociedade;

VI - Garantir o direito social à moradia digna e às condições de vida adequadas; **VII -** garantir a efetivação da função social da propriedade;

VIII - ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes;

IX - Concretizar o princípio constitucional da eficiência na ocupação e no uso do solo; **X -** Prevenir e desestimular a formação de novos núcleos urbanos informais; **XI -** conceder direitos reais, preferencialmente em nome da mulher;

XII - franquear participação dos interessados nas etapas do processo de regularização fundiária.

Art. 4º - Para fins desta Lei, consideram-se:

I - Núcleo urbano: assentamento humano, com uso e características urbanas, constituído por unidades imobiliárias de área inferior à fração mínima de parcelamento prevista na Lei n° 5.868, de 12 de dezembro de 1972, independentemente da propriedade do solo, ainda que situado em área qualificada ou inscrita como rural;

II - Núcleo urbano informal: aquele clandestino, irregular ou no qual não foi possível realizar, por qualquer modo, a titulação de seus ocupantes, ainda que atendida a legislação vigente à época de sua implantação ou regularização;

III - Núcleo urbano informal consolidado: aquele de difícil reversão, considerados o tempo da ocupação, a natureza das edificações, a localização das vias de circulação e a presença de equipamentos públicos;

IV - Demarcação urbanística: procedimento destinado a identificar os imóveis públicos e privados abrangidos pelo núcleo urbano informal e a obter a anuência dos respectivos titulares de direitos inscritos na matrícula dos imóveis ocupados, culminando com averbação na matrícula destes imóveis da viabilidade da regularização fundiária a ser promovida a critério do município;

V - Certidão de Regularização Fundiária (CRF): documento expedido pelo Município ao final do procedimento da REURB, constituído do projeto de regularização fundiária aprovado, do termo de compromisso relativo à sua execução e, no caso da legitimação fundiária e da legitimação de posse, da listagem dos ocupantes do núcleo urbano informal regularizado, da devida qualificação destes e dos direitos reais que lhes foram conferidos;

VI - Legitimação de posse: ato do poder público destinado a conferir título, por meio do qual fica reconhecida a posse de imóvel objeto da REURB, conversível em aquisição de direito real de propriedade na forma Lei, com a identificação de seus ocupantes, do tempo da ocupação e da natureza da posse;

VII - legitimação fundiária: mecanismo de reconhecimento da aquisição originária do direito real de propriedade sobre unidade imobiliária objeto da REURB;

VIII - ocupante: aquele que mantém poder de fato sobre lote ou fração ideal, com ou sem edificação, de terras públicas ou privadas em núcleos urbanos informais.

Art. 5º - Para fins da REURB, ficam dispensadas as exigências relativas ao percentual e às dimensões de áreas destinadas ao uso público e o tamanho mínimo dos lotes a serem regularizados, assim como a outros parâmetros urbanísticos e edilícios, previstos pelas legislações Federal, Estadual e Municipal.

Art. 6º - A REURB compreende duas modalidades:

I - REURB de Interesse Social (REURB-S) – regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal; e

II - REURB de Interesse Específico (REURB-E) - regularização fundiária aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados por população não qualificada na hipótese de que trata o inciso I deste artigo.

§ 1º - Na REURB, fica admitido o uso misto de atividades e de modalidades em núcleos urbanos informais, como forma de promover a integração social e a geração de emprego e renda no núcleo urbano informal regularizado.

§ 2º - O enquadramento da modalidade de regularização fundiária atinente ao imóvel ocupado pelo beneficiário, se de interesse social ou de interesse específico, será definido pelo setor competente da Prefeitura Municipal após análise dos documentos apresentados.

Art. 7º - Serão considerados de baixa renda para fins de regularização fundiária de interesse social (REURB-S), o beneficiário cuja renda mensal familiar não ultrapasse 3 (três) salários mínimos e não possua outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo único. A análise e relatório da renda familiar para enquadramento na modalidade REURB-S será feito e assinado por profissional da área de Assistência Social.

Art. 8º - Documentos básicos necessários a serem apresentados pelo beneficiário:

I – Formulário devidamente preenchido, fornecido pela Prefeitura Municipal;

II – Cópia da Guia de Arrecadação do IPTU;

III - Cópia dos Títulos, Contrato de Compra e Venda, Recibo ou documento equivalente à aquisição do imóvel, se houver;

IV – Cópia dos documentos pessoais, inclusive dos cônjuges, e cópia de certidão de nascimento, casamento e declaração de união estável, quando necessário;

V – Comprovantes de endereço, (luz, água ou telefone);

VI – Termo de Responsabilidade sobre toda informação e documentação apresentada;

VII – Comprovantes de renda do titular e dos demais membros família;

VIII – Declaração positiva ou negativa de propriedade de outro imóvel urbano ou rural.

Parágrafo único. O Município promoverá assistência aos beneficiários para esclarecimentos e facilitação na preparação da documentação necessária para a regularização e consequente registro imobiliário.

Art. 9º - Poderá ser objeto de REURB em área pública ou privada, as áreas ocupadas com finalidade não residencial quando reconhecido em ato do Poder Executivo o interesse público de sua ocupação.

Art. 10 - Os imóveis do município objeto da REURB-E que forem objeto de processo de parcelamento reconhecido pela autoridade pública poderão ser, no todo ou em parte, vendidos diretamente aos seus ocupantes, dispensados os procedimentos exigidos pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993.

§ 1º - A venda aplica-se unicamente aos imóveis ocupados até 22 de dezembro de 2016, exigindo-se que o usuário seja regularmente inscrito no cadastro imobiliário e esteja em dia com suas obrigações para com o fisco municipal.

I – O valor da venda dar se a sobre o valor venal do imóvel correspondente ao IPTU do ano.

§ 2º - A venda direta de que trata este artigo somente poderá ser concedida para, no máximo, dois imóveis, regularmente cadastrados em nome do beneficiário no Setor de Cadastro, Tributação e Fiscalização, acima do máximo permitido será acrescido 50% do valor venal do imóvel.

§ 3º - O imóvel objeto da venda direta de que trata este artigo ficará com o Município a propriedade fiduciária dos bens alienados até a quitação integral, na forma do § 4º deste artigo.

§ 4º - Para ocupantes com renda familiar acima de 3 (três) salários mínimos, a aquisição poderá ser realizada à vista ou em até 06 (seis) parcelas mensais consecutivas.

§ 5º - O valor da parcela será corrigido pelo mesmo índice de atualização monetário aplicado anualmente ao IPTU.

§ 6º - O valor da parcela será cobrado mensalmente em forma de DAM (Documento de Arrecadação Municipal) via bancária.

§ 7º - Nos casos de condomínio edilício privado, as áreas comuns, excluídas suas benfeitorias, serão adicionadas na fração ideal da unidade privativa correspondente.

Art. 11 - Fica também autorizado ao Poder Executivo implementar no âmbito do Programa de Regularização Fundiária, a alienação dos imóveis públicos ocupados por organizações religiosas (igrejas), apenas para situações já consolidadas, devendo ser utilizados os instrumentos jurídicos previstos no art. 3º, observado sempre os demais requisitos da presente Lei, da Lei Federal 13.465/2017, e demais legislações.

Art. 12 - No procedimento de regularização fundiária de organizações religiosas, seus representantes legais deverão apresentar requerimento à Subsecretaria de Terras e Assuntos Fundiários para a aquisição do respectivo imóvel, contendo cópia dos atos constitutivos e documentos pessoais dos representantes legais, comprovante de endereço da entidade, cópia da matrícula do imóvel e a declaração das principais atividades exercidas pela organização além das funções de cunho religioso.

Parágrafo único. No pedido administrativo encaminhado a Subsecretaria de Terras e Assuntos Fundiários, descrito no caput, a organização religiosa deverá demonstrar quando se deu o início de suas atividades e o ânimo de continuá-las, bem como revelar a que título ocupa um imóvel público, a exemplo da doação, concessão de direito real de uso, ou outra forma precária de ocupação, além de comprovar que as construções civis da igreja estão devidamente regularizadas junto ao Fisco Municipal (Departamento de Engenharia).

Art. 13 - A Subsecretaria de Terras e Assuntos Fundiários juntamente com o Departamento de Engenharia deverá certificar a existência da organização religiosa, não somente as construções civis e sua regularidade, mas também as efetivas atividades exercidas pela igreja e o tempo já decorrido da mesma (situação consolidada).

Art. 14 - Para a efetivação da regularização fundiária das organizações religiosas, nos moldes preconizados pela presente Lei, deverá ser observado se a ocupação do respectivo imóvel público é anterior ao dia 22 de dezembro de 2016, conforme autorizado pela Lei Federal n° 13.465/2017.

Art. 15 - Independentemente do instrumento de regularização fundiária utilizado pela Administração Municipal para a transmissão do domínio dos imóveis para as organizações religiosas, conforme descrito no art. 13 deverá conter prévia avaliação do imóvel por Comissão Municipal instituída para tanto, bem como a demonstração do interesse público pelo Poder Executivo, nos moldes do art. 17, da Lei Federal n. 8.666/1993.

Parágrafo único. A avaliação do imóvel deverá observar as determinações contidas no § 1º, do art. 4º.

Art. 16 - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar por decreto, os atos necessários à Regularização Fundiária Urbana (REURB).

Parágrafo Único – Aplica-se subsidiariamente a esta Lei, as normas contidas nas Leis e Regulamentos Federais e Estaduais, atinentes à Regularização Fundiária Urbana (REURB).

Art. 17 – As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão à conta de dotações consignadas no orçamento do Município ou em seus créditos adicionais.

Art. 18º – Serão isentos de taxas e preços públicos os beneficiários da REURB-S.

Parágrafo Único – Serão também isentos de taxas e preços públicos, independentemente da renda do grupo familiar, os beneficiários que possuírem doenças graves tais como: Neoplasia Maligna (Câncer); Espondiloartrose anquilosante; Estado Avançado da Doença de Paget (Osteíte Deformante); Tuberculose Ativa; Hanseníase; Alienação Mental; Esclerose Múltipla; Cegueira; Paralisia Irreversível e Incapacitante; Cardiopatia Grave; Doença de Parkinson; Nefropatia Grave; Síndrome da Deficiência Imunológica Adquirida (AIDS); Contaminação por radiação, com base em conclusão da medicina especializada; Hepatopatia Grave; e Fibrose Cística (Mucoviscidose), todas devidamente comprovadas por meio de laudo médico especializado.

Art. 19 – O Poder Executivo Municipal poderá criar preço público para custeio das despesas oriundas com a REURB-E.

Art. 20 - O Poder Executivo Municipal poderá regulamentar por decreto, os atos necessários à Regularização Fundiária Urbana (REURB).

Art. 21 – Aplica-se subsidiariamente a esta Lei, as normas contidas nas Leis e Regulamentos Federais e Estaduais, atinentes à Regularização Fundiária Urbana (REURB).

Art. 22 - As despesas decorrentes com a Titularização de propriedade do imóvel, tais como, ITBI, registros e outras, correrão por conta do ocupante da área.

Art. 23 - Não serão passíveis de regularização, nos termos desta Lei, as ocupações que recaiam sobre áreas:

I - Contenham acessões ou benfeitorias municipais, estaduais ou federais;

II - Áreas comunitárias,

III - Áreas de APP (Área de Preservação Permanente).

Parágrafo Único - Os beneficiários dos lotes e das edificações construídas através de programas habitacionais, se não for o primeiro beneficiário, para o processo de Regularização, deverá passar por avaliação prévia do Conselho Municipal de Habitação ou do órgão Municipal competente que deliberará a quem de direito deve se dar a titularização de propriedade definitiva do imóvel.

Art. 24 - Os lotes regularizados nos termos do REURB-S desta Lei, que fazem parte de programas habitacionais não poderão em hipótese alguma ser doados ou vendidos, ou ser objeto de quaisquer negócios, por um período de 05 (cinco) anos, contados a partir da data da Titularização de propriedade do imóvel.

Art. 25 - Caso o donatário queira liberar o lote da restrição, constante do artigo 19º desta Lei, terá que recolher aos cofres do Município, o valor correspondente a 30 (trinta) UPF's (Unidade Padrão Fiscal), a título de ressarcimento de despesas, com a implantação de infraestrutura urbana, realizada no referido loteamento.

Art. 26 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

General Carneiro, 15 de julho de 2019.

Registre-se.

Publique-se.

Cumpra-se.

Marcelo de Aquino

Prefeito

AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO PRESENCIAL 019/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N.º 019/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A PREFEITURA MUNICIPAL DE GENERAL CARNEIRO-MT, através do seu **PREGOEIRO,** torna público, para conhecimento de todos os interessados, quefará realizar licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL para ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, **às 08h00min (Brasília) do dia 26 de julho de 2019**, na sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, à Avenida Delson Rodrigues s/n , Centro, General Carneiro /MT, conforme descrito neste edital e seus anexos, de conformidade com as Leis 10.520/2002, 8.666/93. O **credenciamento** será feito das **07h30 às 08h00 (horário de Brasília)**.

OBJETO DA LICITAÇÃO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS GRÁFICOS VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SE-

CRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E DEMAIS SECRETARIAS E DEPARTAMENTOS DO MUNICÍPIO DE GENERAL CARNEIRO – MT.

RETIRADA DO EDITAL: Através do site oficial da prefeitura municipal: www.generalcarneiro.mt.gov.br, solicitação via e-mail: cpl@generalcarneiro.mt.gov.br e Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de General Carneiro, das 07h00min às 11h00 e 13:00 às 17:00.

INFORMAÇÕES: As empresas interessadas poderão solicitar informações junto a Comissão de Licitação, Pregoeiro e Equipe de Apoio pelo fone abaixo.

TELEFONE PARA CONTATO: (0**66)3416-1215 /1153

General Carneiro - MT, 15 de julho de 2019

ELIEZIO DIAS DA SILVA

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARANTÃ DO NORTE

AVISO DE LICITAÇÃO DESERTA E REPETIÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 045/2019 - SRP

O Município de Guarantã do Norte representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados, que o **Pregão Presencial nº 045/2019** cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa para prestação de SERVIÇOS DE HORAS MÁQUINAS, para atender as necessidades da Administração Municipal**, conforme especificações detalhadas e constantes no Termo de Referência (**Anexo I**), não houve nenhum interessado em participar do certame, ocasionando em uma licitação **DESERTA.** Diante do exposto**,** comunica aos interessados que a nova sessão de abertura realizar-se-á em ***25/07/2019 às 08h00 (horário de mato grosso).*** O processo Administrativo referente à licitação acima, encontra-se a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, n° 135, Bairro Jardim Vitória, neste município de Guarantã do Norte/MT, de segunda à sexta-feira no horário de atendimento ao público ou quanto a esclarecimentos (dúvidas), ligar no telefone (66) 3552-5135. Guarantã do Norte/MT, 15 de julho de 2019.***Gislaine Ascanio/Pregoeira.***

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2019-SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial **nº 041/2019-Srp**, obteve o seguinte resultado:**A empresa COXIPÓ MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 153.294,72 (cento e cinquenta e três mil duzentos e noventa e quatro reais e setenta e dois centavos).**

A empresa SIRLENE SANTOS ZANE EIRELI sagrou-se vencedora com o valor global **de R$ 272.375,75 (duzentos e setenta e dois mil trezentos e setenta e cinco reais e setenta e cinco centavos).**

A empresa DELVALLE MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA – EPP sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 153.682,25 (cento e cinquenta e três mil seiscentos e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos).

A empresa IVAN GUIA LEMOS DA SILVA & CIA LTDA ME sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 186.229,27 (cento e oitenta e seis mil duzentos e vinte e nove reais e vinte e sete centavos).

A empresa BURITI MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 51.621,90 (cinquenta e um mil seiscentos e vinte e um reais e noventa centavos).

A empresa COMETA CONSTRUÇÕES ELÉTRICAS E PRÉ-MOLDADOS LTDA sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 100,00 (cem reais) .

O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 15 de julho de 2019. ***Gislaine Ascanio – Pregoeira***.

RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 044/2019-SRP

O município de Guarantã do Norte/MT representado pela Prefeitura Municipal torna público para conhecimento dos interessados que o Pregão Presencial **nº 044/2019-Srp**, obteve o seguinte resultado A empresa UTILISSIMA COMÉRCIO DE VARIEDADES EIRELI sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 53.500,00 (cinquenta e três mil e quinhentos reais). A empresa C. A. MINETTO E CIA LTDA EPP sagrou-se vencedora com o valor global de R$ 51.771,50 (cinquenta e um mil setecentos e setenta e um reais e cinquenta centavos)**.** O processo Administrativo referente à licitação acima se encontra a disposição dos interessados na sala de licitações da referida Prefeitura, localizada na Rua das Oliveiras, 135, Bairro Jardim Vitória. Guarantã do Norte/MT, 15 de julho de 2019. ***Ana Raquel Cassol – Pregoeira***.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
TERMO DE ADESÃO/PARTICIPAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2019 – REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2019 -

CONSÓRCIO PÚBLICO DE SAÚDE VALE DO TELES PIRES

ADESÃO AS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO N° 012/2019 – REGISTRO DE PREÇOS N° 015/2019.

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ–MT, torna público para conhecimento dos interessados, a participação no Pregão Eletrônico n° 012/2019 – Registro de Preços n° 015/2019, promovido pelo Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, através do **PROCESSO DE ADESÃO N° 017/2019,** para **"AQUISIÇÃO DE MATERIAL/EQUIPAMENTO PERMANENTE PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ-MT"**, nas mesmas condições e valores pactuados nas Atas de Registro de Preços, abaixo:

Órgão Gerenciador: Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires – CNPJ: 23.019.551/0001-00.

Órgão Participante: Prefeitura Municipal de Itanhangá – CNPJ: 07.209.225/0001-00.

Objeto: A finalidade do presente Termo Aquisição de material / equipamento permanente para atender a demanda da Secretaria Municipal de Saúde, considerando que o município é órgão participante no Processo licitatório Pregão Eletrônico n° 012/2019 realizado pelo Consórcio Público de Saúde Vale do Teles Pires, considerando que as Atas de Registro de Preços encontram-se vigentes até a data de 26/04/2020.

EMPRESAS DETENTORAS DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS:

Ata De Registro De Preços N° 001/2019 – EMPRESA: AGUAMED COMERCIO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E ODONTOLÓGICOS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 25.137.947/0001-70, estabelecida na Rua Pedro Kuhnen, s/n°, bairro: Faz. Sacramento, no município de Aguas Mornas – SC – CEP: 88.150-000, neste ato representada pelo Sr. Eduardo Reynolds**,** portador da cédula de identidade RG nº 402.521-7 SSP/SC e inscrito no CPF sob o nº 065.734.119-35. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 5.792,00 (cinco mil setecentos e noventa e dois reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL: MODO DE OPERAÇÃO DIGITAL. BALANÇA PEDIATRICA DIGITAL ESPECIFICAÇÃO: FABRICADA EXCLUSIVAMENTE PARA PESAGEM DE CRIANÇAS MENORES DE 2 ANOS DE IDADE. CONSTRUIDA EM MATERIAL RESISTENTE E DE FÁCIL HIGIENIZAÇÃO.	02	Und	BALMAK	ELP25BB	R$ 698,00	R$ 1.396,00
02	BALANÇA PEDIATRICA DIGITAL CONCHA PVC 15KG DADOS TÉCNICOS:- CAPACIDADE: 20 KGGRADUAÇÃO: 10 G 20 KG 20 G- DIMENSÕES LXAXP: 552 X 156 X 341 MM- DIMENSÕES/BANDEJA LXAXP: 525 X 80 X 250 MM- DIMENSÕES/PLATAFORMA LXAXP: 280 X 65 X 250 MM- PESO: 2,5 KG- ALIMENTAÇÃO: 6 PILHAS AA ATÉ 20.000 PESAGENS- FUNÇÕES: TARA, BMIF, ESTAB	02	Und	BALMAK	ELP25BBPC	R$ 698,00	R$ 1.396,00
03	BISTURI ELÉTRICO ATÉ 165 W: FUNÇÃO BIPOLAR, MICROPROCESSADO, ALARMES, POTÊNCIA MÍNIMO DE 100 W	01	Und	EMAI	BP100PLUS	R$ 3.000,00	R$ 3.000,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 5.792,00 (cinco mil setecentos e noventa e dois reais).							

Ata De Registro De Preços N° 002/2019 – EMPRESA: BAGATOLI COMÉRCIO DE MÓVEIS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 09.053.748/0001-27, estabelecida na Rua Marcos Hosang, n° 18 – Sala 01, Bairro Seminário, CEP: 89.190-000, no município de Taio – SC, neste ato representada pela sócia administradora a Sra. Francieli Bagatoli, portadora da cédula de identidade RG nº 4.935.722-0 SSP/SC e inscrita no CPF: 069.220.449-08. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 1.135,20 (Hum mil cento e trinta e cinco reais e vinte centavos),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	CADEIRA ESTRUTURA FIXA, QUATRO PÉS EM TUBO DE AÇO, COM SAPATAS DESLIZANTES EM NYLON.	12	Und	METALCAD	FIXA	R$ 94,60	R$ 1.135,20
Valor total dos itens aderidos: R$ 1.135,20 (Hum mil cento e trinta e cinco reais e vinte centavos).							

Ata De Registro De Preços N° 003/2019 – EMPRESA: BIOMEDIC COMÉRCIO EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS MEDICO HOSPITALARES LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 37.457.918/0001-74, estabelecida na Rua Paraguaçu, n° 298, Bairro Pico do Amor, CEP: 78.065.085, no município de Cuiabá – MT, neste ato representada pela sócia administradora a Sra. Silvana Conceição de Figueiredo Kiesqui Zattar, portadora da cédula de identidade RG nº 0.743.423-5 SSP/MT e **inscrita no CPF: 769.062.051-53. O** valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 3.126,21 (três mil cento e vinte e seis reais e vinte e um centavos),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	FOCO DE LUZ PORTÁTIL - EQUIPAMENTO PROJETADO COM RODÍZIOS, QUE FACILITAM O DESLOCAMENTO, E COM REGULAGEM E ALTURA, QUE PROPICIA O DIRECIONAMENTO DO FOCO DE LUZ. PODE SER UTILIZADO EM QUALQUER AMBIENTE FÍSICO E É DESTINADO A HOSPITAIS, CONSULTÓRIOS E CLÍNICAS ONDE SE FAZ NECESSÁRIA ILUMINAÇÃO ADICIONAL.	04	Und	METALIC	MT530	R$ 291,06	R$ 1.164,24
02	MULETA CANADENSE ARTICULADA REGULÁVEL	02	Und	MEDICATE	MD138	R$ 129,00	R$ 258,00
03	MULETA INFANTIL	02	Und	MEDICATE	MD150	R$ 101,99	R$ 203,98
04	NEBULIZADOR DE 4 SAÍDAS COM CARRO SUPORTE E RODIZIO, MOTOR 1/4 HP, FLUXO DE AR LIVRE 45L/MIN, COMPRESSÃO MÁXIMA 40 LB/POL, ACOMPANHA ADAPTADOR PARA 4 SAÍDAS SIMULTÂNEAS E 4 KITS DE NEBULIZAÇÃO. 110/220V. PROCEDÊNCIA: NACIONAL GARANTIA: MÍNIMO DE 12 MESES	01	Und	INALAMED	INL-5004C	R$ 1.499,99	R$ 1.499,99
Valor total dos itens aderidos: R$ 3.126,21 (três mil cento e vinte e seis reais e vinte e um centavos).							

Ata De Registro De Preços N° 004/2019 – EMPRESA: DENTAL ALTA MOGIANA – COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 05.375.249/0001-03, estabelecida a Rod. Abrão Assed, KM 53 e 450mt – Sala 04, s/n°, Bairro Recreio Anhanguera, CEP: 14.097-800, no município de Ribeirão Preto - SP, neste ato representada pelo seu procurador Flávio José Servo, portador da cédula de identidade RG nº 17.455.356-0 SSP/SP e inscrito no CPF: 100.725.258-86. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA, APLICAÇÃO: EXAMES DE GINECOLOGIA, OBSTETRÍCIA, ABD? MEN, MEDICINA INTERNA, UROLOGIA, PEDIATRIA, VASCULAR, PEQUENAS PARTES, MUSCULOESQUELÉTICO, NEUROLOGIA.APARELHO DE ULTRASSONOGRAFIA DIGITAL, TRANSPORTÁVEL DE FÁCIL MANUSEIO TRANSPORTÁVEL SOBRE RODÍZIOS COM PUXADOR FRONTAL E TRASEIRO E QUE POSSUA AVANÇADA PLATAFORMA TECNOLÓGICA E PROPORCIONE QUALIDADE DE IMAGEM. TELA DE LCD DE NO MÍNIMO 19 POLEGADAS; PAINEL DE COMANDO ERGONOMICO, QUE PERMITA AJUSTES DE ALTURA, TECLADO NÃO RETRÁTIL DE OPERAÇÃO PROGRAMÁVEL DE ACORDO COM A NECESSIDADE DO USUÁRIO; IMAGENS TRIDIMENSIONAIS FREE HAND; TRANSDUTORES ELETRONICOS MULTIFREQUENCIAIS DE BANDA LARGA, TIPO CONVEXO E LINEAR E ENDOCAVITÁRIO; TRANSDUTORES MULTIFREQUENCIAIS COM SELEÇÃO ELETRONICA DE 3 DIFERENTES FREQUÊNCIAS PARA O MODO BIDIMENSIONAL 2D. FUNÇÃO HARMONICA DE TECIDO DE PULSO INVERTIDO PARA TODOS OS TRANSDUTORES; AJUSTES POSTERIORES EM IMAGENS CONGELADAS; MODOS DUPLEX E TRIPLEX, E INVERSÃO DE IMAGEM; DOPPLER COLORIDO COM MAPAS DE	01	Und	SAEVO	FT422 + 4 TRANSDUTORES	R$ 125.000,00	R$ 125.000,00

	COR, PERMITIR A VISUALIZAÇÃO DAS IMAGENS NOS MODOS B, M, DOPPLER PULSADO E POWER DOPPLER; MODOS DE IMAGEM B SIMPLES E DUAL, M/B, 4B, M, B/M/D, M/D, D, BCORDOPPLER EM TEMPO REAL MODO TRIPLEX; SOFTWARE PARA ARQUIVAMENTO DE IMAGENS; PÓS-PROCESSAMENTO DE IMAGEM; ESCALA DE CINZA COM 256 NÍVEIS; SOFTWARE PARA REDUÇÃO DE RUÍDOS NA IMAGEM; FRAME RATE: MÍNIMO 200FRAMES/SEGUNDO; DISCO RÍGIDO DE NO MÍNIMO 160GB; POSSIBILIDADE DE INCLUSÃO DE TEXTOS E EXECUTAR MEDIDAS EM IMAGENS ARMAZENADAS. GRAVADOR DE CD-RW INTEGRADO SEM ADAPTAÇÕES; MÍNIMO 04 PORTAS USB; TRÊS PORTAS ATIVAS PARA O ACIONAMENTO DE TRÊS TRANSDUTORES SELECIONÁVEIS PELO PAINEL VIA TECLADO, SEM A INTERRUPÇÃO DO EXAME, LIGADOS DIRETAMENTE NO APARELHO, SEM ADAPTADORES; PACOTE DE CÁLCULOS E VASCULARES COM TABELAS E PÁGINAS DE RELATÓRIO; PACOTE DE CÁLCULOS OBSTÉTRICOS, GINECOLÓGICOS COM TABELAS E PÁGINAS DE RELATÓRIO, CÁLCULOS PARA MULTIGESTAÇÃO E CURVA DE CRESCIMENTO FETAL; MANUAL DIGITA DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO COMPLETO E ATUALIZADO EM PORTUGUÊS; 01UM TRANSDUTOR CONVEXO ELETRONICO COM MULTIFREQUENCIAL BANDA LARGA DE 2,0 A 8,0 MHZ; 01UM TRANSDUTOR LINEAR ELETRONICO COM MULTIFREQUENCIAL BANDA LARGA DE 5,0 A 12,0 MHZ; 01UM TRANSDUTOR ENDOCAVITÁRIO ELETRONICO COM MULTIFREQUENCIAL BANDA LARGA DE 4,0 A 9,0 MHZ; TRANSDUTOR SETORIAL ELETRONICO COM MULTIFREQUENCIAL BANDA LARGA DE 2,0 A 4,0 MHZ, PACOTE DE MEDIDAS CARDÍACAS, MANUAL DIGITAL DE OPERAÇÃO EM PORTUGUÊS DO EQUIPAM						
Valor total dos itens aderidos: R$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais).							

Ata De Registro De Preços N° 006/2019 – EMPRESA: GUAPUI COMERCIO DE MOVEIS EIRELI – ME inscrita no CNPJ sob o nº 24.321.932/0001-02, estabelecida na Av. Julio Domingos de Campos, n° 6591-A, Bairro Pico do Amor, CEP: 78.150-538, no município de Várzea Grande – MT, neste ato representada pelo seu proprietário, o Sr. Giorgio Aldigueri Trentin, portador da cédula de identidade RG nº 1.572.746-7 SEJSP/MT e inscrito no CPF: 034.558.941-60. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 7.720,00 (sete mil setecentos e vinte reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	ARMARIO DE VITRINE ESTRUTURA DE ACO, TETO E FUNDO EM CHAPA DE ACO, LATERAIS E PORTAS DE VIDRO DE 3MM, COM 04 PRATELEIRAS EM VIDRO DE 4MM, REGULAVEIS, COM FECHADURA TIPO YALE, COM CHAVES, PARA ARMAZENAR INSTRUMENTOS HOSPITALARES	04	Und	JOTA	ARMARIO VITRINE	R$ 590,00	R$ 2.360,00
02	ARQUIVO C/ 4 GAVETAS SUPORTANDO 20 KG P/ PASTA SUSPENSA TAMANHO OFÍCIO, CONTENDO PORTA ETIQUETAS E PUXADORES ESTAMPADOS NAS GAVETAS, PUXADORES COM ACABAMENTO EM PVC NAS CORES CRISTAL OU GRAFITE, FECHADURA CILINDRICA COM TRAVAMENTO SIMULTÂNEO DAS GAVETAS	02	Und	JOTA	ANC-4	R$ 360,00	R$ 720,00
03	ARQUIVO, MATERIAL DE CONFECCAO ACO, 4 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSA, DESLIZAMENTO DA GAVETA TRILHO TELESCOPICO. GARANTIA DE 12 MESES.	08	Und	JOTA	ANC-4 T	R$ 430,00	R$ 3.440,00
04	LONGARINA 4 LUGARES SEM APOIO DE BRAÇO MATERIAL: POLIPROPILENO PRETO. GARANTIA DE 12 MESES	04	Und	JOTA	LONGARINA ERGOPLAX 4	R$ 300,00	R$ 1.200,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 7.720,00 (sete mil setecentos e vinte reais).							

Ata De Registro De Preços N° 007/2019 – EMPRESA: HOSPCOM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES EIRELI inscrita no CNPJ sob o nº 05.743.288/0001-08, estabelecida na Rua 104, n° 74, Bairro Setor Sul, CEP: 74.083-300, no município de Goiânia – GO , neste ato representada pelo seu proprietário, o Sr. Weverton Luiz Coelho, portador da cédula de identidade RG nº 3109409 SSP/GO e inscrito no CPF: 633.403.561-49. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 5.316,00 (cinco mil trezentos e dezesseis reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	ELETROCARDIOGRAFO:CARACTERÍSTICAS DO EQUIPAMENTO- NUMERO DE DERIVAÇÕES SIMULTNEAS 12; IMPEDNCIA DE ENTRADA MAIOR OU IGUAL A 8 MOHM. TAXA DE AMOSTRAGEM MAIOR OU IGUAL A 500 AMOSTRAS / SEGUNDO POR DERIVAÇÃO; RESOLUÇÃO DO CONVERSOR A/D MÍNIMO DE 12BITS; RESOLUÇÃO MENOR OU IGUAL A 5 MICROV/LSB; FAIXA DINMICA MAIOR OU IGUAL 10 MVPP; RUÍDO INTRÍNSECO 30 MICROVPP; REJEIÇÃO DE MODO COMUM 90 DB; FILTROS DIGITAIS NO MÍNIMO COM CORREÇÃO AUTOMÁTICA DA VARIAÇÃO DE LINHA DE BASE, ATENUAÇÃO DO RUÍDO MUSCULAR E ATENUAÇÃO DA INTERFERÊNCIA DE 60 HZ; ENTRADAS PROTEGIDAS CONTRA DESCARGA DE DESFIBRILADOR. ALIMENTAÇÃO ATRAVÉS DA INTERFACE USBSOFTWARE DRIVER E/OU API PARA ACESSO AOS DADOS DO EQUIPAMENTO DIRETAMENTE DA PORTA USB, DEVIDAMENTE HOMOLOGADO PELO NÚCLEO TELESSAÚDE MT DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO JÚLIO MULLER PARA UTILIZAÇÃO NOS SISTEMAS JÁ DESENVOLVIDOS. ACESSÓRIOS MÍNIMOS QUE DEVEM SER FORNECIDOS COM CADA UNIDADE DE ELETROCARDIÓGRAFO: 01 UM CONJUNTO DE ELETRODOS PERIFÉRICOS DO TIPO CLIP, COM QUATRO ELETRODOS. 01 UM CONJUNTO DE ELETRODOS PRECORDIAIS DO TIPO PERA, COM SEIS ELETRODOS. 01 UM CABO DE PACIENTE DE 12 DERIVAÇÕES SIMULTNEAS, COM 10 VIAS. 01 UMA MÍDIA CONTENDO O SOFTWARE DE ECG 01 UM CABO USB PARA CONEXÃO AO COMPUTADOR.	01	Und	MINDRAY	R3	R$ 5.316,00	R$ 5.316,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 5.316,00 (cinco mil trezentos e dezesseis reais).							

Ata De Registro De Preços N° 008/2019 – EMPRESA: HOSPI BIO INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS HOSPITALARES LTDA – EPP inscrita no CNPJ sob o nº 11.192.559/0001-87, estabelecida na Rua Topazio, n° 64, Bairro Conjunto Habitacional Cristal, CEP: 86.182-715, no município de Cambe – PR, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. Dalceu Gonsalves Ferreira, portador da cédula de identidade RG nº 41838760 SSP/PR e inscrito no CPF: 605.003.799-04. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	CAMA FOWLER HOSPITALAR 2 MANIVELAS COM GRADES E RODÍZIOS - 010C GDLZ: CAMA FOWLER CABECEIRA E PESEIRA EM AÇO DE 1,5MM DE ALTA RESISTÊNCIA. ESTRUTURA DO LEITO CONSTRUÍDO EM LONGARINAS DE AÇO DE 3MM PERFILADOS EM U. ESTRADO ARTICULADO EM CHAPA DE AÇO ASTM	06	Und	LEVITA	LV 76	R$ 2.300,00	R$ 13.800,00

Valor total dos itens aderidos: R$ 13.800,00 (treze mil e oitocentos reais).

Ata De Registro De Preços N° 009/2019 – EMPRESA: HOSPITRONICA – COMERCIO DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALAR LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 17.737.428/0001-14**, estabelecida na Avenida Celso Garcia Cid, n° 1523, Bairro: Centro, CEP: 86.010-490, no município de Londrina – PR**, neste ato representada pelo seu sócio administrador o Sr. Leandro Maria Claro**,** portador da cédula de identidade RG nº 9988516-5 e inscrito no CPF sob o nº 064.700.999-47. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	APARELHO DE ULTRASSOM E JATO DE BICARBONATO PARA PROFILAXIA, COM VÁLVULAS SOLENOIDES QUE CORTAM E LIBERAM INSTANTANEAMENTE A PASSAGEM DE AR E ÁGUA, FAZENDO COM QUE A MISTURA DE AMBOS SE DÊ SOMENTE NA SAÍDA PARTE EXTERNA DA CANETA DE BICARBONATO. O ULTRA	02	Und	ORTUS	BIOSCALER SB / ANVISA: 80164030008	R$ 1. 670,00	R$ 3. 340,00
02	AUTOCLAVE DIGITAL SUPER TOP 60 LITROS - CAMARAS DE ESTERILIZAÇÃO EM AÇO INOXIDÁVEL. - PAINEL DIGITAL LCD, COM TECLADO DE MEMBRANA PARA O CONTROLE DE PARMETROS DOS CÍCLOS, COM MENSAGENS VISUAIS E SONORAS - CONTROLE DO CICLO AUTOMÁTICO ATRAVÉS DE MICROPRO-CESSADOR ELETRONICO, COM GRANDE LIBERDADE DE CICLOS PROGRAMÁ-VEIS.- FECHO DA TAMPA DE TRIPLO ESTÁGIO E PORTA COM CONSTRUÇÃO DUPLA TOTALMENTE EM AÇO CARBONO E AÇO INOX LAMINADOS.- SECAGEM PROGRAMÁVEL DO MATERIAL, COM OPÇÃO DE CICLOS EXTRAS.- GUARNIÇÃO EM SILICONE VULCANIZADO FIXADA NA CMARA DE ESTERILIZAÇÃO- ATUAÇÃO DESCONTÍNUA DA RESISTNCIA DURANTE O CICLO PARA MENOR CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA- UTILIZA ÁGUA LIMPA A CADA CICLO PARA MELHOR QUALIDADE DE VAPOR.- DIVERSOS SISTEMAS DE SEGURANÇA AUTOMÁTI-COS, COM MENSAGENS DE ERRO VISUAIS E SONORAS.- PRODUTO RESISTEN-TE, DE FÁCIL INSTALAÇÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO.- APRESENTAÇÃO TAMBÉM NAS VERSÕES BEAUTYCLAVE SALMÃO, BEAUTYCLAVE ROSA E TAT-TOOCLAVE.VOLTAG M: 110 V - REFERENCIA : STERMAX	01	Und	DIGITALE / FABRICANTE: BS EQUIPAMENTOS	6.0 (60 LI-TROS) / ANVISA: 80360560002	R$ 6. 160,00	R$ 6. 160,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 9.500,00 (nove mil e quinhentos reais).							

Ata De Registro De Preços N° 010/2019 – EMPRESA: I. L. MENDES JUNIOR EIRELI – ME inscrita no CNPJ sob o nº 17.184.211/0001-24, estabelecida na Av. São Sebastião, n° 233, Bairro: Centro, CEP: 83.420-000, no município de Quatro Barras – PR, neste ato representada pelo seu proprietário, o Sr. Inacio Lindolfo Mendes Junior, portador da cédula de identidade RG nº 2059975-8 SSP/PR e inscrito no CPF: 343.195.811-72. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 10.299,74 (dez mil duzentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	AUTOCLAVE HORIZONTAL DIGITAL EM INOX COM CAPACIDADE PARA 42 LITROS COM 9 CI-CLOS PRÉ-PROGRAMADOS 220 VOLTS GARANTIA DE NO MÍNIMO 1 ANO	02	Und	Stermax	42ASE220	R$ 3. 899,87	R$ 7. 799,74
02	IMPRESSORA LASER COLORIDA, A3 30 PPM VELOCIDADE DE IMPRESSAO: NO MINIMO 10 PAGINAS POR MINUTO COLORIDA E 10 PAGINAS POR MINUTO MONOCROMATICA EM A4 OU CARTA ALIMENTACAO DE PAPEL: 01 GAVETA FRONTAL COM CAPACIDADE PARA 100 FOLHAS SAIDA DE PAPEL 100 FOLHAS ORIGINAIS E COPIAS:A3, A4, CARTA E OFICIO ALI-MENTADOR DE ORIGINAIS: AUTOMATICO SISTEMA DE IMPRESSAO:A LASER COLORIDA MEMORIA: 256 MB RESOLUCAO: 600 X 600 DPI LINGUAGEM DE IMPRESSAO: PCL 6 E POSTSCRIPT 3 PROTOCOLO DE REDE: TCP/IP E SNMP CONECTIVIDADE: USB 2.0, ETHER-NET 10/100 PAINEIS DE CONTROLE: FRONTAL COM BOTOES, DISPLAY E LEDS PARA EXIBI-CAO DO STATUS OPERACIONAL CAPACIDADE DE IMPRESSAO: 15.000 PAGINAS POR MES IMPRESSAO CONFIDENCIAL PERMITIR IMPRESSAO CONFIDENCIAL COM USO DE SENHA	01	Und	Xerox	6510DN	R$ 2. 500,00	R$ 2. 500,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 10.299,74 (dez mil duzentos e noventa e nove reais e setenta e quatro centavos).							

Ata De Registro De Preços N° 011/2019 – EMPRESA: INDREL INDÚSTRIA DE REFRIGERAÇÃO LONDRINENSE LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 78.589.504/0001-86**, estabelecida na Av. Tiradentes, n° 4455, Bairro: Setor Industrial, CEP: 86.072-360, no município de Londrina – PR, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. Joao Fernando Rapcham, portador da cédula de identidade RG nº 6.415.936-4 SESP/PR e inscrito no CPF: 033.374.979-00. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 5.999,00 (cinco mil novecentos e noventa e nove reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:**

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	CAMARA DE CONSERVACAO DE IMUNOBIOLOGICOS: CMARA PARA CONSERVACAO DE IMU-NOBIOLOGICOS A SER DESTINADO PARA AS SALAS DE VACINAS DAS UNIDADES BASICAS DE SAUDE E REDE DE FRIOS. CAPACIDADE INTERNA: 120 LITROS. FUNCIONAMENTO EM RE-DE DE ENERGIA: 127/220 W VOLTS	01	Und	INDREL	RVV11D	R$ 5. 999,00	R$ 5. 999,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 5.999,00 (cinco mil novecentos e noventa e nove reais).							

Ata De Registro De Preços N° 012/2019 – EMPRESA: INSTRAMED INDUSTRIA MEDICO HOSPITALAR LTDA inscrita no CNPJ sob o nº 90.909. 631/0001-10, estabelecida na Beco Jose Paris, n° 339, Bairro: Sarandi, CEP: 91.140-310, no município de Porto Alegre – RS, neste ato representada pelo seu procurador, o Sr. Arthur Jorge de Almeida Moraes, portador da cédula de identidade RG nº 04051788-0 SSP/RS e inscrito no CPF: 511.125.237-15. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 5.009,00 (cinco mil e nove reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO DEA COM DISPLAY LCD E TRAÇADO.- ECG. PROJETADO PARA ATENDIMENTO EM EMERGÊNCIAS CARDÍACAS E APLICAÇÃO COM USO DE PÁS ADESIVAS. COM SISTEMA AUTOMÁTICO DE AVALIAÇÃO DE ECG, QUE DE-TECTA COMPLEXOS QRS E IDENTIFICA AUTOMATICAMENTE ARRITMIAS MALÍGNAS QUE NECESSITAM DE DESFIBRILAÇÃO AUTOMÁTICA.EQUIPAMENTO COMPACTO, LEVE, POR-TÁTIL, MICRO PROCESSADO, ADAPTAVEL A QUALQUER PACIENTE.	01	Und	INSTRAMED	ISIS	R$ 5. 009,00	R$ 5. 009,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 5.009,00 (cinco mil e nove reais).							

Ata De Registro De Preços N° 013/2019 – EMPRESA: MAXIMUS ESPORTES COMERCIO LTDA – EPP inscrita no CNPJ sob o nº 08.738.035/0001-34, estabelecida na Rua da Guarani, n° 2035, Bairro: Ferraria, CEP: 83.608-680, no município de Campo Largo – PR, neste ato representada pela sua sócia administradora, a Sra. Vanuza de Oliveira, portadora da cédula de identidade RG nº 73484502 SSP/PR e inscrita no CPF: 020.748.179-24. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 904,84 (novecentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	BALANÇA DE BIOIMPEDANCIA ATE 150KG. BALANÇA DIGITAL BIOIMPEDÂNCIA - BALANÇA DE CONTROLE CORPORAL CORPO INTEIRO, PERMITE A MEDIÇÃO MAIS PRECISA E COMPLETA UTILIZANDO A IMPEDÂNCIA BIOELETRICA ATRAVÉS DAS MÃOS E PÉS, EM VEZ DE SOMENTE PÉS COM 7 PARÂMETROS CORPORAIS, TAIS COMO: PESO CORPORAL, GORDURA CORPORAL, ÍNDICE DE MASSA CORPORAL IMC, MÚSCULO ESQUELÉTICO, GORDURA VISCERAL, METABOLISMO BASAL E IDADE CORPORAL	05	Und	G-tech	G-tech	R$ 177,00	R$ 885,00
02	CONE DERMACATÓRIO DE AGILIDADE 18CM - MODELO: LS3876/18 COR: AMARELO ALTURA: 18CM PESO: 0,044KG	04	Und	Liveup	Liveup	R$ 4,96	R$ 19,84
Valor total dos itens aderidos: R$ 904,84 (novecentos e quatro reais e oitenta e quatro centavos).							

Ata De Registro De Preços N° 014/2019 – EMPRESA: MED LIFE INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS EIRELI – ME inscrita no CNPJ sob o nº 23.191.397/0001-41, estabelecida na Al das Gardênias, n° 815, Bairro: Residencial Maria Monteiro, CEP: 75.384-627, no município de Trindade – GO, neste ato representada pelo seu proprietário, o Sr. Gabriel Soares Evangelista, portador da cédula de identidade RG nº 1163118 SESP/GO e inscrito no CPF: 208.861.013-87. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 40.460,92 (quarenta mil quatrocentos e sessenta reais e noventa e dois centavos).,sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	ARMÁRIO DE AÇO 2 PORTAS, COM 4 PRATELEIRAS SENDO 1 FIXA E 3 REGULAVEIS, 1,98 X 1,18 X 0,40 A X L X P, PUXADOR NA PORTA, FECHADURA CILINDRICA COM CHAVE, PINTURA EM ESMALTE SINTÉTICO, CHAPA DE AÇO. COR CINZA. GARANTIA DE 12 MESES.	10	Und	IDEAL	PA120	R$ 500,00	R$ 5.000,00
02	ARQUIVO COM 08 GAVETAS PARA PASTA SUSPENSA EM MADEIRA OU MDF COM NO MÍNIMO 16 MM DE ESPESSURA, MEDINDO 92 CM LARGURA X 140 CM ALTURA X 60 CM PROFUNDIDADE; COM RODÍZIOS RODINHAS DE SILICONE SEM TRAVA E 10 CM ALTURA, PUXADOR DAS GAVETAS EM ALUMÍNIO.	02	Und	MED LIFE	ARG8	R$ 845,47	R$ 1.690,94
03	BANCO GIRATÓRIO 04 PÉS SEM RODIZIOS ASSENTO ESTOFADO COM REVESTIMENTO EM COURVIM PRETO E ALTURA REGULÁVEL COM SISTEMA DE ROSCA DE 7/8; PÉS EM TUBO DE AÇO CARBONO DE 7/8 X 1,20MM COM PONTEIRAS PLÁSTICAS; ACABAMENTO: PINTADO COM ESMALTE SINTÉTICO EXTRA RÁPIDO. DIMENSÕES: 0,31CM ASSENTO - 0,50M ALTURA MÍN. - 0,65M ALTURA MÁX.	02	Und	MED LIFE	BC01	R$ 130,98	R$ 261,96
04	BANCO MOCHO BASE INJETADA, DOTADA DE 05 RODIZIOS GIRATORIOS DE 2, COM APOIO PARA OS PÉS CIRCULAR EM ACO INOXIDAVEL. REGULAVEL EM ALTURA ATRAVES DE PISTAO A GAS. ASSENTO EM FIBERGLASS COM ACABAMENTO EM GEL COAT. ALTURA MINIMA: 560 MM X ALTURA MAXIMA: 820	04	Und	MED LIFE	2001	R$ 239,00	R$ 956,00
05	BANQUETA GIRATORIA CROMADA P/ MESA GINECOLOGICA BANQUETA GIRATORIA COM 4 PES, ALTURA REGULAVEL DE 0,45 A 0,70CM. ARMACAO TUBULAR COM PINTURA SINTETICA, ASSENTO INOX.MOCHO	03	Und	MED LIFE	2002	R$ 177,00	R$ 531,00
06	BIOMBO TRIPLO - CONSTRUÍDO EM TUBOS, 2 PÉS COM PONTEIRAS E 1 PÉ COM RODÍZIOS NA EXTREMIDADE DA DIVISÓRIA, TOTALMENTE PINTADO NA COR BRANCA. REVESTIDO EM TECIDO AMERICANO CRU. TAMANHO APROXIMADO: 170 X 180 CM	06	Und	MED LIFE	313	R$ 407,00	R$ 2.442,00
07	CADEIRA DE BANHO OBESO 130KG FABRICADA COM TUBOS DE AÇO CARBONO REFORÇADO; POSSUI ESTRUTURA MONOBLOCO FIXA; APOIO DE BRAÇO FIXO; FREIOS BILATERAIS DIANTEIROS; ASSENTO SANITÁRIO FIXADO SOBRE A ESTRUTURA, REMOVÍVEL POR PARAFUSOS; APOIO DE PÉ FIXO OU ESCAMOTEÁVEL; RODAS DIANTEIRAS 6 FIXAS POR PARLOCK; RODAS TRASEIRAS 6 GIRATÓRIAS FIXAS POR PARLOCK; GARFO DE AÇO CARBONO ACHATADO E MACIÇO COM EIXO VERTICAL; ENCOSTO COM PUNHO TIPO BENGALA COM MANOPLA; REVESTIMENTO EM CAPA IMPERMEÁVEL; ACABAMENTO EM PINTURA ELETROSTÁTICA EPOXI TEXTURIZADA.	01	Und	PROLIFE	PL2001	R$ 384,00	R$ 384,00
08	CADEIRA DE RODAS ADULTO: FABRICADO EM MATERIAL DE CONFECCAO ACO/FERRO PINTADO, BRACOS FIXO, PES REMOVIVEL, ELEVACAO DE PERNAS, SUPORTE DE SORO.	06	Und	CDS	301P	R$ 1.157,38	R$ 6.944,28
09	CADEIRA DE RODAS PEDIATRICAS: MATERIAL DE CONFECCAO ACO/FERRO PINTADO, BRACOS FIXO, PES REMOVIVEL, ELEVACAO DE PERNAS, SUPORTE DE SORO.	02	Und	CDC	REPAN	R$ 992,83	R$ 1.985,66
10	CADEIRA FIXA PLASTICA ISO PRETA PINTURA EPOXI. TUBO OBLONGO. ASSENTO E ENCOSTO EM POLIPROPILENO.MODELO ANATOMICO, CONFORTO GARANTIDO. CAPACIDADE DE PESO DE ATE 110 KG.	10	Und	MED LIFE	ISO	R$ 69,98	R$ 699,80
11	CAMA ESLASTICA MINI JUMP PARA REABILITAÇÃO- 1 METRO.	01	Und	STARBOARD	1064	R$ 220,00	R$ 220,00
12	ESTANTE EM AÇO 1,98X0,92X0,40 COM 6 PRATELEIRAS CHAPA 22 COLUNA PERFIL 30X30MM CHAPA 16, JOGO DE REFORÇO EM X FUNDO E LATERAL, COR: CINZA	14	Und	IDEAL	EST30X30#22	R$ 199,98	R$ 2.799,72
13	FERRO DE PASSAR, A VAPOR E A SECO, BASE DE ALUMINIO, AJUSTE AUTOMATICO DE VAPOR, DUPLO VISOR DE NIVEL DE ÁGUA, FIO DE NO MINIMO 1,50 CM, CABO COM GIRO 360, POTENCIA 1200 W, TENSAO 110 V, COR BRANCA. GARANTIA DE 12 MESES	01	Und	BLACK DECKER	AJ4040	R$ 158,99	R$ 158,99
14	HAMPER HOSPITALAR COM SACO: SUPORTE DE HAMPER HOSPITALAR EM INOX-PINTURA EPOXIESTRUTURA TUBULAR EM ACO INOX 304 3/4 X 1,2 MM, COM TRATAMENTO ANTI MANCHAS.DIMENSOES DO SACO HOSPITALAR PARA HAMPER: 580MM 850MM DIAMETRO DIMENSOES DO HAMPER: CIRCUNFERÊNCIA: 0,53 CM - ALTURA: 0,80 CM DE ALTURA.CAPACIDADE: 200 LITROS.COM RODAS	04	Und	MED LIFE	748.1E	R$ 425,00	R$ 1.700,00
15	LONGARINA 3 LUGARES SEM APOIO DE BRAÇO MATERIAL: POLIPROPILENO PRETO. GARANTIA DE 12 MESES	04	Und	MED LIFE	LG3	R$ 209,00	R$ 836,00
16	MACA DE EXAME CLINICO SIMPLES - ESTRUTURA TUBULAR EM AÇO REDONDO, LEITO ESTOFADO REVESTIDO EM COURVIM, CABECEIRA RECLINÁVEL EM ATÉ 4 POSIÇÕES ATRAVÉS DE CREMALHEIRA. PÉS COM PONTEIRAS PLÁSTICA. PINTURA ELETROSTÁTICA A PÓ EPOXI. DIMENSÕES: 1,85M COMPRIMENTO X 0,55M LARGURA X 0,80M ALTURA.	04	Und	MED LIFE	707	R$ 500,00	R$ 2.000,00

17	MESA AUXILIAR 40 X 60 X 80 AÇO INOX COM RODÍZIO - EQUIPAMENTO UTILIZADO PARA DESCANSO DE QUALQUER TIPO DE EQUIPAMENTOS.	01	Und	MED LIFE	102	R$ 463,00	R$ 463,00
18	MESA DE MAYO: MATERIAL ACO INOXIDAVEL COM PINTURA EPOXI; MESA AUXILIAR DE INOX TIPO MAYO COM ALTURA REGULAVEL, PES COM RODIZIOS, DESCRICAO: ARMACAO TUBULAR COM RODIZIOS DE 2, TOTALMENTE DE INOX, ALTURA REGULAVEL.	02	Und	MED LIFE	721.1	R$ 350,00	R$ 700,00
19	MESA DE REFEIÇÃO SIMPLES 1,20 X 0,80 CM	02	Und	MED LIFE	716	R$ 299,99	R$ 599,98
20	MESA GINECOLÓGICA: MESA GINECOLÓGICA COM RODAS MESA GINECOLÓGICA COM PERNEIRAS ESTOFADAS, FABRICADA 100 EM MDF BRANCO COM ESPESSURA DE 18 MM, COM 4 GAVETAS E 2 PORTAS, COM RODÍZIOS, LEITO CONFECCIONADO EM MADEIRA, COM ESPUMA DE 5 CM D 28	02	Und	MED LIFE	708	R$ 2. 051,00	R$ 4. 102,00
21	MESA PARA ESCRITÓRIO EM MADEIRA OU MDF, COM NO MÍNIMO 16 MM DE ESPESSURA, MEDINDO 150 CM COMPRIMENTO X 76 CM ALTURA X 60 CM PROFUNDIDADE; COM PÉS ELEVADOS DO SOLO, E LATERAIS DE MADEIRA EM FORMA DE L, COM 03 GAVETAS. GARANTIA DE 12 MESES REFENCIA DE COR: CASCA DE OVO,	04	Und	MED LIFE	MS01	R$ 312,98	R$ 1. 251,92
22	MESA PARA ESCRITORIO: ALTURA CM 74,5CM LARGURA CM 155CM PROFUNDIDADE CM 60CM PESO LIQ. APROXIMADO DO PRODUTO KG 33,6KG DIMENSÕES APROXIMADAS DO PRODUTO CM - AXLXP1554X573X96CM. COM 03 GAVETAS E CHAVE	06	Und	MED LIFE	MS03	R$ 278,98	R$ 1. 673,88
23	PROJETOR DE MESA RESOLUCAO MÁXIMA SVGA 800 X 600 PIXELS LUMINOSIDADE 3000 LUMENS LAMPADA 200W UHE LENTE TIPO: ZOOM DIGITAL /FOCO MANUAL - ZOOM: 1,0-1,35 DIGITAL - RAZAO DE PROJECAO: THROW RATIO: 1.45-1.96 - TAMANHO DISTANCIA DE PROJECAO: 23-350 0	01	Und	TOMATE	MPR2002	R$ 1. 449,99	R$ 1. 449,99
24	SUPORTE DE SORO PINTURA EPOXI C/ ALTURA FIXA E 4 RODIZIOS - ALTURA AJUSTAVEL, ALTURA MINIMA: 1,24M - ALTURA MAXIMA: 2,00MSSV-01 SUPORTE COM 4 GANCHOSPINTURA: ELETROSTATICABASE: COM RODIZIOS	06	Und	MED LIFE	230.2	R$ 185,00	R$ 1. 110,00
25	TRAVESSEIRO HOSPITALAR DE COURVIN 60X40 CM TRAVESSEIRO HOSPITALAR, CONFECCIONADO EM ESPUMA DE POLIURETANO, COM CAPA EM COURVIN SOLDADA ELETRONICAMENTE, COM ZÍPER E RESPIROS.	10	Und	MED LIFE	TV	R$ 49,98	R$ 499,80
Valor total dos itens aderidos: R$ 40.460,92 (quarenta mil quatrocentos e sessenta reais e noventa e dois centavos).							

Ata De Registro De Preços N° 016/2019 – EMPRESA: M.K.R. COMERCIO DE EQUIPAMENTOS EIRELI – EPP inscrita no CNPJ sob o nº 31. 499.939/0001-76, estabelecida na Rua Marechal Mascarenhas de Moraes, n° 88, Bairro: Parque Industrial, CEP: 16.075-370, no município de Araçatuba – SP, neste ato representada pela sua procuradora, a Sra. Karen Cristiane Ribeiro Stanicheski, portadora da cédula de identidade RG nº 27.601.293-8 SSP/SP e inscrita no CPF: 277.277.558-50. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 2.000,00 (dois mil reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	BALANCA ANTROPOMETRICA ADULTO DIGITAL ESTRUTURA EM CHAPA DE ACO-CARBONO; ACABAMENTO EM TINTA POLIURETANA BRANCO; PLATAFORMA DE 380 X 290 MM; REGUA ANTROPOMETRICA COM ESCALA DE 2,00M EM ALUMINIO ANODIZADO, DIVISOES DE 0,5CM; TAMPA DE PROTECAO PARA ESTRIBO	01	Und	lider	p200c	R$ 1. 000,00	R$ 1. 000,00
02	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA ADULTO: CAPACIDADE: 200 KG, DIVISÕES DE 100 G; - RÉGUA ANTROPOMÉTRICA ATÉ 2,00 M EM ALUMÍNIO ANODIZADO, COM DIVISÃO DE 0,5 CM; - DISPLAY LED PLATAFORMA 390 X 340 MM; - ESTRUTURA EM CHAPA DE AÇO CARBONO; - PROTEÇÃO DA CÉLULA DE CARGA CONTRA IMPACTOS LATERAIS; - FONTE EXTERNA 90 A 240 VAC C/ CHAVEAMENTO AUTOMÁTICO; - FUNÇÃO TARA ATÉ CAPACIDADE MÁXIMA; - HOMOLOGADAS PELO INMETRO E AFERIDAS PELO IPEM;	01	Und	lider	p200c	R$ 1. 000,00	R$ 1. 000,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 2.000,00 (dois mil reais).							

Ata De Registro De Preços N° 017/2019 – EMPRESA: NV FRANCO COMERCIO E SERVICOS DE INFORMATICA E CLIMATIZACAO – EIRELI – ME inscrita no CNPJ sob o nº 28.552.012/0001-48, estabelecida na Rua M – 5, n° 26, Bairro: Parque Cuiabá, CEP: 78.095-398, no município de Cuiabá – MT, neste ato representada pelo seu proprietário, o Sr. Nixon Vieira Franco, portador da cédula de identidade RG nº 1670323-5 SSP/MT e inscrito no CPF: 013.831.641-42. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 11.732,00 (onze mil setecentos e trinta e dois reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	AR CONDICIONADO SPLIT 18.000 BTUS CLASSE A CICLO: FRIO CONTROLE REMOTO	01	Und	ELGIN	ECO POWER	R$ 1. 690,00	R$ 1. 690,00
02	AR CONDICIONADO SPLIT 24.000 BTUS, CICLO: FRIO, CONTROLE REMOTO.	01	Und	ELGIN	ECO POWER	R$ 2. 250,00	R$ 2. 250,00
03	AR CONDICIONADO SPLIT 9.000 BTUS CLASSE A CICLO: FRIO CONTROLE REMOTO MEDICO, VACINA, ENFERMAGEM, CCO, TRIAGEM, NEBULIZACAO, PROCEDIMENTO	06	Und	ELGIN	ECO POWER	R$ 1. 080,00	R$ 6. 480,00
04	BEBEDOURO DE COLUNA PARA GALAO 20 LITROS. BEBEDOURO ELETRICO, COM 2 DUAS TORNEIRAS SENDO UMA PARA AGUA GELADA E OUTRA PARA AGUA NATURAL, RESERVATORIO DE AGUA EM ACO INOX E ALIMENTACAO DE 110 V. CLASSE A DE EFICIENCIA ENERGETICA.	02	Und	LIBELL	LIBELL	R$ 440,00	R$ 880,00
05	VENTILADOR, DE TETO, COM 04 PÁS, 110V, PARA VENTILAÇÃO E EXAUSTÃO, COM 02 VELOCIDADES, CAPACIDADE PARA 02 LÂMPADAS, 260 RPM.	04	Und	VENTISOL	VENTISOL	R$ 108,00	R$ 432,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 11.732,00 (onze mil setecentos e trinta e dois reais).							

Ata De Registro De Preços N° 018/2019 – EMPRESA: OLMIR IORIS & CIA LTDA – EPP inscrita no CNPJ sob o nº 70.429.956/0001-99, estabelecida na Av. Mato Grosso, n° 116 N, Bairro: Módulo 02, CEP: 78.320-000, no município de Juína – MT, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. Olmir Ioris, portador da cédula de identidade RG nº 1.483.392 SSP/PR e inscrito no CPF: 252.935.409-04. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 34.828,88 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos).,sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total

01	APARELHO DE DVD COM MÍDIAS COMPATÍVEIS CD, CDDA, CDR/CDRW, DVD, DVD R/RW, DVD R/RW, DISCO DE IMAGENS, SVCD E VCD, REPRODUÇÃO DE ÁUDIO: MP3, PCM, WMA, / REPRODUÇÃO DE IMAGENS: JPED VÍDEO: AVI, DIVX, MP4, MPEG, CONEXÕES FRONTAL: USB 2.0 / TRASEIRA	03	Und	mondial	d-15	R$ 166,00	R$ 498,00
02	APARELHO DE TV LCD, ALIMENTAÇÃO: BIVOLT, TAMANHO DA TELA: 40 POLEGADAS COM GARANTIA DE 01 ANO; RESOLUÇÃO 1920 X 1080P. SISTEMA DE COR: PAL-M/ PAL-N/ NTSC M.01 CONTROLE REMOTO COM A ENTRADA PARA PC.	04	Und	philco	pyv40e20dsgwa	R$ 1. 348,00	R$ 5. 392,00
03	AR CONDICIONADO SPLIT 12.000 BTUS CLASSE A CICLO: FRIO CONTROLE REMOTO. ODONTOLOGICA, SALA DE REUNIAO, AMBULATORIO	04	Und	comfee	42AFCB12F5	R$ 1. 196,00	R$ 4. 784,00
04	ARMÁRIO AÉREO BRANCO, EM AÇO, COM TRÊS PORTAS PARA COZINHA MEDINDO 1,20 MTS. GARANTIA DE 12 MESES	04	Und	itatiaia	ip3 premiun	R$ 275,00	R$ 1. 100,00
05	BALCÃO PARA COZINHA COM TRES PORTAS E QUATRO GAVETAS, EM AÇO, MEDINDO 1,20 MTS COM TAMPO DE INOX COM CUBA, E COM PÉS, COR BRANCO. GARANTIA DE 12 MESES	02	Und	itatiaia	ig3g4	R$ 754,00	R$ 1. 508,00
06	BELICHE REFORCADO CONFECCIONADA EM MADEIRA MACICA CEDRO OU SUPERIOR, ESCADA E PROTECAO LATERAL, DE ALTA RESISTENCIA E DURABILIDADE. ESTRADOS REFORCADOS EM MADEIRA, COM SUPORTE PARA PESSOAS DE 120 KG. MEDIDA PARA COLCHAO DE 18X188X88CM.	01	Und	VERONA	BELICHE	R$ 650,00	R$ 650,00
07	BICICLETA ARO 26 FEMININA SEM MARCHA	05	Und	CAIRRU	BELLA	R$ 545,00	R$ 2. 725,00
08	CABO DE REDE CAT5E 300 METROS 4 PARES	02	Und	prysmian	CAT5e	R$ 460,00	R$ 920,00
09	CADEIRA DE ESCRITORIO / SECRETARIA GIRATORIA ESTOFADA EM COURVIM, COM RODAS. REGULAGEM DE ALTURA A GAS. ACABAMENTO DO PE EM POLIPROPILENO, ASSENTO COM 4 CM DE ESPESSURA, CAPACIDADE PARA 100 KG	06	Und	VANDAFLEX	GIRATORIA	R$ 139,99	R$ 839,94
10	CADEIRA REVESTIDA EM COURO SINTÉTICO SOBRE ESPUMAS INJETADAS DE 5 A 15 CM DE ESPESSURA. A BASE TEM REGULAGEM DE ALTURA A GÁS, PÉS COM CAPA PROTETORA, COM RODAS, REGULAGEM DE DISTÂNCIA DO ENCOSTO., DESCRIÇÃO TÉCNICA DETALHADA: ERGONOMIA: CONFORME AS NORMAS TÉCNICAS	06	Und	vandaflex	giratoria	R$ 139,99	R$ 839,94
11	COLCHAO PARA LEITO DE OBSERVACAO IMPERMEAVEL	06	Und	ortobom	maca	R$ 115,00	R$ 690,00
12	FOGAO A GAS DE 04 BOCAS COM FORNO, COR BRANCO, COM ACENDIMENTO AUTOMATICO POSSUI MESA SOBREPOSTA AO PAINEL E SELDA COM INOX, BOTOES REMOVEIS, TAMPA DE VIDRO TEMPERADO, FORNO AUTOLIMPANTE COM 3 NIVEIS DE POSICIONAMENTO DAS PRATELEIRAS NO FORNO, VIDRO DUPLO	02	Und	atlas	monaco	R$ 473,00	R$ 946,00
13	GELADEIRA 320 LITROS CLASSE A COM SISTEMA DE DEGELO, 3 PRATELEIRAS E 1 PORTA -OBS.: NAO PODE TER DISPENSE DE AGUA NA PORTA. COR: BRANCO SALA DE VACINA	03	Und	electrolux	rfe39	R$ 1. 750,00	R$ 5. 250,00
14	LAVADORA DE ALTA PRESSAO - PROTETOR TERMICO - MAIS SEGURANÇA E DESLIGAMENTO AUTOMATICO DA LAVADORA EM CASO DE SUPERAQUECIMENTOSUPORTE PARA CABO ELETRICO E MANGUEIRA - RODAS E ALÇA PARA TRANSPORTE - PRATICIDADE E FACILIDADE NA HORA DE USAR E NA HORA DE GUARDAR.ESPECIFICACOES TECNICAS:TENSAO: 110VPOTENCIA: 1450WPRESSAO MAXIMA: 1800PSIVAZAO: 300L/HTIPO DE MOTOR: UNIVERSAL COM ESCOVAS	02	Und	electrolux	ew30	R$ 560,00	R$ 1. 120,00
15	MAQUINA DE LAVAR E SECAR ROUPAS, AUTOMÁTICA, NO MÍNIMO 12 KG, CESTO EM INOX, COM NO MÍNIMO TRÊS NÍVEIS DE ÁGUA, TAMPA VIDRO TEMPERADO, COM ABERTURA DA TAMPA PARTE FRONTAL DA MÁQUINA, COR BRANCA, CLASSE A, 110 V. GARANTIA MÍNIMO DE 12 MESES	03	Und	electrolux	lac12	R$ 1. 940,00	R$ 5. 820,00
16	MICROONDAS DE NO MIN. 30 LITROS, 110 VOLTS, COR BRANCA, TIMER SONORO, TRAVA DE SEGURANÇA, CONSUMO MÁXIMO DE ENERGIA 1.350 KW/H. GARANTIA 12 MESES	02	Und	panasonic	st654	R$ 521,00	R$ 1. 042,00
17	TELA DE PROJEÇÃO DESCRIÇÃO: TECIDO MATT WHITE COM VERSO PRETO – PERFIL SUPERIOR E INFERIOR EM ALUMÍNIO, COM PINTURA ELETROSTÁTICA NA COR PRETA. - GANCHOS PARA FIXAÇÃO. RETRÁTIL.	01	Und	tomate	mpr-1001	R$ 320,00	R$ 320,00
18	VENTILADOR DE PAREDE 60 CM DE DIÂMETRO, 04 QUATRO PÁS METÁLICAS, VELOCIDADE MÍNIMA DE 180 RPM, ÁREA DE VENTILAÇÃO DE NO MÍNIMO 20 METROS QUADRADOS, BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, MÍNIMO DE 03 VELOCIDADES, BI VOLT, GARANTIA DE NO MÍNIMO 01 UM ANO.	02	Und	ventisol	comercial	R$ 192,00	R$ 384,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 34.828,88 (trinta e quatro mil oitocentos e vinte e oito reais e oitenta e oito centavos).							

Ata De Registro De Preços N° 020/2019 – EMPRESA: R. C. EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA – ME inscrita no CNPJ sob o nº 10.830.704/0001-45, estabelecida na Av. Pedro Luvico Texeira, n° 2457, Bairro: Setor Aeroporto, CEP: 76.240-000, no município de Aragarças – GO, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. Kleverton Anselmo da Rocha, portador da cédula de identidade RG nº 4432744 SSP/GO e inscrito no CPF: 978.738.531-87. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 3.550,00 (três mil quinhentos e cinquenta reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	APARELHO DE CORRENTE INTERFERENCIAL: VOLTAGEM: BIVOLT, DIMENSÕES DO EQUIPAMENTO 26,5CM X 27,5CM X 11,5CM L X P X A, PESO DO EQUIPAMENTO 1KG, VOLTAGEM: BIVOLT, DIMENSÕES DO EQUIPAMENTO 26,5CM X 27,5CM X 11,5CM L X P X A, PESO DO EQUIPAMENTO 1KG, ESPECÍFICOSFORMA DO PULSO - SENOIDAL BIFÁSICO SIMÉTRICO. DURAÇÃO LARGURA - T DE UM ÚNICO PULSO DA CORRENTE A 50 DA AMPLITUDE MÁXIMA PARA A FREQUÊNCIA DE PORTADORA DE 2.000 HERTZ-500 USEG DURAÇÃO LARGURA - T DE UM ÚNICO PULSO DA CORRENTE A 50 DA AMPLITUDE MÁXIMA PARA A FREQUÊNCIA DE PORTADORA DE 4.000 HERTZ-250 USEG DURAÇÃO LARGURA - T DE UM ÚNICO PULSO DA CORRENTE A 50 DA AMPLITUDE MÁXIMA PARA A FREQUÊNCIA DE PORTADORA DE 8.000 HERTZ-125 USEG. FAIXA DE FREQUÊNCIA DE TRATAMENTO AMF: VARIÁVEL DE 1 A 100HZ STEPS DE 1 HZ. FAIXA DA FREQUÊNCIA DE VARREDURA- SWEEP DAMF: VARIÁVEL DE 1 A 100HZ STEPS DE1 HZ. PARA O MODO DE INTERFERÊNCIA BIPOLAR MODO DE ESTIMULAÇÃO ON TIME: DE 1 A 60 SEGUNDOS OFF TIME: DE 1 A 60 SEGUNDOS RISE TEMPO DE SUBIDA DO TREM DE PULSO: DE 1 A 9 SEGUNDOS DECAY TEMPO DE DESCIDA DO TREM DE PULSO: DE 1 A 9 SEGUNDOS.ITENS INCLUSOS 04 ELETRODOS DE SILICONE 5CM X 5CM 04 ELETRODOS DE SILICONE 3CM X 5CM 01 CABO COM DUAS VIAS E PINO BANANA NAS PONTAS AZUL - CANAL 1 DE CONEXÃO AO PACIENTE 01 CABO COM DUAS VIAS E PINO BANANA NAS PON-	01	Und	Ibramed Neurovector	Ibramed Neurovector	R$ 1. 850,00	R$ 1. 850,00

	TAS VERDE - CANAL 2 DE CONEXÃO AO PACIENTE 01 FUSÍVEL DE PROTEÇÃO SOBRESSALENTE 01 BISNAGA DE GEL 100G 01 BOLSA PARA TRANSPORTE 01 MANUAL DE INSTRUÇÕES 01 CABO DE FORÇA DESTACÁVEL						
02	KIT DE ULTRASSOM E TENSULTRASSOM: APARELHO DE ULTRASSOM TERAPEUTICO NAS FREQUENCIAS DE 1 MHZ DESENVOLVIDO PARA UTILIZACAO EM FISIOTERAPIA. APRESENTA A ERA AREA EFETIVA DE RADIACAO DE 7 CM, POSSIBILITANDO A SELECAO DA FREQUENCIA DE 1 MHZ. A POTENCIA MAXIMA	01	Und	Ibramed SONOPULSE COMPACT 1 MHZ S35	Ibramed SONOPULSE COMPACT 1 MHZ S35	R$ 1.700,00	R$ 1.700,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 3.550,00 (três mil quinhentos e cinquenta reais).							

Ata De Registro De Preços N° 021/2019 – EMPRESA: SALVI, LOPES & CIA. LTDA – ME inscrita no CNPJ sob o nº 82.478.140/0001-34, estabelecida na Av. Gaturamo, n° 100, Bairro: Centro, CEP: 86.702-000, no município de Arapongas – PR, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. Luiz Carlos Salvi, portador da cédula de identidade RG nº 4.502.096-7 SSP/PR e inscrito no CPF: 619.057.639-72. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 6.429,72 (seis mil quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	BRACADEIRA DE INJECAO - BRAÇADEIRA PARA INJECAO ENDOVENOSA, COLUNA INFERIOR EM TUBO REDONDO PINTADO NA COR BRANCA, HASTE SUPERIOR EM TUBO CROMADO, CONCHA EM ACO INOXIDAVEL COM ACABAMENTOBOLEADO ANTI-CORTANTE, MOVIMENTO REGULAVEL, BASE EM FERRO FUNDIDO, ALTURA REGULAVEL MINIMA DE 0,85 E MAXIMA DE 1,25M.	04	Und	RENASCER		R$ 167,97	R$ 671,88
02	CAIXA TÉRMICA COM TERMÔMETRO EXTERNO	02	Und	CYGNUS		R$ 481,00	R$ 962,00
03	COMPRESSOR DE AR COM VÁLVULA DE SEGURANÇA TENSÃO: 127/220: NUMERO DE FASES: MONOFASICO: FREQU?NCIA: 60 HZ : POTENCIA DO MOTOR: 1 HP : DESLOCAMENTO TEORICO: 6 PÉS³/MIN. 170 L/MIN. : NUMERO DE ESTAGIOS: 1 ESTAGIO : NUMERO DE PISTÃO: 2 V : NUMERO DE POLOS: 2 POLOS : PRESSAO DE OPERAÇÃO MÍNIMO: 100 LBF/POL - 6,9 BAR: PRESSAO DE OPERAÇÃO MAXIMO: 140 LBF/ POL? - 6,9 BAR: ROTAÇÃO DA UNIDADE COMPRESSORA: 935 RPM: VOLUME DE ÓLEO: 400 ML	01	Und	MOTOMIL		R$ 2.782,00	R$ 2.782,00
04	NEBULIZADOR PORTATIL, TIPO ULTRASSONICO, NUMERO DE SAIDAS SIMULTANEAS 1, SUPORTE PARA MASCARAS, KIT DE NEBULIZACAO, COMPRESSOR, POTENCIA MINIMA DE 1/3, BIVOLT AUTOMATICO	04	Und	G-TECH		R$ 294,76	R$ 1.179,04
05	SUPORTE PARA BRACO AFERIR PA E INJECOES EVDE ACO INOXIDAVEL	04	Und	RENASCER		R$ 208,70	R$ 834,80
Valor total dos itens aderidos: R$ 6.429,72 (seis mil quatrocentos e vinte e nove reais e setenta e dois centavos).							

Ata De Registro De Preços N° 022/2019 – EMPRESA: STILUS MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA – EPP inscrita no CNPJ sob o nº 05.870.717/0001-08, **estabelecida na Rua Joaquim Murtinho, n° 1140, Bairro: Centro Sul, CEP: 78.020-290, no município de Cuiabá – MT, neste ato representada por sua procuradora, a Sra. Quésia Dourado Silva, portadora da cédula de identidade RG nº 13632302 SSP/MT e inscrita no CPF: 708.896.941-68. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 2.275,00 (dois mil duzentos e setenta e cinco reais),sendo que foi aderido os seguintes produtos:**

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	ARMÁRIO DE MADEIRA OU MDF COM NO MÍNIMO 16 MM DE ESPESSURA, COM DUAS PORTAS E PUXADOR, COM 05 REPARTIÇÕES INTERNAS 04 PRATELEIRAS, MEDINDO 80 CM LARGURA X 170 CM ALTURA X 60 CM PROFUNDIDADE; COM RODIZIOS RODINHAS DE SILICONE SEM TRAVA E 10 CM ALTUR	02	Und	VANDAFLEX	LIGHT	R$ 440,00	R$ 880,00
02	COLCHONETE PARA ACADEMIA - 0,43 X 0,90 X 0,04 CM, TECIDO DE REVESTIMENTO RESISTENTE A ÁGUA	10	Und	ORTOBOM	MACA RESGATE	R$ 32,50	R$ 325,00
03	PURIFICADOR DE ÁGUA 1,5 LITROS POR MINUTO, FILTRO DE CARVÃO ATIVADO, BIVOLT	02	Und	CONSUL	CPC30	R$ 335,00	R$ 670,00
04	QUADRO MURAL BRANCO COM MOLDURA DE ALUMÍNIO TAMANHO 2.00M LARGURA X 1.20M DE ALTURA. GARANTIA DE 12 MESES	02	Und	GUEDES	GB200X120	R$ 200,00	R$ 400,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 2.275,00 (dois mil duzentos e setenta e cinco reais).							

Ata De Registro De Preços N° 023/2019 – EMPRESA: TECHNOINF COMERCIO ELETRONICOS EIRELI – EPP inscrita no CNPJ sob o nº 86.788.288/0001-26, estabelecida na Rua Epifanio Oliveira, n° 140, Bairro: Chacara dos Pinheiros, CEP: 78.080-010, no município de Cuiabá – MT, neste ato representada pelo seu proprietário, o Sr. Ronaldo Manoel de Oliveira, portador da cédula de identidade RG nº 693.038-7 SSP/MT e inscrito no CPF: 461.095.951-87. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 5.179,50 (cinco mil cento e setenta e nove reais e cinquenta centavos).,sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	APARELHO DE SOM PORTÁTIL COM RADIO AM/FM / CD / MP3 / USB 4W RMS - PB 120	01	Und	PHILCO	PB119N2	R$ 238,50	R$ 238,50
02	CAIXA DE SOM AMPLIFICADA PORTÁTIL, COM ALÇA E RODINHA PARA TRANSPORTE, REDUZ ARQUIVO MP3 EM DISPOSITIVO USB E CARTÃO SD, ENTRADA AUXILIAR PARA ÁUDIO PLUG RCA, ENTRADA USB, ENTRADA PARA MICROFONE PLUG P10, EQUALIZAÇÃO DE ÁUDIO PESSOAL PERSONALIZADO COM LED. FUNCIONAMENTO BIVOLT OU BATERIA 12VOLT INCLUSA, SENSIBILIDADE 700MV E FAIXA DE FREQUÊNCIA 62 HZ A 16 KHZ. POTENCIA 120W MICROFONE. GARANTIA DE 12 MESES	01	Und	TRC	TRC 329	R$ 475,00	R$ 475,00
03	CÂMERA DIGITAL DV150 SMART 16.1MP, FOTO PANORÂMICA, GRAVA EM HD, WI-FI, BRANCA, 5X ZOOM ÓPTICO, CARTÃO DE MEMÓRIA 4GB	01	Und	SONY	DSC-W800	R$ 629,00	R$ 629,00
04	GABINETE ATX ENTRADA 2 USB 1 USB3.0 AUDIO BLACK SEM FONTE	08	Und	BRAZIL PC	3601 Black	R$ 150,00	R$ 1.200,00
05	IMPRESSORA LASERJET. ESPECIFICACOES: FUNCOES: IMPRIMIR, COPIAR, DIGITALIZAR VELOCIDADE DE IMPRESSAO: PRETO E BRANCO: ATE 21 PPM VELOCIDADE DA PRIMEIRA PAGINA: PRETO E BRANCO: ATE 9,5 SEGUNDOS CICLO DE TRABALHO MENSAL A4: ATE 8000 PAGINAS VOLUME	03	Und	BROTHER	HL-1212W	R$ 679,00	R$ 2.037,00

06	SUPORTE PARA C.P.U. E NOBREAK, MEDINDO 50 CM COMPRIMENTO X 40 CM LARGURA; NA COR NOVA IMBUIA, COM RODIZIOS RODINHAS DE SILICONE SEM TRAVA E 05 CM ALTURA, COM LATERAIS ELEVADAS ATE 10 CM EM TODOS OS LADOS.	20	Und	MASTICMOL	PC310	R$ 30,00	R$ 600,00
Valor total dos itens aderidos: R$ 5.179,50 (cinco mil cento e setenta e nove reais e cinquenta centavos).							

Ata De Registro De Preços N° 024/2019 – EMPRESA: V. S. DOS SANTOS LIVRARIA E PAPELARIA – ME inscrita no CNPJ sob o nº 05.255.167/0001-17, estabelecida na Rua Cacoal, n° 2432, Bairro: Setor 07 BNH, CEP: 76.870-001, no município de Ariquemes – RO, neste ato representada por sua proprietária, a Sra. Valquiria Souza dos Santos, portadora da cédula de identidade RG nº 5041185 SSP/BA e inscrita no CPF: 389.629.502-00. O valor global da referida adesão atinge o montante de R$ 1.199,99 (Hum mil cento e noventa e nove reais e noventa e nove centavos),sendo que foi aderido os seguintes produtos:

Item	Descrição	Qtde	Und	Marca	Modelo	Valor Unit.	Valor Total
01	BEBEDOURO INDUSTRIAL, CABINE EM CHAPA DE INOX, DUAS TORNEIRAS CROMADAS DE PRESSAO, COM UM JATO PARA BOCA E OUTRO PARA COPO, E RESERVATORIO DE ACO INOX COM SERPENTINA INTERNA, E FILTRO DE ÁGUA ACOPLADO, CAPACIDADE 50 LITROS. COM REGISTRO DO INMETRO.	01	Und	IBBL	PURIPRESS40	R$ 1. 199,99	R$ 1. 199,99
Valor total dos itens aderidos: R$ 1.199,99 (Hum mil cento e noventa e nove reais e noventa e nove centavos).							

O valor total da presente adesão é de R$ 301.258,00 (trezentos e um mil duzentos e cinquenta e oito reais).

HOMOLOGO,

Itanhangá-MT, 15 de julho de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ–MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços n° 271/2018, oriunda do Pregão Presencial n° 118/2018, promovido pela Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, visando a **"Aquisição de acessórios originais de 1ª linha para a frota municipal de veículos leves, médios e pesados, acessórios originais de 1ª linha para máquinas pesadas, tratores e implementos"**, de acordo com a legislação específica vigente.

CONTRATADA: C. M. SIQUEIRA & CIA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 07.351.198/0001-05 e Inscrição Estadual n° 13.301.800-85, estabelecida a Av. Perimetral Sudeste, n° 10.187, Centro, na cidade de Sorriso – MT, CEP: 78.890-000, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. Carlos Maceno Siqueira, portador do Cédula de Identidade RG nº 1242914-7 SSP/MT e inscrito no CPF nº 872.337.891-34.

VALOR: O valor global da referida adesão atinge o montante de **R$ 99. 000,00** (noventa e nove mil reais), sendo que foi aderido os seguintes itens:

Item	Descrição	Percentual de % desconto	Valor total estimado
01	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ PEÇAS ACESSÓRIOS – VEÍCULOS LEVES FIAT	15,00 %	R$ 22. 000,00
02	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ PEÇAS ACESSÓRIOS – VEÍCULOS LEVES CHEVROLET	15,00 %	R$ 10. 000,00
06	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ PEÇAS ACESSÓRIOS – VEÍCULOS MÉDIOS MERCEDES BENZ	15,00 %	R$ 10. 000,00
09	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ PEÇAS ACESSÓRIOS – VEÍCULOS PESADOS MERCEDES BENZ	15,00 %	R$ 12. 000,00
10	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ PEÇAS ACESSÓRIOS – VEÍCULOS PESADOS MARCA FORD	16,00 %	R$ 3. 000,00
11	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ PEÇAS ACESSÓRIOS – VEÍCULOS PESADOS MARCA VOLKWAGEM	16,00 %	R$ 25. 000,00
17	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/PEÇAS ACESSÓRIOS – VEÍCULOS PESADOS MARCA SCANIA	15,00 %	R$ 2. 000,00
19	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ PEÇAS ACESSÓRIOS – VEÍCULOS MÉDIOS MARCA CHEVROLET	15,00 %	R$ 5. 000,00
21	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ PEÇAS ACESSÓRIOS – VEÍCULOS MÉDIOS MARCA VOLARE	16,00 %	R$ 10. 000,00
Valor Total:			**R$ 99. 000,00**

- HOMOLOGO.

Itanhangá-MT, 15 de julho de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
AVISO DE ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE ITANHANGÁ–MT, torna público para conhecimento dos interessados, que aderiu a Ata de Registro de Preços n° 275/2018, oriunda do Pregão Presencial n° 118/2018, promovido pela Prefeitura Municipal de Sorriso – MT, visando a **"Aquisição de peças elétricas originais de 1ª linha para a frota municipal de veículos leves, médios e pesados, peças elétricas originais de 1ª linha para máquinas pesadas, tratores e implementos"**, de acordo com a legislação específica vigente.

EMPRESA CONTRATADA: TURBO AUTO ELÉTRICA LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.277.189/0001-15 e Inscrição Estadual n° 13. 200.997-8, estabelecida a Av. Perimetral Sudeste, n° 11.235, Centro, na cidade de Sorriso – MT, CEP: 78.890-000, neste ato representada pelo seu sócio administrador, o Sr. Pedro Paulo Maleski, portador do Cédula de Identidade RG nº 0619509-1 SSP/MT e CPF nº 430.139.531-87.

VALOR: O valor global da referida adesão atinge o montante de **R$ 88. 000,00** (oitenta e oito mil reais), sendo que foi aderido os seguintes itens:

Item	Descrição	Percentual de % desconto	Valor total estimado
01	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ LINHA ELÉTRICA – VEÍCULOS LEVES FIAT	11,00 %	R$ 20. 000,00
02	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ LINHA ELÉTRICA – VEÍCULOS LEVES CHEVROLET	12,00 %	R$ 10. 000,00
07	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ LINHA ELÉTRICA – VEÍCULOS PESADOS MERCEDES BENZ	10,00 %	R$ 13. 000,00
08	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ LINHA ELÉTRICA – VEÍCULOS PESADOS MARCA FORD	10,00 %	R$ 2. 000,00
09	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ LINHA ELÉTRICA – VEÍCULOS PESADOS MARCA VOLKWAGEM	12,00 %	R$ 25. 000,00

13	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ LINHA ELÉTRICA – VEÍCULOS PESADOS MARCA SCANIA	10,50 %	R$ 3. 000,00
14	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ LINHA ELÉTRICA – VEÍCULOS MÉDIOS MARCA CHEVROLET	14,00 %	R$ 5. 000,00
16	PEÇAS ORIGINAIS DE 1ª LINHA/ LINHA ELÉTRICA – VEÍCULOS MÉDIOS MARCA VOLARE	10,00 %	R$ 10. 000,00

- HOMOLOGO.

Itanhangá-MT, 15 de julho de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019 – 1 RETIFICAÇÃO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 001/2019 – 1 RETIFICAÇÃO

Art. 1º O Prefeito Municipal de Itanhangá - MT, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o contido no Ofício nº 82 do SINDACS/MT, **TORNA PÚBLICO**, que fará as seguintes retificações no **ANEXO I – PROGRAMA DE PROVAS**, referente ao Edital de Processo Seletivo Público Nº 001/ 2019, passando a vigorar conforme segue:

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Lei 8080/90. Lei 8142/90; Atribuições do ACS; Processo de trabalho do ACS e o desafio do trabalho em equipe; requisitos legais para o exercício da profissão de ACS; Carta dos direitos dos usuários da saúde; Atenção Primária à Saúde; Atenção Primária à Saúde/Saúde da Família. O processo saúde doença: influência das condições de vida: educação, cultura, lazer, emprego, moradia, alimentação, saneamento e segurança; o papel da família. Saúde da criança: teste do pezinho; teste da orelhinha; teste do olhinho; aspectos básicos do crescimento e desenvolvimento; caderneta de saúde; aleitamento materno - benefícios; imunização (calendário de vacinas); Orientações alimentares. Saúde do Adolescente: aspectos educativos; distúrbios alimentares; doenças sexualmente transmissíveis. Saúde do Adulto: saúde do Homem; tuberculose; Hanseníase; Diabetes mellitus; Hipertensão arterial. Saúde da Mulher: triagem neonatal; cuidados básicos com a gravidez, o parto e puerpério; planejamento familiar; climatério; prevenção do câncer de mama e de colo uterino; imunização da gestante. Saúde do Idoso: doenças e agravos mais comuns; cuidados básicos. Saúde Bucal: cuidados básicos.. Doenças sexualmente transmissíveis (DST) mais comuns no Brasil – quais são, conceitos, formas de contágio e de prevenção: Sífilis; Gonorreia; Clamídia; Herpes genital; HPV. Atenção à pessoa portadora de deficiência e ao paciente de saúde mental: papel do agente de saúde. Problemas clínicos mais comuns junto à população em situação de rua: problemas nos pés, infestações, tuberculose, DST, HIV e AIDS, gravidez de alto risco, doenças crônicas, Álcool e drogas, Saúde bucal.

AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS

Lei 8080/90. Lei 8142/90. Etiologia da Dengue, Atribuições do Agente de Combate a Endemias, Sistema de Informações, Conhecimento básico sobre: Esquistossomose, Doença de Chagas, Dengue, Cólera, Febre Amarela, Filariose, Leishmaniose, Peste, Raiva, Leptospirose e Malária e outras zoonoses, Biologia dos vetores, Reconhecimento Geográfico, Pesquisa Entomológica, Tratamento Entomológico, Manuseio de inseticida e uso de E.P.I..Vigilância Sanitária: Saneamento Básico: abastecimento de água; destino dos dejetos; destino do lixo. Noções sobre Zoonoses – quais são, conceitos, como se transmite e prevenção: O agente de combate a endemias no controle da Dengue; O agente de combate a endemias no controle da Febre amarela; O agente de combate a endemias no controle da Leptospirose; O agente de combate a endemias no controle da Leishmaniose; O agente de combate a endemias no controle da Doença de Chagas. Animais domésticos: cuidados básicos para a prevenção de zoonoses, em especial a Raiva e a Leishmaniose.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Itanhangá- MT, 15 de julho de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EDILAINE ALVES DA SILVA

Presidente da Comissão Examinadora do Processo Seletivo Público

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
PORTARIAS DE FISCAL DE CONTRATOS

PORTARIA DLC N° 154/2019

DATA: 15 de julho de 2019.

SÚMULA: "Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar o servidor **Dorival Gomes de Souza,** inscrito no CPF n° 925.508.511.53, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 068/2019**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **TITANIUM ENGENHARIA LTDA – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 20.103.907./0001-93, qual tem por objeto a **"Contratação de empresa especializada para construção de barracão em estrutura metálica e pré-moldado para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá – MT.".**Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Adriana Aparecida da Silva, portadora do CPF n° 046.567.311.29, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 15 de julho de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

SUZANA BÊSS

Secretária Municipal de Educação e Cultura

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PORTARIA DLC N° 155/2019

DATA: 15 de julho de 2019.

SÚMULA: "*Designar os servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."*

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITANHANGÁ**, Estado de Mato Grosso, Exmo. Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Sandra Tomasi Tosi Lopes,** inscrita no CPF n° 023.973.289.84, para acompanhar e fiscalizar como Titular, a execução do **Contrato n° 069/2019**, celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA – ME,** inscrita no CNPJ sob o nº 20.936.958/0001-04, qual tem por objeto a **"Locação de software para gestão e gerenciamento de Xml´s do Aplic/ TCE-MT, através de empresa especializada em tecnologia da informação, manutenção corretiva legal e atendimento técnico especializado, para atender a Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT".**Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Andressa Zampieri, portadora do CPF n° 060.879.861.46, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - Os servidores acima designados serão responsáveis por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário;

Itanhangá-MT, 15 de julho de 2019.

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EMERSON SABATINE

Secretário Municipal de Finanças

Registre-se, publique-se e Afixe-se

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ
EXTRATOS DE CONTRATOS

EXTRATO DE CONTRATO N° 068/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: TITANIUM ENGENHARIA LTDA – ME – CNPJ: 20.103.907./0001-93

OBJETO: "Contratação de empresa especializada para construção de barracão em estrutura metálica e pré-moldado para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município de Itanhangá – MT."

DATA DE ASSINATURA: 15/07/2019

VIGÊNCIA: 15/11/2019

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO N° 069/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITANHANGÁ – MT.

CONTRATADA: FORGOV CONSULTORIA E CONTABILIDADE LTDA – ME – CNPJ: 20.936.958/0001-04

OBJETO: "Locação de software para gestão e gerenciamento de Xml´s do Aplic/TCE-MT, através de empresa especializada em tecnologia da informação, manutenção corretiva legal e atendimento técnico especializado, para atender a Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT"

DATA DE ASSINATURA: 15/07/2019

VIGÊNCIA: 15/07/2020

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal

CONTABILIDADE
PORTARIA 167-2019 - NOMEA FISCAL E SUPLENTE CONTRATO RATEIO 001-2019

PORTARIA N° 167/019

SÚMULA: "Designar servidores, para exercer a função de fiscal de contratos e dá outras providências."

O Excelentíssimo Senhor **EDU LAUDI PASCOSKI**, Prefeito Municipal de Itanhangá, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e amparado pelo Art. 67, da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora **Renate Langhorst,** inscrita no CPF n° 023.497.911-90, para acompanhar e fiscalizar, a execução do **Contrato n° 001/2019,** celebrado entre o Município de Itanhangá-MT e a empresa **CONSORCIO PÚBLICO DE SAUDE VALE DO TELES PIRES,** inscrita no CNPJ n.º 23.019.551/0001-00, que tem por objeto a "CONSECUÇÃO DAS AÇÕES PREVISTAS NA LEI MUNICIPAL 434/2017, QUE AUTORIZOU O INGRESSO NO CONSORCIO."**.** Fica estabelecida a forma de execução indireta, nos termos da legislação em vigor.

Art. 2° - Designar a servidora Veronica Cavasin, portadora do CPF n° 050.711.701-83, para acompanhar e fiscalizar, como suplente, a execução do contrato acima descrito nos impedimentos legais e eventuais do titular.

Art. 3° - O servidor acima designado será responsável por fiscalizar e acompanhar o andamento e a execução do fornecimento do objeto.

Art. 4º - Coordenar acompanhar e fiscalizar a execução do contrato sob sua responsabilidade e emitir seus respectivos relatórios quadrimestral e ao término da vigência contratual, para envio ao TCE/MT através do sistema APLIC.

Art. 5° - Propor a celebração de aditivos ou rescisão, quando necessário.

Art. 6° - Controlar o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade.

Art. 7º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação e terá vigência até o vencimento do contrato e de sua garantia, quando houver.

Art. 8º - Ficam revogadas as disposições em contrário, em especial da Portaria 001/2019.

CENTRO ADMINISTRATIVO HILÁRIO DA ROCHA, Gabinete do Prefeito.

Itanhangá-MT, 01 de julho de 2019.

Afixado no Mural desta Prefeitura
Em _____/_____/2018
Sandra Tomasi Tosi Lopes
Chefe de Depto. de Contabilidade
Matricula 1051

EDU LAUDI PASCOSKI

Prefeito Municipal Registre-se, publique-se e Afixe-se

Emerson Sabatine

Secretário de Finanças

Secretário de Administração e Planejamento

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 171, DE 11 DE JULHO DE 2019.

Cancela 09 (nove) dias de gozo das férias regulares concedida pela Portaria 156/2019, ao servidor que menciona, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, não foi gozada a Licença Prêmio por Assiduidade concedida pela Portaria 015/2016, conforme registro de frequência anexa a esta Portaria *e;*

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela o qual rege a Administração Pública.

R E S O L V E:

Art. 1º - Cancelar 09 (nove) dias de gozo das férias regulares concedida pela Portaria 156/2019, ao servidor abaixo especificado.

NOME	CARGO	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE GOZO	RETORNO
EUFRAZIO CABRAL DA COSTA	AGENTE ADMINISTRATIVO	11/04/2018 A 10/04/2019	10/06/2019 A 09/07/2019	10/07/2019

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 11 de julho de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira/MT,através de sua pregoeira, torna público que realizará licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO, TIPO CAVALO MECÂNICO TRUCADO (6X2), DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 870472/2018 CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO E O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT**, cujas especificações detalhadas encontram-se no edital e seus anexos disponíveis nos endereços: www.bllcompras.org.br e www.itiquira.mt.gov.br. A abertura da disputa de preços está marcada para o dia **01 DE AGOSTO DE 2019, ÀS 09h00 - Horário de Brasília (DF)**. **REALIZAÇÃO:** Por meio do site www.bllcompras.org.br. Outras informações poderão ser obtidas pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br ou pelo telefone (65) 3491-1061.

Itiquira/MT, 15 de julho de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2019

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitação, senhor Lucas Dants Vitório Rodrigues, torna público que realizará **ÀS 08h30min DO DIA 05 DE AGOSTO DE 2019**,na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada a Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – ITIQUIRA – MT, licitação na modalidade **TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2019**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por finalidade a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SISTEMAS DE DRENAGEM DE RUAS DE ACESSO DE ITIQUIRA, DE ACORDO COM O CONTRATO DE REPASSE Nº 849649/2017/MCIDADES/CAIXA, CELEBRADO ENTRE O MINISTÉRIO DAS CIDADES E O MUNICÍPIO DE ITIQUIRA/MT.** Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – ITIQUIRA – MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, 15 de julho de 2019.

Lucas Dants Vitório Rodrigues

Presidente da Comissão Permanente de Licitação

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 129, DE 07 DE JUNHO DE 2019. CONCEDE AUXÍLIO DOENÇA AO SERVIDOR QUE MENCIONA, DO QUADRO PERMANENTE DO PODER EXECUTIVO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA,

PORTARIA N° 129, DE 07 DE JUNHO DE 2019.

Concede Auxílio Doença ao servidor que menciona, do quadro permanente do Poder Executivo, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado à unidade Administrativa competente do Poder Executivo, em cumprimento das atribuições estabelecidas na legislação pertinente em vigor, e considerando ainda, a perícia junto a Junta Médica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Conceder o Auxílio Doença, ao servidor abaixo relacionado:

1. HELIANY APARECIDA COSTA DE SOUZA, servidor público do quadro permanente do Poder Executivo, no Cargo de PROFESSOR, empossado em 29/02/2008, pelo período de **21/05/2019 à 29/06/2019, conforme Laudo Pericial,** com o retorno aos trabalho no dia **30/06/2019.**

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 21/05/2019, revoga-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 07 de junho de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDICA
PORTARIA N° 169, DE 11 DE JULHO DE 2019.

Retifica período aquisitivo de férias regulares de servidor, e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITIQUIRA, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 51, incisos I, combinado com o art. 95, inciso II da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO, que houve o erro formal de digitação no quadro contido nas Portarias nº 164/2013, e;

CONSIDERANDO, o princípio da autotutela o qual rege a Administração Pública.

R E S O L V E:

Art. 1º **-** Retificar o período aquisitivo de férias regulares de servidor das Portaria nº 164/2013, conforme segue abaixo:

MAT	NOME	CARGO	PORTARIA	ONDE SE LÊ	LEIA-SE
560	GABRIELLA APARECIDA MENDONÇA	RECEPCIONISTA	164/2013	29/02/2009 A 28/02/2010	29/02/2012 A 28/02/2013

Art. 2° - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Itiquira-MT., 11 de julho de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

HUMBERTO BORTOLINI

Prefeito Municipal

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019

AVISO DE LICITAÇÃO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ITIQUIRA, através de sua pregoeira, torna público que realizará **ÀS 08h00 DO DIA 31 DE JULHO DE 2019**, na Prefeitura Municipal de Itiquira, situada na Praça Frei Liberato Keterrer, nº 311, Centro – Itiquira – MT, licitação na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2019**, do tipo **MENOR PREÇO POR ITEM** tendo por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE ÓLEOS LUBRIFICANTES, GRAXAS, FLUÍDOS E PRODUTOS CORRELATOS, PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS,** conforme itens constantes no Termo de Referência, Anexo I do edital. Os envelopes contendo a proposta de preços e os documentos de habilitação serão recebidos até às **08h00 DO DIA 31 DE JULHO DE 2019.** O credenciamento será feito no início da sessão. Os interessados poderão ler ou obter a integra do edital e seus anexos na Prefeitura Municipal de Itiquira/MT, sito PRAÇA FREI LIBERATO KETERRER, Nº 311, CENTRO, ITIQUIRA/MT, no horário das 07h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, nos dias úteis ou pelo e-mail: licitacao@itiquira.mt.gov.br, sendo que o mesmo encontra-se disponível ainda no site: www.itiquira.mt.gov.br.

Itiquira/MT, 15 de julho de 2019.

Juliane Presotto

Pregoeira

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAURU

DISTRATO DO CONTRATO

DISTRATO AO CONTRATO Nº. 060/2019

DAS PARTES

A) **DISTRATANTE: MUNICÍPIO DE JAURU**, com sede à Rua do Comercio n° 480, inscrito no CNPJ sob o n° 15.023.948/0001-30, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. **PEDRO FERREIRA DE SOUZA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG nº 0756590-9 SJ/MT, CPF nº 522.356.531-20, doravante denominado simplesmente de DISTRATANTE.

B) **DISTRATADO**: **MARCELA VIEIRA DA CRUZ-MEI,** pessoa jurídica de direito privado inscrito no CNPJ: 31.469..008/0001-25 residente e domiciliado na Av. Luiz de Albuquerque Melo Pereira e Cáceres, Bairro Cruzeiro, Nº 1364, em Jauru/MT, doravante denominado **DISTRATADA.**

Tem entre os mesmos de maneira justa e acordada, o presente DISTRATO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO N° 060/2019, ficando desde já aceito, pelas cláusulas abaixo descritas.

CLÁUSULA ÚNICA – OBJETO DE CONSIDERAÇÕES DO CONTRATO

O presente tem como objeto, a prestação de serviço como **TECNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL**, com inicio em 02 de maio de 2019 e com termino estipulado para 02 de setembro de 2019, onde o Distratado pediu a demissão no dia 30 de maio de 2019, encerrando se um vinculo com o Município.

PARAGRAFO PRIMEIRO: As partes resolvem, nesta data, em comum acordo, nas razões de suas faculdades em dissolver quaisquer direitos e obrigações oriundas do contrato de prestação de serviços firmado entre as mesmas, de forma a não restar quaisquer resquícios de ônus financeiro ou obrigacional contido no mesmo.

PARAGRAFO SEGUNDO: Todas as cláusulas e condições contidas no presente restam desde já DISTRATADOS. Afirmam por este e na forma de Direito, dando total e irrestrita quitação sobre todos os direitos e obrigações oriundos do contrato de prestação de serviços, não havendo quaisquer pendências recíprocas.

PARAGRAFO TERCEIRO: Assim, seja em qualquer tempo ou grau de desenvolvimento financeiro do DISTRATANTE e DISTRATADA, firmado inclusive

que, em função dos termos do presente, resta vedado pleitar judicial ou extrajudicialmente, quaisquer direitos ou pagamentos oriundos do referido contrato de prestação de serviços ou concernente ao presente **DISTRATO**.

DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente contrato de distrato passa a vigorar entre as partes a partir da assinatura do mesmo, as quais elegem o Foro da Cidade de Jauru-MT, caso ocorra quaisquer duvidas em relação ao presente **DISTRATO**.

Faz parte do presente instrumento fotocópia autenticada do contrato de prestação de serviços.

E, por estarem justas e convencionadas as partes assinam o presente **CONTRATO DE DISTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, juntamente com 2 (duas) testemunhas.

JAURU – MT, 30 de maio de 2019.

PEDRO FERREIRA DE SOUZA PrefeitO Municipal CONTRATANTE

MARCELA VIEIRA DA CRUZ

CONTRATADA

Testemunhas:

MARLLON RICARDO GOMES PIO ROSEMIR GARCIA DE SOUZA

CPF: 041.758.571-33 CPF: 819779.343.421-87

VISTO DA ASSESSORIA JURÍDCA

CONTRATO DE RATEIO CONSPREV

CONTRATO DE RATEIO

Pelo presente instrumento o **CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV,** pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ N. 26.469.179/0001-14, sediado na Avenida Historiador Rubens de Mendonça, 3.920, Centro Político Administrativo, Cuiabá/MT, neste ato representando pelo seu presidente o Sr. Pedro Ferreira de Souza, brasileiro, residente e domiciliado Rua 07 de setembro, n° 259, centro, na cidade de Jauru/MT, portador da Cédula de Identidade n.º 07565909 SSP/MT e do CPF n.º 522.356.531-20 e o **FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE JAURU – PREVI-JAURU***, com natureza jurídica de Fundo Contábil,* devidamente inscrito no CNPJ nº 14.630.786/0001-35 situado na Rua do Comercio, n°480, Bairro Centro, Jauru/MT, representado neste ato pelo Sr**. Marlon Ricardo Gomes Pio**, portador do CPF nº 041.758.571-33 e do RG nº 2239473-7 SSP/MT, Secretário Municipal de Administração e Planejamento, residente e domiciliado em Jauru/MT, celebram Contrato de Rateio conforme as cláusulas e dispositivos abaixo especificados:

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA. Aplicam-se ao presente Contrato de Rateio as disposições da Lei Federal nº. 11.107/05 e do Decreto 6.017/07.

CLÁUSULA SEGUNDA. É dispensada a realização de licitação para a celebração deste Contrato de Rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA. DO OBJETO

O presente instrumento tem por objeto ratear as despesas do Consórcio Público Intermunicipal de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência Social dos Municípios Mato-Grossenses – CONSPREV entre os CONSORCIADOS nos termos do art. 8º da Lei n.º 11.107/05.

Parágrafo único. Consideram-se despesas do CONSÓRCIO entre outras que vierem a ser regularmente constituídas:

a) despesas de instalação, aquisição de equipamentos e manutenção de sua sede;

b) despesas de execução do objeto e das finalidades do CONSÓRCIO previstos no contrato de consórcio público, contratos de programa e convênios;

c) despesas de remuneração de empregados, nela incluída as obrigações trabalhistas (FGTS) e fiscais (INSS) patronais;

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES

O CONSORCIADO fica obrigado a repassar ao CONSÓRCIO recurso financeiro para custear as despesas consorciais, denominado de cota de rateio, definida em uma parte fixa.

Parágrafo Primeiro: A parte fixa da cota de rateio corresponderá às despesas de manutenção do CONSÓRCIO, sendo rateada igualmente por todos os CONSORCIADOS, à razão de uma quantia mensal resultante da multiplicação do total de seus servidores efetivos ativos, inativos e pensionistas existentes em 31/12/2018 (330) pelo valor de R$ 0,50 (cinquenta centavos), que corresponderá à cota parte relativa ao exercício financeiro de 2019.

Parágrafo segundo: A parte variável corresponderá aos serviços prestados por empresas privadas contratadas via procedimento licitatório compartilhado, das quais resultarão benefício exclusivo ao PREVI-JAURU.

Parágrafo Terceiro: Fica estabelecido que a parte fixa da cota de rateio das despesas consorciais que o PREVI-JAURU repassará durante o ano de 2019 será no valor de R$ 1.155,00 (um mil, cento e cinquenta e cinco reais) divididos em 07 (sete) parcelas mensais de R$ 165,00 (cento e sessenta e cinco reais).

Parágrafo Quarto: O valor da parte fixa da cota de rateio estabelecida nesta cláusula poderá ser alterado por termo aditivo para fins de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro dos instrumentos celebrados entre o CONSPREV e o PREVI-JAURU, nos termos do Estatuto do CONSÓRCIO.

Parágrafo Quinto: A parte variável será fixada mediante Contrato Administrativo de Prestação de Serviços de acordo com os serviços que serão utilizados pelo *PREVI-JAURU* junto às empresas contratadas.

CLÁUSULA QUINTA. O montante do valor a ser repassado mensalmente, representado pelo somatório da parte fixa pelo PREVI-JAURU deverá ser depositado na conta corrente do CONSPREV, na Caixa Econômica Federal, Agência 3276, Conta Corrente 71002-3, operação 006 ou outro que vier a ser indicado, até o dia 01 do mês subsequente.

Parágrafo único. A parte variável deverá ser paga diretamente às empresas prestadoras dos serviços administrativos contratados via procedimento licitatório compartilhado.

CLÁUSULA SEXTA. DAS PENALIDADES

O inadimplemento das obrigações financeiras estabelecidas neste instrumento sujeitam o RPPS do município CONSORCIADO faltoso às penalidades previstas no Contrato de Consórcio, Estatuto do CONSÓRCIO e Art. 8º, § 5º, da Lei Federal n.º 11.107/05 (Lei dos Consórcios Públicos).

CLÁUSULA SÉTIMA. DISPOSIÇÕES GERAIS

O presente instrumento surtirá efeitos jurídicos a partir de sua assinatura.

CLÁUSULA OITAVA. As despesas oriundas do presente contrato correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores Públicos de Jauru – *PREVI-JAURU*.

Parágrafo único. A celebração do presente contrato de rateio de consórcio público sem suficiente e prévia dotação orçamentária ou sem observar as formalidades legais previstas configurará ato de improbidade administrativa insculpido no art. 10, inc. XV, da Lei Federal no 8.429/92 (Lei dos Atos de Improbidade Administrativa).

CLÁUSULA NONA. O presente instrumento vigorará de 01/06/2019 até 31/12/2019, sendo, todavia, rescindido automaticamente no caso de o CONSORCIADO deixar de integrar o CONSPREV, desde que atendidas as formalidades estabelecidas nos arts. 8º, § 5º, 11 e 12, § 2º, da Lei Federal n.º 11.107/05.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO

As partes elegem de comum acordo o Foro da Comarca de Cuiabá/MT para dirimir dúvidas emergentes do presente acordo.

E por estarem justas e acordadas, assinam o presente instrumento particular em duas vias de igual teor e forma na presença de duas testemunhas.

Cuiabá/MT, 31 de maio de 2019.

CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DE GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES – CONSPREV

Pedro Ferreira de Souza

Presidente

FUNDO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES DO MUNICIPIO DE JAURU – PREVI-JAURU

Marllon Ricardo Gomes Pio

Secretário Municipal de Administração e Planejamento

Testemunhas:

Renato Ferreira de Santana Lara Débora Simone Rocha Faria

R.G. n.º 0742716-6 SSP/MT **OAB/MT**. n.º 4198

CPF n.º 569.651.251-87 C.P.F. n.º 442.328.611-49

ERRATA DO TERMO DE ADJUDICAÇÃO

ERRATA TERMO DE ADJUDICAÇÃO

NA PUBLICAÇÃO DO DIA 28 DE JUNHO DE 2019 DO DIÁRIO OFICIAL DA AMM, PÁGINA 411 ONDE – **SE LE** PARA PRESTAÇÃO DE SERVICOS FUNERARIOS PARA ATENDER AOS BENEFICIOS EVENTUAIS POR MORTE, **LEIA – SE** CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA MANUTENÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.

EXTRATOS DE CONTRATOS

CONTRATO Nº 094/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: CLARICE ALEXANDRINO FIRMINO - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GERAIS

VIGÊNCIA: 90 (Noventa) dias

VALOR: R$ 3 (Três mil reais)

CONTRATO Nº 096/2019

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE JAURU

CONTRATADA: ACÁCIO ALVES FERREIRA - MEI

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OPERAÇÕES DE MAQUINAS.

VIGÊNCIA: 03 (Três) meses

VALOR: R$ 9.000,00 (Nove mil reais)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUARA

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA
TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 032-A/2019

TERMO DE ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO nº 032-A/2019/Administração oriunda do Processo Licitatório na modalidade Pregão Presencial n° 036/2019/Administração " Carona", realizada pela Prefeitura Municipal de Juara-MT.

ÓRGÃO PARTICIPANTE: Prefeitura Municipal de Juara – CNPJ nº 15.072.663/0001-99

ENDEREÇO: Rua Niterói nº 81-N - Centro, na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso.

ENDEREÇO PRESENCIAL: www.juara.mt.gov.br, **www.juara.mt.gov.br/licitacao**

ADERENTE: Câmara Municipal de Juara – CNPJ Nº 03.476.682/0001-00.

ENDEREÇO: Rua Nelson Taborda Lacerda nº 59-S Centro na cidade de Juara, Estado de Mato Grosso: Departamento de Compras.

CONTRATADA: Promitente Fornecedora: Empresa Auto Posto Arinos Ltda, CNPJ sob o número 05.798.923/0001-54.

ENDEREÇO: Avenida Rio Arinos nº 968-W - Centro, na cidade de Juara – MT, CEP 78.575-000.

OBJETO: A finalidade do presente Termo é a Adesão a Ata de Registro de Preço **nº 032-A/2019/Administração** – Pregão nº 036/2019/Administração, cujo objeto é o:

Registro de Preços para Futuro e Eventual Fornecimento de Combustíveis (Gasolina Comum e Oleo Diesel S-10) para atender às necessidades da Câmara Municipal, conforme descrição constante no Anexo I – Termo de Referência do Edital de PREGÃO PRESENCIAL nº 036/2019/Administração, para REGISTRO DE PREÇOS 032-A/2019/Administração, abaixo especificados:

Item	Cod.	Descrição	Quantidade	Unidade	V. Unit.	V. Total
02	89751	Gasolina Comum	1.500	Litro	4,54	6.810,00
05	89754	Óleo Diesel S-10	2.000	Litro	3,78	7.560,00

Juara, 15 de Julho de 2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE JUARA

Ver. Valdir Leandro Cavichioli

Presidente

AUTO POSTO ARINOS LTDA

CNPJ/MF: 05.798.923/0001-54

Giovanni Gouvêa Gonçalves - Sócio Proprietário

C.I. RG. n.º 576.974 SSP/MT e CPF/MF n.º 415.776.711-04

TESTEMUNHAS:

Fabiane Pereira da Silva Mota CPF 789.213.921-49	**Selma Ferreira** CPF 170.828.758-27

Gizeli Cristina Lauro Lehnen
Examinado: Assessora Jurídica
OAB/MT nº. 10.689

AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO: MODALIDADE: PREGÃO Nº. 049/2019 TIPO: ELETRONICO JULGAMENTO: MENOR VALOR POR ITEM.

O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Juara, designado pela Portaria GP nº 005/2019, e equipe de Apoio, nomeada pela Portaria GP nº 005/2019, torna público aos interessados que o processo licitatório realizado na modalidade de Pregão Eletrônico nº. 049/2019, cuja abertura ocorreu as 08h30 - Brasília, do dia 03.07.2019, na sala de Licitação da Prefeitura Municipal. Objeto: **Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Medicamentos / Suplementos "Judicializados" em Atendimento a Secretaria Municipal de Saúde,**conforme especificações e condições técnicas constantes neste edital e em seus anexos, sagraram-se vencedoras as empresas: COMERCIAL CANDIMEDICA MEDICAMNETOS HUMANOS - LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 94.271.293/0001-95, com valor global de R$ 161.162,00 (cento e sessenta e um mil cento e sessenta e dois reais) - EXEMPLARMED COMERCIO DE PRODUTOS HSPITALARES - LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 23.312.871/0001-46, com valor global de R$ 141,00 (cento e quarenta um reais) - FARMACIA COM PREÇO - LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 11.504.314/0001-48, com valor global de R$ 53.499,84 (cinqüenta e três mil quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos) - G. A. S DAMACENO, inscrita com o CNPJ sob o n.º CNPJ: 01.192.116/0001-32, com valor global de R$ 86.369,80 (oitenta e seis mil trezentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos) - LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMNETOS LTDA - EPP, inscrita com o CNPJ sob o n.º 26.419.311/0001-83, com valor global de R$ 124.660,68 (cento e vinte e quatro mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e oito centavos) - LUVERMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - ME, inscrita com o CNPJ sob o n.º 19.391.064/0001-99, com valor global de R$ 16.042,20 (dezesseis mil quarenta e dois reais e vinte centavos) - MEDITON FARMACEUTICA - LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 26.614.830/0001-90, com valor global de R$ 71.141,40 (setenta e um mil cento e quarenta e um reais e quarenta centavos) - NUTRICENTER DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS NUTRICIONAIS E HOSPITALRES LTDA - ME, inscrita com o CNPJ sob o n.º 06.372.763/0001-40, com valor global de R$ 448.397,60 (quatrocentos e quarenta e oito mil trezentos e noventa e sete reais e sessenta centavos) - PAQUER E BERTO PAQUER - LTDA, inscrita com o CNPJ sob o n.º 06.239.574/0001-01, com valor global de R$ 36.261,01 (trinta e seis mil duzentos e sessenta e um reais e um centavo) - SANI MEDICAMENTOS EIRELI - EPP, inscrita com o CNPJ sob o n.º 24.952.221/0001-28, com valor global de R$ 1.620,00 (um mil seiscentos e vinte reais).

Juara –MT, 15 de julho de 2019.

Luis Carlos Correia Carlos Amadeu Sirena

Pregoeiro Oficial Prefeito do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE JURUENA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

A Prefeita Municipal, SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Presidente da C.P.L. e sua equipe de apoio, resolve:

HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

Licitação: 011/2019

Modalidade: Pregão Eletrônico SRP

Data da Homologação: 15/07/2019

Objeto da Licitação: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CAMINHÃO NOVO, EQUIPADO COM COLETOR COMPACTADOR DE LIXO COM CAPACIDADE VOLUMÉTRICA DE NO MÍNIMO 15 M³, PARA ATENDER AS DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES E CONDIÇÕES CONSTANTES NO TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO NO EDITAL PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Fornecedor:

Razão Social: ASAP COMERCIAL EIRELI CNPJ: 20.716.823/0001-25 Valor: R$ 340.138,00

Juruena – MT, 15 de julho de 2019

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA Prefeita Municipal de Juruena

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 046/2019

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 046/2019

PROCESSO DE LICITAÇÃO: Nº 029/2019 PREGÃO ELETRÔNICO SRP: Nº 011/2019

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Juruena/MT, doravante denominada PREFEITURA, neste ato representada pela Prefeita Municipal Sra. **SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 698.611, e do CPF 747.198.402-30 residente e domiciliada na cidade de Juruena/MT resolve registrar os preços da empresa **ASAP COMERCIAL EIRELI CNPJ: 20.716.823/0001-25**, neste ato representada legalmente pelo Sr. **ANTONIO FIRMINO DE MIRANDA NETO,** portador do **CPF de n° 061.945.186-69 e RG: MG-10.817.426 SSP/MG**, nas quantidades estimadas, de acordo com a classificação por ela alcançada por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações e Lei 10.520/02, em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Veículo Novo do tipo Caminhão com Compactador de Lixo, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Viação, Obras e Serviços Urbanos do Município de Juruena, de acordo com as especificações e condições constantes no Termo de Referencia anexo no Edital.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A referida Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir de sua publicação no Diário Oficial, com inicio em 15/07/2019 e término em 15/07/2020.

3. DO GERENCIAMENTO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Juruena, através da Superintendência de Aquisição, no seu aspecto operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais.

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT	MARCA	VALOR
01	Veículo caminhão novo com equipamento compactador de lixo com as seguintes especificações mínimas: - Ano/modelo 2019 ou superior; - Cor branca; - Zero quilometro - Motor diesel mínimo 04 cilindros, com sistema de injeção eletrônica, com potência mínima de 185 CV; - Tração 4 x 2; - Transmissão automática de no mínimo 06 marchas a frente sincronizadas e 01 a ré; - Direção hidráulica; - Tomada de força no motor possibilitando compactação em movimento; - Ar condicionado; - Cabine curta em aço com capacidade para 03 passageiros, incluindo motorista, com duas portas; - Tapetes de borracha; - Sistema de som com rádio AM/FM e entrada USB com 02 alto-falantes e antena; - Peso total bruto de no mínimo 16.000kg; - Capacidade mínima de tração (CMT) de 27.000kg; - Equipamentos obrigatórios de segurança de acordo com a Legislação Vigente; - Garantia mínima de 01 (um) ano de uso sem limite de quilometragem conforme plano de manutenção e especificações de fábrica. Coletor compactador de lixo, com as seguintes especificações mínimas: - Caixa monobloco com paredes laterais teto lisos de formato elíptico e fundo côncavo com canaleta central para guia do painel ejetor; - Altura acima da longarina do chassi de 2,38 m calculado conforme Norma Brasileira ABNT NBR14879; - Calhas de Chorume de no mínimo 100 litros; - Tomada de força no motor com compactação andando; - - Sistema de compactação através de 02 painéis acionados por 04 cilindros hidráulicos de duplo efeito com amortecimento, sendo as sapatas do painel compactador em polímero de alta durabilidade que dispensam lubrificação; - Vedação de borracha entre o deposito traseiro e a caixa de 7/8 da altura nas laterais; - Comando manual para o ciclo de compactação com desarme e aceleração automática que permite a parada e reversão do ciclo de compactação em qualquer instante do movimento; - Comando frontal para levantamento do depósito traseiro e ejeção, sistema que proporciona uma compactação homogênea de atuação como dispositivo anti-chupeta; - Painel ejetor côncavo acionado por 01 cilindro hidráulico telescópico de duplo efeito inclinado e tendo uma das extremidades fixas ao piso da caçamba; - Pressão de operação de no mínimo 175 bar; - Tubulações em aço trefilado sem costura bi cromatizada sem pintura; - Travamento manual da porta traseira; - Alerta sonoro entre motoristas e operadores; - Estribos e garras de apoio para 3 a 4 operadores; - Para lamas de plástico; - Iluminação conforme normas de transito; - Pintura primer em epóxi em cor única; - Bomba Hidráulica com vazão de no mínimo 80 LPM a 1200rpm; - Cilindros hidráulicos de duplo efeito e cilindro telescópico de duplo efeito na posição inclinada; - Reservatório de óleo hidráulico de no mínimo 160 litros com visor de nível; - Volume do lixo compactado na caixa de no mínimo 15,1 m3; - Volume de lixo compactado na porta traseira de no mínimo 2,2 m3; - Largura mínima da caixa de 2,44 m; - Comprimento total da caixa de no mínimo 5,51 m; - Peso Operacional aproximado de no mínimo 4.500 kg; - Garantia mínima de 01 (um) ano de uso conforme plano de manutenção e especificações de fábrica.	UNID	01	VOLKSWAGEN-17.190	340.138,00

Juruena – MT, 15 de julho de 2019.

SANDRA JOSY LOPES DE SOUZA PREFEITA MUNICIPAL DE JURUENA

ASAP COMERCIAL EIRELI ANTONIO FIRMINO DE MIRANDA NETO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAMBARI D´OESTE

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 138/2019, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Concede elevação de nível aos servidores públicos que menciona, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D' OESTE, Estado de Mato Grosso, **EDVALDO ALVES DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 025/2006 de 28/04/2006 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº 027/2006 de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº. 028/2006 de 28/04/2006 e Lei Orgânica Municipal;

R E S O L V E:

ART. 1º - CONCEDER, elevação de nível, conforme as disposições contidas na Lei Complementar nº 027/2006, de 28/04/2006 – Planos de Cargos, Carreiras e Salários dos Servidores Públicos Municipais, aos servidores a seguir descritos:

NELSI SOARES MENDES

ARTÍFICE EM COPA/COZINHA

Vinculado/Lotado 05/07/2016

Elevação de **Nível 01** para **nível 02**

OZIMEIRE PEREIRA DA SILVA

ARTÍFICE EM COPA/COZINHA

Vinculado/Lotado 05/07/2016

Elevação de **Nível 01** para **nível 02**

ART. 3º - A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

PUBLIQUE-SE, RIGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE.

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

PORTARIA Nº 136/2019, 12 DE JULHO DE 2019

Concede férias aos Servidores Públicos Municipais e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, letra "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 67, da Lei Complementar nº. 25/2006, de 28 de abril 2006.

R E S O L V E:

Art. 1º - Conceder férias correspondentes ao período aquisitivo e de gozo, a Servidores Públicos Municipais, que especifica segundo o que menciona:

Servidor: GISLEI DA ROCHA LOPES

Órgão/Unidade: SMAP

Período aquisitivo: 08/05/2017 A 07/05/2018

Período de gozo: 01/08/2019 a 30/08/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JOSEFA TORQUATO DE ARAÚJO

Órgão/Unidade: SMAS

Período aquisitivo: 10/06/2018 A 09/06/2019

Período de gozo: 01/08/2019 A 30/08/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JOSIANE CUSTÓDIA DE ASSUNÇÃO SILVA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 04/07/2015 A 03/07/2016

Período de gozo: 01/08/2019 A 30/08/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: JOVELINO FERREIRA DE SOUZA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 13/05/2013 A 12/05/2014

Período de gozo: 01/08/2019 A 30/08/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: MARILUCI FERREIRA FRANÇA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 11/03/2017 A 10/03/2018

Período de gozo: 01/08/2019 A 30/08/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: NOÊMIA ALBIMA OLIVEIRA SILVA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 10/04/2016 A 09/04/2017

Período de gozo: 01/08/2019 A 30/08/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: RENATA VENTURA

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 14/05/2017 A 13/05/2018

Período de gozo: 01/08/2019 A 30/08/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: ROSELANE RODRIGUES ROCA DOS SANTOS

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 22/04/2017 A 21/04/2018

Período de gozo: 01/08/2019 A 30/08/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: PAULO DAVID TOSTA

Órgão/Unidade: SMIE

Período aquisitivo: 03/07/2018 A 02/07/2019

Período de gozo: 01/08/2019 A 30/08/2019

Dias: 30 (trinta)

Servidor: TÂNEA MARA DE AZEVEDO FOCKINK

Órgão/Unidade: SMS

Período aquisitivo: 18/07/2016 A 17/07/2017

Período de gozo: 01/08/2019 A 30/08/2019

Dias: 30 (trinta)

Art. 2º - Caberão aos órgãos/unidades administrativas competentes do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive para o pagamento e registro nos mecanismos e controle.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos doze dias do mês de julho do ano de 2019.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 137/2019, DE 12 DE JULHO DE 2019.

"Concede Licença-Prêmio ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona na forma que especifica e dá providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAMBARI D'OESTE, Estado de Mato Grosso, Senhor **EDVALDO ALVES DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais exaradas no art. 62, incisos VI e IX, combinado com o art. 90, incisos II, alínea "d" da Lei Orgânica do Município e, Art. 2° da Lei Complementar n° 30 de 03 de junho de 2008.

R E S O L V E:

ART. 1º - Conceder Licença-prêmio ao Servidor Público Municipal, segundo o que menciona, na forma que especifica:

- JOSÉ FERNANDES DE LIMA, Motorista de Veículos Pesados, Nível "07", Classe "C", lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, pelo período de 90 (noventa) dias de 01/08/2019 a 29/10/2019, conforme período aquisitivo de 19/05/2010 a 18/05/2015.

ART. 2º -Caberá ao órgão/unidade competente do Poder Executivo, as providências requeridas, inclusive o controle do período da licença concedida.

ART. 3º - As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão à conta da rubrica 31.90.11.00 – Vencimentos e vantagens fixas do órgão/unidade aos quais os servidores estão subordinados, constante na Lei Or-

çamentária Anual do corrente exercício, suplementada, se necessário, na forma da Lei.

ART. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, Revogadas disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo Municipal, aos doze dias do mês de julho de 2019.

PUBLICA-SE, REGISTRE-SE, CIENTIFIQUE-SE E, CUMPRA-SE

EDVALDO ALVES DOS SANTOS

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELÂNDIA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 052/2019

SÚMULA: "Designa SERVIDORES para compor a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL"

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Ficam designados a Sra. RAPHAELLA ESPÍNDOLA BENÍCIO (presidente), o Sr. ALVANEU NAVARRO (secretário) e a Sra. PATRÍCIA DE FREITAS PEREIRA (membro), sob a presidência da primeira acima designada, para constituir a Comissão Permanente de Licitação – CPL desta Prefeitura, durante o ano de 2019, competindo-lhes a prática de todos os atos necessários ao processamento e julgamento das Licitações.

Art. 2º - O Presidente da Comissão será substituído em suas ausências e impedimentos eventuais pelo segundo nomeado, ficando designados como suplentes da Comissão os seguintes servidores:

Greycielli Angélica da Silva - 1º Suplente;

Adriana Pereira Gonçalves - 2º Suplente.

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto 002/2019 de 07/01/2019.

Paço Municipal, em Marcelândia-MT, em 05 de julho de 2019.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA/LICITAÇÃO
DECRETO Nº 053/2019

SÚMULA: "Designa SERVIDORES para compor a equipe do Município de MARCELÂNDIA/MT responsável por licitação na modalidade Pregão"

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal de Marcelândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º - Designa os seguintes servidores, para compor a equipe do Município de Marcelândia-MT responsável por licitação, na modalidade pregão, no ano 2019, a partir desta data, nos seguintes termos:

I – Autoridade Competente:

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE, Prefeito Municipal

II – Pregoeira Oficial:

RAPHAELLA ESPÍNDOLA BENÍCIO

III – Equipe de Apoio:

ALVANEU NAVARRO

PATRÍCIA DE FREITAS PEREIRA

Parágrafo Único – A pregoeira oficial será substituída, em suas ausências ou impedimentos eventuais, pelo servidor ALVANEU NAVARRO.

Art. 2.º - Fica designado como suplente da Equipe de Apoio a servidora GABRIELLY ANGELI DE SOUZA FUSTINONI.

Art. 3.º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e/ou afixação, revogando-se as disposições em contrário, principalmente o Decreto 003/2019 de 07/01/2019.

Paço Municipal, em Marcelândia-MT, 05 de julho de 2019.

ARNÓBIO VIEIRA DE ANDRADE

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATUPÁ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 077/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **RIBEIRO COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA - ME**, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 09.237.458/0001-33 e Inscrição Estadual n°13.347.772-2, com sede na Rua 21 nº302, Bairro Centro, na Cidade de Matupá/MT, neste ato representada pela Sócia **DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO**, portadora da RG nº 1226202-1 SSP/MT e do CPF nº 850.445.711-72, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL ELÉTRICO EM ATENDIMENTO A DECORAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unid.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
372135	MANGUEIRA/CORDA LUMINOSA EM LEDS, DECORATIVA, MANGUEIRA DE 13 MM DE DIÂMETRO, CORTE A CADA METRO, COM 36 LEDS POR METRO (MÍNIMO), LEDS DEITADOS PARA UMA VISÃO EM 360 GRAUS. POTÊNCIA MÍNIMA DE 3 W/MT. USO INTERNO/EXTERNO, MANGUEIRA DE 2 FIOS, TENSÃO: 220 VOLTS. ROLO DE 100 METROS, CONTENDO: 5 CABOS DE FORÇA, 5 EMENDAS(CONECTORES INTERCONEXÃO) E 5 CAPAS TERMINAÇÃO 13 MM. LEDS NA COR VERDE.	M - METRO	CHIBRALI	800	5,30	4.240,00
372136	MANGUEIRA/CORDA LUMINOSA EM LEDS, DECORATIVA, MANGUEIRA DE 13 MM DE DIÂMETRO, CORTE A CADA METRO, COM 36 LEDS POR METRO (MÍNIMO), LEDS DEITADOS PARA UMA VISÃO EM 360 GRAUS. POTÊNCIA MÍNIMA DE 3 W/MT. USO INTERNO/EXTERNO, MANGUEIRA DE 2 FIOS, TENSÃO: 220 VOLTS. ROLO DE 100 METROS, CONTENDO: 5 CABOS DE FORÇA, 5 EMENDAS (CONECTORES DE INTERCONEXÃO) E 5 CAPAS TERMINAÇÃO 13 MM. LEDS NA COR BRANCO FRIO.	M - METRO	CHIBRALI	3800	5,30	20.140,00
372137	MANGUEIRA/CORDA LUMINOSA EM LEDS, DECORATIVA, MANGUEIRA DE 13 MM DE DIÂMETRO, CORTE A CADA METRO, COM 36 LEDS POR METRO (MÍNIMO), LEDS DEITADOS PARAUMA VISÃO EM 360 GRAUS. POTÊNCIA MÍNIMA DE 3 W/MT. USO INTERNO/EXTERNO, MANGUEIRA DE 2 FIOS, TENSÃO: 220 VOLTS. ROLO DE 100 METROS, CONTENDO: 5 CABOS DE FORÇA, 5 EMENDAS(CONECTORES INTERCONEXÃO) E 5 CAPAS TERMINAÇÃO 13 MM. LEDS NA COR VERMELHO.	M - METRO	CHIBRALI	1000	5,30	5.300,00
372138	MANGUEIRA /CORDA LUMINOSA EM LEDS, DECORATIVA, MANGUEIRA DE 13 MM DE DIÂMETRO, CORTE A CADA METRO, COM 36 LEDS POR METRO (MÍNIMO), LEDS DEITADOS PARAUMA VISÃO EM 360 GRAUS. POTÊNCIA MÍNIMA DE 3 W/MT. USO INTERNO/EXTERNO, MANGUEIRA DE 2 FIOS, TENSÃO: 220 VOLTS. ROLO DE 100 METROS, CONTENDO: 5 CABOS DE FORÇA, 5 EMENDAS(CONECTORES INTERCONEXÃO) E 5 CAPAS TERMINAÇÃO 13 MM. LEDS NA COR AMARELO.	M - METRO	CENTROESTE	800	5,30	4.240,00
372153	MANGUEIRA /CORDA LUMINOSA EM LEDS, DECORATIVA, MANGUEIRA DE 13 MM DE DIÂMETRO, CORTE A CADA METRO, COM 24 LEDS POR METRO (MÍNIMO), LEDS DEITADOS PARAUMA VISÃO EM 360 GRAUS. POTÊNCIA MÍNIMA DE 3 W/MT. USO INTERNO/EXTERNO, MANGUEIRA DE 2 FIOS, TENSÃO: 220 VOLTS. ROLO DE 100 METROS, CONTENDO: 5 CABOS DE FORÇA, 5 EMENDAS(CONECTORES INTERCONEXÃO) E 5 CAPAS TERMINAÇÃO 13 MM. LEDS NA COR COLORIDA.	M - METRO	CENTROESTE	800	5,19	4.152,00
372139	CORDA LUMINOSA EM LEDS, DECORATIVA, MANGUEIRA DE 13 MM DE DIÂMETRO, CORTE A CADA METRO, COM 36 LEDS POR METRO (MÍNIMO), LEDS DEITADOS PARA UMA VISÃO EM 360 GRAUS. POTÊNCIA MÍNIMA DE 3 W/MT. USO INTERNO/EXTERNO, MANGUEIRA DE 2 FIOS, TENSÃO: 220 VOLTS. ROLO DE 100 METROS, CONTENDO: 5 CABOS DE FORÇA, 5 EMENDAS(CONECTORES INTERCONEXÃO) E 5 CAPAS TERMINAÇÃO 13 MM. LEDS NA COR AZUL.	M - METRO	CHIBRALI	3200	5,30	16.960,00
372141	CABOS DE FORÇA ELETRICO/ RABICHO ALIMENTACAO DE MANGUEIRA LUMINOSA EM LEDS - MESMA EXPESSURA DAS MANGUEIRAS (13 MM)	UN - UNIDADE	CENTROESTE	1500	6,80	10.200,00
372144	CORDÃO COM 8 TUBOS DE LED COLORIDOS DUPLA FACE MÍNIMO 42 CM 220 VOLTS	UN - UNIDADE	CHIBRALI	150	49,00	7.350,00
Total Fornecedor						**R$72.582,00**

5 – DOS PRODUTOS

5.1. Local de Entrega

O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (08) oito dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.1.1. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.3 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.4 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.5 -A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.6 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade e padrões da ABNT e INMETRO – atentando-se o proponente, principalmente o ISO 9001:2000 ou superior e as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):

5.7 - Os produtos a serem fornecidos deverão ser de **1ª Linha;**

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - Recebimento dos Produtos:

5.9.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.9.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.9.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.10 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.10.1. Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.10.2. Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.10 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

- Nas caixas de entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata.

6.14 - Caberá à Licitante Vencedora:

6.14.1 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste instrumento, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.14.2 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.14.3 – Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

6.15 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO/PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios:

Código Geral: 13.001.27.812.0016.20041 – NATAL ILUMINADO – DECORAÇÃO NATALINA – 3390.30.000 – Material Consumo

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 048/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 12 de julho de 2019.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

RIBEIRO COMÉRCIO DE COMPUTADORES LTDA – ME

CNPJ sob o nº 09.237.458/0001-33

DIONEIDE APARECIDA RIBEIRO

CPF nº 850.445.711-72

Contratada

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 078/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 15.984.883/0001-99, com sede na Avenida Volta Redonda, nº 951, Quadra 256, Lote 02, Bairro Jardim Novo Mundo, na Cidade de Goiânia- GO, CEP: 74.703-000, Telefone: (62)3921-6599, e-mail: eletricaradiante01@gmail.com, neste ato representada pelo seu sócio proprietário o Srº **SERGIO AUGUSTO V F BELTRAO**, portador do CPF nº 828.469.871-49 e do RG nº 4022002 DGPC/GO, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL ELÉTRICO EM ATENDIMENTO A DECORAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unid.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
372152	CASCATAS 100 LEDS BRANCO, FIO BRANCO 8 FUNÇOES MEDIDAS MÍNIMO 2,70 M LUMINOSAS 220 V INTERNO	UN - UNIDADE	MASTER CHRISTMAS	200	24,00	4.800,00
372140	CORDA LUMINOSA EM LEDS, DECORATIVA, MANGUEIRA DE 13 MM DE DIÂMETRO, CORTE A CADA METRO, COM 36 LEDS POR METRO (MÍNIMO), LEDS DEITADOS PARA UMA VISÃO EM 360 GRAUS. POTÊNCIA MÍNIMA DE 3 W/MT. USO INTERNO/EXTERNO, MANGUEIRA DE 2 FIOS, TENSÃO: 220 VOLTS. ROLO DE 100 METROS, CONTENDO: 5 CABOS DE FORÇA, 5 EMENDAS(CONECTORES INTERCONEXÃO) E 5 CAPAS TERMINAÇÃO 13 MM. LEDS NA COR ROSA.	M - METRO	MBLED	500	6,67	3.335,00
372149	CORDÃO COM 100 LEDS BLINDADOS PARA USO EXTERNO NA COR AZUL COM FIO VERDE, FIXO (SEM PISCA), TOMADA MACHO E FÊMEA PARA UNIÃO DE ATÉ 5 CONJUNTOS. EXTENSÃO DE 10 METROS, 220 V. POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 3 WATTS.	UN - UNIDADE	LUZ SOLLAR	250	21,61	5.402,50
372150	CORDÃO COM 100 LEDS BLINDADOS PARA USO EXTERNO NA COR VERMELHO COM FIO VERDE, FIXO (SEM PISCA), TOMADA MACHO E FÊMEA PARA UNIÃO DE ATÉ 5 CONJUNTOS. EXTENSÃO DE 10 METROS, 220 V. POTÊNCIA DE NO MÍNIMO 3 WATTS.	UN - UNIDADE	372150LUZ SOLLAR	150	21,61	3.241,50
372151	CORDÃO COM 100 LEDS BLINDADOS PARA USO EXTERNO NA COR BRANCO COM FIO VERDE, FIXO (SEM PISCA), TOMADA MACHO E FÊMEA PARA UNIÃO DE ATÉ 5 CONJUNTOS. EXTENSÃO DE 10 METROS, 220 V. POTÊNCIA DE NO MÍNIMO DE 3 WATTS.	UN - UNIDADE	LUZ SOLLAR	220	21,61	4.754,20
Total Fornecedor						R$ 21.533,20

5 – DOS PRODUTOS

5.1. Local de Entrega

O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (08) oito dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.1.1. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.3 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.4 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.5 -A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.6 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade e padrões da ABNT e INMETRO – atentando-se o proponente, principalmente o ISO 9001:2000 ou superior e as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):

5.7 - Os produtos a serem fornecidos deverão ser de **1ª Linha;**

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - Recebimento dos Produtos:

5.9.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.9.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.9.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.10 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.10.1. Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.10.2. Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.10 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

- Nas caixas de entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata.

6.14 - Caberá à Licitante Vencedora:

6.14.1 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste instrumento, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.14.2 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.14.3 – Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

6.15 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil Ag. Nº 3483-5 Conta corrente nº 122.035-7 em nome de ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO/PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios:

Código Geral: 13.001.27.812.0016.20041 – NATAL ILUMINADO – DECORAÇÃO NATALINA – 3390.30.000 – Material Consumo

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 048/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 12 de julho de 2019.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

ELETRICA RADIANTE MATERIAIS

ELETRICOS LTDA – EPP

CNPJ nº. 15.984.883/0001-99

SERGIO AUGUSTO V F BELTRAO

CPF nº 828.469.871-49

Contratado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 079/2019

Pelo presente instrumento **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ – ESTADO DE MATO GROSSO,** devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 24.772.188/0001-54, com sede na Prefeitura Municipal, localizada na Avenida Hermínio Ometto, nº. 101, ZE-022, neste ato representado pelo Prefeito Municipal o Sr. VALTER MIOTTO FERREIRA, brasileiro, solteiro, empresário, portador da RG nº. 0424630-6-SSP/MT, inscrito no CPF sob o nº. 368.573.949-20, residente e domiciliado na Av. Interlagos, nº 12, Bairro ZH1-001, nesta Cidade de Matupá/MT RESOLVE registrar os preços da empresa **DIA DE FESTA LTDA ,** devidamente inscrita no CNPJ sob o nº. 19.023.784/0001-00, com sede na **Av. Fernando Correa da Costa** , nº **2134** , Bairro **Jardim Petrópolis** , na Cidade de Cuiabá-MT, CEP: 78.070-000, Telefone: (65) 3641-0080, e-mail: Paulo.bocardi@terra.com.br, neste ato representada pelo seu sócio proprietário o Srº. **MARCO AURÉLIO RAMOS BOCARDI**, portador do CPF nº 025.256.941-55 e do RG nº 11955430 SSP/MT, nas quantidades estimadas **na Seção quatro desta Ata de Registro de Preços**, de acordo com a classificação por elas alcançadas Por Item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei nº 8.666/93, 10.520/02 e suas alterações e Decreto Municipal 1136, de 02 de dezembro de 2009 e Decreto Municipal nº 1665/2013:

1 - OBJETO

1.1 - Constitui objeto desta ata de registro de preço, o **"PREGÃO PRESENCIAL SISTEMA REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL ELÉTRICO EM ATENDIMENTO A DECORAÇÃO NATALINA DO MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT"** de acordo com o Termo de Referência do Edital da respectiva **PREGÃO PRESENCIAL Nº. 048/2019.**

2 - ADESÃO DE ORGÃOS NÃO PARTICIPANTES

2.1 - Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

2.2 - Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do serviço, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que o fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

2.3 - As aquisições ou contratações adicionais, não poderão exceder, por órgão ou por entidade, a cem por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

3 - DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - O gerenciamento deste instrumento caberá a Prefeitura Municipal de Matupá.

3.2 - A presente Ata terá validade **de 12 (doze) meses,** contados a partir de sua publicação no Jornal Oficial dos Municípios.

3.3 - As SECRETARIAS/ORGÃOS/ENTIDADES participantes desta Ata de Registro de Preços são:

Secretaria Municipal de Cultura e Lazer.

4 - DO CONTRATADO

4.1 - O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos produtos registrados nesta Ata, encontram-se indicados na tabela abaixo:

Código	Nome	Unid.	Marca	Quant.	Vlr. Unitário	Total
372127	CORDÃO NATALINO COM 100 LEDS NA COR VERDE, COM FIAÇÃO TRANSPARENTE - 220V, INTERNO, COM 8 FUNÇÕES COM 10 METROS	UN - UNIDADE	ROCIE	400	9,80	3.920,00
372128	CORDÃO NATALINO COM 100 LEDS NA COR VERMELHA, COM FIAÇÃO TRANSPARENTE - 220V, INTERNO, COM 8 FUNÇÕES COM 10 METROS	UN - UNIDADE	ROCIE	400	9,90	3.960,00
372129	CORDÃO NATALINO COM 100 LEDS NA COR AZUL, COM FIAÇÃO TRANSPARENTE - 220V, INTERNO, COM 8 FUNÇÕES COM 10 METROS	UN - UNIDADE	ROCIE	400	9,90	3.960,00
372130	CORDÃO NATALINO COM 100 LEDS NA COR AMARELO, COM FIAÇÃO TRANSPARENTE - 220V, INTERNO, COM 8 FUNÇÕES COM 10 METROS	UN - UNIDADE	ROCIE	400	9,90	3.960,00
372131	CORDÃO NATALINO COM 100 LEDS NA COR BRANCO, COM FIAÇÃO TRANSPARENTE - 220V, INTERNO, COM 8 FUNÇÕES COM 10 METROS	UN - UNIDADE	ROCIE	500	9,90	4.950,00
372132	CORDÃO NATALINO COM 100 LEDS NA COR PINK, COM FIAÇÃO TRANSPARENTE - 220V, INTERNO, COM 8 FUNÇÕES COM 10 METROS	UN - UNIDADE	ROCIE	200	9,90	1.980,00
372134	CORDÃO NATALINO COM 100 LEDS NA COR COLORIDO, COM FIAÇÃO TRANSPARENTE - 220V, INTERNO, COM 8 FUNÇÕES COM 10 METROS	UN - UNIDADE	ROCIE	300	9,90	2.970,00
372142	TUBOS SNOWFALL: TUBOS TRANSLÚCIDOS DE MÍNIMO 80 CM - COMPOSTO POR 42 LED'S NA COR BRANCA, EFEITO NEVE CAINDO. BIVOLT. PARA USO EXTERNO. COR DO LED: BRANCO FRIO. VISÃO PARA OS DOIS LADOS.	UN - UNIDADE	LEX LUX	240	16,99	4.077,60
372143	TUBOS SNOWFALL: TUBOS TRANSLÚCIDOS DE NO MÍNIMO 100 CM - COMPOSTO POR NO MINIMO 60 LED'S NA COR AZUL EFEITO NEVE CAINDO. BIVOLT. PARA USO EXTERNO, COR DO LED: AZUL. VISÃO PARA OS DOIS LADOS.	UN - UNIDADE	LEX LUX	600	19,79	11.874,00
372145	ESTROBO DE FIXAÇÃO: LÂMPADA STROBO REDONDA MEDIDAS NO MÍNIMO 75 X 80 MM. PARA FIXAÇÃO, COM ANEL DE BORRACHA DE VEDAÇÃO. POTÊNCIA MÍNIMA DE 6 W - COR	UN - UNIDADE	LEX LUX	50	18,09	904,50

	AMARELA - 50 A 60 PISCAS/FLASH POR MINUTO COM VISIBILIDADE PLENA ATÉ 5 KM. TENSÃO 220 VOLTS. AMARELA. PARA USO EXTERNO.					
372146	ESTROBO DE FIXAÇÃO: LÂMPADA STROBO REDONDA MEDIDAS NO MÍNIMO 75 X 80 MM. PARA FIXAÇÃO, COM ANEL DE BORRACHA DE VEDAÇÃO. POTÊNCIA MÍNIMA DE 6 W - COR VERDE - 50 A 60 PISCAS/FLASH POR MINUTO COM VISIBILIDADE PLENA ATÉ 5 KM. TENSÃO 220 VOLTS. VERDE. PARA USO EXTERNO.	UN - UNIDADE	LEX LUX	60	18,09	1.085,40
372147	ESTROBO DE FIXAÇÃO: LÂMPADA STROBO REDONDA MEDIDAS NO MÍNIMO 75 X 80 MM. PARA FIXAÇÃO, COM ANEL DE BORRACHA DE VEDAÇÃO. POTÊNCIA MÍNIMA DE 6 W - COR AZUL - NO MÍNIMO 50 A 60 PISCAS/FLASH POR MINUTO COM VISIBILIDADE PLENA ATÉ 5 KM. TENSÃO 220 VOLTS. AZUL. PARA USO EXTERNO.	UN - UNIDADE	LEX LUX	250	18,09	4.522,50
372148	ESTROBO DE FIXAÇÃO: LÂMPADA STROBO REDONDA MEDIDAS: 75 X 80 MM. PARA FIXAÇÃO, COM ANEL DE BORRACHA DE VEDAÇÃO. POTÊNCIA MÍNIMA DE 6 W - COR VERMELHO - 50 A 60 PISCAS/FLASH POR MINUTO COM VISIBILIDADE PLENA ATÉ 5 KM. TENSÃO 220 VOLTS. VERMELHO. PARA USO EXTERNO.	UN - UNIDADE	LEX LUX	110	18,09	1.989,90
Total Fornecedor						R$50.153,90

5 – DOS PRODUTOS

5.1. Local de Entrega

O prazo máximo para entrega dos produtos, objeto do pedido, é de (08) oito dias, contados a partir do dia seguinte à data do recebimento da O.F (Ordem de Fornecimento) pela Adjudicatária, devendo o produto atender às normas técnicas contidas nas especificações.

5.1.1. O recebimento dos objetos será efetuado pela Prefeitura, e, será recebido desde que:

5.1.1.1 Esteja compatível com esta Licitação;

5.1.1.2 Não apresente avaria ou adulteração;

5.2 - Em caso de recusa dos produtos pelas Secretarias de Matupá - MT será lavrado Termo de Recusa, no qual se consignarão as desconformidades, devendo o produto ser substituído pela Contratada, no prazo de 03 (três) dias da devolução, quando serão realizadas novamente as verificações antes referidas, consoante dispõe o artigo 69 da Lei nº 8.666/93;

5.3 – A entrega dos produtos desta licitação deverá ser feita nos locais indicados nas requisições, correndo por conta da Contratada as despesas de seguros, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da execução.

5.4 – Os produtos deverão ser novos, de primeiro uso, e em perfeito estado, acondicionado em embalagens que permitam sua proteção contra impactos, umidade e demais agentes de possam ocasionar danos. Não serão aceitos produtos remanufaturados, recondicionados, reciclados ou reutilizados.

5.5 -A empresa fornecedora dos produtos se responsabilizará pela qualidade, substituindo o produto, em todo ou em parte, se for constatado problemas.

5.6 - Os produtos ofertados pelas licitantes deverão, OBRIGATORIAMENTE, atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de fiscalização de qualidade e padrões da ABNT e INMETRO – atentando-se o proponente, principalmente o ISO 9001:2000 ou superior e as prescrições contidas no art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor):

5.7 - Os produtos a serem fornecidos deverão ser de **1ª Linha;**

5.8 - A empresa vencedora e responsável pela carga e descarga dos itens no local aonde a Secretaria solicitar.

5.9 - Recebimento dos Produtos:

5.9.1 - Os produtos serão recebidos pelos fiscais de contrato e aceitos quando estiverem dentro das exigências do Edital;

5.9.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

5.9.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

5.10 - Caberá à Licitante Vencedora:

5.10.1. Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste Termo de Referência, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

5.10.2. Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

5.10 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

- Nas caixas de entrega dos produtos e nas informações adicionais da Nota Fiscal e obrigatória a Identificação da Secretaria que solicitou os produtos, para maior agilidade da identificação de quem solicitou na hora da entrega dos produtos.

6 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Executar a entrega dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

6.2 - Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obrigam a atender prontamente, bem como dar ciência mediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade;

6.3 - Prover todos os meios necessários à garantia da plena entrega dos produtos, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

6.4 - A falta de quaisquer dos produtos cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução da entrega do objeto deste edital e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições aqui estabelecidas;

6.5 - Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgadas necessárias para recebimento de correspondência;

6.6 - Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

6.7 - Fiscalizar o perfeito cumprimento da entrega do objeto a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

6.8 - Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

6.9 - A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

6.10 - Fornecer os itens, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6.11 – Ocorrendo eventualmente falta dos produtos por parte do licitante, o mesmo deverá providenciar outro o produto, para que não ocorra a falta dos mesmos as Secretarias de Matupá.

6.12 – A CONTRATADA deverá manter durante toda a vigência da ata de registro de preço, as mesmas condições de habilitação, especialmente quanto à regularidade com FGTS e INSS.

6.13 - O atraso na entrega dos produtos caberá penalidades e sanções previstas na Clausula 12 da Presente Ata.

6.14 - Caberá à Licitante Vencedora:

6.14.1 - Transportar, por sua conta e risco, o(s) objeto(s) objeto deste instrumento, ficando sob sua responsabilidade quaisquer acidentes no trajeto de transporte;

6.14.2 - Fazer o pagamento de tributos, seguros, taxas e serviços, encargos sociais e trabalhistas, e quaisquer despesas referentes aos produtos fornecidos;

6.14.3 – Substituir produtos que apresentem defeito de fabricação.

6.15 – Os materiais apresentados neste Termo de Referência deverão ser novos e com a garantia dos produtos. Não sendo, de forma alguma, permitido materiais reutilizados ou reaproveitados.

7 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Entrega dos itens licitados;

7.2 - Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

7.3 - Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

7.4 - Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante o recebimento do objeto;

7.5 -Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito reajustamento de preços ou a atualização monetária.

7.6 - Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

8 - DO PAGAMENTO

8.1 - Os pagamentos serão efetuados em até 15 (quinze) dias após a entrega do produtos bem como apresentação das notas fiscais eletrônicas em conformidade ao Protocolo ICMS Nº. 85, DE 09 DE JULHO DE 2010, devidamente atestada pela Secretaria responsável;

8.1.1 - Os pagamentos serão efetuados na Tesouraria da Prefeitura Municipal, sito Avenida Dr. Hermínio Ometto, n º 101 ZE-22, neste Município ou:

Os dados bancários para pagamento são:

Banco do Brasil Ag. Nº 3483-5 Conta corrente nº 122.035-7 em nome de ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP

8.2 - O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do item fornecido, de acordo com o especificado na Ordem de Entrega.

8.3 - Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

8.4 - Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do produto.

8.5 - O Contratante **não** efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de **cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring**";

8.6 - As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

9 - DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

9.1 - Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação municipal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

9.2 - Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

9.3 - Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a Prefeiturasolicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo a definição do parágrafo único.

9.4 - Fracassada a negociação com o primeiro colocado a Prefeiturapoderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço da 1ª (primeira), as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

9.5 - Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pela Prefeitura.

10 - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

Quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

Quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

Em quaisquer hipóteses de inexecução total ou parcial da requisição/pedido dos produtos decorrente deste Registro;

Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

Descumprir qualquer dos itens da cláusula sexta ou sétima.

10.2 - Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

10.3 - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Jornal Oficial dos Municípios (AMM), considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

10.4 - A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela Prefeitura, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

10.5 - Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao produto do Item.

10.6 - Caso a Prefeitura não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10.7 - A Ata de Registro de Preços, será cancelada automaticamente nas seguintes hipóteses:

a) Por decurso de prazo de vigência;

b) Pelo esgotamento das quantidades registradas.

10.8 - A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, conforme art. 77 da lei 8666/93.

11 - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

11.1 - Os preços apresentados na proposta devem incluir todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, treinamento, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto desta Ata de Registro de Preços.

12 - DAS PENALIDADES

12.1 - Ficará impedido de licitar e contratar com o município, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste termo de referência e das demais penalidades legais, aquele que:

12.1.1 - Cometer fraude fiscal;

12.1.2 - Apresentar documento falso;

12.1.3 - Fizer declaração falsa;

12.1.4 - Comportar-se de modo inidôneo;

12.1.5 - Não assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo estabelecido;

12.1.6 - Deixar de entregar a documentação exigida no certame;

12.1.7 - Não mantiver a proposta.

12.2 - O atraso injustificado no atendimento ao objeto sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

12.2.1 - A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 6.9. b;

12.3 - Ocorrendo a inexecução total ou parcial, atrasos no fornecimento dos produtos, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Ao licitante que não cumprir as obrigações assumidas ou preceitos legais, serão aplicadas multa de 0,5% (meio por cento) sobre o atraso na prestação de serviços, e até o limite de 10% (dez por cento) sobre o valor da ata de registro de preço no caso de rescisão por culpa do fornecedor;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Matupá - MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos conforme prevê o inciso III do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93 atualizada pela Lei nº 8.883/94;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;

12.4 - Se a Fornecedora não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Matupá - MT, o respectivo valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.4.1 - Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Fornecimento dos Itens, o valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria Municipal;

12.5 - Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;

12.6 - Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas previstas no item 12.3, c, d, desta Ata de Registro de Preços, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.

13 - DO SERVIÇO/PRODUTOS

13.1 - Serão entregue produtos, de acordo com os critérios dos órgãos responsáveis pela fiscalização.

13.2 - Recebimento Dos Serviços/Produtos:

13.2.1 – A entrega dos serviços/produtos serão acompanhados pelos fiscais diariamente, recebidos e aceitos quando executados totalmente e de boa qualidade.

13.2.2 - Observado o disposto no artigo 67 da Lei Federal n. 8.666/93, o acompanhamento e a fiscalização da prestação dos serviços/entrega dos produtos será realizada por funcionários nomeados pelas Secretarias;

13.2.3 - O Município de Matupá/MT reserva-se o direito de não receber o objeto com atraso ou em desacordo com as especificações e condições constantes deste edital e seus anexos, podendo aplicar as penalidades e sanções previstas ou rescindir o registro e aplicar o disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal n. 8.666/93.

14 - DOS ILÍCITOS PENAIS

14.1 - As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

15 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente Ata de Registro de Preços, correrão à conta de dotação orçamentária citada abaixo, ou das demais que possam vir a aderir a presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno e serão oriundas de Recursos Próprios:

Código Geral: 13.001.27.812.0016.20041 – NATAL ILUMINADO – DECORAÇÃO NATALINA – 3390.30.000 – Material Consumo

16 - DO FISCAL DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

16-1 – Foi Designado através de Portaria os servidores abaixo para assistir e subsidiar o gestor da ata de registro de preço indicado na epígrafe.

Secretaria	Servidor	Portaria
Secretaria Municipal de Cultura e Lazer	Vânia Cinara Becker	3006/2013

16.2 - Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos produtos/serviços, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

16.3 - A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16.4 - O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução da ata, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

17 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1 - As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

II - Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de **Pregão nº. 048/2019** e seus anexos e as propostas das classificadas.

III - É vedado caucionar ou utilizar da ata de registro de preço decorrente do presente registro para qualquer operação financeira, sem prévia e expressa autorização da **Prefeitura**.

18 - DO FORO

Aplica-se a Ata de Registro de Preço e dos casos omissos as disposições estabelecidas na lei 8666/1993 e suas alterações.

As partes contratantes elegem o foro de Matupá - MT como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, inclusive os casos omissos, que não puderem ser resolvidos pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.

Matupá - MT, 12 de julho de 2019.

_____

Município de Matupá

VALTER MIOTTO FERREIRA

Contratante

_____

DIA DE FESTA LTDA

CNPJ nº. 19.023.784/0001-00

MARCO AURÉLIO RAMOS BOCARDI

CPF nº 025.256.941-55

Contratado

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO CONTRATO DE SERVIÇO DE ENGENHARIA N. 071/2019

CONTRATANTE: **O MUNICÍPIO DE MATUPÁ/MT**

OBJETO: **Constitui objeto deste Contrato CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA, COM COMPROVADA CAPACIDADE TÉCNICA, ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA PARA IMPLANTAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NA AV. HERMINIO OMETTO, CONFORME SOLICITAÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, URBANISMO E TRANSPORTES DO MUNICIPIO DE MATUPÁ - MT.**

Contidas nos anexos do Edital 051/2019, TOMADA DE PREÇO 010/2019, com fornecimento pela empresa contratada de todos os equipamentos, materiais e serviços.

CONTRATADA: **ELETRICA RADIANTE MATERIAIS ELETRICOS LTDA - EPP**

Valor/Global: O valor**para os serviços, objeto deste contrato é R$107.984,62 (cento e sete mil, novecentos e oitenta e quatro reais e sessenta e dois centavos).**

Assinatura: 10/07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE MIRASSOL D´OESTE

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RESCISÃO DE CONTRATO

RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO nº 018/2019

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, de um lado o município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, detentor do CNPJ n. 03.755.477/0001-75 neste ato representado pelo Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579.262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**. *POLIANE APARECIDA SOARES*,** brasileira, solteira, residente e domiciliada na Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do 2586759-8 SSP/MT e CPF 054.430.681-30, neste ato denominada contratada, resolvem de comum acordo, por iniciativa da contratada, rescindir a partir 30/06/2019 o contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Tempo Determinado nº 018/2019, da contratada ao cargo de **MONITOR DE CRECHE**, ficando assim resolvido e não percebendo ambas as partes quaisquer ônus ou direitos posteriores.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 28 de junho de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO ***POLIANE APARECIDA SOARES***

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

CLEUZA NUNES JONATHAN D. ESPÍNDOLA RIBEIRO

RG: 540283 SSP/MT RG: 2171844-0 SSP/MT

CPF: 395.568.591-87 CPF: 049.528.171-99

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
CONTRATO Nº 004/2019 REFERENTE: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO N°001/2019.

CONTRATO Nº 004/2019

Referente: Processo de Credenciamento n°001/2019.

Contrato de prestação de serviço que fazem entre si de um lado a SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol d' Oeste e CAIXA ECONÔMICA FEDERAL.
_____.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D' Oeste – MT, situada na Rua Ricardo Druzian Gallo, n. 161, Bairro: Mirassol II, Mirassol D'Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 07.745.657/0001-27, representado neste ato representado pelo Diretor **Sr. VALTER CESAR COUTINHO,**

brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926. 295.711-49, residente e domiciliado nesta cidade, doravante denominado, simplesmente de **CONTRATANTE** a empresa **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL,** como o**CNPJ 00.360.305/0001-04,** com sede na RUA: 28 OUTUBRO N°2621, BAIRRO CENTRO, CEP: 78280-000, CIDADE: MIRASSOL D OESTE-MT, neste ato representada pelo gerente geral: ANDERSON ROCHA, brasileiro, casado, bancário, portador do 1498585-3 SSP/MT e CPF 003.978.911-05, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA.** O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei n°8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Processo de Credenciamento n°001/ 2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 - A **CONTRATADA** compromete-se a prestar à **CONTRATANTE**, os serviços no recebimento das contas/faturas de água, esgoto e serviços afins, de qualquer consumidor, emitidas e distribuídas pelo CONTRATANTE, com código de barras, padrão FEBRABAN, o recebimento será realizada **exclusivamente** via Internet Banking CAIXA e Terminais de Auto-Atendimento;

1.2 – As agências que vierem a ser inauguradas ou agentes que vierem a ser credenciados na área de abrangência prevista no intróito, após a assinatura do presente contrato, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviço;

1.3 – A finalidade da presente contratação e o aprimoramento do sistema de arrecadação, com o fito de dar maior comodidade aos consumidores;

1.4- O serviço de redisponibilização do arquivo retorno terá o de R$ 0,30 por registro.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços de recebimento das faturas de água, esgoto e serviços afins, serão prestados em estabelecimento e com equipamentos e funcionários próprios ou agentes credenciados pela CONTRATADA.

2.2 – Considerar-se-á recebida a fatura, quando seu valor estiver à disposição da CONTRATANTE.

2.3 – O formulário, emissão e distribuição das faturas aos consumidores serão de inteira responsabilidade da CONTRATANTE.

2.4 - A CONTRATADA não se responsabilizará, em qualquer hipótese ou circunstância, pelas informações, cálculos, valores, multas, juros e outros elementos consignados nas faturas, competindo-lhes tão somente recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

2.4.1 – A fatura for imprópria;

2.4.2 – A fatura contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres;

2.4.3 – Quando não possuir o código de barras;

2.4.4 – A CONTRATADA receberá a importância consignada no documento de arrecadação, mediante a sua quitação através de autenticação mecânica e/ou eletrônica, recibo próprio ou através carimbo padrão, de forma que possa oferecer, em qualquer caso, total segurança, e ainda, no caso de autenticação, identificar o estabelecimento recebedor, o número da máquina utilizada, a data e o valor da autenticação.

2.4.4.1 – A CONTRATANTE, autoriza o CONTRATADO a receber contas/faturas sem cobrança de qualquer acréscimo aos consumidores, independentemente do vencimento, ficando sob responsabilidade da CONTRATANTE a cobrança dos encargos devidos pelo consumidor, das contas/faturas pagas com atraso.

2.4.4.2 – Para os recebimentos realizados através da internet e demais mídias do Autoatendimento, a CONTRATANTE aceitará como comprovante de pagamento o lançamento de débito no extrato de conta corrente do consumidor, devidamente identificado, ou recibo próprio.

2.5 – A CONTRATADA está autorizada a receber os documentos arrecadados somente com pagamento em espécie.

2.5.1 – O produto da arrecadação será creditado, diariamente ou no 1º dia útil após a arrecadação, na conta corrente da CONTRATANTE mantida junto à CONTRATADA, com os seguintes dados: **CAIXA ECONÔMICO FEDERAL**, **Agência 3823, Conta Corrente 20-7 operação 006**.

2.5.2 - Os documentos arrecadados ou o meio magnético serão colocados à disposição da CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da arrecadação, observado que:

a) adotada a sistemática de entrega de meio magnético padrão FEBRABAN ou teletransmissão, o BANCO não entregará qualquer documento físico à CONTRATANTE;

b) os documentos arrecadados (em papel) serão colocados à disposição da CONTRATANTE, somente capeados pelo Aviso de Crédito.

2.5.3 – Decorrido 30 (trinta) dias da data da efetiva arrecadação, a CONTRATADA ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

Parágrafo Primeiro - Após a retirada do meio magnético por parte da CONTRATANTE, fica estabelecido o prazo de 02 (dois) dias úteis para leitura e devolução à CONTRADADA, no caso de apresentação de inconsistência. A CONTRADATA, por sua vez, deverá regularizar o meio magnético também dentro de 02 (dois) dias úteis após a recepção do comunicado de inconsistência.

Parágrafo Segundo - A validação automática (prestação de contas) do meio magnético ou teletransmissão, ocorrerá após o decurso do prazo máximo de 15 (quinze) dias após sua transmissão.

Parágrafo Terceiro – O caso de se constatar que o valor repassado decorreu de pagamento indevido, realizado mediante fraude perpetrada por qualquer meio de pagamento, a CONTRATADA comunicará o fato a CONTRATANTE e solicitará reembolso da respectiva importância, mediante apresentação de pedido específico, acompanhado da documentação comprobatória da ocorrência.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, podendo, entretanto, ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das Partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações (exceto por valores devidos e não pagos), mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, por períodos consecutivos de 12 (doze) meses e até o limite de 60 (sessenta) meses a contar da presente data, conforme prevê o artigo 57, II, da Lei 8.666/93.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, **a importância de R$ 1,57 (Um real e cinquenta e sete centavos), p**or fatura recebida, estimando para este contrato o montante **R$ 60. 000,00 (sessenta mil reais),**

4.2 – O pagamento será efetuado imediatamente após o repasse, através de debito direto na conta corrente da CONTRATANTE, indicada na cláusula 2.5.1, devendo o aviso de débito ser encaminhado a CONTRATANTE.

4.3 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública, visando o equilíbrio da contraprestação.

4.4 – O valor deste contato poderá ser reajustado para o período seguinte, com base no IGPM acumulado do período, coso venha o mesmo a ser prorrogado.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DA INEXIGIBILIDADADE DE LICITAÇÃO

5.1 – Deu origem a esse Contrato o processo de credenciamento 001/2019, que inviabilizou a competição pela contratação de todos os interessados aptos, tendo seu sustentáculo no *caput* do art. 25 da Lei 8.666/93.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

6.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESCREDENCIAMENTO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 - Constituem motivos para o descredenciamento:

7.1.1 – Por parte da CONTRATANTE, sem prévio aviso, quando:

7.1.1.1 - A CONTRATADA deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato;

7.1.1.2 - A CONTRATADA descumprir qualquer das obrigações estabelecidas no na Clausula Oitava deste contrato, segundo o caso;

7.1.1.3 - A CONTRATADA praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;

7.1.1.4 - Ficar evidenciada incapacidade da CONTRATADA de cumprir as obrigações assumidas, devidamente caracterizada em relatório circunstanciado de inspeção;

7.1.1.5 - Ocorrer razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado do Diretor do CONTRATANTE;

7.1.1.6 - Por razão de caso fortuito ou força maior;

7.1.1.7 - No caso da decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento se todos os seus sócios;

7.1.1.8 - e naquilo que couber, nas outras hipóteses do art. 78 da Lei 8.666/93.

7.1.1.9 - Pela Instituição Credenciada:

7.1.1.10 - Mediante solicitação escrita e devidamente justificada ao SAEMI, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

7.1.1.11 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de descredenciamento.

7.1.1.12 - É direito da CONTRATANTE, no caso de descredenciamento, usar das garantias do art. 77 da Lei 8.666/93.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 – São obrigações:

8.1.2 – Da CONTRATANTE:

8.1.2.1 – adquirir, emitir e distribuir as faturas de serviços de água, esgoto e outros serviços de saneamento, aos usuários;

8.1.2.2 - comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de prestação dos serviços;

8.1.2.3 - conferir e aprovar as medições; efetuar o pagamento dos recebimentos no valor e nos moldes deste edital;

8.1.2.4 - prestar a CONTRATADA, todas as informações necessárias o bom desempenho dos serviços.

8.1.3 – Da CONTRATADA:

8.1.3.1 - Cumprir o horário estabelecido para as atividades comerciais afins podendo, ainda, caso for do seu interesse, receber contas aos sábados e horários extras;

8.1.3.2 - tratar o consumidor com cortesia, evitando ter com ele qualquer tipo de atrito;

8.1.3.3 - orientar o consumidor a procurar a CONTRATANTE para esclarecimentos que julgue necessário sobre sua fatura;

8.1.3.4 - permitir a fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, a qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;

8.1.3.5 - manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições de habilitação do momento do credenciamento;

8.1.3.6 - comunicar a CONTRATADA a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar o descredenciamento;

8.1.3.7 - aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

8.1.3.8 - atender, dentro do seu horário de funcionamento a todos os consumidores que a procurar, bem como, fora do horário de expediente, a todos aqueles que já estiverem no interior do estabelecimento;

8.1.3.9 – responsabilizar-se pelos danos causados, decorrentes de atos dolosos.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

9.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA caracterizará sua inadimplência implicando, segundo a gravidade, em multa de até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, reajustado até o momento da cobrança, descontada de logo, quando do pagamento da fatura apresentada pelo credenciado, ou se por este motivo impossível, será descontada na caução ou cobrança judicialmente.

9.2 – A aplicação da multa, segundo o caso, não eximirá a empresa credenciada de sofrer outras sanções previstas na Lei 8.666/93, especialmente as previstas no art. 87, I a IV.

9.3 – As multas não tem caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a credenciada da prestação do serviço.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - Os recursos para o pagamento deste Contrato serão oriundos dos recursos próprios da CONTRATANTE.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - O foro da Comarca de Cáceres, Estado de Mato Grosso, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licitações, art. 55, § 2º.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – Fazem parte integrante deste Contrato independente de transcrição: o edital credenciamento e a proposta da CONTRATADA.

12.2 – Este contrato sujeita-se ainda às Leis municipais inerentes ao assunto.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Mirassol d Oeste - MT, 12 de junho de 2019.

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

CONTRATANTE

_____

CAIXA ECÔNOMICA FEDERAL.

CNPJ: 00.360.305/0001-04

CONTRATADA

REPRESENTANTES DO BANCO CONTRATADO

_____

ANDERSON ROCHA

CPF 003.978.911-05

GERENTE GERAL DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Testemunhas:

_____

Nome:

CPF:

Testemunhas:

_____

Nome:

CPF:

SAEMI - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO CONTRATO Nº 003/2019-REFERENTE: PROCESSO DE CREDENCIAMENTO N°001/2019.

CONTRATO Nº 003/2019

Referente: Processo de Credenciamento n°001/2019.

Contrato de prestação de serviço que fazem entre si de um lado a SAEMI – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol d' Oeste e Banco Bradesco.

_____.

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Mirassol D' Oeste – MT, situada na Rua Ricardo Druzian Gallo, n. 161, Bairro: Mirassol II, Mirassol D'Oeste, inscrita no CNPJ sob o nº 07.745.657/0001-27, representado neste ato representado pelo Diretor **Sr. VALTER CESAR COUTINHO*, brasileiro, casado, portador do RG: 1385677-4 SSP/MT e CPF: 926. 295.711-49***, residente e domiciliado nesta cidade, doravante determinado simplesmente de **CONTRATANTE,** e do outro ladoa empresa **BANCO BRADESCO C.N.PJ: 60.746.948/0001-12** com sede na RUA; CIDADE DE DEUS, nº S/N – Bairro VILA YARA – Município de OSASCO -SP, neste ato representada por seus procuradores: DANIELA SAMPAIO DE SOUZA OYADOMARI, Analista Suporte Comercial Pleno, brasileira ,casada, portador do RG 586612203 SSP/BA e CPF 899.887.795-34 e ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA, brasileira ,casada, bancária portador do RG 22120485 SSP/SP e CPF 294.021.648-71, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA.** O presente contrato rege-se pelas disposições da Lei n°8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores, resolvem celebrar o presente Contrato, decorrente do **Processo de Credenciamento n°001/2019**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1.0 - CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E FINALIDADE

1.1 - A **CONTRATADA** compromete-se a prestar à **CONTRATANTE**, os serviços no recebimento das contas/faturas de água, esgoto e serviços afins, de qualquer consumidor, emitidas e distribuídas pelo CONTRATANTE, com código de barras, padrão FEBRABAN, por qualquer modalidade pela qual se processe o pagamento.

1.2 – As agências que vierem a ser inauguradas ou agentes que vierem a ser credenciados na área de abrangência prevista no intróito, após a assinatura do presente contrato, serão automaticamente incluídas na presente prestação de serviço.

1.3 – A finalidade da presente contratação e o aprimoramento do sistema de arrecadação, com o fito de dar maior comodidade aos consumidores.

2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA – DA FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE EXECUÇÃO

2.1 – Os serviços de recebimento das faturas de água, esgoto e serviços afins, serão prestados em estabelecimento e com equipamentos e funcionários próprios ou agentes credenciados pela CONTRATADA.

2.2 – Considerar-se-á recebida a fatura, quando seu valor estiver à disposição da CONTRATANTE.

2.3 – O formulário, emissão e distribuição das faturas aos consumidores serão de inteira responsabilidade da CONTRATANTE.

2.4 - A CONTRATADA não se responsabilizará, em qualquer hipótese ou circunstância, pelas informações, cálculos, valores, multas, juros e outros elementos consignados nas faturas, competindo-lhes tão somente recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

2.4.1 – A fatura for imprópria;

2.4.2 – A fatura contiver emendas e/ou rasuras que prejudiquem a leitura de seus caracteres;

2.4..3 – Quando não possuir o código de barras;

2.4.4 – A CONTRATADA receberá a importância consignada no documento de arrecadação, mediante a sua quitação através de autenticação mecânica e/ou eletrônica, recibo próprio ou através carimbo padrão, de forma que possa oferecer, em qualquer caso, total segurança, e ainda, no caso de autenticação, identificar o estabelecimento recebedor, o número da máquina utilizada, a data e o valor da autenticação.

2.4.4.1 – A CONTRATANTE, autoriza o CONTRATADO a receber contas/faturas sem cobrança de qualquer acréscimo aos consumidores, independentemente do vencimento, ficando sob responsabilidade da CONTRATANTE a cobrança dos encargos devidos pelo consumidor, das contas/faturas pagas com atraso.

2.4.4.2 – Para os recebimentos realizados através da internet e demais mídias do Autoatendimento, a CONTRATANTE aceitará como comprovante de pagamento o lançamento de débito no extrato de conta corrente do consumidor, devidamente identificado, ou recibo próprio.

2.5 – A CONTRATADA está autorizada a receber os documentos arrecadados somente com pagamento em espécie.

2.5.1 – O produto da arrecadação será creditado, diariamente ou no 1º dia útil após a arrecadação, na conta corrente da CONTRATANTE mantida junto à CONTRATADA, com os seguintes dados: Banco Bradesco, Agência 01454-0, Conta 0021351-9.

2.5.2 - Os documentos arrecadados ou o meio magnético serão colocados à disposição da CONTRATANTE no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data da arrecadação, observado que:

a) adotada a sistemática de entrega de meio magnético padrão FEBRABAN ou tele transmissão, o BANCO não entregará qualquer documento físico à CONTRATANTE;

b) os documentos arrecadados (em papel) serão colocados à disposição da CONTRATANTE, somente capeados pelo Aviso de Crédito.

2.5.3 – Decorrido 30 (trinta) dias da data da efetiva arrecadação, a CONTRATADA ficará desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

Parágrafo Primeiro - Após a retirada do meio magnético por parte da CONTRATANTE, fica estabelecido o prazo de 02 (dois) dias úteis para leitura e devolução à CONTRADADA, no caso de apresentação de inconsistência. A CONTRADATA, por sua vez, deverá regularizar o meio magnético também dentro de 02 (dois) dias úteis após a recepção do comunicado de inconsistência.

Parágrafo Segundo - A validação automática (prestação de contas) do meio magnético ou tele transmissão, ocorrerá após o decurso do prazo máximo de 15 (quinze) dias após sua transmissão.

Parágrafo Terceiro – O caso de se constatar que o valor repassado decorreu de pagamento indevido, realizado mediante fraude perpetrada por qualquer meio de pagamento, a CONTRATADA comunicará o fato a CONTRATANTE e solicitará reembolso da respectiva importância, mediante

apresentação de pedido específico, acompanhado da documentação comprobatória da ocorrência.

3.0 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

3.1 - O presente Contrato vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data de assinatura, podendo, entretanto, ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das Partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações (exceto por valores devidos e não pagos), mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, por períodos consecutivos de 12 (doze) meses e até o limite de 60 (sessenta) meses a contar da presente data, conforme prevê o artigo 57, II, da Lei 8.666/93.

4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DO VALOR E FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - Receberá a CONTRATADA pelos serviços citados na Cláusula Primeira, a importância de **R$ 1,57 (Um real e cinquenta e sete centavos),** por fatura recebida, estimando para este contrato o montante **R$ 30. 000,00 (trinta mil reais).**

4.2 – O pagamento será efetuado imediatamente após o repasse, através de debito direto na conta corrente da CONTRATANTE, indicada na cláusula 2.5.1, com lançamento no extrato.

4.3 – O valor do contrato é fixo e irreajustável pelo seu prazo inicial, salvo por motivos de alteração na legislação econômica do país, que autorize a correção nos contratos com a administração pública, visando o equilíbrio da contraprestação.

4.4 – O valor deste contato poderá ser reajustado para o período seguinte, com base no IGPM acumulado do período, coso venha o mesmo a ser prorrogado.

5.0 - CLÁUSULA QUINTA – DA INEXIGIBILIDADADE DE LICITAÇÃO

5.1 – Deu origem a esse Contrato o processo de credenciamento 001/ 2019, que inviabilizou a competição pela contratação de todos os interessados aptos, tendo seu sustentáculo no *caput* do art. 25 da Lei 8.666/93.

6.0 - CLÁUSULA SEXTA – DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL A ESTE CONTRATO E AOS CASOS OMISSOS.

6.1 – As partes declaram-se sujeitas às disposições da Lei Federal 8.666/ 93 e todas as suas alterações, que será aplicada em sua plenitude a este Contrato, bem como aos casos omissos resultantes desta pactuação.

7.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO DESCREDENCIAMENTO E DA RESCISÃO DO CONTRATO

7.1 - Constituem motivos para o descredenciamento:

7.1.1 – Por parte da CONTRATANTE, sem prévio aviso, quando:

7.1.1.1 - A CONTRATADA deixar de cumprir qualquer das cláusulas e condições do contrato;

7.1.1.2 - A CONTRATADA descumprir qualquer das obrigações estabelecidas na Clausula Oitava deste contrato, segundo o caso;

7.1.1.3 - A CONTRATADA praticar atos fraudulentos no intuito de auferir para si ou para outrem vantagem ilícita;

7.1.1.4 - Ficar evidenciada incapacidade da CONTRATADA de cumprir as obrigações assumidas, devidamente caracterizada em relatório circunstanciado de inspeção;

7.1.1.5 - Ocorrer razões de interesse público de alta relevância, mediante despacho motivado e justificado do Diretor do CONTRATANTE;

7.1.1.6 - Por razão de caso fortuito ou força maior;

7.1.1.7 - No caso da decretação de falência ou concordata da empresa credenciada; sua dissolução ou falecimento se todos os seus sócios;

7.1.1.8 - e naquilo que couber, nas outras hipóteses do art. 78 da Lei 8. 666/93.

7.1.1.9 - Pela Instituição Credenciada:

7.1.1.10 - Mediante solicitação escrita e devidamente justificada ao SAE-MI, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

7.1.1.11 - É direito da CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa nos casos de descredenciamento.

7.1.1.12 - É direito da CONTRATANTE, no caso de descredenciamento, usar das garantias do art. 77 da Lei 8.666/93.

8.0 - CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1 – São obrigações:

8.1.2 – Da CONTRATANTE:

8.1.2.1 – adquirir, emitir e distribuir as faturas de serviços de água, esgoto e outros serviços de saneamento, aos usuários;

8.1.2.2 - comunicar, de imediato, qualquer alteração na forma de prestação dos serviços;

8.1.2.3 - conferir e aprovar as medições; efetuar o pagamento dos recebimentos no valor e nos moldes deste edital;

8.1.2.4 - prestar a CONTRATADA, todas as informações necessárias o bom desempenho dos serviços.

8.1.3 – Da CONTRATADA:

8.1.3.1 - Cumprir o horário estabelecido para as atividades comerciais afins podendo, ainda, caso for do seu interesse, receber contas aos sábados e horários extras;

8.1.3.2 - tratar o consumidor com cortesia, evitando ter com ele qualquer tipo de atrito;

8.1.3.3 - orientar o consumidor a procurar a CONTRATANTE para esclarecimentos que julgue necessário sobre sua fatura;

8.1.3.4 - permitir a fiscalização dos serviços pela CONTRATANTE, a qualquer tempo, e mantê-la permanentemente informada a respeito do andamento dos mesmos;

8.1.3.5 - manter durante toda a vigência do contrato as mesmas condições de habilitação do momento do credenciamento;

8.1.3.6 - comunicar a CONTRATANTE a ocorrência de fato superveniente que possa acarretar o descredenciamento;

8.1.3.7 - aceitar os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.

8.1.3.8 - atender, dentro do seu horário de funcionamento a todos os consumidores que a procurar, bem como, fora do horário de expediente, a todos aqueles que já estiverem no interior do estabelecimento;

8.1.3.9 – responsabilizar-se pelos danos causados, decorrentes de atos dolosos.

9.0 – CLÁUSULA NONA – DAS SANÇÕES E PENALIDADES

9.1 – O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA caracterizará sua inadimplência implicando, segundo a gravidade, em multa de até 5% (cinco por cento) do valor global do contrato, reajustado até o momento da cobrança, descontada de logo, quando do pagamento da fatura apresentada pelo credenciado, ou se por este motivo impossível, será descontada na caução ou cobrança judicialmente.

9.2 – A aplicação da multa, segundo o caso, não eximirá a empresa credenciada de sofrer outras sanções previstas na Lei 8.666/93, especialmente as previstas no art. 87, I a IV.

9.3 – As multas não tem caráter compensatório, são independentes e cumulativas e não eximem a credenciada da prestação do serviço.

10.0 – CLÁUSULA DÉCIMA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1 - Os recursos para o pagamento deste Contrato serão oriundos dos recursos próprios da CONTRATANTE.

11.0 – CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1 - O foro da Comarca de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, é o competente para dirimir eventuais pendências acerca deste contrato, na forma da lei nacional de licitações, art. 55, § 2º.

12.0 – CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 – Fazem parte integrante deste Contrato independente de transcrição: o edital credenciamento e a proposta da CONTRATADA.

12.2 – Este contrato sujeita-se ainda às Leis municipais inerentes ao assunto.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Mirassol d Oeste - MT, 12 de junho de 2019.

_____

VALTER CESAR COUTINHO

DIRETOR DO SAEMI

CONTRATANTE

_____

BANCO BRADESCO

CONTRATADA

REPRESENTANTES DO BANCO CONTRATADO

_____

DANIELA SAMPAIO DE SOUZA OYADOMARI CPF 899.887.795-34

_____

ELIETE MARIA MARTINS DE SOUZA

CPF 294.021.648-71

Testemunhas:

_____

Nome:

CPF:

Testemunhas:

_____

Nome:

CPF:

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL n. 39/2019. O Município de Mirassol D'Oeste através de sua Pregoeira, torna público aos interessados o resultado do Pregão acima. OBJETO: LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DO TIPO: CAMINHÃO BASCULANTE, CAMINHÃO PIPA, ESCAVADEIRA, TRATOR DE ESTEIRA, CARREGADEIRA, MOTONIVELADORA, RETROESCAVADEIRA E ROLO COMPACTADOR, (POR HORA E MENSAL), sendo vencedoras as empresas: CONSTRUTORA CAMPESATTO LTDA o item 1, com o valor de R$ 175.000,00 (cento e setenta e cinco mil reais); o item 2, com o valor de R$ 612.500,00 (seiscentos e doze mil e quinhentos reais); o item 4, com o valor de R$ 229.500,00 (duzentos e vinte e nove mil e quinhentos reais); o item 5, com o valor de R$ 797.500,00 (setecentos e noventa e sete mil e quinhentos reais); o item 8, com o valor de R$ 174.000,00 (cento e setenta e quatro mil reais). Perfazendo o valor total de R$ 1.988.500,00 (um milhão, novecentos e oitenta e oito mil e quinhentos reais). WELLOX CONSTRUTORA E LOCACAO DE EQUIPAMENTOS EIREL o item 6, com o valor de R$ 169.000,00 (cento e sessenta e nove mil reais); o item 7, com o valor de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais). Perfazendo o valor total de R$ 349.000,00 (trezentos e quarenta e nove mil reais). O item 3 foi FRACASSADO. Perfazendo esta licitação o valor global de R$ 2.337.500,00 (dois milhões, trezentos e trinta e sete mil e quinhentos reais). Homologado em 15/07/19. Euclides da Silva Paixão – Prefeito. MARA APARECIDA AMARANTE– Pregoeira. M. D' Oeste, 16/07/2019.

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 050/2019

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019 DE 11/06/2019.

O **PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 002/2019.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 12 de julho de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 002/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.503/2019 DE 11/06/2019.

ANEXO ÚNICO

MOTORISTA	
NOME	**RESULTADO**
MARCOS ANTONIO DA SILVA	4º COLOCADO(A)
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	
NOME	**RESULTADO**
FABIANA DA SILVA LIRA	6º COLOCADO(A)

Mirassol D'Oeste, 12 de julho de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

EDITAL Nº 051/2019

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019.

O **PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE MIRASSOL D'OESTE, ESTADO DE MATO GROSSO,** no uso gozo de suas legais atribuições, considerando o interesse público, a necessidade de contratação, e, conforme Edital de Homologação, **convoca,** osaprovados no Processo Seletivo Simplificado Edital 001/2019.

Os Candidatos ora convocados na forma deste Edital e conforme seu anexo Único, deveram comparecerem à Coordenadoria de Gestão de Pessoas, na sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Antonio Tavares, nº 3310 o mais urgente possível, ou em até 02 (dois) dias úteis da publicação deste ato, para apresentar documentos e habilitação exigidos, para procedimentos de conferência de documentação e outros procedimentos de praxe, atinente a contratação e designação dos respectivos locais de trabalho.

O não comparecimento no prazo legal implicará na desistência dos classificados convocados, podendo a Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste - MT convocar o (s) imediatamente posterior(es), obedecendo a ordem de classificação.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", 12 de julho de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO DE APROVADOS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO EDITAL 001/2019 CONFORME DECRETO DE HOMOLOGACAO Nº 3.471/2019 DE 21/03/2019.

ANEXO ÚNICO

PROFESSOR – AREA DE PEDAGOGIA	
NOME	**RESULTADO**
NILMA OLIVEIRA DE SOUZA	119º COLOCADO(A)
CLAUDINEIA DA CRUZ STRAMBECK	120º COLOCADO(A)
SAMARA ATANAZIO SANTOS	121º COLOCADO(A)
GRACIELLY DA SILVA DIAS	122º COLOCADO(A)
MONITOR DE CRECHE – SONHO AZUL	
NOME	**RESULTADO**
REGINA ALVES MARTINS	13º COLOCADO(A)

Mirassol D'Oeste, 12 de julho de 2019

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
RESULTADO DE LICITAÇÃO

RESULTADO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRONICO n. 11/2019. OBJETO: AQUISIÇÃO DE REAGENTES, INSUMOS, SERVIÇO DE CALIBRAÇÃO E MATERIAL PERMANENTE PARA A SECRETARIA DE SAUDE (VIGILANCIA SANITARIA). Sendo vencedoras as empresas: APPOLARI INFORMATICA LTDA ME - 09.057.206/0001-22 com o item 07, EDSON FURQUIM - 17.908.249/0001-00 com o item 4, 5, 9, 10, 12, 14, 17, 19, QUIMAFLEX PRODUTOS QUÍMICOS LTDA. - 13.224.500/0001-59 com os itens 6, 8, 11 e 18. Não houve interposição de recurso, sendo HOMOLOGADO pelo Prefeito em 15/07/19. CELIA REGINA DO PRADO MATTOS - Pregoeira - Portaria 179/2018. M. D' Oeste, 16/07/2019.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA N. 340 DE 12 DE JULHO DE 2019

PROMOVE POR TEMPO DE SERVIÇO, SERVIDORES PÚBLICOS QUE ESPECIFICA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS.

O Secretário de Administração e Planejamento da Prefeitura Municipal de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições, resolve baixar a seguinte,

PORTARIA

Artigo 1º Fica promovido na respectiva classe, conforme o que dispõe o Capítulo III, Artigo 11, Inciso I, da Lei Complementar 156/2016, que dispõe da efetivação e instituição do Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Agentes Comunitário de Saúde e Agentes de Combate à Endemias, constantes do quadro abaixo a saber:

CÓDIGO	NOME	CARGO	ENQUADRAMENTO
003743	ADALBERTO CANDIDO DA SILVA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
004949	ADEILSON JOSE DA ROCHA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
026478	ADELAINE DE ARAUJO NOGUEIRA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
000130	ALESSANDRA MENANDE DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
000473	ALEXANDRA CRISTINA RIBEIRO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
002304	ANA MARIA ALONSO RIBEIRO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
004212	ANTONIO MARCOS BAPTISTA MACHADO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
004932	CARLOS LEANDRO DE OLIVERIA CARVALHO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
005064	CLAUDEMIR DE OLIVEIRA SILVA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
000310	CRSITINA GOMES DE SOUZA DO CARMO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
004443	DAVI BARBOSA DA SILVA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
004366	EDINA MARIA DE OLIVEIRA NEVES	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
000124	EDINA PEREIRA DOS SANTOS MORAES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
000129	EDNALVA BATISTA MORAIS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
005123	ELIANE MARIA DE JESUS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
003916	ENOQUE JOSE VIEIRA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
000282	FABRICIA BORGES MAIA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
002430	HERALDO NERI ONORIO	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
003981	IVANETE MARIA ANTONIASSI	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
000314	JENAIR DA SILVA PRATES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
004092	JUCILENE SERRAO DA SILVA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
026481	KELY RACHEL DE SOUZA TAVEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
002867	LAZARO LUCAS DE SOUZA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
004337	LIAMAR DE FATIMA ZARZENON ALMEIDA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
026471	LUCIANO SARACHO	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
000604	LUCIMARA FIGUEIRA BELARMINO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
001053	LUZIA ALVES DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
005351	MARCIA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
003982	MARIA DE FATIMA BARBOSA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
003898	MARIA DE FATIMA DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02

000177	MARIA ROSA BOAVENTURA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
003646	MARINES ALVES CORREIA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
003701	MARLENE CONCEIÇAO DOS SANTOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
003862	MARLENE MOREIRA FRANCISCO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
003327	MARTA REGINA BRAUNA ROSALLES	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
002919	NEUZA COSTA NUNES	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
004687	REGIANE DOMINGUES TRINDADE REZENDE	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
005530	REGINALDO DA SILVA SANTOS	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
000694	RHOGGER OLIMPIO DA CRUZ	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
000260	ROSANGELA GONÇALVEVS DA SILVA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
000533	ROSENILDA DA SILVA MUNIZ	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
005254	SIDNEI BARBOSA DE SOUZA	AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS	A-02
004260	SORAIA AYALA CARDOSO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
002378	TANIA MARIA DOMINGUES DE OLIVEIRA	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02
000296	VALDENICE DE SOUZA NASCIMENTO	AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	A-02

Artigo 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Secretário de Administração do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Paço Municipal "Miguel Botelho de Carvalho", em 12 de julho de 2019.

FRANSUELO FERRAI DOS SANTOS

Secretario de Administração

COORDENADORIA ADMINISTRATIVA
PORTARIA

PORTARIA Nº 343 DE 12 DE JULHO DE 2019.

ALTERA PORTARIA Nº 330/2019 QUE NOMEIA SERVIDORA PARA EXERCER A FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO QUE ESPECIFICA.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO, Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, no uso e gozo de suas legais atribuições resguardadas na Lei Orgânica do Município;

Considerando a necessidade do cumprimento do disposto no Artigo 67 da Lei de Licitações (8.666/93);

Considerando o Decreto Municipal nº 2761/2014 e a Instrução Normativa nº 50/2014;

Considerando exoneração do servidor nomeado no artigo 2º da Portaria nº 330/2019 para substituir a titular nomeada para exercer a fiscalização do contrato nº 36/2019,

R E S O L V E

Art. 1º - Alterar o artigo 2º da Portaria nº 330, de 05 de julho de 2019 para constar que no contrato nº 36/2019, passe a atuar como substituta nos impedimentos da titular, a servidora VALÉRIA MIRANDA DE AQUINO, Professora, matrícula nº 3012, CPF nº 420.550.911-15.

Art. 2º - Permanecem inalteradas as demais disposições da Portaria nº 330/2019.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito do Município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, Sede do Paço Municipal, em 12 de julho de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO

Prefeito

PREFEITURA DE MIRASSOL D'OESTE/RH
RESCISÃO DE CONTRATO

RESCISÃO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO nº 018/2018

Pelo presente termo de Rescisão Contratual, de um lado o município de Mirassol D'Oeste, Estado de Mato Grosso, detentor do CNPJ n. 03.755. 477/0001-75 neste ato representado pelo Sr. **EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO**, portador do RG 579262 SSP/MT e CPF 415.991.521-34, a seguir denominado **CONTRATANTE** e a Sra**. ROBERTA TELLES RODRIGUES MICHALSKI,** brasileira, casada, residente e domiciliada na Cidade de Mirassol D'Oeste - MT, portadora do RG 409019-9 SESPDC/SC e CPF 004. 784.679-82, neste ato denominada contratada, resolvem de comum acordo, por iniciativa da contratada, rescindir a partir 30/06/2019 o contrato de Prestação de Serviços de Pessoal Por Tempo Determinado nº 018/2018, da contratada ao cargo de **MONITOR DE CULTURA**, ficando assim resolvido e não percebendo ambas as partes quaisquer ônus ou direitos posteriores.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.

Mirassol D'Oeste, 22 de março de 2019.

EUCLIDES DA SILVA PAIXÃO **ROBERTA TELLES RODRIGUES MICHALSKI**

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

CLEUZA NUNES JONATHAN D. ESPINDOLA RIBEIRO

RG: 540283 SSP/MT RG: 2171844-0 SSP/MT

CPF: 395.568.591-87 CPF: 049.528.171-99

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOBRES

ADMINISTRAÇÃO
DECRETO N° 069/2019

DECRETO N.º 069/2019

"Dispõe sobre a prorrogação do prazo para pagamento em cota única do IPTU (imposto predial e territorial urbano) e dá outras providências. "

O Sr**. Leocir Hanel**, Prefeito Municipal de Nobres/MT, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas, **D E C R E T A:**

Art. 1º. Fica prorrogado até 15/08/2019 (Quinta-feira) o prazo para o pagamento em cota única do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano).

Parágrafo único. A prorrogação que trata este artigo refere-se ao exercício financeiro de 2019.

Art. 2º. Os contribuintes que optarem pelo pagamento do IPTU em cota única até 15/08/2019 (Quinta-feira) serão beneficiados com desconto de 30% (Trinta por cento), nos termos do §2º, do art. 48 da Lei Municipal nº. 785/2001 (Código Tributário Municipal).

Art. 3º. Revogadas as disposições em contrário, este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, em 10 de julho de 2019

LEOCIR HANEL

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NORTELÂNDIA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 018/2019

O Pregoeiro Oficial e a Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Nortelândia-MT, vem, através deste, comunicar aos interessados que será realizada Licitação na modalidade Pregão Presencial, com o seguinte objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO PORTÁTIL PARA O MUNICIPIO DE NORTELÂNDIA**, conforme descrito no Anexo I do Edital. Tipo: MENOR PREÇO POR lote. Data de Abertura: 30 de julho de 2019. Horário: 08:00 horas. Local: Avenida Prefeito João Macauba, 82, Centro, Nortelândia-MT - CEP: 78430-000. O edital completo e seus anexos estarão disponíveis no site www.nortelandia.mt.gov.br acesse o caminho portal transparência e após licitações, ou na sede da Prefeitura Municipal, telefone (65) 3346-1411, e-mail: pregoeiro@nortelandia.mt.gov.br.

Nortelândia-MT, 15 de julho de 2019.

BRUNA BEATO DE MICHELI

Pregoeira Oficial

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS
EXTRATO DO SEXTO ADITIVO AO CONTRATO 004/2016

Aditivo:	6/2019 - Acréscimo Valor
Termo Aditivo do Contrato Nº:	04/2016
Contratada:	HECOSERVICE CONSTRUCOES E SANEAMENTO EIRELI
Valor do aditivo:	5.064,76
Fundamentação:	Este Termo Aditivo tem por finalidade o aditivo de valor justificado na retificação da Clausula 4ª do contrato de repasse 59150000284/2008-64
	Jossimar José Fernandes Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO

PORTARIA N° 332/2019

PORTARIA N° 332/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, exonera **Valéria Vanessa Porfiria da Silva,** do Cargo em Comissão de Supervisora de Área, **DAS – 2,** na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente, a partir de 15/07/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 15 de Julho de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 331/2019

PORTARIA N° 331/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **José Carmo da Silva,** para responder pela Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Lazer, em substituição a Secretaria Maria Auxiliadora da Silva Cunha, que estará de gozo de férias a partir de 15 a 26 de Julho de 2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 12 de Julho de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PORTARIA N° 333/2019

PORTARIA N° 333/2019

Silmar de Souza Gonçalves, Prefeito Municipal de Nossa Senhora do Livramento-MT, no uso de suas atribuições legais, que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, nomeia **Valéria Vanessa Porfiria da Silva,** para o Cargo em Comissão de Coordenadora, **DAS – 3,** na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a partir de 15/07/2019.

Nossa Senhora do Livramento-MT, em 15 de Julho de 2019.

Silmar de Souza Gonçalves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2019

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade

PREGÃO PRESENCIAL 039/2019.

CONVENIO 0780/2017/SEAF/PREF.MUN.NOVA BANDEIRANTES.

No dia **31/07/2019 às 13h30min horas (Horário de Mato Grosso).**

Estepregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: Registro de preço para futura e eventual contratação de Escavadeira Hidráulica, para efetuar 312 horas maquinas para atender o convenio 0780/2017, celebrado entre a Prefeitura de Nova Bandeirantes e o Governo do Estado de Mato Grossoobservado as especificações contidas no Termo de Referência deste edital e em seus anexos.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT ou poderão ser baixados no site www.novabandeirantes.mt.gov.br. Informações pelo telefone (66) 98437-1118 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 15 de julho de 2019 .

_____

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO
DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS TERMO DE ABERTURA DE PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2019

O Prefeito de Nova Bandeirantes/MT, Sr. **VALDIR PEREIRA DOS SANTOS**, no uso de suas atribuições legais, considerando ser dispensável a licitação, na forma do art. 24, II da Lei 8.666/93, aprova a abertura de Processo de Dispensa de Licitação a ser autuado sob Nº 031/2019, que trata do objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, EDIÇÃO E FOTOGRAFIA PARA COBERTURA DOS EVENTOS MUNICIPAIS A SEREM REALIZADOS PE-**

LA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, OS EVENTOS QUE COMPREENDEM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO TRATA - SE DAS COMEMORAÇÕES DO 37° ANIVERSÁRIO DE NOVA BANDEIRANTES NO MÊS DE AGOSTO DE 2019 COM O 27º BAILE DA RAINHA DO CAFÉ, DESFILE CÍVICO E O SHOW DE JOÃO NETO E FREDERICO, E NO MÊS DE DEZEMBRO COM A APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO DO BALLET DO FINAL DO ANO.

Descrição	QTD.	Valor Unitário	Valor TOTAL
ITEM 01:			
ENSAIO FOTOGRÁFICO COM AS ALUNAS DO PROJETO COM DATA ANTECIPADA AO EVENTO. COBERTURA FOTOGRAFICA COMPLETA COM DOIS FOTOGRAFOS PROFISSIONAL E 1 ILUMINADOR PARA ESPETACULO DO BALÉ; ARQUIVO DIGITAL SEM LIMITE DAS FOTOS EM ALTA RESOLUÇÃO ENTREGUE EM PENDRIVE; 10 FOTOS 15X21 REVELADAS E EDITADAS PARA PREFEITURA MUNICIPAL; PRODUÇÃO DE VIDEO TRAILLER DO EVENTO. CAPTAÇÃO DE IMAGENS DE TODA COBERTURA DO EVENTO E PRINCIPAIS MOMENTOS ENTREGUE TODO MATERIAL FILMADO DOS PRINCIPAIS MOMENTOS EM 1 DVD E 1 PRENDRIVE;	01	5. 000,00	R$ 5. 000,00
ITEM 02:			
COBERTURA FOTOGRAFICA PARA DIA 11/08/ 2019 COMPLETA DO EVENTO COM DOIS FOTOGRAFOS PROFISSIONAL E 1 ILUMINADOR; COBERTURA FOTO E VIDEO INAUGURAÇÃO PREFEITURA SHOW E BAILE ARQUIVO DIGITAL SEM LIMETE DAS FOTOS EM ALTA RESOLUÇÃO ENTREGUE EM PENDRIVE; 10 FOTOS 15X21 REVELADAS E EDITADAS PARA PREFEITURA MUNICIPAL; CAPTAÇÃO DE IMAGENS DE TODA COBERTURA DO EVENTO E PRINCIPAIS MOMENTOS; PRODUÇÃO DE VIDEO TRAILLER PARA DIVULGAÇÃO. ENTREGUE TODO MATERIAL FILMADO DOS PRINCIPAIS MOMENTOS EM 1 DVD E 1 PENDRIVE. ENTREGUE TODO MATERIAL FILMADO DOS PRINCIPAIS MOMENTOS EM 1 DVD E 1 PENDRIVE.	01	6. 000,00	R$ 6. 000,00
ITEM 03:			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FILMAGEM E FOTOGRAFIA DE ENSAIO INDIVIDUAL, MARKING OFF CANDIDATAS E PARTICIPANTES DO EVENTO PRODUÇÃO ANTES DO EVENTO. (DATA A DEFINIR); 01 VIDEO PRODUZIDO EDITADO E FINALIZADO EM PREMIERE PARA DIVULGAÇÃO NO DIA DO BAILE E PARA RESDES SOCIAIS; COBERTURA FOTOGRAFICA NO DIA 03/08/2019 COMPLETA DO EVENTO COM DOIS FOTOGRAFOS PROFISSIONAIS E 1 ILUMINADOR; SLIDE DAS FOTOS DO MARKING OFF PARA PASSAR DURANTE O EVENTO DO DIA 03/08/2019; ARQUIVO DIGITAL DAS FOTOS EM ALTA RESOLUÇÃO ENTREGUE EM PENDRIVE BAILE E ENSAIO; 65 FOTOS 15X21 REVELADAS E EDITADAS PARA PREFEITURA MUNICIPAL; CAPTAÇÃO DE IMAGENS DE TODA COBERTURA DO EVENTO E PRINCIPAIS MOMENTOS; MATERIAL DO EVENTO FILMADO DEVERA SER ENTREGUE EM 1 DVD E 1 PENDRIVE;	01	6. 000,00	R$ 6. 000,00
			R$ 17. 000,00

Nova Bandeirantes – MT, 16 de julho de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2019

Nos termos do Artigo 24 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, RATIFICA-SE a Dispensa de Licitação Nº 031/2019 que tem como objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, EDIÇÃO E FOTOGRAFIA PARA COBERTURA DOS EVENTOS MUNICIPAIS A SEREM REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, OS EVENTOS QUE COMPREENDEM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO TRATA - SE DAS COMEMORAÇÕES DO 37° ANIVERSÁRIO DE NOVA BANDEIRANTES NO MÊS DE AGOSTO DE 2019 COM O 27º BAILE DA RAINHA DO CAFÉ, DESFILE CÍVICO E O SHOW DE JOÃO NETO E FREDERICO, E NO MÊS DE DEZEMBRO COM A APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO DO BALLET DO FINAL DO ANO.**

Descrição	QTD.	Valor Unitário	Valor TOTAL
ITEM 01:			
ENSAIO FOTOGRÁFICO COM AS ALUNAS DO PROJETO COM DATA ANTECIPADA AO EVENTO. COBERTURA FOTOGRAFICA COMPLETA COM DOIS FOTOGRAFOS PROFISSIONAL E 1 ILUMINADOR PARA ESPETACULO DO BALÉ; ARQUIVO DIGITAL SEM LIMITE DAS FOTOS EM ALTA RESOLUÇÃO ENTREGUE EM PENDRIVE; 10 FOTOS 15X21 REVELADAS E EDITADAS PARA PREFEITURA MUNICIPAL; PRODUÇÃO DE VIDEO TRAILLER DO EVENTO. CAPTAÇÃO DE IMAGENS DE TODA COBERTURA DO EVENTO E PRINCIPAIS MOMENTOS ENTREGUE TODO MATERIAL FILMADO DOS PRINCIPAIS MOMENTOS EM 1 DVD E 1 PRENDRIVE;	01	5. 000,00	R$ 5. 000,00
ITEM 02:			
COBERTURA FOTOGRAFICA PARA DIA 11/08/ 2019 COMPLETA DO EVENTO COM DOIS FOTOGRAFOS PROFISSIONAL E 1 ILUMINADOR; COBERTURA FOTO E VIDEO INAUGURAÇÃO PREFEITURA SHOW E BAILE ARQUIVO DIGITAL SEM LIMETE DAS FOTOS EM ALTA RESOLUÇÃO ENTREGUE EM PENDRIVE; 10 FOTOS 15X21 REVELADAS E EDITADAS PARA PREFEITURA MUNICIPAL; CAPTAÇÃO DE IMAGENS DE TODA COBERTURA DO EVENTO E PRINCIPAIS MOMENTOS; PRODUÇÃO DE VIDEO TRAILLER PARA DIVULGAÇÃO. ENTREGUE TODO MATERIAL FILMADO DOS PRINCIPAIS MOMENTOS EM 1 DVD E 1 PENDRIVE. ENTREGUE TODO MATERIAL FILMADO DOS PRINCIPAIS MOMENTOS EM 1 DVD E 1 PENDRIVE.	01	6. 000,00	R$ 6. 000,00
ITEM 03:			
PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FILMAGEM E FOTOGRAFIA DE ENSAIO INDIVIDUAL, MARKING OFF CANDIDATAS E PARTICIPANTES DO EVENTO PRODUÇÃO ANTES DO EVENTO. (DATA A DEFINIR); 01 VIDEO PRODUZIDO EDITADO E FINALIZADO EM PREMIERE PARA DIVULGAÇÃO NO DIA DO BAILE E PARA RESDES SOCIAIS; COBERTURA FOTOGRAFICA NO DIA 03/08/2019 COMPLETA DO EVENTO COM DOIS FOTOGRAFOS PROFISSIONAIS E 1 ILUMINADOR; SLIDE DAS FOTOS DO MARKING OFF PARA PASSAR DURANTE O EVENTO DO DIA 03/08/2019; ARQUIVO DIGITAL DAS FOTOS EM ALTA RESOLUÇÃO ENTREGUE EM PENDRIVE BAILE E ENSAIO; 65 FOTOS 15X21 REVELADAS E EDITADAS PARA PREFEITURA MUNICIPAL; CAPTAÇÃO DE IMAGENS DE TODA COBERTURA DO EVENTO E PRINCIPAIS MOMENTOS; MATERIAL DO EVENTO FILMADO DEVERA SER ENTREGUE EM 1 DVD E 1 PENDRIVE;	01	6. 000,00	R$ 6. 000,00
			R$ 17. 000,00

Valor Global **R$ 17.000,00 (dezessete mil reais),** pagos com recurso próprio do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração, Secretaria de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desporto e Lazer Cultura e juventude.

Registra-se, Publique-se, Cumpra-se.

Nova Bandeirantes – MT, 16 de julho de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 031/2019

Contratante:

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES - MT

Contratada:

ALVERINA DE LURDES PIMENTA 53196554104

CNPJ:**28.382.245/0001-40**

Rua das Cerejeiras, Nº S/N, Jardim Amazônia.

Paranaita - MT

Objeto: **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, EDIÇÃO E FOTOGRAFIA PARA COBERTURA DOS EVENTOS MUNICIPAIS A SEREM REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, OS EVENTOS QUE COMPREENDEM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO TRATA - SE DAS COMEMORAÇÕES DO 37° ANIVERSÁRIO DE NOVA BANDEIRANTES NO MÊS DE AGOSTO DE 2019 COM O 27º BAILE DA RAINHA DO CAFÉ, DESFILE CÍVICO E O SHOW DE JOÃO NETO E FREDERICO, E NO MÊS DE DEZEMBRO COM A APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO DO BALLET DO FINAL DO ANO.**

Valor de contratação **R$ 17.000,00 (dezessete mil reais),** pagos com recurso próprio do Gabinete do Prefeito, Secretaria de Administração, Secretaria de Assistência Social e Secretaria Municipal de Desporto e Lazer Cultura e juventude.

Considerando a justificativa apresentada pela Comissão Permanente de Licitação e a emissão de Parecer Jurídico, onde este expressa ser favorável à contratação direta, com Dispensa de licitação;

Considerando ainda, que concordamos e entendemos necessário e legal a contratação da empresa indicada para a contratação de serviço , **HOMOLOGO** os termos da presente **Dispensa de Licitação nº 031/2019**, para que produza todos os efeitos legais, inclusive possibilite a celebração do contrato administrativo com a empresa **ALVERINA DE LURDES PIMENTA 53196554104,** fornecedor escolhido e justificado.

Por fim, determino a publicação desse ato de Homologação e autorizo a celebração do pertinente contrato administrativo, com a consequente publicação do seu extrato na imprensa oficial para que produza todos os efeitos previstos em lei.

REGISTRA-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

Nova Bandeirantes – MT, 16 de julho de 2019.

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeito Municipal

DEPTO LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA Nº 031/2019

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT**

ALVERINA DE LURDES PIMENTA 53196554104

CNPJ:**28.382.245/0001-40**

Rua das Cerejeiras, Nº S/N, Jardim Amazônia.

Paranaita - MT

OBJETO:**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FILMAGEM, EDIÇÃO E FOTOGRAFIA PARA COBERTURA DOS EVENTOS MUNICIPAIS A SEREM REALIZADOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, OS EVENTOS QUE COMPREENDEM O OBJETO DESTA LICITAÇÃO TRATA - SE DAS COMEMORAÇÕES DO 37° ANIVERSÁRIO DE NOVA BANDEIRANTES NO MÊS DE AGOSTO DE 2019 COM O 27º BAILE DA RAINHA DO CAFÉ, DESFILE CÍVICO E O SHOW DE JOÃO NETO E FREDERICO, E NO MÊS DE DEZEMBRO COM A APRESENTAÇÃO DO ESPETÁCULO DO BALLET DO FINAL DO ANO.**

FUNDAMENTAÇÃO: Art. 24, II, da Lei nº 8.666/93.

Valor Global**R$ 17.000,00 (dezessete mil reais).**

Nova Bandeirantes – MT, 16 de julho de 2019.

BRUNA NEIVERTH

Presidente CPL

Portaria Nº 165/2019

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 037/2019

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade

Pregão Presencial 037/2019.

No dia **01/08/2019 às 07:30 horas,** (Horário de Mato Grosso).

Este pregão será regido pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: Registro De Preços Para Futura E Eventual Aquisição De Material De Construção E Materiais Para Conserto De Motosserras, Materiais Elétrico, Hidráulico, E Ferramentas Para Suprir As Necessidades Das Secretarias Municipais, Pelo Período De 12 Meses.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. Informações pelo telefone (66) 3572-1950 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 15 de julho de 2019.

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº 250/2017

DEPTO LICITAÇÃO/ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 003/2019

O Município de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, através da Pregoeira Oficial, comunica aos interessados que será aberta licitação na modalidade.

Pregão Eletrônico 003/2019

no dia **30/07/2019 às 09:00 horas,**

RECURSO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PROPOSTA Nº 12102.434000/1180-08

(Horário de Brasília). Este pregão será regido pela plataforma da BLL (www.bll.org.br) e pela Lei Federal 10.520/2002, com aplicação subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO PRORROGADO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA HOSPITAL DE MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES, ADVINDO DE RECURSO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE PROPOSTA Nº 12102.434000/1180-08, CONDIÇÕES E ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes – MT. E também pela plataforma da BLL Informações pelo telefone (66) 98437-1118 ou através de solicitação pelo e-mail: licitação@novabandeirantes.mt.gov.br.

Nova Bandeirantes/MT, 15 de julho de 2019.

Bruna Neiverth

Pregoeira Oficial

Decreto nº

250/2017

DEPTO LICITAÇÃO
LAUDO DE CONCLUSÃO PROVISÓRIA DA OBRA

TOMADA DE PREÇO N.º 005/2014

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes, por meio do presente Termo, e considerando que os serviços executados estão de acordo com as cláusulas contratuais, declara estar recebendo **PROVISÓRIAMENTE a Obra Praça Pública Central.**

A Obra da Praça Pública Central, está Localizado nas Avenidas José Francisco Otênio, esquina com a Rua Piauí e Travessa Alcion Neiverth, Processo Licitatório na modalidade Tomada de Preço nº 005/2014, dentro do que percentual o Artigo 73, inciso I, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e do Contrato de Prestação de Serviços nº 100/2014, firmado com a empresa **CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA**, pessoa jurídica de direito privado devidamente inscrita no CNPJ nº. 07.727.156/0001-18, com sede na Avenida Antonio Joaquim de Azevedo, S/N na Cidade de Nova Monte Verde – MT, responsável pela execução total da obra, observando o Artigo 69 da mesma Lei Federal.

A assinatura do presente Termo, não eximirá a Contratada das responsabilidades do Contrato e da Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores.

O presente Termo de recebimento tem caráter legal e imediato de modo que a Lei, o interesse público firmado, sejam efetivamente cumpridos.

.

Nova Bandeirantes – MT, 12 de Julho 2019

VALDIR PEREIRA DOS SANTOS

Prefeita Municipal

HELIANDRO DELLA ROSA

ARQUITETO

CAU – 109702-4

CESIRA BERGAMINI AMANCIO & CIA LTDA

07.727.156/0001-18

CAMARA MUNICIPAL
PORTARIA Nº 0 22 DE 08 DE JULHO DE 2019

PORTARIA Nº 022 DE 08 DE JULHO DE 2019

SÚMULA: "Dispõe sobre a instituição da Comissão Organizadora do Processo Seletivo para normatizar e conduzir o Processo Seletivo Público nº 001/2019 da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, e dá outras providências".

O Senhor Cesar Augusto Perigo, Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e nos explícitos termos Art. 37 da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Organizadora do Processo Seletivo nº 001/2019 para normatizar e conduzir os trabalhos.

Art. 2º - A Comissão Organizadora terá os seguintes componentes como membros:

I. **Maraisa Lopes dos Santos – Matricula 39, CPF 008.909.85 - 03 Presidente** II. **Joaquin Schmoeller – Matricula 12, CPF 409.691.779.68 Secretario III. Andreia Cristina da Silva Della Rosa – Matricula 1, CPF 916.214.701.30 - Membro** IV. **Rosana Alves dos Santos Nascimento – Matricula 13, CPF 266.236.068.23 - - Membro**

Art. 3º - A Comissão Organizadora do Processo Seletivo 001/2019 terá autonomia para atuar a seu juízo comum, respeitando sempre a legislação e os princípios que regem a administração pública, sendo a transparência no processo a norma preponderante.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Nova Bandeirantes – MT, 08 de julho de 2019

REGISTRE-SE.

PUBLIQUE-SE.

CUMPRA-SE.

CESAR AUGUSTO PERIGO

Presidente da Câmara Municipal

CAMARA MUNICIPAL
PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA DA CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES

EDITAL DE ABERTURA Nº 001/2019

O Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes Senhor**Cesar Augusto Périgo**, através da Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado, nomeada pela Portaria nº 22/2019/GP de 08 de julho de 2019, a qual nomeia a servidora **Maraisa Lopes dos Santos** como presidente da Comissão e, considerando o disposto no artigo 37, incisos I e IX da Constituição Federal de 05 de outubro de 1988, na Constituição do Estado de Mato Grosso Art. 129; na Lei Orgânica Municipal; na Lei Municipal nº 111/1997, alterada pelo Lei nº 139/1998 que trata sobre o Estatuto do Servidor Público do Município de Nova Bandeirantes, que trata do Estatuto dos Servidores Públicos Municipal; na Lei Ordinária nº 851/2014 e alterações que trata do Plano de Carreira Cargos e Salários dos servidores da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, *divulga e estabelece normas regulamentares* para a abertura do processo de seleção de pessoal, através de ***"Processo Seletivo Simplificado"*** destinado ao provimento de vaga em substituição a servidor, e a formação de *cadastro de reserva*, se houver a necessidade de substituição ou ampliação de vaga, junto a Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, conforme Anexos a seguir, publicados no site:www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br, conforme a seguir:

Anexo I - Informação do cargo e das vagas; escolaridade; valor da taxa de inscrição; carga horária e remuneração.

Anexo II - Das atribuições dos cargos;

Anexo III - Conteúdo Programático das provas;

Anexo IV - Requerimento de Isenção da Taxa de Inscrição;

Anexo V - Modelo de Atestado Médico para Pessoa com Deficiência Física;

Anexo VI - Modelo de Recurso a ser protocolado junto a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado;

Anexo VII - Cronograma da previsão dos trabalhos do Processo Seletivo Simplificado.

1. **DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

1.1. O Processo Seletivo Simplificado de Provas será regido por este edital e pelos diplomas legais dispostos em seu preâmbulo e executado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo.

1.2. O processo de seleção destina-se a escolher candidato(a) para admissão no quadro de servidores da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, em caráter temporário, ao cargo disposto no **Anexo I**, deste Edital, onde se encontram também dispostos o respectivo vencimento, carga horária de trabalho, valor da inscrição e demais informações necessárias.

1.3. O prazo de validade do presente Processo Seletivo Simplificado esgotar-se-á após um ano, contados a partir da data de publicação da homologação do resultado final, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período, a critério da administração.

1.4. O regime jurídico dos servidores do Município de Nova Bandeirantes é o Estatutário e instituído pela Lei Complementar 111/1997 e alterações previstas na Lei nº 139/1998.

1.5. O regime previdenciário do município de Nova Bandeirantes é o RGPS Regime Geral de Previdência Social, portanto os servidores contribuirão previdenciariamente ao Instituto Nacional da Seguridade Social INSS.

1.6. A seleção de que trata este edital será composta de exame de habilidades e conhecimentos mediante aplicação de Provas: Objetiva (múltipla escolha), de caráter meramente eliminatório e classificatório.

1.7. A inscrição será realizada exclusivamente via rede mundial de computadores através do site www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br clique no banner "*Processo Seletivo Simplificado"*.

1.7.1. O(a) candidato(a) que deixar de recolher a taxa de inscrição não participará das provas do Processo Seletivo Simplificado, exceto aqueles que tenham as inscrições Deferidas como isentas, após avaliação das condicionantes pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

1.8. O local de aplicação das Provas Objetiva (múltipla escolha) será informado aos(as) candidatos(as) quando da homologação das inscrições em Edital Complementar previsto para o dia **14/08/2019** e será publicado no site da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes: www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br

1.9. O(a) candidato(a) que se declarar portador(a) de deficiência física deverá inscrever-se em conformidade com o item 4 (quatro) deste Edital.

1.9.1. Caso o(a) candidato(a) não requeira a prerrogativa disposta no *caput* do subitem anterior, terá tratamento igualitário junto aos demais candidatos concorrentes.

1.10. O(a) candidato(a) que necessitar de atendimento especial para a realização das provas, tais como gestantes; lactantes e deficientes físicos deverão requerer essa prerrogativa no ato da inscrição.

1.10.1. O deferimento para o tratamento especial será avaliado pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado e serão atendidos pelos critérios de viabilidade e de razoabilidade.

1.10.2. A candidata lactante que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas deverá levar um acompanhante, que ficará em sala reservada, a qual assumirá total responsabilidade de cuidados e guarda da criança.

1.10.3. Não haverá desconto do tempo destinado à amamentação.

1.10.4. A candidata lactante que não levar acompanhante para cuidar da criança será impedida de realizar a prova, sob pena de prejudicar os demais candidatos.

1.10.5. O rol de candidatos que tiver atendimento especial deferido será divulgado no endereço: www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br ou em mural no dia da prova.

1.10.6. Se o requerente de atendimento especial não tiver o nome incluído na listagem, deverá interpelar recursos para conhecer as razões do indeferimento.

1.10.7. Todos os recursos relativos ao processo Seletivo Simplificado serão realizados através do site, área do candidato, e serão submetidos à avaliação da Comissão Organizadora.

2. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição será realizada exclusivamente via rede mundial de computadores através do site www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br clique no banner "*Processo Seletivo Simplificado"*.

2.2. O período normal de inscrição será de **23/07/2019** até as **23h 00min do dia 07/08/2019**.

2.3. O(a) candidato(a) interessado em participar do certame deverá:

2.3.1. Preencher a ficha de inscrição, declarando o conhecimento integral do conteúdo deste Edital de Processo Seletivo Simplificado;

2.3.2. Emitir o comprovante de inscrição;

2.3.3. Emitir o boleto e efetuar o pagamento bancário impreterivelmente até o vencimento em **08/08/2019**;

2.3.4. Acompanhar a evolução do processo através dos Editais Complementares e seus anexos publicados no site: www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br clique no banner "*Processo Seletivo Simplificado*".

2.4. O(a) candidato(a) que obtiver o deferimento da Inscrição Isenta, publicado em Edital Complementar em **30/07/2019** não precisará gerar o boleto de cobrança.

3. DA INSCRIÇÃO ISENTAS NO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

3.1. Poderão se inscrever gratuitamente entre os dias **23 e 26 de julho de 2019**:

3.1.1. O(a) candidato(a) doador(a) regular de sangue, desde que:

● Anexar no ato da inscrição cópia da carteira de doador(a) regular de sangue, expedido por Banco de Sangue público ou privado, conforme determinação da Lei Estadual nº 7.713/2002 e ainda, comprovar ao menos três doações antes do lançamento deste edital.

3.1.2. O(a) candidato(a) hipossuficiente financeiramente, desde que:

● Seja membro titular de família de baixa renda incluído no Programa Social de Auxílio do Governo Federal"Bolsa Família", cuja comprovação se dará com a anexação do comprovante expedido pelo Ministério da Cidadania,baixado via internet no link:https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/consulta_cidadao/index.php, para pesquisa.

3.1.3. Será excluído(a) do Processo Seletivo Simplificado o candidato(a) que, não atendendo, à época de sua inscrição, aos requisitos previstos em Lei, tenha obtido vantagens, com uso de fraude ou qualquer outro meio que evidencie má fé, à redução de que trata este Edital.

3.1.4. A exclusão será precedida de procedimento em que se garanta ao candidato a respectiva defesa que, uma vez confirmada, importará na anulação da respectiva inscrição e dos demais atos praticados pelo candidato, sem prejuízo de outras sanções penais cabíveis.

3.2. A inscrição gratuita deverá atender na integra ao menos um dos subitens: 3.1.1 ou 3.1.2, deste Edital.

3.2.1. O site www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br na data provável de **30/07/2019**, divulgará a relação dos(as) candidatos(as) deferidos para a gratuidade da inscrição.

3.2.2. O simples fato do(a) candidato(a) se inscrever mencionando a intenção de gratuidade, não autoriza a inscrição gratuita.

● O(a) candidato(a) deverá conferir a publicação do Deferimento da sua Inscrição gratuita no site www.novabandeirantes.mt.gov.br na data provável de **30/07/2019**, através de Edital Complementar que divulgará a relação dos(as) candidatos(as) com Inscrições **Isentas** (Deferidas), ou Inscrições **Não Isentas** (Indeferidas), que deverão ser pagas para concorrerem ao certame.

3.2.3. O(a) candidato(a) que requereu a isenção da taxa de inscrição e não foi contemplado no rol das Inscrições Isentas, poderá impetrar recursos em até 48 horas após a publicação do Edital Complementar das Inscrições Deferidas e Indeferidas, para conhecer as razões do indeferimento, caso ainda lhe reste alguma dúvida.

3.2.4. A previsão para a publicação do Edital Complementar com o rol das inscrições homologadas e aptas a concorrerem ao certame será em **14 de agosto de 2019**, o qual também divulgará o local de realização das provas.

3.2.5. A Taxa de Inscrição ao cargo de Agente de Serviços Gerais será de R$ 30,00 (trinta reais).

3.3. Das disposições gerais sobre a Inscrição no Processo Seletivo Simplificado.

3.3.1. A única forma de realizar a inscrição será via internet, portanto navegue no site: www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br clique no banner "*Processo Seletivo Simplificado"* e preencha a inscrição.

3.3.2. A informação prestada no ato da inscrição e os dados mencionados serão de inteira responsabilidade do(a) candidato(a), respondendo este por qualquer falsidade na forma da lei.

3.3.3. O(a) candidato(a) que prestar qualquer declaração falsa ou inexata no ato da inscrição, ou não possa satisfazer às condições enumeradas neste edital, terá a inscrição anulada e todos os atos dela decorrente, mesmo que classificado no Resultado Final.

3.3.4. O comprovante de inscrição será emitido no ato da realização da inscrição e somente terá validade com a apresentação do boleto pago até a data do vencimento, ou pela publicação da Inscrição Isenta, e deverá ser mantido em poder do(a) candidato(a) e apresentado nos locais de realização das provas, (quando solicitado) juntamente com documento de identificação nos termos do item 14.5 e seus subitens.

3.3.5. Eventuais erros de digitação referente à documentação (NOME, DATA DE NASCIMENTO e RG), ou escolha de outro cargo, poderá ser corrigido pelo(a) próprio(a) candidato(a) a qualquer momento, antes do pagamento da Taxa de Inscrição.

3.3.6. O(a) candidato(a) poderá ainda, anular sua inscrição e realizar outra, desde que não tenha pago o boleto da inscrição anterior, sob pena de não reaver o valor pago, nem mesmo para compensação de outra inscrição do mesmo interessado(a).

● Os dados da inscrição estão diretamente vinculados ao Boleto Bancário, caso o(a) candidato(a) realize mais de uma inscrição, deverá pagar aquela que lhe convier para a realização da prova e concurso da vaga, pagamento indevido não será ressarcido.

3.3.7. Se por motivo alheio a Organização do Concurso o(a) candidato(a) tiver sua inscrição anulada ou cancelada, mesmo que tenha pago a taxa de inscrição, o(a) candidato(a) não terá à restituição.

4. DO(A) CANDIDATO(A) COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

4.1. Este Edital de Processo Seletivo Simplificado *não prevê vagas* exclusivas para Pessoa com Deficiência Física PcD. Porém, não serão cerceados do direito de concorrer em teor de igualdade aos demais candidatos(as).

4.2. O(a) candidato(a) que se inscrever como Pessoa com Deficiência Física PcD e necessitar de atendimento especial para a realização da prova, deverá requerer no ato da inscrição e anexar *Laudo Médico* em ***.pdf*** ou motivação substancial acerca dessa necessidade.

4.2.1. A preocupação da organização com a Pessoa com Deficiência Física PcD é *exclusivamente* pela possibilidade de necessitar de atendimento especial para a realização das provas.

4.3. O(a) candidato(a) que se inscrever como Pessoa com Deficiência Física PcD, se aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado, será convocado a submeter-se à perícia médica especial, a ser realizada em data pré-estabelecida, e por equipe médica multiprofissional sob responsabilidade da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes, que verificará a compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada.

4.4. O(a) candidato(a) convocado para a perícia médica deverá comparecer na data e horário previsto no ato convocatório.

4.5. A não observância do disposto no subitem anterior ou, a reprovação na perícia médica acarretará perda do direito à vaga.

5. DAS FASES DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

5.1. A seleção de que trata este edital compreenderá as seguintes fases, conforme a seguir.

5.2. Das Provas: a Prova Objetiva (múltipla escolha) terá a duração de 2 (duas) horas e será aplicada na data provável de **18 de agosto de 2019**, no turno da manhã, das 08h00min às 10h00min e será confirmada por Edital Complementar quando da divulgação da homologação das inscrições, previsto para o dia **14 de agosto de 2019**.

5.2.1. Será de responsabilidade exclusiva do(a) candidato(a) a identificação correta de seu local de realização da prova e o comparecimento com antecedência mínima de 30 minutos do horário predeterminado.

5.2.2. O Gabarito das Provas Objetivas será publicado no mural da Câmara Municipal e no site www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br no dia seguinte à realização das provas conforme cronograma do **Anexo VII**, deste Edital.

6. CANDIDATOS(AS) DO NÍVEL FUNDAMENTAL COMPLETO (ANTIGA 8ª SERIE)

6.1. Do cargo de Agente de Serviços Gerais.

6.1.1. A Prova Objetiva (múltipla escolha): para os candidatos(as) de Nível Fundamental Completo, será composta de 20 (vinte) questões com 4 (quatro) alternativas cada.

● O Conteúdo Programático das Provas está disponível no **Anexo III** deste Edital, devidamente discriminados por cargo concorrido.

● Haverá um campo de marcação para cada uma das quatro opções: “A, B, C e D”, sendo que o(a) candidato(a) deverá preencher no cartão de respostas apenas aquele correspondente à resposta que julgar correta, de acordo com o enunciado da questão.

● O(a) candidato(a) deverá marcar somente um dos quatro campos da folha de respostas, sob pena de arcar com os prejuízos decorrentes de marcação indevida.

6.1.2. O(a) candidato(a) deverá obter o mínimo de 44 (quarenta e quatro pontos) na Prova Objetiva (múltipla escolha), sob pena de desclassificação.

6.1.3. O(a) candidato(a) que zerar (não pontuar) em qualquer disciplina aplicada na Prova Objetiva, mesmo que tenha alcançado o mínimo de 44 (quarenta e quatro) pontos estará desclassificado do Processo Seletivo Simplificado.

6.1.4. As disciplinas que compõem a Prova Objetiva terão pesos diferenciados e estão mencionados na tabela abaixo e totalizarão o máximo de 100 (cem) pontos:

DISCIPLINAS	QUESTÕES	PESO	PONTUAÇÃO
Língua Portuguesa	**5 (cinco)**	**4 (quatro)**	**20 (vinte) pontos**
Matemática	**5 (cinco)**	**4 (quatro)**	**20 (vinte) pontos**
Conhecimentos Gerais	**5 (cinco)**	**6 (seis)**	**30 (trinta) pontos**
Conhecimentos Específicos	**5 (cinco)**	**6 (seis)**	**30 (trinta) pontos**
		TOTAL	**100 (cem) pontos**

7. DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E DE CLASSIFICAÇÃO

7.1. Todos(as) candidatos(as) terão suas provas objetivas corrigidas por meio de processamento eletrônico, através de leitura óptica.

7.2. A nota em cada questão das provas objetivas, feita com base nas marcações da folha de respostas, será igual a ponto positivo para os acertos e não haverá contagem negativa de pontos para os erros.

7.3. Serão desclassificados do Processo Seletivo Simplificado os(as) candidatos(as) que obtiverem notas inferiores a 44 (quarenta e quatro) pontos na soma da Prova Objetiva (múltipla escolha), ou ainda, os(as) que zerarem em qualquer das disciplinas da Prova Objetiva.

7.4. Os(as) candidatos(as) desclassificados(as) na forma do subitem 7.3, deste edital, não terão qualquer classificação no processo Seletivo Simplificado.

7.5. O nome dos(as) candidatos(as) classificados(as) será ordenado(a) de acordo com os valores decrescentes da nota final das Provas Objetivas.

8. DAS PUBLICAÇÕES EDITALICIAIS E DOS RECURSOS

8.1. Após a publicação dos Editais Complementares, os(as) candidatos(as) terão até 48 (quarenta e oito) horas para a impetração de recursos administrativos, via área do candidato na página de inscrição.

8.2. O gabarito da prova objetiva será divulgado em www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br no dia subsequente ao da realização das provas teóricas, tendo como data provável dia **19/08/2019,** conforme dispõe o **Anexo VII**.

8.3. O(a) candidato(a) deverá ser claro, consistente e objetivo em seu pleito. E ainda, embasar-se teoricamente, utilizando-se de referências bibliográficas e citando-as detalhadamente as informações contra questão da prova, sob pena de não conhecimento do recurso.

8.3.1. Recurso inconsistente ou intempestivo será preliminarmente indeferido.

8.4. Se do exame de recurso resultar anulação de questão integrante de prova, a pontuação correspondente a essa questão será atribuída ponto a todos(as) candidatos(as) concorrentes.

8.5. Todos os recursos embasados teoricamente serão analisados e a justificativa de eventual acolhimento por irregularidade que alterar o resultado do gabarito será divulgado no site: www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br

8.5.1. Não será encaminhada resposta individual aos(as) candidatos(as) recursantes.

8.6. Não será aceito recurso via postal, via fax, ou ainda, os intempestivos.

8.7. Em nenhuma hipótese serão aceitos pedidos de revisão de recursos, recursos de recursos e/ou recurso contra o Gabarito Oficial, bem como recursos contra o resultado final.

8.8. Recursos cujo teor desrespeite a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado serão preliminarmente indeferidos.

9. DA NOTA FINAL NO CONCURSO

9.1. A nota final no concurso será a SOMA das notas obtidas na Prova Objetiva.

9.2. Os(as) candidatos(as) aprovados(as) serão ordenados(as) de acordo com os valores decrescentes das notas finais no concurso, de acordo com os critérios de desempate estabelecidos no item 10 deste edital.

10. DOS CRITÉRIOS DO DESEMPATE

10.1. Em caso de empate nas notas das provas, e para fins de classificação como critério de desempate, terá preferência o(a) candidato(a) que:

I. possuir maior idade, dentre os(as) candidatos(as) com mais de 60 (sessenta) anos, completados até a data da prova, nos termos do Art. 27 da Lei nº 10.741/2003, considerando-se o ano, o mês e o dia do nascimento;

II. possuir maior quantidade de acertos de questões da prova objetiva;

III.possuir maior quantidade de acertos na disciplina de Conhecimentos Específicos;

IV. possuir maior quantidade de acertos na disciplina da Língua Portuguesa;

V.possuir maior quantidade de acertos na disciplina de Matemática;

VI.possuir maior quantidade de acertos na disciplina de Conhecimentos Gerais;

VII. o(a) candidato(a) mais velho(a).

11. DOS REQUISITOS BÁSICOS PARA A INVESTIDURA

11.1. Ser aprovado(a) neste Processo Seletivo Simplificado.

11.2. Ter nacionalidade brasileira ou portuguesa e, no caso de nacionalidade portuguesa, estar amparado pelo estatuto de igualdade entre brasileiros e portugueses, com reconhecimento do gozo dos direitos políticos, nos termos do artigo 12, § 1º, da Constituição Federal.

11.3. Estar em dia com as obrigações eleitorais e, em caso de candidato do sexo masculino, também com as obrigações militares.

11.4. Firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade das esferas federal, estadual ou municipal.

11.5. Ser considerado apto física e mentalmente para o exercício do cargo no exame médico pré-admissional, devendo o(a) candidato(a) apresentar os exames clínicos, radiográficos e laboratoriais, os quais correrão às expensas do candidato.

11.6. Declarar o não acúmulo de Cargo Público, nos termos do inciso XVI do artigo 37 da Constituição Federal.

11.7. Cumprir todas as determinações deste edital.

12. DA NOMEAÇÃO, DA POSSE E DO EXERCÍCIO DO CARGO

12.1. O(a) candidato(a) aprovado(a) no Processo Seletivo Simplificado terá garantido sua vaga para nomeação ao cargo público, que poderá ocorrer até o final da validade deste processo. Porém, será fator determinante a avaliação clínica médica e psicológica sobre a saúde física e mental do(a) candidato(a), para consolidar a posse no cargo.

12.1.1. O critério de convocação será pela discricionariedade e necessidade da Administração da Câmara Municipal e respeitados os limites orçamentários, financeiros e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12.2. O(a) "*candidato(a) classificado(a)*" listará sequencialmente no rol do resultado final, após o atendimento das vagas abertas para os(as) "*candidatos(as) aprovados(as)*" e serão promovidos à este status sempre que vagar o cargo.

12.2.1. As oportunidades serão abertas por vários motivos: em razão de exoneração, aposentadoria ou vacância de servidor, ou até mesmo de desistência de outros aprovados.

12.2.2. O(a) candidato(a) que compor a lista de ***"CLASSIFICADOS"*** estará automaticamente enquadrado no "***CADASTRO DE RESERVA***" da instituição e não terá direito a convocação para posse, exceto, se houver a necessidade ou a ampliação de novas vagas, por necessidade da Administração da Câmara Municipal.

12.3. O(a) candidato(a) aprovado(a) para a vaga existente será nomeado e convocado por meio de publicação no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso - AMM e pelo site da Câmara de Vereadores: www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br.

12.4. O(a) candidato(a) convocado terá até 10 (dez) dias para apresentar a documentação exigida, que deverá conter no mínimo os seguintes documentos:

12.4.1. Documento de identidade - 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.2. CPF - 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.3. Título eleitoral 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.4. Certificado de reservista ou Certificado de Dispensa de Incorporação - 1 (uma) cópia autenticada (se candidato do sexo masculino);

12.4.5. Comprovação que está quite com as obrigações eleitorais.

12.4.6. PIS ou PASEP - 1 (uma) cópia, no caso de já ter sido empregado;

12.4.7. Comprovante de endereço;

12.4.8. Comprovação da Escolaridade e os respectivos registros nos órgãos fiscalizadores quando exigidos, 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.9. Certidão de nascimento ou casamento - 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.10. Certidão de nascimento dos filhos - 1 (uma) cópia autenticada;

12.4.11. Certidão negativa da justiça (civil e criminal) das cidades onde o(a) candidato(a) tenha residido nos últimos cinco anos;

12.4.12. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo administrativo disciplinar;

12.4.13. Declaração de bens e valores que compõem seu patrimônio;

12.4.14. Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;

12.4.15. Declaração de que não foi exonerado com justa causa e a bem do serviço público, no período de 5 (cinco) anos, nas esferas federal, estadual e municipal.

12.4.16. Certidão Negativa ou Positiva com efeito de Negativa dos Débitos Fiscais junto ao Município;

12.4.17. 1 (uma) foto 3x4 recente.

12.4.18. Comprovante de qualificação cadastral expedido pelo sistema e-social.

12.5. Das declarações exigidas, modelos serão disponibilizados pelo Departamento de Recursos Humanos aos(as) candidatos(as) para a efetiva posse.

12.6. O(a) candidato(a) que não atender a convocação para apresentar a documentação citada no prazo estabelecido será considerado(a) eliminado(a) do Processo Seletivo Simplificado.

13. DAS PROVAS DE TÍTULOS

13.1. Receberá bônus através de comprovação de Título de Formação superior a mínima exigida os(as) candidatos(as) do Nível Fundamental Completo que atenderem aos requisitos do subitem 7.3 deste Edital, em caráter meramente classificatório.

13.2. Do Título de formação superior à mínima exigida aos candidatos de Nível Fundamental Completo:

13.2.1. Será permitida a entrega de Certificado de Conclusão de Curso e se restringirá ao máximo de 05 (cinco) pontos.

13.3. Será aceita declaração de conclusão de curso, desde que, devidamente anexado ao Histórico Escolar (ambos em cópias autenticadas) ou Certificado de conclusão do curso, expedido pela Escola formadora (cópia autenticada).

13.4. Tabela de pontuação de bônus por títulos:

TÍTULOS ADMITIDOS PARA EFEITO DE BÔNUS E PONTUAÇÃO EXTRA.	
Curso de formação do Ensino Médio ou Técnico Regular	3 (três) pontos
Curso de formação de Nível do Ensino Superior em qualquer área	5 (cinco) pontos

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. A inscrição do(a) candidato(a) implicará na aceitação das normas para o Processo Seletivo Simplificado contida nos comunicados, deste edital e em outros Editais Complementares a serem publicados.

14.2. É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) acompanhar todos os atos, editais e comunicados referentes a este Processo Seletivo Simplificado que sejam publicados no mural do paço municipal e no endereço eletrônico do município www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br

14.3. Não serão dadas, por telefone, informações a respeito de datas, locais e horários de realização das provas. O(a) candidato(a) deverá observar rigorosamente os editais e os comunicados a serem divulgados na forma do subitem 14.2 deste edital.

14.4. O(a) candidato(a) deverá comparecer ao local designado para a realização das provas com antecedência mínima de trinta minutos do horário pré-fixado para o seu início munido de caneta esferográfica preferencialmente de tinta preta fabricada em material transparente, do comprovante de inscrição, do comprovante do pagamento da taxa de inscrição, do documento de Identificação original, Laudo de Perícia médica (se for o caso) e títulos de pós graduação (se for o caso).

14.5. Serão considerados documentos de identidade: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte brasileiro; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, valham como identidade; carteira de trabalho e carteira nacional de habilitação (somente modelo com foto).

14.5.1. Não serão aceitos como documentos de identidade: certidões de nascimento, CPF, títulos eleitorais, carteiras de estudante, carteiras funcionais sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados.

14.5.2. Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, nem protocolo do documento.

14.6. Por ocasião da realização das provas, o(a) candidato(a) que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 14.5 deste edital, não poderá fazer as provas e estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado, exceto se atender as prerrogativas do item 14.7 deste Edital.

14.7. Se por motivo de perda, roubo ou furto, apresentar documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial (Boletim de Ocorrência), expedido há, no máximo, 30 (trinta dias), ocasião em que será registrado em ata e submetido à confirmação posterior, o que poderá ser dispensado caso em sala de provas apresente duas testemunhas capazes e concorrentes ao certame, e devidamente qualificada para confirmar a identificação do(a) candidato(a).

14.8. Não serão aplicadas provas em local, data ou horário diferente dos predeterminados em edital ou em comunicado.

14.9. Não será admitido ingresso de candidato(a) no local de realização das provas após o horário fixado para o fechamento dos portões.

14.10. O(a) candidato(a) deverá permanecer obrigatoriamente na sala de realização das provas, no mínimo por uma hora após o início das provas.

14.10.1. A inobservância do subitem anterior acarretará a não correção das provas e consequente eliminação do(a) candidato(a) do Processo Seletivo Simplificado.

14.11. O(a) candidato(a) que se retirar do ambiente de provas sem autorização não poderá retornar sob qualquer hipótese.

14.12. O(a) candidato(a) somente poderá se retirar do local de realização das provas por desconforto pessoal, para ir aos lavatórios/banheiros devidamente acompanhado de um fiscal credenciado.

14.13. Não haverá, por qualquer motivo, prorrogação do tempo previsto para a aplicação das provas em razão do afastamento de candidato da sala de provas.

14.14. Não haverá segunda chamada para a realização das provas. O não comparecimento a estas implicará a eliminação automática do(a) candidato(a).

14.15. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os(as) candidatos(as) nem a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, réguas de cálculo, impressos ou qualquer outro material de consulta, inclusive códigos e/ou legislação.

14.16. Será eliminado do processo o(a) candidato(a) que, durante a realização das provas, for surpreendido portando quaisquer aparelhos eletrônicos ativos, tais como: bip, telefone celular, smartphone, walkman, agenda eletrônica, despertador eletrônico, palmtop, tablet, receptor (ponto auditivo), gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme, relógio eletrônico (calculadora), óculos escuros ou quaisquer acessórios de chapelaria, tais como chapéu, boné, gorro, quepe, boina etc., qualquer outra vestimenta que possibilite disfarces para facilitar tentativa de comunicação interna ou externa e criar possibilidade de fraudes.

14.16.1. A Organização do Processo Seletivo Simplificado recomenda que o(a) candidato(a) *não leve nenhum dos objetos citados no subitem anterior*, no dia de realização das provas.

14.16.2. A Organização do Processo Seletivo Simplificado não ficará responsável pela guarda de quaisquer objetos do(a) candidato(a), bem como não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou equipamentos durante a realização das provas, nem por danos neles causados.

14.16.3. Não será permitida a entrada de candidatos(as) no ambiente de provas portando armas, mesmo os autorizados por lei. O(a) candidato(a) que estiver armado será encaminhado à coordenação.

14.17. No dia de realização das provas, a Organização do Processo Seletivo Simplificado poderá submeter os(as) candidatos(as) ao sistema de detecção de metal.

14.18. Terá suas provas anuladas e estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado o(a) candidato(a) que, durante a sua realização:

14.18.1. For surpreendido fornecendo ou recebendo auxílio para a execução das provas ou comunicando-se com outros(as) candidatos(as);

14.18.2. Utilizar-se de quaisquer dos objetos constantes dos subitens 14.15 e 14.16, além de quaisquer outros objetos que não forem expressamente permitidos;

14.18.3. Faltar com o devido respeito para com qualquer membro da equipe de aplicação das provas (fiscal ou coordenação), com as autoridades presentes ou com os demais candidatos(as);

14.18.4. Fizer anotação de informações relativas às suas respostas no comprovante de inscrição, comprovante de pagamento ou em qualquer outro meio que não os permitidos;

14.18.5. Não entregar o material das provas ao término do tempo destinado para a sua realização;

14.18.6. Afastar-se da sala, a qualquer tempo, sem o acompanhamento de fiscal;

14.18.7. Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando a folha de respostas;

14.18.8. Descumprir as instruções contidas no caderno de provas ou no cartão de respostas;

14.18.9. Perturbar, de qualquer modo, a ordem dos trabalhos, incorrendo em comportamento indevido;

14.18.10. Utilizar ou tentar utilizar meios fraudulentos ou ilegais para obter aprovação própria ou de terceiros, em qualquer etapa do Processo Seletivo Simplificado;

14.18.11. Não permitir a coleta de sua assinatura;

14.18.12. For surpreendido portando caneta fabricada em material não transparente;

14.18.13. For surpreendido portando anotações em papéis que não os permitidos;

14.18.14. Não permitir ser submetido a detector de metal.

14.19. No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de trabalho e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo e/ou aos critérios de avaliação e de classificação.

14.20. Se, a qualquer tempo for constatado, por meio eletrônico, estatístico, visual, grafológico ou por investigação policial, ter o(a) candidato(a) se utilizado de processo ou meio ilícito, suas provas serão anuladas e ele estará automaticamente eliminado do Processo Seletivo Simplificado.

14.21. O descumprimento de quaisquer das instruções supracitadas implicará a eliminação do(a) candidato(a), constituindo tentativa de fraude, sem prejuízo das punições legais.

14.22. O Resultado Final do Processo Seletivo Simplificado será homologado pelo Presidente da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes e publicado nos órgãos da imprensa local e oficial e no endereço eletrônico da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes.

14.23. O(a) candidato(a) deverá manter atualizado seu endereço perante o Departamento de Recursos Humanos, enquanto estiver participando do Processo Seletivo Simplificado, por meio de requerimento a ser enviado à Administração da Câmara Municipal de Nova Bandeirantes. Será de exclusiva responsabilidade do(a) candidato(a) os prejuízos advindos da não atualização de seu endereço.

14.24. Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão Organizadora do Processo Seletivo Simplificado.

14.25. As alterações de legislação com entrada em vigor antes da data de publicação deste edital serão objeto de avaliação pela Organização do Processo Seletivo Simplificado.

14.26. A legislação com entrada em vigor após a data de publicação deste edital, bem como as alterações em dispositivos legais e normativos a ele posteriores, não serão objeto de avaliação.

14.27. O(a) candidato(a) é responsável pela conferência de seus dados pessoais, em especial seu nome, seu número de inscrição e o cargo concorrido e as demais informações.

14.28. Não será permitido que as marcações no cartão de respostas sejam feitas por outra pessoa, salvo em caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para esta finalidade. Nesse caso, se necessário, o(a) candidato(a) será acompanhado por Agente devidamente identificado e autorizado.

14.29. Qualquer alteração nas regras deste edital só poderá ser feita por meio de outro edital.

14.30. Decorridos 120 (cento e vinte) dias da homologação do Processo Seletivo Simplificado e não havendo óbice administrativo, judicial ou legal, é facultada a incineração dos registros escritos, mantendo-se, entretanto, pelo período de validade do Processo Seletivo Simplificado, os registros eletrônicos a ele referentes.

Nova Bandeirantes MT, 15 de julho de 2019.

Maraisa Lopes Dos Santos

Presidente da Comissão

Cesar Augusto Périgo

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

ANEXO I

VAGAS DOS CARGOS DE NÍVEL FUNDAMENTAL

VALOR DA INSCRIÇÃO R$ 30,00

Cargo/Função Concorrido	Escolaridade	Modalidade de Prova	Vagas	C/H.	Vencimento Inicial
AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS	Nível Fundamental Completo	Objetiva	01	40hs	1.378,11

ANEXO II

1. SÍNTESE DAS ATRIBUIÇÕES

1.1. AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS: Executar os serviços que sejam determinados pelos superiores, primando pela ordem no local de trabalho, mantendo a estética e apresentação do local, atender aos cidadãos que se dirigirem às suas pessoas, prestando as informações solicitadas com educação, encaminhando para quem possa melhor atendê-lo. Executar serviços de limpeza, conforme determinação superior, zelando pelo bem público, reparando os utensílios sempre que estes venham a necessitar de reparos para serem utilizados nas tarefas diárias dos servidores. Fazer mudanças. Coletar lixo, varrer, lavar e remover o lixo e detritos dos próprios públicos. Auxiliar no recebimento, entrega, pesagem e contagem de materiais. Auxiliar em serviços lavagem e manutenção de equipamentos. Executar faxinas em geral nos bens públicos. Responsabilizar-se pela manutenção e conservação do equipamento utilizado. Verificar se as portas e janelas e demais vias de acesso, estão devidamente fechadas quando do encerramento do expediente. Investir quaisquer condições anormais que tenha observado, responder as chamadas telefônicas e anotar recados. Levar ao imediato conhecimento das autoridades competentes qualquer irregularidade verificada. Acompanhar funcionários, quando necessário, no exercício de suas funções. Exercer tarefas afins ou que sejam determinadas por seus superiores.

ANEXO III

NÍVEL DE ESCOLARIDADE: ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO

1. **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO DA PROVA OBJETIVA.**

1.1. Língua Portuguesa: Compreensão e interpretação de textos: habilidade de ler, compreender e interpretar textos em língua portuguesa, verbais, não verbais e mistos. Ortografia. Separação de sílabas. Acentuação gráfica. Classe de palavras. Flexão quanto ao gênero, número e grau do substantivo e do adjetivo. Crase. Frase e Oração. Sujeito. Predicado. Sinônimos e Antônimos. Figuras de linguagem.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.2. Matemática: Sistema de Numeração Decimal: Escrita e Leitura de Números; Operações elementares: Somar, subtrair, multiplicar e dividir; frações ordinárias e decimais, Sistema Métrico; perímetros e áreas das principais figuras planas, Sistema Monetário; Medidas de tempo; regra de três simples; juros simples, porcentagem, números pares e ímpares, equação de 1º grau. Relações métricas no triângulo retângulo.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.3. Conhecimentos Gerais e atualidades: História dos pioneiros e fundadores do município; Conhecimentos geográficos e históricos do município; Aspectos políticos sobre governantes do Município; Assuntos políticos, econômicos e culturais veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas e televisão), da atualidade e dos últimos anos; comemorações e festas históricas, cívicas e populares; Símbolos do município (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão social; religiosa e à política da realidade nacional; Atualidades e acontecimentos do Município: relacionados às áreas de: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura e meio-ambiente.Conhecimentos geográficos e históricos do Estado de Mato Grosso; Aspectos políticos sobre governos: Estadual e Federal; comemorações e festas históricas, cívicas e populares do Estado de Mato Grosso; Símbolos do Estado (bandeira, brasão e hino); Temas relacionados à questão econômica e social estadual e nacional; Acontecimentos importantes do Estado e da União, veiculados nas mídias (rádios, jornais, revistas, internet e televisão), da atualidade e dos últimos anos; relacionados às áreas: econômica, política, saúde, segurança, lazer, educação, infraestrutura, meio ambiente e cultura.

OBS. Nível de complexidade compatível com a escolaridade.

1.4. Conhecimentos Específicos do cargo: Conhecimento e regras de hierarquias no serviço público municipal; Noções de ética e cidadania; Regras básicas de comportamento profissional para o trato diário com o público interno e externo e colegas de trabalho; Direitos humanos; Estatuto da Criança e do Adolescente e Estatuto do Idoso. Demais atividades pertinentes aos cargos, tais como: Funções; ferramentas utilizadas e utensílios comuns ao exercício das funções de limpeza e higienização de ambientes, conhecimento sobre produtos (químicos) de limpeza e conservação de bens móveis e imóveis; dependências internas e externas, utilização de materiais e produtos específicos, visando preservar a higiene e a proteção pessoal; conhecimento de materiais e produtos para limpeza e conservação de prédios públicos, pátios, jardins, caixa d'água e instalações diversas, cortinados; normas de higiene e segurança do trabalho, ainda, conhecimento de serviços de copa e cozinha, guarda e conservação de produtos alimentícios.

Anexo IV

REQUERIMENTO PARA ISENÇÃO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

NOME:_____

DN:_____/_____/_____ ESTADO CIVIL:_____

RG Nº:_____ **CPF Nº:**_____

ENDEREÇO:_____

CIDADE:_____**CEP:**_____

FONE: (___)_____-_____e-mail:_____

CARGO PRETENDIDO:_____

ESCOLARIDADE:_____

DEFICIENTE FÍSICO: ( ) SIM ( ) NÃO

Motivo do pedido de dispensa da taxa para a inscrição no concurso Edital Nº 001/2019:

_____

_____

_____

DOADOR DE SANGUE - Anexar: CÓPIA RG e CPF

( ) Carteira de doador com as anotações registradas

POBREZA EXTREMA - Anexar: CÓPIA RG, CPF e CARTÃO DO BENEFÍCIO SOCIAL.

( ) CARTÃO BOLSA FAMILIA Nº _____

( ) OUTROS PROGRAMAS SOCIAIS

Declaro estar ciente que a simples formalização deste pedido **não autoriza** a realização da inscrição gratuita. Portanto, retornarei a buscar informações sobre a concessão desta isenção junto ao site www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br em data de **30/07/2019** até o final do prazo para a realização das inscrições, conforme previsto no Edital Nº 001/2019, nos itens 2.4 e 3.2 deste Edital.

_____

(assinatura do requerente)

( ) deferido ( ) indeferido

Comissão:_____

Data: _____/_____/_____

Anexo V

(Deve ser impresso em papel timbrado da clínica médica)

MODELO DE LAUDO PARA PERÍCIA MÉDICA

(para candidatos(as) que se declararem portadores de deficiência)

Atesto, para os devidos fins, que o(a) Sr(a)_____

é portador(a) da doença, CID-10_____, que resulta na perda das seguintes funções: _____

_____

_____

(cidade/estado) ____/____/_____

Assinatura e carimbo do Médico com CRM/**UF**

Anexo VI - RECURSO ADMINISTRATIVO

À

Comissão do Processo Seletivo Simplificado Edital Nº 001/2019.

CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA BANDEIRANTES – MT

NOME:_____

Nº DE INSCRIÇÃO: _____Cargo:_____

Marque abaixo o tipo de recurso:

1. ( ) Erro de grafia do nome do(a) candidato(a).
2. ( ) Gabarito Prévio: questão(ões) nº _____.
3. ( ) Erro/omissão em questão da prova de múltipla escolha.
4. ( ) Resultado da prova de múltipla escolha.
5. ( ) Erro/omissão na classificação do(a) candidato(a).
6. ( ) Pedido de Atendimento Especial
7. ( ) Outros.

Escrever em letra de forma, digitar/datilografar a justificativa do recurso, de forma objetiva, com embasamento teórico.

_____

_____

_____

_____

_____

_____

_____/_____/_____ _____

data assinatura do(a) candidato(a)

ANEXO VII

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO – PREVISÃO DO CRONOGRAMA DE TRABALHOS	
OCORRÊNCIAS PREVISTAS	**DATAS PROVÁVEIS**
Período de ampla divulgação: Jornal Oficial AMM e site: www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br	**A partir de 16/07/2019**
Prazo para interposição de recursos ou impugnação do Edital	**Até às 12hs do dia 19/07/2019**
Período para inscrição com isenção de taxa aos(as) candidatos(as) doadores regulares de sangue	**Entre 23 a 26/07/2019**
Publicação do rol dos(as) candidatos(as) com inscrições Deferidas e Não Deferidas pela gratuidade	**30/07/2019**
Período de realização das Inscrições gerais exclusivamente pela Internet	**Entre 23/07/2019 a 07/08/2019**
Vencimento dos boletos impreterivelmente **(sem prorrogação)**	**08/08/2019**
Homologação das Inscrições e confirmação do local das provas	**14/08/2019**
Provas Objetiva horário previsto: (08:00hs às 10:00hs)	**18 de agosto de 2019**
Gabarito Prévio: Mural da Câmara e no site: www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br	**19 de agosto de 2019**
Entrega obrigatória do original do Laudo Médico para comprovação da Deficiência Física: (ao Fiscal de Sala)	**18 de agosto de 2019**
Entrega obrigatória: Títulos de Formação acima do mínimo exigido para o cargo: (cópia autenticada em cartório)	**Local da realização da Prova Objetiva Data Provável 18 de agosto de 2019**
Prazo para interpelação de recursos contra o Gabarito Prévio	**Até às 12hs do dia 21/08/2019**
Previsão para a publicação do Gabarito Oficial	**23 de agosto de 2019**
Previsão para publicação do Resultado Geral e Classificação Prévia	**26 de agosto de 2019**
Prazo para recurso do Resultado e Classificação Geral Prévia. Presencialmente junto a Comissão Organizadora	**Até às 12hs do dia 28/08/2019**
Divulgação Oficial do Resultado Final Local: Mural da Câmara e no site: www.camaranovabandeirantes.mt.gov.br	**Previsão: 30/08/2019**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA BRASILÂNDIA

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N°

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT

EDITAL DE INTIMAÇÃO FISCAL N° 00015, de 15 de Julho de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Intimação Fiscal (ITR)**
VIRGINIA ETSUKO NAKA JOUTI	934.291.341-53	8981/00065/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141
Cargo: SECRETARIA MUN DE ECONOMIA E FINANÇAS
ASSINATURA:

Data de afixação: Data de desafixação:

15/07/2019

30/07/2019

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT

EDITAL DE TERMO DE CONSTATAÇÃO E INTIMAÇÃO N° 00010, de 15 de Julho de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência do[s] Termo[s] de Constatação e Intimação Fiscal [ITR] a seguir identificado[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)		
Nome Completo / Razão Social	**CPF/CNPJ**	**Termo de Constatação e Intimação (ITR)**
PAULO AURELIANO DA SILVA	926.108.461-34	8981/00075/2019
PAULO AURELIANO DA SILVA	926.108.461-34	8981/00076/2019
VALENTI NO CARMO DA SILVA	156.128.641-91	8981/00083/2019
VALENTI NO CARMO DA SILVA	156.128.641-91	8981/00084/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141
Cargo: SECRETARIA MUN DE ECONOMIA E FINANÇAS
ASSINATURA:

Data de afixação: Data de desafixação:

15/07/2019

30/07/2019

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

MUNICÍPIO: **Prefeitura Municipal de Nova Brasilândia – MT**

DETENTORA DA ATA**: KLEBER ARRABACA BARBOSA EPP**

CNPJ:11.507.711/0001-73

OBJETO: Adesão a Ata Registro de Preço nº 016/2019 referente ao Pregão Eletrônico para Registro de Preço nº 150/2018, Processo nº 1880/2018 do Munícipio de Primavera do Leste/MT,para futura e eventual aquisição de **materiais de informática** para atender as necessidades das secretarias do município de Nova Brasilândia/MT.

VALOR: **R$ 22.050,60 (vinte e dois mil cinquenta reais e sessenta centavos).**

ASSINATURA**: 08 de julho de 2019.**

VIGENCIA: **08 de julho de 2019 a 28 de janeiro 2020.**

FUNDAMENTO: **De acordo com a Lei nº 8.666/93 e a lei nº 10.520/2002**

Prefeita Municipal: **MAURIZA AUGUSTA DE OLIVEIRA**

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR)DELEGAÇÃO DE ATRIBUIÇÃO - LEI Nº11.250, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2005 - EC Nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇA

Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Delegação de Atribuição - Lei nº11.250, de 27 de dezembro de 2005 - EC nº42/2003 MUNICÍPIO - NOVA BRASILANDIA - MT

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO N° 00003, de 15 de Julho de 2019.

Intima o(s) sujeito(s) passivo(s) que menciona para comparecimento no local citado para tratar de assunto do seu interesse.

O Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR, nos termos do artigo 23, § 1º, inciso II, do Decreto nº 70.235/72, com redação dada pelas Leis nº 11.941/2009 e nº 11.196

/2005, e tendo em vista o disposto na Lei nº 11.250/2005, INTIMA o[s] sujeito[s] passivo[s] abaixo relacionado [s], a comparecer[em], em dia útil, no horário normal de atendimento, à sede da administração tributária deste município para tomar ciência da[s] Notificação[ões] de Lançamento [ITR] a seguir identificada[s].

Em caso de não comparecimento do sujeito passivo ou seu representante legal, considerar-se-á feita a intimação no 15º [décimo quinto] dia após a publicação deste Edital.

Sujeito(s) Passivo(s)

Nome Completo / Razão Social	CPF/CNPJ	Notificação de Lançamento (ITR)
HAROLDO FRANCO RIBEIRO	189.614.011-49	8981 /00011/2019
HAROLDO FRANCO RIBEIRO	189.614.011-49	8981 /00012/2019
HAROLDO FRANCO RIBEIRO	189.614.011-49	8981 /00013/2019
ANTONIO REGINALDO ROLDAO	040.360.001-44	8981 /00035/2019
ANTONIO REGINALDO ROLDAO	040.360.001-44	8981 /00036/2019

Titular do Órgão da Administração Tributária Municipal responsável pelo ITR
Nome: JEOLLI CERUTTI AMORIM Matrícula: 00003141
Cargo: SECRETARIA MUN DE ECONOMIA E FINANÇAS
ASSINATURA:

Data de afixação: Data de desafixação:

15/07/2019

30/07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA

ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 264/2019/GP/PMNG

O Prefeito Municipal de Nova Guarita, Estado de Mato Grosso, Sr. JOSE LAIR ZAMONER, no uso de suas atribuições legais e considerando o resultado final do Concurso Público desta Prefeitura, nos termos do Edital do Concurso nº 001/2018.

RESOLVE

ART. 1º - Convocar os candidatos abaixo relacionados, para comparecer ao prédio sede da Prefeitura Municipal de Nova Guarita - MT, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da publicação desta Portaria, e em conformidade com o artigo 14, do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, alterado pela Lei nº 108/2004 de 22 de abril de 2004.

§ PRIMEIRO – O não comparecimento dos candidatos no prazo estipulado neste artigo implicará na sua desclassificação, sendo considerado desistente da vaga.

§ SEGUNDO – Os candidatos convocados deverá apresentar-se no prazo estipulado nesta portaria para a apresentação de documentos de Habilitação conforme item 9.2 do Edital de Concurso Público 001/2018 e demais documentos conforme relação em anexo.

ART. 2º - Os (A) candidatos convocados (a) poderão solicitar por meio de requerimento dentro do prazo previsto no artigo anterior a prorrogação por mais 15 dias de prazo devidamente fundamentado e justificado sob pena de decair o direito a posse.

NOME	INSC. Nº	CARGO
Alessandra Gomes dos Santos Carvalho	8300	Fiscal Sanitário

ART. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, por afixação nos locais de costume, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, aos quinze dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove.

Registre-se. Publique-se. Cientifique-se. CUMPRA-SE.

JOSE LAIR ZAMONER

Prefeito Municipal

Anexo a Portaria 264/2019/GP/PMNG

1ª fase : Apresentação de documentos

Cópia autenticada em cartório da carteira de identidade (RG) Cópia autenticada em cartório do CPF e Comprovante de situação Cadastral emitida no site da receita federal. Cópia autenticada em cartório do titulo de eleitor e certidão de regularidade expedida pelo TRE. Cópia autenticada em cartório do Certificado de reservista ou documento equivalente, ou ainda dispensa de incorporação (se do sexo masculino) Comprovante de endereço atualizado Cópia autenticada em cartório da Certidão de Nascimento Comprovante de estado civil (casado e CPF do cônjuge), união estável (declaração de união estável com a assinatura dos dois) Cópia do Cartão do PIS ou PASEP, caso não possua fazer declaração informando. Cópia da Carteira de Trabalho (frente e verso do cadastro) Duas fotografias 3X4 colorida e recente. Cópia autenticada em cartório dos documentos que comprovem a escolaridade exigida para o cargo / categoria profissional/especialidade reconhecida pelo conselho, conforme discriminado neste edital, e respectivo registro no conselho de classe do estado de Mato Grosso se for o caso. Cópia da carteira nacional de habilitação para os cargos de Motorista I (veículo grande) CNH D Motorista II (veículo pequeno) CNH B, Motorista de Ambulância CNH D, Operador de máquinas e Operador de Exibição do original de Diploma ou certificado de conclusão do curso correspondente à escolaridade exigida, conforme especificação constante no edital. Certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos; ou maiores se for dependentes Carteira de vacinação dos filhos menores de 06 anos e acima de 06 anos declaração de matrícula escolar. Certidão da Justiça (civil e criminal de 1º e 2º grau), acessar o site: www.tjmt.jus.br e emitir a certidão no campo certidões. Declaração que responde ou não a inquérito policial e a processo Administrativo disciplinar Declaração de Bens e valores que constituem seu patrimônio (Devendo conter todas as informações referente aos bens, descrição, localização e valores) (original) Declaração de que não foi demitido por justa causa e a bem do serviço público, no período de 10(dez) anos, na esfera federal, estadual e municipal CPF do Pai e da Mãe e/ou Declaração de falecimento ou de desconhecimento parental Declaração de não-acumulação remunerada ou não, de cargos e empregos públicos e quando houver a acumulação a declaração de compatibilidade de horários, conforme está disposto no Inciso XVI, artigo 37 da Constituição Federal (original) Cópia do comprovante de Abertura de conta salário no Sicredi com titularidade do servidor. Certidão de regularidade emitida pelo órgão responsável de cada categoria. Cópia do CPF dos filhos e/ou dependentes Certidão de negativa de tributos municipais (Departamento de Tributos)

2ª Fase:Exame médico Pré-Admissional, emitidos por médico credenciados junto ao **MUNICIPIO DE NOVA GUARITA,** apenas se o candidato convocado apresentar todos os documentos solicitados na 1ª Fase. O candidato convocado deverá submeter-se a exame médico Pré-Admissional ou a exame médico específico (portadores de deficiência) a ser realizado pelo

órgão de saúde do **MUNICIPIO DE NOVA GUARITA**, que terá decisão terminativa, após análise dos seguintes exames a serem realizados pelo candidato convocado:

a)Resultado de Laudo Médico Pericial, emitido por médico credenciado junto ao **MUNICÍPIO DE NOVA GUARITA,** juntamente com os seguintes exames: **Para todos os cargos,** Hemograma completo,

Eletrocardiograma,

Plaquetas,

Velocidade de hemossedimentação (VHS),

Creatinina,

Glicemia de jejum,

Gama glutamiltransferase (GAMA GT),

Tempo de tromboplastina total e Parcial ativado (TTPA),

EAS,

Raio-X do Tórax;

b) **Atestado Médico de Aptidão Física e Mental**

Demais exames médicos/laboratoriais, se necessários, solicitados no Edital de convocação do candidato.

ADMINISTRATIVO
AVISO DE PRORROGAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 020/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA GUARITA – MT, através da sua Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, que na data de **30/07/2019** às 08:30 horas (Horário de Mato Grosso), realizará uma nova sessão para abertura dos itens que ficaram desertos no pregão Presencial 020/2019 cujo objeto é **Seleção de melhor proposta objetivando oregistro de preço para aquisição fracionada de Gêneros alimentícios e bebidas, que serão fornecidos nas Escolas Municipais e em dias comemorativos, cursos, palestras e reuniões a serem promovidas através das secretarias solicitantes do município de Nova Guarita – MT.**

As Cláusulas que nãoconflitam com as disposições do Edital Complementar 01, ficam mantidas na integra do **EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL No 020/2019, PROCESSO Nº 376/2019**.

As especificações e a quantidade do produto, está discriminada no Instrumento Convocatório (Edital Complementar 01) e deverão ser minuciosamente observadas pelas licitantes para elaboração de suas propostas.

Cópias do edital e informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal localizada na Av. dos Migrantes, Travessa 01, N° 30, em Nova Guarita – MT, no horário das 08:30 hs as 11:00 ou através do site www.novaguarita.mt.gov.br e encaminhar o formulário/ recibo de retirada do edital devidamente preenchido para o departamento de Licitações através do e-mail licitacaonovaguarita@hotmail.com.

Nova Guarita – MT, 15 de Julho de 2019.

Yana Maria Marcon

Pregoeira Oficial

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LACERDA

PROCURADORIA JURÍDICA
DECRETO Nº. 1345/2019

DISPÕE SOBRE PONTO FACULTATIVO

NA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA

LACERDA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Senhor **UILSON JOSÉ DA SILVA,** Prefeito Municipal de Nova Lacerda, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e, conforme:

DECRETA:

Art. 1º - Fica Decretado Ponto Facultativo no **dia 15 de julho de 2019 (segunda-feira) em razão do feriado municipal do dia 16 de julho de 2019**,na sede administrativa e em todos os Órgãos da Prefeitura Municipal.

Art. 2º - Os serviços essenciais não serão interrompidos, funcionarão de acordo com as determinações dos Secretários Municipais de cada área e/ou Diretores de Departamentos.

Art. 3º - O expediente normal da Prefeitura Municipal de Nova Lacerda e de seus Órgãos, ocorrerá a partir das 07:00 horas, do dia 17 de julho de 2019 (quarta-Feira).

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Lacerda, estado de Mato Grosso, em 12 de julho de 2019.

UILSON JOSÉ DA SILVA

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARILÂNDIA

LICITAÇÃO E CONTRATOS
EDITAL RESUMIDO DO PREGÃO 014/2019 SRP 014/2019

O Município de Nova Marilândia – MT, através de seu Pregoeiro Oficial torna Público para conhecimento dos interessados, que realizará às **08h00min (Horário Local), do dia 30 de julho de 2019**, na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal, situada a Avenida Tiradentes, nº 211N, Centro – Nova Marilândia - MT, abertura do **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO GENEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE NOVA MARILÂNDIA – MT.** O Edital poderá ser obtido junto a Prefeitura Municipal de Nova Marilândia - MT, Departamento de Licitação, durante o horário normal de expediente, ou pelo E-mail: pmnovamarilandia@hotmail.com ou site www.novamarilandia.mt.gov.br . Maiores informações poderão ser obtidas junto a Comissão Permanente de Licitação, na Prefeitura Municipal em horário normal de expediente, das 07h00min às 13h00min, através do telefone (65) 3352-1135.

Nova Marilandia- MT, 15 de julho de 2019.

SAMARA LOIDE SILVA CAMPOS

PREGOEIRA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL - REGISTRO DE PREÇOS 018/2019.

A Prefeitura Municipal de Nova Maringá, Estado de Mato Grosso, através de sua Pregoeira e Equipe de Apoio, instituída pela Portaria nº 130/2019-GAPRE de 21 de Maio de 2019, torna público para conhecimento de quantos possam interessar que fará realizar no dia **26/07/2019 as 09h00min**(horário de Cuiabá/MT), em sua sede situada na Av. Amos Bernardino Zanchet, nº 50E, Centro, Fone: (66) 3537-1310, CEP 78445-000, na cidade de Nova Maringá-MT, Licitação na Modalidade Pregão Presencial do Tipo Menor Preço por Item, com OBJETO: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE PATRULHA MECANIZADA COMPOSTA POR MÁQUINAS PESADAS E CAMINHÕES PARA A EXECUÇÃO DE ASFALTO NO MUNICIPIO DE NOVA MARINGÁ –MT,** com recebimento e abertura das documentações e proposta, conforme especificado no Edital de Licitação n° **018/2019.**

O pregão presencial, encontra-se disponível aos interessados junto a comissão permanente de licitação no endereço supra citado e site http://www.novamaringa.mt.gov.br/Transparencia

Nova Maringá – MT, 15 de julho de 2019.

ROSIMEIRE SILVA SOUZA

Pregoeira Oficial

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 1.008 DE 12 DE JULHO DE 2019

Súmula:*"Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº. 217 de 20 de fevereiro de 2001 e dá outras providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º- Ficam alterados os vencimentos dos Cargos Efetivos de Coveiro, Eletricista, Eletricista de Veículos Automotores e Lavador constante no anexo X da Lei Municipal nº 217/2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO X – QUADRO DE CARGOS EFETIVOS				
Quantidade	Denominação	Requisitos Exigidos	CHS	Vencimento
01	Coveiro	Alfabetizado	44 horas	R$ 1.500,00
02	Eletricista	Alfabetizado	44 horas	R$ 2.000,00
01	Eletricista de Veículos Automotores	Alfabetizado	44 horas	R$ 2.000,00
01	Lavador	Alfabetizado	44 horas	R$ 1.500,00

Art. 2º. Ficam alterados os requisitos mínimos para o ingresso nos Cargos Efetivos de Auxiliar Administrativo e Secretário Administrativo constante no anexo X da Lei Municipal nº. 217/2001, que passa a vigorar com a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO X – QUADRO DE CARGOS EFETIVOS				
Quantidade	Denominação	Requisitos Exigidos	CHS	Vencimento
10	Auxiliar Administrativo	Ensino Fundamental Completo	44 horas	R$ 1.104,36
12	Secretário Administrativo	Ensino Médio Completo	44 horas	R$ 1.104,36

Art. 3º. Fica alterado o vencimento e requisitos mínimos para o ingresso no cargo efetivo de Mestre de Obras constante do Anexo X da Lei Municipal nº 217/2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO X – QUADRO DE CARGOS EFETIVOS				
Quantidade	Denominação	Requisitos Exigidos	CHS	Vencimento
02	Mestre de Obras	Ensino Fundamental Incompleto	44 horas	R$ 2.500,00

Art. 4º. Fica criado o cargo efetivo de Pregoeiro, acrescentando-o no Anexo X da Lei Municipal nº 217/2001, que passa a vigorar com a seguinte redação:

ANEXO X – QUADRO DE CARGOS EFETIVOS				
Quantidade	Denominação	Requisitos Exigidos	CHS	Vencimento
01	Pregoeiro	Ensino Superior em qualquer área de formação	40 horas	R$ 3.600,00

Parágrafo único. São atribuições do Cargo de Pregoeiro:

I. a coordenação dos trabalhos da equipe de apoio e a condução dos procedimentos licitatórios;

II. o credenciamento dos interessados;

III. o recebimento da declaração dos licitantes do pleno atendimento aos requisitos de habilitação, bem como dos envelopes contendo as propostas e os documentos de habilitação

IV. a abertura dos envelopes-proposta, a análise e desclassificação das propostas que não atenderem às especificações do objeto ou as condições e prazos de execução ou fornecimento fixadas no edital

V. a ordenação das propostas não desclassificadas e a seleção dos licitantes que participarão da fase de lances

VI. a classificação das ofertas, conjugadas as propostas e os lances;

VII. a negociação do preço, visando à sua redução

VIII. a verificação e a decisão motivada a respeito da aceitabilidade do menor preço

IX. a análise dos documentos de habilitação do autor da oferta de melhor preço

X. a adjudicação do objeto ao licitante vencedor, se não tiver havido manifestação de recorrer por parte de algum licitante

XI. a elaboração da ata da sessão pública

XII. a análise dos recursos eventualmente apresentados, reconsiderando o ato impugnado ou promovendo o encaminhamento do processo instruído com a sua manifestação à decisão da autoridade competente

XIII. propor à autoridade competente a homologação, anulação ou revogação do procedimento licitatório.

XIV. demais atos e funções relacionados aos processos de licitação;

XV. Outros que venham a ser determinados por lei ou por ato do Prefeito Municipal;

Art. 5º. Os demais cargos, valores e itens do Anexo X da Lei Municipal 217/2001 permanecem inalterados.

Art. 6º. As despesas decorrentes desta lei correrão por conta do orçamento vigente, suplementado se necessário.

Art. 7º. É parte integrante desta Lei o estudo de Impacto Orçamentário constante do Anexo I.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 12 de julho de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

Anexo XLII

DEMONSTRATIVO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO (Artigo 16 da Lei Complementar 101/2000)

DESCRIÇÃO DO EVENTO: Criação de Cargo e Alteração dos Vencimentos de Cargos – Lei nº 1.008/2019 (ANEXO I)

CRIAÇÃO	Caixa de texto: EXPANSÃO	APERFEIÇOAMENTO

DATA PREVISTA PARA ENTRAR EM VIGOR: 01/09/2019

DESPESA TOTAL COM PESSOAL CONFORME ORÇAMENTO VIGENTE (VALOR APROVADO NO ORÇAMENTO)	
Montante da despesa orçada na Lei Orçamentária Anual nº 983/2018	
Descrição por elemento de despesa	**Valor orçado**
3190.11	8.590.000,00
3190.04	209.000,00
3190.13	2.013.532,80
TOTAL ORÇADO	10.812.532,80

Continuação do anexo na próxima página

DESPESA TOTAL COM PESSOAL ATUALIZADA (NA DATA DA CRIAÇÃO E ALTERAÇÃO DOS VENCIMENTOS DE CARGOS)	
Descrição por elemento de despesa	**Valor total da despesa atualizado**
3190.11	8.838.008,42
3190.04	209.000,00
3190.13	2.069.207,39
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL	11.116.215,81

DEMONSTRATIVO DA ESTIMATIVA DAS DESPESAS COM PESSOAL EXPANDIDAS					
Descrição das despesas expandidas por elemento de despesa	**2019**	**2020**	**2021**	**Total da despesa aumentada no período**	
3190.11	32.751,03	102.032,05	102.032,05	236.815,13	
3190.04	0,00		0,00	0,00	
3190.13	7.565,48	23.569,40	23.569,40	54.704,28	
Total das despesas	40.316,51	125.601,45	125.601,45	291.519,41	
Percentual do aumento sobre a despesa com pessoal atualizada em 2019					**0,36%**

Continuação do anexo na próxima página

DEMONSTRATIVO DA ORIGEM DOS RECURSOS PARA O CUSTEIO DO AUMENTO DA DESPESA COM PESSOAL				
Descrição do evento	2019	2020	2021	Total
Previsão de Aumento da arrecadação Municipal/Estadual (Receita Corrente Líquida)	2.051.453,28	1.952.731,17	2.055.828,53	6.060.012,98
Redução de despesas de caráter continuado	0,00	0,00	0,00	0,00

DEMONSTRATIVO DO TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL APÓS A CRIAÇÃO DO CARGO EM 2019	
Descrição por elementos	**Valor**
3190.11	8.870.759,45
3190.04	209.000,00
3190.13	2.076.772,87
Total das despesas	11.156.532,32

DATA: 12/07/2019	ASSINATURA DO ORDENADOR DE DESPESAS:	ASSINATURA DEMAIS RESPONSÁVEIS:

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 179/2019

"*Dispõe sobre a Nomeação de cargo Comissionado de Coordenador de Gestão de Pessoas o Sr. Welder Souza Cunha.*"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAR em Cargo Comissionado o Sr**. WELDER SOUZA CUNHA** portador do RG Nº. 18443150 SESP/MT, inscrito no CPF sob o n.º 037.865.001.77, no cargo de *COORDENADOR DE GESTÃO DE PESSOAS* do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 15 de Julho de 2019, até posterior deliberação.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 15 de Julho de 2019.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº. 180/2019

PORTARIA Nº. 180/2019

"*Dispõe sobre a Nomeação no Cargo Comissionado de Chefe de Departamento de Compras a Sra. Mirela da Silva Machado.*"

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT, no uso de suas atribuições legais.

Considerando o art. 54, inciso I da Lei Orgânica Municipal, c/c art. 8º, inciso II da Lei n.º 293/2003 e demais alterações, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Nova Maringá-MT.

RESOLVE:

Art. 1º – NOMEAÇÃO de Cargo Comissionado a Sra**. MIRELA DA SILVA MACHADO** portadora do RG Nº. 8090421978 SSP/RS, inscrita no CPF sob o n.º 027.674.130.77, no cargo de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE COMPRAS, do Município de Nova Maringá-MT, a partir desta data 15 de Julho de 2019, até posterior deliberação.

Art. 2º- O desempenho de cargo de Chefe de Departamento de Compras pela servidora designado no Art.1° será exercido cumulativamente com o cargo de Chefe de Divisão de Apoio de Compras.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogando todas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se, cumpre-se.

Nova Maringá – MT, 15 de Julho de 2019.

JOÃO BRAGA NETO

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 1.007 DE 12 DE JULHO DE 2019.

Súmula:*"Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2020 e dá outras providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º A elaboração do Orçamento para o exercício de 2020 abrangerá os poderes Legislativo e Executivo e alcançara todos os órgãos da Administração Direta e Indireta observando os seguintes objetivos:

I. Combater a pobreza, promover a cidadania e a inclusão social; II. Promover o desenvolvimento econômico do município; III. Reestruturar os serviços administrativos; IV. Buscar maior eficiência arrecadatória; V. Prestar assistência à criança e ao adolescente; VI. Melhorar a infraestrutura urbana; VII. Oferecer assistência médica, odontológica e ambulatória à população carente.

Art. 2º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2o, da Constituição, e na Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, as metas, os objetivos, as diretrizes e as prioridades da Administração Pública Municipal, inclusive as orientações para a elaboração, execução e acompanhamento do Orçamento do Município de Nova Maringá – MT, para 2020, compreendendo:

I. As prioridades e metas da Administração Pública Municipal;

II. Anexo de metas fiscais e riscos fiscais;

III. A estrutura e organização dos orçamentos;

IV. As diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V. As disposições relativas à dívida pública Municipal;

VI. As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;

VII. As disposições sobre alterações na legislação tributária do Município;

VIII. As disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 3º As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas nos anexos desta Lei, as quais serão extraídas do plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para o exercício de 2020 serão destinados preferencialmente, para as prioridades e metas definidas nos anexos desta Lei, não se constituindo, no entanto, em limites à programação das despesas.

§ 2º - O anexo de metas e prioridade conterá no que couber o disposto no parágrafo 2º do artigo 4º da Lei complementar 101, de 04/05/00.

§ 3º - Na elaboração e durante a execução do Orçamento do exercício de 2020, o Poder executivo Municipal, poderá alterar as metas definidas nesta Lei aumentando e ou diminuindo, incluindo e ou excluindo suas ações e seus quantitativos, a fim de compatibilizar a despesa fixada com a receita estimada de forma a assegurar o equilíbrio das contas publicas e o atendimento as necessidades da sociedade.

Art. 4º- A proposta orçamentária do município de Nova Maringá relativa ao exercício de 2020, deverá ser elaborada de conformidade com os diversos princípios, além dos contábeis geralmente aceitos, o de igualdade, justiça social e o da transparência social.

I – o princípio da justiça social implica em assegurar que os programas dispostos na proposta orçamentária contribuam para a redução das desigualdades sociais entre os indivíduos e suas regiões, bem como no combate a qualquer tipo de exclusão social, principalmente aos munícipes mais necessitados.

II – o princípio da transparência social requer a observância da utilização dos diversos meios de comunicações disponíveis, a fim de garantir o livre acesso a participação dos cidadãos às informações relativas ao orçamento, inclusive na discussão em audiências publicas.

Art. 5° O projeto não consignará dotação orçamentária para obras de mesma natureza quando houver execução não finalizada em razão de ausência de recursos financeiros ou orçamentário.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 6° Para efeito desta Lei, entende-se por:

I. programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual;

II. atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo ;

III. projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;

IV.operação especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto no ciclo orçamentário de qualquer esfera governamental;

V. unidade orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, desdobrados em subtítulos, com indicação do produto, da unidade de medida e da meta física.

§ 3º O produto e a unidade de medida a que se refere o parágrafo anterior deverão ser os mesmos especificados para cada ação constante do plano plurianual.

§ 4º Cada atividade, projeto e operação especial identificará a função e a sub-função às quais se vinculam.

Art. 7º Os orçamentos fiscais e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade prevista na legislação vigente.

Art. 8º Os orçamentos fiscais e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação em seu menor nível, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação, o identificador de uso e a fonte de recursos.

§ 1º Os grupos de natureza de despesa constituem agregação de elementos de despesa de mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme a seguir discriminados:

I. pessoal e encargos sociais - 1;

II. juros e encargos da dívida - 2;

III. outras despesas correntes - 3;

IV. investimentos - 4;

V. inversões financeiras, incluídas quaisquer despesas referentes à constituição ou aumento de capital de empresas - 5; e

VI. amortização da dívida - 6.

§ 3º A Reserva de Contingência, prevista no art. 8º desta Lei, será identificada pelo dígito 9 no que se refere ao grupo de natureza de despesa.

§ 4º A modalidade de aplicação destina-se a indicar se os recursos serão aplicados:

I. mediante transferência financeira:

a) a outras esferas de Governo, seus órgãos ou entidades;

b) a entidades privadas sem fins lucrativos e outras instituições; ou

II. diretamente pela unidade detentora do crédito orçamentário, ou por outro órgão ou entidade no âmbito do mesmo nível de Governo.

§ 5º A especificação da modalidade de que trata este artigo observará, no mínimo, o seguinte detalhamento:

I. Governo Federal – 20

II. Governo Estadual – 30;

III. Administração municipal - 40;

IV. entidade privada sem fins lucrativos - 50;

V. consórcio público – 71;

VI. aplicação direta - 90; ou

VII. a ser definida - 99.

§ 6º É vedada à execução orçamentária com a modalidade de aplicação “a ser definida - 99”.

Art. 9º O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Legislativo Municipal será constituído de:

I. texto da lei;

II. Quadros orçamentários e anexos consolidados exigidos pelo artigo 165, § 6º da Constituição Federal e pelos §§ 1º, 2º e incisos do artigo 2º e artigo 22 da Lei 4.320/64:

a) sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do governo;

b) quadro demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas, na forma do anexo 1 da Lei nº 4.320/64;

c) receitas segundo as categorias econômicas, na forma do Anexo 2 da Lei 4.320/64;

d) natureza da despesa segundo as categorias econômicas – Consolidação Geral, na forma do Anexo 2 da Lei 4.320/64;

e) quadro discriminativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;

f) quadro das dotações por órgãos do governo, compreendendo Poder Legislativo e Poder Executivo;

g) quadro discriminativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho, na forma do Anexo 6 da Lei nº 4.320/64;

h) quadro discriminativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental, na forma do Anexo 7 da Lei nº 4.320/64;

i) quadro discriminativo da despesa por funções, sub funções e programas conforme o vinculo com os recursos, na forma do Anexo 8 da Lei nº 4.320/64;

j) quadro discriminativo das despesas por órgão e funções, na forma do Anexo 9 da Lei nº 4.320/64;

l) quadro discriminativo da receita e plano de aplicação dos fundos especiais;

m) quadro demonstrativo do programa anual de trabalho em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

n) tabela exemplificativa da evolução da receita e da despesa, conforme artigo 22, inciso III da Lei nº 4.320/64;

o) descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

Art. 10º. A reserva de contingência será constituída, exclusivamente, de recursos do orçamento fiscal, equivalendo, no projeto de Lei Orçamentária, a, **no máximo**, 2% (dois por cento) da receita corrente líquida.

Parágrafo Único. A reserva de Contingência será utilizada como:

I. Atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos;

II. Atendimento de eventuais gastos não previstos na Lei Orçamentária;

III. Fonte para abertura de crédito adicional a partir do mês de outubro, caso não aconteça as imprevisões citadas.

Art. 11. O Poder Legislativo Municipal e as Administrações Indiretas encaminharão ao órgão central de Planejamento e de Orçamento Municipal, até 30 de agosto, suas respectivas propostas orçamentárias, para fins de consolidação do projeto de Lei Orçamentária, observadas as disposições desta Lei.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICIPIO E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I

Das Diretrizes Gerais

Art. 12. A elaboração do projeto da Lei Orçamentária de 2020, a aprovação e a execução da respectiva Lei deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Serão divulgados na internet, ao menos:

I. pelo Poder Executivo:

a) as estimativas das receitas de que trata o art. 12, § 3o, da Lei Complementar n° 101, de 2000;

b) a proposta de Lei Orçamentária, inclusive em versão simplificada, seus anexos e as informações complementares;

c) a Lei Orçamentária anual e seus anexos;

d) a execução orçamentária com o detalhamento das ações, por função, sub-função e programa, mensalmente e de forma acumulada;

Art. 13. Em atendimento ao disposto no artigo 4°, inciso I, alínea “e” ,da Lei complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, os custos dos programas finalísticos financiados pelo governo municipal deverão ser apurados mensalmente mediante liquidação da despesa.

§ 1°. – As despesas serão apropriadas de acordo com a efetiva destinação dos gastos, baseados em critério de rateio de custos dos programas.

§.2° – A avaliação dos resultados far-se-á a partir da apuração dos custos e das informações físicas referentes as metas estabelecidas na LDO.

§ 3° – Para efeito deste artigo, considera-se programa finalístico aquele cujo objetivo estratégico é o de proporcionar a incorporação de um bem ou serviço para atendimento direto das demandas da sociedade.

Art. 14 - O Orçamento para exercício de 2020 obedecerá entre outros, o princípio do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Executivo , Legislativo, Fundações, Autarquia e Fundos (artigos 1° e 4° inciso I aliena "a" da Lei Complementar n° 101, de 2000).

Art. 15 – A proposta orçamentária atendera a um processo de planejamento permanente, a descentralização, a participação comunitária e conterá “reserva de contingência”, identificada pelo código 99999999 em montante equivalente a até 2% (dois por cento) da receita corrente liquida verificada no exercício anterior, destinada a cobertura de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos e na ausência destes a partir do mês de outubro servirá também como fonte para abertura de créditos adicionais.

Art. 16 – Na forma do artigo 13 da Lei Complementar 101, ate 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária, o executivo estabelecera metas bimestrais para a realização das receitas estimadas, inclusive as receitas próprias dos órgãos da Administração Indireta..

§ 1° – Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receita capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário, fixados no anexo de metas fiscais, por atos a serem adotados nos trinta dias subsequentes, o executivo e o legislativo determinarão a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários a preservação dos resultados estabelecidos.

Subseção I

Das Disposições sobre Débitos Judiciais

Art. 17. A Lei Orçamentária de 2020 somente incluirá dotações para o pagamento de precatórios cujos processos contenham certidão de trânsito em julgado da decisão exequenda e pelo menos um dos seguintes documentos:

I. certidão de trânsito em julgado dos embargos à execução;

II. certidão de que não tenham sido opostos embargos ou qualquer impugnação aos respectivos cálculos;

III. que tenham sido apresentadas para inclusão dentro do prazo definido no § 1º do art. 100 da Constituição Federal.

Subseção II

Das Vedações e das Transferências para o Setor Privado

Art. 18. Não poderão ser destinados recursos para atender a despesas com:

I. clubes e associações de servidores ou quaisquer outras entidades congêneres, excetuadas:

a) creches e escolas para o atendimento pré-escolar; e

b) programas de prevenção a doenças e de incremento da qualidade de vida dos servidores, desde que sejam implantados, como contrapartida, programas sócio-culturais-esportivos de responsabilidade do Poder Executivo, dirigidos a comunidades carentes**.**

II - pagamento, a qualquer título, a servidor público, da ativa, por serviços de consultoria ou assistência técnica, inclusive os custeados com recursos provenientes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais;

Art. 19. É vedada a destinação de recursos a título de subvenções sociais para entidades privadas, ressalvadas aquelas sem fins lucrativos, que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura**,** assistência social, saúde e educação, e que preencham uma das seguintes condições, atendidas as exigências do art. 26 da Lei complementar 101/2000:

I. sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, e estejam registradas no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS;

II. sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica ou assistencial;

III. atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Art. 20. É vedada a destinação de recursos à entidade privada a título de contribuição corrente, ressalvada a autorizada em lei específica ou destinada à entidade sem fins lucrativos selecionada para execução, em parceria com a administração pública municipal, de programas e ações que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no plano plurianual.

Parágrafo único. A transferência de recursos a título de contribuição corrente não autorizada em lei específica dependerá de publicação, para cada entidade beneficiada, de ato de autorização da unidade orçamentária transferidora, o qual será acompanhado de demonstração do atendimento ao disposto no **caput** e, também, de que a entidade selecionada é a que melhor atende aos critérios estabelecidos para a escolha.

Art. 21. Os auxílios, subvenções e contribuições estarão submetidos às regras de Lei Federal nº 13.019, de 2014 e suas alterações.

Art. 22. Fica o Poder Executivo autorizado a arcar com as despesas de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios a população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis e atendam aos termos dos art. 25 e 62 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 23. Poderá ser exigida contrapartida, a ser definida entre os interessados, para as transferências permitidas na forma do art. 20.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às entidades de assistência social e saúde registradas no Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS.

Art. 24. São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

§ 1º A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentário-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do **caput**.

Seção II

Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 25. As fontes de financiamento do orçamento de investimento, as fontes de recursos, as modalidades de aplicação, aprovados na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificados, justificadamente, para atender às necessidades de execução, se autorizados por Lei

Seção III

Das Disposições sobre a Programação e Limitação Orçamentária e Financeira

Art. 26. Os Poderes Executivo e Legislativo Municipal deverão elaborar e publicar por ato próprio**,** até 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2020,cronograma anual de desembolso mensal, por órgão, nos termos do art. 8º da Lei Complementar no 101, de 2000, com vistas ao cumprimento da meta de resultado primário estabelecida nesta Lei.

Art. 27. Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o art. 9º da Lei Complementar no 101, de 2000, o Poder Executivo apurará o montante da limitação e informará a cada um dos órgãos referidos no art. 20 daquela Lei Complementar o montante que lhe caberá limitar, segundo o disposto neste artigo.

§ 1º O montante da limitação a ser procedida por cada órgão referido no **caput** será estabelecido de forma proporcional à participação de cada um na base contingenciável total.

§ 2º A base contingenciável corresponde ao total das dotações classificadas como despesas primárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020, excluídas:

I. as despesas ressalvadas da limitação de empenho, conforme o art. 9º, § 2º, da Lei Complementar no 101, de 2000.

§ 3° – Não se admitirá a limitação de empenho e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação não esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 4° – Não será objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as despesas que constituam obrigações legais do município, inclusive as destinadas ao pagamento da divida e precatórios judiciais.

§ 5° – A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da divida consolidada em relação a meta fixada no anexo de metas fiscais, obedecendo-se ao que dispõe o artigo 31 da Lei Complementar n°. 101, de 04 de maio de 2000.

§ 6° – Caso o valor previsto no anexo de metas fiscais se apresente defasado na ocasião da elaboração da proposta orçamentária, será reajustado aos valores reais,

Art. 28. A execução da lei orçamentária e seus créditos adicionais obedecerá ao princípio constitucional da impessoalidade na Administração Pública, não podendo ser utilizada para influir na apreciação de proposições legislativas em tramitação na Câmara Municipal.

Seção IV

Das Emendas Impositivas ao Orçamento

Art. 29. A apresentação de emendas individuais ao Projeto de Lei Orçamentária deverá observar as regras e normas previstas na Constituição Federal, na Lei Orgânica do município, na Lei de Responsabilidade Fiscal, Na Lei 4.320/1964 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias visando garantir que:

I – Sejam indicados os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesa;

II – Seja respeitado o limite de gastos com pessoal;

III – As despesas sejam compatíveis com a LDO e o PPA; e

IV – Não haja desvio de recursos para interesses privados.

Art. 30. Os recursos para a aprovação e programação das emendas impositivas ao Orçamento, limite de 1,2% (um inteiro e dois décimos por cento) da Receita Corrente Líquida prevista no projeto da Lei Orçamentária Anual encaminhado pelo Poder Executivo, serão disponibilizados no Projeto da Lei Orçamentária Anual na Ação 9999 – Reserva de Contingência.

Art. 31. Cada Vereador individualmente deve destinar do seu limite de crédito disponível na " reserva de contingência" para anulação/proposição de emendas, no mínimo, 50% para ações e serviços públicos de saúde.

Art. 32. Na proposiçãodasemendas impositivas devem ser destinados valores à programação compatíveis para a execução do objeto proposto, pois a falta de razoabilidade do valor para a execução do objeto pode se configurar como impedimento técnico a sua realização.

Art. 33. As emendas ao Projeto da Lei Orçamentária Anual tem que ser compatíveis com o Plano Plurianual 2018-2021, bem como com os demais dispositivos constitucionais e legais(LRF, Lei 4.320/1964 e LDO) que regem a matéria, com vistas a garantir, por exemplo, que não seja criada nova despesa que confite com as diretrizes, objetivos, prioridades e metas previstos no PPA, assim como, que não sejam anuladas dotações orçamentárias vinculadas as áreas da saúde educação para o atendimento de emendas com finalidades diversas.

Art. 34. A Câmara Municipal deverá encaminhar à Secretaria Municipal de Planejamento cópia das emendas aprovadas na Lei Orçamentária e seus respectivos Projetos e Atividades para fins de cadastramento no Sistema de Controle e Gerenciamento do Planejamento Contábil.

Art. 35. As Programações incluídas por emendas impositivas poderão ser contingenciadas na mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das despesas discricionárias aprovadas no orçamento nos casos de comprometimento das metas fiscais estabelecidas na LDO.

Art. 36. A execução das emendas impositivas com a finalidade de descentralizar recursos do Município para Organização da Sociedade Civil a título de auxílio, contribuições e subvenções sociais estão condicionadas à observância das regras definidas em capitulo específico da Lei de Diretrizes Orçamentárias (capitulo II, seção I, subseção II, artigos 18 a 24)

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 37.Os Orçamentos da Administração Direta, da Administração Indireta, da Fundação e dos Fundos Municipais deverão destinar recursos ao pagamento dos serviços da dívida municipal e ao cumprimento do que dispões o Artigo 100 e parágrafos da Constituição Federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 38. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas observando-se os limites e dispostos nas normas constitucionais aplicáveis – Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, Lei Federal nº 9.717, de 27 de novembro de 1998, e a Legislação municipal em vigor.

Art. 39. Os Poderes Legislativo e Executivo, por intermédio do setor de controle de pessoal da Administração Direta e Indireta, publicará anualmente a tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil e demonstrará os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos, comparando-os com os quantitativos do ano anterior.

§ 1º - Os cargos transformados em decorrência de processo de racionalização de Planos de Carreiras dos Servidores Municipais serão incorporados á tabela referida neste artigo.

Art. 40. Os Poderes Legislativo e Executivo, na elaboração de suas propostas orçamentárias, terão como limites para fixação da despesa com pessoal e encargos sociais a folha de pagamento, considerando os eventuais acréscimos legais, inclusive revisão geral, a serem concedidos aos servidores públicos municipais, alterações de planos de carreira e admissões para preenchimento de cargos, sem prejuízo do disposto nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº. 101/2000.

Art. 41. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos artigos 20, 22, § único, e 71, todos da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17, do referido diploma legal, para os casos de:

I – concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estruturas de carreiras;

II – admissão de pessoal por concurso publico ou contratação a qualquer titulo.

§ 1° - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver:

I – Previa dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesa de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes;

II – Lei especifica para as hipóteses prevista no inciso I do *caput*;

III – observância da legislação vigente no caso do inciso II do *caput*.

Art. 42. No exercício de 2020, observando o disposto no artigo 169 da Constituição Federal, somente poderão ser admitidos servidores se:

I – Existirem cargos vagos a preencher, demonstrados na tabela a que se refere o art. 26 desta Lei;

II – Houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;

III – forem observados os limites previstos no artigo 30 desta Lei.

Parágrafo Único – A criação de cargos, empregos e funções, bem como admissões ou contratações de pessoal somente poderão ocorrer depois de atendido o disposto neste artigo e no artigo 169, §1º, incisos I e II, da Constituição Federal.

Art. 43. A realização de serviço extraordinário, quando a despesa houver excedido 95% dos limites referidos no artigo 30 desta Lei, somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevantes interesses públicos que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo Único – A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Prefeito Municipal.

Art. 44 A proposta orçamentária assegurará recursos para a qualificação de pessoal e visará ao aprimoramento e ao treinamento dos servidores municipais, que ficarão agregados a programa de cada órgão.

Art. 45. O relatório bimestral de execução orçamentária conterá, em anexo, a discriminação das despesas com pessoal e encargos sociais, de modo a evidenciar os valores despendidos com vencimentos e vantagens fixas, despesas variáveis, encargos com pensionistas e inativos e encargos sociais.

CAPÍTULO VI

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 46. O projeto de lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária só será aprovado ou editado se atendidas as exigências do art. 14 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Parágrafo único Aplica-se à lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza financeira ou patrimonial as mesmas exigências referidas no caput, podendo a compensação, alternativamente, dar-se mediante o cancelamento, pelo mesmo período, de despesas em valor equivalente.

Art. 47. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária e da respectiva lei poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de proposta de projeto de lei esteja em tramitação no Legislativo Municipal.

Art. 48. Os tributos municipais poderão sofrer alterações em decorrência de mudanças na legislação nacional sobre a matéria ou ainda em razão de interesse público relevante

Art. 49. O Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU de 2020 poderá ter desconto de até 40% (quarenta por cento) 25% (vinte e cinco por cento) e 10 (dez por cento) do valor lançado para pagamento em cota única, 03 (três) e 05(cinco) parcelas, respectivamente.

§ 1º – Os descontos previstos no caput serão considerados na previsão da receita orçamentária.

§ 2º - Além do desconto concedido no pagamento da cota única a Prefeitura Municipal poderá desenvolver campanha de incentivo com oferecimento de premiações aos contribuintes adimplentes.

Art. 50. O Poder Executivo poderá enviar ao Legislativo, projetos de lei que trate de alterações na legislação tributária, tais como:

I. Revisão e atualização do Código Tributário Municipal, de forma a corrigir distorções;

II. Revisão das isenções de impostos, taxas e incentivos fiscais, aperfeiçoando seus critérios;

III. Revisão do Código de Posturas, de forma a corrigir distorções;

IV. Revisão da Planta Genérica de valores, ajustando-a aos movimentos de valorização do mercado imobiliário;

V. instituição de taxas e constituições para custeio de serviços que o Município, eventualmente, julgue de interesse da comunidade;

Art. 51. Os tributos poderão ser corrigidos monetariamente segundo a variação estabelecida pelo IGPM ou outro indexador que venha substituí-lo.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 52. Os repasses mensais ao Poder Legislativo serão realizados à razão de 1/12 das dotações consignadas ao Poder Legislativo, respeitando o limite do art. 29-A da Constituição.

Parágrafo Único: Caso o orçamento legislativo supere o limite referido no caput, fica o Poder Executivo autorizado ao corte do excesso, não sem antes haver a oitiva da Mesa Diretora da Câmara quanto às despesas que serão expurgadas.

Art. 53. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder Público, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Art. 54. Integra esta Lei, na forma de **anexo II,** em atendimento ao disposto no § 1º, do art. 4º da Lei Complementar no 101, de 2000 os Anexos de metas fiscais e riscos fiscais exigidos para o Município de Nova Maringá - MT.

Art. 55. Para os efeitos do art. 16 § 3º da Lei Complementar no 101, de 2000 consideram-se como despesas irrelevantes, aquelas que individualmente, seja em cota única ou em parcelas, não ultrapassem ao limite de 50% do previsto nos incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Parágrafo Único – O total das despesas consideradas irrelevantes não poderá ultrapassar, no exercício financeiro, a 20% do total das receitas próprias.

Art. 56. Os projetos de lei que importem diminuição da receita ou aumento de despesa no exercício de 2020 deverão estar acompanhados de demonstrativo discriminando o montante estimado da diminuição da receita ou do aumento da despesa, para cada um dos exercícios compreendidos no período de 2020 a 2022, detalhando a memória de cálculo respectiva.

Art. 57. O Prefeito Municipal enviará até o dia 30 de setembro o Projeto de Lei da Lei Orçamentária Anual à Câmara Municipal, que o apreciará e devolverá até o encerramento da Sessão Legislativa.

Art. 58. Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apontadas emendas, desde que:

I. Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

II. Não alterem dotações referentes a despesas de custeio de pessoal e encargos sociais e serviços da dívida;

III. Não utilizem recursos provenientes de convênios e operações de créditos vinculados.

Art. 59. Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for encaminhado á sanção do Prefeito Municipal em tempo hábil, a programação dele constante poderá ser executada, em cada mês, até o limite de um doze avos do total de cada dotação, na forma proposta do Orçamento remetido á Câmara Municipal.

Art. 60. Se verificado que ao final do bimestre o não cumprimento das metas de equilíbrio financeiro, que visa obtenção de resultado primário conforme determinação da Lei Complementar 101, o Poder Executivo e Legislativo, efetivar-se-ão a limitação de empenho e movimentação financeira de forma proporcional ao montante dos recursos alocados com base nos seguintes critérios:

I. Limitação de empenhos relativos a investimentos a serem executados com recursos próprios do orçamento;

II. Limitação de empenhos de despesas relativas a viagens e diárias;

III. Limitação de empenhos de despesas gráficas;

IV. Limitação de empenhos de despesas relativas à veiculação – institucionais pela mídia, excetuando-se as decorrentes da disponibilização de informações de interesse da coletividade prevista na Lei Complementar 101/00;

V. Limitação de despesas com combustíveis e derivados, exceto para a frota que atende os serviços públicos essenciais, de saúde e educação.

Parágrafo Único. Não serão objeto de limitação as despesas que constituam obrigações constitucionais prevista nas emendas constitucionais nº 14 e 29, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

Art. 61. A destinação de recursos públicos para o setor privado ou para o custeio de despesas de outro ente da federação, direta ou indiretamente, seja pessoa física ou jurídica, a título de subvenções, auxílios, contribuição ou mediante transferência voluntária deverá ser autorizada por lei especifica e estar prevista no orçamento ou em seus créditos adicionais, submetidos as regras da Lei Federal nº 13019 e suas alterações.

Art. 62. Para atender o disposto no Art. 4º inciso I, letra “e” da Lei Complementar nº 101/00, será:

I. Realizado estudos visando a definição de sistemas de controle de custo e avaliação de resultado das ações de governo;

II. Criado comissão de controle e custos e a avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos e será composta da seguinte forma:

a) um membro do setor de Contabilidade;

b) um membro do setor de Planejamento;

c) um membro do setor de Controle Interno

§ 2º. Vedado consignar na Lei orçamentária crédito com finalidade imprecisa ou com dotação ilimitada.

§ 3º. A alocação de recursos na Lei Orçamentária Anual será feita diretamente á unidade orçamentária responsável pela sua execução, de modo a evidenciar o custo das ações e proporcionar a correta avaliação dos resultados.

Art. 63 – Só será permitida a inclusão de novos projetos de duração continuada, a lei orçamentária e as de créditos adicionais quando:

I – Não houver construções de obras públicas municipais paralisadas;

II – O Patrimônio Público estiver conservado;

III - A programação de novos projetos dependerá de prévia comprovação de sua viabilidade técnica, econômica e financeira.

Parágrafo Único – Fica especificado no Anexo IV, as obras e projetos em andamento.”

Art. 64 – O poder Executivo fica autorizado a:

I – Realizar transposições, remanejamentos e transferências de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro, atendido o disposto no art. 43 da Lei 4.320/64, ate o limite de 30% (trinta por cento) do total da despesa fixada na Lei Orçamentária.

II – Realizar operações de Credito ate o limite fixado pelo Senado Federal, com finalidade especifica previamente aprovada pela Câmara Municipal.

Art. 65 – Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 12 de julho de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT
CNPJ: 37.464.831/0001.24
AVENIDA AMOS BERNARDINO ZANCHET - 0000050 - SAO PEDRO
Telefone (066)3537-1120
prefnovamaringa@uol.com.br

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

AMF - Tabela 2 (LRF, Art. 4º, § 2º, inciso I) — Exercício de 2020 — R$ 1,00

Especificação	Metas Previstas em 2019 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2019 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor c = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	29.959.971,87	87,00	5,72	29.260.631,07	7,00	5,86	-699.340,80	-2,33
Receitas Primárias (I)	29.627.471,87	87,00	4,54	29.083.023,41	41,00	5,22	-544.448,46	-1,83
Despesa Total	30.274.971,87	87,00	6,83	26.990.845,74	74,00	97,65	-3.284.126,13	-10,84
Despesas Primárias (II)	30.274.871,87	87,00	6,83	26.990.845,74	74,00	97,65	-3.284.026,13	-10,84
Resultado Primário (I - II)	-647.400,00	0,00	-2,28	2.092.177,67	-33,00	7,57	2.739.577,67	-423,16
Resultado Nominal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Pública Consolidada	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2019	
Valor efetivo (realizado) do PIB Estadual para 2019	

NOVA MARINGÁ,12 de Julho de 2019

Emissão: 12/07/2019 08:41:11 Página 1

Homologado

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

EXERCÍCIO DE 2020

R$ 1,00

Programa: 0001 - GESTAO E MANUTENCAO DO PODER LEGISLATIVO		**Objetivo: DESENVOLVER AS ACOES DO PODER LEGISLATIVO**					
Órgão e	**Função e**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
Unidade Orçamentária	**Subfunção**	**Descrição**	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
01 - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - LEGISLATIVA 031 - ACAO LEGISLATIVA	1001 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA E MOBILIA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	5,00	10.000,00
01 - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - LEGISLATIVA 031 - ACAO LEGISLATIVA	1118 - AQUISICAO DE VEICULO PARA CAMARA	P	0007 - Veículo Adquirido	Und	1,00	35.000,00
01 - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - LEGISLATIVA 031 - ACAO LEGISLATIVA	2001 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A CAMARA MUNICIPAL	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	1.500.000,00
01 - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - LEGISLATIVA 031 - ACAO LEGISLATIVA	2002 - INFORMES PUBLICITARIOS	A	0005 - Matérias Publicadas	und	12,00	10.000,00
01 - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - LEGISLATIVA 031 - ACAO LEGISLATIVA	2006 - REALIZACAO DE CONCURSO PUBLICO E PSS	A	0008 - Vagas Complementadas	und	1,00	10.000,00
01 - CAMARA MUNICIPAL DE NOVA 001 - CAMARA MUNICIPAL	01 - LEGISLATIVA 031 - ACAO LEGISLATIVA	2075 - REALIZ. E PARTICIPACAO DE PALESTRAS, CURSO E SEMIN	A	0013 - Profissionais Capacitados	und	2,00	5.000,00
						Total do Programa:	**1.570.000,00**
Programa: 0002 - GESTAO E MANUTENÇÃO DO GABINETE DO PREFEITO		**Objetivo: ATENDER AS DESPESAS COM A MANUTENÇÃO DO GABINETE**					
Órgão e	**Função e**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
Unidade Orçamentária	**Subfunção**	**Descrição**	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
02 - GABINETE DO PREFEITO 001 - GABINETE DO PREFEITO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1013 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	P	0003 - População Atendida	mes	2,00	4.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO 001 - GABINETE DO PREFEITO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1088 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	2,00	3.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO 001 - GABINETE DO PREFEITO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2003 - MANUTÇÃO E ENCARGOS DO GABINETE DO PREFEITO	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	870.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO 002 - PROCURADORIA E ASSESSORIA	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2004 - MANUT. ENCARGOS COM PROCURAD.E ASSESSORIA JURÍDICA	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	170.000,00
02 - GABINETE DO PREFEITO 003 - JUNTA DE SERVICO MILITAR	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2005 - MANT. E ENGARGOS COM A JUNTA DE SERÇO MILITAR	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	4.000,00
						Total do Programa:	**1.051.000,00**
Programa: 0003 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE		**Objetivo: DAR CONDIÇÕES DE DESENVOLVER AS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO MUNICIPIO**					
Órgão e	**Função e**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
Unidade Orçamentária	**Subfunção**	**Descrição**	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 001 - SECRETARIA DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1009 - AQUISIÇÃO DE IMOVEL	P	0004 - Imóvel Adquirido	ha	10,00	50.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 001 - SECRETARIA DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1023 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	3,00	3.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 001 - SECRETARIA DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1033 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	2,00	4.000,00

ÁGIL | Software para Orgãos Públicos (66) 3345-4100

AGILE Software para Órgãos Públicos (66) 3545-1100

Emitido em: 12/07/2019 às 11:46 Horas

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

EXERCÍCIO DE 2020

R$ 1,00

03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 001 - SECRETARIA DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1036 - AQUISICAO DE VEICULO	P	0007 - Veículo Adquirido	Und	1,00	50.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 001 - SECRETARIA DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1097 - CONSTRUCAO DA NOVA SEDE DA PREFEITURA	P	0062 - NOVA SEDE CONSTRUIDA	CONST.SEDE	150,00	50.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 001 - SECRETARIA DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1121 - REFORMA E MANUTENCAO DE PREDIOS PUBLICOS	P	0022 - Reforma Realizada	und	2,00	30.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 001 - SECRETARIA DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2007 - MANUT.E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	1.300.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 001 - SECRETARIA DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2008 - INFORMES PUBLICITARIOS	A	0005 - Matérias Publicadas	und	12,00	12.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 001 - SECRETARIA DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2009 - CAPACITAÇÃO E RECICLAGEM PROFISSIONAL	A	0013 - Profissionais Capacitados	und	1,00	5.000,00
03 - SECRETARIA DE ADMINISTRACAO 001 - SECRETARIA DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2010 - REALIZAÇÃO DE CONCURSO PUBLICO PSP PSS	A	0008 - Vagas Complementadas	und	1,00	20.000,00
						Total do Programa:	**1.524.000,00**

Programa: 0004 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS		**Objetivo: DAR CONDIÇÕES DE DESENVOLVER AS AÇÕES FINANCEIRAS DO MUNICIPIO**					
Órgão e	**Função e**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
Unidade Orçamentária	**Subfunção**	**Descrição**	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
04 - SECRETARIA DE FINANCAS 001 - SECRETARIA DE FINANCAS	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1029 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	6,00	3.000,00
04 - SECRETARIA DE FINANCAS 001 - SECRETARIA DE FINANCAS	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1059 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	3,00	5.000,00
04 - SECRETARIA DE FINANCAS 001 - SECRETARIA DE FINANCAS	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2011 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	1.000.000,00
04 - SECRETARIA DE FINANCAS 001 - SECRETARIA DE FINANCAS	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2012 - MODERNIZAÇÃO DOS SERIÇOS PUBLICOS	P	0011 - Serviços Públicos Modernizados	%	10,00	10.000,00
04 - SECRETARIA DE FINANCAS 001 - SECRETARIA DE FINANCAS	28 - ENCARGOS ESPECIAIS 843 - SERVICO DA DIVIDA INTERNA	9001 - AMORTIZACAO DA DIVIDA CONTRATADA	O	0009 - Dívida Amortizada	real	12,00	10.000,00
04 - SECRETARIA DE FINANCAS 001 - SECRETARIA DE FINANCAS	28 - ENCARGOS ESPECIAIS 846 - OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS	9002 - CONTRIBUICAO DO PASEP	O	0010 - PASEP Recolhido	real	12,00	336.494,76
						Total do Programa:	**1.364.494,76**

Programa: 0005 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO,		**Objetivo: DAR CONDIÇÕES DE DESEMVOLVER AS ATIVIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICIPIO**					
Órgão e	**Função e**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
Unidade Orçamentária	**Subfunção**	**Descrição**	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 001 - SECRETARIA DE EDUCACAO,	12 - EDUCACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1034 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	4,00	1.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 001 - SECRETARIA DE EDUCACAO,	12 - EDUCACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1065 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	5,00	2.500,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 001 - SECRETARIA DE EDUCACAO,	12 - EDUCACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2013 - MAN. ENCARG. C/ SECRETARIA DE EDUCACAO CULTURA ES	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	400.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

EXERCÍCIO DE 2020

R$ 1,00

05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 001 - SECRETARIA DE EDUCACAO,	12 - EDUCACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2014 - CAPACITACAO DE PROFESSORES GESTORES E	A	0013 - Profissionais Capacitados	und	1,00	5.000,00
						Total do Programa:	**408.500,00**

Programa: 0006 - GESTAO DO TRANSPORTE ESCOLAR		**Objetivo: GARANTIR O TRANSPORTE ESCOLAR COM QUALIDADE A TODOS OS ALUNOS DAS AREAS RURAIS DO MUNICIPI**					
Órgão e	**Função e**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
Unidade Orçamentária	**Subfunção**	**Descrição**	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 001 - SECRETARIA DE EDUCACAO,	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	1017 - AQUISICAO DE VEICULO PARA TRANSPORTE ESCOLAR	P	0007 - Veículo Adquirido	Und	1,00	250.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 001 - SECRETARIA DE EDUCACAO,	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2017 - MANUTENCAO DO TRANSPORTE ESCOLAR	A	0016 - Alunos Transportados	Km	10,00	2.200.000,00
						Total do Programa:	**2.450.000,00**

Programa: 0007 - GESTAO DO ENSINO FUNDAMENTAL		**Objetivo: MELHORAR A QUALIDADE DO ENSINO FUNDAMENTAL NO MUNICIPIO**					
Órgão e	**Função e**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
Unidade Orçamentária	**Subfunção**	**Descrição**	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 004 - ENSINO FUNDAMENTAL	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	1015 - CONSTRUCAO AMPLIACAO E REFORMA DE ESCOLAS MUNICIPA	P	0012 - Escolas Construidas e Reformadas	und	2,00	128.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 004 - ENSINO FUNDAMENTAL	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	1047 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	80,00	25.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 004 - ENSINO FUNDAMENTAL	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	1071 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	5,00	5.500,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 004 - ENSINO FUNDAMENTAL	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2015 - DISTRIBUICAO DE MATERIAL DIDATICO PARA ESTUDANTE C	A	0014 - Material Distribuido	und	12,00	5.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 004 - ENSINO FUNDAMENTAL	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2087 - MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	580.000,00
						Total do Programa:	**743.500,00**

Programa: 0008 - GESTAO DO ENSINO INFANTIL		**Objetivo: AMPLIAR O ACESSO E QUALIFICAR O ATENDIMENTO DE CRIANCAS NA EDUCACAO INFANTIL**					
Órgão e	**Função e**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
Unidade Orçamentária	**Subfunção**	**Descrição**	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 008 - ENSINO INFANTIL	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	1030 - CONSTR. REFORMA DE ESCOLAS DO ENSINO INFANTIL E CR	P	0012 - Escolas Construidas e Reformadas	und	1,00	50.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 008 - ENSINO INFANTIL	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	1031 - INST. E REFORM. DA PARQUES INF. NAS CRECHES	P	0029 - Parques instalados	und	2,00	5.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 008 - ENSINO INFANTIL	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	1073 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	5,00	3.500,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 008 - ENSINO INFANTIL	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	1086 - AQUISICAO DE EQUIP. E MOBILIARIO ENSINO INFANTIL	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	100,00	25.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 008 - ENSINO INFANTIL	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	2088 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL CRECHE	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	300.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 008 - ENSINO INFANTIL	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	2089 - MANUTENCAO DO ENSINO INFANTIL PRE ESCOLA	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	240.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

EXERCÍCIO DE 2020

R$ 1,00

						Total do Programa:	**623.500,00**
Programa: 0009 - EDUCACAO ESPECIAL		**Objetivo: DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA EDUCACAO ESPECIAL**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
		Descrição	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 001 - SECRETARIA DE EDUCACAO,	12 - EDUCACAO 367 - EDUCACAO ESPECIAL	2018 - APOIO A ATIVIDADES DA APAE	P	0041 - Convenio mantido	real	1,00	240.000,00
						Total do Programa:	**240.000,00**
Programa: 0010 - PRODUCAO E EXPANSAO CULTURAL		**Objetivo: DAR CONDICOES DE DESENVOLVER AS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICIPIO**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
		Descrição	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	13 - CULTURA 392 - DIFUSAO CULTURAL	1018 - AQUISICAO DE EQUIP E MOB.PARA ATENDER BIBLIOTECA M	P	0043 - Equipamentos adquiridos	und	5,00	5.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	13 - CULTURA 392 - DIFUSAO CULTURAL	1019 - AQUISICAO DE ACERVO PARA BIBLIOTECA MUNICIPAL	P	0018 - Acervo Adquirido	und	25,00	15.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	13 - CULTURA 392 - DIFUSAO CULTURAL	1020 - REALIZACAO DE FESTIVAIS E OUTROS EVENTOS CULTURAIS	P	0019 - Festivais e Eventos Realizados	und	5,00	30.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	13 - CULTURA 392 - DIFUSAO CULTURAL	1022 - CRIACAO DO MUSEU E ARQUIVO PUBLICO MUNICIPAL	P	0028 - Museu criado	und	10,00	10.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	13 - CULTURA 392 - DIFUSAO CULTURAL	1098 - REFORMA E AMPLIACAO DA BIBLIOTECA	P	0063 - BIBLIOTECA REFORMADA	UNIDADE	1,00	10.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	13 - CULTURA 392 - DIFUSAO CULTURAL	1125 - CONFECÇAO DO ATLAS ESCOL.HIST.CULT.E GEOG.DO MUNIC	P	0081 - ATLAS ESCOLAR CONFECCIONADO	LIVROS MAPAS	1,00	20.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	13 - CULTURA 392 - DIFUSAO CULTURAL	2019 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DEPTO DE CULTURA	P	0003 - População Atendida	mes	12,00	50.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA	13 - CULTURA 392 - DIFUSAO CULTURAL	2020 - REALIZACAO DO CARNAVAL MUNICIPAL	A	0020 - Carnaval Realizado	und	1,00	15.000,00
						Total do Programa:	**155.000,00**
Programa: 0011 - INTEGRACAO PELO ESPORTE		**Objetivo: DAR CONDICOES DE DESNVOLVER AS PRATICAS ESPORTIVAS E DE LAZER NO MUNICIPIO**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
		Descrição	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE	27 - DESPORTO E LAZER -	1083 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTO MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	10,00	5.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE	27 - DESPORTO E LAZER 812 - DESPORTO COMUNITARIO	1027 - CONSTRUCAO DE QUADRAS DE ESPORTES	P	0024 - Quadras Construidas	und	1,00	100.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE	27 - DESPORTO E LAZER 812 - DESPORTO COMUNITARIO	1099 - REFORMAR E MANTER AS UNIDADES ESPORTIVAS	P	0064 - UNIDADES ESPORTIVAS REFORMADAS	UNIDADE	4,00	10.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO	27 - DESPORTO E LAZER	2021 - MANUTENCAO E ENCARGOS	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	50.000,00

05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE	27 - DESPORTO E LAZER 812 - DESPORTO COMUNITARIO	2021 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM O DEPTO DE ESPORTES	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	30.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE	27 - DESPORTO E LAZER 812 - DESPORTO COMUNITARIO	2090 - REALIZACAO DE TORNEIOS E CAMPEONATOS ESPORTIVOS MU	A	0003 - População Atendida	mes	2,00	35.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

EXERCÍCIO DE 2020

R$ 1,00

05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE	27 - DESPORTO E LAZER 812 - DESPORTO COMUNITARIO	2109 - APOIO A EVENTOS ESPORTIVOS	A	0078 - EVENTOS ESPORTIVOS REALIZADOS	UNIDADE	4,00	20.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTE	27 - DESPORTO E LAZER 813 - LAZER	1024 - CONSTRUCAO DE AREAS DE LAZER	P	0021 - Áreas Construidas	und	4,00	10.000,00
						Total do Programa:	**230.000,00**

Programa: 0012 - GESTAO E MANUTENCAO DA MERENDA ESCOLAR		**Objetivo: OFERECER UMA MERENDA ESCOLAR NUTRITIVA E COM QUALIDADE A TODOS OS ALUNOS DO MUNICIPIO.**					
Órgão e	**Função e**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
Unidade Orçamentária	**Subfunção**	**Descrição**	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 005 - MERENDA ESCOLAR	12 - EDUCACAO 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	2022 - MANUTENCAO DO PNAE	A	0015 - Merenda Fornecida	und	80.000,00	80.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 005 - MERENDA ESCOLAR	12 - EDUCACAO 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	2023 - MANUTENCAO DO PROGRAMA DE ALIMENTACAO INFANTIL	A	0015 - Merenda Fornecida	und	17.200,00	17.200,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 005 - MERENDA ESCOLAR	12 - EDUCACAO 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	2024 - MANUTENCAO DO PNAC	P	0015 - Merenda Fornecida	und	5.700,00	5.700,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 005 - MERENDA ESCOLAR	12 - EDUCACAO 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	2091 - FORNECIMENTO DE MERENDA ESCOLAR PARA O ENSINO FUND	A	0015 - Merenda Fornecida	und	100.000,00	100.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 005 - MERENDA ESCOLAR	12 - EDUCACAO 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	2092 - FORNECIMENTO DE MERENDA PARA O ENSINO INF.CRECHE	A	0015 - Merenda Fornecida	und	80.000,00	80.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 005 - MERENDA ESCOLAR	12 - EDUCACAO 306 - ALIMENTACAO E NUTRICAO	2093 - FORNECIMENTO DE MERENDA P/ ENSINO INFANTIL PRE ESC	A	0015 - Merenda Fornecida	und	60.000,00	60.000,00
						Total do Programa:	**342.900,00**

Programa: 0013 - GESTAO DO SALARIO EDUCACAO		**Objetivo: CONTRIBUIR PARA O MELHOR DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES EDUCACIONAIS DO MUNICÍPIO**					
Órgão e	**Função e**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
Unidade Orçamentária	**Subfunção**	**Descrição**	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 007 - SALARIO EDUCACAO	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	1088 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTO E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	20,00	10.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 007 - SALARIO EDUCACAO	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2025 - MANUTENCAO DO SALARIO EDUCACAO	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	230.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 007 - SALARIO EDUCACAO	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2026 - DISTRIBUICAO DE MATERIAL DIDATICO E PEDAGOGICO	A	0014 - Material Distribuido	und	12,00	10.000,00
						Total do Programa:	**250.000,00**

Programa: 0014 - UNIVERSIDADE AO ALCANCE DE TODOS		**Objetivo: DAR CONDICOES DE ACESSO A UNIVERSIDADE AOS ALUNOS DO MUNICIPIO**					
Órgão e	**Função e**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
Unidade Orçamentária	**Subfunção**	**Descrição**	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO,	12 - EDUCACAO	2028 - ACESSO A CURSOS UNIVERSI.	A	0026 - Alunos Atendidos	und	1,00	30.000,00

009 - ENSINO SUPERIOR	364 - ENSINO SUPERIOR	NO MUN.E OUTRAS LOCALID					
						Total do Programa:	30.000,00
Programa: 0015 - MANUTENCAO DA EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS		Objetivo: OFERECER OPORTUNIDADE DE ACESSO A EDUCACAO DE JOVENS E ADULTOS					
Órgão e Unidade Orçamentária	Função e Subfunção	Ação Descrição	Tipo	Indicadores Físico / Financeiro Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira

R$ 1,00

05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 010 - EDUCACAO DE JOVENS E	12 - EDUCACAO 366 - EDUCACAO DE JOVENS E	2029 - INSTALACAO DE CURSO TECNICOS E PROFISSIONALIZANTES	P	0026 - Alunos Atendidos	und	1,00	10.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 010 - EDUCACAO DE JOVENS E	12 - EDUCACAO 366 - EDUCACAO DE JOVENS E	2030 - MANUTENCAO DO EJA	A	0026 - Alunos Atendidos	und	1,00	2.000,00
						Total do Programa:	12.000,00
Programa: 0016 - DESENVOLVIMENTO DA EDUCACAO BASICA		Objetivo: DESENVOLVER AS ATIVIDADES DA EDUCACAO BASICA DO MUNICIPIO					
Órgão e Unidade Orçamentária	Função e Subfunção	Ação Descrição	Tipo	Indicadores Físico / Financeiro Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 011 - FUNDEB 60	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2031 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO FUNDEB 60% FUNDAMENTAL	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	2.050.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 011 - FUNDEB 60	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	2094 - MANUT E ENCARGOS FUNDEB 60% ENSINO INFANTIL CRECHE	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	100.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 011 - FUNDEB 60	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	2095 - MANUT. E ENCARGOS FUNDEB 60% INFANTIL PRE ESCOLA	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	595.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 011 - FUNDEB 60	12 - EDUCACAO 367 - EDUCACAO ESPECIAL	2033 - MANUTENCAO E ENCARGOS FUNDEB 60% ESPECIAL	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	17.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 012 - FUNDEB 40	12 - EDUCACAO 361 - ENSINO FUNDAMENTAL	2034 - MANUTENCAO FUNDEB 40% FUNDAMENTAL	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	880.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 012 - FUNDEB 40	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	2096 - MANUTENCAO FUNDEB 40% INFANTIL CRECHE	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	60.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 012 - FUNDEB 40	12 - EDUCACAO 365 - EDUCACAO INFANTIL	2097 - MANUTENCAO FUNDEB 40% ENSINO INFANTIL PRE ESCOLA	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	320.000,00
05 - SECRETARIA DE EDUCACAO, 012 - FUNDEB 40	12 - EDUCACAO 367 - EDUCACAO ESPECIAL	2036 - MANUTENCAO FUNDEB 40% ESPECIAL	A	0026 - Alunos Atendidos	und	12,00	27.716,40
						Total do Programa:	4.049.716,40
Programa: 0017 - GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE		Objetivo: DESENVOLVER AS ACOES DE INFRA ESTURTURA E TRANSPORTE DO MUNICIPIO					
Órgão e Unidade Orçamentária	Função e Subfunção	Ação Descrição	Tipo	Indicadores Físico / Financeiro Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1046 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMTICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	2,00	2.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1054 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	15,00	15.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1100 - CONST. BARRACAO P/ MAQUINAS ALMOXAR E MULTIPLO USO	P	0030 - Barracao construido	und	1,00	50.000,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2037 - MANUT.E ENCARGOS C/ A SECRET.OBRAS VIACAO E SERV.P	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	2.200.000,00
						Total do Programa:	2.267.000,00

Programa: 0018 - LUZ NOS BAIRROS		Objetivo: LEVAR ENERGIA ELETRICA A TODOS OS BAIRROS DO MUNICIPIO					
Órgão e Unidade Orçamentária	Função e Subfunção	Ação Descrição	Tipo	Indicadores Físico / Financeiro Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

EXERCÍCIO DE 2020

R$ 1,00

06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	25 - ENERGIA 752 - ENERGIA ELETRICA	1037 - EXPANSAO DA REDE DE ENERGIA ELETRICA MUNICIPAL	P	0031 - Rede eletrica construida	metro	120,00	30.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	25 - ENERGIA 752 - ENERGIA ELETRICA	2098 - MANUTENCAO DA ILUMINACAO PUBLICA	A	0065 - ILUMINACAO PUBLICA ATENDIDA	PORCENTAGEM ATENDIDA	5,00	180.000,00
						Total do Programa:	210.000,00

Programa: 0019 - PROGRAMA DE INFRA-ESTRUTURA		Objetivo: MELHORAR A INFRA-ESTRUTURA URBANA DO MUNICIPIO					
Órgão e Unidade Orçamentária	Função e Subfunção	Ação Descrição	Tipo	Indicadores Físico / Financeiro Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	15 - URBANISMO 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1038 - PAVIMENTACAO ASFALTICA	P	0032 - Ruas pavimentadas	m²	9.000,00	600.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	15 - URBANISMO 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1039 - DRENAGEM DE AGUAS PLUVIAIS	P	0033 - Drenagem construida	metros	1.100,00	350.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	15 - URBANISMO 451 - INFRA-ESTRUTURA URBANA	1040 - CONSTRUCAO E REFORMA DE PRACAS	P	0034 - Pracas construidas e reformadas	und	1,00	50.000,00
						Total do Programa:	1.000.000,00

Programa: 0020 - TRANSPORTE E INTEGRACAO		Objetivo: MELHORAR AS VIAS DE TRANSPORTE PARA A INTEGRACAO DO MUNICIPIO COM OUTRAS LOCALIDADES					
Órgão e Unidade Orçamentária	Função e Subfunção	Ação Descrição	Tipo	Indicadores Físico / Financeiro Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2039 - CONTRIBUICAO AO CONSORCIO ALTO DO RIO PARAGUAI	A	0040 - Consorcio mantido	real	12,00	25.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	26 - TRANSPORTE 782 - TRANSPORTE RODOVIARIO	1042 - CONSTRUCAO RECUPERACAO E MANUTENCAO DE ESTRADAS	P	0036 - Estradas construidas e recuperadas	Km	250,00	150.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	26 - TRANSPORTE 782 - TRANSPORTE RODOVIARIO	1043 - CONSTRUCAO E REFORMA DE PONTES E BUEIROS	P	0037 - Pontes e bueiros construidos e reformados	und	2,00	150.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	26 - TRANSPORTE 782 - TRANSPORTE RODOVIARIO	1045 - AQUISICAO DE VEICULOS E MAQUINAS PESADAS	P	0039 - Veiculos e maquinas adquiridos	und	1,00	250.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	26 - TRANSPORTE 782 - TRANSPORTE RODOVIARIO	1084 - CONSTRUCAO REC,MAN.ESTRADAS FETHAB	P	0036 - Estradas construidas e recuperadas	Km	250,00	1.800.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	26 - TRANSPORTE 782 - TRANSPORTE RODOVIARIO	1085 - CONSTRUCAO E REFORMA DE PONTES E BUEIROS FETHAB	P	0037 - Pontes e bueiros construidos e reformados	und	2,00	200.000,00
06 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIACAO	26 - TRANSPORTE 782 - TRANSPORTE RODOVIARIO	1087 - AQUISICAO DE VEICULOS E MAQUINAS PESADAS FETHAB	P	0039 - Veiculos e maquinas adquiridos	und	2,00	300.000,00

						Total do Programa:	2.875.000,00
Programa: 0021 - GESTÃO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE		Objetivo: DESENVOLVER AS ACOES DE GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE SAUDE.					
Órgão e Unidade Orçamentária	Função e Subfunção	Ação Descrição	Tipo	Indicadores Físico / Financeiro Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	10 - SAUDE 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1048 - CONSTRUCAO DA SEDE DA SECRETARIA DE SAUDE	P	0066 - SEDE CONSTRUIDA	SEDE SEC.SAUDE	1,00	120.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	10 - SAUDE 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1060 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	20,00	10.000,00

R$ 1,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	10 - SAUDE 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1073 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	10,00	10.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	10 - SAUDE 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2041 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE SAUDE	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	500.000,00
						Total do Programa:	640.000,00
Programa: 0022 - ATENCAO BASICA A SAUDE		Objetivo: MELHORAR A QUALIDADE DE VIDA DA POPULACAO, COM ACESSO AO SERVICO DE SAUDE COM QUALIDADE					
Órgão e Unidade Orçamentária	Função e Subfunção	Ação Descrição	Tipo	Indicadores Físico / Financeiro Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	1053 - CONSTRUCAO AMPLIACAO E REFORMA DAS UBS	P	0044 - UBS construidos	und	1,00	50.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	1101 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	P	0043 - Equipamentos adquiridos	und	10,00	10.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	1102 - AQUISICAO DE VEICULOS E AMBULANCIAS	P	0067 - VEICULOS E AMBULANCIAS ADQUIRIDOS	VEICULOS E AMBULANCI	1,00	200.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	2042 - MANUTENCAO E ENCARGOS C/ FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	300.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	2043 - MANUTENCAO E ENCARGOS DOS PSFS	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	1.000.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	2044 - MANUTENCAO E ENCARGOS SAUDE BUCAL	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	120.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	2045 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO PASCAR	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	10.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	2046 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO PACS	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	150.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	2078 - MANUTENCAO COM AS ATIV.PROGRAMA MAIS MEDICOS	A	0003 - População Atendida	mes	1,00	60.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	2099 - MANUTENCAO DO PMAQ	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	60.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 301 - ATENCAO BASICA	2113 - MANUTENCAO E AMPLIACAO DAS ACOES DA ATENCAO BASICA	A	0080 - ATENCAO BASICA MANTIDA	ATENCAO BASICA	12,00	150.000,00

							Total do Programa:	**2.110.000,00**
Programa: 0023 - MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE		**Objetivo: DESENVOLVER ACOES E SERVICOS QUE VISAM ATENDER AOS PRINCIPAIS PROBLEMAS E AGRAVOS DE SAÚDE**						
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**				
		Descrição	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**	
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E	1052 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS HOSPITALARES	P	0043 - Equipamentos adquiridos	und	20,00	150.000,00	
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E	2049 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO PRONTO ATENDIMENTO MEDICO	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	2.600.000,00	
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E	2082 - MANUT.CONV.CONS. INTER.SAUDE VALE DO TELES PIRES	A	0041 - Convenio mantido	real	12,00	300.000,00	

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

EXERCÍCIO DE 2020

R$ 1,00

07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E	2100 - REPASSE CONSORCIO DE SAUDE PAICI	A	0068 - PAICI REPASSADO	PAICI	12,00	50.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E	2101 - CONTROLE DE COMBUSTIVEL E MANUT. VEICULOS DA SAUD	A	0069 - VEICULOS MANTIDOS	VEICULOS MANTIDOS	12,00	400.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E	2102 - MANUTENCAO DO LABORATORIO DE ANALISES CLINICAS	A	0070 - LABORATORIO MANTIDO	LABORATORIO MANTIDO	12,00	200.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E	2105 - MANUTENCAO E ENCARGOS MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	250.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E	2108 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A UNIDADE REABILITACAO	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	50.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 302 - ASSISTENCIA HOSPITALAR E	2115 - REALIZACAO DE PROCEDIMENTOS CIRURGICOS DE	A	0083 - CIRURGIAS REALIZADAS	UNIDADE	10,00	10.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 303 - SUPORTE PROFILATICO E	2112 - AQUISICAO DE MEDICAMENTOS VIA CONSORCIO DE SAUDE	A	0079 - MEDICAMENTOS ADQUIRIDOS	UNIDADE	12,00	302.000,00
						Total do Programa:	**4.312.000,00**
Programa: 0024 - VIGILANCIA DA SAUDE		**Objetivo: DESENVOLVER ACOES PREVENTIVAS PARA DIMINUIR OS RISCOS DA SAUDE DA POPULACAO DO MUNICIPIO.**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
		Descrição	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 304 - VIGILANCIA SANITARIA	2051 - MANUTENCAO ENCARG. VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA ECD	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	10.000,00
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 305 - VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	2104 - CONTROLE DE COMBUST. E MAN.DE VEICULOS DA VIGILANC	A	0069 - VEICULOS MANTIDOS	VEICULOS MANTIDOS	12,00	50.000,00
						Total do Programa:	**60.000,00**
Programa: 0025 - ASSISTENCIA FARMACEUTICA		**Objetivo: ATENDER A POPULACAO COM MEDICAMENTOS BASICOS**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
		Descrição	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
07 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10 - SAUDE 303 - SUPORTE PROFILATICO E	2047 - MANUTENCAO DO PROGRAMA FARMACIA BASICA	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	60.000,00
						Total do Programa:	**60.000,00**

Programa: 0026 - GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA DE		Objetivo: DAR CONDICOES DE DESENVOLVER ACOES PARA FOMENTAR A AGRICULTURA NO MUNICIPIO.					
Órgão e	Função e	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
Unidade Orçamentária	Subfunção	Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	20 - AGRICULTURA 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1066 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	10,00	5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	20 - AGRICULTURA 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1103 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	5,00	5.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	20 - AGRICULTURA 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2053 - MANUT ENCARG. C/ A SECRET. DE AGRICULTURA	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	500.000,00
						Total do Programa:	510.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

EXERCÍCIO DE 2020

R$ 1,00

Programa: 0027 - APOIO A PRODUCAO AGROPECUARIA		Objetivo: APOIAR PEQUENOS PRODUTORES RURAIS					
Órgão e	Função e	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
Unidade Orçamentária	Subfunção	Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	20 - AGRICULTURA 601 - PROMOCAO DA PRODUCAO	1062 - AQUISICAO DE TRATOR E IMPLEMENTOS AGRICOLAS	P	0049 - Trator adquirido	und	1,00	50.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	20 - AGRICULTURA 601 - PROMOCAO DA PRODUCAO	2055 - REATIVACAO DO VIVEIRO DE MUDAS	A	0057 - Produtores atendidos	mes	12,00	10.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	20 - AGRICULTURA 602 - PROMOCAO DA PRODUCAO	1104 - AQUIS. DE VEICULOS E EQUIP. P/ PRODUCAO DE LEITE	P	0071 - VEICULOS E EQUIPAMENTOS ADQUIRIDOS	EQUIP.PARA LEITE	2,00	50.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	20 - AGRICULTURA 602 - PROMOCAO DA PRODUCAO	1105 - CONSTRUCAO E INSTALACAO DO PARQUE DE EXPOSICAO	P	0057 - Produtores atendidos	mes	150,00	20.000,00
08 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	20 - AGRICULTURA 602 - PROMOCAO DA PRODUCAO	2054 - APOIO A PROJETOS INCENT.AVICULT.PISICULT.APICULTUR	A	0003 - População Atendida	mes	10,00	100.000,00
						Total do Programa:	230.000,00
Programa: 0028 - GESTAO E MANUTENCAO DA SEC. DE ASSISTENCIA SOCIAL		**Objetivo: DESENVOLVER ACOES VOLTADAS A ASSISTENCIA SOCIAL DO MUNICIPIO**					
Órgão e	Função e	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
Unidade Orçamentária	Subfunção	Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1072 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	10,00	10.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1106 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	5,00	5.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA DE ASSISTENCIA	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2056 - MANUT ENCARGOS C/ A SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCI	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	500.000,00
						Total do Programa:	515.000,00
Programa: 0029 - PROTECAO SOCIAL		**Objetivo: DESENVOLVER PROGRAMAS E ACOES DE ASSISTENCIA SOCIAL**					
Órgão e	Função e	Ação		Indicadores Físico / Financeiro			
Unidade Orçamentária	Subfunção	Descrição	Tipo	Produto	Unidade de Medida	Meta Física	Meta Financeira

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 241 - ASSISTENCIA AO IDOSO	1068 - REFORMA DO CENTRO DE CONVIVENCIA CLUBE DO VOVO	P	0052 - Idosos assistidos	grupo	1,00	10.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 241 - ASSISTENCIA AO IDOSO	2063 - MANUTENCAO DO CLUBE DO VOVO	A	0052 - Idosos assistidos	grupo	12,00	10.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 242 - ASSISTENCIA AO PORTADOR DE	2069 - MANUT DAS ATIVIADES ASSISTENCIASI AOS PORT.DE DEFI	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	5.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 243 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO	2111 - MANUTENCAO DO PROGRAMA CIRANCA FELIZ	A	0055 - Criancas assistidas	grupo	12,00	62.400,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	1069 - REFORMA DO CRAS	P	0054 - CRAS reformado	m²	1,00	10.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	1123 - AQUISICAO EQUIP. MOBILIARIO PARA O FUNDO SOCIAL	P	0043 - Equipamentos adquiridos	und	5,00	10.000,00

R$ 1,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2058 - ATENCAO A CRIANCA E AO IDOSO PBV II	A	0055 - Criancas assistidas	grupo	12,00	15.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2060 - BENEFICIOS EVENTUAIS	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	150.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2061 - MANUTE ENCARGOS COM O FUNDO MUNICIPAL DE ASSIT.SOC	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	70.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2062 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM O CRAS	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	127.600,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2064 - MANUT DESENVOLVIMENTO DE ACOES COMUNITARIAS FUMIS	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	5.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2065 - INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA IGD SUAS	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	25.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2066 - INDICE DE GESTAO DESCENTRALIZADA IGD PBF	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	10.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2067 - INDICE DE PROTECAO ATENDIM.INTEGRAL A FAMILIA PAIF	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	20.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2068 - PROTECAO SOCIAL BASICA	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	15.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 244 - ASSISTENCIA COMUNITARIA	2110 - MANUTENCAO DO FEAS	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	30.000,00
						Total do Programa:	**575.000,00**

Programa: 0030 - PROGRAMA DE ATENDIMENTO A CRIANCA E AO		**Objetivo: DESENVOLVER ACOES DE ATENDIMENTO A CRIANCA E AO ADOLESCENTE**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
		Descrição	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 243 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO	1116 - AQUISICAO DE VEICULO PARA O CONSELHO	P	0007 - Veículo Adquirido	Und		50.000,00

09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	08 - ASSISTENCIA SOCIAL 243 - ASSISTENCIA A CRIANCA E AO	2071 - MANUTENCAO DO CONSELHO TUTELAR	A	0055 - Criancas assistidas	grupo	12,00	150.000,00
						Total do Programa:	**200.000,00**

Programa: 0031 - CASA PROPRIA		**Objetivo: SUPRIR O DEFICIT HABITACIONAL**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
		Descrição	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 002 - FUNDO MUNICIPAL DE	16 - HABITACAO 482 - HABITACAO URBANA	1070 - CONSTRUCAO DE UNIDADES HABITACIONAIS	P	0056 - Unidades habitacionais construidas	und	15,00	150.000,00
						Total do Programa:	**150.000,00**

Programa: 0032 - GESTAO E MANUTENCAO DA SEC. DE PLANEJAMENTO		**Objetivo: DESENVOLVER AS ACOES DE PLANEJAMENTO DO MUNICIPIO**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
		Descrição	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1074 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	2,00	2.000,00

R$ 1,00

10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1107 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFOPRMATICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	1,00	2.000,00
10 - SECRETARIA MUNICIPAL DE 001 - SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2073 - MANUTENCAO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE PLANEJAM	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	300.000,00
						Total do Programa:	**304.000,00**

Programa: 0033 - GESTAO E MANUTENCAO DA SEC. DIST.BRIANORTE		**Objetivo: DESENVOLVER ACOES ADMINISTRATIVA NO DISTRITO DE BRIANORTE**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
		Descrição	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
11 - SECRETARIA MUNICIPAL 011 - SECRETARIA MUNICIPAL	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1095 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	A	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	2,00	2.000,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL 011 - SECRETARIA MUNICIPAL	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1108 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	1,00	3.000,00
11 - SECRETARIA MUNICIPAL 011 - SECRETARIA MUNICIPAL	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2074 - MANUTENCAO E ENCARGOS C/ SECRET..DISTRITAL BRIANOR	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	300.000,00
						Total do Programa:	**305.000,00**

Programa: 0034 - GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE		**Objetivo: GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE.**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação**		**Indicadores Físico / Financeiro**			
		Descrição	**Tipo**	**Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	18 - GESTAO AMBIENTAL 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1109 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMATICA	P	0001 - Equipamentos de Informatica Adquiridos	und	1,00	2.500,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	18 - GESTAO AMBIENTAL 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1110 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	2,00	2.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	18 - GESTAO AMBIENTAL 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2084 - MANUTENCAO E ENC. SECRET MUNICIPAL MEIO AMBIENTE	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	300.000,00

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE	18 - GESTAO AMBIENTAL 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2106 - MANUTENCAO DO PROGRAMA A3P	A	0006 - Servidores Capacitadaos	und	12,00	10.000,00
						Total do Programa:	**314.500,00**

Programa: 0035 - SANEAMENTO BASICO		**Objetivo: DESENVOLVER ACOES PARA MELHORAR O SANEAMENTO BASICO DO MUNICIPIO.**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação Descrição**	**Tipo**	**Indicadores Físico / Financeiro Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E	17 - SANEAMENTO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1111 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	5,00	5.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E	17 - SANEAMENTO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2085 - MANUTENCAO E ENCARGOS DO DAE.	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	350.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E	17 - SANEAMENTO 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	1055 - CONSTRUCAO REFORMA E EMPLIACAO DO ATERRO SANITARIO	P	0045 - Aterro construido e reformado	und	1,00	20.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E	17 - SANEAMENTO 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	1090 - CONSTRUCAO DE REDE DE ESGOTO	P	0046 - Rede de esgoto contruida	metro	300,00	100.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E	17 - SANEAMENTO 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	1091 - AMPLIACAO DA REDE DE DISTRIBUICAO DE AGUA	P	0047 - rede de agua ampliada	metro	100,00	100.000,00

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

ANEXO DE METAS E PRIORIDADES

EXERCÍCIO DE 2020

R$ 1,00

12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E	17 - SANEAMENTO 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	1112 - CONSTRUCAO DE AREAS DE TRANSBORDO DE RESIDUOS SOLI	P	0073 - AREA DE TRANBORDO CONSTRUIDA	TRANSBORDO RESIDUOS	1,00	20.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E	17 - SANEAMENTO 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	1113 - AQUIS DE VEICULOS MAQ.E EQUIP. COLETA TRANSP REC.L	P	0074 - VEICULOS EQUIP. MAQUINAS ADQUIRIDOS	VEICULO E MAQUINAS A	2,00	120.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E	17 - SANEAMENTO 512 - SANEAMENTO BASICO URBANO	2107 - COLETA, TRANSPORTE E DESTINACAO FINAL DOS RESIDUOS	A	0072 - LIXO COLETADO	LIXO COLETADO	12,00	300.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E	18 - GESTAO AMBIENTAL 541 - PRESERVACAO E CONSERVACAO	1093 - REVITALIZACAO DE CORREGOS E NASCENTES	P	0061 - CORREGOS E NASCENTES REVITALIZADOS	UNIDADE	2,00	20.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E	18 - GESTAO AMBIENTAL 541 - PRESERVACAO E CONSERVACAO	1114 - CONSTRUCAO DE PARQUE ECOLOGICO NO MUNICIPIO	P	0075 - PARQUE ECOLOGICO CONSTRUIDO	PARQUE ECO	25,00	100.000,00
12 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO 002 - DEPARTAMENTO DE AGUA E	18 - GESTAO AMBIENTAL 544 - RECURSOS HIDRICOS	1092 - PERFURACAO E INSTALACAO DE POCOS ARTESIANOS	P	0048 - Pocos instalados	und	2,00	50.000,00
						Total do Programa:	**1.185.000,00**

Programa: 0036 - GESTAO E MANUTENCAO DA SECRETARIA GERAL DE		**Objetivo: MANUTENCAO DA SECRETARIA**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação Descrição**	**Tipo**	**Indicadores Físico / Financeiro Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
13 - SECRETARIA GERAL DE 001 - SECRETARIA GERAL DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	1115 - AQUISICAO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO	P	0002 - Equipamentos e Mobiliario Adquiridos	und	5,00	5.000,00
13 - SECRETARIA GERAL DE 001 - SECRETARIA GERAL DE	04 - ADMINISTRACAO 122 - ADMINISTRACAO GERAL	2086 - MANUTENCAO E ENCARGOS DA SECRETARIA GERAL DE GOVER	P	0003 - População Atendida	mes	12,00	285.000,00
						Total do Programa:	**290.000,00**

Programa: 0037 - GESTAO E MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO		**Objetivo: MANUTENÇAO E ENCARGOS DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIPIO.**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação Descrição**	**Tipo**	**Indicadores Físico / Financeiro Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
14 - CONTROLADORIA GERAL DO 001 - CONTROLADORIA GERAL DO	04 - ADMINISTRACAO 124 - CONTROLE INTERNO	2114 - MANUT.E ENCARGOS DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICIP	A	0003 - População Atendida	mes	12,00	110.000,00
						Total do Programa:	**110.000,00**

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA		**Objetivo: RESERVA DE CONTINGENCIA**					
Órgão e Unidade Orçamentária	**Função e Subfunção**	**Ação Descrição**	**Tipo**	**Indicadores Físico / Financeiro Produto**	**Unidade de Medida**	**Meta Física**	**Meta Financeira**
99 - RESEVA DE CONTIGENCIA 099 - RESEVA DE CONTIGENCIA	99 - RESERVA DE CONTINGENCIA 999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	O	9999 - RESERVA DE CONTINGENCIA	REAL	1,00	455.045,16
						Total do Programa:	**455.045,16**
						TOTAL GERAL:	**33.722.156,32**

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Tabela 8 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V)

SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			
	Tributo/Contribuição	2020	2021	2
APOSENTADOS	IPTU	5.000,00	6.000,00	
PENSIONISTAS	IPTU	2.500,00	3.000,00	
IDOSOS	IPTU	2.500,00	3.000,00	
MUNICIPES - DESCONTO PARA PAGAMENTO A VISTA E BENEFICIOS A SEREM CONCEDIDOS LEGALMENTE.	IPTU	60.000,00	70.000,00	
TOTAL		70.000,00	82.000,00	

Fonte: PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT

Notas:

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) **R$ 1,00**

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	31.558.957,03	100,00	28.107.623,86	100,00	26.787.741,12	100,00
TOTAL	31.558.957,03	100,00	28.107.623,86	100,00	26.787.741,12	100,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2018	%	2017	%	2016	%
Patrimônio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL						

Fonte: PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT

Notas:

ESTADO DE MATO GROSS - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V) **R$ 1,00**

EVENTO	Valor Previsto 2020
Aumento Permanente da Receita (-) Transferência Constitucionais (-) Transferência ao FUNDEB	1.082.731,17
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.082.731,17
Redução Permanente de Despesa (II)	
Margem Bruta (III) = (I + II)	1.082.731,17
Saldo Utilizado da Margem Bruta (V) Novas DOCC	
Novas DOCC geradas por PPP	
Margem Líquida de expansão de DOCC (V) = (III - IV)	1.082.731,17

Fonte: PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT
Notas:

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS ANUAIS

EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Tabela I (LRF, art. 4º, § 1º) **R$** 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2020			2021			2022		
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB x 100)	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB x 100)	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB x 100)
Receita Total	33.722.156,32	32.116.339,35		35.777.984,85	32.605.472,38		37.926.463,91	33.077.327,67	
Receitas Primárias (I)	33.507.453,19	31.911.860,18		35.556.046,56	32.403.213,85		37.689.409,33	32.870.582,00	
Despesa Total	33.722.156,32	32.116.339,35		35.777.984,85	32.605.472,38		37.926.463,91	33.077.327,67	
Despesas Primárias (II)	33.712.156,32	32.106.815,54		35.767.984,85	32.596.359,10		37.916.463,91	33.068.606,23	
Resultado Primário (III) = (I - II)	-204.703,13	-194.955,36		-211.938,29	-193.145,25		-227.054,58	-198.024,22	
Resultado Nominal									
Dívida Pública Consolidada									
Dívida Consolidada Líquida									

Fonte: PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT

Notas:

01) O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEL	2020	2021	2022
PIB real (crescimento % anual)	2,00	1,50	1,50
Taxa real de juros implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)			
Câmbio (R$/US$ - Final do ano)			
Inflação média (% anual) projetada com base em índice oficial de inflação	5,00	4,50	4,50
Projeção do PIB do Estado - R$ milhares			

02) Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

2020	2021	2022
Valor Corrente / 1,0500	Valor Corrente / 1,0973	Valor Corrente / 1,1466

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, § 2º inciso II) **R$** 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	26.915.263,50	29.171.827,24	8,38	31.769.425,15	8,90	33.722.156,32	6,14	35.777.984,85	6,09	37.926.463,91	6,00
Receita Primária (I)	26.715.893,50	29.083.023,41	8,86	31.423.800,15	8,04	33.362.750,06	6,17	35.404.108,27	6,11	37.528.354,75	6,00
Despesa Total	25.063.410,99	26.990.845,74	7,69	31.769.425,15	17,70	33.722.156,32	6,14	35.777.984,85	6,09	37.926.463,91	6,00
Despesa Primária (II)	25.063.410,99	26.990.845,74	7,69	31.759.425,15	17,66	33.712.156,32	6,14	35.767.984,85	6,09	37.916.463,91	6,00
Resultado Primário (I - II)	1.652.482,51	2.092.177,67	26,60	-335.625,00	-116,04	-349.406,26	4,10	-363.876,58	4,14	-388.109,16	6,65
Resultado Nominal			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
Dívida Pública Consolidada			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
Dívida Consolidada Líquida			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2017	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%	2022	%
Receita Total	29.181.528,68	30.484.559,46	4,46	31.769.425,15	4,21	32.116.339,35	1,09	32.605.472,38	1,52	33.077.327,67	1,44
Receita Primária (I)	28.965.371,73	30.391.759,46	4,92	31.423.800,15	3,39	31.774.047,67	1,11	32.264.748,26	1,54	32.730.119,26	1,44
Despesa Total	27.173.750,19	28.205.433,79	3,79	31.769.425,15	12,63	32.116.339,35	1,09	32.605.472,38	1,52	33.077.327,67	1,44
Despesa Primária (II)	27.173.750,19	28.205.433,79	3,79	31.759.425,15	12,60	32.106.815,54	1,09	32.596.359,10	1,52	33.068.606,23	1,44
Resultado Primário (I - II)	1.791.621,53	2.186.325,66	22,03	-335.625,00	-115,35	-332.767,86	-0,85	-331.610,84	-0,34	-338.486,97	2,07
Resultado Nominal			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
Dívida Pública Consolidada			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00
Dívida Consolidada Líquida			0,00		0,00		0,00		0,00		0,00

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2017	2018	2019	2020	2021	2022
2,95	3,75	4,50 *	5,00 *	4,50 *	4,50 *
VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor Corrente x 1,0842	Valor Corrente x 1,0450	Valor Corrente x 1,0000	Valor Corrente / 1,0500	Valor Corrente / 1,0973	Valor Corrente / 1,1466

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE

NOVA MARINGÁ,12 de Julho de 2019

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
II.a - DESPESAS
EXERCÍCIO DE 2020

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF **R$ 1,00**

Pessoal e Encargos Sociais

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017	11.706.372,23	
2018	13.636.145,36	16,48
2019	12.321.909,80	-9,63
2020	14.950.000,00	21,32
2021	15.847.000,00	6,00
2022	16.800.000,00	6,01

Notas:

Juros e Encargos da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017		
2018		
2019	5.000,00	100,00
2020	5.000,00	
2021	5.000,00	
2022	5.000,00	

Notas:

Outras Despesas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017	12.487.118,51	
2018	11.430.978,31	-8,45
2019	11.325.657,25	-,92
2020	11.312.111,16	-,11
2021	12.198.993,53	7,84
2022	12.931.153,11	6,00

Notas:

Investimentos

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017	869.920,25	
2018	1.923.722,07	121,13
2019	8.029.900,00	317,41
2020	6.995.000,00	-12,88
2021	7.626.500,00	9,02

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

II.a - DESPESAS

EXERCÍCIO DE 2020

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF **R$ 1,00**

2022	8.084.090,00	6,00

Notas:

Amortização da Dívida

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017		
2018		
2019	5.000,00	100,00
2020	5.000,00	
2021	5.000,00	
2022	5.000,00	

Notas:

Reserva de Contingência + Reserva do RPPS

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017		
2018		
2019	81.958,10	100,00
2020	455.045,16	455,21
2021	95.491,32	-79,01
2022	101.220,80	6,00

Notas:

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I.a - RECEITAS
EXERCÍCIO DE 2020

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF **R$ 1,00**

Receita Tributária

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017	3.135.920,03	
2018	3.363.522,56	7,25
2019	3.214.695,71	-4,42
2020	3.426.295,13	6,58
2021	3.654.243,97	6,65
2022	3.873.498,60	5,99

Notas:

Receita de Contribuições

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017	148.791,65	
2018	130.398,77	-12,36
2019	192.937,50	47,95
2020	202.584,38	5,00
2021	212.713,59	4,99
2022	225.476,40	5,99

Notas:

Receita Patrimonial

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017	168.280,15	
2018	88.803,83	-47,22
2019	137.812,50	55,18
2020	144.703,13	5,00
2021	151.938,29	5,00
2022	161.054,58	5,99

Notas:

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS

I.a - RECEITAS
EXERCÍCIO DE 2020

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF **R$ 1,00**

Receita de Serviços

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017	335.656,34	
2018	395.454,66	17,81
2019	179.400,00	-54,63
2020	182.788,00	1,88
2021	186.243,76	1,89
2022	197.418,38	5,99

Notas:

Transferências Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017	22.065.780,75	
2018	23.499.983,25	6,49
2019	26.424.579,44	12,44
2020	27.345.785,68	3,48
2021	29.952.845,24	9,53
2022	31.750.015,95	5,99

Notas:

Outras Receitas Correntes

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017	507.901,36	
2018	162.042,01	-68,09
2019	100.000,00	-38,28
2020	100.000,00	
2021	100.000,00	
2022	106.000,00	6,00

Notas:

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS
I.a - RECEITAS
EXERCÍCIO DE 2020

Art. 4º, § 2º, inciso II da LRF **R$ 1,00**

Alienação de Bens

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017	199.370,00	
2018		-100,00
2019	70.000,00	100,00
2020	70.000,00	
2021	70.000,00	
2022	76.000,00	8,57

Notas:

Transferências de Capital

Metas Anuais	Valor Nominal - R$	Variação %
2017	353.563,22	
2018	1.620.425,99	358,31
2019	1.450.000,00	-10,51
2020	2.250.000,00	55,17
2021	1.450.000,00	-35,55
2022	1.537.000,00	6,00

Notas:

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2020

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III) **R$ 1,00**

RECEITAS REALIZADAS	**2018 (a)**	**2017 (b)**	**2016 (c)**
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)			
Alineação de Bens Móveis		199.370,00	
Alineação de Bens Imóveis			
Alineação de Bens Intangíveis			
Receita de Rendimentos de Aplicações Financeiras	66,47	2.555,36	

DESPESAS LIQUIDADAS	**2018 (d)**	**2017 (e)**	**2016 (f)**
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos		199.000,00	
Inversões Financeiras			
Amortização da Dívida			
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social			
Regime Próprio de Previdência dos Servidores			

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO	**2018 (g) = ((Ia - IId) + f)**	**2017 (h)=((Ib - IIe) + f)**	**2016 (i) = (Ic - IIf)**
VALOR(III)	**2.991,83**	**2.925,36**	

Fonte: PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT
Notas:

ESTADO DE MATO GROSSO - PREFEITURA DE NOVA MARINGÁ - MT
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO DE 2020

ARF (LRF, art. 4º, § 3º) **R$ 1,00**

RISCOS FISCAIS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
EPIDEMIAS	20.000,00	ABERTURA DE CREDITOS ADICIONAIS A PARTIR	70.000,00
ENCHENTES E OUTRAS SITUACOES DE	50.000,00	DA RESERVA DE CONTINGENCIA	
CALAMIDADES			
TOTAL	70.000,00	TOTAL	70.000,00

Fonte: PREFEITURA DE NOVA MARINGA MT

Notas:

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 1.006 DE 12 DE JULHO DE 2019.

Súmula:"*Altera Lei nº 929 de 13 de Dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021, visando a adequação à LDO e LOA dos exercícios de 2020 a 2021.*".

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º. Ficam incluídas na Lei nº 929 de 13 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021, as ações e metas previstas para os exercícios de 2020 a 2021, conforme anexo I desta Lei.

Art. 2º. Fica alterada a Lei nº 929 de 13 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021, referentes as ações e metas previstas para os exercícios de 2020 a 2021, conforme anexo II desta Lei.

Art. 3º. As metas físicas e financeiras das ações alteradas passam a vigorar no Plano Plurianual referente aos exercícios de 2020 a 2021 com os valores constantes do anexo II desta Lei.

Art. 4º. Ficam excluídas da Lei nº 929 de 13 de dezembro de 2017 – Plano Plurianual 2018/2021, as ações e metas previstas para os exercícios de 2020 a 2021, conforme anexo III desta Lei.

Art. 5°. Ficam mantidos os demais Programas, projetos e Atividades, artigos e anexos constantes da Lei Municipal nº 929/2017.

Art. 6º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 12 de julho de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 37.464.831/0001-24
Gestão 2017-2020

ANEXO I DA LEI Nº 1.006/2019

R$ 1,00

Programa: 0023 - MAC - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE						
Ação	**Tipo**	**Produto (Bem ou Serviço)**			**Unidade de Medida**	
Função/SubFunção		**Metas Físicas**				
Órgão / Unidade Orçamentária		**Metas Financeiras**				
2.115 - REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS CIRÚRGICOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	**A**	**UNID**			**UND**	
10 - 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		**2018**	**2019**	**2020 10**	**2021**	**TOTAL 10**
07 - 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		**0,00**	**-**	**10.000,00**	**-**	**10.000,00**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ

ESTADO DE MATO GROSSO

CNPJ 37.464.831/0001-24

Gestão 2017-2020

ANEXO II DA LEI Nº 1.006/2019

R$ 1,00

Programa: 0003 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.097 - CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE DA PREFEITURA	P	UNIDADE			UNIDADE	
04 - 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		2018 0,25	2019 0,25	2020 0,25	2021 0,25	TOTAL 1
03 - 001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		300.000,00	70.000,00	50.000,00	300.000,00	720.000,00

Programa: 0003 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.121 - REFORMA DE PÉDIOS PÚBLICOS	P	UNID			UND	
04 - 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		2018	2019 2	2020 2	2021	TOTAL 4
03 - 001 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO		0,00	30.000,00	30.000,00	-	60.000,00

Programa: 0011 - INTEGRAÇÃO PELO ESPORTE						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.109 - APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS ESPORTIVOS	A	UNID			UNID	
27 - 812 - DESPORTO COMUNITÁRIO		2018	2019 4	2020 4	2021	TOTAL 8
05 - 003 - DEPARTAMENTO DE ESPORTES		0,00	20.000,00	20.000,00	-	40.000,00

Programa: 0010 - PRODUÇÃO E EXPANSÃO CULTURAL						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.125 - CONFECÇÃO DO ATLAS ESCOLAR, HISTÓRICO, CULTURAL E GEOGRÁFICO DO MUNICÍPIO	P	CONJUNTO			CONJUNTO	
13 - 392 - DIFUSÃO CULTURAL		2018	2019 1	2020 1	2021	TOTAL 2
05 - 002 - DEPARTAMENTO DE CULTURA		0,00	100.000,00	30.000,00	-	130.000,00

Programa: 0023 - MAC - MEDIA E ALTA COMLEXIDADE						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.082 - MANUT. CONV. CONSORCIO INTERMUNICIPAL DE SAUDE VALE DO TELES PIRES	A	MÊS			MÊS	
10 - 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		2018 12	2019 12	2020 12	2021 12	TOTAL 48
07 - 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		500.000,00	300.000,00	300.000,00	500.000,00	1.600.000,00

Programa: 0017 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS PÚBLICOS						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.100 - CONSTRUÇÃO DE BARRACAO PARA MAQUINAS, ALMOXARIFADO ECENTRO DE MULTIPLO USO	P	MÊS			MÊS	
04 - 122 - ADMINISTRAÇÃO GERAL		2018 12	2019 12	2020 12	2021 12	TOTAL 48
06 - 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS		500.000,00	300.000,00	300.000,00	500.000,00	1.600.000,00

Programa: 0022 - ATENCAO BASICA A SAUDE			
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade de Medida
Função/SubFunção		Metas Físicas	

Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.113 - MANUTENCAO E AMPLIACAO DAS ACÇÕES DA ATENÇÃO BÁSICA	A	MÊS			MÊS	
10 - 301 - ATENÇÃO BÁSICA		2018	2019 12	2020 12	2021	TOTAL 24
07 - 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	140.000,00	150.000,00	-	290.000,00

Programa: 0023 - MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.112 - AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VIA CONSORCIO	A	MÊS			MÊS	
10 - 303 - SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO		2018	2019 12	2020 12	2021	TOTAL 24
07 - 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE		0,00	200.000,00	200.000,00	-	400.000,00

Programa: 0029 - PROTEÇÃO SOCIAL						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.123 - AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIARIO PARA O FUNDO SOCIAL	P	UNID			UNID	
08 - 244 - ASSISTÊNCIA COMUNITARIA		2018	2019 5	2020 5	2021	TOTAL 10
09 - 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		0,00	10.000,00	10.000,00	-	20.000,00

Programa: 0009 - EDUCAÇÃO ESPECIAL						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.018 - APOIO À ATIVIDADES DA APAE	A	UNID			UNID	
12 - 367 - EDUCAÇÃO ESPECIAL		2018	2019 5	2020	2021	TOTAL 5
05 - 001 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO CULTURA E ESPORTES		180.000,00	180.000,00	240.000,00	180.000,00	780.000,00

Programa: 0019 - PROGRAMA DE INFRA ESTRUTURA			
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)	Unidade de Medida

Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.040 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE PRAÇAS	P	MÊS			MÊS	
15 - 451 - INFRA ESTRUTURA URBANA		2018 1	2019 1	2020 1	2021 1	TOTAL 4
06 - 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS		100.000,00	100.000,00	50.000,00	100.000,00	350.000,00

Programa: 0031 - CASA PRÓPRIA						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.070 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS	P	UNID			UNID	
16 - 482 - HABITAÇÃO URBANA		2018 15	2019 15	2020 10	2021 15	TOTAL 5
09 - 002 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL		225.000,00	225.000,00	150.000,00	225.000,00	825.000,00

Programa: 0037 - GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.114 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	A	UNID			UNID	
04 - 124 - CONTROLE INTERNO		2018	2019 8	2020 12	2021	TOTAL 24
14 - 001 - CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO			65.000,00	110.000,00		175.000,00

Programa: 0020 - TRANSPORTE E INTEGRACAO						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
1.042 - CONSTRUÇÃO RECUPERACAO E MANUTENCAO DE ESTRADAS	P	MÊS			MÊS	
26 - 782 - TRANSPORTE RODOVIARIO		2018 250	2019 250	2020 150	2021 250	TOTAL 900
06 - 001 - SECRETARIA DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS		250.000,00	250.000,00	150.000,00	100.000,00	250.000,00

Programa: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
9.999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	A	REAL			REAL	
99 - 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		2018 1	2019 1	2020 1	2021 1	TOTAL 4
99 - 999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA		71.659,97	81.958,10	455.045,16	95.491,32	704.154,55

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MARINGÁ
ESTADO DE MATO GROSSO
CNPJ 37.464.831/0001-24
Gestão 2017-2020

ANEXO III DA LEI Nº 1.006/2019

R$ 1,00

Programa: 0023 - MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE						
Ação	Tipo	Produto (Bem ou Serviço)			Unidade de Medida	
Função/SubFunção		Metas Físicas				
Órgão / Unidade Orçamentária		Metas Financeiras				
2.079 - FIRMAR CONVÊNIO COM O INSTITUTO LIONS DA VISÃO	A	UNID			UND	
10 - 302 - ASSISTÊNCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL		2018 1	2019 1	2020	2021	TOTAL 2
07 - 002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		30.000,00	30.000,00	-	-	60.000,00

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 1.005 DE 12 DE JULHO DE 2019.

Súmula:*"Dispõe sobre a alteração da Lei Municipal nº 830 de 22 de maio de 2015 e dá outras providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º. Fica alterado o disposto pelo caput e § 2º. do art. 41 da Lei Municipal nº 830 de 22 de maio de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 41. Cada Conselho Tutelar será composto por 05 (cinco) membros, escolhidos pela população local, para mandato de 04 (quatro) anos, permitida recondução por novos processos de escolha.

(...)

§ 2º. A recondução, permitida por sucessivas vezes, consiste na outorga do direito de concorrer ao cargo por mais um período ao conselheiro tutelar titular do cargo ou suplente que tiver exercido a função de titular nos últimos 12 (doze) meses que antecedem a inscrição.

(...)

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 01 de julho de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

PROCURADORIA JURIDÍCA
LEI Nº 1.004 DE 12 DE JULHO DE 2019.

Súmula:*"Dispõe sobre a autorização para o Poder Executivo Municipal celebrar Termo de Convênio com a Cooperativa Agropecuária de Nova Maringá – COOPER NOVA MARINGÁ e dá outras providências".*

JOÃO BRAGA NETO, Prefeito Municipal de Nova Maringá Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 54, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Termo de Convênio com a Cooperativa Agropecuária de Nova Maringá – COOPER NOVA MARINGÁ, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob nº. 24.378.400/0001-01, com a finalidade específica de fomentar a produção leiteira no Município de Nova Maringá – MT.

Art. 2º. Os objetivos, obrigações, responsabilidades, prazo de validade, hipóteses de rescisão e demais condições estão estabelecidas no Termo de Convênio constante do Anexo Único, parte integrante desta Lei.

Art. 3º. As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias vigentes, suplementadas se necessário.

Art. 4º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Maringá - MT em 12 de julho de 2019.

João Braga Neto

Prefeito Municipal

ANEXO ÚNICO

TERMO DE CONVÊNIO

O **MUNICÍPIO DE NOVA MARINGÁ**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica sob o n°. 37.464.831/0001-24, com sede executiva localizada na Av. Bernardino Zanchet, n°. 50E, Centro, Município de Nova Maringá/MT, ora denominado simplesmente de CONCEDENTE, neste Ato representado pelo Prefeito, Sr. JOÃO BRAGA NETO, brasileiro, casado, Prefeito de Nova Maringá/MT, portador da Cédula de Identidade n°. 3026855 SSP/PR, devidamente inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n°. 424.993. 729-15, endereço eletrônico: jbraganeto@hotmail.com, residente e domiciliado na Rua Eugênio Braga, n°. 01, Bairro Jardim Europa, Município de Nova Maringá/MT, Cep: 78.445-000, e, de outro lado, a **COOPERATIVA AGROPECUÁRIA DE NOVA MARINGÁ – COOPER NOVA MARINGÁ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o NO 24.378. 400/0001-01, com sede em XXXXXX", doravante denominada simplesmente CONVENENTE, representada, neste ato, por seu Presidente, Sr xxxxxxxxx, (nacionalidade), (estado civil), (profissão), CPF: XXXXXXXX, RG XXXXXXX, residente na xxxxxxxxx

RESOLVEM acordar, por força do presente instrumento, com fulcro na Lei n.0 8.666/93, e Lei Municipal nº xxx/2019 o presente **TERMO DE CONVÊNIO**, que será regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O objeto do presente Convênio é a conjugação de esforços com finalidade específica de fomentar a produção leiteira no Município de Nova Maringá – MT através da disponibilização de um veículo tipo **Caminhão Tanque FORD/CARGO 1419 BS 18/19, Placa QCJ1663, Renavam 01187431122** à CONVENENTE para o transporte da produção de leite dos produtores municipais, cuja contrapartida é a doação de determinada quantidade de leite para as Escolas Públicas Municipais, conforme disposto nas cláusulas deste instrumento. 1.2 O veículo disponibilizado é aquele indicado no Certificado de Registro de Veículo anexo a este Termo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1 – O presente Convênio possui como fundamento legal o disposto pela Lei Nacional nº 8.666/93, Lei Municipal nº xxx/2019 e demais legislações aplicáveis ao caso.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. **DA CONVENENTE:**

São Obrigações da Cooperativa CONVENENTE:

3.1.1. Utilizar o veículo disponibilizado exclusivamente para as finalidades estabelecidas no presente Termo;

3.1.2. Fornecer dados complementares à CONCEDENTE sempre que solicitado;

3.1.3. Excluir a CONCEDENTE de qualquer responsabilidade civil, penal, trabalhista ou previdenciária, decorrentes da execução do objeto do presente Termo.

3.1.4. Arcar com todos os custos de manutenção, revisão, abastecimento, seguro, tributos, reposição de peças e demais despesas concernentes ao veículo disponibilizado, bem como conservá-lo em bom estado de conservação;

3.1.5. Arcar com os custos relacionados à contratação de motoristas e/ou qualquer outro funcionário que venha a conduzir o veículo disponibilizado, não havendo, em qualquer hipótese, transferência de qualquer espécie de responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais à CONCEDENTE.

3.1.6. Responsabilizar-se, exclusivamente, por danos causados à CONCEDENTE ou a terceiros.

3.1.7. Doar o equivalente à, no mínimo, 60 (sessenta) litros de leite por mês a alguma das Escolas Públicas Municipais, conforme indicado previamente pela Secretaria Municipal de Educação;

3.1.7.1. O leite a ser doado deverá ser entregue até, no máximo, o dia 10 (dez) de cada mês no local indicado pela Secretaria Municipal de Educação;

3.1.8. Prestar contas, mensalmente, das quantidades de leite transportadas e doadas, número de produtores atendidos e da boa conservação do veículo disponibilizado na forma de estabelecido pelas Leis e Instruções Normativas de regência;

3.1.8.1. A prestação de contas de que trata esta cláusula deverá ser realizada até o dia 10 de cada mês à Secretaria Municipal de Agricultura;

3.1.9. Prestar contas finais por ocasião do encerramento do presente Termo;

3.1.10. Dar ampla publicidade divulgando em seu site eletrônico ou mural as parcerias celebradas, contendo o objeto, data da assinatura do termo, nome do órgão responsável pela parceria, valores recebidos e a prestação de contas;

3.1.11. Garantir a livre fiscalização dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas ao presente Termo.

3.1.12. Informar à CONCEDENTE sobre qualquer alteração que venha a sofrer em seu quadro ou finalidades;

3.1.13. Responder exclusivamente por todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência da utilização do bem objeto deste Convênio, mesmo nos casos em que envolvam eventuais decisões judicias, ficando eximida a CONCEDENTE de qualquer espécie de solidariedade e responsabilidade.

3.1.14. Restituir o veículo disponibilizado por ocasião da rescisão do presente Convênio;

3.1.15. Em caso de dano ou desaparecimento do veículo disponibilizado por motivo de qualquer natureza, o CONVENENTE deverá indenizar o CONCEDENTE pelo valor equivalente ao bem ou entregar outro veículo de igual ou superior valor;

3.2 - **DA CONCEDENTE**

São Obrigações da CONCEDENTE:

3.2.1 Disponibilizar à CONVENENTE o veículo do tipo **Caminhão Tanque FORD/CARGO 1419 BS 18/19, Placa QCJ1663, Renavam 01187431122**.

3.2.2. Realizar a analise da prestação de contas apresentadas;

3.2.3. Acompanhar a execução do termo, zelando pelo cumprimento das normas estabelecidas, fazendo garantir o direito e os deveres das partes.

3.2.4. Aplicar à CONVENENTE, quando for o caso e depois de garantido o direito ao contraditório e à ampla defesa, as devidas penalidades, bem como notificá-la de sua aplicação;

3.2.5. Cooperar, naquilo que lhe for imputável, para o bom cumprimento do objeto;

CLÁUSULA QUARTA - DO PRAZO DE DURAÇÃO DO TERMO

4.1. O presente convênio terá duração de 01 (um) ano, contado de sua assinatura, podendo ser renovado mediante manifestação de ambas as partes;

CLÁUSULA QUINTA – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO

5.1. A inexecução total ou parcial do presente Termo enseja a sua rescisão unilateral, com as consequências previstas na Lei Federal nº 8.666/93 e demais normas aplicáveis ao caso;

5.2. A rescisão poderá dar-se mediante acordo das partes;

5.3. A intenção de rescindir amigavelmente o presente Termo de Convênio deverá ser publicada em um prazo não inferior a 60 (sessenta) dias;

5.4. A CONVENENTE reconhece neste ato os direitos da CONCEDENTE em caso de rescisão unilateral desse Termo, consoante disposto pelo art. 77 da Lei nº. 8.666/93;

CLÁUSULA SEXTA - DAS VEDAÇÕES

6.1. É vedado à CONVENENTE:

6.1.1. Utilizar o veículo para finalidade alheia ao objeto do Convênio;

6.1.2. Realizar qualquer espécie de divulgação que caracterize promoção pessoal de agentes públicos e políticos, consoante exposto pelo art. 37, § 1º da Constituição Federal.

6.1.3. Doar, emprestar, alugar ou, de qualquer forma e a qualquer título, dispor do veículo para finalidade alheia à prevista pelo objeto deste Convênio;

6.1.4 Deixar o veículo disponibilizado sem utilização por um período superior a 40 (quarenta) dias, salvo motivo justificado, assegurando-se, nesse caso, o direito da CONCEDENTE em realizar a rescisão unilateral da presente Convênio;

6.2. É vedado à CONCEDENTE:

6.2.1. Realizar o repasse de recurso financeiro à CONVENENTE para o custeio de encargos ou ônus que recaiam sobre o veículo disponibilizado;

6.2.2. Arcar com os custos de manutenção, abastecimento, seguro, tributos e demais despesas concernentes ao veículo disponibilizado;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Pela execução do Convênio em desacordo com os termos estipulados neste instrumento, a CONCEDENTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes penalidades:

7.1. advertência;

7.2. suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar termos de fomento, termos de colaboração, convênios e contratos com órgãos e entidades da esfera de governo da Administração Pública sancionadora, por prazo não superior a 02 (dois) anos;

7.3. declaração de inidoneidade para participar em chamamento público ou celebrar termos de fomento, termos de colaboração e contratos com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a XXXXXXXXXXXXXXX ressarcir a administração pelos prejuízos resultantes, e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II deste artigo.

7.4. A sanção estabelecida no item 10.3, conforme o caso, é facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista, podendo a reabilitação ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

CLÁUSULA OITAVA - DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

8.1 - A execução deste Termo de Convênio será acompanhada e fiscalizada pelo Senhor XXXXXXX, matrícula XXXX, XXXXXXXXX, a quem competirá, além de outras previstas na Lei Nacional nº 8.666/93 e Lei Municipal nº xxx/2019, exercer as seguintes atribuições:

8.1.1 Acompanhar e fiscalizar a execução do Convênio;

8.1.2 Informar o superior hierárquico sobre quaisquer fatos que comprometam a execução do convênio e irregularidades na prestação de contas, e sobre as providências para solucioná-las;

8.1.3. Adotar medidas que visem ao bom cumprimento do Convênio;

8.1.4. Notificar a CONVENENTE sobre quaisquer irregularidades encontradas, solicitando os reparos e ajustes que entender necessários;

CLÁUSULA NONA - DA PUBLICAÇÃO

9.1 - Será de responsabilidade da CONCEDENTE, providenciar a publicação deste Termo por extrato, nos termos da legislação vigente;

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES

10.1 - Este Termo poderá ser alterado ou prorrogado, nos casos previstos pelo disposto na Lei n.º 8.666/93, sempre através de Termo Aditivo, numerado em ordem crescente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS CASOS OMISSOS

11.1 - Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes cláusulas, serão resolvidos administrativamente entre as partes, de acordo com a legislação pertinente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA ENTREGA DO BEM

12.1. A entrega do veículo dar-se-á em ato formal em que o CONVENENTE assinará Termo de Recebimento e Compromisso de Utilização, conforme modelo Constante do Anexo I deste instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1 - Fica eleito o foro da Comarca de São José do Rio Claro, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas ou demandas oriundas deste Termo de Fomento.

E, assim por estarem de acordo, ajustados e contratados, após ser lido e achado conforme, as partes, a seguir, firmam o presente Termo, em 02 (duas) vias, de igual teor e forma, para um só efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

Nova Maringá - MT, em xx de xxxxxx de 2019.

EDILSON CEZAR DOS SANTOS COOPER NOVA MARINGÁ

PREFEITO MUNICIPAL

NOVA MARINGÁ – MT

Testemunhas:

1)_____ CPF nº _____ 2)_____

CPF nº _____

ANEXO I DO TERMO DE CONVÊNIO Nº XXX/2019

TERMO DE RECEBIMENTO E COMPROMISSO DE UTILIZAÇÃO

Concedente: Município de Nova Maringá – MT, neste ato representado por seu prefeito, Sr. XXXXXXXX;

Convenente: Cooperativa Agropecuária de Nova Maringá – COOPER NOVA MARINGÁ, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº 24.378.400/0001-01, neste ato representada por seu Presidente, Sr. XXXXXXX, CPF: XXXX, RG: XXXX, residente e domiciliado na xxxxxxxxxx;

Bem Disponibilizado:

Caminhão Tanque FORD/CARGO 1419 BS 18/19, Placa QCJ1663, Renavam 01187431122

Data da Entrega:

Período de Vigência Inicial: 01 (um) ano;

Finalidade de Uso: O bem disponibilizado será destinado ao transporte de leite a granel e apoio aos produtores do Município.

Declarações: A CONVENENTE declara sob as penas da lei que recebeu nesta data o veículo objeto do Convênio nº XXX/2019 em perfeito estado de conservação e que assume inteira responsabilidade sob a gestão, manutenção, seguro, encargos tributários, abastecimento, reposição de peças e custos relacionados à operacionalização do veículo, bem como de que o manterá em bom estado de conservação durante toda a vigência do ajustado.

Declara ainda que, nesta oportunidade, vistoriou o veículo e que neste ato tomou posse do mesmo.

_____

Presidente da COOPER NOVA MARINGÁ

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE

LICITAÇÃO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL - PREGÃO PRESENCIAL Nº. 30/2019

AVISO DE PRORROGAÇÃO DE EDITAL

Pregão Presencial Nº. 30/2019

Processo Administrativo 3716/2019

A Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, localizada na Av. Mato Grosso, nº. 51, Centro, através de seu Pregoeiro Oficial Johnny Bernatzky, designado pelo Decreto nº. 007/2019 de 21 de Janeiro de 2019, comunica aos interessados, a **PRORROGAÇÃO** da data da sessão de abertura e julgamento de propostas para a licitação na modalidade Pregão Presencial Nº. 30/2019, Processo Administrativo 3716/2019, que tem por objeto o *REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NO FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE APOIO AS ATIVIDADES*

OPERACIONAIS SUBSIDIÁRIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE – MT PARA UM PERÍODO DE 12 MESES,**para o dia 30/07/2019 às 08:00 horas (**horário local), tendo em vista a necessidade de readequação da rotina de serviços no Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, mantendo-se inalterados todos os demais dispositivos contidos no edital da mencionada licitação.

O Edital completo contendo as instruções continua à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, no site www.novamonteverde.mt.gov.br, no campo **Publicações - Editais - 2019 - Geral**. Demais informações pelo telefone (66) 3597-2800.

Nova Monte Verde, 15 de Julho de 2019.

JOHNNY BERNATZKY

Pregoeiro Oficial

Decreto 007/2019

Publique-se.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

PREFEITURA MUNICIPAL
RESOLUÇÃO Nº. 003 DE 15 DE JULHO DE 2.019.

Dispõe sobre designação de Membros para comporem COMISSAO DE ACOMPANHAMENTO de projeto de lei que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Nazaré/MT– CMDPI/NN, e dá outras providências.

O **CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA NAZARÉ/MT – CMDPI/NN/MT**, no uso de suas atribuições legais que confere Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994, Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, Lei Municipal N° 467 de 14 de julho 2016 e, em conformidade com a **DELIBERAÇÃO DO PLENO DO CONSELHO** em **Reunião Extraordinária** no dia 15 de julho de 2019, nas dependências do Cetro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Nova Nazaré –, Considerando as deliberações e debates junto ao conselho quanto a necessidade designar comissão de acompanhamento do projeto de lei supracitado,

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar comissão de acompanhamento do projeto de lei que cria o Fundo Municipal dos Direitos Idoso.

Parágrafo Único: Tendo em vista a relevância pública dos Conselhos Municipais, a participação de conselheiros em comissão não possuem remuneração de espécie alguma.

Artigo 2º - Ficam designados(as) os conselheiros(as) na presente comissão:

I) Alderina Villan (Conselheira Titular); II) Divino Donizete Martins (Conselheiro Titular); III) Marcia Ferreira Coelho Alves Maracaipe (Conselheira Titular); IV) Severina Nazário da Rocha (Conselheira Titular).

Parágrafo Único: Findado o prazo do exercício o prazo de tramitação do referido projeto de lei e, após a aprovação da lei que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, a presente comissão fica destituída.

Artigo 3º - as atribuições da comissão de acompanhamento estão descritas no art. 2º da Lei Municipal 467/2016, que cria o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e determina suas atribuições e competências.

Artigo 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré/MT, 15 de Julho de 2.019.

AURELINO SILVA DA CONCEIÇÃO

Presidente do CMDPI - Decreto nº 501/2017 Nova Nazaré/MT

PREFEITURA
RESOLUÇÃO Nº. 003 DE 15 DE JULHO DE 2.019.

RESOLUÇÃO Nº. 003 de 15 de Julho de 2.019.

Dispõe sobre designação de Membros para comporem COMISSAO DE ACOMPANHAMENTO de projeto de lei que cria o Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa de Nova Nazaré/MT– CMDPI/NN, e dá outras providências.

O **CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA DE NOVA NAZARÉ/MT – CMDPI/NN/MT**, no uso de suas atribuições legais que confere Lei n.º 8.842, de 4 de janeiro de 1994, Lei n.º 10.741, de 1.º de outubro de 2003, Lei Municipal N° 467 de 14 de julho 2016 e, em conformidade com a **DELIBERAÇÃO DO PLENO DO CONSELHO** em **Reunião Extraordinária** no dia 15 de julho de 2019, nas dependências do Cetro de Referência da Assistência Social (CRAS) de Nova Nazaré –, Considerando as deliberações e debates junto ao conselho quanto a necessidade designar comissão de acompanhamento do projeto de lei supracitado,

RESOLVE:

Artigo 1º - Designar comissão de acompanhamento do projeto de lei que cria o Fundo Municipal dos Direitos Idoso.

Parágrafo Único: Tendo em vista a relevância pública dos Conselhos Municipais, a participação de conselheiros em comissão não possuem remuneração de espécie alguma.

Artigo 2º - Ficam designados(as) os conselheiros(as) na presente comissão:

I) Alderina Villan (Conselheira Titular); II) Divino Donizete Martins (Conselheiro Titular); III) Marcia Ferreira Coelho Alves Maracaipe (Conselheira Titular); IV) Severina Nazário da Rocha (Conselheira Titular).

Parágrafo Único: Findado o prazo do exercício o prazo de tramitação do referido projeto de lei e, após a aprovação da lei que dispõe sobre a criação do Fundo Municipal de Direitos da Pessoa Idosa, a presente comissão fica destituída.

Artigo 3º - as atribuições da comissão de acompanhamento estão descritas no art. 2º da Lei Municipal 467/2016, que cria o Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e determina suas atribuições e competências.

Artigo 4º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Nova Nazaré/MT, 15 de Julho de 2.019.

AURELINO SILVA DA CONCEIÇÃO

Presidente do CMDPI - Decreto nº 501/2017 Nova Nazaré/MT

CAMARA
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA 002/2019.

"TERMO DE CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ-MT, E A CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ - MT, PARA FINS QUE SE ESPECIFICA."

O Município de Nova Nazaré - MT, pessoa jurídica de direito público, com sede na Avenida Jorge Amado nº. 901 centro, inscrito no **CNPJ sob n. 04. 202.280/0001-71**, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **João Teodoro Filho**, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade RG nº 2219064 SSP/GO e CPF n° 645.061.931-72, domiciliado à AV. Jorge Amado s/nº, Centro, CEP: 78.638-000, e de outro a Câmara Municipal de Nova Nazaré –MT, inscrita no **CNPJ sob o nº 04.224.394/0001-84**, com sede na Rua Frei Arthur Augustine s/n, na Cidade de Nova Nazaré – MT,

neste ato representada pela Srº. **Márcio Tulio Ribeiro Gonçalves**, Presidente em exercício, brasileiro, inscrito no CPF nº 701.088.331-84 e RG nº 5963520 SSP/ GO, domiciliado Frei Arthur Augustine s/n, na cidade de Nova Nazaré – MT, denominado como CONVENENTE, resolvem celebrar o presente Termo de apoio e Cooperação Técnica, sob a égide da Lei Orgânica Municipal em seu Art. 105, e no que couber da Lei Federal nº 8. 666/93 e Lei 10.520/2002, Mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA O OBJETO:

Constitui objetivo deste termo de cooperação técnica o apoio técnico operacional à Câmara Municipal de Nova Nazaré – MT, na realização de licitações, em qualquer uma de suas modalidades previstas nas Leis 8.666/ 1993 e 10.520/2002 e 8.666/1993 e alterações posteriores, por intermédio da Comissão permanente de Licitação do Município de Nova Nazaré - MT, pregoeiro e sua equipe de apoio devidamente designadas, por ato do Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - Ficara a cargo da Comissão de Licitação e Pregoeiro do Município de Nova Nazaré, conforme modalidade a ser escolhida, todos os atos referentes as fases licitatórias estabelecidas nas Leis 10.520/2002 e 8.666/ 1993, para a devida condução do certame.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS RECURSOS FINANCEIROS:

Para execução desse termo de cooperação técnica, a câmara municipal arcara, com os custos relativos a cada um dos procedimentos licitatórios que se fizerem necessários.

C**LÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES ENTRE AS PARTES:**

1 – DO MUNICIPIO

A) Ao Município de nova Nazaré – MT**, caberá disponibilizar sua comissão de licitação, pregoeiro e equipe de apoio** para realização da Licitações realizadas pela Câmara Municipal de Nova Nazaré - MT.

B) Encaminhar para Câmara Municipal, todas as impugnações e pedidos de esclarecimentos para apreciação do setor responsável junto a Câmara Municipal de Nova Nazaré – MT.

2 – DA CAMARA MUNICPAL

A) Informar ao Município de Nova Nazaré – MT, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, intenção de realizar processo licitatório nos termos desse termo de cooperação.

B) Efetuar os pagamentos conforme estabelecido na clausula segunda assim que se findar cada procedimento.

c) Arcar com quaisquer ônus pecuniários decorrentes da execução desse termo de cooperação.

CLAUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA

O prazo de Vigência desse termo inicia-se no ato de assinatura deste, e, encerra-se na data de **31/12/2019**.

CLAUSULA QUINTA – DAS PUBLICAÇÕES

A Publicação deste termo de Cooperação técnica e condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Câmara municipal de Nova Nazaré –MT.

CLAUSULA SEXTA – DAS CONDIÇÕES GERAIS

§ 1º - Este termo poderá ser rescindido automaticamente, por superveniência de norma Legal ou evento que o torne material e formalmente inexequível, ou por vontade das partes, bastando nesse caso comunicação prévia com 30 dias de antecedência e desde de que não haja nenhum processo licitatório em curso.

CLÁUSULA SETIMA – DO FORO:

Fica eleito o foro da comarca de Água Boa - MT, a que esta vinculada o município, para dirimir as dúvidas oriundas do presente termo, que não forem solucionados amigável e administrativamente, com recusa expressa de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem justos e acordados assinam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e valor e para todos os efeitos legais.

Nova Nazaré/MT, 11 de Julho de 2019.

_____

João Teodoro Filho

Prefeito Municipal

_____

Marcio Túlio Ribeiro Gonçalves

Presidente da Câmara Municipal

Testemunhas:

1 - _____

A**ntonielson Rodrigues de Souza júnior**

CPF: 024.463.281-21

2- _____

Rodrigo de Oliveira Ramos

CPF: 830.964.181-87

PREFEITURA MUNICIPAL
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 047/2017, QUE ENTRE SI FAZEM A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ – MT. E W.V. DOS REIS - ME.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pelo Prefeito Municipal o Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, denominado simplesmente de **CONTRATANTE,** e de outro lado a empresa **W.V. DOS REIS - ME**, inscrita no CNPJ/ sob o nº **no CNPJ nº 17.454.154/0001-56**, estabelecida na cidade Ribeirao Cascalheira, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada por **WILSON VEIRA REIS**, ocupando o cargo de Representante, RG nº 623.066 SSP/MT e CPF nº 451.798.321-87, firmam o presente **ADITIVO DE PRORROGAÇÃO E EQUILIBRIO ECONOMICO-FINANCEIRO**, conforme decidido no Processo de Pregão Presencial nº 002/2017, que se regerá por toda a legislação aplicável à espécie, em conformidade com a Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações pela Lei Municipal nº 504/2017, e pelas cláusulas e condições adiante vistas e acordadas.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente aditivo tem fundamento no Artigo 57, inciso II e Artigo 65, inciso II, alínea “d” da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

CLAUSULA PRIMEIRA – DOS DOCUMENTOS

1.1 – Fazem parte do presente termo aditivo, independente de transição todos os elementos que compõem o processo de licitação na modalidade **convite n.º 002/2017**, **que tem por objeto contratação de empresa especializada em serviços técnicos de locação de sistemas integrados de gestão pública, incluindo permissão do direito de uso dos softwares, conversão de dados, acompanhamento operacional, treinamento, suporte técnico permanente e atualizações,** devidamente homologado pelo Prefeito Municipal, nos termos da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores e o contrato originário.

CLAUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1 - Constitui objeto do presente Termo Aditivo:

I - prorrogação da vigência do contrato originário, a Cláusula Quarta – do Prazo de Execução e da Prorrogação do Contrato**;**

II – Reajuste de preços visando reestabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, corrigido pelo **IGPM/FGV de junho de 2017 à maio de 2019, no total de 12,257060%,** conforme clausula terceira, inciso 3.4 do contrato.

CLAUSULA TERCEIRA - DA ALTERAÇÃO E DOS VALORES

3.1 - Fica acrescentada à Cláusula Terceira, ao contrato originário o total de **180 (cento e oitenta) dias,** ficando avigência estendida até o **dia 29/11/2019,** podendo ser rescindido antes desse prazo caso haja a realização de novo processo licitatório.

Parágrafo Único: Na hipótese da extinção do contrato pela conclusão de novo procedimento licitatório, a **CONTRATADA** deverá ser notificada com o prazo mínimo de **30 (trinta) dias de antecedência** da data de cessação da prestação dos serviços, por ofício da autoridade competente.

3.2 – Com a acréscimo constante na clausula primeira, inciso II, bem como, o reajuste de preços mencionado no inciso II da mesma clausula segunda, o valor mensal do contrato passará a ser de **R$ 11.786,99 (onze mil, setecentos e oitenta e seis reais e noventa e nove centavos).**

3.3 – Fica **acrescido a**o contrato originário o valor total de **R$ 70.721,94 (setenta mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos)** que passa a fazer parte integrante do processo e será pago mensalmente.

3.3.1 – Com o acréscimo constante no item 3.3, a Cláusula Terceira, inciso 3.1, do contrato originário passará a ser de **R$ 322.721,94 (trezentos e vinte e dois mil, setecentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos),** atendendo o que dispõe a Lei Municipal 504/2017, artigo 1º, inciso II, alínea “a”.

CLAUSULA QUARTA - DA JUSTIFICATIVA

4.1 - A Administração optou em promover a renovação do Contrato em epígrafe por razões econômicas e financeiras, visto que o advento da prorrogação é economicamente viável e vantajoso para a Administração Pública, uma vez que os serviços prestados pela Contratada são de qualidade e têm atendido a contento as necessidades da Contratante, além do que os serviços não podem sofrer interrupção, pois são essenciais para as atividades da Contratante, uma vez sendo interrompidos poderão causar prejuízo tanto para a Administração como para a sociedade, bem como, o reequilíbrio econômico-financeiro consta na clausula terceira, inciso 3.4 do contrato originário.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E FORO

5.1 – O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato Originário e o 1º termo aditivo.

5.2 - As demais Cláusulas do Contrato original e 1º termo aditivo permanecem inalteradas.

5.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Agua Boa, Estado de Mato Grosso, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir as questões oriundas do presente contrato.

Nova Nazaré – MT., 28 de Maio de 2019.

_____

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA NAZARÉ

JOÃO TEODORO FILHO

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE:

_____

W.V. DOS REIS - ME

WILSON VEIRA REIS

CONTRATADA:

_____

LUCIENE LEITE DA SILVA

CPF n° 014.303.071-02

FISCAL DO CONTRATO

Testemunhas:

Assinatura: ..... Assinatura: ....

Nome: Alessandro Ap. M. Ubeda Nome: Nubia Matildes de Carvalho

C.P.F. nº 695.236.149-91 C.P.F. nº 001.870.101-96

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 010/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 013/2019

PROCESSO Nº. 037/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO**, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **VILSON LUIS MALLMANN 65059077187**, devidamente inscrita no CNPJ nº 30.360.182/0001-72, com sede à Rodovia MT 240 – sitio da Esperança, Zona Rural, Município de Nova Nazaré-MT, representada pelo **Sr. Vilson Luis Mallmann**, portador do CPF nº 650.590.771-87 e RG nº 2686955-1 SSP/MT**, nas quantidades estimadas no Item 1 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de Pregão Presencial nº. 013/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para serviços diários com caminhão pipa, conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade Pregão Presencial nº 013/2019, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. JOÃO TEODORO FILHO, disposta no **Processo nº 037/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	R$ unt	R$ total
1	06	Mês	**CAMINHÃO TRUCK COM TANQUE PIPA COM CAPACIDADE MINIMA DE 15.000 LITROS** com bomba para carregamento, barra espargidora e bomba com bico pavão - ***com despesas de manutenção mecânica e motorista por conta do contratado e o óleo diesel por conta do município.***	**10. 000,00**	**60. 000,00**

3.2 - CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO

3.2.1 - Despesas com manutenção do caminhão pipa (manutenção mecânica, manutenção elétrica, peças e pneus), serão de responsabilidade exclusiva a cargo da CONTRATADA.

3.2.2 – O caminhão deverá e será:

a - Estar com os equipamentos obrigatórios em perfeito estado de funcionamento e com a documentação totalmente regularizada e de acordo com o código de trânsito vigente.

b - obrigatoriamente conter odômetro/velocímetro.

c - Ficar a disposição por período integral igual ao solicitado pelo Contratante;

d - Será vistoriado por um representante do Contratante, o qual poderá eliminar qualquer veículo, que não corresponda com o objeto licitado.

3.2.3 - No caso de ocorrer quebra do caminhão, este deverá ser substituído de imediato, e comunicar a contratante.

3.2.4 - O valor será utilizado para o pagamento da locação tanto no período diurno, como no noturno ou quando excepcionalmente requisitado aos domingos e feriados, não havendo variação do preço em virtude do horário e do dia;

3.2.5 - O compromisso para a locação só estará caracterizado após o recebimento da **"Ordem de Serviço"** ou instrumento equivalente e/ou da competente Nota de Empenho, que deverá conter obrigatoriamente: data, número do processo, número da Nota de Empenho, prazo que ficará a disposição da contratante, carimbo e assinatura do responsável;

3.2.6 - A jornada de trabalho será de no mínimo, **08 (oito) horas por dia**;

3.2.7 - Os trabalhos deverão ser iniciados de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Viação e Transportes, de segunda a sábado, e caso seja necessário, sendo a execução de serviços considerados urgentes, nos dias de domingos e feriados, sem variação de preço em virtude do horário e dia;

3.2.8 – o vencedor fica obrigado a atender todas as ordens de serviço expedidas durante a vigência do contrato, dentro da qualidade estabelecida, podendo haver atendimento além da prevista, a critério da administração, mediante prévia justificativa, e com a anuência da contratada, devidamente formalizada no processo e aprovação das máquinas oferecidas;

3.2.9 – O caminhão deverá estar em perfeitas condições de limpeza, uso e manutenção, devendo a contratada substituir aquele que não atender esta exigência, imediatamente, após a notificação formal da Secretaria Municipal competente;

3.2.10 - A Contratada se obriga a socorrer o caminhão que apresentar defeito ou sofrer acidente, consertando-o no próprio local, quando possível, ou então substituí-los de imediato a critério da fiscalização da Municipalidade. Nestes casos ou mesmo quando da parada para manutenção preventiva , será tolerada a sua substituição por no máximo 02 (dois) dias corridos;

3.2.11 - No caso da ocorrência de apreensão ou remoção do caminhão, as despesas decorrentes da retirada, guincho e outras, correrão por conta da contrata, sem prejuízo da sua pronta substituição;

3.2.12 - Os serviços serão executados na sede do Município e estradas não pavimentadas no município e deverá atender as exigências constantes no **Termo de Referência – Anexo I.**

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS GERENCIADOR

4.1 – O órgão gerenciador desta ata de preços **é a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos e órgão participante a Secretaria Municipal de Viação e Transportes**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à **autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais**, à Ata de Registro de Preços a ser

firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(08/07/2019 até 08/07/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 08 de Julho de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

EMPRESA:

VILSON LUIS MALLMANN 65059077187

VILSON LUIS MALLMANN

CPF nº 650.590.771-87

RG nº 2686955-1 SSP/MT

PREFEITURA/LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 011/2019

PREGÃO PRESENCIAL nº. 014/2019

PROCESSO Nº. 038/2019

VALIDADE: 12 (doze) meses

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE NOVA NAZARÉ, ESTADO DE MATO GROSSO, pessoa jurídica de direito público municipal, com sede administrativa à Avenida Jorge Amado nº 901, Centro, Nova Nazaré - MT, devidamente inscrita no C.N.P.J./MF, sob o nº. 04.202.280/0001-71, neste ato representado, na forma de sua Lei Orgânica, pela Prefeita Municipal a Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, brasileiro, casado, comerciante, residente e domiciliado à Rua Corival Faustino de Mello s/n, Nova Nazaré-MT, portador da Carteira de Identidade RG nº. 1605949-2 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 441.299.551-87, **RESOLVE** registrar os preços da empresa **MEI ATYANE DA SILVA GUEDES 07163286155**, devidamente inscrita no CNPJ nº 34. 086.050/0001-55, estabelecida na cidade de Nova Nazaré à Rua travessa 03 s/n centro, neste ato representada pela **ATYANE DA SILVA GUEDES**, Carteira de Identidade nº 31362249 SSP/MT CPF nº 071.632.861-55**, nas quantidades estimadas no Item 1 desta Ata de Registro de Preços, de acordo com a classificação por ela alcançada, atendendo as condições previstas no edital de Pregão Presencial nº. 014/2019** e as constantes nesta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 10.520/02 e Lei 8666/93 e suas alterações, no que couber, e em conformidade com as disposições a seguir.

CLAUSULA PRIMEIRA - OBJETO DA LICITAÇÃO

1.1 - O presente instrumento tem por objeto o **Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa para prestação de serviços de aulas de Karatê para atendimento aos programas das Secretarias Municipais de Educação e Assistência Social, com presença física de no mínimo 03 (três) dias por semana,** conforme especificações do edital e proposta de preços.

CLAUSULA SEGUNDA - DA LICITAÇÃO

2.1 - Para registrar os preços do objeto desta Ata foi realizado procedimento licitatório na modalidade **Pregão Presencial nº 014/2019**, com fundamento nas Leis nº 10.520/02, nº 8.666/93 e alterações posteriores e no que couber, conforme autorização da Autoridade Competente, Prefeito Municipal Sr. **JOÃO TEODORO FILHO**, disposta no **Processo nº 038/2019**.

CLAUSULA TERCEIRA - DOS PREÇOS REGISTRADOS E DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1 - Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

3.1.1 - Descrição, Quantidade e itens Registrados:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	R$ unt	R$ total
1	12	mês	*Prestação de serviços como* ***instrutor*** **de aulas de Karatê** para atendimento aos programas das Secretarias Municipais de **Educação e Assistência Social** do Município.	**3. 000,00**	**36. 0000,00**

3.2 - CONDIÇÕES PARA EXECUÇÃO

3.2.1 - A empresa deverá executar os serviços semanalmente no mínimo 03 (três) dias uteis por semana, no mínimo 16 (dezesseis) horas semanais, nos locais a serem estabelecidos pelas Secretarias de Educação e Ação Social;

3.2.2 – Deverá disponibilizar no mínimo 01 (um) professor;

3.2.3 - Deverão estar inclusos no preço todas as despesas de transportes, hotel, alimentação, impostos, etc

CLAUSULA QUARTA – ÓRGÃOS GERENCIADOR

4.1 – O órgão gerenciador desta ata de preços **é a Secretaria Municipal de assistência social e orgão participante a secretaria municipal de educação e cultura**.

4.2 – A presente ATA atenderá as disposições contidas no Decreto Federal nº 7.892/2013, de 23/01/2013 e suas alterações posteriores pelo Decreto Federal 8.250/2014 de 23/05/2014, e, diante disso está sujeito à autorizar a adesão por outros órgãos ou entidades Municipais, Estaduais ou Distritais, à Ata de Registro de Preços a ser firmada, devendo obedecer o que determina o Art. 22, parágrafos 1º ao 9º do Decreto Federal acima mencionado e diante disso, o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, **ao quíntuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro** de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

CLAUSULA QUINTA - VALIDADE DA ATA

5.1. - A validade da Ata de Registro de Preços será de **12 meses**, a partir da data de sua assinatura **(08/07/2019 até 08/07/2020)** não podendo ser prorrogada.

CLAUSULA SEXTA - CONDIÇÕES GERAIS

6.1. - As condições gerais da prestação dos serviços e/ou fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência e na Minuta de Contrato que passam a ser parte integrante desta ata.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

Nova Nazaré-MT, 08 de Julho de 2019.

JOÃO TEODORO FILHO

Prefeito Municipal

MEI ATYANE DA SILVA GUEDES 07163286155

ATYANE DA SILVA GUEDES

CPF: 071.632.861-55

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA

DECRETO MUNICIPAL Nº. 040 DE 05 DE JULHO DE 2019.

"ALTERA O NUMERO DE VAGAS EM PONTOS DE ESTACIONAMENTOS, PARA EXPLORAÇÃO DO SERVIÇO DE TÁXI NO MUNICIPIO DE NOVA OLIMPIA-MT, E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS".

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE, PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA OLÍMPIA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS NA FORMA DA LEI.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam alterados os números de vagas nos pontos **A, B, C, D, e E** para exploração do serviço de TAXI no município de Nova Olímpia/MT, da seguinte forma:

a) **PONTO DE Nº 01 (UM)** – Localização: Av. Mato Grosso, esquina com Rua Luiz Cavalcante Lins, bairro Jd. Shangri-lá **– 02 (DUAS) VAGAS**.

b) **PONTO DE Nº 02 (DOIS)** – Localização: Praça Benedito Miranda, bairro Jd. Ouro Verde (Terminal Rodoviário) – **10 (DEZ) VAGAS**.

c) **PONTO DE Nº 03 (TRÊS)** – Localização: Praça Padre Cícero R. Batista, bairro Santa Rosa – **02 (DUAS) VAGAS**.

d) **PONTO DE Nº 04 (QUATRO**) – Localização: Praça da Igreja Matriz, Centro – **03 (TRÊS) VAGAS**.

e) **PONTO DE Nº. 05 (CINCO)** – Localização: BR-358 – Em frente do Posto Tropical- **03 (TRÊS) VAGAS.**

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia/MT, aos 05 dias do mês de julho de 2019.

JOSÉ ELPIDIO DE MORAES CAVALCANTE

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado nesta Secretaria na data supra.

WEBER VIEIRA MARTINS

Secretário Mun. de Administração

DEPARTAMENTO DE PESSOAL
EXTRATO DO DISTRATO DO TERMO DO CONTRATO TEMPORÁRIO CELEBRADO ENTRE:

Contrato de Prestação de Serviço de Interesse Público n.º 3516/2019

Contratante: Município de Nova Olímpia-MT

Contratada: ENÉIA ALVES LIFONSO

Cargo/ Função: Professora

Vencimento Mensal: R$ 1.888,91(Um mil oitocentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos)

Vigência: 01/02/2019 à 31/01/2020.

Data do Distrato: 15/07/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº. 039/2019

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA, INDIRETA E FUNDACIONAL DO MUNICÍPIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EXMA SR.ª PREFEITA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, ESTADO DE MATO GROSSO, SR.ª TEREZINHA GUEDES CARRARA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇOES LEGAIS

Considerando o Feriado Municipal, no dia 18 de julho (quinta-feira), aniversário do município;

D E C R E T A

Artigo 1.º - Fica decretado ponto facultativo nos órgãos integrantes da administração direta, indireta e fundacional do Município de Nova Santa Helena, no expediente do dia 19/07/2019 (sexta-feira).

Artigo 2º - A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer deverá respeitar o calendário escolar.

Artigo 3º - Excetuam-se o disposto neste Decreto Municipal as atividades consideradas essenciais e indispensáveis no serviço público municipal.

Artigo 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Nova Santa Helena, Estado de Mato Grosso, em 15 de julho de 2019.

TEREZINHA GUEDES CARRARA

Prefeita Municipal

Registre-se

Publique-se

Cumpra-se

Publicado e afixado no mural da Prefeitura Municipal no período de 15/07/2019 à 15/08/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA UBIRATÃ

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 005/2019 CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2019

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE POSSE Nº. 005/2019

CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL Nº. 001/2019

DATA: 15 de Julho de 2019

O Prefeito Municipal de Nova Ubiratã-MT, Sr. **VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS,** no uso de suas atribuições legais e com amparo no Edital nº 001/2019 de 26 de Março de 2019 que trata do Concurso Público Municipal;

RESOLVE:

ART. 1º CONVOCAR, os candidatos abaixo relacionados, aprovados e classificados no Concurso Público 001/2019 para comparecerem junto ao Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Nova Ubiratã-MT no horário das 07:00 às 13:00, munidos dos documentos pessoais e profissionais, dos exames médicos obrigatórios conforme Art. 2 e anexo VI, do referido edital, para fins de nomeação, posse e exercício.

CARGO: 018 – ASSISTENTE SOCIAL

Nº INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	CLASSIFICAÇÃO
0000000428	KELEN FERNANDA DA SILVA MONTEIRO	3º CLASSIFICADO

ART. 2º - A posse ocorrerá no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de convocação.

ART. 3º - É vedada a posse mediante procuração.

ART. 4º - O não cumprimento por parte do candidato das exigências previstas no Edital nº 001/2019 e demais legislações vigentes implicará em desistência da vaga ao cargo ao qual foi aprovado ou classificado e convocado.

PARÁGRAFO ÚNICO – A não apresentação do candidato no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados a partir da data de publicação deste Edital implicará na perda dos direitos decorrentes da classificação e renuncia ao cargo ao qual foi convocado.

ART. 5º - O exercício do cargo público para qual o candidato foi aprovado e convocado deverá acontecer imediatamente após o ato de passe, sob pena de exoneração daquele que não cumprir esta determinação.

ART. 6º - A não apresentação de qualquer documento previsto neste Edital e demais legislações vigentes impossibilitará o candidato a ser empossado e entrar em exercício do cago público.

ART. 7º - Relação de documentos exigidos:

ÿ Exame de sanidade Física e Mental, retirado em qualquer unidade de saúde pública da Federação (especialmente para fins de Trabalho).

ÿ Declaração de Bens e Valores com reconhecimento de assinatura. (Departamento de Pessoal da Prefeitura)

ÿ Declaração de que não exerce outro cargo, emprego ou função pública inacumulável (Departamento de Pessoal da Prefeitura).

ÿ Cédula de Identidade (RG);

ÿ Cadastro de Pessoa Física (CPF);

ÿ Certidão de Nascimento ou Casamento (Se casado cópia do CPF do Cônjuge);

ÿ Certidão de Nascimento e CPF dos Filhos Dependentes;

ÿ Carteira de Vacina dos Filhos Menores de 06 (seis) anos;

ÿ Comprovante de Endereço (Água, luz, etc.)

ÿ Carteira de PIS ou PASEP e Carteira de Trabalho CTPS;

ÿ Título de Eleitor;

ÿ Comprovante de votação da última eleição

ÿ Documento Militar (Se homem);

ÿ *Documento Escolar, Antecedentes Criminais, 01 Foto 3x4, Telefone e E-mail*

ÿ *Nº. Conta Corrente no Banco do Brasil; AG:_____ C/C _____*

NOVA UBIRATA 15 DE JULHO DE 2019

VALDENIR JOSÉ DOS SANTOS

Prefeito Municipal

MODELO I D E C L A R A Ç Ã O

Eu, ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. **********inscrito (a) no CPF sob o n° **********, declaro para devidos fins e efeitos legais sob as penas da lei que, **NÃO** possuo acumulo de cargo público, com cargo incompatível entre as funções exercidas.

Por ser verdade firmo a presente declaração.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2019.

_____

****

MODELO II

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu ********** portador (a) da Cédula de Identidade RG nº. ********** inscrito (a) no CPF sob o n° **********, residente e domiciliado neste município de Nova Ubiratã/MT, em cumprimento ao que determina a Lei Federal nº. 8.429 de 2 de junho de 1992, em seu Artigo 13, § 1º, DECLARA que:

Descrever o Bens e valores e se não tiver bens descrever “Não possuo bens em meu nome”

Por ser verdade e para que surta os efeitos legais, firmo a presente DECLARAÇÃO.

Nova Ubiratã/MT, ******* de ******** de 2019.

_____

****

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA

PORTARIA N.º 831/2019

PORTARIA N.º 831/2019

*Dispõe sobre a nomeação de Comissão para realização de **Processo Seletivo Simplificado** e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Município, e dá outras providências* e alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e alterações posteriores, conforme preconizado na Lei Municipal n.º 2.026, de 11 de outubro de 2017 que *Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal,* em consonância com o disposto na Lei Municipal n.º 2.151, de 3 de julho de 2019 que *Autoriza o Chefe do Poder Executivo municipal a realizar Processo Seletivo Simplificado, e dá outras providências,* **resolve**:

Art. 1º Nomear *Comissão Interna* para realizar ***Processo Seletivo Simplificado***, para atendimento às necessidades de excepcional interesse do serviço público municipal da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelos seguintes membros:

I – Bruna Ferreira da Silva – Presidente – GF-69

Fiscal Sanitário – Matrícula Funcional 3409;

II - Petrossian Batista Lessa – Secretário – GF-69

Assistente Administrativo - Matricula Funcional 4356;

III - Vyvyanne Antunes Tolotti – Membro – GF-69

Assistente Administrativa – Matrícula Funcional 4103;

IV - **Daniella Sehnem** – Membro – GF-69

Assistente Administrativa – Matrícula Funcional 3579.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 12 de julho de 2019.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 832/2019

PORTARIA N.º 832/2019

Dispõe sobre a nomeação de Comissão para realização de ***Processo Seletivo Simplificado*** *e dá outras providências.*

O **Prefeito do Município de Nova Xavantina**, Estado de Mato grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica, combinado com dispositivos constantes na Lei Municipal n.º 1.752/2013 – que *dispõe sobre o Regime Jurídico Único dos Servidores Civis do Município, e dá outras providências* e alterações posteriores, de acordo com a Lei Municipal n.º 1.835, de 21 de outubro de 2014, que *Institui o Plano de Carreiras, Cargos e Salários e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica, no âmbito do Poder Executivo do Município de Nova Xavantina e dá outras providências* e alterações posteriores, conforme preconizado na Lei Municipal n.º 2.026, de 11 de outubro de 2017 que *Dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal,* em consonância com o disposto na Lei Municipal n.º 2.152, de 3 de julho de 2019 que *Autoriza o Chefe do Poder Executivo municipal a realizar Processo Seletivo Simplificado, e dá outras providências,* **resolve**:

Art. 1º Nomear *Comissão Interna* para realizar ***Processo Seletivo Simplificado***, para atendimento às necessidades de excepcional interesse do serviço público municipal da Secretaria Municipal de Saúde, composta pelos seguintes membros:

I – Bruna Ferreira da Silva – Presidente – GF-69

Fiscal Sanitário – Matrícula Funcional 3409;

II - Dilson Lucas Fernandes Silva – Secretário – GF-69

Assistente Administrativo - Matricula Funcional 4293;

III - Jane da Silva – Membro – GF-69

Assistente Administrativa – Matrícula Funcional 4262;

IV - Vyvyanne Antunes Tolotti – Membro – GF-69

Assistente Administrativa – Matrícula Funcional 4103;

V - Maria Eloíza Pereira Leite Ramos – Membro – GF-69

Diretora de Planejamento – Matrícula Funcional 4188;

VI - Mirian Ferreira dos Santos – Membro – GF-69

Agente Administrativa – Matrícula Funcional 590.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se todas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina – MT, 12 de julho de 2019.

João Batista Vaz da Silva - Cebola

Prefeito Municipal

COMISSÃO DE LICITAÇÃO
AVISO CONVITE Nº 001/2.019.

AVISO DE LICITAÇÃO – CONVITE Nº 001/2.019.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT, torna público que fará realizar **Contratação de empresa de engenharia para acompanhamento/fiscalização da construção do novo prédio sede do fórum de Nova Xavantina-MT, com disponibilidade de um engenheiro civil ou arquiteto com capacidade técnica necessária e suficiente;** para atender as necessidades desta municipalidade**,** mediante as condições estabelecidas no Edital. Data de abertura dos envelopes: 23/07/2.019, às 9h00min (horário de Brasília), no Palácio dos Pioneiros – sala de licitações, sito Avenida Expedição Roncador Xingu, 249 – centro – St. Xavantina. Os interessados em obter informações e cópia do Edital, poderão fazê-lo junto ao setor de Licitações, através do telefone 66-3438-3362, no endereço supracitado e/ou pelo e-mail: licitacao@novaxavantina.mt.gov.br

Nova Xavantina – MT, 15 de Julho de 2.019.

Walmir Arruda Costa **Presidente Substituto da CPL**

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 027/2018, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT E DANIELLE EPIFANIO DA COSTA

Aditivo que entre si celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 03.238.888/0001-93 com sede na Rua Augusto de Souza, nº 171 centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **SILVANO PEREIRA NEVES**, brasileiro, maior, casado, portador da cédula de identidade RG nº 0625916-2 SSP/MT e CPF 503.521.641-15, residente e domiciliado na AV. Brasília, 664 centro localizado na cidade de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, CEP 78570-000. doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a Srª. **DANIELLE EPIFANIO DA COSTA,** portadora do RG. Nº: 1995659-2 SSP/MT e do CPF Nº: 040. 781.211-36, brasileira, maior, residente no Município de Novo Horizonte do

Norte, Estado de Mato Grosso, doravante denominado parte CONTRATADA resolvem firmar entre si o presente Termo Aditivo ao contrato nº 027/2018, mediante as clausulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo dar continuidade nas atividades e serviços na função de **ZELADORA** neste município em razão de não ter candidatos remanescente de Concurso Público Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Altera a Clausula oitava do presente contrato firmado em 01/11/2018 com termino previsto para 18/07/2019, passando a vigorar a partir de 19/07/2019 a 31/12/2020.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O presente Aditivo objetiva também alteração na Clausula terceira do Presente Contrato, com o valor mensal de R$ **998,00 (Novecentos e noventa e oito reais**) mensais mais 30% de Insalubridade, reajustado de acordo com os índices inflacionários perfazendo o valor Global de **R$: 26.812,84 (Vinte e seis mil oitocentos e doze reais e oitenta e quatro centavos)**

CLAUSULA QUARTA

As demais Clausulas do Contrato original nº 027/2018 de 01/11/2018. permanecem inalteradas

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei 8666/19963 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e para todos os efeitos legais.

Novo Horizonte do Norte, Em 15 de julho de 2019.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Danielle Epifanio da Costa

CONTRATADA

Elizandra Aparecida Brito

Fiscal de Contratos

Portaria 002/2016

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO Nº: 004/2019

Espécie: Contrato de Doação de Terrenos para fins irrefutáveis de moradias de Interesse Social a famílias de baixa renda.

Contratante: Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT.

Contratado: ANDREIA PAULA LADEIA

Objetivo: O presente contrato tem por objeto formalizar a transferência da posse direta ao DONATARIO, de um (01) terreno, compreendendo o n° 06, da Quadra 9A, medindo 11,00 x 20,00 mts, com área total de 220 m², no lugar denominado Loteamento Boa Esperança 2, localizado neste Município de Novo Horizonte do Norte e Comarca de Porto dos Gaúchos - MT, para fins irrefutáveis de atendimento ao Interesse Social conforme Artigo 17, inciso I, alínea F, da Lei 8.666/93, destinadas exclusivamente a implantação de Moradias a Famílias de Baixa Renda do Município de Novo Horizonte do Norte.

Vínculo Legal: 1113/2015/Decreto nº 066/2015 alterado pela Lei 1.227/2018 de 29 de agosto de 2018.

Data assinatura: 11/07/2019

Signatários: SILVANO PEREIRA NEVES – Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte e **ANDREIA PAULA LADEIA**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 141/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte /MT, no uso de suas atribuições que, Confere-lhe o Art. 45, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município.

RESOLVE:

Artigo 1º - Conceder ao servidor **CELSO DE GOES,** maior,portador do RG: nº 1159776-3 SSP/MT e do CPF: nº 811.720.521-15, aprovado em Concurso Público Municipal no cargo **MOTORISTA II,** lotado na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer**,** a **LICENÇA PARTICULAR** sem remuneração, de acordo com o Art. 84 da Lei Municipal nº. 429/98 – Estatuto do Servidor Público, inciso I e III do Artigo 38 da Constituição Federal, pelo período de 02 (dois) anos, iniciando no dia 14/07/2019 com término em 13/07/2021.

Artigo 2º - Esta licença poderá ser interrompida a qualquer momento, havendo interesse do servidor e da Administração, conforme § 1º do Art. 84 da Lei 429/98.

Artigo 3º Esta Portaria entrará em vigor retroagindo seus efeitos a partir do dia 14/07/2019, revogando-se as disposições em contrario.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte/MT, 15 de Julho de 2019.

SILVANO PEREIRA NEVES

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 025/2018, FIRMADO ENTRE O MUNICIPIO DE NOVO HORIZONTE DO NORTE-MT E LETIANE MALAQUIAS MOREIRA

Aditivo que entre si celebram de um lado a **PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HORIZONTE DO NORTE**, Estado de Mato Grosso, pessoa jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ nº 03.238.888/0001-93 com sede na Rua Augusto de Souza, nº 171 centro, na cidade de Novo Horizonte do Norte - MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr **SILVANO PEREIRA NEVES**, brasileiro, maior, casado, portador da cédula de identidade RG nº 0625916-2 SSP/MT e CPF 503.521.641-15, residente e domiciliado na AV. Brasília, 664 centro localizado na cidade de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, CEP 78570-000. doravante denominado de CONTRATANTE e de outro lado a Srª. **LETIANE MALAQUIAS MOREIRA,** portadora do RG. Nº: 2419999-0 SSP/MT e do CPF Nº: 035.899.561-27, brasileira, maior, residente no Município de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, doravante denominado parte CONTRATADA resolvem firmar entre si o presente Termo Aditivo ao contrato nº 025/2018, mediante as clausulas e condições a seguir:

CLAUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objetivo dar continuidade nas atividades e serviços na função de **FARMACEUTICA BIOQUIMICA** neste município em razão de não ter candidatos remanescente de Concurso Público Municipal.

CLAUSULA SEGUNDA – DO PRAZO

Altera a Clausula oitava do presente contrato firmado em 06/08/2018 com termino previsto para 18/07/2019, passando a vigorar a partir de 19/07/2019 a 31/12/2020.

CLAUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O presente Aditivo objetiva também alteração na Clausula quinta do Presente Contrato, com o valor mensal de R$ **3.303,54 (Três mil trezentos e três reais e cinqüenta e quatro centavos**) mensais mais 30% de Insalubridade, reajustado de acordo com os índices inflacionários perfazendo o valor Global de **R$: 85.176,08 (Oitenta e cinco mil cento e setenta e seis reais e oito centavos)**

CLAUSULA QUARTA

As demais Clausulas do Contrato original nº 025/2018 de 06/08/2018. permanecem inalteradas

E por estarem devidamente acordados, declaram as partes aceitar as disposições estabelecidas neste Instrumento, sujeitando-se às normas contidas na Lei 8666/19963 e assinam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e para todos os efeitos legais.

Novo Horizonte do Norte, Em 15 de julho de 2019.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

CONTRATANTE

Letiane Malaquias Moreira

CONTRATADA

Elizandra Aparecida Brito

Fiscal de Contratos

Portaria 002/2016

Bruno Ricardo Barela Iori

Assessor Jurídico

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO: 029/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso , Sr. SILVANO PEREIRA NEVES, no uso de suas atribuições legais.

D E C R E T A

Artigo 1º - Fica aberto no orçamento - programa da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte – MT., do exercício de 2.019, um crédito suplementar no valor de **R$ 174.700,00 (cento e setenta e quatro mil, setecentos reais)**, autorizado pela Lei Municipal nº. 1.239 de 17 de dezembro de 2018, nas dotações abaixo discriminadas:

0174-08.002.10.301.0005.2012.339036000000-SUPLEMENTACAO 6.000,00 0517-10.004.12.365.0011.1018.449052000000-SUPLEMENTACAO 3.000,00 0512-10.004.12.361.0011.1017.449052000000-SUPLEMENTACAO 5.000,00 0666-12.001.20.122.0015.2055.339039000000-SUPLEMENTACAO 10.000,00 0677-10.005.13.392.0019.1116.449051000000-SUPLEMENTACAO 5.200,00 0629-11.003.15.451.0015.2067.339039000000-SUPLEMENTACAO 5.000,00 0117-07.001.04.123.0009.1003.449052000000-SUPLEMENTACAO 5.000,00 0322-09.005.08.243.0010.2091.339030000000-SUPLEMENTACAO 5.000,00 0457-10.002.12.365.0011.2024.339036000000-SUPLEMENTACAO 5.500,00 0627-11.003.15.451.0015.2067.339030000000-SUPLEMENTACAO 10.000,00 0615-11.002.26.782.0015.2100.339030000000-SUPLEMENTACAO 50.000,00 0175-08.002.10.301.0005.2012.339039000000-SUPLEMENTACAO 50.000,00 0211-08.002.10.301.0014.2090.319004000000-SUPLEMENTACAO 15.000,00 **TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES 174.700,00**

Artigo 2º - Para dar cobertura ao crédito suplementar aberto no artigo anterior das dotações acima especificadas será utilizado em igual importância por anulação parcial ou total das seguintes dotações, do orçamento-programa do exercício de 2017, abaixo discriminadas, nos termos do artigo 42 da Lei Federal nº 4320/64:

0175-08.002.10.301.0005.2012.339039000000-REDUCAO 60.000,00
0227-08.002.10.302.0006.1022.449051000000-REDUCAO 55.000,00
0397-10.002.12.361.0011.1014.449051000000-REDUCAO 32.000,00
0432-10.002.12.365.0011.1068.449051000000-REDUCAO 27.700,00

TOTAL DAS REDUÇÕES 174.700,00

Artigo 3º - Este decreto entrará e vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte (MT), em 03 de junho de 2019.

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE PUBLICAÇÃO N°009/2019

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte do Norte, Estado de Mato Grosso, Sr. Silvano Pereira Neves torna público a quem possa interessar que esta a disposição nas dependências da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do norte, o Balancete de Verificação plano PCASP-MT, do mês de JUNHO/2019, RELATÓRIO RESUMIDO A EXECUÇÃO ORÇAMENTARIA RREO DO 3 BIMESTRE DE 2019, da Prefeitura Municipal de Novo Horizonte do Norte.

Novo Horizonte do Norte, em 15 de julho de 2019

Silvano Pereira Neves

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO MUNDO

CONVENIOS E CONTRATOS
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO 034/2019

EXTRATO RESCISÃO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 034/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**J. F. DA COSTA COMERCIO (NITRO NET INFORMATICA)**, CNPJ nº. 30.063.856/0001-77, com sede na Rua Goiabeira, nº 090, município de Guarantã do Norte/MT, CEP 78.520-000, neste ato representada por seu proprietário Sr. **JEOVANN FERREIRA DA COSTA,** brasileiro, portador do CPF 772.998.331-15.
Objeto DO CONTRATO	***prestação de serviços de publicidade, por meio de mídia digital, a qual compreende a transmissão de material publicitário de cunho informativo e educacional de interesse público, nos equipamentos (televisores), instalados em locais pré determinados e em prédios públicos***

Novo Mundo/MT, 01 de Junho 2019.

CONVENIOS E CONTRATOS
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO 027/2019

EXTRATO RESCISÃO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 027/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa **WILLIAN RESPLANDES MATIAS – 03943279189 (SOFT JAVA SOFTWARE E SERVIÇOS)**, CNPJ nº. 26.957.858/0001-32, com sede na Rua Argentina, 634, Bairrro Mãe de Deus, município de Peixoto de Azevedo/MT, CEP 78.530-000
Objeto DO CONTRATO	***Fornecer sistema Especializado para fins de armazenamento do acervo técnico desta Administração (documentos contábeis e outros) independente de quantidade, com autorização de consulta por senha a servidores a serem indicados pela CONTRATANTE.***
DATA DA RESCISÃO	**A CONTAR DE 15 DE JULHO DE 2019**

Novo Mundo/MT, 15 de Julho 2019.

CONVENIOS E CONTRATOS
TERMO DE RESCISÃO AO CONTRATO 027/2019

EXTRATO RESCISÃO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 027/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	Empresa **WILLIAN RESPLANDES MATIAS – 03943279189 (SOFT JAVA SOFTWARE E SERVIÇOS)**, CNPJ nº. 26.957.858/0001-32, com sede na Rua Argentina, 634, Bairrro Mãe de Deus, município de Peixoto de Azevedo/MT, CEP 78.530-000
Objeto DO CONTRATO	***Fornecer sistema Especializado para fins de armazenamento do acervo técnico desta Administração (documentos contábeis e outros) independente de quantidade, com autorização de consulta por senha a servidores a serem indicados pela CONTRATANTE.***
DATA DA RESCISÃO	**A CONTAR DE 15 DE JULHO DE 2019**

Novo Mundo/MT, 15 de Julho 2019.

CONVENIOS E CONTRATOS
EXTRATO 2º TERMO ADITIVO

EXTRATO 2º ADITIVO

AO CONTRATO

023/2019

Contratante	**Prefeitura Municipal de Novo Mundo MT**
Contratada	**Empresa SOLLO – PROJETOS CONSULTORIA E SONDAGEM ME, CNPJ/MF sob o nº 01.423.656/0001-80, localizada na Av. Urubu Rei, nº 02, Morada do Serra, CEP 78.058-054, Cuiabá/MT, Representada neste ato por seu proprietário Sr. Joari Ferreira Ormond portador do CPF nº 034.504.648-09 e RG nº 0821379-8SSP/MT**
Objeto	***Prorrogar os prazos de VIGENCIA e EXECUÇÃO do Contrato***
Prazo de Vigência do Contrato Atual	O prazo de execução e vigência será até o dia 15/08/2019.
Origem	processo contratação direta

Novo Mundo/MT, 05 de Junho 2019.

Antonio Mafini

Prefeito Municipal1

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANATINGA

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1777/2019.

LEI Nº 1777/2019.

" DISPÕE SOBRE NOVA DENOMINAÇÃO DA CASA DE ACOLHIMENTO PROVISÓRIO DE PARANATINGA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA-MT, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS QUE LHE SÃO CONFERIDAS PELA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, FAZ SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA E PROMULGA A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Fica denominada de LAFAYETTE EUSTÁQUIO DE SOUZA a Casa Lar de acolhimento provisório de Paranatinga-MT.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor a partir da sua data de publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga/MT, em 15 de julho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI N º 1778/2019

LEI N º 1778/2019

"DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCICIO DE 2020 DO MUNICÍPIO DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Artigo 1º - São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes orçamentárias para o ano de 2020, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída o Poder Legislativo e o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Paranatinga –PPREV.

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;

II - as metas fiscais;

III - a estrutura e organização dos orçamentos;

IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;

V - as disposições sobre às despesas com pessoal e encargos sociais;

VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;

VII – as disposições sobre a dívida pública municipal;

VIII - as disposições gerais.

CAPÍTULO I

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 2º - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2020 são aquelas definidas e demonstradas no "Anexo de Prioridades e Metas para 2020, - ANEXO I, que faz parte integrante desta Lei, e que deve observar as prioridades com:

I - atendimento às necessidades básicas da população, nas áreas de saúde, educação, assistência social, atenção à criança, adolescente e a família, esporte e lazer, habitação, cultura, agricultura, indústria e comércio, meio ambiente, infraestrutura e serviços urbanos;

II - Promoção do desenvolvimento sustentável voltado à geração de emprego e renda;

III - Ajustes administrativos, visando o equilíbrio entre as receitas e despesas, eliminando, assim, o déficit público e cumprindo com o que determina a Lei Complementar 101/2000.

Parágrafo Único - A execução das ações vinculadas às metas e as prioridades estarão condicionadas ao equilíbrio entre receitas e despesas, conforme Anexo de Metas Fiscais - Anexo II e Anexo de Riscos Fiscais – Anexo III, que integram a presente Lei.

Artigo 3º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2020, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas-financeiras, estabelecidas nesta Lei e identificadas nos anexos, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

CAPÍTULO II

DAS METAS FISCAIS

Artigo 4º - As metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para os exercícios de 2020, 2021, e

2022, de que trata o art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, são as identificadas no ANEXO II desta lei, que conterá ainda os seguintes demonstrativos:

1) Demonstrativo I - Metas Anuais – período 2020-2022;

2) Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior - 2018;

3) Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais comparadas com as Metas dos 3 Exercícios Anteriores.

4) Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido.

5) Demonstrativo V - Origem e Aplicação de Recursos com Alienação de Ativos.

6) Demonstrativo VI – Receitas e Despesas Previdenciárias e Avaliação Atuarial.

7) Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita.

8) Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado.

§ 1º Integra também esta Lei o Anexo de Riscos Fiscais - ANEXO III

§ 2º O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º A Meta Fiscal estabelecida nesta Lei e identificadas em seus respectivos Anexos, quando da Elaboração da Lei Orçamentária Anual, poderão serem revistas, mediante projeto de Lei Específico, afim de preservar o equilíbrio das contas públicas.

§ 4ºTerão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais, pagamento de precatórios judiciais e a manutenção das atividades.

CAPÍTULO III

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Artigo 5º - Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações visando à concretização dos objetivos pretendidos,

II - Ação, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, denomina por projeto, atividade ou operação especial;

III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da atuação governamental;

IV - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da atuação governamental; e

V - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção, expansão ou aperfeiçoamento das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

VI - Unidade Orçamentária, o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários, entendidos estes como os de maior nível da classificação institucional;

VII - Receita Ordinária, aquelas previstas para ingressarem no caixa da unidade gestora de forma regular, seja pela competência de tributar e arrecadar, seja por determinação constitucional no partilhamento dos tributos de competência de outras esferas de governo;

VIII - execução física, a autorização para o que o contratado realize a obra, forneça o bem ou preste o serviço;

IX - execução orçamentária, o empenho e a liquidação da despesa, inclusive sua inscrição em restos a pagar;

X - execução financeira, o pagamento da despesa, inclusive dos restos a pagar já inscritos.

§ 1º - Cada programa identificará as ações necessárias para atingir aos seus objetivos, sob a forma de projetos, atividades e operações especiais, e estas com identificação da classificação institucional, funcional programática, especificando os objetivos, metas físicas e financeiras.

§ 2º - As categorias de programação serão identificadas no projeto de Lei Orçamentária por programas, projetos, atividades ou operações especiais.

Artigo 6º - O Orçamento para o exercício financeiro de 2020 do Município, abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo e o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Paranatinga –PPREV e será estruturado em conformidade com a configuração Organizacional da Prefeitura.

Parágrafo Único - Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Artigo 7º - A Lei Orçamentária evidenciará as receitas e despesas de cada uma das Unidades Gestoras, desdobrando as despesas por função, subfunção, programa, projeto, atividade ou operações especiais e quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, conforme as Portarias MOG nº 42/1999, Interministerial 163/2001, 05/2015 e Portaria STN Nº 462, de 05 de Agosto de 2009 e outras legislações pertinentes à matéria.

Artigo 8º - O projeto da Lei Orçamentária, que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:

I - mensagem;

II - Projeto da lei;

III - quadros orçamentários consolidados.

Parágrafo Único - Os demonstrativos orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, são os quadros e anexos exigidos pelo artigo 165, § 6º da Constituição Federal e pelos § § 1º, 2º e incisos do artigo 2º, e artigo 22 da Lei nº 4.320/64 a seguir discriminados:

I - Sumário geral da receita por fontes e das despesas por funções do governo;

II. - Quadro demonstrativo da receita e despesa segundo categorias econômicas, na forma do Anexo 1 da Lei nº 4.320/64;

III. - Receita segundo as categorias econômicas - Anexo 2 da Lei n° 4.320/64;

IV - Natureza econômicas - Consolidação Geral - Anexo 2 da Lei n° 4.320/64;

V - Quadro discriminativo da receita, por fontes, e respectiva legislação;

VI - Quadro das dotações por órgãos do governo: Poder legislativo e Poder Executivo;

VII - Quadro demonstrativo da despesa por órgãos, por unidade orçamentária, programa de trabalho - Anexo 6 da Lei n° 4.320/64;

VIII.- Quadro demonstrativo da despesa por programa anual de trabalho do governo, por função governamental - Anexo 7 da Lei n° 4.320/64;

IX. - Quadro demonstrativo da despesa por funções, sub-funções e programas conforme o vínculo com os recursos - Anexo 8 da Lei n° 4.320/64;

X - Quadro demonstrativo das despesas por órgão e funções - Anexo 9 da Lei n° 4.320/64;

XI - Quadro demonstrativo da receita e planos de aplicação dos fundos especiais;

XII - Quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do governo em termos de realização de obras e de prestação de serviços;

XIII - Tabela explicativa da evolução da receita e da despesa - artigo 22, inciso III da Lei n° 4.320/64;

XIV - Descrição sucinta de cada unidade administrativa e suas principais finalidades, com a respectiva legislação;

XV - Demonstrativo regionalizado do efeito, sobre as receitas e despesas, decorrentes de isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia.

Artigo 9º - A mensagem que encaminhar o Projeto da Lei Orçamentária conterá:

I - quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2017 a 2018 e previsão para 2020 e 2021;

II - metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas;

III - montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino e na saúde;

Artigo 10 - As unidades orçamentárias serão agrupadas de acordo com as suas vinculações institucionais, entendidas como sendo o de maior nível de classificação institucional.

Artigo 11 - O Quadro de Detalhamento da Despesa - QDD fixará a despesa ao nível de grupo de natureza de despesa/modalidade de aplicação, conforme disposto na Portaria STN nº 163/2000, admitido o remanejamento por Decreto do Chefe do Poder Executivo dentro de cada projeto, atividade ou operações especiais, definido por esta lei como categoria de programação.

Artigo 12 – A Lei Orçamentária poderá conter dispositivo que autorize a abertura de créditos adicionais suplementares até o limite de **30% (trinta por cento)** do total da Despesa fixada, podendo, também, conter dispositivo que restrinja tais atos quanto a programas prioritários, em obediência aos incisos V do artigo 167, da Constituição Federal.

§ 1 - Os decretos de abertura de créditos suplementares autorizados na lei orçamentária anual, deverão estar acompanhados de exposição de motivos que inclua a justificativa e a indicação dos efeitos do cancelamento de dotações sobre a execução das atividades e dos projetos.

Artigo 13 - As programações dos Fundos: Municipal de Saúde, Assistência Social, da Criança e do Adolescente e Fundo Municipal de Previdência dos Servidores Públicos de Paranatinga –PPREV e outros que vierem a ser criados serão abertos como Unidades Orçamentárias do órgão a que estiverem subordinados.

CAPITULO IV

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO, EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO E SUAS ALTERAÇÕES

Artigo 14 - A previsão da receita e fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrer a preços correntes.

Artigo 15 - A proposta orçamentária para o exercício de 2020 não conterá dispositivo estranho à previsão da receita e a fixação da despesa, face à Constituição Federal, atendendo a um processo de planejamento permanente, sem prejuízo das normas financeiras estabelecidas pela legislação federal.

Artigo 16 - O orçamento anual do município abrangerá as administrações direta e indireta, sendo discriminado no orçamento fiscal da administração direta o Poder Legislativo e Poder Executivo, com seus fundos e Órgãos. A administração indireta, compreendendo as Fundações e Autarquias.

Artigo 17 - A Lei Orçamentária Anual atenderá às diretrizes gerais e aos princípios da unidade, universalidade, anualidade e exclusividade, evidenciando a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Artigo 18 - Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos do PPA e LDO, devendo o montante das despesas fixadas não exceder a previsão das receitas estimadas para o exercício.

§ 1 – Fica compatibilizado as ações do PPA 2018/2021, conforme Ações previstas e aprovadas no Anexo de Metas e Prioridades – ANEXO 1, desta Lei.

Artigo 19 - As Unidades Orçamentárias, quando da elaboração de suas propostas parciais deverão atender a estrutura vigente e considerar o aumento ou diminuição dos seus serviços.

Artigo 20 - No projeto de Lei Orçamentária Anual, as receitas serão estimadas e as despesas fixadas segundo os preços vigentes em 1º de julho de 2019.

Parágrafo Único - O Poder Executivo, no prazo de 30 (trinta) dias após a publicação da Lei Orçamentária e por ocasião das correções efetuadas no decorrer do exercício, encaminhará à Câmara Municipal para ciência, cópia do orçamento anual devidamente corrigido.

Artigo 21 – Constituem-se requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal, a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do município, conforme dispõe o Art. 11 da LRF.

Parágrafo Único - Constituem-se receitas do município aquelas provenientes de:

I. Tributos de sua competência;

II. Atividades econômicas, que por sua conveniência possam ser executadas;

III. Transferências por força de mandamentos constitucionais, transferências fundo a fundo, ou de convênios firmados com entidades privadas e órgãos governamentais em todas as esferas de governo;

IV. Empréstimo tomado por antecipação da receita e de alguns serviços mantidos pela administração municipal.

Artigo 22 - Constará na proposta orçamentária o produto das operações de crédito, com destinação específica e vinculada ao projeto, obedecendo aos limites e procedimentos estabelecidos na legislação vigente.

Artigo 23 - Nenhum compromisso será assumido sem que haja dotação orçamentária e recursos financeiros na programação de desembolso, atendendo, desta forma ao que dispõe a Lei Complementar 101/2000 - equilíbrio entre receitas e despesas.

Artigo 24 - O Orçamento Fiscal abrangerá as administrações direta e indireta.

Parágrafo Único – Fica autorizado ao Poder Executivo destinar emenda de iniciativa Parlamentar à Lei Orçamentária.

Artigo 25 - O Projeto de Lei do Orçamento para 2020 destinará recursos para atender, prioritariamente, às seguintes despesas:

I. Pagamento do serviço da dívida;

II. Cobertura de precatórios judiciais;

III. Pagamento de pessoal e seus encargos;

IV. Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;

V. Manutenção das atividades do município e seus fundos;

VI. Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

VII. Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

VIII. Contribuição ao PASEP;

IX. Reserva de Contingência.

Artigo 26 - Na elaboração da proposta orçamentária serão atendidos os projetos e atividades constantes do ANEXO I que fazem parte integrante desta Lei, podendo ser inclusos novos projetos no orçamento desde que constem no Plano Plurianual e incluídos no anexo da LDO, através de lei específica.

Parágrafo Único - O ANEXO I desta Lei estabelece as metas e prioridades, distribuídas por Secretarias e Órgãos do Governo Municipal, por programa, função, sub - função, projetos/atividades, metas físicas e metas financeiras.

Artigo 27 - A lei orçamentária não consignará dotação para investimento com duração superior a um exercício financeiro que não esteja previsto no Plano Plurianual ou em lei específica em que autorize a sua inclusão, conforme disposto no parágrafo primeiro do artigo 167 da Constituição Federal.

Artigo 28 - Os projetos em execução terão prioridade sobre os novos projetos, não podendo ser paralisadas sem autorização legislativa, salvo por insuficiência de recursos financeiros.

Parágrafo Único - Não poderão ser programados novos projetos:

I. por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;

II. que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Artigo 29 - O município aplicará os limites constitucionais de suas receitas resultantes de impostos, compreendidas as provenientes de transferências sendo:

I. no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendidas as provenientes de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

II. no mínimo 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos e transferências constitucionais e legais, nas ações e serviços públicos de saúde.

III. 1% das receitas da administração direta e indireta para Contribuição ao PASEP

Artigo 30 - Constarão da proposta orçamentária, demonstrativos das Receitas e das Despesas das Autarquias e Fundações, na forma do Anexo II da Lei Federal 4.320/64 - da Receita e da Despesa por Órgãos do Governo.

Parágrafo Único - Os orçamentos das Autarquias e Fundações serão estabelecidos por Decreto do Poder Executivo, na forma prevista no artigo 107, da Lei 4.320/64

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ÀS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Artigo 31 - As despesas totais com pessoal, ativo e inativo da administração direta e indireta ficam limitadas a 60% (sessenta por cento) da receita corrente líquida, atendendo ao disposto no art. 19 da Lei Complementar 101/2000.

Artigo 32 - A repartição do limite estabelecido no artigo anterior obedecerá aos percentuais de 6% (seis por cento) para o Poder Legislativo e 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo, conforme inciso III do art. 20 da Lei Complementar 101/2000.

Artigo 33 – O Executivo Municipal, mediante lei autorizativa, poderá criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreiras, realizar concurso público, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores, conceder vantagens, e por ato administrativo, admitir pessoal aprovado em concurso público ou em teste seletivo, em caráter temporário na forma da lei, observados os limites e as regras estabelecidas na Lei Complementar nº 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

Artigo 34 - Serão inclusas no orçamento fiscal dotações orçamentárias para atender a despesas decorrentes da criação de cargos e funções, alteração nas estruturas de carreira, realização de Concurso Público, realização de processo seletivo simplificado para atendimento das necessidades temporárias e excepcionais; aumento de remuneração de servidores, concessão de vantagens, reforma administrativa e implantação de Plano de Cargos, Carreira e Salários, desde que compatíveis com o equilíbrio das contas públicas.

Artigo 35 - A criação de cargos ou alteração da estrutura de carreira, aumento de remuneração, bem como a admissão de pessoal, a qualquer título pelas administrações direta e indireta, só poderão serem feitas se:

I. houver prévia dotação orçamentária, suficiente para atender às projeções de despesas e os acréscimos delas decorrentes;

II. estiverem de acordo com o limite fixado no artigo 32 desta Lei, atendendo também o disposto no Artigo16 da Lei Complementar n º 101/2000 - LRF;

III. For autorizada pelo Poder Legislativo.

Artigo 36 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, o Poder Executivo poderá autorizar a realização de horas-extras à servidores municipais em serviços excepcionais, nas áreas de saúde, obras, transporte, limpeza pública, segurança, administração, serviços gerais, educação e outras de relevante interesse público.

Artigo 37 - No caso dos limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 20 da Lei Complementar 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, nos respectivos Poderes, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento no prazo máximo de dois quadrimestres:

I. eliminação de despesas com horas-extras, exceto quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente voltados para as áreas de segurança e saúde;

II. exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;

III. eliminação de vantagens concedidas a servidores;

IV. demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

Parágrafo Único - A autorização para a realização de horas-extras, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no caput deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário de Administração.

Artigo 38 - O Poder Executivo poderá conceder aumento de vencimento dos servidores públicos municipais, caso seja constatado excesso efetivo da arrecadação que eleve a receita corrente líquida, observados os limites estabelecidos no art. 20, III, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, e desde que autorizado pelo Poder Legislativo.

Artigo 39 - Os contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos, serão contabilizados como “Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Terceirização”, elemento de despesa 3.1.90.34.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, entende-se como terceirização de mão-de-obra, a contratação de pessoal para o exercício exclusivo de atividades ou funções constantes do Plano de Cargos da Administração Municipal, excluídas as despesas decorrentes da utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Artigo 40 - O Código Tributário Municipal poderá ser alterado ou modificado de acordo com as necessidades de interesse público municipal.

Artigo 41 - O Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 45 (quarenta e cinco) dias antes do encerramento do exercício, se necessário for, Projeto de Lei relativo às alterações ou modificações na Legislação Tributária pertinente a:

I. revisão da planta de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis para a cobrança do IPTU e ITBI;

II. atualização das alíquotas do imposto sobre serviços de qualquer natureza;

III. atualização das taxas pelo poder de polícia;

IV. atualização das taxas por prestação de serviços;

V. contribuição de melhoria;

VI. reestruturação da atividade de fiscalização tributária;

VII. aperfeiçoamento dos instrumentos para agilização da cobrança da dívida ativa e atualizado do valor dos créditos;

VIII. atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.

§ 1º - Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita se atendido o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04.05.2000, incisos I e II.

§ 2º - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita para efeito do disposto no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

§ 3º - Na estimativa das receitas do projeto de Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações ou modificação na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Artigo 42 - Obedecidos os limites estabelecidos em Lei complementar Federal, o município poderá realizar operações de crédito ao longo do exercício 2020, destinado a financiar despesas de capital previstas no orçamento.

Artigo 43 - As operações de crédito deverão ser autorizadas por Lei e constar do orçamento do município.

Artigo 44 - A verificação dos limites da dívida pública será feita na forma e nos prazos estabelecidos na Lei Complementar n º 101, de 04.05.2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

CAPITULO VII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 45 - Ao Projeto de Lei Orçamentária Anual poderão ser apontadas emendas, desde que:

I. sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

II. não alterem dotações referentes a despesas de pessoal, encargos e serviços da dívida.

III. não utilizem recursos provenientes de convênios e operações de crédito vinculadas.

Artigo 46 - A Proposta Orçamentária do Poder Legislativo deverá ser elaborada pela Câmara Municipal e encaminhada ao Poder Executivo até o dia 30 de Agosto de 2019, na forma da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária Anual, e observando-se as demais determinações contidas nesta Lei.

Artigo 47 - Conforme a Emenda Constitucional n º 58, de 23 de setembro de 2009, o Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente de 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências.

Artigo 48 - O orçamento para o exercício 2020 destinará recursos para a Reserva de Contingência, sendo estabelecido, no máximo até 3% (três por cento) das Receitas Correntes Líquidas previstas para o mesmo exercício (Art. 5º III da LRF).

Parágrafo Único - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme art. 5º, III, “b” da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000(LRF), e caso não se concretize os riscos fiscais até o dia 30 de novembro de 2020, os recursos da Reserva de Contingência poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Artigo 49 - Constitui-se requisito essencial o equilíbrio entre as receitas e despesas do município, não podendo ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Artigo 50 - No final de cada bimestre o Poder Executivo fará avaliação da execução orçamentária e financeira para verificar o cumprimento das metas estabelecidas na programação.

§ 1º. O Poder Executivo publicará, até 30 dias após o encerramento do bimestre, os Anexos I e II, do Relatório Resumido da Execução Orçamentária, e os demais anexos nos prazos estabelecidos pelo Tribunal de Contas.

§ 2º. O Relatório da Gestão Fiscal será emitido pelo Chefe do Poder Executivo e pelo Presidente da Câmara Municipal, e será publicado até 30 dias após o encerramento de cada quadrimestre, com amplo acesso ao público, inclusive por meio eletrônico.

§ 3º. Até o final dos meses de maio e setembro de 2020, e de fevereiro de 2021, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na Câmara Municipal.

Artigo 51 - Se verificado, no final de cada bimestre, que a realização da receita poderá não atingir as metas do equilíbrio financeiro, conforme determina a Lei Complementar 101/00, o Poder Executivo promoverá a limitação de empenho e movimentação financeira, com base nos seguintes critérios:

I. limitação de empenho relativo a novos investimentos, onde seria utilizado recurso próprio do orçamento.

II. Limitação de empenho de despesas relativas às viagens e congêneres.

III. Limitação de empenhos referentes as despesas gráficas;

IV. Limitação de empenhos de despesas relativas a veiculação institucional pela mídia, excetuando-se as decorrentes da disponibilização de informações de interesse da coletividade.

V. Limitação de despesas com combustíveis e derivados, exceto para a frota que atende os serviços de saúde e educação.

§ 1º - Não serão objeto de limitação de empenho as despesas que constituem obrigações constitucionais e legais do ente, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida.

§ 2ºA limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração da receita se reverta nos bimestres seguintes.

Artigo 52 - O Controle de Custo e Avaliação de Resultados dos programas de governo previsto no Art. 4º, inciso I, alínea "e" da LRF será realizado pela Controladoria Interna da Prefeitura Municipal, criada pela Lei nº 029, de 23 de dezembro de 2005.

§ 1º- O artigo 20 da Lei 029, em seus itens I à XI define as atribuições da Controladoria no sentido do cumprimento da Lei Complementar nº 101, de 04/05/2000.

§ 2º - Dentre outras atribuições, cabe à Controladoria orientar, acompanhar, fiscalizar e avaliar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos da administração direta e indireta, visando a regular e racional utilização dos recursos e bens públicos.

Artigo 53 – Os Órgãos do Poder Executivo poderão firmar convênios com outras esferas de governo para o desenvolvimento de programas prioritários nas áreas de educação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social, transporte, infra - estrutura, segurança, saneamento e outros que por ventura se fizerem necessários, e venham oferecer benefícios à população, devendo o favorecido atender ao disposto no Art. 25, da Lei Complementar nº 101/2000, tais como:

I. EMPAER;

II. POLICIAS CIVIL E MILITAR;

III. INDEA;

IV. FEMA;

V. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL;

VI. EXATORIA ESTADUAL;

VII. IBAMA;

VIII. TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO;

IX. DETRAN;

X. SINDICATOS;

XI. ASSOCIAÇÕES E ENTIDADES SEM FINS LUCRATIVOS.

Artigo 54 - São requisitos necessários para contribuição e custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, conforme o artigo 62, inciso I, da Lei Complementar n º 101/2000:

I. existência de dotação específica;

II. interesse da municipalidade;

III. contrapartida do ente da federação que estiver sendo beneficiado;

IV. comprovação de que o ente beneficiado se acha em dia quanto ao pagamento de tributos, empréstimos e financiamentos devidos ao ente transferidor, bem como quanto à prestação de contas de recursos anteriormente dele recebidos.

Parágrafo Único - Para que seja efetivada a contribuição será necessária autorização em lei específica e formalização de Convênio, acordo, ajuste ou congênere entre o município e o ente da Federação, definindo os deveres e obrigações das partes, forma e prazo para apresentação da prestação de contas.

Artigo 55 - Em caso de transferências de recursos a entidades públicas e privadas, serão efetuadas observando-se o disposto no parágrafo único do Art. 16 da Lei 4.320/64. "O valor das subvenções, sempre que possível, será calculado com base em unidades de serviços efetivamente prestados ou postos à disposição dos interessados, obedecidos os padrões mínimos de eficiência previamente fixados".

Artigo 56 - A destinação de recursos para cobrir necessidades de pessoas físicas ou déficits de pessoas jurídicas deverá ser autorizada por Lei específica, conforme dispõe o Art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 - LRF.

Artigo 57 - O Prefeito Municipal estabelecerá através de Decreto do Poder Executivo a Programação Financeira e o Cronograma de Execução Mensal de Desembolso, até trinta dias da publicação da Lei Orçamentária Anual.

Artigo 58 - A estimativa da receita que constará do Projeto de Lei Orçamentária para o exercício de 2020 completará medidas de aperfeiçoamento da administração dos tributos municipais, com vista a expansão da base de tributação e consequente aumento das receitas próprias.

Parágrafo Único - A estimativa da receita citada no presente artigo, levará em consideração, adicionalmente, o impacto na legislação tributária, observadas a capacidade econômica do contribuinte e a justa distribuição de renda, com destaque para:

I. atualização da planta genérica de valores do município;

II. revisão, atualização ou adequação da legislação tributária municipal.

Artigo 59 - O município só fará concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza da qual decorra renúncia de receita, com autorização de Lei Especial, composta de anexo, contendo:

I. A estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos exercícios seguintes;

II. As medidas de compensação no período mencionado no inciso I, por meio do aumento da receita proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

Artigo 60 - Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº. 101/00 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2019, as despesas serão classificadas em relevantes e irrelevantes.

Parágrafo único - Para fins do disposto no § 3º do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, são consideradas despesas irrelevantes aquelas cujo valor não ultrapasse os limites previstos nos incisos I e II do art. 24 da Lei Federal nº 8.666/1993, nos casos, respectivamente, de obras e serviços de engenharia e de outros serviços e compras, e relevantes àquelas que ultrapassam o valor máximo da dispensa de licitação, na forma estabelecida pela Lei Federal n° 8.666/93.

Artigo 61 – Para os fins do disposto no art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000 e em cumprimento ao § 1º, do mesmo artigo, os atos que criarem ou aumentarem despesas obrigatórias de caráter continuado, deverão ser acompanhados de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais de que trata o § 1º do art. 4 º da LRF.

Artigo 62 - Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2019, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I. pessoal e encargos sociais;

II. pagamento do serviço da dívida; e

III. transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos;

IV.1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas.

Artigo 63 - Por ocasião da avaliação e atualização do Plano Plurianual - PPA e da elaboração da LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, o Poder Executivo poderá fazer revisão das metas físicas e financeiras discriminadas no ANEXO I desta Lei, adequando-se com a estimativa das receitas e previsão da despesa para 2020.

Artigo 64 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Artigo 65 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, aos 15 dias do mês de julho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI 1776/2019

LEI 1776/2019

Altera o número de vagas do Cargo efetivo de Agente Administrativo, Cria o Cargo de Alimentador de Sistema Aplic de provimento efetivo, Altera o vencimento do cargo de Procurador Jurídico, acrescentando e alterando a Tabela de Cargos Efetivos da Câmara Municipal, que trata o § 1º do art. 3º da Lei nº 895/2012, com alterações feitas pela Lei nº 1307/2016, e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, APROVOU E EU PREFEITO MUNICIPAL SANCIONO A SEGUINTE LEI:

Art. 1º - Ficam ampliadas de 03 (três) para 04 (quatro), as vagas do cargo de Agente Administrativo de provimento efetivo.

Art. 2º - Fica alterado o vencimento inicial do cargo de provimento efetivo de Procurador Jurídico para R$ 6.894,41 (seis mil, oitocentos e noventa e quatro reais e quarenta e um centavos).

Art. 3º - Fica criado, no quadro de pessoal da Câmara Municipal de Paranatinga, o cargo de Alimentador de Sistema Aplic, de provimento efetivo, de nível superior, carga horária de 40 horas semanais, Vencimento Inicial de R$ 5.350,00 (cinco mil, trezentos e cinquenta reais).

Art. 4º - São atribuições do Cargo de Alimentador de Sistema de Aplic:

Alimentador de Sistema Aplic: Gerar Banco de Dados do Sistema de Compras; Gerar banco de dados do sistema Patrimônio; Gerar banco de dados do sistema contábil; Gerar, diariamente, banco de dados das licitações (arquivos tempestivos); Gerar mensalmente o relatório de empenho da folha de pagamento, no sistema GF-Folha; Relacionar mensalmente os empenhos, por órgão e unidade no campo movimento/folha de pagamento; Gerar banco de dados referentes às informações tempestivas referentes aos editais e contratos emitidos; Sistematizar conforme os padrões determinados pelo TCE-MT, todas as informações recebidas/geradas das Unidades Executoras, zelando para o cumprimento do cronograma de envio dos arquivos periódicos e tempestivos; Informar por escrito, conforme as inconsistências verificadas nos bancos de dados recebidos/importados; Cobrar oficialmente os atrasos verificados no recebimento das informações, sob aviso ao Controle Interno do Legislativo; Manter em separado, arquivo de toda correspondência enviada e recebida deste setor com as demais órgãos; Enviar ao TCE-MT os arquivos Periódicos e Tempestivos, conforme cronograma estabelecido em normativos.

Escolaridade exigida: Ensino Superior.

Característica especifica: possua desenvoltura e habilidades voltadas as atribuições do cargo.

Art. 5º - O quadro de cargos de provimento efetivo e seus respectivos vencimentos do § 1º do art. 3º da Lei Municipal nº 895/2012, alterado pela Lei nº 1307/2016, passa a vigorar com as alterações da presente lei.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, em 15 de julho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO 03/2019

A Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, através do Presidente da CPL **Devenilson da Silva,** nomeado pela portaria nº 010/2019 de 15 de janeiro de 2019, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, pela modalidade **TOMADA DE PREÇO Nº. 03/2019** do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL** regido pela Lei nº 8.666/93 (e suas alterações posteriores), Decreto nº 8.538, de 2015 e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 que institui o Estatuto Nacional da ME da EPP. Objeto: a Contratação de Empresa Especializada para **Troca de Telhado e Construção da Cobertura do Refeitório da Escola Municipal Rui Barbosa**, atendendo à solicitação da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Paranatinga-MT. Conforme especificações contidas nos respectivos ANEXOS do Edital.Data de abertura **31/07/2019**, quarta-feira **às 08:00 h (Horário Local).** O Edital e os seus Anexos poderão ser retirados no site da Prefeitura **www.paranatinga.mt.gov.br** ou na sede da Prefeitura Municipal de Paranatinga - MT, Sito Av. Brasil, nº 1900 – Centro, mais Informações pelo e-mail: **edital.ptga@hotmail.com** ou Telefone 66 3573-1329/1756. Horário de atendimento é de segunda a sexta-feira das **07 às 11h (Horário Local)**. Em 15 de julho de 2019. Pregoeiro Devenilson da Silva.

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1775/2019.

LEI Nº 1775/2019.

"INCLUI NOS ANEXOS DO PLANO PLURIANUAL – PPA 2018/2021, LEI Nº 1508/2017, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Função: 10 - Saúde.

Sub Função: 304 – Vigilância Sanitária.

Programa: 0014 – Vigilância em Saúde.

Projeto/Atividade: 1208 – Reforma do Imóvel Sede da Vigilância Sanitária.

Elemento de Despesa:

4490.51.00 Obras e Instalação.

Fonte: 0.1.02.00000 – Receitas de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde ... R$ 42.215,80

Total.....R$ 42.215,80

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação provenientes dos recolhimentos das taxas de fiscalização sanitária municipal, conforme Artigo 43, da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 043/2008 TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte:0.1.02.00000 – Receitas de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde R$ 42.215,80

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 42.215,80

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 15 de julho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 221 DE 15 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA N° 221 DE 15 DE JULHO DE 2019.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL OCUPANTE DE CARGO EFETIVO.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA, Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Municipal nº 164A/2006.

RESOLVE;

Art. 1º- Conceder a **LICENÇA PRÊMIO** pelo período de 90 (noventa) dias ininterruptos a Servidora Público Municipal **Sra. LINDOMAR SEVERO DE ALCANTARA**, Matrícula 81, portadora do RG sob o nº 621832 SSP/MT e inscrita no CPF/MF sob o nº 415.208.401-44, ocupante do Cargo Efetivo de "**PROFESSOR C"**, lotado na Secretaria Municipal de Educação, conforme disposto no Art. 1º da Lei Municipal nº 164A de 20 de Abril de 2006, e em atendimento ao requerimento do Servidor.

PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DA LICENÇA
2011-2016	01/07/2019 A 28/09/2019

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor com data retroativa a 01 de julho de 2019, revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º - Revogam-se às disposições em contrário.

Registra-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 15 de julho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1774/2019.

LEI Nº 1774/2019.

"INCLUI NA LEI Nº 1650/2018 E NOS SEUS RESPECTIVOS ANEXOS - LDO PARA 2.019, O PROGRAMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDENCIAS. "

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, Inciso V, da Constituição Federal e Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Função: 10 - Saúde.

Sub Função: 304 – Vigilância Sanitária.

Programa: 0014 – Vigilância em Saúde.

Projeto/Atividade: 1208 – Reforma do Imóvel Sede da Vigilância Sanitária.

Elemento de Despesa:

4490.51.00 Obras e Instalação.

Fonte: 0.1.02.00000 – Receitas de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde ... R$ 42.215,80

Total.....R$ 42.215,80

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação provenientes dos recolhimentos das taxas de fiscalização sanitária municipal, conforme Artigo 43, da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 043/2008 TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte:0.1.02.00000 – Receitas de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde R$ 42.215,80

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 42.215,80

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 15 de julho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 220 DE 15 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA N° 220 DE 15 DE JULHO DE 2019.

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, **Sr**. **JOSIMAR MARQUES BARBOSA**, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

1 – Nomear o **Sr. CLAUDECY BARRETO DOS SANTOS**,portador do RG n° 1258830-0 SSP/MT e do CPF n° 859.635.691-68, para responder pelo Sistema Frota da Secretaria de Obras do Município.

2 – Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogadas as disposições em contrário.

3 – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 15 de julho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito Municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
LEI Nº 1773/2019.

LEI Nº 1773/2019.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO

MUNICIPAL ABRIR CRÉDITOS

ADICIONAL ESPECIAL POR

EXCESSO DE ARRECADAÇÃO E

DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O PREFEITO MUNICIPAL DE PARANATINGA, ESTADO DE MATO GROSSO, SENHOR JOSIMAR MARQUES BARBOSA, FAZ SABER, QUE A CÂMARA MUNICIPAL APROVOU E ELE SANCIONA A SEGUINTE LEI:

ARTIGO 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a realizar abertura de CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL, destinado a cobertura de despesa com Projeto de Atividade, para atender despesas nos termos do artigo 167, In-

ciso V, da Constituição Federal e Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320/64, na forma discriminada:

Credito Adicional Especial:

Órgão: 05 - Secretaria Municipal de Saúde.

Unidade: 001 - Fundo Municipal de Saúde - FMS.

Função: 10 - Saúde.

Sub Função: 304 – Vigilância Sanitária.

Programa: 0014 – Vigilância em Saúde.

Projeto/Atividade: 1208 – Reforma do Imóvel Sede da Vigilância Sanitária.

Elemento de Despesa:

4490.51.00 Obras e Instalação.

Fonte: 0.1.02.00000 – Receitas de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde ... R$ 42.215,80

Total.....R$ 42.215,80

ARTIGO 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional especial aberto pelo artigo anterior serão utilizados os recursos oriundos de Excesso de Arrecadação provenientes dos recolhimentos das taxas de fiscalização sanitária municipal, conforme Artigo 43, da lei 4.320/1964 e Resolução de Consulta nº 043/2008 TCE-MT.

Parágrafo I – Excesso de:

Fonte:0.1.02.00000 – Receitas de Imp. e Transf. de Impostos – Saúde R$ 42.215,80

TOTAL DO EXCESSO.....R$ 42.215,80

ARTIGO 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga, Estado de Mato Grosso, em 15 de julho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

Prefeito municipal

OUVIDORIA MUNICIPAL
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 008/2019

DIVULGA GABARITO OFICIAL

A Presidente da Comissão Organizadora do Processo Seletivo 001/2019 da Prefeitura Municipal de Paranatinga – MT, de acordo com o Anexo I do Edital 001/2019, do Processo Seletivo Simplificado, e visando atender aos princípios da publicidade, da legalidade e da impessoalidade, e;

Considerando a aplicação das provas objetivas ocorrida no dia 14 de julho de 2019,

RESOLVE:

I. Divulgar o Gabarito Oficial das provas objetivas do Processo Seletivo 001/2019, conforme anexo único que integra este Edital Complementar.

Paranatinga, 15 de julho de 2019.

ARLINDA **B**ARBOSADE **A**RRUDA **V**IAN

***S**ECRETÁRIA **M**UNICIPAL DE **E**DUCAÇÃO - **P**ORTARIA 429 /2017 E*

***P**RESIDENTE DA **C**OMISSÃO **P**ERMANENTE **O**RGANIZADORA DO **P**ROCESSO **S**ELETIVO **S**IMPLIFICADO*

ANEXO I

NÍVEL SUPERIOR:

CARGO: NUTRICIONISTA																			
LÍNGUA PORTUGUESA					***CONHECIMENTOS GERAIS***					***CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS***									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	B	A	E	A	D	C	B	B	E	C	B	D	C	B	D	C	C	C	C

CARGO: PROFESSOR(A) B																			
LÍNGUA PORTUGUESA					***CONHECIMENTOS GERAIS***					***CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS***									
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
A	B	A	E	A	D	C	B	B	E	B	D	B	C	B	C	C	C	A	D

NÍVEL MÉDIO:

CARGOS: AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS (ASG), MERENDEIRO(A), VIGIA, TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL (TDI), MOTORISTA, PROFESSOR(A) "A" (MAGISTÉRIO), PROFESSOR(A) "I" (ENSINO MÉDIO) E TÉCNICO(A) ADMINISTRATIVO(A) EDUCACIONAL.																			
LÍNGUA PORTUGUESA										***MATEMÁTICA***					***CONHECIMENTOS GERAIS***				
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
B	A	B	A	A	E	D	E	D	E	C	E	A	B	E	D	C	B	B	E

NÍVEL FUNDAMENTAL:

CARGO: MAESTRO(INA) REGENTE																			
LÍNGUA PORTUGUESA										***MATEMÁTICA***					***CONHECIMENTOS GERAIS***				
01	**02**	**03**	**04**	**05**	**06**	**07**	**08**	**09**	**10**	**11**	**12**	**13**	**14**	**15**	**16**	**17**	**18**	**19**	**20**
D	B	E	D	A	C	A	C	B	C	C	B	D	B	C	D	C	B	B	E

OUVIDORIA MUNICIPAL
PORTARIA N° 219 DE 15 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA N° 219 DE 15 DE JULHO DE 2019.

"COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO DE PARANATINGA-MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, Sr. JOSIMAR MARQUES BARBOSA, no uso e gozo das suas atribuições legais:

RESOLVE:

I- NOMEAR os membros da Comissão de Acompanhamento da aplicação do Plano de Ação da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento de Paranatinga - MT, composta pelos seguintes membros:

Luciana Francisca da Silva Costa, inscrita no CPF nº 550.442.801-78, Daniel Schilo, inscrito no CPF nº 004.682.690-45, Rosirei de Almeida Silva dos Santos, inscrita no CPF nº 942.083.441-72, Rosemar Antônio Rocha, inscrito no CPF nº, Devenilson da Silva, inscrito no CPF nº 627.850.421-15

II – Esta Portaria entra em vigor com data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

III – Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Paranatinga-MT, 15 de julho de 2019.

JOSIMAR MARQUES BARBOSA

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

DECRETO Nº 107/2019 - EFETIVAÇÃO SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS

15 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre efetivação no serviço público municipal, os funcionários aprovados em Concurso Público nº 001/2016.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a aprovação em Concurso Público;

CONSIDERANDO as avaliações funcionais em que constatou a aptidão para o exercício de cargo público;

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório;

CONSIDERANDO o regulamento do Concurso Público;

CONSIDERANDO o contido na Constituição Federativa do Brasil.

DECRETA*:*

ARTIGO 1º - Ficam efetivados no Serviço Público Municipal, os funcionários concursados relacionados no anexo I, que passa fazer parte integrante e inseparável do presente Decreto.

ARTIGO 2º - A efetivação dos funcionários constantes do anexo I está sujeitos ao cumprimento das normas e disciplinas exigidas por Lei em vigor, bem como aquelas que vierem a ser instituídas no que tangem direitos e deveres.

ARTIGO 3º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA - MT.

AOS 15 DIAS DO MÊS DE JULHO DE 2019.

Juvenal Pereira Brito

Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

ANEXO I

Nº ORD.	NOME	CARGO	ADMISSÃO
1	**Cintia Lopes da Silva**	Enfermeira	15/07/2016
2	**Edna Aline dos Reis Gabriel**	Monitora	12/07/2016
3	**Flávia do Nascimento Souza**	Monitora	12/07/2016

DECRETO Nº 108/2019 - CONCESSÃO DE PROGRESSÃO FUNCIONAL

15 DE JULHO DE 2019

Dispõe sobre concessão de progressão funcional conforme o disposto no artigo 55 da Lei Municipal 075/98 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 55 da Lei Municipal nº 075/98 regulamentado pela Lei 351/2003 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98, que tratam da Progressão Funcional;

CONSIDERANDO o Art. 34º do PCCS (Plano de Cargo, Carreira e Salário);

CONSIDERANDO a progressão funcional horizontal de escolaridade apresentada;

DECRETA:

Art. 1º - Fica concedida Progressão (HORIZONTAL) aos servidores:

Ord.	Mat.	Nome	Data Admissão	Cargo	Classe/Nível	Classe/Nível após Enquadramento
1	5241	Ana Lúcia Gomes de Almeida	05/07/2016	Monitora	A-03	B-03
2	5248	Lucas Gabriel Silva França	11/07/2016	Procurador Municipal	A-04	B-04
3	5243	Mariane Heck Campos	05/07/2016	Monitora	A-03	B-03
4	5237	Vivielli Pereira Ribeiro	05/07/2016	Monitora	A-03	B-03

Art. 2º - O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE PEDRA PRETA – MT.

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE 2019.

JUVENAL PEREIRA BRIT Prefeito

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

DECRETO Nº 106/2019 - RETIFICAÇÃO DECRETO Nº 097/2019.

15 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a retificação do Decreto Municipal n° 097/2019 bem como sobre a progressão funcional conforme o disposto do artigo 55 da Lei Municipal 079/98 e dá outras providências.

JUVENAL PEREIRA BRITO, PREFEITO DO MUNICIPIO DE PEDRA PRETA-MT, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 55 da Lei Municipal nº 075/98 regulamentado pela Lei 351/2003 e artigos 11 e seguintes da Lei Municipal 079/98, que tratam da Progressão Funcional;

CONSIDERANDO o Art. 34ª do PCCS (Plano de Cargo, Carreira e Salário);

CONSIDERANDO o aniversário de posse correspondente ao mês de julho/2019;

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica concedida Progressão Funcional/Vertical aos servidores, cujo aniversário de posse é JULHO/2019.

RELAÇÃO DOS SERVIDORES COM DIREITO A PROGRESSÃO VERTICAL, MÊS DE JULHO/2019:

Nº	MAT.	NOME	ATA DE ADM	CARGO	CLASSE/NIVEL ATUAL	CLASSE NIVEL A PROGREDIR
1	1562	Agnaldo José Soares	01/07/2002	Motorista	D/17	D/18
2	4820	Luzane Francisca Gomes	01/07/2014	Ag. Administrativo	C/05	C/06
3	1563	Valdemar Furtado Borges	01/07/2002	Motorista	C17	C/18

Art. 2º - O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO DE PEDRA PRETA – MATO GROSSO

AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DE DOIS MIL E DEZENOVE

JUVENAL PEREIRA BRITO

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria e

Publicada no Diário Oficial.

DECRETO Nº 105/2019 - RETIFICAÇÃO DO DECRETO Nº 104/2019.

DE 15 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre a retificação do Decreto Municipal n° 104/2019 bem como sobre a efetivação no serviço público municipal de servidor aprovado no Concurso Público nº 001/2016.

JUVENAL PEREIRA BRITO, Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei;

CONSIDERANDO a aprovação em Concurso Público;

CONSIDERANDO as avaliações funcionais em que constataram a aptidão para o exercício de cargo público;

CONSIDERANDO o cumprimento do estágio probatório;

CONSIDERANDO o regulamento do Concurso Público;

CONSIDERANDO o contido na Constituição Federativa do Brasil.

DECRETA*:*

ARTIGO 1º - Fica retificado o Art. 1° do Decreto Municipal n° 104/2019 de 11 de Julho de 2019 publicado na edição do dia 12 de Julho de 2019 do Diário Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, que passa a viger com a seguinte redação:

“Fica efetivado o Servidor Público Municipal relacionado no ANEXO I, por ter sido avaliado e aprovado no estágio probatório.”

ARTIGO 2º - O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Pedra Preta, Estado de Mato Grosso, Edifício Sede do Poder Executivo, aos 15 dias do mês de Julho de 2019.

Juvenal Pereira Brito

Prefeito

ANEXO I

Nº ORD.	NOME	CARGO	ADMISSÃO
1	LUCAS GABRIEL SILVA FRANÇA	Procurador Jurídico - Sede	11/07/2016

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVA A LDO PARA 2020

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA RELATIVA A LDO (LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIA) PARA 2020

Data: 12/07/2019

Horário: 15:00:00

Aos doze dias do mês de Julho do ano de dois mil e dezenove (12/07/2019), atendendo convocação realizada pelo Exmo. Senhor: Juvenal Pereira Brito,Prefeito do Município de Pedra Preta, no passo da Escola de São José do Planalto, município de Pedra Preta – MT, iniciou se a abertura da Audiência o Sr. Contador Municipal Ricardo Moreira de Oliveira, dando boas-vindas aos presentes, e iniciando a leitura do material das intenções para o próximo exercício. O contador destacou a obrigatoriedade legal das audiências públicas, a importância das mesmas para a transparência e participação da sociedade de maneira efetiva citando a Lei de Res-

ponsabilidade Fiscal, especificamente os artigos 48, ainda a Lei de Acesso à Informação, Federal e Municipal e demonstrando aos presentes os princípios básicos obrigatórios e da Constituição Federal e citou o artigo 165 §§ 2º, e ainda, a Lei 4.320/1964 no que tange a Contabilidade Pública, demonstrou e sistematizou uma breve apresentação do que se trata o PPA-Plano Plurianual, a LDO – Lei das Diretrizes Orçamentárias, e a LOA – Lei Orçamentária Anual, após essa explicação, começou a fazer a leitura inicial dos

componentes da LDO – dos principais projetos e do que está destacado no PPA vigência 2018.

Passando a palavra para os presentes, os mesmos solicitaram a implantação de um poço artesiano devido a falta de água suficiente para a Vila. Solicitaram também a reforma ou construção da quadra poliesportiva da escola. A Iluminação da Vila foi outra reinvindicação trazida na pauta, como também a colocação de câmeras nas escolas para segurança. Outra solicitação foi a manutenção da casa dos professores. Foram feitas reclamações por falta de médicos na Vila, como também a reforma do posto de saúde. A construção do laboratório de informática também se faz necessária. Foi solicitado a lama asfáltica para a rua principal da Vila e a manutenção das estradas, além das sinalizações. Com a reforma da escola faz necessário a instalação de condicionadores de ar. Ampliação do transporte escolar. Outra solicitação foi a reforma do campo de futebol como também a iluminação do mesmo. Foi solicitado também a construção de casas populares para os munícipes que tenham a necessidade, como também a regularização dos terrenos da Vila. Após ouvir a comunidade, o Contador Fez as menções que a maioria dos projetos são contidos na LDO e fez a leitura do esboço da lei das diretrizes orçamentárias e seus principais projetos, lendo secretaria por secretaria.

Não havendo mais dúvidas ou questionamentos o Contador entendendo ter sanado os questionamentos e solicitado para que fossem lavrados em ata, encerra a presente audiência pública e eu Renato de Oliveira, servidor público do Departamento de Contabilidade, encerro essa presente ata, as: 15:47 horas, e recolho a assinatura dos presentes:

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO

PREGÃO ELETRÔNICO-SRP Nº 018/2019 – RESULTADO

O Município de Peixoto de Azevedo-MT torna Público que na licitação em epigrafe, cujo objeto é**REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA PARA AS NECESSIDADES DAS UNIDADES DA SAÚDE NO ATENDIMENTO AOS USUÁRIOS DO SUS (ATENÇÃO BÁSICA A SAÚDE), CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.** Ocorrida em 31/05/2019 às 14:00hs, Sagrou-se vencedoras as empresas: **CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA,** com o valor total de **R$ 3.725,00 (Três mil, setecentos e vinte e cinco reais); DIMASTER COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** com o valor total de **R$ 107.108,00 (Cento e sete mil, cento e oito reais); DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI ME**, com o valor total de **R$ 2.474,00 (Dois mil, quatrocentos e setenta e quatro reais); FERNAMED LTDA,** com o valor total de **R$ 24.655,40 (Vinte e quatro mil, seiscentos e cinquenta e cinco reais e quarenta centavos); GOLDENPLUS-COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** com o valor total de **R$ 40.375,00 (Quarenta mil, trezentos e setenta e cinco reais); GREEN FARMACEUTICA EIRELI EPP,** com o valor total de **R$ 5.920,00 (Cinco mil, novecentos e vinte reais); HOSPDROGAS COMERCIAL LTDA,** com o valor total de **R$ 64.972,60 (Sessenta e quatro mil, novecentos e setenta e dois reais e sessenta centavos); HIPERDENTAL COMERCIO E REP. DE PROD. ODONTO E MED HOSP. LTDA EPP,** com o valor total de **R$ 6.003,20 (Seis mil, três reais e vinte centavos); INOVAMED COMERCIO DE MEDICAMENTO LTDA -ME,** com o valor total de **R$ 71.420,08 (Setenta e um mil, quatrocentos e vinte reais e oito centavos); J D DE ANDRADE DROGARIA,** com o valor total de **R$ 32.780,00 (Trinta e dois mil, setecentos e oitenta reais); MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA ME,** com o valor total de **R$ 3.385,00 (Três mil, trezentos e oitenta e cinco reais); NACIONAL COMERCIAL HOSPITALAR LTDA,** com o valor total de **R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais); NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA,** com o valor total de **R$ 9.775,00 (Nove mil, setecentos e setenta e cinco reais); RINALDI E COGO LTDA,** com o valor total de **R$ 52.712,00 (Cinquenta e dois mil, setecentos e doze reais); SALVI E LOPES E CIA LTDA,** com o valor total de **R$ 3.599,40 (Três mil, quinhentos e noventa e nove reais e quarenta centavos); VITALSUL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS - EIRELI,** com o valor total de **R$ 44.125,00 (Quarenta e quatro mil, cento e vinte e cinco reais).** Na fase de habilitação as concorrentes atenderam ao Edital em sua integralidade. Não houve reações contrárias a esta decisão**.** Peixoto de Azevedo-MT, 11 de Julho de 2019.

EMERSON NUNES FREITAS

Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO/DEPARTAMENTO DE CONTRATOS
AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 31 2019

AVISO DE PRORROGAÇÃO E TERMO DE RETIFICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N°. 31/2019 REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte-MT, comunica aos interessados que prorrogara a licitação na modalidade de Pregão Presencial nº 31/2019 – Registro de Preço - do tipo menor preço OBJETO: Contratação de empresa para PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE COM MOTORISTA - VEICULO TIPO ONIBUS PARA TRANSPORTE DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL E ESTADUAL DE ENSINO DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT. Data de Abertura/Recebimento das Propostas/credenciamento/julgamento: para 31/07/2019 as 15h00min, local: Rua Tocantins nº 1.173, Setor Três Irmãos,– Centro, CEP 78.655-000, Porto Alegre do Norte/MT. O Edital completo estará à disposição dos interessados gratuitamente na sede da Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte /MT, no site da prefeitura, www.portoalegredonorte.mt.gov.br e no e-mail licitacao@portoalegredonorte.mt.gov.br Telefone: (66) 3569 1226/1210.

Monica Pereira da Silva

Pregoeiro

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 168/2019 EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 168/2019

15/07/2019

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos: VI e IX, do artigo 44º da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Exonerar a Senhora **MARLENE LUIZA DE BARROS RIBEIRO**, portadora da CIRG 1272056 SSP/GO, CPF 263.995.121-15, Matricula Funcional nº 1267, do cargo comissionado de ENCARREGADA ADMINISTRATIVA, com lotação na Secretaria Municipal de Administração do município de Porto Alegre do Norte - MT, anteriormente nomeada através da Portaria nº 012/2017 de 03 de janeiro de 2019.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 15 de julho de 2019.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL Nº 020/2019. TORNA-SE PÚBLICO A LEI 878/2019

EDITAL Nº 020/2019.

PORTO ALEGRE DO NORTE, 11 DE JULHO DE 2019.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE, ESTADO DE MATO GROSSO, EM CUMPRIMENTO AO QUE DISPOEM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E ESTADUAL EM SEU ARTIGO 61 E A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL.

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

T O R N A – S E P Ú B L I C O:

A Prefeitura Municipal de Porto Alegre do Norte TORNA-SE PÚBLICO A LEI 878/2019 – *"*AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE – MT A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE RATIFICANDO O PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM OS MUNICÍPIOS DE PORTO ALEGRE DO NORTE, CONFRESA, CANABRAVA DO NORTE E SÃO JOSÉ DO XINGU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS*".*

A LEI 878/2019, ficará a disposição da população para questionar sua legitimidade, pelo prazo preconizado pela Legislação vigente.

Para os devidos fins de direito e conhecimento dos interessados expediu-se o presente Edital.

C U M P R A – S E

R E G I S T R E – S E

P U B L I Q U E – S E

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 167/2019 EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 167/2019

15/07/2019

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos: VI e IX, do artigo 44º da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Exonerar a Senhora **MARIA APARECIDA FRANCISCA DOS SANTOS**, portadora da CIRG 4116293 SSP/GO, CPF 938.928.29187, Matricula Funcional nº 1298, do cargo comissionado de ENCARREGADA ADMINISTRAVA, responsável pela Coordenação do CRAS, com lotação na Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Porto Alegre do Norte - MT, anteriormente nomeada através da Portaria nº 032/2018 de 01 de março de 2018.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 15 de julho de 2019.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
LEI N.º 878/2019, CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

LEI N.º 878/2019,

11 DE JULHO DE 2019.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE – MT A PARTICIPAR DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL À CRIANÇAS E ADOLESCENTES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE RATIFICANDO O PROTOCOLO DE INTENÇÕES QUE ENTRE SI CELEBRAM OS MUNICÍPIOS DE PORTO ALEGRE DO NORTE, CONFRESA, CANABRAVA DO NORTE E SÃO JOSÉ DO XINGU E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL ROSA DO LAGO, PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE DO NORTE, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover a participação do Município de Porto Alegre do Norte - MT no Consórcio Intermunicipal de Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes em Situação Vulnerabilidade, ratificando o Protocolo de Intenções anexo ao presente projeto de lei, protocolo este firmado entre os Municípios de Porto Alegre do Norte, Confresa, Canabrava do Norte e São José do Xingu, com a finalidade de instituir o Consórcio Intermunicipal de Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes em Situação Vulnerabilidade, sob a forma de associação pública, com personalidade jurídica de direito público.

Art. 2º Os entes Consorciados poderão ceder servidores públicos na forma e condições de cada.

Art. 3º O estatuto do Consórcio disporá sobre a organização e o funcionamento de cada um dos seus órgãos constitutivos.

Art. 4º O Poder Executivo Municipal regulamentará a presente Lei, destinando recursos financeiros necessários para o cumprimento do contrato de rateio do Consórcio Intermunicipal de Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes em Situação Vulnerabilidade, cujo valor deverá ser consignado na Lei Orçamentária Anual, em conformidade com o disposto no art. 8º, da Lei nº 11.107./2005 e Decreto nº 6.017/2007.

§ 1º: O contrato de rateio será formalizado em cada exercício e seu prazo de vigência não será superior ao das dotações que o suportam.

§ 2º: É vedada a aplicação dos recursos entregues por meio de rateio para o atendimento de despesas genéricas, inclusive transferências ou operações de crédito.

§ 3º: Os entes Consorciados, isolados ou em conjunto, bem como o Consórcio Público, são partes legítimas para exigir o cumprimento das obrigações previstas no contrato de rateio.

§ 4º: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas dos entes Consorciados, todas as despesas realizadas com os recursos entregues em virtude de contrato de rateio, de forma que possam ser contabilizadas nas contas de cada ente Consorciado na conformidade com os elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

§ 5º: Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente Consorciado que não consignar, em suas Leis Orçamentárias futuras

ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

Art. 5º Fica o poder Executivo Municipal autorizado a:

I – abrir crédito especial, para fazer frente às despesas iniciais decorrentes da execução da presente Lei;

Art. 6º A retirada do ente Consorciado do Consórcio Público dependerá de ato formal de seu representante na assembléia geral, na forma previamente disciplinada no Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Acolhimento Institucional a Crianças e Adolescentes em Situação Vulnerabilidade.

Parágrafo Único – Os bens destinados ao Consórcio Público pelo Consorciado que se retira somente serão revertidos ou retrocedidos no caso de expressa previsão no contrato de consórcio público ou no instrumento de transferência ou alienação.

Art. 7º A alteração ou extinção do Consórcio Público dependerá de instrumento aprovado pela assembléia geral, ratificado mediante lei por todos os entes Consorciados.

Art. 8º Aplica-se ao Consórcio Público o disposto na Constituição Federal, Lei nº 11.107, de 06 de abril de 2005 e Decreto nº 6.017/2007, de 17 de janeiro de 2007.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Porto Alegre do Norte - MT, 11 de julho de 2019.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LEILÃO Nº 001/2019 - BENS MÓVEIS DIVERSOS - LEILÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT

Leilão PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT

AVISO DE LEILÃO Nº 001/2019 - BENS MÓVEIS DIVERSOS

Leilão hibrido – presencial e on-line simultaneamente pela internet

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE DO NORTE/MT, através da Comissão responsável comunica aos interessados que realizará, na forma da Lei 8.666/93 e suas alterações, leilão do tipo Maior Lance, para alienação de bens móveis diversos de sua propriedade e no estado em que se encontram, conforme Anexo I que integra o Edital completo.

- Leilão hibrido: presencial e on-line simultaneamente. Os interessados em participar via internet deverão se habilitar em

até 24 horas antes do leilão para aprovação de cadastro e liberação de acesso ao sistema no site: www.kleiberleiloes.com.br.

- Leiloeiro Público Oficial Álvaro Antônio Mussa Pereira, portador da Matricula nº 013/2008/Jucemat.

Dia do leilão: 02 de agosto de 2019 – 6ª feira – 09:00 horas

Local do leilão: pátio da Secretaria Municipal de Obras – perimetro urbano da cidade.

- Visitas e vistorias aos bens: a partir de 22/07/2019, no horário de 07h30m as 11h00m e das 13h00m as 16h00m, no local do leilão.

- A descrição dos bens móveis diversos e fotos disponíveis no site do leiloeiro, nos folder/panfletos, ou em outro meio de publicidade,

não tem efeito vinculante, e sim apenas de carater meramente ilustrativos e para divulgação do leilão.

- Dúvidas, informações e outros detalhes poderão ser obtidos **com a Comissão (66) 3569.1210**

ou com o Leiloeiro (65) 3027.5131 e 99287.9838.

- Edital completo está disponível no site do leiloeiro: www.kleiberleiloes.com.br para leitura e impressão.

- Veja também no site da Prefeitura, no Portal da Transparência.

Porto Alegre do Norte/MT, 16/07/2019.

A Comissão

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 166/2019 EXONERAÇÃO

PORTARIA Nº 166/2019

15/07/2019

O Prefeito Municipal de Porto Alegre do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições conferidas pelos incisos: VI e IX, do artigo 44º da Lei Orgânica do Município,

R E S O L V E :

Art. 1º. – Exonerar a Senhora **SANDRA MARTINS LUZ**, portadora da CIRG 1233847-8 SJ/MT, CPF 834.431.001-63, Matricula Funcional nº 1284, do cargo comissionado de CHEFE DE DEPARTAMENTO, responsável pelo Departamento de Recursos Humanos, com lotação na Secretaria Municipal de Administração do município de Porto Alegre do Norte - MT, anteriormente nomeada através da Portaria nº 071/2017 de 02 de março de 2017.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal – Porto Alegre do Norte - MT, 15 de julho de 2019.

P U B L I Q U E – S E

R E G I S T R E – S E

C U M P R A – S E.

DANIEL ROSA DO LAGO

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO

3º QUADRIMESTRE RGF E 6º BIMESTRE RREO 2018

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
RECEITAS(EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	16.349.100,00	16.349.100,00	2.879.464,83	17,61	14.850.822,30	90,84	1.498.277,70
RECEITAS CORRENTES	14.675.400,00	14.675.400,00	2.879.464,83	19,62	14.587.265,23	99,40	88.134,77
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIAS	907.000,00	907.000,00	221.956,61	24,47	1.639.679,76	180,78	-732.679,76
Impostos	878.000,00	878.000,00	224.269,08	25,54	1.608.812,49	183,24	-730.812,49
Taxas	27.000,00	27.000,00	2.619,34	9,70	30.867,27	114,32	-3.867,27
Contribuição de Melhoria	2.000,00	2.000,00	-4.931,81	-246,59	0,00	0,00	2.000,00
CONTRIBUIÇÕES	415.000,00	415.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415.000,00
Contribuições Sociais	415.000,00	415.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415.000,00
Contribuições Econômicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições para Entidades Privadas de Serviço Social e de Formação Profis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	436.600,00	436.600,00	2.890,12	0,66	29.730,05	6,81	406.869,95
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valores Mobiliários	436.600,00	436.600,00	2.890,12	0,66	29.730,05	6,81	406.869,95
Delegação de Serviços Públicos Medinte Concessão, Permissão, Autorização ou	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Exploração do Patrimônio Intangível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessão de Direitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA AGROPECUARIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	155.000,00	155.000,00	39.259,10	25,33	249.475,46	160,95	-94.475,46
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	150.000,00	150.000,00	39.259,10	26,17	247.086,30	164,72	-97.086,30
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços e Atividades Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	2.389,16	47,78	2.610,84
TRANSFERENCIAS CORRENTES	12.700.800,00	12.700.800,00	2.613.267,92	20,58	12.632.166,08	99,46	68.633,92
Transferências da União e suas Entidades	7.408.500,00	7.408.500,00	1.925.968,75	26,00	7.489.737,18	101,10	-81.237,18
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e suas Entidades	4.092.300,00	4.092.300,00	468.275,41	11,44	3.834.810,11	93,71	257.489,89
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	1.200.000,00	1.200.000,00	219.023,76	18,25	1.307.618,79	108,97	-107.618,79
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Decorrentes de Depósitos não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	61.000,00	61.000,00	2.091,08	3,43	36.213,88	59,37	24.786,12
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	60.000,00	60.000,00	2.091,08	3,49	36.213,88	60,36	23.786,12
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
RECEITAS DE CAPITAL	1.673.700,00	1.673.700,00	0,00	0,00	263.557,07	15,75	1.410.142,93
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crèdito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	70.000,00	70.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	70.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	20.000,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERENCIAS DE CAPITAL	1.603.700,00	1.603.700,00	0,00	0,00	263.557,07	16,43	1.340.142,93
Transferências da União e de suas Entidades	775.520,00	775.520,00	0,00	0,00	78.840,00	10,17	696.680,00
Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	828.180,00	828.180,00	0,00	0,00	184.717,07	22,30	643.462,93
Transferências dos Municípios e de suas Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Outras Instituições Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Provenientes de Depósitos não Identificados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Integralização do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resgate de Títulos do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	647.400,00	647.400,00	0,00	0,00	0,00	0,00	647.400,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III)=(I+II)	16.996.500,00	16.996.500,00	2.879.464,83	16,94	14.850.822,30	87,38	2.145.677,70

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.420], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR
			BIMESTRE	%	JAN A DEZ	%	
		(a)	(b)	(b/a)	(c)	(c/a)	(a-c)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Interno	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito - Mercado Externo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III+IV)	16.996.500,00	16.996.500,00	2.879.464,83	16,94	14.850.822,30	87,38	2.145.677,70
DÉFICIT (VI)							
TOTAL (VII) = (V+VI)	16.996.500,00	16.996.500,00	2.879.464,83	16,94	14.850.822,30	87,38	2.145.677,70
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES		0,00			0,00		
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS		0,00			0,00		
Superávit Financeiro Utilizado para Créditos Adicionais		0,00			0,00		
Reabertura de Créditos Adicionais		0,00			0,00		

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.420], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º) R$ 1

DESPESAS	DOTACAO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO	DESPESAS PAGAS ATÉ O BIMESTRE	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS[2]
			BIMESTRE	JAN A DEZ		BIMESTRE	JAN A DEZ			
	(d)	(e)		(f)	(g) = (e-f)		(h)	(i) = (e-h)	(j)	(k)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VIII)	16.115.000,00	16.495.006,51	1.304.866,15	13.364.485,09	3.130.521,42	2.119.661,81	13.364.485,09	3.130.521,42	13.216.656,79	0,00
DESPESAS CORRENTES	13.309.200,00	14.548.055,00	1.186.356,33	12.588.625,64	1.959.429,36	1.988.565,51	12.588.625,64	1.959.429,36	12.473.652,84	0,00
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	6.720.003,00	7.364.659,10	1.070.403,29	6.298.838,06	1.065.821,04	1.078.870,58	6.298.838,06	1.065.821,04	6.288.474,04	0,00
JUROS E ENCARGOS DA DíVIDA	50.000,00	76.000,00	11.745,51	75.017,20	982,80	12.920,60	75.017,20	982,80	75.017,20	0,00
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	6.539.197,00	7.107.395,90	104.207,53	6.214.770,38	892.625,52	896.774,33	6.214.770,38	892.625,52	6.110.161,60	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	1.739.700,00	1.130.851,51	118.509,82	775.859,45	354.992,06	131.096,30	775.859,45	354.992,06	743.003,95	0,00
INVESTIMENTOS	1.704.700,00	1.104.851,51	118.509,82	750.202,07	354.649,44	126.922,82	750.202,07	354.649,44	717.346,57	0,00
INVERSÕES FINANCEIRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	35.000,00	26.000,00	0,00	25.657,38	342,62	4.173,48	25.657,38	342,62	25.657,38	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.066.100,00	816.100,00	0,00	0,00	816.100,00	0,00	0,00	816.100,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(IX)	881.500,00	959.800,00	149.328,39	874.237,16	85.562,84	149.328,39	874.237,16	85.562,84	874.237,16	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X)=(VIII+IX)	16.996.500,00	17.454.806,51	1.454.194,54	14.238.722,25	3.216.084,26	2.268.990,20	14.238.722,25	3.216.084,26	14.090.893,95	0,00
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA - REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL C/ REFINANCIAMENTO (XII)=(X+XI)	16.996.500,00	17.454.806,51	1.454.194,54	14.238.722,25	3.216.084,26	2.268.990,20	14.238.722,25	3.216.084,26	14.090.893,95	0,00
SUPERÁVIT (XIII)				612.100,05			612.100,05		759.928,35	
TOTAL (XIV)=(XII + XIII)	16.996.500,00	17.454.806,51	1.454.194,54	14.850.822,30		2.268.990,20	14.850.822,30		14.850.822,30	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.420], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Novembro a Dezembro 2018/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "e") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE	%		
		(a)		(b)	(b/total b)	(c) = (a-b)		(d)	(d/total d)	(e) = (a-d)	(f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	16.115.000,00	16.495.006,51	1.304.866,15	13.364.485,09	93,86	3.130.521,42	2.119.661,81	13.364.485,09	93,86	3.130.521,42	0,00
Legislativa	755.000,00	755.000,00	0,00	0,00	0,00	755.000,00	0,00	0,00	0,00	755.000,00	0,00
Ação Legislativa	755.000,00	755.000,00	0,00	0,00	0,00	755.000,00	0,00	0,00	0,00	755.000,00	0,00
Administração	3.420.150,00	3.987.475,00	372.038,60	3.855.821,66	27,08	131.653,34	553.241,35	3.855.821,66	27,08	131.653,34	0,00
Administração Geral	1.553.150,00	2.245.999,00	205.173,20	2.167.597,80	15,22	78.401,20	286.745,66	2.167.597,80	15,22	78.401,20	0,00
Administração Financeira	1.779.000,00	1.637.976,00	153.966,15	1.586.052,10	11,14	51.923,90	248.247,87	1.586.052,10	11,14	51.923,90	0,00
Normatização e Fiscalização	3.000,00	1.500,00	1.153,74	1.497,18	0,01	2,82	1.153,74	1.497,18	0,01	2,82	0,00
Serviço da Dívida Interna	85.000,00	102.000,00	11.745,51	100.674,58	0,71	1.325,42	17.094,08	100.674,58	0,71	1.325,42	0,00
Assistência Social	821.600,00	916.100,00	105.487,09	892.132,47	6,27	23.967,53	170.164,69	892.132,47	6,27	23.967,53	0,00
Assistência ao Idoso	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Assistência à Criança e ao Adolescente	185.000,00	148.500,00	21.987,84	142.896,64	1,00	5.603,36	24.528,07	142.896,64	1,00	5.603,36	0,00
Assistência Comunitária	621.600,00	767.600,00	83.499,25	749.235,83	5,26	18.364,17	145.636,62	749.235,83	5,26	18.364,17	0,00
Previdência Social	683.900,00	683.900,00	0,00	0,00	0,00	683.900,00	0,00	0,00	0,00	683.900,00	0,00
Previdência do Regime Estatutário	683.900,00	683.900,00	0,00	0,00	0,00	683.900,00	0,00	0,00	0,00	683.900,00	0,00
Saúde	3.646.700,00	3.925.405,00	211.035,62	3.696.885,54	25,96	228.519,46	558.440,79	3.696.885,54	25,96	228.519,46	0,00
Administração Geral	466.400,00	408.100,00	17.037,30	367.520,28	2,58	40.579,72	52.891,39	367.520,28	2,58	40.579,72	0,00
Atenção Básica	975.550,00	1.213.675,00	79.114,85	1.151.705,82	8,09	61.969,18	159.372,44	1.151.705,82	8,09	61.969,18	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.041.300,00	2.087.230,00	84.784,18	1.971.806,59	13,85	115.423,41	310.209,73	1.971.806,59	13,85	115.423,41	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	30.000,00	22.000,00	3.064,84	20.836,65	0,15	1.163,35	3.064,84	20.836,65	0,15	1.163,35	0,00
Vigilância Sanitária	96.300,00	175.550,00	23.827,65	168.928,98	1,19	6.621,02	29.695,59	168.928,98	1,19	6.621,02	0,00
Vigilância Epidemiológica	37.150,00	18.850,00	3.206,80	16.087,22	0,11	2.762,78	3.206,80	16.087,22	0,11	2.762,78	0,00
Educação	3.166.100,00	3.239.513,82	520.575,92	3.163.725,50	22,22	75.788,32	638.187,62	3.163.725,50	22,22	75.788,32	0,00
Administração Geral	268.000,00	270.750,00	28.977,10	249.651,29	1,75	21.098,71	30.295,65	249.651,29	1,75	21.098,71	0,00
Ensino Fundamental	1.722.250,00	1.929.513,82	368.693,44	1.895.668,57	13,31	33.845,25	414.092,27	1.895.668,57	13,31	33.845,25	0,00
Ensino Superior	210.000,00	188.000,00	-18.698,40	187.365,60	1,32	634,40	36.252,00	187.365,60	1,32	634,40	0,00
Educação Infantil	965.850,00	851.250,00	141.603,78	831.040,04	5,84	20.209,96	157.547,70	831.040,04	5,84	20.209,96	0,00
Cultura	100.000,00	177.500,00	25.767,63	160.540,94	1,13	16.959,06	30.333,36	160.540,94	1,13	16.959,06	0,00
Difusão Cultural	100.000,00	177.500,00	25.767,63	160.540,94	1,13	16.959,06	30.333,36	160.540,94	1,13	16.959,06	0,00
Urbanismo	875.850,00	739.484,17	78.986,24	567.191,17	3,98	172.293,00	86.778,55	567.191,17	3,98	172.293,00	0,00
Infra-Estrutura Urbana	241.700,00	203.234,17	0,00	42.952,55	0,30	160.281,62	0,00	42.952,55	0,30	160.281,62	0,00
Serviços Urbanos	484.150,00	527.250,00	77.516,24	515.845,42	3,62	11.404,58	84.658,55	515.845,42	3,62	11.404,58	0,00
Conservação de Energia	100.000,00	9.000,00	1.470,00	8.393,20	0,06	606,80	2.120,00	8.393,20	0,06	606,80	0,00
Energia Elétrica	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	0,00	305.328,52	0,00	172.620,22	1,21	132.708,30	0,00	172.620,22	1,21	132.708,30	0,00
Saneamento Básico Urbano	0,00	305.328,52	0,00	172.620,22	1,21	132.708,30	0,00	172.620,22	1,21	132.708,30	0,00
Agricultura	434.600,00	287.600,00	15.405,25	263.322,93	1,85	24.277,07	36.520,63	263.322,93	1,85	24.277,07	0,00
Promoção da Produção Vegetal	50.000,00	55.400,00	8.801,00	55.037,52	0,39	362,48	8.801,00	55.037,52	0,39	362,48	0,00
Promoção da Produção Animal	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO E SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Novembro a Dezembro 2018/BIMESTRE

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c") R$ 1

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS			SALDO (c) = (a-b)	DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (e) = (a-d)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)
			BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (b)	% (b/total b)		BIMESTRE	ATÉ BIMESTRE (d)	% (d/total d)		
Extensão Rural	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Energia Elétrica	314.600,00	232.200,00	6.604,25	208.285,41	1,46	23.914,59	27.719,63	208.285,41	1,46	23.914,59	0,00
Transporte	1.055.000,00	606.850,00	-34.664,63	546.109,76	3,84	60.740,24	34.301,68	546.109,76	3,84	60.740,24	0,00
Transporte Rodoviário	1.055.000,00	606.850,00	-34.664,63	546.109,76	3,84	60.740,24	34.301,68	546.109,76	3,84	60.740,24	0,00
Desporto e Lazer	90.000,00	54.750,00	10.234,43	46.134,90	0,32	8.615,10	11.693,14	46.134,90	0,32	8.615,10	0,00
Desporto Comunitário	90.000,00	54.750,00	10.234,43	46.134,90	0,32	8.615,10	11.693,14	46.134,90	0,32	8.615,10	0,00
Reserva de Contingência	1.066.100,00	816.100,00	0,00	0,00	0,00	816.100,00	0,00	0,00	0,00	816.100,00	0,00
Reserva de Contingência	1.066.100,00	816.100,00	0,00	0,00	0,00	816.100,00	0,00	0,00	0,00	816.100,00	0,00
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (II)	881.500,00	959.800,00	149.328,39	874.237,16	6,14	85.562,84	149.328,39	874.237,16	6,14	85.562,84	0,00
Legislativa	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Ação Legislativa	30.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00	0,00
Administração	215.850,00	247.750,00	40.218,93	243.212,79	1,71	4.537,21	40.218,93	243.212,79	1,71	4.537,21	0,00
Administração Geral	84.850,00	100.550,00	16.377,11	96.096,02	0,67	4.453,98	16.377,11	96.096,02	0,67	4.453,98	0,00
Administração Financeira	131.000,00	147.200,00	23.841,82	147.116,77	1,03	83,23	23.841,82	147.116,77	1,03	83,23	0,00
Assistência Social	48.900,00	55.100,00	9.317,72	54.776,27	0,38	323,73	9.317,72	54.776,27	0,38	323,73	0,00
Assistência Comunitária	48.900,00	55.100,00	9.317,72	54.776,27	0,38	323,73	9.317,72	54.776,27	0,38	323,73	0,00
Saúde	256.900,00	296.400,00	50.955,35	289.368,34	2,03	7.031,66	50.955,35	289.368,34	2,03	7.031,66	0,00
Administração Geral	13.600,00	13.600,00	2.379,09	12.721,21	0,09	878,79	2.379,09	12.721,21	0,09	878,79	0,00
Atenção Básica	64.450,00	99.950,00	18.279,64	99.217,35	0,70	732,65	18.279,64	99.217,35	0,70	732,65	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	147.300,00	156.800,00	26.317,70	155.912,86	1,09	887,14	26.317,70	155.912,86	1,09	887,14	0,00
Vigilância Sanitária	28.700,00	25.700,00	3.978,92	21.516,92	0,15	4.183,08	3.978,92	21.516,92	0,15	4.183,08	0,00
Vigilância Epidemiológica	2.850,00	350,00	0,00	0,00	0,00	350,00	0,00	0,00	0,00	350,00	0,00
Educação	268.600,00	260.100,00	37.496,07	217.176,03	1,53	42.923,97	37.496,07	217.176,03	1,53	42.923,97	0,00
Administração Geral	15.000,00	15.000,00	0,00	13.052,73	0,09	1.947,27	0,00	13.052,73	0,09	1.947,27	0,00
Ensino Fundamental	183.950,00	154.950,00	25.100,67	130.470,15	0,92	24.479,85	25.100,67	130.470,15	0,92	24.479,85	0,00
Educação Infantil	69.650,00	90.150,00	12.395,40	73.653,15	0,52	16.496,85	12.395,40	73.653,15	0,52	16.496,85	0,00
Urbanismo	35.850,00	45.850,00	7.340,18	45.172,21	0,32	677,79	7.340,18	45.172,21	0,32	677,79	0,00
Serviços Urbanos	35.850,00	45.850,00	7.340,18	45.172,21	0,32	677,79	7.340,18	45.172,21	0,32	677,79	0,00
Agricultura	25.400,00	24.600,00	4.000,14	24.531,52	0,17	68,48	4.000,14	24.531,52	0,17	68,48	0,00
Energia Elétrica	25.400,00	24.600,00	4.000,14	24.531,52	0,17	68,48	4.000,14	24.531,52	0,17	68,48	0,00
TOTAL (III)=(I+II)	16.996.500,00	17.454.806,51	1.454.194,54	14.238.722,25	100,00	3.216.084,26	2.268.990,20	14.238.722,25	100,00	3.216.084,26	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JAN/2018 A DEZ/2018

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I) R$ Milhares

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES)	PREVISÃO ATUALIZADA
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.268.783,58	1.390.876,93	1.223.334,04	1.346.529,66	1.615.114,76	1.217.349,13	1.504.326,45	1.293.529,60	1.043.893,61	1.435.374,50	1.296.368,39	1.936.573,21	16.572.053,86	16.711.400,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	158.055,25	103.087,22	124.890,24	158.217,18	160.334,84	155.559,48	139.330,82	139.948,01	114.294,81	164.005,30	97.204,45	124.752,16	1.639.679,76	907.000,00
IPTU	4.727,93	158,31	1.002,84	33.392,04	28.544,02	43.655,93	3.751,74	1.385,09	5.081,95	2.163,08	454,10	15.789,25	140.106,28	89.000,00
ISS	127.699,83	83.478,25	98.937,05	105.076,63	99.225,36	95.680,81	112.575,31	96.903,58	93.800,83	139.289,78	46.124,83	68.928,33	1.167.720,59	478.000,00
ITBI	0,00	0,00	84,68	0,00	16.000,00	0,00	6.246,40	27.195,79	0,00	4.112,05	33.439,10	25.747,20	112.825,22	31.000,00
IRRF	22.187,50	13.089,29	14.424,30	13.701,42	13.706,26	13.938,13	16.158,74	14.463,55	15.056,68	17.648,26	16.852,42	16.933,85	188.160,40	280.000,00
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	3.439,99	6.361,37	10.441,37	6.047,09	2.859,20	2.284,61	598,63	0,00	355,35	792,13	334,00	-2.646,47	30.867,27	29.000,00
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	415.000,00
Receita Patrimonial	8.764,56	2.100,11	2.739,37	2.260,89	1.896,59	1.941,45	2.143,78	2.121,58	1.445,23	1.426,37	1.357,33	1.532,79	29.730,05	436.600,00
Rendimentos de Aplicação Financeira	8.764,56	2.100,11	2.739,37	2.260,89	1.896,59	1.941,45	2.143,78	2.121,58	1.445,23	1.426,37	1.357,33	1.532,79	29.730,05	436.600,00
Outras Rceitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviço	17.299,53	26.703,95	26.101,52	16.306,60	21.680,34	13.158,84	15.997,06	25.926,76	18.791,98	28.249,78	16.422,72	22.836,38	249.475,46	155.000,00
Transferências Correntes	1.083.876,24	1.258.492,98	1.069.494,45	1.169.462,86	1.425.559,48	1.042.770,22	1.326.867,80	1.125.496,38	908.353,81	1.239.835,80	1.181.383,89	1.785.360,80	14.616.954,71	14.736.800,00
Cota-Parte do FPM	562.076,40	734.809,64	494.114,29	518.078,21	635.788,83	595.386,01	685.859,11	510.137,85	210.814,89	437.069,37	549.011,11	1.134.689,95	7.067.835,66	6.800.000,00
Cota-Parte do ICMS	277.784,61	231.825,65	226.259,82	199.949,31	291.264,13	199.685,10	317.332,33	270.589,44	407.151,45	382.013,03	265.888,45	87.272,07	3.157.015,39	3.200.000,00
Cota-Parte do IPVA	10.126,00	8.855,79	11.320,89	17.829,92	25.921,05	14.229,76	15.691,48	11.379,09	2.958,30	8.659,52	4.545,45	2.816,54	134.333,79	80.000,00
Cota-Parte do ITR	4.510,36	1.394,20	5.204,89	1.977,94	446,18	1.444,59	4.583,08	585,01	17.905,50	93.507,76	10.507,23	2.694,20	144.760,94	85.000,00
Transferências da LC 87/1996	952,62	952,62	952,62	952,62	952,62	952,62	952,62	952,62	952,62	952,62	952,62	952,62	11.431,44	15.000,00
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	110.545,17	109.627,35	98.026,47	91.640,38	125.041,08	94.124,83	118.310,86	107.444,75	89.859,43	143.974,71	106.927,35	112.096,41	1.307.618,79	1.200.000,00
Outras Transferências Correntes	117.881,08	171.027,73	233.615,47	339.034,48	346.145,59	136.947,31	184.138,32	224.407,62	178.711,62	173.658,79	243.551,68	444.839,01	2.793.958,70	3.356.800,00
Outras Receitas Correntes	788,00	492,67	108,46	282,13	5.643,51	3.919,14	19.986,99	36,87	1.007,78	1.857,25	0,00	2.091,08	36.213,88	61.000,00
DEDUÇÕES (II)	170.716,07	195.208,09	147.192,76	147.414,56	190.479,10	162.022,67	148.256,79	158.308,41	127.615,29	184.098,12	165.884,58	187.592,19	1.984.788,63	2.448.000,00
Contrib. do Servidor para o Plano de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	411.000,00
Compens Financ. entre Regimes Previd.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Dedução da Receita para Formação do FUNDEB	170.716,07	195.208,09	147.192,76	147.414,56	190.479,10	162.022,67	148.256,79	158.308,41	127.615,29	184.098,12	165.884,58	187.592,19	1.984.788,63	2.036.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (I)-(II)	1.098.067,51	1.195.668,84	1.076.141,28	1.199.115,10	1.424.635,66	1.055.326,46	1.356.069,66	1.135.221,19	916.278,32	1.251.276,38	1.130.483,81	1.748.981,02	14.587.265,23	14.263.400,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ Milhares

PLANO PREVIDENCIÁRIO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2018	Jan a Dez 2017
RECEITAS CORRENTES (I)	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	2.631.443,23
Receita de Contribuição dos Segurados	415.000,00	415.000,00	0,00	612.354,65
Pessoal Civil	415.000,00	415.000,00	0,00	612.354,65
Ativo	415.000,00	415.000,00	0,00	612.354,65
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição Patronais	647.400,00	647.400,00	0,00	899.339,62
Pessoal Civil	647.400,00	647.400,00	0,00	888.466,18
Ativo	647.400,00	647.400,00	0,00	888.466,18
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Dèbitos	0,00	0,00	0,00	10.873,44
Receita Patrimonial	436.600,00	436.600,00	0,00	1.054.206,33
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	436.600,00	436.600,00	0,00	1.054.206,33
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	0,00	65.542,63
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00
Aportes Periódicos para Amortização do Dèficit Atuarial do RPPS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	65.542,63
RECEITAS DE CAPITAL (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (IV) = (I+III-II)	1.500.000,00	1.500.000,00	0,00	2.631.443,23

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	Em 2018	Em 2017

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO — Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II) — R$ Milhares

ADMINISTRAÇÃO (V)	195.400,00	195.400,00	0,00	106.896,22	0,00	106.896,22	0,00	0,00
Despesas Correntes	193.400,00	193.400,00	0,00	105.297,22	0,00	105.297,22	0,00	0,00
Despesas de Capital	2.000,00	2.000,00	0,00	1.599,00	0,00	1.599,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (VI)	488.500,00	488.500,00	0,00	534.784,90	0,00	534.784,90	0,00	0,00
Benefícios Civil	488.500,00	488.500,00	0,00	534.784,90	0,00	534.784,90	0,00	0,00
Aposentados	120.000,00	120.000,00	0,00	127.973,00	0,00	127.973,00	0,00	0,00
Pensões	42.800,00	42.800,00	0,00	24.362,00	0,00	24.362,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	325.700,00	325.700,00	0,00	382.449,90	0,00	382.449,90	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VII) = (V+VI)	683.900,00	683.900,00	0,00	641.681,12	0,00	641.681,12	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VIII) = (IV - VII)	816.100,00	816.100,00	0,00	1.989.762,11	0,00	1.989.762,11	0,00	0,00

RECURSOS RPPS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	0,00

RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
VALOR	816.100,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO PREVIDENCIÁRIO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Plano Amortização - Contribuição Patronal Suplementar	0,00
Plano Amortização - Aporte Periódico de Valores Predefinidos	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	Em 2018	Em 2017
Caixa e Equivalentes de Caixa	186.937,26	1.756.766,47
Investimentos e Aplicações	0,00	0,00
Outros Bens e Direitos	0,00	0,00

PLANO FINANCEIRO

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2018	Jan a Dez 2017
RECEITAS CORRENTES (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO — Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)				R$ Milhares
Receita de Contribuição dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuição Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Parcelamento de Débitos	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XI) = (IX+X)	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
			Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	Em 2018	Em 2017
ADMINISTRAÇÃO (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Benefícios Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVOS DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS

DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 4 (LRF, art. 53, inciso II)								R$ Milhares
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS RPPS (XIV) = (XII+XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XV) = (XI - XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS	APORTES REALIZADOS
Recursos para Cobertura de Insuficiência Financeira	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS
		Jan a Dez 2018
RECEITAS CORRENTES (I)	14.675.400,00	14.587.265,23
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias	907.000,00	1.639.679,76
IPTU	89.000,00	140.106,28
ISS	478.000,00	1.167.720,59
ITBI	31.000,00	112.825,22
IRRF	280.000,00	188.160,40
Outros Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	29.000,00	30.867,27
Contribuições	415.000,00	0,00
Receita Patrimonial	436.600,00	29.730,05
Aplicações Financeiras (II)	436.600,00	29.730,05
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00
Transferências Correntes	12.700.800,00	12.632.166,08
Cota-Parte do FPM	5.440.000,00	5.768.269,12
Cota-Parte do ICMS	2.560.000,00	2.529.898,20
Cota-Parte do IPVA	64.000,00	107.467,22
Cota-Parte do ITR	68.000,00	115.808,85
Transferências da LC 87/1996	12.000,00	9.145,20
Transferências da LC 61/1989	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB	1.200.000,00	1.307.618,79
Outras Transferências Correntes	3.356.800,00	2.793.958,70
Demais Receitas Correntes	216.000,00	285.689,34
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00
Receitas Correntes Restantes	216.000,00	285.689,34
RECEITAS PRIMARIAS CORRENTES (IV) = I - II - III	14.238.800,00	14.557.535,18
RECEITAS DE CAPITAL (V)	1.673.700,00	263.557,07
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (VII)	0,00	0,00
Alienação de Bens	70.000,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Temporários (VIII)	0,00	0,00
Receitas de Alienação de Investimentos Permanentes (IX)	0,00	0,00
Outras Alienações de Bens	70.000,00	0,00
Transferências de Capital	1.603.700,00	263.557,07
Convênios	1.543.700,00	263.557,07
Outras Transferências de Capital	60.000,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Não Primárias (X)	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital Primárias	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI)=(V-VI-VII-VIII-IX-X)	1.673.700,00	263.557,07
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL(XII)=(IV+XI)	15.912.500,00	14.821.092,25

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (a)	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS PAGOS (b)	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
						LIQUIDADOS	PAGOS (c)
DESPESAS CORRENTES (XIII)	14.548.055,00	12.588.625,64	12.588.625,64	12.473.652,84	114.666,31	89.948,32	89.948,32
Pessoal e Encargos Sociais	7.364.659,10	6.298.838,06	6.298.838,06	6.288.474,04	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	76.000,00	75.017,20	75.017,20	75.017,20	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	7.107.395,90	6.214.770,38	6.214.770,38	6.110.161,60	114.666,31	89.948,32	89.948,32
Transferências Constitucionais e Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Correntes	7.107.395,90	6.214.770,38	6.214.770,38	6.110.161,60	114.666,31	89.948,32	89.948,32
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII-XIV)	14.472.055,00	12.513.608,44	12.513.608,44	12.398.635,64	114.666,31	89.948,32	89.948,32
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	1.130.851,51	775.859,45	775.859,45	743.003,95	237.351,06	0,00	0,00
Investimentos	1.104.851,51	750.202,07	750.202,07	717.346,57	237.351,06	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado(XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Crédito(XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	26.000,00	25.657,38	25.657,38	25.657,38	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI)=(XVI-XVII-XVIII-XIX-XX)	1.104.851,51	750.202,07	750.202,07	717.346,57	237.351,06	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	816.100,00	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XXIII)=(XV+XXI+XXII)	16.393.006,51	13.263.810,51	13.263.810,51	13.115.982,21	352.017,37	89.948,32	89.948,32
RESULTADO PRIMÁRIO - Acima da Linha (XXIV)=(XIIa - (XXIIIa + XXIIIb + XXIIIc))							1.263.144,35

META FISCAL PARA O RESULTADO PRIMÁRIO	VALOR
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	-310.621,15

JUROS NOMINAIS	Jan a Dez 2018
	VALOR INCORRIDO
JUROS E ENCARGOS ATIVOS (XXV)	0,00
JUROS E ENCARGOS PASSIVOS (XXVI)	0,00
RESULTADO NOMINAL - Acima da Linha (XXVII) = XXIV + (XXV - XXVI)	1.263.144,35

META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	VALOR
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício de referência	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III) R$ 1

ABAIXO DA LINHA		
CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	SALDO	
	Em 31/Dez/2017	Jan a Dez 2018
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	0,00	0,00
DEDUÇÕES (XXIX)	722.347,10	667.792,91
Disponibilidade de Caixa	722.347,10	667.792,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.233.854,47	827.282,91
(-)Restos a Pagar Processados (XXX)	511.507,37	159.490,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	-722.347,10	-667.792,91
RESULTADO NOMINAL - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa - XXXIb)		-54.554,19

AJUSTE METODOLÓGICO	Jan a Dez 2018
VARIAÇÃO DO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXa - XXXb)	352.017,37
RECEITA DE ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS PERMANENTESS (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXV)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - Abaixo da Linha (XXXVI) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV)	-406.571,56
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XXXVII) = XXXVI - (XXV - XXVI)	-406.571,56

INFORMAÇÕES ADICIONAIS	PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores - RPPS	0,00
Superávit Financeiro Utilizado para Abertura e Reabertura de Créditos Adicionais	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ORGÃO

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V) R$ 1

PODER / ORGÃO	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES					RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS						Saldo Total
	Inscritos		Pagos	Cancelados	Saldo	Inscritos		Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo	
	Exercicios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro 2017 (b)	(c)	(d)	e = (a+b) - (c+d)	Exercicios Anteriores (f)	Em 31 de Dezembro 2017 (g)	(h)	(i)	(j)	k = (f+g) - (i+j)	L = (e + k)
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I)	0,00	511.507,37	352.017,37	0,00	159.490,00	0,00	94.487,75	89.948,32	89.948,32	4.474,29	65,14	159.555,14
02 GABINETE DO PREFEITO(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	10.403,82	10.403,82	0,00	0,00	0,00	7.600,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00
0202 GABINETE DO PREFEITO	0,00	10.403,82	10.403,82	0,00	0,00	0,00	7.600,00	3.800,00	3.800,00	3.800,00	0,00	0,00
03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMEN(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	1.590,95	1.590,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
0303 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMEN	0,00	1.590,95	1.590,95	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00	0,00	15,00	0,00	0,00
0404 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15,00	0,00	0,00	15,00	0,00	0,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	3.945,23	3.945,23	0,00	0,00	0,00	2.658,85	1.999,96	1.999,96	658,89	0,00	0,00
0505 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	0,00	3.945,23	3.945,23	0,00	0,00	0,00	2.658,85	1.999,96	1.999,96	658,89	0,00	0,00
06 SECRETARIA MUN. DE VIAC OBRAS E SERV URBANOS(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	64.442,15	64.442,15	0,00	0,00	0,00	5.937,00	5.937,00	5.937,00	0,00	0,00	0,00
0606 SECRETARIA MUN. DE VIAC OBRAS E SERV URBANOS	0,00	64.442,15	64.442,15	0,00	0,00	0,00	5.937,00	5.937,00	5.937,00	0,00	0,00	0,00
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	19.297,73	19.297,73	0,00	0,00	0,00	68.951,76	68.951,36	68.951,36	0,40	0,00	0,00
0707 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	0,00	19.297,73	19.297,73	0,00	0,00	0,00	68.951,76	68.951,36	68.951,36	0,40	0,00	0,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	6.477,44	6.477,44	0,00	0,00	0,00	65,14	0,00	0,00	0,00	65,14	65,14
0808 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO	0,00	6.477,44	6.477,44	0,00	0,00	0,00	65,14	0,00	0,00	0,00	65,14	65,14
09 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUARIA E FOMENTO(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	403.392,51	243.902,51	0,00	159.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.490,00
0909 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUARIA E FOMENTO	0,00	403.392,51	243.902,51	0,00	159.490,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	159.490,00
10 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	1.957,54	1.957,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1010 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER	0,00	1.957,54	1.957,54	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 SECRETARIA MUN. DE CULTURA E TURISMO(exceto Intra-Orçam.)-(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.260,00	9.260,00	9.260,00	0,00	0,00	0,00
1111 SECRETARIA MUN. DE CULTURA E TURISMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	9.260,00	9.260,00	9.260,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
02 GABINETE DO PREFEITO(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
03 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRACAO E PLANEJAMEN(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
04 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
05 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
06 SECRETARIA MUN. DE VIAC OBRAS E SERV URBANOS(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
07 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
08 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCACAO(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
09 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA, PECUARIA E FOMENTO(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10 SECRETARIA MUN. DE ESPORTE E LAZER(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
11 SECRETARIA MUN. DE CULTURA E TURISMO(Intra-Orçam.)-(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I+II)	0,00	511.507,37	352.017,37	0,00	159.490,00	0,00	94.487,75	89.948,32	89.948,32	4.474,29	65,14	159.555,14

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RECEITAS DO ENSINO				
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
1. RECEITAS DE IMPOSTOS	878.000,00	878.000,00	1.608.812,49	183,24
1.1 - Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	89.000,00	89.000,00	140.106,28	157,42
1.1.1 - IPTU	60.000,00	60.000,00	116.411,79	194,02
1.1.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do IPTU	29.000,00	29.000,00	23.694,49	81,71
1.2 - Receitas Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	31.000,00	31.000,00	112.825,22	363,95
1.2.1 - ITBI	30.000,00	30.000,00	112.790,54	375,97
1.2.2- Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITBI	1.000,00	1.000,00	34,68	3,47
1.3 - Receitas Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	478.000,00	478.000,00	1.167.720,59	244,29
1.3.1 - ISS	450.000,00	450.000,00	1.149.091,24	255,35
1.3.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ISS	28.000,00	28.000,00	18.629,35	66,53
1.4 - Receitas Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	280.000,00	280.000,00	188.160,40	67,20
1.5 - Receitas Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1 - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2 - Multas, Juros de Mora, Dívida Ativa e Outros Encargos do ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
2. RECEITAS DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	6.900.000,00	6.900.000,00	6.654.026,56	96,44
2.1 - Cota-Parte FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	6.497.834,18	95,56
2.1.1 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea b	6.800.000,00	6.800.000,00	6.497.834,18	95,56
2.1.2 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea d	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.3 - Parcela referente à CF, art. 159, I alínea e	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2 - Cota-Parte ICMS	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3 - ICMS-Desoneração - L.C. nº87/1996	15.000,00	15.000,00	11.431,44	76,21
2.4 - Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5 - Cota-Parte ITR	85.000,00	85.000,00	144.760,94	170,31
2.6 - Cota-Parte IPVA	0,00	0,00	0,00	0,00
2.7 - Cota-Parte IOF-Ouro	0,00	0,00	0,00	0,00
3. TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1+2)	7.778.000,00	7.778.000,00	8.262.839,05	106,23

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
4. RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
5. RECEITA DE TRANSFERÊNCIA DO FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.1 - Transferências do Salário-Educação	0,00	0,00	0,00	0,00
5.2 - Transferências Diretas - PDDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3 - Transferências Diretas - PNAE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4 - Transferências Diretas - PNATE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5 - Outras Transferências do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6 - Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	0,00	0,00	0,00	0,00
6. RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1 - Transferências de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2 - Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	0,00	0,00	0,00	0,00
7. RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00
8. OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00
9. TOTAL DAS OUTRAS RECEITAS ADICIONAIS DO ENSINO (4+5+6+7+8)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

FUNDEB

RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	(c) =(b/a)x100 (%)
10. RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.036.000,00	2.036.000,00	1.984.788,63	97,48
10.1 - Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.360.000,00	1.360.000,00	1.299.566,54	95,56
10.2 - Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	640.000,00	640.000,00	627.117,19	97,99
10.3 - ICMS - Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	3.000,00	3.000,00	2.286,24	76,21
10.4 - Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	0,00	0,00	0,00	0,00
10.5 - Cota-Parte ITR Destinada ao FUNDEB - (20% de ((1.5 - 1.5.5) + 2.5))	17.000,00	17.000,00	28.952,09	170,31
10.6 - Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	16.000,00	16.000,00	26.866,57	167,92
11. RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.200.000,00	1.200.000,00	1.309.892,26	109,16
11.1 - Transferências de Recursos do FUNDEB	1.200.000,00	1.200.000,00	1.307.618,79	108,97
11.2 - Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3 - Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	2.273,47	0,00
12. DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	-836.000,00	-836.000,00	-677.169,84	81,00

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
13. PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14. OUTRAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.1 - Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
14.2 - Com Ensino Fundamental	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
15. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13+14)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB	Valor
16. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB	0,00
16.1 - FUNDEB 60%	0,00
16.2 - FUNDEB 40%	0,00
17. DESPESAS CUSTEADAS COM SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
17.1 - FUNDEB 60%	0,00
17.2 - FUNDEB 40%	0,00
18. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16+17)	0,00

INDICADORES DO FUNDEB	Valor
19. TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15-18)	0,00
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério[1] ((13-(16.1+17.1))/(11)x100%)	0,00
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério ((14-(16.2+17.2))/(11)x100%)	0,00
19.3 - Máxima de 5% não Aplicado no Exercício (100-(19.1+19.2))%	100,00

CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQÜENTE	Valor
20. RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2017 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS	0,00
21. DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2018	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
22. EDUCAÇÃO INFANTIL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1 Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.1.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2 Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
22.2.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23. ENSINO FUNDAMENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1 - Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2 - Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24. ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
25. ENSINO SUPERIOR	210.000,00	188.000,00	187.365,60	99,66	187.365,60	99,66	0,00
26. ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27. OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28. TOTAL DESPESAS AÇÕES TÍPICAS DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO (22+23+24+25+26+27)	210.000,00	188.000,00	187.365,60	99,66	187.365,60	99,66	0,00

DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL	Valor
29. RESULTADOS LÍQUIDOS DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)	-677.169,84
30. DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO	0,00
32. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR DO FUNDEB	0,00
33. DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS	0,00
34. RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO[2]	0,00
35. CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (45g)	0,00
36. TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (29+30+32+33+34+35)	-677.169,84
37. TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((22+23)-36)	677.169,84
38. PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM MDE SOBRE A RECEITA LÍQUIDA DE IMPOSTOS ((37)/(3)x100)% - LIMITE CONSTITUCIONAL 25%	8,20

OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE

OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (i)
			Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100	Até o Bimestre (g)	% (h)=(g/d)x100	
39. DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
40. DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41. DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO, '	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
42. DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43. TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (39+40+41+42)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
44. TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (28+43)	210.000,00	188.000,00	187.365,60	99,66	187.365,60	99,66	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

ANEXO VIII

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE - MUNICÍPIOS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018 / BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 8 (LDB, Art. 72) R$ 1

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM <ANO> (g)
45. RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	65,14	0,00
45.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	65,14	0,00
45.2 - Executados com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00

CONTROLE DA DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	FUNDEB	SALÁRIO EDUCAÇÃO
46. DISPONIBILIDADE FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	0,00	0,00
47. (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	585.875,18	0,00
48. (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	612.554,92	0,00
48.1 - Orçamento do Exercício	612.554,92	0,00
48.2 - Restos a Pagar	0,00	0,00
49. (+) RECEITAS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	0,00	0,00
50. (=) DISPONIBILIDADE FINANCEIRA ATÉ O BIMESTRE	-26.679,74	0,00
51. (+) Ajustes	12.623,34	0,00
51.1 Retenções	12.623,34	0,00
51.2 Conciliação Bancária	0,00	0,00
52. (=) SALDO FINANCEIRO CONCILIADO	-14.056,40	0,00

1) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.
2) Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subseqüente, mediante abertura de crédito adicional."
3) Caput do artigo 212 da CF/1988
4) Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício.
5) Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.
6) Nos cinco primeiros bimestres do exercício o acompanhamento poderá ser feito com base na despesa empenhada ou na despesa
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.130.851,51	775.859,45	775.859,45	0,00	354.992,06
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.130.851,51	775.859,45	775.859,45	0,00	354.992,06
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.130.851,51 <(a-d)>	-775.859,45 <(b-e)>	-	-	-354.992,06 <(c-f)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS OP. CRÉDITO E DESPESA DE CAPITAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)	SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a-b)
RECEITAS DE OPERAÇÃO DE CRÉDITO (I)	0,00	0,00	0,00

DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	SALDO NÃO EXECUTADO (f) = (d-e)
DESPESAS DE CAPITAL	1.130.851,51	775.859,45	775.859,45	0,00	354.992,06
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuinte por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL LÍQUIDA (II)	1.130.851,51	775.859,45	775.859,45	0,00	354.992,06
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.130.851,51 <(a-d)>	-775.859,45 <(b-e)>	-	-	-354.992,06 <(c-f)>

Notas:
1 < Operações de Crédito descritas na CF, art. 167, inciso III>
2 Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas, mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2017 a 2092

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) — R$ Milhares

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2017	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2018	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2019	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2020	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2021	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2022	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2023	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2024	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2025	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2026	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2027	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2028	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2029	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2030	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2031	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2032	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2033	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2034	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2035	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2036	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2037	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2038	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2039	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2040	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2041	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2042	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2043	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2044	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2045	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2046	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2047	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2048	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2049	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2050	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2051	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2052	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2053	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2054	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2055	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2056	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2057	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2058	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2059	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2060	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2061	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2062	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2063	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2064	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2065	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2066	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2067	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2068	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2069	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2070	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2071	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2072	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO — Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: 2017 a 2092

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II) — R$ Milhares

EXERCÍCIO	RECEITA PREVIDENCIÁRIA (a)	DESPESA PREVIDENCIÁRIA (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2073	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2074	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2075	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2076	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2077	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2078	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2079	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2080	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2081	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2082	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2083	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2084	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2085	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2086	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2087	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2088	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2089	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2090	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00
2091	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00	R$ 0,00

Notas:

1. Projeção atuarial elaborada em 08/02/2019 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.
2. Este demonstrativo utiliza as seguintes hipóteses:

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO — Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

2018 - Janeiro - Dezembro

RREO – ANEXO 11(LRF, art. 53, § 1º, inciso III) R$ 1

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS (b)	SALDO A REALIZAR (a-b)
RECEITAS DE ALIENAÇÃO	70.000,00	0,00	70.000,00
ATIVOS(I)	70.000,00	0,00	70.000,00
Alienação de Bens Móveis	50.000,00	0,00	50.000,00
Alienação de Bens Imóveis	20.000,00	0,00	20.000,00

RECEITAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	PAGAMENTOS DE RESTOS A PAGAR (f)	SALDO A PAGAR (g)=(d-e)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ATIVOS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes dos Regimes de Previdência	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Geral da Previdência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITAS	2017 (h)	2018 (i)=(Ib-(IIe+IIf))	SALDO ATUAL (j)=(IIIh+IIIi)
VALOR(III)	296,42	0,00	296,42

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:
. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Novembro - Dezembro/2018

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2018 (b)	% (b/a)
RECEITAS DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	878.000,00	878.000,00	1.608.812,49	183,24
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	60.000,00	60.000,00	116.411,79	194,02
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	30.000,00	30.000,00	112.790,54	375,97
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	450.000,00	450.000,00	1.149.091,24	255,35
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	280.000,00	280.000,00	188.160,40	67,20
Imposto Territorial Rural - ITR	0,00	0,00	0,00	0,00
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	8.000,00	8.000,00	1.329,84	16,62
Dívida Ativa dos Impostos	45.000,00	45.000,00	23.976,97	53,28
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	5.000,00	5.000,00	17.051,71	341,03
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.180.000,00	10.180.000,00	9.945.375,74	97,70
Cota-Parte do FPM	6.800.000,00	6.800.000,00	6.497.834,18	95,56
Cota Parte do ITR	85.000,00	85.000,00	144.760,94	170,31
Cota-Parte do IPVA	80.000,00	80.000,00	134.333,79	167,92
Cota-Parte do ICMS	3.200.000,00	3.200.000,00	3.157.015,39	98,66
Cota-Parte IPI-Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financeiras Provenientes de Impostos e Transf. Constitucionais	15.000,00	15.000,00	11.431,44	76,21
Desoneração ICMS (LC 87/96)	15.000,00	15.000,00	11.431,44	76,21
Outras	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I+II	11.058.000,00	11.058.000,00	11.554.188,23	104,49

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Jan a Dez 2018 (d)	% (d/c) x 100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	435.700,00	435.700,00	636.929,22	146,19
Provenientes da União	279.000,00	279.000,00	567.992,82	203,58
Provenientes dos Estados	156.700,00	156.700,00	68.936,40	43,99
Proveniente de Outros Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas do SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIA VOLUNTÁRIAS	150.000,00	150.000,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	585.700,00	585.700,00	636.929,22	108,75

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EXECUTADAS		
			LIQUIDADAS Até o Bimestre (f)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (g)	% ((f+g)/e)
DESPESAS CORRENTE	3.381.700,00	3.658.230,00	3.436.561,96	0,00	93,94
Pessoal e Encargos Sociais (inclui Patronal)	1.646.450,00	1.844.450,00	1.827.683,22	0,00	99,09
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	1.735.250,00	1.813.780,00	1.608.878,74	0,00	88,70
DESPESAS DE CAPITAL	170.000,00	212.175,00	205.363,58	0,00	96,79
Investimentos	170.000,00	212.175,00	205.363,58	0,00	96,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	3.551.700,00	3.870.405,00	3.641.925,54	0,00	94,10

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Novembro - Dezembro/2018

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Dez 2018 (h)	% (h/IVf) x 100	Jan a Dez 2018 (i)	% (i/IVg) x 100	
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERSAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Transferência do Sistema Único de Saúde - SUS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE NÃO FOI APLICADA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV-V)	3.551.700,00	3.870.405,00	3.641.925,54	100,00	3.641.925,54	100,00	0,00

PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VIh / IIIb x 100) – LIMITE CONSTITUCIONAL 15%	31,52

VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VIh - (15 x IIIb)/100]	1.908.797,31

EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA	INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR	PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE
Inscritos em 2017	68.951,76	0,40	68.951,36	0,00	68.951,76
Total	68.951,76	0,40	68.951,36	0,00	68.951,76

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRISTOS CONSIDERADOS PARA FINS DE CUMPRIMENTO DO LIMITE ARTIGO 24, § 1º e 2º	DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (j)	Saldo Final (Não Aplicado)
Restos a Pagar Cancelados ou Prescritos em ...	0,00	0,00	0,00
Total (VIII)	0,00	0,00	0,00

CONTROLE DAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO APLICACA EM AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE EM EXERCÍCIOS ANTERIORES - ARTIGOS 25 E 26	RECURSOS VINCULADOS À DIFERENÇA DE LIMITE NÃO CUMPRIDO		
	Saldo Inicial	Despesas custeadas no exercício de referência (k)	Saldo Final (Não Aplicado)
Diferença de limites não cumprido em ...	0,00	0,00	0,00
Total (IX)	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA DE IMPOSTOS E DAS DESPESAS PRÓPRIAS COM SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: Novembro - Dezembro/2018

RREO – ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35) R$ 1

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITOS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
			Jan a Dez 2018 (l)	% (l/total) x 100	Jan a Dez 2018 (m)	% (m/total) x 100	
Administração Geral	371.400,00	353.100,00	312.560,28	8,58	312.560,28	8,58	0,00
Atenção Básica	975.550,00	1.213.675,00	1.151.705,82	31,62	1.151.705,82	31,62	0,00
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	2.041.300,00	2.087.230,00	1.971.806,59	54,14	1.971.806,59	54,14	0,00
Suporte Profilático e Terapêutico	30.000,00	22.000,00	20.836,65	0,57	20.836,65	0,57	0,00
Vigilância Sanitária	96.300,00	175.550,00	168.928,98	4,64	168.928,98	4,64	0,00
Vigilância Epidemiológica	37.150,00	18.850,00	16.087,22	0,44	16.087,22	0,44	0,00
Alimentação e Nutrição	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Subfunções(inclui contr. Patronal)	0,00	0,00	0,00		0,00	0,00	0,00
TOTAL	3.551.700,00	3.870.405,00	3.641.925,54	100,00	3.641.925,54	100,00	0,00

1) Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3) O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4) Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012
5) Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012
6) No último bimestre, será utilizada a fórmula [VI(h+i) - (15 x IIIb)/100].
7) Essa coluna poderá ser apresentada somente no último bimestre

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PUBLICO-PRIVADAS

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

RREO – Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28) R$ 1

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFEUADOS EM 2018		SALDO TOTAL (b)
		NO BIMESTRE (d)	ATE O BIMESTRE (c)	
TOTAL DE ATIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativos Constituidos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DE PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Decorrentes de Ativos Constituídos pela SPE	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPP	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos	0,00	0,00	0,00	0,00
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	0,00	0,00	0,00	0,00
Obrigações Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Riscos Não Provisionados	0,00	0,00	0,00	0,00
Garatias Concedidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Passivos Contingentes	0,00	0,00	0,00	0,00

ESPECIFICAÇÃO	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Do Ente Federado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Das Estatais Não-Dependentes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PPP A CONTRATAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS PARA O LIMITE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS / RCL (%)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - RECEITAS	Até o Bimestre
RECEITAS	-
Previsão Inicial	16.996.500,00
Previsão Atualizada	16.996.500,00
Receitas Realizadas	14.850.822,30
Deficit Orçamentário	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores(Utilizados para Créditos Adicionais)	0,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - DESPESAS	Até o Bimestre
DESPESAS	-
Dotação Inicial	16.996.500,00
Créditos Adicionais	379.562,69
Dotação Atualizada	17.376.062,69
Despesas Empenhadas	12.774.535,13
Despesas Líquidadas	11.969.592,13
Despesas Pagas	11.463.860,46
Superavit Orçamentário	0,00

DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO	Até o Bimestre
Despesas Empenhadas	12.774.535,13
Despesas Líquidadas	11.969.592,13

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	Até o Bimestre
Receita Corrente Líquida	14.587.265,23

RECEITAS/DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Até o Bimestre
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro	-
Receitas Previdenciárias Realizadas	0,00
Despesas Previdenciárias Liquidadas	0,00
Resultado Previdenciário	0,00

RESULTADO NOMINAL E PRIMÁRIO	Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal	0,00	1.263.144,35	0,00
Resultado Primário	0,00	1.263.144,35	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO — Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: Janeiro a Dezembro 2018/BIMESTRE Novembro - Dezembro

LRF, Art. 48 – Anexo 14 — R$ 1

MOVIMENTAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR	Inscrição	Cancelamento Até o Bimestre	Pagamento Até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	511.507,37	0,00	352.017,37	159.490,00
Poder Executivo	511.507,37	0,00	352.017,37	159.490,00
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	94.487,75	4.474,29	89.948,32	65,14
Poder Executivo	94.487,75	4.474,29	89.948,32	65,14
Poder Legislativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Poder Judiciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Ministério Público	0,00	0,00	0,00	0,00
Defensoria Pública	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	605.995,12	4.474,29	441.965,69	159.555,14

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE	677.169,84	25,00	8,20
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Ensino Fundamental e Médio	0,00	60,00	0,00
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Fundamental	0,00	60,00	0,00
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL	Valor Apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Operação de Crédito	0,00	0,00
Despesa de Capital Líquida	775.859,45	354.992,06

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	Exercício em Referência	10º Exercício	20º Exercício	35º Exercício
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Previdenciário				
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00

RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS	Valor apurado até o Bimestre	Saldo Não Realizado
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos	0,00	0,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos	0,00	0,00

DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor Apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
		% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despeas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	3.641.925,54	15,00	31,52

DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP	Valor Apurado no Exercício Corrente
Total das Despesas / RCL(%)	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO — Portaria Nº 495 de 2017

RIBEIRAOZINHO - PODER EXECUTIVO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DESPESAS COM PESSOAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Analise de Despesa com Pessoal - Mês Ref: 12 - Dezembro

RGF – ANEXO 1 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a") R$ 1

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)												TOTAL (últimos 12 meses)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
	LIQUIDADAS													
	JAN/2018	FEV/2018	MAR/2018	ABR/2018	MAI/2018	JUN/2018	JUL/2018	AGO/2018	SET/2018	OUT/2018	NOV/2018	DEZ/2018	(a)	(b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	610.606,93	563.267,35	588.609,15	585.967,85	583.792,39	598.125,70	574.965,27	608.207,65	613.372,17	617.961,79	613.052,04	615.146,93	7.173.075,22	0,00
Pessoal Ativo	610.606,93	563.267,35	588.609,15	585.967,85	583.792,39	598.125,70	574.965,27	608.207,65	613.372,17	617.961,79	613.052,04	615.146,93	7.173.075,22	0,00
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	513.889,46	476.904,91	496.867,57	490.912,84	487.477,43	502.960,11	478.596,55	507.426,18	509.084,41	518.032,69	510.365,16	518.665,02	6.011.182,33	0,00
Obrigações Patronais	96.717,47	86.362,44	91.741,58	95.055,01	96.314,96	95.165,59	96.368,72	100.781,47	104.287,76	99.929,10	102.686,88	96.481,91	1.161.892,89	0,00
Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias, Reserva e Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de período anterior ao da apuração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I-II)	610.606,93	563.267,35	588.609,15	585.967,85	583.792,39	598.125,70	574.965,27	608.207,65	613.372,17	617.961,79	613.052,04	615.146,93	7.173.075,22	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL	VALOR	% SOBRE RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.587.265,23	
(-)Transferências obrigatórias da União relativas às emendas individuais(V)(§13,art.166 da CF)	0,00	
= RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	14.587.265,23	
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (V) = (IIIa+IIIb)	7.173.075,22	49,17
LIMITE MÁXIMO (VI) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	7.877.123,22	54,00
LIMITE PRUDENCIAL (VII) = (0,95 x VI) (parágrafo único do art.22 da LRF)	7.483.267,06	51,30
LIMITE DE ALERTA (VIII) = (0,90 x VI) (inciso II do § 1º do art.59 da LRF)	7.089.410,90	48,60

Nota:

1 - Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não-processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não-processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força inciso II do art.35 da Lei 4.320/64

2 - A Câmara Municipal não gastará mais de setenta por cento de sua receita com folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio de seus Vereadores, nos termos do Art. 29-A da Lei 101/2000

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") R$ 1

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive) - Vencidos e não Pagos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	722.347,10	1.059.815,17	1.123.541,08	667.792,91
Disponibilidade de Caixa	722.347,10	1.059.815,17	1.123.541,08	667.792,91
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.233.854,47	1.220.341,24	1.283.031,08	827.282,91
(-) Restos a Pagar Processados	511.507,37	160.526,07	159.490,00	159.490,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III)=(I-II)	-722.347,10	-1.059.815,17	-1.123.541,08	-667.792,91
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	14.644.513,96	14.826.102,43	14.932.118,51	14.587.265,23
% DA DC SOBRE A RCL (I/RCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
% DA DCL SOBRE A RCL (III/RCL)	-4,93	-7,15	-7,52	-4,58
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - (120%)	17.573.416,75	17.791.322,92	17.918.542,21	17.504.718,28
LIMITE DE ALERTA (Inciso III so $ 1º do art.59 da LRF) - (108%))	15.816.075,08	16.012.190,62	16.126.687,99	15.754.246,45

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
Precatórios Anteriores a 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Não incluídos na DCL)	0,00	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Insuficiência Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos e Consignações sem Contrapatida	0,00	0,00	0,00	0,00
RP Não-Processados de exercícios anteriores	94.487,75	4.578,19	4.578,19	4.578,19
Antecipação de Receita Orçamentária - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R$ 1

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
AOS MUNÍCIPIOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	14.644.513,96	14.826.102,43	14.932.118,51	14.587.265,23
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOL. DO SENADO FEDERAL < 22% >	3.221.793,07	3.261.742,53	3.285.066,07	3.209.198,35
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) < 19,8% >	2.899.613,76	2.935.568,28	2.956.559,46	2.888.278,52

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DOS MUNÍCIPIOS (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Garantia às operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0,00	0,00	0,00	0,00

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO 2018		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: JANEIRO A DEZEMBRO/2018

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") R$ 1

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Externas	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Internas	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (I)	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001 (II)	0,00	0,00
TOTAL (III)	0,00	0,00

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	14.587.265,23	100,00
OPERAÇÕES VEDADAS (V)	0,00	0,00
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE = (VI)=(IIIa+V-Ia-IIa)	0,00	0,00
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDEREAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	2.333.962,44	16,00
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art.59 da LRF)	2.100.566,19	14,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	1.021.108,57	7,00

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM A DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de Referência	Até o Quadrimestre de Referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	0,00	0,00
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Sociais	0,00	0,00
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

Referência: JANEIRO a DEZEMBRO /2018

RGF – ANEXO 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a")

R$ 1

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (Antes da Inscrição em Restos a Pagar Não Processados)	RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (Não Inscritos por Insuficiência Financeira)
		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(f)=(a-(b+c+d+e)-f)		
RECURSOS VINCULADOS (I)	9.130,51	0,00	35.653,21	0,00	174.965,03	0,00	-201.487,73	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Impostos e de Transferências de Impostos - Saúde	9.130,51	0,00	35.653,21	0,00	0,00	0,00	-26.522,70	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	174.965,03	0,00	-174.965,03	0,00	0,00
TOTAL DE RECURSOS NÃO VINCULADOS	9.230,72	0,00	33.656,32	0,00	0,00	0,00	-24.425,60	0,00	0,00
Recurdos Ordinários	9.230,72	0,00	33.656,32	0,00	0,00	0,00	-24.425,60	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	18.361,23	0,00	69.309,53	0,00	174.965,03	0,00	-225.913,33	0,00	0,00

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO

RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL

ORÇAMENTOS FISCAIS E DA SEGURIDADE SOCIAL

PERIODO: ATÉ O 3º QUADRIMESTRE DE 2018

LRF, art. 48 – Anexo 6 R$ 1

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	VALOR
Receita Corrente Líquida	14.587.265,23
Receita Corrente líquida Ajustada	14.587.265,23

DESPESA COM PESSOAL	VALOR	% SOBRE A RCL
Despesa Total com Pessoal - DTP	7.173.075,22	49,17
Limite Máximo(Incisos I,II e III, art. 20 da LRF)	7.877.123,22	54,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	7.483.267,06	51,30
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art.59 da LRF)	7.089.410,90	48,60

DÍVIDA CONSOLÍDADA	VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida	-667.792,91	-4,58
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	17.504.718,28	120,00

GARANTIAS DE VALORES	VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias Concedidas	0,00	0,00
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	3.209.198,35	22,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito Externas e Internas	2.333.962,44	16,00
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido p/ Senado Federal para Op. de Crédito por Antec. da Receita	1.021.108,57	7,00

RESTOS A PAGAR	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCICIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Valor Total	0,00	-225.913,33

FONTE: SCPI - Contabilidade [8.21.25.416], PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRAOZINHO Portaria Nº 495 de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO BRANCO

LEI MUNICIPAL DE Nº 761 DE 15 DE JULHO DE 2019. "DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE RIO BRANCO PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2020 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

LEI MUNICIPAL DE Nº 761 DE 15 DE JULHO DE 2019.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município de RIO BRANCO para o Exercício Financeiro de 2020 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de RIO BRANCO, Estado de Mato Grosso, **Sr ANTONIO XAIVER DE ARAÚJO**, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que a Câmara Municipal APROVOU e ela SANCIONA a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - **E**sta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Rio Branco para o exercício 2020 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, cumprindo as determinações do Art. 165 Parágrafo 2º da Constituição Federal, da Lei Complementar Federal n.º 101 de 04 de Maio de 2000, da Lei Federal 4.320/64 de 17 de março de 1.964 e da Lei Orgânica do Município.

Art. 2º - A Proposta Orçamentária Anual será elaborada em consonância com as diretrizes fixadas nesta Lei, tendo seu valor fixado em reais, com base na previsão de receita fornecida pelos órgãos competentes quanto às transferências legais da União e do Estado para o exercício e comparada com a arrecadação verificada no primeiro semestre de 2019 e Projetada, no concernente à tributos e outras receitas arrecadadas diretamente pelo Município, com base em projeções a serem realizadas considerando-se o comportamento da arrecadação no primeiro semestre de 2019, os efeitos das alterações na legislação tributária até 31 de dezembro de 2019, da variação de índices inflacionários correntes e previstos até dezembro de 2019, do crescimento econômico e das ações fiscais oriundas do poder Público municipal, ou quaisquer outros fatores que possam influenciar de maneira relevante no comportamento da arrecadação.

Parágrafo único. Fazem parte integrante desta Lei os seguintes anexos:

I – Projeção da Receita e da Despesa para 2017/2022;

II - Anexo de metas e prioridades para 2020;

III. - Anexo de Riscos Fiscais;

IV – Relatório dos projetos em andamento (art. 45 da LC 101/2000).

Art. 3º - **A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância as demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do Art. 165 da Constituição Federal, além de obedecer aos princípios da legalidade, legitimidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e probidade administrativa, devendo primar pela Responsabilidade na Gestão Fiscal, atentando para a ação planejada e transparente, direcionada para a prevenção de riscos e a correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das Contas Públicas e estar voltado para:**

§ 1º - Através de ação planejada e transparente, cumprir as metas de resultados entre receitas e despesas;

§ 2º - Mediante prevenção de riscos e correção de desvios, obedecer a limites e condições no que tange a renúncia de receita, a geração de despesas com pessoal, a dívida consolidada, às operações de crédito, inclusive por antecipação de receita - ARO, a concessão de garantias e à inscrição em restos a pagar.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PARA 2020

Art. 4º - Em consonância com o art. 165, § 2o, da Constituição, as metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2020 são as especificadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta Lei.

§ 1º - O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, por ocasião da lei orçamentária poderá fazer a seleção de metas ou prioridade dentre as relacionadas no Anexo de Metas e Prioridades que integra esta lei.

§ 2º - Os valores constantes no Anexo de que trata este artigo possui caráter indicativo e não normativo, devendo servir de referência para o planejamento, sendo automaticamente atualizados pela lei orçamentária.

§ 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício 2020, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais.

§ 4º - Na fixação da despesa deverão constar os recursos e observando os limites, mínimos e máximos previstos na legislação em vigor no que tange ao PASEP, ao FUNDEB, os gastos com pessoal e seus encargos, as despesas com a saúde e a Educação e a Câmara municipal.

CAPÍTULO III

A ESTRUTURA, ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES PARA A EXECUÇÃO E ALTERAÇÕES DOS ORÇAMENTOS DO MUNICÍPIO PARA 2019

Seção I

Da Organização dos Orçamentos do Município

Art. 5º - O orçamento fiscal e da seguridade social compreenderão a programação dos Poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, bem como das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que o Município, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos da Fazenda Municipal.

Art. 6º - Os orçamentos discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação (créditos orçamentários) com suas respectivas dotações.

§ 1º As atividades, projetos e operações especiais poderão ser desdobrados em subtítulos (sub-projetos ou sub-atividades), abertos por Decreto do Poder Executivo, para especificar sua localização física integral, parcial ou, ainda, atender à classificação por fonte de recursos (recursos vinculados), não podendo haver alteração das respectivas finalidades, produtos, unidades de medida e valores, estabelecidos para o respectivo título (projeto, atividade ou operação especial).

§ 2º As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos com vinculação de suas metas físicas ao anexo de metas e prioridades de que trata esta Lei.

Art. 7º - A lei orçamentária discriminará em unidades orçamentárias e/ou em categorias de programação específicas as dotações destinadas:

I – a fundos especiais;

II - às ações de saúde e assistência social;

III - ao pagamento de benefícios da previdência, para cada categoria de benefício;

IV – aos créditos orçamentários que se relacionem à Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

V - à concessão de subvenções econômicas e subsídios;

VI - à participação em constituição ou aumento de capital de empresas;

VII - ao pagamento de precatórios judiciais, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

VIII - às despesas com publicidade, propaganda e divulgação oficial; e

IX - ao cumprimento de sentenças judiciais transitadas em julgado consideradas de pequeno valor.

Art. 8º - O projeto de lei orçamentária deverá ser encaminhado pelo executivo ao Legislativo até o dia 30 de setembro de 2015 e será constituído de:

I - texto da lei;

II - quadros orçamentários consolidados na forma prevista na Lei 4.320/64;

III – Quadros exigidos em legislações suplementares.

§ 1º. Integrará a proposta orçamentária, além dos documentos referidos, para cada unidade administrativa, descrição sucinta de suas principais finalidades, com indicação da respectiva legislação.

Art. 9º - A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2020 e a remeterá ao Executivo até 15 (quinze) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder**, observadas as limitações contidas nesta Lei e as limitações da Emenda Constitucional Nº 25, de 14/02/00.**

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2019, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de calculo conforme previsto no § 3º do art. 12 da LC 101/2000.

Art. 10 – Não sendo encaminhando ao Poder Executivo o autógrafo da Lei orçamentária até o início do exercício de 2020, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Seção II

Do Equilíbrio entre Receitas e Despesas

Art. 11 - A Lei orçamentária conterá reserva de contingência constituída de dotação global e corresponderá, na lei orçamentária a, no mínimo, 1,5 % (um e meio por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o Município.

§ 1º - A reserva de contingência será identificada pelo dígito 9 (nove) no que se refere ao grupo natureza da despesa.

§ 2º - Ocorrendo à necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de crédito adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

§ 3º - A reserva de que trata o *caput* deste Art., poderá ser utilizada para suporte orçamentário à dotações que se fizerem insuficientes, através de abertura de crédito adicionais autorizados na forma do Art. 43 da Lei 4320/64.

Art. 12 - Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar no 101, de 2000:

I - integrará o processo administrativo de que trata o art. 38 da Lei nº 8. 666, de 21 de junho de 1993, bem como os procedimentos de desapropriação de imóveis urbanos a que se refere o § 3o do art. 182 da Constituição Federal, o impacto orçamentário e financeiro exigido em decorrência da LC nº 101/2000, art. 16;

II - entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º do art. 182 da Constituição Federal, aquelas cujo valor não ultrapasse os limites a que se refere os incisos I e II do art. 24 da Lei no 8.666, de 1993.

Art. 13 - O Poder Executivo elaborará e publicará, até trinta dias após a publicação da lei orçamentária para 2020, cronograma de desembolso mensal para o exercício, nos termos do art. 8o da Lei Complementar nº 101/2000.

§1º. Para fins de elaboração do cronograma do Poder Executivo, o Poder Legislativo, em até dez dias da publicação da Lei Orçamentária, encaminhará ao Executivo a sua necessidade de repasses financeiros, estabelecidas mensalmente, para o exercício de 2020.

§ 2º No caso do Poder Executivo, o ato referido no **caput** e os que o modificarem conterão:

I - metas bimestrais de realização de receitas, conforme disposto no art. 13 da Lei Complementar no 101, incluindo seu desdobramento por origem de recursos;

II - demonstrativo da despesa por programas de governo.

Art. 14 - Os instrumentos de Transparência na Gestão Fiscal deverão receber ampla divulgação, através de publicações nos murais da Prefeitura e da Câmara Municipal, e em Órgãos de Imprensa local ou de circulação regional inclusive em meios eletrônicos de acessos públicos.

§ 1º - No decorrer do exercício o Executivo Municipal, publicará até 30 (trinta) dias após o encerramento de cada bimestre, o relatório a que se refere o § 3º do Artigo 165 da Constituição Federal, nos moldes previsto no Artigo 52 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, respeitando os padrões estabelecidos no § 4º do Artigo 55 da mesma Lei e nas Instruções Normativas editadas pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso.

§ 2º - O Relatório de Gestão Fiscal, obedecendo aos preceitos do Artigo 54 e do Artigo 55 e da alínea b, inciso II do Artigo 63, todos da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00, serão divulgados até trinta dias após o encerramento do semestre.

Art. 15 - Se no final de cada bimestre for verificada a ocorrência de desequilíbrio entre as receitas e as despesas que possam comprometer a situação financeira do Município, o Executivo e o Legislativo Municipal promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos 30 (trinta) dias subseqüentes, limitação de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios estabelecidos na legislação vigente.

Parágrafo Único - Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, ainda que parcial, a recomposição das dotações cujos empenhos foram limitados dar-se-á de forma proporcional às reduções efetivadas.

Art. 16 - Não serão objeto de limitação as despesas relativas:

I - A obrigações Constitucionais e legais do Município;

II - Ao pagamento do serviço da dívida pública fundada, inclusive parcelamento de débitos;

III - A despesas fixas com pessoal e encargos sociais, enquanto o Município se mantiver num patamar de até 95% (noventa e cinco por cento) do limite máximo para realização de dispêndios com pessoal, constante do Artigo 20 da Lei Complementar N.º 101, de 04/05/00;

IV - Despesas vinculadas a uma determinada fonte de recursos cujos recursos já estejam assegurados ou o respectivo cronograma de ingresso estejam sendo normalmente executado.

Art. 17 - Ocorrendo a necessidade de se efetuar contenção de despesas, para o restabelecimento do equilíbrio financeiro, os cortes serão aplicados na seguinte ordem:

I - Novos investimentos a serem realizados com recursos ordinários do Tesouro Municipal;

II - Investimentos em execução à conta de recursos ordinários ou sustentados por fonte de recurso específica, cujo cronograma de liberação não esteja sendo cumprido;

III - Despesas de manutenção de atividades não essenciais, desenvolvidas com recursos ordinários;

IV - Outras despesas, a critério do Executivo Municipal, até se atingir o equilíbrio entre receitas e despesas.

Seção III

Dos Recursos Correspondentes às Dotações Orçamentárias

Compreendidas os Créditos Adicionais Destinados ao

Poder Legislativo

Art. 18 - O Poder Legislativo do Município terá como limite de despesas em 2020, para efeito de elaboração de sua respectiva proposta orçamentária, a aplicação do percentual de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências do Município, auferida em 2019, nos termos do art. 29-A da Constituição da República e **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, acrescidos dos valores relativos aos inativos e pensionistas.

§1º. Para efeitos do cálculo a que se refere o caput considerar-se-á a receita efetivamente arrecadada até o último mês anterior ao do encerramento do prazo para a entrega da proposta orçamentária no Legislativo, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

§2º. Ao término do exercício será levantada a receita efetivamente arrecadada para fins de repasse ao Legislativo, ficando estabelecidas as seguintes alternativas em relação à base de cálculo utilizada para a elaboração do orçamento:

I – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares inferiores aos previstos, o Legislativo indicará as dotações a serem contingenciadas ou utilizadas para a abertura de créditos adicionais no Poder Executivo.

II – caso a receita efetivamente realizada situe-se em patamares superiores aos previstos, o Legislativo indicará os créditos orçamentários a serem suplementados ao Executivo até o limite constitucionalmente previsto.

Art. 19 - Para os efeitos do art. 168 da Constituição da República os recursos correspondentes às dotações orçamentárias da Câmara Municipal, inclusive os oriundos de créditos adicionais, serão entregues até o dia 20 de cada mês, de acordo com o cronograma de desembolso a ser elaborado pelo Poder Legislativo, observados os limites anuais de 7% (sete por cento) sobre a receita tributária e de transferências de que trata o art. 29-A da Constituição da República e da **EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 58, DE 23 DE SETEMBRO DE 2009**, efetivamente arrecadada no exercício de 2015, conforme previsto no artigo anterior.

§ 1º. Em caso da não elaboração do referido cronograma, os repasses se darão na forma de duodécimos mensais, iguais e sucessivos, respeitados, igualmente, os limites de que trata o caput.

Art. 20 - O repasse financeiro relativo aos créditos orçamentários e adicionais será feito diretamente em conta bancária indicada pelo Poder Legislativo.

Parágrafo único. Ao final do exercício financeiro o saldo de recursos será devolvido ao Poder Executivo, deduzido:

I – os valores correspondentes ao saldo do passivo financeiro, considerando-se somente as contas do Poder Legislativo;

II – os valores necessários para:

a) obras e investimentos do Poder Legislativo que ultrapassem um exercício financeiro;

b) outros, desde que justificados pelo Presidente do Legislativo.

Seção IV

Das Normas Relativas ao Controle de Custos e avaliação dos Resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos

Art. 21 - Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a escrituração contábil será efetuada de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 22 - Os serviços de contabilidade do Município organização sistema de custos que permita:

a) mensurar o custo dos produtos das ações governamentais;

b) mensurar os custos diretos e indiretos dos programas de governo;

c) identificar o custo por atividade governamental e órgãos;

d) a tomada de decisões gerenciais.

Art. 23 - A avaliação dos resultados dos programas de governo se fará de forma contínua pelo sistema de controle interno do Poder Executivo.

§ 1º. A avaliação dos resultados dos programas de governo consistirá em análise sobre o desempenho da gestão governamental através da movimentação dos indicadores de desempenho, conjugando-os com o custo das ações que integram os programas e a evolução, em termos de realização dos produtos das ações e o atingimento de suas metas físicas, de forma que permita à administração e à fiscalização externa concluir sobre a eficiência das ações governamentais e a qualidade do gasto público.

§ 2º. Anualmente, em audiência pública promovida para fins de propiciar a transparência e a participação popular na lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo avaliará, perante à sociedade, a eficácia e a eficiência da gestão, demonstrando o planejamento realizado em comparação com o executado no que se refere aos indicadores de desempenho, aos valores gastos e às metas físicas relacionadas com os produtos das ações.

Seção V

Da Disposição Sobre Novos Projetos

Art 24 - Além da observância das prioridades e metas de que trata esta Lei, a lei orçamentária e seus créditos adicionais, somente incluirão projetos novos após:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos e respectivos subtítulos em andamento com recursos necessários ao término do projeto ou a obtenção de uma unidade completa;

II – estiverem assegurados os recursos de manutenção do patrimônio público e, efetivamente, o Poder Público estiver adotando as medidas necessárias para tanto.

§ 1º. Não constitui infração a este artigo o início de novo projeto, mesmo possuindo outros projetos em andamento, caso haja suficiente previsão de recursos orçamentários e financeiros para o atendimento dos projetos em andamento e novos.

§ 2º. O sistema de controle interno fiscalizará e demonstrará o cumprimento do parágrafo único do art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 3º. É condição para o início de projetos, devendo constar do procedimento de que trata o art. 38 da Lei 8.666/96, ou do procedimento de compra, em casos de contratações com valores estimados superiores aos previstos no art. 24, I e II da referida Lei, a referência de atendimento ao artigo 45 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Seção VI

Das Transferências de Recursos para o Setor Privado

Subseção I

Dos Recursos Destinados a Entidades Privadas sem Fins Lucrativos

Art. 25 - É vedada a inclusão, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas, aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura ou desporto, e estejam registradas nas Secretarias Municipais correspondentes;

II - sejam vinculadas a organismos internacionais de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição, no art. 61 do ADCT, bem como na Lei no 8.742, de 7 de dezembro de 1993.

Parágrafo único. Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular nos últimos dois anos, emitida no exercício de 2020, e comprovante de regularidade do mandato de sua diretoria.

Art. 26 - Fica autorizada a inclusão de dotações, na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, a título de "auxílios" para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam:

I - de atendimento a atividades educacionais, saúde, assistenciais, culturais, de meio ambiente ou desportivas;

II - cadastradas junto às Secretarias Municipais correspondentes;

III - signatárias de contrato de gestão com a Administração Pública Municipal;

IV - consórcios intermunicipais, constituídos por lei e exclusivamente por entes públicos;

Subseção II

Das Transferências às Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 27 - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a atender necessidades de pessoas físicas, através dos programas instituídos de assistência social, saúde, agricultura, desporto, turismo e educação, desde que aprovada pelo respectivo conselho municipal.

Art. 28 - A transferência de Recursos públicos para cobrir déficits de pessoas jurídicas, além das condições fiscais previstas no art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal, quando for o caso, deverá ser autorizada por lei específica e, ainda, atender a uma das seguintes condições:

I – a necessidade deve ser momentânea e recair sobre pessoa física ou entidade cuja ausência de atuação do Poder Público possa justificar a sua extinção com repercussão social grave no Município, ou, ainda, representar prejuízo para o município.

II – incentivo fiscal para a instalação e manutenção de empresas industriais, comerciais e de serviços, nos termos do que já dispõe a Lei Municipal.

III – no que se refere à concessão de empréstimos destinados a pessoas físicas e jurídicas, estes ficam condicionados, além do pagamento dos encargos financeiros de juros não inferiores a 12% ao ano, ou ao custo de captação, nos termos do que dispõe o artigo 27 da Lei Complementar nº 101/2000:

a) destinação dos recursos através de fundo rotativo;

b) formalização de contrato;

c) aprovação de projeto pelo Poder Público;

d) acompanhamento da execução;

e) prestação de contas.

Parágrafo único. Lei específica poderá, conforme possibilita o parágrafo único do artigo 27 da LC nº 101/2000, estabelecer subsídio para empréstimos de que trata o inciso III deste artigo, hipótese em que a lei orçamentária estabelecerá crédito orçamentário próprio.

Seção VII

Dos Créditos Adicionais

Art. 29 – Ficam os poderes executivo e legislativo autorizados a proceder abertura de créditos adicionais suplementares utilizando como fonte recurso as constantes do art. 43 da Lei Federal 4.320/64.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS

DE CARÁTER CONTINUADO

Seção I

Do Aproveitamento da Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado

Art. 30 - A compensação de que trata o art. 17, § 2o, da Lei Complementar no 101, de 2000, quando da criação ou aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado, no âmbito dos Poderes Executivo e Legislativo, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da respectiva margem de expansão.

Parágrafo único. Cada Poder manterá controle sobre os valores já aproveitados da margem de expansão desde a edição da LC nº 101/2000.

Seção II

Das Despesas com Pessoal

Art. 31 - O Poder Executivo e Legislativo publicarão tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do quadro geral de pessoal civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não-estáveis e de cargos vagos.

Art. 32 - O Poder Executivo e o Legislativo do Município terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais:

I – No Poder Legislativo:

a) 70% das receitas de impostos e transferências que cabem ao Poder, conforme Art. 29-A da Constituição Federal, excluídos os valores referentes aos inativos e pensionistas e eventuais repasses de cunho extra-orçamentários;

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 6% sobre a Receita Corrente Líquida – RCL, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, previsto no Art. 71 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

II – No Poder Executivo:

a) caso o Poder tenha ultrapassado os 54% (cinqüenta e quatro pontos percentuais) sobre a Receita Corrente Líquida no exercício de 2015, o orçamento de 2019 deverá prever o retorno ao percentual limite até o final do exercício, nos termos do art. 70 da Lei Complementar nº 101 de 2000.

b) em caso de a despesa com pessoal projetada situar-se abaixo dos 54% sobre a Receita Corrente Líquida, deverá ser observado o limite de acréscimo desta despesa, em percentual da receita base de cálculo, nos termos do art. 71 da Lei Complementar no 101, de 2000.

Art. 33 - Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais deverão ser acompanhados de manifestação do Conselho de Política e Remuneração de Pessoal de que trata o art. 39 da Constituição da República.

Art. 34 - Para fins de atendimento ao disposto no art. 169, § 1o, inciso II, da Constituição, ficam autorizados, além das vantagens pessoais já previstas nos planos de cargos e regime jurídico:

I – No Poder Executivo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) investiduras por admissão por aprovação para cargo ou emprego público, designação de função de confiança ou cargo em comissão com disponibilidade de vagas;

c) concessão de abono remuneratório aos servidores em efetivo exercício do magistério;

d) criação de empregos públicos para o atendimento de programas da União;

e) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revele a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

f) realização de concurso público

II – No Poder Legislativo:

a) aumento de remuneração em percentual de até 6%;

b) contratações de pessoal por excepcional interesse público, desde que atendidos os pressupostos que caracterizem como tal, nos termos da Lei Municipal específica e que venham atender a situações cuja investidura por concurso não se revelem a mais adequada face às características da necessidade da contratação.

§ 1º. As autorizações dos incisos I e II deverão ser precedidas da análise da repercussão sobre o percentual da despesa com pessoal, nos termos do artigo 17 e 71 da Lei Complementar nº 101/2000.

c) realização de concurso público

Art. 35 – **O Município manterá o pagamento de horas extras aos servidores, de acordo com as normas especificadas do Estatuto do Servidor Público.**

Art. 36 - Na hipótese de ser atingindo o limite prudencial de que trata o art. 22 da Lei Complementar nº 101, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergenciais de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do Chefe do executivo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 37 - O Poder Executivo poderá encaminhar à Câmara Municipal no corrente exercício, Projeto de Lei dispondo sobre alterações na Legislação Tributária, para vigorarem a partir do exercício de 2019, especialmente no diz respeito a:

I - Revisão das taxas, observando sua adequação às constantes oscilações nos custos reais dos serviços prestados;

II - Revisão da planta genérica de valores dos imóveis urbanos;

III - Revisão das alíquotas do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU);

IV - Revisão do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS);

V - Corrigir quaisquer injustiças tributárias verificadas e constantes da legislação vigente;

VI - Ajustar a Legislação Tributária aos novos ditames impostos pela condição econômica do país, bem como sua adequação em função das características próprias do Município;

VII - Consolidação de toda a Legislação Tributária do Município.

Art. 38 - O Poder Executivo fica incumbido de instituir e utilizar todos os mecanismos legais a ele atribuídos para arrecadar todos os tributos e contribuições de sua competência.

Parágrafo Único - O Poder Executivo envidará ações no sentido de diminuir o volume da dívida tributária e não tributária do Município.

Art. 39 - O Poder Executivo promoverá a modernização da máquina fazendária no sentido de aumentar a produtividade e diminuir os seus custos.

Art. 40 - A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento de despesa, bem como a concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, somente poderá ser apreciado caso se revista de elevado alcance social e de interesse público justificado, devendo estar acompanhada de:

I - Estimativa do impacto orçamentário e financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois seguintes;

II - Declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;

III - Medidas de compensação da renúncia por meio do aumento da receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributos ou contribuição.

Art. 41 - Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária.

Parágrafo único. Caso as alterações propostas não sejam aprovadas, ou o sejam parcialmente, de forma a não permitir a integralização dos recursos esperados, serão canceladas a previsão da receita e dotações orçamentárias de forma a restabelecer a previsão sem as alterações na legislação.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42 - Para fins de cumprimento do art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Município autorizado a firmar convênio ou congêneres, com a União ou o Estado, com vistas:

I – ao funcionamento de serviços bancários e de segurança pública;

II – a possibilitar o assessoramento técnico aos produtores rurais do Município;

III – à utilização conjunta, no Município, de máquinas e equipamentos de propriedade do Estado ou União;

IV – a cedência de servidores para o funcionamento de órgãos ou entidades no município;

Art. 43 - A Lei Orçamentária Anual não conterá dispositivo estranho à previsão de receita e à fixação de despesa, não se incluindo na proibição a autorização para a abertura de créditos adicionais suplementares e contratação de operações de crédito, ainda que por antecipação de receita, nos termos da lei.

§ 1º - As emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual ou de abertura de créditos adicionais suplementares, obedecerão ao princípio da iniciativa constante do Artigo 165 da Constituição Federal e somente poderão ser aprovados quando:

I - Estiverem compatíveis com o Plano Plurianual vigente;

II - Indiquem os recursos necessários na forma do Artigo 43 da Lei 4.320/64, excluídos os que incidam sobre:

a) O pagamento de pessoal e seus encargos;

b) Amortização e serviço da dívida;

c) A destinação ao atendimento de precatórios judiciais.

Art. 44 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Edifício Sede do Poder Executivo, em Rio Branco/MT, 15 de Julho de 2019.

ANTÔNIO XAVIER DE ARAUJO

Prefeito Municipal

PORTARIA DE Nº 198 DE 28 DE JUNHO DE 2019 "DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE RIO-BRANCO/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

PORTARIA DE Nº 198 DE 28 DE JUNHO DE 2019

"DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR NO MUNICÍPIO DE RIO-BRANCO/MT E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE RIO BRANCO, ESTADO DE MATO GROSSO, O SRº ANTONIO XAVIER DE ARAUJO, usando de suas atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE

Art. 1º. Fica criada a Comissão do Transporte Escolar que terá a seguinte composição:

MEMBRO	I - REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS	OBS.
Maria Aparecida Martins Ferrari	Pais de aluno	Titular
Jivaldo Sampaio de Meneses	Pais de aluno	Suplente
MEMBRO	**II - REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO**	**OBS.**
Bruno Barbosa Dias	Poder Executivo	Titular
Daniel Gomes Barbosa	Poder Executivo	Suplente
MEMBRO	**III - REPRESENTANTES PROFESSORES MUNICIPAIS**	**OBS.**
Alessandra Souza Silva	EMEF Manoel Tavares de Menezes	Titular
Aldeny Tavares de Almeida	EMEI Madre Tereza de Calcutá	Suplente
MEMBRO	**IV - REPRESENTANTES PROFESSORES ESTADUAIS**	**OBS.**
Magda Lopes de Freitas Lima	EE Dep. Franc. Eduardo Rangel Torres	Titular
Rosa Pereira da Silva Arruda	EE Dep. Franc. Eduardo Rangel Torres	Suplente
MEMBRO	**V - REPRESENTANTES DOS ALUNOS**	**OBS.**
Caren Cabral Vilela	EE Dep. Franc. Eduardo Rangel Torres	Titular
Kéroly Milena Ribeiro Eliziário	EE Dep. Franc. Eduardo Rangel Torres	Suplente
MEMBRO	**VI - REPRESENTANTES ASSESSORIA PEDAGOGICA**	**OBS.**
Mônica Valéria Ferrari Santos	Assessoria Pedagógica	Titular
Michele Scandiani da Silva	Assessoria Pedagógica	Suplente
MEMBRO	**VII - REPRESENTANTE DO CONSELHO DO FUNDEB**	**OBS.**
Samille Silva Scandian	Conselho do FUNDEB	Titular
Flávio Custódio do Nascimento	Conselho do FUNDEB	Suplente

Art. 2º. A Comissão é formada por representações sociais, e sua atuação deverá acontecer com autonomia, sem subordinação e sem vinculação à administração pública municipal, complementando o trabalho dos órgãos de controle e fiscalização do público no âmbito do transporte escolar.

Art. 3º. Os representantes da Comissão do Transporte Escolar terão mandato de, no máximo, dois anos, permitida uma recondução por igual período. A atuação dos membros não será remunerada e será considerada atividade de relevante interesse social.

Art. 4º - O Presidente da Comissão será eleito pelos representantes previstos no Art. 1º., o qual poderá ser reeleito uma única vez. Caso o Presidente seja destituído, será imediatamente eleito outro membro para completar o período restante do respectivo mandato.

Art. 5º - As reuniões ordinárias da Comissão do Transporte Escolar serão realizadas mensalmente, com a presença da maioria de seus membros, e, extraordinariamente, quando convocados pelo Presidente ou mediante solicitação por escrito de pelo menos um terço dos membros efetivos

Art.6º – Durante o prazo previsto no Art. 3º, os novos membros deverão se reunir com os membros da Comissão, cujo mandato está se encerrando, para transferência de documentos e informações de interesse da Comissão.

Art. 7º. Compete à Comissão Municipal do Transporte Escolar, as seguintes atribuições:

§ 1º - analisar os Relatórios Trimestrais de controle do transporte diário dos alunos, contendo o número de alunos atendidos.

§ 2º - verificar a aplicação dos recursos, podendo requisitar ao Município cópia dos documentos que julgar necessário ao esclarecimento de quaisquer fatos relacionados à aplicação dos recursos do Transporte Escolar.

§ 3º - realizar visitas técnicas para verificar a adequação e a regularidade do Transporte Escolar.

Art. 8º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio Branco-MT, 28 de Julho de 2019.

ANTONIO XAVIER DE ARAUJO

-PREFEITO-

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº3088-2019-EXONERA- IONE FRAGOSO FERREIRA

PORTARIA Nº. 3088/GP/PMR/19

DE 15 JULHO DE 2019

*EXONERA- **IONE FRAGOSO FERREIRA** do cargo em comissão de Diretor De Departamento Especial De Controle De Abastecimento De Combustíveis-CDS-6.*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERA – **IONE FRAGOSO FERREIRA** do cargo em comissão de DIRETOR DE DEPARTAMENTO ESPECIAL DE CONTROLE DE ABASTECIMENTO DE COMBUSTÍVEIS, CDS-6 junto a SECRETARIA DE OBRAS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo ao dia 01/07/2019

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 15/07/2019.*

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº3090-DESIGNA- TATIANA PEZZIN BALDO

PORTARIA Nº. 3090/GP/PMR/19

DE 15 DE JULHO DE 2019

DESIGNA- **TATIANA PEZZIN BALDO** *no cargo em comissão de Diretor de Divisão Administrativa do Fundo Municipal de Assist. Social,CDS-3.*

Agnaldo Rodrigues de Carvalho, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNA–**TATIANA PEZZIN BALDO** no cargo em comissão de DIRETOR DE DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL, FMAS CDS-3, de junto da Secretaria de Ação Social.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 15/07//2019.*

RECURSOS HUMANOS
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 028-19 - CONCURSO PUBLICO Nº 001-2016 - SEMEC

ESTADO DE MATO GROSSO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS

Edital de Convocação GAB/DRH nº 028/2019

Concurso Publico nº 001/2016

Processo Administrativo nº 055/2017-DRH-GABINETE

Assunto: Registro dos atos destinados ao provimento dos cargos dos candidatos para a unidade Administrativa: Secretaria Municipal de Administração

Este Edital poderá ser impresso no endereço eletrônico do Diário Oficial dos Municípios da AMM : diariomunicipal.org/mt/ammm do dia 16/07/2019 .

O PREFEITO MUNICIPAL DE RONDOLÂNDIA, **Agnaldo Rodrigues De Carvalho**, CONVOCA, com fulcro no item 18.3 do edital de abertura do concurso nº 001/2016, em especial no disposto na Lei Orgânica do Município, nos termos do artigo 37 da Constituição Federal, o inciso II do Art. 89 da Lei Orgânica e Seção IV, do Capitulo I do Titulo II da Lei Complementar Nº. 03 de 17 de Outubro de 2007 (Regime Jurídico Único), Lei 237 de 29 de novembro de 2010(Plano de Carreira dos Trabalhadores em Educação) de para fins de contratação sob o regime estatutário e Lei Complementar nº 14, de 4 de abril de 2016 (Plano de Carreira dos Trabalhadores em Saúde), o(s) candidato(s) para o (s) cargo(s) abaixo relacionado(s), aprovados no concurso publico nº 001/2016, executado empresa ATAME ASSESSORIA, CONSULTORIA E PLANEJAMENTO LTDA e com auxílio da COMISSÃO DO CONCURSO PÚBLICO e normas do Edital de abertura, publicado no J.E.O.M. nº 2.586 do dia 19/10/2016 (fls.107/131), e 1ª Retificação publicada no J.E.O.M nº 2.590 do dia 25/10/2016, e 2ª Retificação publicada no J.E.O.M nº 2.598 do dia 07/11/2016, e, Resultado Final do Concurso publicado no J.E.O.M nº 2.631 do dia **23/12/2016 e homologação prefeitural publicada no** J.E.O.M nº 2.828 do dia 4/10/2017, conforme processo administrativo nº 258/2017-GABINETE.

CARGO/ CANDIDATO

Agente Administrativo

16º - IGOR MARIANO DO NASCIMENTO ESTEVÃO 53,00 pontos

Os candidatos acima, ora convocados, terão prazo de (30) trinta dias para apresentação dos documentos

exigidos, incluído neste prazo a realização dos exames médicos, compreendido **entre o dia 15/07/2019 à 13/08/2019,** horário das **8:00hs ás 11:00hs** e das **14:00hs ás 17:00hs,** no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração, localizado na Av. Joana Alves de Oliveira, s/n, Centro, Rondolândia-MT, devendo ainda apresentar, OBRIGATORIAMENTE, **o original e xerox (legível e sem rasuras)** dos seguintes documentos:

a) Carteira de Identidade;

b) Certidão de Nascimento ou Casamento;

c) Título Eleitoral. Certidão da justiça Eleitoral de estar em dia com as obrigações eleitorais;

d) Comprovante de estar em dia com as obrigações militares, se do sexo masculino;

e) Cadastro de Pessoas Físicas – CPF;

f) Número de PIS/PASEP, se já inscrito, ou Declaração, de próprio punho, de que não é inscrito;

g) Atestado médico de sanidade física e mental, necessária ao desempenho das funções inerentes ao cargo, expedido pela Junta Médica do Município, conforme condições previamente estabelecidas no pelo edital de abertura e Decreto Municipal nº 1.227/GAB/PMR/2016;

h) Diploma ou Certificado de Escolaridade, conforme exigência do cargo, registrado no órgão competente;

i) Registro no respectivo Conselho de Classe, conforme exigência legal, se for o caso.

j) Declaração de que exerce ou não outro cargo, emprego ou função pública, para fins de verificação da acumulação de cargos, conforme dispõe o Artigo 37, Inciso XVI e XVII da Constituição Federal e Emendas Constitucionais;

k) Certidão de tempo de serviço se houver;

l) Declaração de bens (RFB), que constituam seu patrimônio

m) 02 fotos 3x4, recentes.

n) certidões negativas de antecedentes civis e criminais da justiça estadual e federal do domicilio do candidato dos últimos (05) cinco anos.

o) certidão de nascimento dos filhos menores de 14 anos.

P) comprovante de residência atualizado. No caso dos agentes comunitários de saúde o comprovante de endereço deverá ser na microárea correspondente;

q) Copia da CTPS;

r) Abrir Conta no Banco do Brasil;

Os candidatos de posse dos exames médicos de que trata o Anexo IV do edital de abertura (publ. J.O.E-AMM, Ed. 2.586, de 19/10/2016, p. 129), deverão se dirigir a Secretaria Municipal de Saúde para o agendamento do dia e hora para a realização da pericia médica. Os exames médicos deverão ser entregues para a junta Médica que avaliará os resultados deles existentes, sendo que, dessa análise julguem necessários, poderão requisitar dos candidatos novos exames.

O D.R.H. somente receberá os documentos das provas de aptidão exigidos para a nomeação no cargo se não estiverem faltando nenhum dos relacionados nas letras “a” até “r”, acima.

Rondolândia-MT, de 15 de julho de 2019.

Agnaldo Rodrigues De Carvalho.

Prefeito Municipal.

RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº3089-2019-NOMEIA- IONE FRAGOSO FERREIRA

PORTARIA Nº. 3089/GP/PMR/19

DE 15 JULHO DE 2019

*NOMEIA- **IONE FRAGOSO FERREIRA** No cargo em comissão de ASSESSOR ESPECIAL DE GABINETE NIVEL II CDS-12*

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Rondolândia, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso XXV do Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR – **IONE FRAGOSO FERREIRA** no cargo em comissão de ASSESSOR *ESPECIAL DE GABINETE NIVEL II CDS-12. De* junto DO GABINETE DO PREFEITO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação retroagindo ao dia 02/07/2019

Publique-se; Registre-se, e Cumpra-se.

AGNALDO RODRIGUES DE CARVALHO

PREFEITO MUNICIPAL

PUBLICADO POR AFIXAÇÃO NO ÁTRIO DO PAÇO MUNICIPAL *EM 15/07/2019.*

DEPARATMENTO DE LICITAÇÕES
MAPA DE RESULTADO FINAL

PROCESSO ADMINISTRATIVO DE Nº. 061/2019.

DISPENSA DE LICITAÇÃO DE Nº 032/2019

Objeto: "Aquisição de Materiais do tipo Testes Psicológicos, livros e jogos para atendimento dos pacientes que são acompanhados pela Psicóloga da UBS."

MODALIDADE: Dispensa de Licitação, conforme: "Art. 24. É dispensável a licitação: II – para outros serviços e compras de valor de até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez".

EMPRESA VENCEDORA DOS ITENS LICITADOS: Vision – Desenvolvimento Humano e Organizacional LTDA, CNPJ: 20.006.298/0001-54, Endereço: Rua Maringá, Nº 669, Bairro: Centro, CEP: 78.850-000, Primavera do Leste/MT.

Item	Código TCE	Und	Quant	Especificação	Marca	Valor Unt	Valor Total
01		UND	01	CARA DE QUÊ	TERAPIA CRIATIVA	R$ 48,50	R$ 48,50
02		UND	01	CMMS-3 - ESCALA DE MATURIDADE MENTAL COLUMBIA 3 KIT COMPLETO	PEARSON CLINICAL	R$ 580,06	R$ 580,06
03	388236-5	UND	01	VENCENDO A ANSIEDADE E A PREOCUPAÇÃO COM A TERAPIA COGNITIVO-COMPORTAMENTAL (PACIENTE)	EDITORA SINOPSYS	R$ 101,85	R$ 101,85
04	00022979	UND	01	BARALHO DAS EMOÇÕES - ACESSANDO A CRIANÇA NO TRABALHO CLINICO	EDITORA SINOPSYS	R$ 116,40	R$ 116,40
05	00013032	UND	01	CONVERSINHA TEENS - JOGO TERAPEUTICO PARA ADOLESCENTES	TERAPIA CRIATIVA	R$ 48,50	R$ 48,50
06	00022992	UND	01	DESCOLADOS - JOGO TERAPEUTICO PARA TREINO DE HABILIDADES SOCIAIS COM CRIANÇAS	TERAPIA CRIATIVA	R$ 97,00	R$ 97,00
07	00022991	UND	01	CONVERSINHA - JOGO PARA TERAPIA COM CRIANÇAS	TERAPIA CRIATIVA	R$ 48,50	R$ 48,50
08	408905-7	UND	01	CAIXINHA ANTIANSIEDADE	EDITORA SINOPSYS	R$ 35,89	R$ 35,89
09	375836-2	UND	01	BDI-II - INVENTARIO DE DEPRESSÃO DE BECK - KIT	PEARSON CLINICAL	R$ 204,67	R$ 204,67
10	00014169	UND	01	ARREMEDO - JOGO TERAPAEUTICO PARA ENFRENTAMENTO DOS MEDOS	TERAPIA CRIATIVA	R$ 87,30	R$ 87,30
11	00022982	UND	01	ETDAH-AD - ESCALA DE TRANSTORNO DO DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE - COLEÇÃO	VETOR EDITORA	R$ 208,55	R$ 208,55
12	432971-6	UND	01	ETPC - ESCALA DE TRAÇOS DE PERSONALIDADE PARA CRIANÇAS - COLEÇÃO	VETOR EDITORA	R$ 148,41	R$ 148,41
13		UND	01	TRILHA DAS PIPAS	EDITORA SINOPSYS	R$ 126,10	R$ 126,10
14	00022984	UND	01	BARALHO DO MODELO COGNITIVO PARA ADULTOS: PISCOEDUCAÇÃO DOS PENSAMENTOS, SENTIMENTOS E COMPORTAMENTOS	EDITORA SINOPSYS	R$ 128,04	R$ 128,04
15		UND	01	JOGO DAS CRENÇAS	RIC JOGOS	R$ 47,53	R$ 47,53
16		UND	01	70 DE NOVO! JOGO TERAPEUTICO PARA TREINO DE RESOLUÇÃO DE PROBLEMAS	TERAPIA CRIATIVA	R$ 97,00	R$ 97,00
17		UND	01	SOU NÃO SOU - AUTOCONHECIMENTO PARA CRIANÇAS, ADOLESCENTES E ADULTOS	TERAPIA CRIATIVA	R$ 97,00	R$ 97,00
18	00022101	UND	01	BARALHO DE HISTORIAS - INSTRUMENTO PARA CONCEITUALIZAÇÃO E INTERVENÇÃO COGNITIVA	EDITORA SINOPSYS	R$ 128,04	R$ 128,04
19		UND	01	PERGUNTE QUE EU RESPONDO	EDITORA SINOPSYS	R$ 72,75	R$ 72,75
20	00022986	UND	01	SEGREDOS E AMEAÇAS	EDITORA SINOPSYS	R$ 135,80	R$ 135,80
21	00022991	UND	01	BARALHO DA ANSIEDADE	EDITORA SINOPSYS	R$ 128,04	R$ 128,04
22	296708-1	UND	01	BARALHO DAS DISTORÇÕES - ENFRENTAMENTO AS ARMADILHAS DOS PENSAMENTOS	EDITORA SINOPSYS	R$ 128,04	R$ 128,04
23	00022984	UND	01	EPQ-J- QUESTIONARIO DE PERSONALIDADE PARA CRIANÇAS E ADOLESCENTES - COLEÇÃO	VETOR EDITORA	R$ 291,00	R$ 291,00
24	158872-9	UND	01	TENHA MODOS	TERAPIA CRIATIVA	R$ 97,00	R$ 97,00
25		UND	01	QUEM E QUEM	TERAPIA CRIATIVA	R$ 97,00	R$ 97,00
26	375963-6	UND	01	CONTRA MARÉ	TERAPIA CRIATIVA	R$ 48,50	R$ 48,50
VALOR TOTAL							**R$ 3. 347,47**

Obs: *O valor constante acima de cada item é o valor final proposto pela empresa participante, onde a mesma teve sua Habilitação no certame confirmada, conforme Ata Circunstanciada constantes de Fls.161/162 nos autos do Processo 061//2019, sendo adjudicado a seu favor o item acima descrito.*

Valor Global de R$ 3.347,47 (Três mil trezentos e quarenta e sete reais e quarenta e sete centavos).

Rondolândia – MT, 15 de Julho de 2019.

_____

Keila Taiane Nascimento Freire

Presidente-CPLMS

Decreto 1.635/GAB/PMR

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSÁRIO OESTE

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DO CONTRATO N°100/2017

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE:	**Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT**
NOTIFICADA:	**G. L. COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-EPP, inscrita no C. N.P.J o n.º 26.795.021/0001-34.**
ENDEREÇO:	**Avenida Tiradentes n 13, Quadra 07, Chapéu do Sol, Várzea Grande/MT.**
CONTRATO:	**Contrato n° 100/2017-Tomada de Preços nº 001/2017**
OBJETO:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA SINALIZAÇÃO VIARIA E PASSEIO PÚBLICO PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSÁRIO OESTE /MT**

Ilmo Senhor(a),

Ao tempo em que lhe cumprimento, sirvo do presente para notificá-lo nos termos que abaixo segue:

CONSIDERANDO, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (*artigo, 37, caput, da CF/88);*

CONSIDERANDO, que os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado**.** (*artigo 54, caput, da lei nº 8666/93*);

CONSIDERANDO, a paralisação injustificada das obras descritas no Contrato Administrativo nº 100/2017;

CONSIDERANDO que segundo previsão contratual as penas para o caso descrito podem variar desde a advertência da empresa CONTRATADA por conta de paralisação injustificada até a declaração de inidoneidade e/ou proibição de contratação com o Poder Publico.

CONSIDERANDO a possibilidade de vir a sofrer prejuízos e, inclusive ter que responder por omissões juntos aos órgãos competentes;

CONSIDERANDO o dever/poder desta municipalidade para exigir o cumprimento das cláusulas contratuais;

CONSIDERANDO, que o Município de Rosário Oeste/MT, presa pela observância do princípio da eficiência que tem partes com as normas de 'boa administração', indicando que a Administração Pública, em todos os seus setores, deve concretizar atividade administrativa predisposta à extração do maior número possível de efeitos positivos ao administrado. Deve sopesar relação de custo-benefício, buscar a otimização de recursos, em suma, tem por obrigação dotar da maior eficácia possível todas as ações do Estado". (**Curso de direito constitucional**, São Paulo: Saraiva, 1998, p. 235).

Venho por meio desta **NOTIFICAR** a empresa **G. L. COM. DE PEÇAS E SERVIÇOS LTDA-EPP, inscrita no C.N.P.J o n.º 26.795.021/0001-34.**, em virtude das paralisação na prestação dos serviços previstos no contrato administrativo 100/2017 sem justa causa, e sem nenhum comunicado formal ao órgão contratante, para que os reinicie os serviços descritos no contrato 100/2017 no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de rescisão contratual unilateral aplicação das penalidades legais previstas contratualmente.

Rosário Oeste/MT, 15 de Julho de 2018.

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de Rosário Oeste/MT

LICITAÇÃO
NOTIFICAÇÃO DO CONTRATO N°002/2018

NOTIFICAÇÃO

NOTIFICANTE:	**Prefeitura Municipal de Rosário Oeste – MT**
NOTIFICADA:	**BTX ENGENHARIA - EPP C.N.P.J sob o n. 26.117.657/0001-27**
ENDEREÇO:	**ROD MT 251 S/N, CHAPADA DOS GUIMARAES, Distrito Água Fria, Cep. Nº 78.195-000**
CONTRATO:	**Contrato n° 002/2018- Concorrência nº 001/2018**
OBJETO:	**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM EXECUÇÃO DE OBRA DE INFRAESTRUTURA URBANA EM VIAS DA SEDE DO MUNICÍPIO DE ROSÁRIO OESTE/MT, CONSTITUÍDO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA E DRENAGEM PROFUNDA DE ÁGUAS PLUVIAIS NOS TRECHOS DA RUA BELA VISTA E DA RUA CEL. ARTHUR BORGES; PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA NOS TRECHOS DA RUA CÂNDIDO MARIANO E RUA IW9; E DRENAGEM PROFUNDA NO TRECHO DA AV. HUMBERTO CASTELO BRANCO, PARA ATENDER O MUNICIPIO DE ROSARIO OESTE/MT.**

Ilmo Senhor(a),

Ao tempo em que lhe cumprimento, sirvo do presente para notificá-lo nos termos que abaixo segue:

CONSIDERANDO, que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios **obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.** (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998) (*artigo, 37, caput, da CF/88);*

CONSIDERANDO, que os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado**.** (*artigo 54, caput, da lei nº 8666/93*);

CONSIDERANDO, a paralisação injustificada das obras descritas no Contrato Administrativo nº 002/2018;

CONSIDERANDO que segundo previsão contratual as penas para o caso descrito podem variar desde a advertência da empresa CONTRATADA por conta de paralisação injustificada até a declaração de inidoneidade e/ou proibição de contratação com o Poder Publico.

CONSIDERANDO a possibilidade de vir a sofrer prejuízos e, inclusive ter que responder por omissões juntos aos órgãos competentes;

CONSIDERANDO o dever/poder desta municipalidade para exigir o cumprimento das cláusulas contratuais;

CONSIDERANDO, que o Município de Rosário Oeste/MT, presa pela observância do princípio da eficiência que tem partes com as normas de 'boa administração', indicando que a Administração Pública, em todos os seus setores, deve concretizar atividade administrativa predisposta à extração do maior número possível de efeitos positivos ao administrado. Deve sopesar relação de custo-benefício, buscar a otimização de recursos, em suma, tem por obrigação dotar da maior eficácia possível todas as ações do Estado". (**Curso de direito constitucional**, São Paulo: Saraiva, 1998, p. 235).

Venho por meio desta **NOTIFICAR** a empresa BTX ENGENHARIA - EPP C.N.P.J sob o n. 26.117.657/0001-27, em virtude das paralisação na prestação dos serviços previstos no contrato administrativo 002/2018 sem justa causa, e sem nenhum comunicado formal ao órgão contratante, para que os reinicie os serviços descritos no contrato 002/2018 no prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de rescisão contratual unilateral aplicação das penalidades legais previstas contratualmente.

Rosário Oeste/MT, 15 de Julho de 2018.

JOAO ANTONIO DA SILVA BALBINO

Prefeito de Rosário Oeste/MT

LICITAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO N. 01/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 01/2019

CONTRATANTE: Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores do Município de Rosário – PREVI.

CONTRATADO: Consórcio Gestor RPPS.

OBJETO: "Contratação do Consórcio Gestor RPPS, para execução de serviços técnicos, por empreitada global, necessários à operacionalização do passivo previdenciário do Regime Próprio de Previdência Social CONTRATANTE, conforme descrição contida no Termo de Referência (anexo I) do Pregão Presencial n.º 001/2017 realizado pelo CONSPREV, parte integrante deste contrato, independente de transcrição."

VIGÊNCIA: 60 (sessenta) meses.

VALOR GLOBAL: R$ R$ 260.480,88 (duzentos e sessenta mil, quatrocentos e oitenta reais e oitenta e oito centavos) divididos em 12 (doze) parcelas mensais de R$ 21.706,74 (vinte e um mil, setecentos e seis reais e setenta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 11.07.2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N° 012/2019

MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT

Aviso de Resultado de Licitação

Pregão Presencial n° 012/2019

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu-MT, inscrita no CNPJ Nº 04.178.518/0001-70, através do Pregoeiro oficial e equipe de apoio, vem á público divulgar o RESULTADO da Licitação Supracitada: **Contratação de Pessoa Jurídica para a prestação de serviços técnicos profissionais de assessoria, consultoria e suporte contábil, administrativa, planejamento, gestão pública, elaboração de justificativas, defesa e recursos junto ao tribunal de contas do estado, assessoria contábil para o setor de licitações e contratos administrativos, apoio técnico na elaboração de projetos de Lei, elaboração da LDO, LOA E PPA, audiências públicas, assessoria contábil na organização de dados para envio de informações aos órgãos estaduais e federal (SIOPS, SIOPE, SINCONFI e outros), quando solicitado para reorganização de estruturas, leis e procedimentos administrativos da prefeitura de Santa Cruz do Xingu - MT.** VENCEDORA: E V SOARES ASSESSORIA E INFORMÁTICA EIRELI, inscrita no CNPJ: 20.162.315/0001-42, com o valor de R$ 52. 800,00.

Santa Cruz do Xingu – MT, 15 de Julho de 2019 – Astor Albrecht **-** Pregoeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO

COMPRAS E LICITACAO
RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Retifica-se a publicação da Dispensa de Licitação nº 28/2019 que tem por objeto a **PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA LOCAÇÃO DE IMÓVEL SITUADO NO RUA MARECHAL RODON, LOTE 10, QUADRA 18, NO MUNICÍPIO SANTA RITA DO TRIVELATO – MT, PARA ABRIGAR GRUPO FAMILIAR EM ESTADO DE EXTREMA VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA, CONFORME DETERMINAÇÃO JUDICIAL**, publicado em 15 de Julho de 2019 – Ano XIV / Nº 3.269 por motivos de erro formal na vigência, passando a vigorar com a seguinte redação:

Onde se lê:

VIGÊNCIA: 12 (doze) dias.

Lê-se:

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

Santa Rita do Trivelato/MT, 15 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL Nº 635/2019. DE 12 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AUTORIZAÇÃO PARA COMPRA DE IMÓVEL URBANO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SENHOR EGON HOEPERS, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber, que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adquirir o imóvel denominado lote de terreno urbano sob nº 07, da Quadra "03", com área total de 800 m² (oitocentos metros quadrados), situado no Loteamento Urbano de Santa Rita do Trivelato, com demais características, limites e confrontações descritas na matrícula nº 7.227, Livro 2, no 1º Serviço Registral de Nova Mutum – MT, mediante compra consensual ou por meio de desapropriação.

Art. 2º. O valor de avaliação do imóvel descrito no artigo anterior desta Lei, é de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), incluindo o prédio e as benfeitorias existentes no terreno.

Art. 3º. A aquisição de imóvel de que trata esta Lei é declarada de natureza urgente para efeito de imissão provisória de posse em processo judicial de desapropriação, desde logo autorizado, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

Art. 4º.As despesas decorrentes da presente Lei serão cobertas com recursos de dotação prevista no orçamento vigente: 06. 002. 10. 122. 0030. 2009 - Manutenção da Sec. de Saúde - 4490.61.0000 – Aquisição de Imóveis.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 12 DE JULHO DE 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se, Publique-se e

Afixe-se na data supra.

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
RETIFICAÇÃO

RETIFICAÇÃO

Retifica-se a portaria nº 0272/2019 publicada no diário oficial ANO XIV | N° 3.266 no dia 10 de Julho de 2019 por motivos formais.

Onde se lê: NO PERÍODO DE 15/07/2019 A 24/07/2019;

Lê se: NO PERÍODO DE 15/07/2019 A 29/07/2019;

Santa Rita do Trivelato-MT, 15 de julho de 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 0291/2019, DE 15 DE JULHO DE 2019.

PORTARIA Nº 0291/2019, DE 15 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: "REVOGA-SE A PORTARIA 0269/2019 E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais:

RESOLVE:

Art. 1º. Fica revogada a Portaria 0269/2019 onde "DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA MARILZETI AGUSTINHO DA SILVA CAMPOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Santa Rita do Trivelato – MT, 15 de Julho de 2019.

EGON HOEPERS

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

PORTARIA Nº 0290/2019 DE 15 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA PRESIDÊNCIA PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor **EGON HOEPERS**, Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, no Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a presidência para atuarem junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 02 anos:

PRESIDENTE:

Walquiria Francini Tramontin – CPF nº. 016.190.221-92;

VICE-PRESIDENTE:

Rubia de Fátima Mendes **–** CPF nº. 313.324.248-21.

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam – se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 15 DE JULHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

DECRETO MUNICIPAL N.º 049/2019. 15 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA DIRETORIA DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI, E

D E C R E T A:

Art. 1º. Nomear a Diretoria do Fundo municipal para atuarem junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente no prazo de 02 anos:

PRESIDENTE

Debora Aline Nied – CPF: 046.577.911-23

TESOUREIRO

Fabio Lohmann – CPF: 019.172.941-82

Art. 2º. A presente portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 15 DE JULHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se, Publique-se.

Afixe-se na data supra.

PORTARIA Nº 289/2019 DE 15 DE JULHO DE 2019.

SÚMULA: DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO SERVIDOR PARA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO Nº 047/2019 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, resolve:

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear o servidor Selvino Gerhardt, inscrito no CPF nº 433.068.611-20, para fiscalização do Contrato nº 047/2019, referente a contratação de empresa especializada na execução de serviço de destinação final dos resíduos sólidos domiciliares e comerciais.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 15 DE JULHO DE 2019.

_____

EGON HOEPERS

PREFEITO MUNICIPAL

Registre-se e Publique-se

Na data supra

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE

LICITAÇÃO
RETIFICAÇÃO - SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 053/2014.

RETIFICAÇÃO

SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 053/2014.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Leste - MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste - MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro,

casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034. 369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste - MT;

CONTRATADO: META CONSTRUTORA C.V.E LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 13.557.488/0001-02, com sede à Rua Jose Rodrigues Filho, nº. 504 – Bairro Centro – Montividiu – GO – CEP: 75.915-000.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 053/2014 de 02/06/2014 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reajustamento de valores dos serviços a serem inseridas ao contrato original de nº 053/2014, a CLÁUSULA DÉCIMA, e prorrogação do prazo constante a CLÁUSULA OITAVA do contrato 053/2014 de 02/07/2014, nos termos estabelecidos no art. 65 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA DÉCIMA – Do Reajustamento – O valor de R$ 31.539,42 (trinta e um mil quinhentos e trinta e nove reais e quarenta e dois centavos).

Fica acrescentado à CLÁUSULA OITAVA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo por mais 06 (seis) meses com término em 31/12/2017**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de supressão deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pelo realinhamento de metas elaboradas pela coordenadoria de Engenharia em 06/07/2017, demonstrando a existência de necessidade de reajustamento de valores dos serviços remanescentes. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no artigo 65 da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1.993 e na cláusula dez do contrato nº 053/2014 de 02/06/2014 e processo administrativo que fica fazendo patê integrante desse termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE e CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 30 de junho de 2017.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PELO CONTRATADO:

META CONSTRUTORA C.V.E LTDA – ME

Contratada

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

C.P.F. C.P.F.

LICITAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº.014/2018. - RETIFICADO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº.014/2018.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE:MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO LESTE-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n. º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT.

CONTRATADA:ARTUR JUVENAL BADOCCO, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado na Rua A, nº 355, Bairro Jardim Santa Inês, cidade de Santo Antônio do Leste/MT, portador da cédula do RG nº 349.072 SSP/MT e inscrito no CPF/MF sob o nº 447.086.021-20, doravante denominado **CONTRATADO,** de comum acordo,

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 014/2018 de 16/03/2018 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo aprorrogação de prazo de serviços a serem executados do Contrato original de nº 014/2018, aCLAUSULA OITAVA, ante aos motivos de força maior, alheio à vontade das partes, conforme segue:

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES

Fica acrescentado à CLÁUSULA OITAVA – Do Preço – **fica acrescentado ao valor original do contrato R$ 4.239,60 (quatro mil duzentos e trinta e nove reais e sessenta centavos)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR ATUAL CONTRATUAL

O valor mensal acrescido deste termo aditivo será de R$ 4.966,42 – **(quatro mil, novecentos e sessenta e seis reais e quarenta e dois centavos)**.

CLÁUSULA QUARTA - JUSTIFICATIVA E FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de implementação deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se reajuste do índice do IGP-M relativos ao mês de maio de 2018 à maio de 2019. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no Art. 65 da Lei 8.666, de 21 de Junho de 1.993.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE E CONTRATADA, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 02 (duas) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 28 de Junho 2.019.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

PELO CONTRATADO:

ARTUR JUVENAL BADOCCO

CPF: 447.086.021-20

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

R.G.: R.G.:

C.P.F. C.P.F.

LICITAÇÃO
CONTRATO N.º 081/2019 - DISPENSA DE LICITAÇAO 042/2019

CONTRATO N.º 081/2019

DISPENSA 042/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO 080/2019

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade – Registro Geral Nº 1.427.577 SSP/PR e inscrito no Cadastro de Pessoa Física do Ministério da Fazenda sob o Nº 326.034.369.53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT ***CONTRATANTE***, e do outro lado, **SG GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS EMPRESARIAS EIRELI – CNPJ: 20.375.784/0001-40, com sede na Av. Historiador Rubens de Mendonça, nº352, sala A, bairro: Baú – Cuiabá-MT, CEP: 78008-973**, doravante denominada simplesmente ***CONTRATADA***, tem justo e contratado o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

01.1. O presente contrato tem por objeto a ***Contratação de empresa para elaboração de provas, ensalamento, correção e análise de recursos dos resultados parcial e final referente ao processo seletivo do Conselho Tutelar.***

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ETAPAS NECESSÁRIAS PARA REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

2.1. DOS PROCEDIMENTOS:

2.1.2. Nomear através de ato de autoridade competente a Comissão de Processo Seletivo da Prefeitura, para atuar junto à empresa contratada.

2.1.3. Facilitar os contatos da empresa vencedora da licitação com autoridades e instituições locais com vistas à perfeita organização do certame.

2.1.4. Disponibilizar local para as atividades de inscrição presencial.

2.1.5. Recrutar equipe para o desenvolvimento das atividades de coordenação e fiscalização da aplicação das provas. **2.1.6.** Definir, organizar e providenciar os locais de realização das provas objetivas. **2.1.7.** Publicar, na imprensa oficial, os atos que, por determinação legal, devam ser divulgados. **2.1.8.** Divulgar os atos dos processos seletivos, conforme orientação legal, garantindo o amplo conhecimento público do certame, através do site da Prefeitura, jornais de circulação no Município e pelos meios de comunicação que julgar conveniente, de modo a garantir o amplo conhecimento público do certame. **2.1.9.** Intervir em qualquer momento nos processos de processo seletivo simplificado e público, em caso de descumprimento da legislação que disciplina o tema do objeto. **2.1.10.** Homologar o resultado final do concurso, após atendidos os devidos trâmites legais. **2.1.11.** Divulgar o resultado final do seletivo na imprensa oficial. **2.2. ESTRUTURAÇÃO DAS PROVAS 2.2.1**. A empresa deverá declarar que garante a prestação dos serviços e obedecerá a padrão de sigilo, segurança. **2.2.2**. Confecção das provas **2.2.3** Os conteúdos terão que conter questões que tratem de assuntos referentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente sendo de múltiplas escolhas conforme Edital. **2.2.4.** Deve conter apenas 20 (vinte) questões do ECA (Estatuto da Criança e Adolescente). **2.2.5.** Correção das provas **2.2.6**. Resultado / Gabarito **2.2.7**. Recursos **2.2.8**. Resultado geral final **2.2.9**. As provas serão ministradas no Município de Santo Antônio do Leste/MT.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. Este contrato se fundamenta na dispensa de licitação nº 042/2019, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 Art. 24, § II alterado pela Lei nº 8.884/94 e suas alterações posteriores e nas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O valor total da prestação de serviços, objeto do presente contrato é de R$ 2,747,00 (dois mil setecentos e quarenta e sete reais).

4.2. 6.1 A contratada receberá 50% (cinquenta por cento) após a entrega das provas e 50% (cinquenta por cento) na entrega do resultado final.

4.3. Nenhum pagamento isentará o contratado das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva dos serviços realizados.

4.4. A Prefeitura Municipal não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”;

4.5. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

4.6. As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidão Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

05.1. O prazo de vigência do presente contrato iniciará com a assinatura do presente instrumento e com término em 12 de outubro de 2019.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Gabinete da Secretaria de Assistência Social

Ficha 450

Manutenção das atividades da secretaria de Assistência Social.

07.08.243.5009.2058.00003.3.90.39.00 – Manutenção das atividades do conselho tutelar.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

7.1.1. Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do serviço ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu serviço, nos limites permitidos por esta Lei;

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1. As penalidades contratuais serão efetuadas por meio de advertência verbal ou escrita, multas, restrições do contrato, declaração de idoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES

9.1 – Da contratada

9.1.1.Comunicar imediatamente e por escrito a Administração Municipal, através da Fiscalização,

qualquer anormalidade verificada, inclusive de ordem funcional, para que sejam adotadas as

providências de regularização necessárias;

9.1.2. Responder pelos serviços que executar, na forma da Lei;

9.1.3. Prover a execução do objeto contratado com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;

9.1.4. Prestar, sem ônus para a Contratante, os serviços necessários à correção e revisão de falhas verificadas na prestação dos serviços;

9.1.5. Cumprir os prazos estabelecidos, mantendo a Contratante informada, de acordo com as conveniências desta, acerca de todos os detalhes que envolvem a execução do serviço;

9.1.6. Não transferir, no todo ou em parte, o objeto contratado;

9.1.7. Manter todas as condições de habilitação exigidas durante a execução do serviço;

9.1.8. Responder legal e financeiramente por todas as obrigações e compromissos contraídos com terceiros, para a execução deste contrato, bem como, pelos encargos trabalhistas, previdenciárias, fiscais, securitários, comerciais e outros afins, quaisquer que sejam as rubricas, a elas não se vinculando o CONTRATANTE a qualquer título, nem mesmo sob o fundamento de solidariedade;

9.1.9. Guardar o mais absoluto sigilo em relação às informações ou documentos de qualquer

natureza a que venham tomar conhecimento, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e/ou incorreta ou descuidada utilização.

9.1.10. Esclarecer eventuais dúvidas sobre o serviço, caso seja solicitado;

9.1.15. A licitante ficará responsável por todos os encargos necessários que por ventura advier da presente contratação;

9.1.16. Substituir o profissional em caso de ausência ou impedimento, por profissional de mesma capacidade e qualificação

9.2 – Da contratante

9.2.1. A Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Leste, obriga-se a:

9.2.2. Comunicar à licitante vencedora todas e quaisquer ocorrências relacionadas com a entrega/ execução dos bens/serviços;

9.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os bens/serviços entregues ou executados fora da especificação deste Termo de Referência;

9.2.4. Providenciar a **aceitação provisória** do objeto deste Termo de Referência, em até **15 (quinze) dias**;

9.2.5. Contados da data do recebimento, pela administração pública, da comunicação do adjudicatário, informando o término ou conclusão do objeto, podendo ser dispensado nos termos do artigo 74 da Lei Federal 8. 666/93;

9.2.6. Providenciar a **aceitação definitiva** do objeto deste Termo de Referência, em até **90 (noventa) dias,** contados da data da aceitação provisória emitida pela administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA; DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

10.1 - O acompanhamento da execução desse Contrato ficará a cargo da Contratante, através de servidor(a), nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/ 93.

10.2. O servidor(a) designado(a) anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de: fiscalizar e atestar a prestação de serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato; comunicar eventuais falhas ou contratempos, cabendo à Contratada adotas as providências necessárias; garantir à Contratada toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados ao objeto desta dispensa; emitir pareceres em todos os atos da Administração relativos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

10.3 - A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO

11.1. A rescisão do presente contrato ocorrerá nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, podendo ser rescindido a qualquer tempo, bastando

para isso que qualquer parte notifique a outra com antecedência de 10 (dez) dias, responsabilizando-se a CONTRATADA a pagar pela contratação realizada até àquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. O contratado não poderá transferir ou ceder em parte a objeto deste contrato.

12.2. Este contrato poderá ser aditado de comum acordo pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO

13.1. As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste/MT, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato. Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado. E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 15 de julho de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

SG GESTÃO DE PESSOAS E SERVIÇOS EMPRESARIAS EIRELI

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____

NOME

RG.

02)_____

NOME

RG.

LICITAÇÃO
CONTRATO N.º 080/2019 - DISPENSA DE LICITAÇAO 044/2019

CONTRATO N.º 080/2019

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA APRESENTAÇAO ARTISTICA.

Pelo presente instrumento particular que fazem entre si, de um lado, o Município de Santo Antônio do Leste-MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217. 362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste-MT ***CONTRATANTE***, e do outro lado, **PAULA CRISTINA MALACARNE 03377781161** – CNPJ: 24.210. 702/0001-68 com sede na Rua Foz do Iguaçu, nº 59, bairro: Vista Alegre – Paranatinga/MT - CEP: 78870-000, doravante denominada simplesmente ***CONTRATADA***, tem justo e contratado o presente contrato de prestação de serviços, mediante as cláusulas e condições que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

01.1. O presente contrato tem por objeto a **Contratação de pessoa física ou jurídica, para apresentação musical, som e iluminação, que tem por finalidade fazer a animação do arraial da 3ª idade da secretária de assistência social dia 19/07/2019.**

CLÁUSULA SEGUNDA – REGIME DE EXECUÇÃO

02.1. O regime de execução a ser utilizado será o de execução indireta, na modalidade de empreitada por preço global.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. Este contrato se fundamenta na dispensa de licitação nº 044/2019, e se consubstancia nos dispositivos da Lei Federal nº 8.666/93 alterado pela Lei nº 8.884/94 e suas alterações posteriores e nas convenções estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

04.1. O valor total da prestação de serviços, objeto do presente contrato é de R$ 2.100,00(dois mil e cem reais).

04.2. A Administração se obriga a fazer o pagamento em até 30 (trinta) dias após a e emissão da nota fiscal atestada pelo departamento competente.

04.3. Os pagamentos estão condicionados a apresentação das respectivas faturas e certidões negativas vigentes (Certidão negativa conjunta federal, certidão negativa de débitos trabalhistas, certidões negativas de débitos estaduais, certidão de regularidade do FGTS e certidão negativa municipal).

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO

05.1. O prazo de vigência do presente contrato iniciará com a assinatura do presente instrumento e com término em 10 de agosto de 2019.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

06.1. As despesas decorrentes deste contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

Fundo Municipal de Assistência Social.

Ficha 484

Manutenção do fundo municipal de Assistência Social.

07.08.244.5009.2057.3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

7.1. O presente contrato poderá ser alterado de acordo com o art. 65 da Lei Nº 8.666/93, com as devidas justificativas conforme a seguir:

7.1.1. Unilateralmente pela Administração nos seguintes casos:

a) Quando houver modificação do serviço ou das suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

b) Quando necessária à modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu serviço, nos limites permitidos por esta Lei;

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES CABÍVEIS E DOS VALORES DAS MULTAS

8.1. **As penalidades contratuais serão efetuadas por meio de advertência verbal ou escrita, multas, restrições do contrato, declaração de idoneidade e suspensão do direito de licitar e contratar, de acordo com o capítulo IV da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.**

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Cumprir dentro do prazo estabelecido as obrigações assumidas;

9.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar, profissional responsável pela coordenação dos serviços e atendimentos ao município, com a disponibilização de telefone fixo, telefone celular e endereço eletrônico;

9.3. Os serviços devem ser executados somente após emissão de ordem de serviço para realização do evento:

9.4. Efetuar todos os pagamentos decorrentes e serviços executados pelo **Show** contratado, despesas de transporte, alimentação, som e iluminação, responsabilizando-se civil e criminalmente pelo não cumprimento destas obrigações;

9.5. Administrar e executar todos os contratos, tácitos ou expressos, firmados com terceiros, respondendo por todos os efeitos desses contratos perante terceiros e ao próximo município;

9.6. Providenciar, de imediato, as alterações, rejeições, cancelamentos ou interrupções de um ou mais trabalhos, mediante comunicação da Prefeitura Municipal, respeitadas as obrigações contratuais já assumidas com terceiros e os horários da CONTRATADA pelos serviços realizados até a data das ocorrências acima, desde que não causadas pela própria CONTRATADA.

9.7. Responder, perante o município, por prejuízos decorrentes de sua demora ou de sua omissão na condução da prestação de serviços de sua responsabilidade;

9.8. Não assumir quaisquer despesas em nome e por conta do município, sem expressa autorização da Secretaria Municipal de Educação e Cultura;

9.9. Fornecer todas as informações e especificações, necessárias à execução dos serviços**.**

9.10. Comunicar a **CONTRATANTE**, previamente, qualquer modificação ou criação de novos procedimentos a serem adotados para o **Show**.

9.11. Efetuar a montagem e desmontagem, dos equipamentos de iluminação; som;

9.12. Efetuar toda a negociação e contratação dos profissionais técnicos necessários para as instalações e toda a infraestrutura necessária à realização do **Evento**;

9.13. O show terá duração de 04 (quatro) horas.

CLÁUSULA DECIMA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

10.1 Uma vez firmada a contratação, a PREFEITURA se obriga a:

a) Oferecer todas as informações necessárias para que a licitante vencedora possa executar o objeto contratado dentro das especificações;

b) Efetuar os pagamentos nas condições e prazos estipulados;

c) Designar um servidor para acompanhar a execução e fiscalização do objeto deste Instrumento;

d) Notificar, por escrito, à licitante vencedora, a ocorrência de eventuais imperfeições no curso do fornecimento, fixando prazo para sua correção;

e) Acompanhar o serviço, podendo intervir durante a sua execução, para fins de ajuste ou suspensão da entrega; inclusive rejeitando, no todo ou em parte, os serviços executados fora das especificações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA; DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

11.**1** – A execução deste contrato será fiscalizado pela Servidora efetiva Ita Roberta Soares, nomeada fiscal de contratos pela portaria nº 188/2019 de 02/04/2019, publicado no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato grosso – ANO XIV – nº 3.198.

11.2. O servidor designado anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução deste Contrato, sendo-lhe assegurada à prerrogativa de: fiscalizar e atestar a prestação de serviços, de modo que sejam cumpridas integralmente as condições estabelecidas neste Contrato; comunicar eventuais falhas ou contratempos, cabendo à Contratada adotas as providências necessárias; garantir à Contratada toda e qualquer informação sobre ocorrências ou fatos relevantes relacionados ao objeto desta dispensa; emitir pareceres em todos os atos da Administração rela-

tivos à execução do contrato, em especial aplicações de sanções e alterações do mesmo.

11.3 - A fiscalização exercida pela Contratante não excluirá ou reduzirá a responsabilidade da Contratada pela completa e perfeita execução do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1. A rescisão do presente contrato ocorrerá nos casos previstos nos artigos 77, 78 e 79 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, podendo ser rescindido a qualquer tempo, bastando para isso que qualquer parte notifique a outra com antecedência de 10 (dez) dias, responsabilizando-se a CONTRATADA a pagar pela locação realizada até àquela data.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. O contratado não poderá transferir ou ceder em parte a objeto deste contrato.

13.2. Este contrato poderá ser aditado de comum acordo pelas partes.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

14.1. As partes elegem como domicilio legal, o foro da Comarca de Primavera do Leste, para dirimir quaisquer litígios decorrentes da aplicação deste contrato. Este contrato regula-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

E por estarem devidamente acordados, decidiram as partes contratantes aqui estabelecidas, assinando o presente em 02 (duas) vias de igual teor.

Santo Antônio do Leste/MT, 12 de julho de 2019.

_____

MIGUEL JOSE BRUNETTA

PREFEITO MUNICIPAL

_____

PAULA CRISTINA MALACARNE 03377781161

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

01)_____

NOME

RG.

02)_____

NOME

RG.

LICITAÇÃO
SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 054/2014. - RETIFICADO

SEXTO TERMO ADITIVO AO TERMO DE CONTRATO Nº. 054/2014.

Pelo presente instrumento aditivo contratual regido pela Lei Federal nº. 8.666 de 21 de Junho de 1.993, e a Medida Provisória nº. 434 de 27 de Fevereiro de 1.994 resolvem entre si, na melhor forma de direito, como partes:

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio do Leste - MT, inscrito no CNPJ sob o n.º 04.217.362/0001-90, com sede na Rua A, nº 367, Bairro Jardim Santa Inês, situado na cidade de Santo Antônio do Leste - MT, neste ato representado por seu Prefeito o Sr. Miguel José Brunetta, brasileiro, casado, portador do RG n.º 1.427.577 – SSP/PR e do CPF n.º 326.034.369-53, residente e domiciliado na cidade de Santo Antônio do Leste - MT;

CONTRATADO: META CONSTRUTORA C.V.E LTDA – ME, inscrita no CNPJ nº 13.557.488/0001-02, com sede à Rua Jose Rodrigues Filho, nº. 504 – Bairro Centro – Montividiu – GO – CEP: 75.915-000.

Resolvem celebrar o presente Termo Aditivo ao Contrato nº 054/2014 de 02/07/2014 sujeitando-se às normas internas da Contratante, naquilo que couber independente de transição, mediante as cláusula e condições a seguir estabelecidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Termo Aditivo o reajustamento de valores dos serviços a serem inseridas ao contrato original de nº 054/2014, a CLÁUSULA DÉCIMA, e prorrogação do prazo constante a CLÁUSULA OITAVA do contrato 054/2014 de 02/07/2014, nos termos estabelecidos no art. 65 da lei 8.666 de 21 de junho de 1993.

CLÁUSULA SEGUNDA – ALTERAÇÃO

Fica acrescentado à CLÁUSULA DÉCIMA – Do Reajustamento – O valor de R$ 25.383,17 (vinte e cinco mil trezentos e oitenta e três reais e dezessete centavos).

Fica acrescentado à CLÁUSULA OITAVA – Do prazo – **fica prorrogado o prazo por mais 06 (seis) meses com término em 31/12/2017**

CLÁUSULA TERCEIRA – DA JUSTIFICATIVA E DO FUNDAMENTO LEGAL

A necessidade de supressão deste Termo Aditivo ao Contrato original, justifica-se pelo realinhamento de metas elaboradas pela coordenadoria de Engenharia demonstrando a existência de necessidade de reajustamento de valores dos serviços remanescentes. Este aditivo encontra seu fulcro legal baseado no artigo 56 da Lei 8.666 de 21 de Junho de 1.993 e na cláusula décima do contrato nº 054/2014 de 02/07/2014 e processo administrativo que fica fazendo patê integrante desse termo aditivo.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo entrará em vigor na data de sua assinatura, vigendo concomitantemente ao Contrato originário.

E, por assim estarem justos e contratados CONTRATANTE e CONTRATADO, mutuamente assinam o presente Termo Aditivo, por si e seus sucessores, em 03 (três) vias de igual forma e teor, rubricados para todos os fins de direito, em presença de 02 (duas) testemunhas.

Santo Antônio do Leste - MT, 30 de junho de 2017.

PELA CONTRATANTE:

MIGUEL JOSÉ BRUNETTA

Prefeito Municipal

PELO CONTRATADO:

META CONSTRUTORA C.V.E LTDA – ME

Contratada

T E S T E M U N H A S

1ª _____ **2ª** _____

Nome: Nome:

C.P.F. C.P.F.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA

ACHA-SE ABERTA LICITAÇÃO ABAIXO DESCRITA: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 011/2019

Acha-se aberta Licitação abaixo descrita:

Pregão Presencial nº. 011/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia, Estado de Mato Grosso torna público para conhecimento dos interessados que encontra - se aberta à licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019, sob o regime de Execução Indireta, do tipo MENOR PREÇO a critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, objetivando **"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTE, MOVEIS EM GERAL, INFORMATICA, ELETRODOMESTICO, ELETROPORTATIL, TELEFONIA, CINE FOTOS E ELETRONICOS, PARA ATENDER A DEMANDA DE TODAS AS SECRETARIAIS MUNICIPAIS DE SÃO FÉLIX DO ARAGUAIA - MT.** nos termos estabelecidos neste Edital e seus Anexos". Os envelopes contendo as Propostas e **Documentações deverão ser entregues até as 09h00min do dia 30 de julho de 2019(terça - feira**), na Avenida Araguaia nº. 248 no Paço Municipal. (**O Credenciamento inicia-se as (08h30min encerra as 09h00min)).** A sessão terá **início às 09h00min**, (**horário Oficial de Brasília**), na mesma data e local. A cópia do Edital e seus anexos estarão disponíveis aos interessados por meio do e-mail: pregaosfa@outlook.com das 13h00min às 17h00min, na Prefeitura Municipal de São Felix do Araguaia - MT. Maiores contato: tel. (66) 3522- 1606 ramal 35.

São Félix do Araguaia – MT, 15 de julho de 2019.

Meudra Pereira dos Santos

Pregoeira Oficial

Port. 002/2018

Visto: JANAILZA TAVEIRA LEITE

Prefeita Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 034/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 034/2019. ASS: 15/07/2019; VCT: 15/07/2020; Fornecedor: **MECÂNICA CALADÃO LTDA-ME,** Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Peças Originais de Primeira Linha, Independentemente de marca e categoria , para atendimento da frota de veículos do município de São José do Rio Claro-MT. **Valor: R$Lote 01 - 56%, Lote 03 – 67%.**

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 013/2019 – RESULTADO DO JULGAMENTO

O Município de São José do Rio Claro – MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna público, para quem possa interessar que o julgamento do certame supracitado resultou vencedoras as Empresas: **MECÂNICA CALADÃO LTDA-ME**, CNPJ: N° **70.434.147/0001-75** com o valor total de: **Lote 01 - 56%, Lote 03 - 67%, FABRICIO VIEIRA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS – ME,** CNPJ: Nº **27.232.930/0001-27** com o valor total de: **Lote 04 – 54%, Lote 05 - 52%, TNOVE COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELLI,** CNPJ: Nº **30.369.251/0001-09** com o valor total de: **Lote 02 – 56,9%.** São José do Rio Claro – MT, 15 de julho de 2019. **Angela Rodrigues de Matos** – Pregoeira Oficial

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 036/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 036/2019. ASS: 15/07/2019; VCT: 15/07/2020; Fornecedor: **TNOVE COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELLI**, Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Peças Originais de Primeira Linha, Independentemente de marca e categoria, para atendimento da frota de veículos do município de São José do Rio Claro-MT. **Valor: R$Lote 02 – 56,9%.**

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
TERMO DE PARALIZAÇÃO DE OBRA

Aos três dias do mês de junho de do ano de dois mil e dezenove, o município de São José do Rio Claro-MT com sede administrativa na Rua Paraíba, nº 355, Centro, portadora do CNPJ: Nº 15.024.037/0001-27 São José do Rio Claro-MT, neste ato através da ***Comissão Permanente de Fiscalização e Medição de Obras***, informa a paralisação da Construção da Guarita da Secretaria Municipal de infraestrutura, conforme Dispensa de Licitação 010/2019 e Contrato 025/2019 entre a Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro e a empresa Voma Construções Eireli, devido a contenção de recursos municipais e atendendo á solicitação do decreto 032/2019 onde dispõe sobre medidas de contenção de despesas com finalidade de equilíbrio das contas publicas, desta forma impossibilitando que o cronograma de execução acompanhe de desembolso financeiro. **Valdomiro Lachovicz – Prefeito Municipal**

DEPARATAMENTO DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO 035/2019

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 035/2019. ASS: 15/07/2019; VCT: 15/07/2020; Fornecedor: **FABRICIO VIEIRA COMÉRCIO DE PEÇAS E SERVIÇOS – ME**, Objeto: Futura e Eventual Aquisição de Peças Originais de Primeira Linha, Independentemente de marca e categoria, para atendimento da frota de veículos do município de São José do Rio Claro-MT. **Valor: R$Lote 04 – 54%, Lote 05 - 52%.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO XINGU

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÃO
AVISO DE RESULTADO DO TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019

AVISO DE RESULTADO DO TOMADA DE PREÇO Nº 001/2019

Processo Licitatório nº 008/2019 – Processo Administrativo nº 1305/2019

A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de São José do Xingu, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Port. Nº 090/2019 no uso das atribuições que lhe conferem, torna público aos interessados que na sessão de processamento da **Tomada de Preço** - Tipo: **menor preço.**

OBJETO: Contratação de empresa para **prestação de serviços técnicos na área de engenharia civil, para prover suporte à operacionalização das consultorias técnicas de engenharia, na elaboração de projetos de engenharia, supervisão, fiscalização e acompanhamento de obras com elaboração de laudos das obras e instalações em execução e dos futuros projetos**, emissão de parecer técnico junto aos setores de licitações e tributos no município de São José do Xingu/MT, conforme especificações abaixo descritas, de acordo com as especificações contidas no anexo I – termo de referência;

Em face da proposta de preço apresentada, a Presidente declarou a Seguinte empresa vencedora do certame.

EMPRESA VENCEDORA:

EMPRESA	CPF/CNPJ:	VALOR/MÊS	VALOR TOTAL
ULRICH ENGENHARIA EIRELI	**CNPJ:** 27.300.438/0001-41	R$ 8.200,00 (OITO MIL E DUZENTOS REAIS)	R$ 98.400,00 (NOVENTA E OITO MIL E QUATROCENTOS REIAS)

São José do Xingu – MT, 15 de Julho de 2019.

FERNANDA ALVES BEZERRA

PRESIDENTE DA CPL

PORTARIA Nº 090/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DOS QUATRO MARCOS

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO 03 CMAS

RESOLUÇÃO N. 03, DE 15 DE JULHO DE 2019.

Cria a Comissão Organizadora da XIII Conferência Municipal de Assistência Social.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO as atribuições do CMAS definidas na Lei Complementar Municipal nº 050 de 20 de Dezembro de 2018, em Reunião Ordinária do CMAS de 02 de Julho de 2019 e conforme Decreto Municipal 067 de 11 de Julho de 2019 de convocação **da Conferência Municipal de Assistência Social, conforme as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Estadual de Assistência Social (CEAS),**

RESOLVE:

Art. 1º - Criar a Comissão Organizadora da VIII Conferência Municipal de Assistência Social composta pela Presidente e Vice Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social, Sr. Ademir Patrik de Moura e Sra. Patrícia Casagrande Ferreira, respectivamente, e pelos(as) conselheiros(as):

I – Representante da Sociedade Civil:

1. **Betânia Rigoni da Silva - Representante do Segmento de Trabalhadores - Conselho Regional de Psicologia de Mato Grosso – CRP18;**

II - Representante do Governo:

1. **Maria José da Rocha – Representante da Secretaria Municipal de Administração;**

Art. 2º - A Comissão será coordenada pelo Presidente e Vice-Presidente do CMAS, e terá como competência:

I. Preparar e acompanhar a operacionalização da VIII Conferência Municipal;

II. Propor e encaminhar para aprovação do Colegiado critérios de definição do número de delegados, regulamento, regimento interno, metodologia, divulgação, organização, composição, bem como materiais a serem utilizados durante a VIII Conferência Municipal;

III. Organizar e coordenar a VIII Conferência Municipal;

IV. Promover a integração com os setores da Secretaria Municipal de Assistência Social, que tenham interface com o evento, para tratar de assuntos referentes à realização da VIII Conferência Municipal;

V. Dar suporte técnico-operacional durante o evento;

VI. Acompanhar e fiscalizar as ações desenvolvidas por pessoa e/ou empresas contratadas para prestar serviços ou fornecer produtos para a VIII Conferência Municipal;

VII. Subsidiar as pessoas e/ou empresas contratadas para prestar serviços ou fornecer produtos para a VIII Conferência Municipal, por meio de orientações em estrita consonância com as deliberações do CMAS;

VIII. Manter o Colegiado informado sobre o andamento das providências operacionais, programáticas e de sistematização da VIII Conferência Municipal;

Art. 3º - Para a operacionalização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social, a Comissão Organizadora contará com apoio dos seguintes órgãos:

I. Secretaria Executiva do CMAS; II. Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 4º - A Comissão Organizadora poderá contar, ainda, com colaboradores eventuais para auxiliar na realização da VIII Conferência Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. Consideram-se colaboradores eventuais conselheiros, instituições e organizações governamentais ou da sociedade civil, da Administração Pública ou da iniciativa privada, prestadoras de serviços da Assistência Social, bem como consultores e convidados.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

ADEMIR PATRIK DE MOURA

Presidente do CMAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA

AVISO DE LICITAÇÃO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 007/2019

A Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa-MT, através da Comissão Permanente de Licitação, torna pública a Dispensa de Licitação tendo por objeto:"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO E PÚBLICO PARA PREENCHIMENTO DE VAGAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DA CIPA/MT",**visto a empresa **WELLINGTON RAIMUNDO DOS SANTOS ME** ao valor global de R$ 12.000,00 (doze mil reais), tendo como fundamento o disposto no Art. 24, II, da Lei 8666/93 em conformidade com a Lei Estadual Nº 10.534 e Lei municipal 546/2017. SÃO PEDRO DA CIPA, 15 de Julho de 2019.**MARCIANA DA SILVA CHERUBIM Presidente da CPL**

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE CONTRATO 042/2019

EXTRATO DE CONTRATO 042/2019

Número do Contrato: nº 042/2019

Lei Autorizativa: 592/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: OBERDAN RIBEIRO DE OLIVEIRA

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de MOTORISTA DE VEICULO PESADO

Valor do Contrato: 1.097,07 Mensais

Data da Assinatura: 02/05/2019

Vigência:02/05/2019 a 31/12/2019

DEPARTAMENTO DE RECURSO HUMANO
EXTRATO DE CONTRATO 041/2019

EXTRATO DE CONTRATO 041/2019

Número do Contrato: nº 041/2019

Lei Autorizativa: 592/2019

Contratante: Prefeitura Municipal de São Pedro da Cipa/MT

Contratado: MARIA ROSANE DA SILVA

Objeto: O(a) contratado(a) trabalhara para a contratante na função de TECNICO ADMINISTRATIVO

Valor do Contrato: 998,00 Mensais

Data da Assinatura: 02/05/2019

Vigência:02/05/2019 a 31/12/2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NOVA DOURADA

LEI MUNICIPAL Nº 351 LDO 2020

LEI MUNICIPAL Nº 351 DE 10 DE JULHO DE 2019.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2020 e dá outras providências.

José Ocimar Gomes da Silva Aguiar, Prefeito do Município de Serra Nova Dourada, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Nos termos da Constituição Federal, Artigo 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Serra Nova Dourada para o exercício de 2020 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101/00, de 04 de maio de 2000.

Artigo 2º - As metas e prioridades do Município para o exercício de 2020 serão estabelecidas no Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único – Atendendo ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar 101/2000 e no artigo 1º da Portaria STN nº 462/2009, integram esta Lei os seguintes anexos:

I – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências – Anexo de Riscos Fiscais - ARF (LRF, artigo 4º, § 3º);

II – Demonstrativo I – Metas Anuais – AMF (LRF, artigo 4º, § 1º);

III – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior - AMF (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso I);

IV – Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores - AMF (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso II);

V – Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso III);

VI – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso III);

VII – Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso V);

VIII – Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso V);

Artigo 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2020, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2018/2021.

Artigo 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, conforme determina o artigo 45 da Lei Complementar n.º 101/00, de 04 de maio de 2000.

§ 1º - A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2019 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;

b) Saúde e Saneamento;

c) Infra–Estrutura Urbana Básica;

d) Modernização Administrativa Funcional;

e) Política Salarial de acordo as normas vigentes;

f) Promoção e Assistência Social;

g) Meio Ambiente e Turismo.

Artigo 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;

b) Pagamento de pessoal e seus encargos;

c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;

d) Cobertura de precatórios judiciais;

e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;

f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;

g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;

h) Contribuição ao PASEP;

i) Reserva de Contingência nos termos do artigo 19.

Parágrafo Único – Na hipótese do Município vir a contratar consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum, nos termos da Lei Federal nº 11.107/05, deverá observar as normas contidas no artigo 8º do referido diploma legal.

Artigo 7º – O Poder Executivo Municipal, tendo vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal.

Artigo 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2020, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstos na lei orçamentária.

Artigo 10 - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivos e Legislativos determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivos e legislativos adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual ex-

cesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101/2000.

Artigo 11 - A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte.

Artigo 12 – Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar 101/00, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 13 – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101/00 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Artigo 14 – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101/00, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I –O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando referirem-se a execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no artigo 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II –Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores.

III –Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV –Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representar:

I –01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Infraestrutura, quando tratar-se de obras ou serviços de engenharia;

II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;

III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;

IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando tratar-se de recursos da saúde;

IV – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando tratar-se de recursos da educação.

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Artigo 15 – Na realização de programa de competência do Município, adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado em Lei Municipal e sejam firmados convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o *caput* deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 16 – Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer

benefícios à população do município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I – Empaer;

II – Policias Civil e Militar;

III – Indea;

IV – Fema;

V – Tribunal Regional Eleitoral;

VI – Exatoria Estadual;

VII – IBAMA;

VIII – Tribunal Regional do Trabalho;

IX – Detran;

X - Correio.

Artigo 17 – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos artigos 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101/00, e cumpridas às exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Artigo 18 – Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o artigo 22 da Lei Complementar nº. 101/00, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo.

Artigo 19 – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, equivalente até no máximo 2 % (dois por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º - Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos e eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do artigo 42 da Lei Federal 4.320/64.

§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, no todo ou em parte, a reserva de que trata o *caput* deste artigo, poderão os recursos remanescentes serem utilizados para abertura de créditos adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 20 – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2020 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2020, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do artigo 12 da LC 101/2000.

Artigo 21 – Até 30 de novembro de 2019 o executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;

b) Atualização das alíquotas do ISSQN;

c) Atualização das taxas municipais;

d) Contribuição de Melhorias;

e) Outras receitas de competência Municipal.

Artigo 22 – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao artigo 12 da L.C. nº. 101/00 e artigos 22 a 26 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Artigo 23 – O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2020, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo Único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Artigo 24 – Será assegurada ao cidadão a participação nas audiências públicas para:

a) elaboração da proposta orçamentária de 2020, mediante regular processo de consulta;

b) avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Artigo 25 – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2020, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Artigo 26 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ OCIMAR GOMES DA SILVA AGUIAR

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE TABAPORÃ

LICITACAO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 020/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP)

O **MUNICÍPIO DE TABAPORÃ ESTADO DE MATO GROSSO**, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no **CNPJ/MF** sob o n.º **37.464.997/0001-40**, com sede administrativa na Avenida Comendador José Pedro Dias, n° 979, Centro, na cidade de Tabaporã-MT, neste ato representado pelo Prefeito Municipal em Exercício, o senhor **Sirineu Moleta**, portador do RG nº.MG 12.223.800 e CPF n.º 505.657.100-15, residente e domiciliado na José Carlos Moreira, s/n°, Centro, município de Tabaporã/MT, doravante denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR** e a empresa **INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO NAFLAN LTDA – ME,** inscrita no **CNPJ** sob o nº 07.545.087/0001-21, com sede na Rua Poços de Caldas, nº 151 – Centro – CEP. 78.578-000, no Município de Ipiranga do Norte – MT, neste ato, representada pelo **Sr. Francisco Firmino de Gois**, brasileiro, empresário, portador da Cédula de identidade RG. 1326521-0 SSP/MT, inscrito no CPF/MF sob o nº 282.691.523-15, residente e domiciliado na Rua Poços de Caldas, n° 151 – Centro – CEP. 78.578-000 – no Município de Ipiranga do Norte – MT, denominada simplesmente **FORNECEDOR REGISTRADO**, resolvem na forma da pela Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Lei complementar 123/2006, Lei complementar 147/2014, subsidiariamente, pela Lei Federal n° 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, firmar a presente **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**, cuja minuta foi examinada pela Assessoria Jurídica do município de Porto dos Gaúchos, que emitiu seu parecer, conforme o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666, de 1993, e ainda mediante as cláusulas e condições seguintes.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo menor preço por item visando a **FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO FRACIONADA DE MANILHAS DE CONCRETO ARMADO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS NA MANUTENÇÃO DE BUEIROS DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT**.

2. DA VINCULAÇÃO AO EDITAL

2.1 Este instrumento guarda inteira conformidade com os termos do **PREGÃO PRESENCIAL N° 23/2019** para **Registro de Preços** e seus Anexos, do qual é parte integrante e complementar, vinculando-se, ainda, à proposta do Fornecedor Registrado.

3. DA VIGÊNCIA DA ATA

3.1. A presente Ata de Registro de Preços terá vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura.

4. DO PREÇO E PAGAMENTO

4.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos Fornecedores detentores da Ata serão publicados no Diário oficial dos Municípios e divulgados em meio eletrônico: www.tabapora.mt.gov.br.

4.2. A qualquer tempo, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo ao Órgão Gerenciador convocar os Fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.2.1 Caso o Fornecedor registrado se recuse a baixar os seus preços, o Órgão Gerenciador poderá liberar o fornecedor do compromisso assumido, uma vez frustrada a negociação e convocar os demais fornecedores visando a igual oportunidade de negociação.

4.3. Durante o período de validade da Ata de Registro de Preços, os preços não serão reajustados, ressalvado a superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

4.4. O diferencial de preço entre a proposta inicial do Fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da abertura da proposta, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos, inclusive se houver prorrogação da validade da Ata de Registro de Preços.

4.5. É concedido um prazo de 03 (três) dias, contados da data da protocolização da Nota Fiscal/Fatura perante este Município de Tabaporã/MT, para conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital.

4.6. Após o prazo de conferência e aprovação do recebimento definitivo do objeto deste Edital e comprovada a manutenção das exigências da habilitação, as notas fiscais de fatura serão encaminhadas à contabilidade/tesouraria para o efetivo pagamento, que ocorrerá entre os dias **20 e 30** do mês subsequente ao recebimento definitivo dos produtos.

4.6.1. Os pagamentos serão creditados em favor da contratada, por meio de depósito Bancário/Transferência em conta corrente indicada na proposta, contendo o nome do banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito.

5. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2. DOS PREÇOS REGISTRADOS POR ITEM:

Lote 01 **Aquisição de Manilhas de Concreto Armado**						
Item	**Código Int.**	**Código TCE – MT**	**Qut.**	**Descrição**	**Valor Unit.**	**Valor Total.**
01	33926	40274-5	200	Manilhas (tubos) de Concreto 0,60cm - (com armadura)	R$: 135,00	R$: 27.000,00
02	33924	90625-5	150	Manilhas (tubos) de Concreto 0,80cm - (com armadura)	R$: 220,00	R$: 33.000,00
03	33923	173404-0	500	Manilhas (tubos) de Concreto 1,00mt - (com armadura)	R$: 280,00	R$: 140.000,00
04	33925	130877-7	300	Manilhas (tubos) de Concreto 1,20mt - (com armadura)	R$: 420,00	R$: 126.000,00
05	99046	0005366	400	Manilhas (tubos) de Concreto 1,50mt - (com armadura)	R$: 720,00	R$: 288.000,00

Valor total de R$: 614.000,00 (Seiscentos e quatorze mil reais)

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

6.1. O Fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

a) descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

b) não aceitar reduzir seus preços registrados na hipótese de se tornarem superiores aos praticados no mercado;

c) houver razões de interesse público.

6.2. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho do Órgão Gerenciador.

6.3. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.

7. DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

7.1. A presente Ata será divulgada no portal da internet www.tabapora.mt.gov.br.

8. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

8.1. São obrigações do órgão gerenciador:

8.1.1. Gerenciar a Ata de Registro de Preços:

8.1.2. Prestar, por meio de seu representante, as informações necessárias, bem como atestar as Notas Fiscais oriundas das obrigações contraídas;

8.1.3. Emitir pareceres sobre atos relativos à execução da ata, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização dos serviços, à exigência de condições estabelecidas no Edital e à proposta de aplicação de sanções;

8.1.4. Assegurar-se do fiel cumprimento das condições estabelecidas na ata, no instrumento convocatório e seus anexos;

8.1.5. Assegurar-se de que os preços contratados são os mais vantajosos para a Administração, por meio de estudo comparativo dos preços praticados pelo mercado;

8.1.6. Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados e a aplicação de penalidades por descumprimento do pactuado na Ata de Registro de Preços;

8.1.7. Fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela Fornecedora Registrada;

8.1.8. A fiscalização exercida pelo Órgão Gerenciador não excluirá ou reduzirá a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela completa e perfeita execução dos serviços.

9. DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR REGISTRADO

9.1. São obrigações do fornecedor registrado:

9.1.1. Assinar a Ata de Registro de Preços em até 05 (cinco) dias corridos, contados da sua notificação;

9.1.2. Manter, durante a vigência da ata de registro de preço, as condições de habilitação exigidas no Edital e na presente Ata de Registro de preços;

9.1.3. Comunicar ao Gerenciador qualquer problema ocorrido na execução do objeto da Ata de registro de preços;

9.1.4. Atender aos chamados do Órgão Gerenciador, visando efetuar reparos em eventuais erros cometidos na execução do objeto da ata de registro de preços;

9.1.5. Abster-se de transferir direitos ou obrigações decorrentes da ata de registro de preços sem a expressa concordância do Órgão Gerenciador.

9.1.6. **Não subcontratar o objeto da presente licitação**, sem o consentimento prévio do órgão gerenciador, o qual, caso haja, será dado por escrito.

9.1.7. Promover por sua conta, através de seguros, a cobertura dos riscos a que se julgar exposta em vista das responsabilidades que lhe cabem na execução do objeto deste edital;

9.1.8. Confirmar recebimento das Ordens de Compras (OC) referentes ao objeto do presente Pregão enviados seja por E-mail ou fax Pelo departamento de compras do no Município de Tabaporã/MT.

9.1.9. Aceitar os acréscimos ou supressões do objeto deste edital, nos limites fixados no art. 65, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93;

9.1.10. Proceder à entrega do objeto deste edital, com os deveres e garantias constantes nos Anexos I deste Edital;

9.1.11. A contratada para a execução do objeto estará obrigada satisfazer todos os requisitos, exigências e condições estabelecidas no Edital;

9.1.12. Credenciar junto ao Município de Tabaporã /MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra (OC);

9.1.13. Providenciar todos os recursos e insumos necessários ao perfeito cumprimento do objeto contratado, devendo estar incluídas no preço proposto, todas as despesas com materiais, insumos, mão-de- obra, fretes, embalagens, seguros, impostos, taxas, tarifas, encargos sociais e trabalhistas e demais despesas necessárias à perfeita entrega dos produtos pelo FORNECEDOR REGISTRADO.

9.1.14. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de omissões ou erros na elaboração da estimativa de custos;

9.1.15. Efetuar a entrega dos produtos, objeto deste Pregão, responsabilizando-se com exclusividade por todas as despesas relativas à entrega, de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Edital e na Ordem de Compra.

9.1.16. Entregar em até **24 (vinte e quatro)** horas após a emissão e recebimento da Ordem de Compras, os produtos solicitados, nas quantidades estipuladas, no local indicado na mesma, sempre acompanhados da Nota Fiscal com especificação e quantidade rigorosamente idêntica ao discriminado na Ordem de Compra (OC).

9.1.17. Comunicar à Secretaria requisitante dos produtos, imediatamente, após o pedido de fornecimento, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.

9.1.18. A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte apropriado dos produtos, assumindo a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta licitação.

9.1.19. A contratada deverá garantir a qualidade dos produtos licitados comprometendo-se a substituí-los, caso não atendam o padrão de qualidade exigido ou apresentem defeito de fabricação;

9.1.20. No ato da entrega os materiais serão analisados em sua totalidade, sendo que aquele(s) que não satisfizer (em) à especificação exigida sera (ão) devolvido(s), à contratada;

9.1.20.1. Na ocorrência do item anterior, a contratada deverá substituir as suas expensas, no todo o(s) produto(s) em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, não atender as especificações ou, se for o caso, não estiver em conformidade com as amostras apresentadas (quando houver), no prazo de 48(Quarenta e oito)horas, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente.

9.1.21. Responder por qualquer prejuízo que seus empregados ou prepostos causarem ao patrimônio do contratante ou a terceiros, em virtude de ação ou omissão, culposa ou dolosa, procedendo imediatamente aos reparos ou às indenizações cabíveis e assumindo o ônus decorrente;

9.1.22. Acatar a fiscalização do objeto contratado, realizada pelo Gestor da Ata de Registro de Preços, que deverá ter suas solicitações atendidas imediatamente;

9.1.23. Responsabilizar-se integralmente pelos danos causados direta ou indiretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do fornecimento do objeto desta licitação, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização realizada pelo setor competente.

9.1.24. Credenciar junto ao Município de Tabaporã /MT funcionário(s) que atenderá (ão) às solicitações dos produtos objeto deste pregão, disponibilizando ao setor competente, telefones, fax, e-mail e outros meios de contato para atender às Ordens de Compra;

9.1.25. Cumprir todas as demais obrigações impostas por este edital e seus anexos.

10 – DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

10.1. A entrega dos produtos será feita através de retirada na sede da CONTRATADA, a partir do recebimento da Ordem de Compra, no prazo máximo de **24 (vinte e quatro) horas** após a emissão e recebimento da mesma, e deverão ser separados e embalados conforme as necessidades da unidade requisitante.

10.2. A entrega dos produtos será de acordo com as necessidades da Prefeitura Município de Tabaporã de Tabaporã -MT, mediante apresentação da Ordem de Compra (OC), emitida pelo setor de Compras.

10.3. Os produtos solicitados deverão ser entregues pela empresa vencedora, sempre acompanhados de cópia da Ordem de Compra, no local indicado na mesma, na presença de servidores devidamente autorizados, em conformidade com § 8°, do artigo 15, da Lei 8.666/93, em dia e horário comercial, onde a mesma terá o prazo de até 03 (três) dias para aceitar o mesmo.

10.4. A responsabilidade pelo recebimento dos materiais solicitados ficará a cargo do servidor responsável pelo Departamento de Compras, ou outro servidor designado pela Administração Municipal, que deverá proceder à avaliação de desempenho e atesto da nota fiscal.

10.5. O prazo de entrega poderá ser prorrogado por mútuo acordo entre as partes, para cumprimento do objeto licitado.

10.6. Os produtos deverão ser entregues conforme especificações e disposições contidas no Anexo I do Edital e proposta de preços e serão avaliados no ato de cada entrega efetuada pela empresa, através de servidor responsável designado para esse fim.

10.7. As condições de acondicionamento e transporte dos produtos devem ser conforme determina a Legislação vigente, podendo, os produtos serem devolvidos sem quaisquer ônus ao município, caso as exigências não sejam atendidas.

10.8. O recebimento e a aceitação do objeto deste pregão estão condicionados ao enquadramento nas especificações do objeto, descritas no anexo I, e será observado no que couber, as disposições da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

10.9. Se o item for vendido em caixa, deve constar em nota fiscal, a quantidade dentro de cada caixa, bem como a quantidade de caixas.

11. DAS PENALIDADES

11.1. Quem, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública e, será descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedor estadual, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.

11.2. A Administração poderá ainda, garantida a prévia defesa da licitante vencedora, que deverá ser apresentada no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da sua notificação, sem prejuízo das responsabilidades penal e civil, aplicar, as seguintes sanções:

I) advertência por escrito sempre que verificadas pequenas falhas corrigíveis;

II) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo atraso injustificado no fornecimento, sobre o valor da contratação em atraso;

III) multa compensatória/indenizatória de 5% (cinco por cento) pelo não fornecimento do objeto desta Ata de Registro de Preços, calculada sobre o valor remanescente da presente;

IV) multa de 1% (Hum por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou obrigação prevista neste Edital e não discriminado nos incisos anteriores, sobre o valor da contratação em descumprimento, contada da comunicação da contratante (via internet, fax, correio ou outro), até cessar o máximo de 10%;

V) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Tabaporã -MT, pelo prazo de até 02 (dois) anos;

VI) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, na forma da Lei, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

VII) após o 10º (Décimo) dia de inadimplência, a Administração terá direito de recusar a execução da contratação, de acordo com sua conveniência e oportunidade, comunicando à adjudicatária a perda de interesse no recebimento da nota fiscal/fatura para pagamento do objeto deste Edital, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas neste Instrumento.

VIII) a inadimplência da Contratada, independentemente do transcurso do prazo estipulado na alínea anterior, em quaisquer dos casos, observado o interesse da Contratante e a conclusão dos procedimentos administrativos pertinentes, poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis;

IX) ocorrida a rescisão pelo motivo retrocitado, a Contratante poderá contratar o remanescente mediante dispensa de licitação, com fulcro no art. 24, XI, da Lei Federal nº 8.666/93, observada a ordem de classificação da licitação e as mesmas condições oferecidas pela licitante vencedora, ou adotar outra medida legal para prestação dos serviços ora contratados;

X) quando aplicadas as multas previstas, mediante regular processo administrativo, poderão elas serem compensadas pelo Departamento Financeiro da Contratante, por ocasião do pagamento dos valores devidos, nos termos dos arts. 368 a 380 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil);

XI) na impossibilidade de compensação, nos termos da alínea anterior ou, inexistindo pagamento vincendo a ser realizado pela Contratante, ou, ainda, sendo este insuficiente para possibilitar a compensação de valores, a Contratada será notificada a recolher aos cofres do Erário a importância remanescente das multas aplicadas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data do recebimento, pela Contratada, do comunicado formal da decisão definitiva de aplicação da penalidade, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis.

XII) As sanções acima descritas poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração;

XIII) O valor máximo das multas não poderá exceder, cumulativamente, a 10%(dez por cento) do valor da contratação;

XIV) Nenhuma parte será responsável perante a outra pelos atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito.

XV A multa, aplicada após regular processo administrativo, deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, ou ainda, quando for o caso, será cobrada judicialmente.

XVI) As sanções previstas nesta CLÁUSULA são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra e nem impede a sobreposição de outras sanções previstas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações.

XVII) As penalidades serão aplicadas, garantido sempre o exercício do direito de defesa, após notificação endereçada à Contratada, assegurando-lhe o prazo de 5 (cinco) dias úteis para manifestação e posterior decisão da Autoridade Superior, nos termos da lei.

XVIII) As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Independente de sua transcrição, o edital e seus anexos, principalmente a proposta de preço e os documentos da proposta e da habilitação apresentados pelo Fornecedor Registrado no pregão farão parte desta Ata de Registro de Preços.

12.2. Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, e a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações, e demais normas aplicáveis a espécie.

12.2.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

a) todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente Ata de Registro de Preços.

b) é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação financeira.

12.3. Qualquer órgão ou entidade integrante da Administração Pública poderá utilizar a Ata de Registro de Preços durante sua vigência, desde que manifeste interesse e mediante prévia autorização deste Departamento.

12.4. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento à outra entidade ou órgão, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

12.5. As aquisições adicionais de que trata o subitem 12.3 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100% (cem por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

13. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente licitação correrão com recursos do Tesouro Municipal, consignados no Orçamento do Poder Executivo, cuja programação é a seguinte:

Dotações Orçamentárias constantes do exercício corrente.

14. DO FORO

14.1. Para dirimir, na esfera judicial, as questões oriundas da presente Ata de Registro de Preços será competente o foro da Comarca de Tabaporã /MT.

E para firmeza e como prova de assim haverem, entre si, ajustado, foi lavrada a presente ata de registro de preços que, lida e achada conforme, é assinada em 2 (duas) vias, de igual teor e forma, pelos signatários deste instrumento e pelas testemunhas abaixo nomeadas, tendo sido arquivada um via no Departamento de Licitação.

Tabaporã /MT, em 15 de Julho de 2019.

Município de Tabaporã/MT SIRINEU MOLETA Prefeito Municipal CONTRATANTE	**INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO NAFLAN LTDA – ME** CNPJ Sob n° 07.545.087/0001-21 **Francisco Firmino de Gois** Representante Detentora da Ata
Edileusa Maria Lolato CPF Sob n° 034.079.511-59 Testemunha	**Marilucia Aparecida Martins dos Santos** CPF Sob n° 535.802.491-34 Testemunha

LICITACAO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo menor preço por item visando a **FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO FRACIONADA DE MANILHAS DE CONCRETO ARMADO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS NA MANUTENÇÃO DE BUEIROS DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT**.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;

Modalidade de licitação..... PREGÃO PRESENCIAL;

Tipo de licitação---------- MENOR PREÇO POR ITEM;

Finalidade---------- REGISTRO DE PREÇO;

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006 LEI MUNICIPAL Nº 1.117/18 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

O município de Tabaporã, estado de Mato Grosso, através do seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, em atendimento ao disposto na Lei Federal nº. 8.666/93 – Artigo 43 – Inciso VI, **HOMOLOGA** o resultado final do Processo Licitatório supracitado, proferido pelo Pregoeiro e sua Equipe de Apoio instituídos pela portaria nº. 002/2019 de 10/01/2019.

Vencedor:

>>>INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO NAFLAN LTDA – ME

>>>CNPJ Sob n° 07.545.087/0001-21

Valor Total dos Itens **R$: 614.000,00 (Seiscentos e quatorze mil reais).**

Homologo o resultado proferido pela Comissão Municipal de Licitação.

Tabaporã/MT 15 de Julho de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO Nº 3.839/2019

DECRETO Nº 3.839/2019

O Prefeito Municipal de Tabaporã, Estado de Mato Grosso, Sr. SIRINEU MOLETA, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas em Lei,

DECRETA:

Artigo 1º - Fica decretado **LUTO OFICIAL por três dias**no Município de Tabaporã, em virtude do falecimento da Senhora **MARINA MYAKO TAKEDA,** ocorrido na cidade de Maringá - PR, no dia 14/07/2019, irmã do Servidor Público Municipal o Senhor **Paulo Katsumi Takeda.**

Artigo 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE,

PUBLIQUE-SE,

CUMPRA-SE.

Gabinete do Prefeito de Tabaporã, 15 de Julho de 2019.

SIRINEU MOLETA PREFEITO MUNICIPAL

LICITACAO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 25/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2019

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS** do tipo menor preço por item visando a **FUTURA E EVENTUAL AQUISICAO FRACIONADA DE MANILHAS DE CONCRETO ARMADO PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS NA MANUTENÇÃO DE BUEIROS DO MUNICIPIO DE TABAPORÃ – MT**.

Repartições interessadas:..... SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS;

Modalidade de licitação..... PREGÃO PRESENCIAL

Tipo de licitação---------- MENOR PREÇO POR ITEM

Finalidade---------- REGISTRO DE PREÇO

Conformidade:..... EDITAL E SEUS ANEXOS, LEI Nº. 8.666 DE 21/06/1993 E SUAS ALTERAÇÕES, LEI 10.520 DE 17/07/2002, LEI COMPLEMENTAR Nº. 123 DE 14/12/2006, LEI MUNICIPAL Nº 1.117/18 E DEMAIS LEGISLAÇÕES APLICÁVEIS;

Em conformidade com o artigo 43, inciso VI da Lei Federal nº. 8666/93, o município de Tabaporã/MT, através de seu Prefeito Municipal, senhor Sirineu Moleta, **ADJUDICA** o objeto desta Licitação, ao Proponente vencedor:

>>>INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO NAFLAN LTDA – ME

>>>CNPJ Sob n° 07.545.087/0001-21

Venceu os Itens 01, 02, 03, 04 e 05.

Valor Total dos Itens **R$: 614.000,00 (Seiscentos e quatorze mil reais).**

Tabaporã/MT 15 de Julho de 2019.

Sirineu Moleta

Prefeito Municipal

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2019 – DO 2º PROCESSO ELEITORAL UNIFICADO DE CONSELHEIROS TUTELARES DE TABAPORÃ/MT

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 007/2019 – do 2º Processo Eleitoral

Unificado de Conselheiros Tutelares de Tabaporã/MT

O **PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE**, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto nos arts. 132 e 139 do Estatuto da Criança e do Adolescente, na Resolução Conanda nº 170/2014 e na Lei Municipal nº. 787/2010, *de 22 de Abril de 2010* c/c 919/2013, *de 13 de Agosto de 2013*, torna público o presente Edital Complementar de Resultado do Gabarito Preliminar da Prova Objetiva do processo de Escolha em data Unificada para membros do Conselho Tutelar e Suplentes, do Município de Tabaporã-MT., 2020/2023, aprovado pela **RESOLUÇÃO Nº 001/2019**, expedida pelo CMDCA.

Resolve:

Art. 1º- Divulgar o Gabarito Preliminar da Prova Objetiva, realizada no dia 14 de Julho de 2019.

QUESTÕES LINGUA PORTUGUESA	
Nº QUESTÕES	RESULTADO
01	D
02	A
03	C
04	C
05	B
06	C
07	B
08	A
09	C
10	A
QUESTÕES C. ESPECÍFICO	
11	C
12	D
13	B
14	D
15	B
16	A
17	C
18	A
19	D
20	A
21	C
22	D
23	B
24	A
25	C
26	B
27	C
28	A
29	D
30	A

Art. 2º– Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação;

Tabaporã – MT., em 16 de Julho de 2019.

HANNA PAULA LUDKE

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos

da Criança e do Adolescente – CMDCA – Tabaporã-MT

PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE

CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL SRP – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 51/2019

PREGÃO PRESENCIAL SRP – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 51/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 51/2019, TENDO COMO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA AQUISIÇÃO DE PNEUS, LUBRIFICANTES, CÂMARA DE AR, PROTETORES PARA MANUTENÇÃO DOS VEÍCULOS E MAQUINAS DA FROTA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE TERRA NOVA DO NORTE-MT E AQUISIÇÃO DE COMPRESSOR DE AR 2HP 24L 127V,

COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 26 DE JULHO DE 2019, ÀS 08:00 H00MIN (OITO HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, SITO CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 15 DE JULHO DE 2019.

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
CONVOCAÇÃO – AUDIÊNCIA PÚBLICA

O PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE, no uso das suas atribuições legais, torna público aos interessados, que a audiência pública marcada anteriormente para o dia 15/07/2019 foi **redesignada para o dia 14/08/2019**, quarta-feira, às 19h30min, no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Terra Nova Do Norte, localizada na Avenida Clóves Felicio Vettorato, nº 206, Centro, para discussão sobre o tema das Parcerias Público Privadas e apresentação da minuta do Projeto de Lei sobre o assunto.

Sua presença é importante. Participe e conheça este debate tão importante. Consultas e sugestões poderão ser feitas também no site da Prefeitura de Terra Nova do Norte, no endereço www.terranovadonorte.mt.gov.br.

Valter Kuhn

Prefeito Municipal

CONTRATOS
EXTRATO AO QUARTO AO CONTRATO 82/2017

EXTRATO AO QUARTO AO CONTRATO 82/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE TERRA NOVA DO NORTE-MT

CONTRATADO: ***ARNALDO BUZUTTI DE SIQUEIRA***

OBJETO: *O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO PRORROGAR, POR 06 (SEIS) MESES, O PRAZO DO CONTRATO NÚMERO 82/2017, DATADO DE 16 DE OUTUBRO DE 2017, PASSANDO A TER SEU TERMO DE ENCERRAMENTO EM 30 DE NOVEMBRO DE 2019.*

FUNDAMENTO: DE ACORDO COM A LEI Nº 8.666/93, DE 21 DE JUNHO DE 1993.

VALTER KUHN

PREFEITO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PUBLICAÇÃO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

OFÍCIO/SEPLAN/TNN/003/2019

Terra Nova do Norte/MT, 11 de Julho de 2019.

PUBLICAÇÃO DE REQUERIMENTO DE LICENÇA

A Prefeitura Municipal de Terra Nova do Norte – MT, sob o CNPJ n° 01.978.212.0001/00, situada na Av. Cloves Felicio Vetorato, n° 101, centro, com CEP 78.505-000, vem por intermédio do presente, torna público que requereu junto a SEMA - Secretaria Estadual do Meio Ambiente, Licença de operação para extração de cascalho na zona rural do município de Terra Nova do Norte – MT.

RAFAEL SOUZA BARROS Secretário Municipal de Planejamento e Gestão

CONTRATOS
PREGÃO PRESENCIAL SRP – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 52/2019

PREGÃO PRESENCIAL SRP – DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM N°. 52/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE-MT, ATRAVÉS DE SUA PREGOEIRA, TORNA PUBLICO, PARA CONHECIMENTO DOS INTERESSADOS, QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N°. 52/2019, TENDO COMO OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TAPEÇARIA, PARA MANUTENÇÃO DE ÔNIBUS ESCOLAR VISANDO ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO*, E INSTALAÇÃO DE HIDROMETROS VISANDO ATENDER O DEPARTAMENTO SAAE COM REALIZAÇÃO PREVISTA PARA O DIA 26 DE JULHO DE 2019, ÀS 14:00 H00MIN (QUATORZE HORAS), HORÁRIO DE MATO GROSSO. O EDITAL COMPLETO ESTARÁ DISPONÍVEL NO SITE WWW.TERRANOVADONORTE.MT.GOV.BR E TAMBÉM NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE, NA PREFEITURA MUNICIPAL DE TERRA NOVA DO NORTE - MT / DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES, AVENIDA CLOVES FELÍCIO VETORATTO, 101, CENTRO, TERRA NOVA DO NORTE - MT.*

TERRA NOVA DO NORTE - MT, 15 DE JULHO DE 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

EXTRATO DE CONTRATO

Espécie: Contrato de Fornecimento e Instalação de Pia em Aço Inoxidável junto a Escola Municipal Matilde Altenhofem.

Nº do Contrato: 021/2019.

Vínculo Legal: Lei Federal nº 8.666, de 21/06/93 e alterações posteriores.

Contratante: MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL - CNPJ nº 01.614.538/0001-59.

Contratada: LENZ & LENZ LTDA.

CNPJ: 01.987.957/0001-36.

Objeto: Contratação de empresa especializada para o fornecimento e instalação de 01 (uma) Pia em aço inox 430, medindo 220cm x 75cm x 85cm, com duas cubas, a ser instalado na cozinha do Refeitório da Escola Municipal Matilde Altenhofem, conforme descrição dos serviços detalhados no anexo que integra o Processo de Dispensa de Licitação sob nº 013/2019, ratificado em 11 de Junho de 2019.

Valor total: R$ 6.133,20 (seis mil, cento e trinta e três reais e vinte centavos).

Cód. Dotação Orçamentária/Fonte:

(432) 05.001.12.361.0006.2.025-4490.52.00.00.00 – Equipamento e Material Permanente.

Fonte: 0.1.15.049000 – Transferência do Salário Educação.

(430) 05.001.12.361.0006.2.025-3390.39.00.00.00 – Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica.

Fonte: 0.1.15.049000 – Transferência do Salário Educação.

Prazo de Execução: 15 dias corridos, contados da data de emissão da ordem de serviço.

Vigência do Contrato: 30 dias corridos, contados da data de emissão da ordem de serviço.

Data de assinatura: 15/07/2019.

Signatários:

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito de União do Sul

NEODIR LENZ

Pela Contratada.

RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2019

Interessada: PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL

Proponente: M DE ARRUDA SILVA & CIA. LTDA.

CNPJ nº: 24.069.344/0001-15.

Endereço: Avenida Presidente Médici, nº 1.133 – Centro – Pedra Preta / MT.

Objeto: Execução, no regime de Empreitada por Preço Global, de Remanescente de Obras de Implantação do Sistema de Abastecimento de Água nos Assentamentos Rurais: Assentamento Mata Bonita, Olga Benário I, Olga Benário II e Assentamento Jaguaribe, no Município de União do Sul – MT, compreendendo os serviços descritos nas respectivas Planilhas Orçamentárias e cronogramas físico-financeiros, anexados a este processo de dispensa licitatória, e em atendimento ao termo de compromisso TC/PAC-0212/2012, firmado entre o Município de União do Sul e a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Valor: R$ 302.012,05 (trezentos e dois mil, doze reais e cinco centavos).

Prazo de Execução: Conforme Cronograma Físico-Financeiro, observada a vigência do Convênio (25/09/2019).

Motivo da Dispensa de Licitação: Dispensa de licitação para efeito de contratação direta da proponente acima identificada, para realização de serviços remanescentes das obras de implantação de sistema de abastecimento de água em assentamentos, conforme planilhas orçamentárias em anexo a este processo, obras estas a serem realizadas e concluídas nos assentamentos Mata Bonita, Olga Benário I, Olga Benário II e Assentamento Jaguaribe, neste município. A presente dispensa de licitação se justifica por motivo de haver sido rescindido no ano de 2018 o contrato original com a empresa Base Dupla Serviços e Construções Ltda., por motivo de inexecução da totalidade das obras, e, principalmente, esta dispensa de licitação se justifica também pelo fato de já terem sido realizados três (3) processos licitatórios na tentativa de contratação de empresa para executar os remanescentes dessas obras, sendo as Tomadas de Preços de números: 005/2018, 006/2018 e 007/2018, e que chegou a haver um contrato decorrente da tomada de preços nº 007/2018 com a empresa Construtora São Roque EIRELI que não prosperou. Assim, com fulcro na legislação vigente (Lei 8666/93, art. 24, V e XI) é respaldado este processo de dispensa de licitação.

Embasamento Legal: Dispensa de Licitação amparada pelo disposto nos incisos V e XI, do art. 24, da Lei de Licitações nº 8.666 de 21 de junho de 1993, atualizada pelo Decreto federal nº 9.412 de 18 de junho de 2018.

Decisão: RATIFICO nos termos do artigo 26, da Lei nº 8.666/93 a Dispensa de Licitação sob nº 014/2019.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul/MT, 16 de julho de 2019.

CLAUDIOMIRO JACINTO DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019 - REGISTRO DE PREÇOS - PROCESSO Nº 028/2019

A PREFEITURA MUNICIPAL DE UNIÃO DO SUL, Estado de Mato Grosso, através da Equipe Responsável por Licitações na modalidade de Pregão Presencial, designada pela Portaria nº 002/2019 de 02 de janeiro de 2019, em cumprimento aos termos da Lei nº 10.520, de 17/07/2002 e subsidiariamente da Lei 8.666/93 e nos termos dos Decretos: nº 593 de 12/01/2010 e 901 de 24/03/2014, torna público que, conforme a Licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL Nº 024/2019 - REGISTRO DE PREÇOS, relativo ao Processo de Licitação Nº 028/2019, emitido em 28 de junho de 2019, com data de abertura e julgamento em 12 de julho de 2019, cujo objeto refere-se à Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de instalação, manutenção, limpeza e recarga de gás em aparelhos de ar condicionado, pequenos reparos elétricos em prédios públicos e manutenção da rede de iluminação pública municipal em geral, para atender necessidades das Secretarias Municipais durante a vigência da ata de registro de preços, de conformidade com a descrição dos serviços no Anexo I - Termo de Referência do edital do pregão, sagrou-se vencedora deste certame e registrou seus preços conforme o mapa da licitação, a proponente: ROBSON FAVORINO TONIAL - MEI – CNPJ: 11.647.760/0001-01, com todos os itens deste certame, no valor total de R$ 230.825,00 (duzentos e trinta mil, oitocentos e vinte e cinco reais), sob o c*ritério de menor preço por item.*

Publique-se – Afixe-se.

União do Sul/MT, 12 de Julho de 2019.

CESAR ITAMAR GUERGOLETI

Pregoeiro

CLAUDIOMIRO J. DE QUEIROZ

Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS

AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO 03/2019 – SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

A prefeitura municipal de Vale de São Domingos através do prefeito sr. Geraldo Martins da Silva, torna público aos interessados que homologou as seguintes licitação na modalidade **Pregão Eletrônico nº 03/2019- Sistema registro de Preço**, **objeto: Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita a população, uso interno nas Unidades de Saúde do Município de Vale de São Domingos/MT.** e sagrou vencedores as empresas DIMASTER - COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ: 02.520.829/0001-40, DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI-ME, inscrito no CNPJ: 25.279.552/0001-01, ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA-ME, inscrito no CNPJ: 20.590.555/0001-48,LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 26.419.311/0001-83, FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME, inscrito no CNPJ: 03.250.803/0001-92, NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 14.595.725/0001-84, MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI-EPP, inscrito no CNPJ: 09.676.256/0001-98, FERNAMED LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 04.759.433/0001-86, REALMED DISTRIBUIDORA LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 17.263.792/0001-90, MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME, inscrito no CNPJ: 28.418.133/0001-00 . Vale de São Domingos-MT, 15 de Julho de 2019. Geraldo Martins da Silva – prefeito municipal.

EXTRATO DA ATA DO PREGÃO ELETRONICO 03-2019 SISTEMA REGISTRO DE PREÇO

O pregoeiro da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos-MT, Torna Publico que com referencia do Pregão Eletrônico 03-2019- Sistema Registro de Preço, teve como vencedores, **as empresas: DIMASTER - COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, inscrito no CNPJ: 02.520.829/0001-40, vencedora, dos ITENS, 1, 2, 4, 7, 8, 10, 12, 20, 32, 33, 36, 41, 45, 46, 53, 57, 58, 59, 60, 63, 64, 66, 70, 72, 75, 76, 77, 79, 83, 88, 90, 94, 95, 96, 101, 102, 108, 128, 129, 133, 134, 135, 138, 139, 144 e 149, no valor global de R$ 130.535,00, a empresa DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS BACKES EIRELI-ME, inscrito no CNPJ: 25.279.552/0001-01, vencedora, dos ITENS, 3, 13, 17, 30, 34, 38, 39, 40, 51, 56, 61, 67, 68, 80, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 92 e 136 no valor global de R$ 22.517,70, a empresa ÁGIL DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA-ME, inscrito no CNPJ: 20.590.555/0001-48, vencedora, dos ITENS, 5, 14, 15, 16, 19, 23, 27, 28, 62, 78, 97, 105, 106, 115, 119, 124, no valor**

global de R$ 27.230,00, a empresa LUMANN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 26.419.311/0001-83, vencedora, dos ITENS, 11, 29, 37, 44, 47, 48, 55, 65, 82, 107, 111, 112, 125 e 126, no valor global de R$ 12.134,20, a empresa FAMA DISTRIBUIDORA HOSPITALAR EIRELI-ME, inscrito no CNPJ: 03.250.803/0001-92, vencedora, dos ITENS, 18, 81, 93, 117, 118 e 131, no valor global de R$ 2.637,00, a empresa NOVASUL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 14.595.725/0001-84, vencedora dos ITENS, 21, 22, 25 e 26, no valor global de R$ 1.330,00, a empresa MEDICAMENTOS DE AZ EIRELI-EPP, inscrito no CNPJ: 09.676.256/0001-98, vencedora, dos ITENS, 31, 35, 42, 43, 49, 52, 71, 73, 74, 98, 100, 113, 127, 132, 141, 142, 146, 154 e 155, no valor global de R$ 11.161,30, a empresa FERNAMED LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 04.759.433/0001-86, vencedora, dos ITENS, 50, 69, 99, 114, 116, 120, 122, 123, 130, 137, 140, 143, 148, 152, 153, 156, 157 e 158, no valor global de R$ 14.998,30, a empresa REALMED DISTRIBUIDORA LTDA-EPP, inscrito no CNPJ: 17.263.792/0001-90, vencedora, dos ITENS, 104, 145, 147, 150 e 151, no valor global de R$ 5.206,00, e a empresa MED VITTA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA-ME, inscrito no CNPJ: 28.418.133/0001-00, vencedora, dos ITENS, 109, 110 e 121, no valor global de R$ 4.337,00. Objeto **Registro de preço para futura e eventual aquisição de medicamentos para distribuição gratuita a população, uso interno nas Unidades de Saúde do Município de Vale de São Domingos/MT.** Vale de São Domingos – MT, 15 de Julho de 2019. EDINALDO FERREIRA DE SANTANA pregoeiro.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VALE DE SÃO DOMINGOS
PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N. 01/2019 EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05/2019

PROCESSO SELETIVO PÚBLICO N. 01/2019

EDITAL COMPLEMENTAR Nº 05/2019

O Prefeito Municipal de Vale de São Domingos, Estado de Mato Grosso e a Comissão Organizadora do Processo Seletivo Público n. 01/2019, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO, não ter havido interposição de recursos tempestivos ao Edital Complementar n. 04/2019, que divulgou a lista com os nomes dos candidatos devidamente inscritos no Processo Seletivo Público n. 01/2019, da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT.

CONSIDERANDO, a prova objetiva que será realizada em 21/07/2019.

RESOLVEM:

1º - Em atendimento ao Cronograma do **Edital de Processo Seletivo Público n. 01/2019**, **item 3, "K",** da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, **HOMOLOGAR** a lista com os nomes dos candidatos devidamente inscritos conforme publicada por meio do **ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANDIDATOS INSCRITOS** do Edital Complementar n. 04/2019.

2º - Em atendimento ao Cronograma do **Edital de Processo Seletivo Público n. 01/2019**, **item 3, "L",** da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, **DIVULGAR** o local e horário das provas objetivas a serem realizadas no dia 21/07/2019**,** com a devida alocação dos candidatos conforme **ANEXO I - LOCAIS E HORÁRIOS DAS PROVAS OBJETIVAS** deste Edital Complementar.

3º - Este Edital Complementar e seu Anexo ficarão na integra à disposição dos interessados no Quadro Mural da Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos - MT e no endereço eletrônico: **www.valedesaodomingos.mt.gov.br**, a partir da data.

Prefeitura Municipal de Vale de São Domingos – MT, 14 de Julho de 2019.

GERALDO MARTINS DA SILVA PREFEITO MUNICIPAL	***NATIELLE MACEDO MAIA*** **PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DO PROCESSO SELETIVO PÚBLICO**

PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N. 133/2018

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT e o Empresa VM CONSTRUÇÕES EIRELI, inscrita no CNPJ n°. 08.225.968/0001-28. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra fundamentação no art. 57, §1º, III e V, §2º c/c art. 65, I, a), §1º da Lei de Licitações e Contratos Administrativos n° 8.666/93 e suas alterações, nas condições do Contrato n. 133/2018, bem como nos demais documentos acostados ao PROCESSO GESPRO n. 599794/2019. OBJETO: Tem por objeto aditar a CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR E DOS PREÇOS, a CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, a CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E SUAS PRORROGAÇÕES, a CLÁUSULA DÉCIMA – DO SEGURO, a CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO, e a CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FISCALIZAÇÃO, do Contrato n. 133/2019, que tem por objeto a Contratação de Empresa Especializada para a Execução das Obras de pavimentação e Drenagem das Ruas Palestina, Portugal, Porto Rico, com uma extensão de 1.388,62 metros NO BAIRRO VILA VITÓRIA, e Ruas Torrência, Principado, Colinas, Gaucha, e Carlos Gomes, com uma extensão de 1.698,70 metros NO BAIRRO 23 DE SETEMBRO, perfazendo um total de 3.087,32 metros conforme projeto e planilhas anexo a este Projeto Básico. VALOR GLOBAL: Fica mantido o valor de R$ 1.873.384,59 (Hum milhão oitocentos e setenta e três mil trezentos e oitenta e quatro reais e cinquenta e nove centavos), sendo o valor de R$ 933.012,24 (Novecentos e trinta e três mil doze reais e vinte e quatro centavos) para o Bairro Vila Vitória, e, o valor de R$ 940.372,35 (Novecentos e quarenta mil trezentos e setenta e dois reais e trinta e cinco centavos) para o Bairro 23 de Setembro, decorrente do saldo remanescente da contratação. UO: SECRETARIA VIAÇÃO E OBRAS **DO: 37.02.15. 451.0022. P/A: 1.559. ND: 4.4.90.51.00.00.00 OBRA E INSTALAÇÕES. FONTE: 0190/0100.**

DATA DE ASSINATURA: 09.07.2019.

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria Municipal de Viação e Obras

VM CONSTRUÇÕES EIRELI

Contratada

EXTRATO CONTRATO N. 114/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa REFEIÇÕES NORTE SUL EIRELI - ME, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 97.531.702/0001-33. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, vinculados ao Edital e anexos do Processo Licitatório do tipo Pregão Presencial n. 14/2019, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo n. 123/2019, no Termo de Referência n. 13/2019 da Secretaria Municipal de Assistência Social, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 594339/2019. OBEJTO: Tem por objeto deste contrato é a Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de preparo e distribuição de refeições a preços populares no Restaurante Popular em forma de bandejão, com fornecimento de todos os gêneros alimentícios e demais insumos, manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos e utensílios utilizados, no período de segunda-feira à sexta-feira, no horário das 11h00 às 14h00, conforme especificações contidas no presente termo de referência. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 708.840,00 (Setecentos e oito mil oitocentos e quarenta reais). SECRETARIA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO: 11.01.04.122.0002. PA: 2.048. ND 3.3.50.43.00.00.00. Fonte: 0100. VIGÊNCIA: Terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Assistência Social que designa neste ato, a servidora senhora Dulcelina Socorro Firmino de Lima Silva - Matricula nº 011346.

DATA DE ASSINATURA: 1º.07.2019

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretaria de Assistência Social

REFEIÇÕES NORTE SUL EIRELI ME

Contratada

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
AVISO DE RESULTADO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019

AVISO DE RESULTADO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2019

A Pregoeira do Departamento de Água e Esgoto de Várzea Grande, Estado de Mato Grosso, nomeado pela Portaria n.º 014/2019, torna Público o **RESULTADO** do Processo de Licitação do **Pregão Eletrônico n.º 001/2019**, regido pela Lei Federal n.º 10.520 de 17/07/2002, o Decreto Municipal n.º 032/2005 e com aplicação da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas alterações.

Modalidade: Pregão Eletrônico

Tipo: Menor Preço Global por Lote

Realizado no dia: 01/07/2019

Horário: 09h15min (horário de Mato Grosso/MT)

Objeto: Futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de locação de veículos automotores: caminhão 3/4, utilitários médios, utilitários leves, automóveis de passeio e motocicletas, e assim atender as necessidades do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande/MT.

RESULTADO:

LOTE 01 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO (SEM PILOTO) – DO TIPO MOTOCICLETA.

A empresaclassificada para o referido lote é a **PONTES COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI,** CNPJ: 33.031.535/0001-89, arrematou o lote com o valor de **R$ 244.998,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais);**

LOTE 02 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO (SEM MOTORISTA) – DO TIPO AUTOMÓVEL DE PASSEIO.

A empresaclassificada para o referido lote é a **TRANSVEPAR – TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANÁ LTDA,** CNPJ nº 76.669.670/0001-67, arrematou o lote com o valor de **R$ 163.080,00 (cento e sessenta e três mil e oitenta reais);**

LOTE 03 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO (SEM MOTORISTA) – DO TIPO UTILITÁRIO LEVE (PICK-UP).

A empresaclassificada para o referido lote é a **PONTES COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI,** CNPJ: 33.031.535/0001-89, arrematou o lote com o valor de **R$ 251.269,92 (duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos);**

LOTE 04 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO - DO TIPO MINIVAN.

A empresaclassificada para o referido lote é a **TRANSVEPAR – TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANÁ LTDA,** CNPJ nº 76.669.670/0001-67, arrematou o lote com o valor de **R$ 373.680,00 (trezentos e setenta e três mil, seiscentos e oitenta reais);**

LOTE 05 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO (SEM MOTORISTA) – DO TIPO FURGÃO LEVE.

A empresaclassificada para o referido lote é a **TRANSVEPAR – TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANÁ LTDA,** CNPJ nº 76.669.670/0001-67, arrematou o lote com o valor de **R$ 75.060,00 (setenta e cinco mil e sessenta reais).**

Várzea Grande, 15 de julho de 2019.

CRISTIANE PEREIRA MARTINS RICARDO AZEVEDO ARAÚJO PREGOEIRA- DAE/VGDIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

RESOLUÇÃO 24/2019 – CMDCA VÁRZEA GRANDE

Dispõe sobre a Concessão de Renovação deRegistro deFuncionamento no CMDCA/VG.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 e Lei Municipal nº 4.095/2015 de 03 de setembro de 2015.

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 283, realizada no dia 27(vinte e sete) de junho de 2019.

Considerandoo Processo 14/2019.

Resolve:

Art.1º – Conceder a Renovação do Registro de Funcionamento com Validade Bienal, a expirar em 26 (vinte e seis) de junho de 2021 à Mantenedora:

Associação Espírita Eurípedes Barsanulfo

§ Único – A Instituição deverá durante a vigência de o presente Registro manter todo o seu funcionamento, observando os preceitos legais vigente, sob pena de suspensão ou perda do presente.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada publicada

Cumpra-se

Várzea Grande-MT, 27 de junho de 2019.

Katlin Oliveira Calmon
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/mandato 2018-2019

PORTARIA Nº 695/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Conceder **Férias** regulamentares, referente ao mês de Julho/2019, de acordo com Estatuto dos Servidores Públicos de Várzea Grande, Lei Complementar nº. 1.164/1991 que dispõe em seu Art.85, aos servidores abaixo relacionados:

SECRETARIA MUNICIPAL DE DEFESA SOCIAL				
MAT.	**NOME DO SERVIDOR**	**VINCULO**	**PERIODO AQUISITIVO**	**PERIODO DE GOZO**
5381	BEATRIZ ROSALIA LEIVA DO PRADO	Efetivo	**2018/2019**	22.07.19 a 29.07.19 (08 dias)

18501	GONÇALO CIRIACO DA COSTA FILHO	Estável/ Comissão	**2012/2013**	15.07.19 a 03.08.19 (20 dias)

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 15 de Julho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

TERMO DE POSSE

No décimo quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª **MARINA THOME GONÇALVES DIAS, RG n° 12886033/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Médico PERFIL Clinico Geral - 20 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

MARINA THOME GONÇALVES DIAS

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TERMO DE POSSE

No décimo quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, o Sr **LUIS GUSTAVO PAGANOTTI DA SILVA, RG n° 10074520/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Médico PERFIL Clinico Geral - 20 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

LUIS GUSTAVO PAGANOTTI DA SILVA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

RESOLUÇÃO 25/2019 – CMDCA VÁRZEA GRANDE

Aprovação de projetospara captação de recursos, conforme Edital do Instituto Grupo Boticário 2019.

O **Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande**, no uso de suas atribuições legais,que lhe são conferidos pela Lei Municipal 4.095 de 03 de setembro de 2015 e Lei Federal nº. 8. 069 de 13 de julho de 1990.

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Extraordinária nº. 284, realizada no dia 09 de julho de 2019;

Considerando os Processos17/2019;18/2019;19/2019;20/2019;21/2019;22/2019; e 23/2019que tratamdos Projetos apresentados segundo as regras do **Edital Instituto Grupo Boticário 2019**, para Captaçãode Projetos Sociais;

RESOLVE:

Art. 1º- Aprovar os Projetospara captação de recurso, conforme o **Edital Instituto Grupo Boticário 2019**, para execução em 2020, com atividades a serem desenvolvidas e realizadas em Várzea Grande - MT.

Processo	Instituição Executora	Nome do Projeto
17/2019	Associação Caminhando para Mais Um Sonho	**A Beleza da Vida**
18/2019	Associação das Manifestações Folclóricas de Mato grosso	**MovimentAção Cultural**
19/2019	Associação Caritas	**Beleza Solidária**
20/2019	Associação Nativo	**Caneta na Mão e Bola no Pé**
21/2019	Associação Social ABAIUC	**Lugar de Criança Feliz é Aqui**
22/2019	Instituto Educacional Luz do Amanhã	**Comunidade Viva**
23/2019	Associação Varzeagrandense Madre Tereza de Calcutá	**Crescer e Integrar**

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Registrada publicada

Cumpra-se

Várzea Grande (MT), 09 de julho de 2019.

Katlin Oliveira Calmon
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/mandato 2018-2019

PORTARIA Nº10/2019

Dispõe sobre a designação dos Agentes de apoio aos Serviços Externos (Gari), regidos pela Lei Municipal Complementar nº 4.294/2017 e suas alterações e dá outras providências.

BRENO GOMES, Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, no uso de suas atribuições legais;

CONSIDERANDO que compete à Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, a Gestão e mobilização de seus colaboradores.

CONSIDERANDOque o cargo Agente de apoio aos Serviços Externos (Gari) tem como função a de Varrer ruas, praças, parques e jardins municipais para mantê-los em condições de higiene e trânsito, recolher os lixos, acondicionando-os em sacos plásticos, latões, cestos ou outros depósitos adequados para posterior coleta e transporte; percorrer os logradouros, seguindo roteiros preestabelecidos, para coletar o lixo, despejar o lixo recolhido em caminhões especiais da Prefeitura, possibilitando assim seu transporte aos locais apropriados, esvaziar as lixeiras distribuídas pelas vias públicas, raspar meio-fio, limpar ralos e saídas de esgotos.

RESOLVE:

Art. 1º. Designar todos os servidores com perfil Agente de apoio aos Serviços Externos (Gari) em equipes móveis, que contemplam a limpeza das vias urbanas, praças, parques e jardins do Município de Várzea Grande.

Art. 2º. Fica responsável pela disposição, organização e delegação das equipes móveis o Senhor **VIRDINEI DA SILVA BENS**, brasileiro, Subsecretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana, Matricula nº 109001.

Art. 3º. Esta portaria entra em vigorna data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Várzea Grande – MT,15 de julho de 2019.

BRENO GOMES

Secretário Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 07 de junho de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **DAIANE ANDRADE GONÇALVES DA CUNHA, RG n° 1025585 - SESDEC/RO** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Profissional de Nível Superior do SUS – Perfil Enfermeiro,** em 142°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 14/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/05/2019 a 05/06/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **DAIANE ANDRADE GONÇALVES DA CUNHA** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) DAIANE ANDRADE GONÇALVES DA CUNHA, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2019

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2019

Partes: **DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG** e a Empresa: **ARARAUNA TURISMO ECOLOGICO LTDA-EPP**

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 019/2019.

OBJETO:

Contratação de empresa especializada, com critério de maior percentual de desconto, para prestação de serviços de fornecimento de passagens aéreas, incluindo a remessa, emissão, marcação, remarcação e entrega de bilhetes ou documentos equivalentes necessários para atendimento aos funcionários desta autarquia, e assim atender as necessidades do departamento de água e esgoto do município de Várzea Grande/MT.

.

VALOR: O valor global do contrato é de **R$ 30.000,00 (trinta mil reais).**

VIGÊNCIA: 12 (doze) meses.

FORO: Várzea Grande-MT.

ASSINATURA: 15/07/2019

Várzea Grande, 15 de Julho de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE DO DAE-VG

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 07 de junho de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **ELLEN CRISTINA DE CAMPOS, RG n° 70762331 - IIP/PR** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Clínico Geral,** em 120°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 14/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/05/2019 a 05/06/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **ELLEN CRISTINA DE CAMPOS** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) ELLEN CRISTINA DE CAMPOS, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 0011, DE 3 DE JUNHO DE 2019

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 0011, DE 3 DE JUNHO DE 2019

Abre crédito Adicional suplementar originário do orçamento geral .2019

A Prefeita do Município de Várzea Grande no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Várzea Grande e autoriza contida na Lei Municipal Nº . 4420, de 19 de Dezembro de 2018

DECRETA

Art. 1º - Fica aberto o crédito suplementar no valor de R$ 6.243.100,00 (seis milhões e duzentos e quarenta e tres mil e cem reais), para reforço das seguintes dotações orçamentárias:

03 - PROCURADORIA MUNICIPAL		
03.09 - PROCURADORIA FISCAL		
03.092.0002.1523 - Negociação Fiscal		
449052.0100000000 - Equipamentos e Material Permanente	R$:	50.000,00
03 - PROCURADORIA MUNICIPAL		
03.10 - FUNDO DA PROCURADORIA		
03.122.0002.2190 - Manter as Atividades do Fundo da Procuradoria		
339036.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$:	76.000,00
339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$:	6.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0015.2306 - Ampliação, Manutenção e Qualificação da Força de Trabalho do sus em Vg.		
319011.0142000000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	R$:	2.245.000,00
319113.0142000000 - Obrigacoes Patronais	R$:	310.000,00
339093.0102000000 - Indenizacoes e Restituicoes	R$:	400.000,00
339093.0142000000 - Indenizacoes e Restituicoes	R$:	650.000,00
10.301.0003.2303 - Ampliação do Acesso, Custeio e Investimentos em Estrutura, Equipamentos e Insumos Diversos, às Ações		
339030.0146000000 - Material de Consumo	R$:	350.000,00
11 - SECRETARIA MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
11.01 - GABINETE DA SECRETÁRIO		
04.122.0002.2214 - Manter o Funcionamento da Secretaria Municipal Conforme a Nob/suas.		
449052.0100000000 - Equipamentos e Material Permanente	R$:	10.000,00
11 - SECRETARIA MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
11.02 - FUNDO MUINICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.243.0042.2290 - Abrigamento Para Crianças e Adolescentes		
339036.0129000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica	R$:	32.000,00
08.244.0042.1545 - Estruturação da Rede de Serviços de Proteção Social Especial - Centro Pop		
449052.0100000000 - Equipamentos e Material Permanente	R$:	5.100,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
13.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO		
04.131.0032.2156 - Campanhas de Publicidades		
339092.0100000000 - Despesas de Exercicios Anteriores	R$:	9.000,00

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

35 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER
35.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO
12.122.0002.2165 - Manutenção e Encargos das Atividades da Secretaria Municipal de Educação
339030.0101000000 - Material de Consumo R$: 180.000,00
35 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER
35.02 - SUPERINTENDÊNCIA DE ESPORTE E LAZER
27.812.0033.1568 - Construção Pista de Skate
449051.0100000000 - Obras e Instalacoes R$: 65.000,00
27.812.0033.2294 - Manutenção e Encargos da Superintendência de Esporte e Lazer
335043.0100000000 - Subvencoes Sociais R$: 45.000,00
27.813.0033.1569 - Revitalização dos Mini Estádios
449039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 60.000,00
35 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER
35.03 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA
12.361.0103.1526 - Reforma / Ampliação
449039.0101000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 1.350.000,00
12.365.0104.1501 - Construção de 14 Creches/pré-escola - Termo de Compromisso Par
449051.0101000000 - Obras e Instalacoes R$: 70.000,00
36 - SECRETARIA MUN DESENV. URBANO, ECONOMICO E TURISMO
36.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO
04.122.0002.2257 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Econômico e Turismo
339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica R$: 40.000,00
37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS
37.02 - COORDENADORIA DE OBRAS E TRÁFEGO
15.451.0022.2292 - Manutenção de Infra-estrutura Urbana
339030.0100000000 - Material de Consumo R$: 250.000,00
38 - SECRETARIA MUN SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBIL. URBANA
38.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO
04.122.0002.2282 - Manutenção e Encargos da Secretaria Serviços Público
339036.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R$: 40.000,00

Art. 2º - Os recursos a serem utilizados para atender ao que dispõe o artigo anterior é o proveniente de: anulação nos termos de que dispõe o Art. 43, Parágrafo Primeiro, item II e III, da Lei Federal nº 4.320/64, conforme segue:

03 - PROCURADORIA MUNICIPAL
03.01 - PROCURADORIA MUNICIPAL
04.122.0002.2006 - Manutenção das Atividades da Procuradoria
339036.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Fisica R$: 76.000,00
03 - PROCURADORIA MUNICIPAL
03.02 - COORD. MUNICIPAL DE DEFESA DO CONSUMIDOR - PROCON
14.422.0002.2090 - Manutenção das Atividades do Procon
449051.0100000000 - Obras e Instalacoes R$: 50.000,00
03 - PROCURADORIA MUNICIPAL

ESTADO DO MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARZEA GRANDE

03.11 - FUNDO DO PROCON		
14.422.0002.2206 - Manutenção das Atividades do Fundo do Procon		
339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$:	6.000,00
09 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE		
09.02 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE		
10.122.0015.2306 - Ampliação, Manutenção e Qualificação da Força de Trabalho do sus em Vg.		
319004.0102000000 - Contratacao por Tempo Determinado	R$:	2.895.000,00
319004.0146000000 - Contratacao por Tempo Determinado	R$:	710.000,00
10.301.0003.2303 - Ampliação do Acesso, Custeio e Investimentos em Estrutura, Equipamentos e Insumos Diversos, às Ações		
449051.0146000000 - Obras e Instalacoes	R$:	350.000,00
11 - SECRETARIA MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
11.01 - GABINETE DA SECRETÁRIO		
04.122.0002.2214 - Manter o Funcionamento da Secretaria Municipal Conforme a Nob/suas.		
339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$:	15.100,00
11 - SECRETARIA MUN DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
11.02 - FUNDO MUINICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
08.244.0042.1087 - Centro de Referência Especializado da Assistência Socia - Creas		
339030.0129000000 - Material de Consumo	R$:	32.000,00
13 - SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL		
13.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO		
04.131.0032.1573 - Universalização do Acesso ao Site		
339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$:	9.000,00
35 - SECRETARIA MUN. EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE LAZER		
35.03 - DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DA EDUCAÇÃO BÁSICA		
12.361.0103.1563 - Construção de Escolas de Ensino Fundamental		
449051.0122000000 - Obras e Instalacoes	R$:	1.770.000,00
36 - SECRETARIA MUN DESENV. URBANO, ECONOMICO E TURISMO		
36.03 - SUPERINTENDÊNCIA DE DESENV. ECONÔMICO E TURISMO		
22.695.0036.1109 - Fomentar a Atividade Turistica		
339039.0100000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa Juridica	R$:	40.000,00
37 - SECRETARIA MUNICIPAL DE VIAÇÃO E OBRAS		
37.02 - COORDENADORIA DE OBRAS E TRÁFEGO		
15.451.0022.2292 - Manutenção de Infra-estrutura Urbana		
339030.0130000000 - Material de Consumo	R$:	150.000,00
449052.0100000000 - Equipamentos e Material Permanente	R$:	100.000,00
38 - SECRETARIA MUN SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBIL. URBANA		
38.01 - GABINETE DO SECRETÁRIO		
04.122.0002.2282 - Manutenção e Encargos da Secretaria Serviços Público		
449052.0100000000 - Equipamentos e Material Permanente	R$:	40.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 03/06/2019.

Gabinete da Prefeita Municipal, (03.06.2019).

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS
PREFEITA MUNICIPAL DE VÁRZEA GRANDE

PORTARIA Nº696/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder 30 (trinta) diasde férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2017/2018**, a vigorar a partir de **01.06.2019 a 30.06.2019,** a servidora **MARIA CONCEIÇÃO DA SILVA FORTALEZA,** matrícula n°

32123, exercendo o cargo Efetivo de Agente de Apoio dos Serviços do SUS, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 15 de Julho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

PORTARIA Nº694/2019

O Superintendente de Gestão de pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE

Art. 1°. Conceder **30 (trinta)** dias de férias regulamentares referente ao período aquisitivo **2016/2017**, a vigorar a partir de **01.07.2019 a 30.07.2019,** ao servidor **JOSE LUIZ DA SILVA**, matrícula n° 116843, exercendo o Cargo em Comissão de Coordenador Regional I e II – DNS 04, lotado na Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT, 15 de Julho de 2019.

MARCOS RODRIGUES DA SILVA

Superintendente de Gestão de Pessoas/ SAD.

ATO Nº. 378/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR Bernadete Érica da Silva Arruda do cargo em Comissão de Secretária Escolar - DNS 8 na EMEB Napoleão José da Costa, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, a partir de 08 de Julho de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 09 de Julho de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

TERMO DE POSSE

No décimo quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª **TUANNE LETÍCIA BAZZI CARDOSO, RG n° 20290489/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Médico PERFIL Clinico Geral - 20 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

TUANNE LETÍCIA BAZZI CARDOSO

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

ATO N° 356/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - Tornar sem efeito a nomeação apenas dos candidatos abaixo relacionados nomeados através do Ato n° 344/2019, para o cargo de provimento efetivo para o qual foram aprovados:

CARGO: AGENTE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

PERFIL: AGENTE ADMINISTRATIVO

NÍVEL: MÉDIO/MÉDIO TÉCNICO COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC. IDENT.	SITUAÇÃO
18	40752	FRANCISCO EMANOEL DE SOUSA OLIVEIRA	04521242 - SSP/MT	APROVADO
19	59780	FELIPE DOS SANTOS BOA SORTE	21572623 - SSP/MT/ MT	APROVADO

Várzea Grande-MT, 28 de junho de 2019.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

TERMO DE POSSE

No décimo quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª **ABDA LYSA MOREIRA DA CUNHA, RG n° 20751257/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Médico PERFIL Clinico Geral - 20 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

ABDA LYSA MOREIRA DA CUNHA

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

1ª RERRATIFICAÇÃO

EDITAL N.º 03/2019/GS/SMECEL/VG/MT

O Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer, Professor Silvio Aparecido Fidelis, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas, faz saber através do presente instrumentos a 1º Rerratificação do Edital n.º 03/2019/GS/SMECEL/VG/MT da eleição para Diretor das Escolas Municipais de Educação Básica e Centros Municipais de Educação Infantil de Várzea Grande.

Onde se Lê:

12	ELEIÇÃO DE DIRETORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE VÁRZEA GRANDE	05/11/2019	07h00 as 18h00	Unidades Escolares/Centros Municipais de Educação Infantil
13	ENTREGA DAS URNAS ELETRÔNICAS E DO RESULTADO DA ELEIÇÃO AO GRUPO DE TRABALHO DA SME/VG	04/11/2019	08h00	SMECEL

Leia- se:

11	**ENTREGA DAS URNAS PARA A COMISSÃO DAS UNIDADES ESCOLARES**	**04/11/2019**	**08h00 as 12h00 das 14h00 as 17h30m**	**SMECEL**
12	**ELEIÇÃO DE DIRETORES DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE VÁRZEA GRANDE**	**05/11/2019**	**07h00 as 18h00**	**Unidades Escolares/Centros Municipais de Educação Infantil**
13	**ENTREGA DAS URNAS ELETRÔNICAS E DO RESULTADO DA ELEIÇÃO AO GRUPO DE TRABALHO DA SME/VG**	**06/11/2019**	**08h00**	**SMECEL**

1.0. Inserir o item 11 do anexo I- ENTREGA DAS URNAS PARA A COMISSÃO DAS UNIDADES ESCOLARES dia **04/11/2019**.

1.1. Retificar a data ENTREGA DAS URNAS ELETRÔNICAS E DO RESULTADO DA ELEIÇÃO AO GRUPO DE TRABALHO DA SMECEL/VG **06/11/2019**.

Os demais itens e subitens não alterados por este Edital de Rerratificação permanecem inalterados.

Várzea Grande, 15 de julho de 2019.

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 07 de junho de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **DILVANIA COSTA COUTINHO, RG n° 11647000 - SSP/MT** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Profissional de Nível Superior do SUS – Perfil Enfermeiro,** em 142°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 14/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/05/2019 a 05/06/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **DAIANE ANDRADE GONÇALVES DA CUNHA** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) DAIANE ANDRADE GONÇALVES DA CUNHA, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

PORTARIA Nº 698/2019

O Superintendente de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 1° da Portaria Interna n° 007/2017 de 04 de Janeiro de 2017.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder com fundamento na redação original do art. 97 da Lei Municipal nº 1.164/1991 que "Dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos da Administração Direta, das Autarquias e das Fundações Públicas Municipais e dá outras Providências." **Licença Prêmio por Assiduidade**à servidora abaixo:

SERVIDOR	**RENATA MONTEIRO DA SILVA**
MATRICULA	36744
CARGO	Procurador Municipal
PROCESSO N°	361434/2016
LICENÇA PRÊMIO	06 (seis) dias
QUINQUÊNIO	**14.01.2008/2013**
PERÍODO DE GOZO	17.06.2019 à 19.06.2019; 15.07.2019 à 17.07.2019

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Couto Magalhães", Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-MT., 15 de Julho de 2019.

' '/

Marcos Rodrigues da Silva

Superintendente de Gestão de Pessoas/SAD

ATO Nº 358/2019.

A Prefeita Municipal de Várzea Grande – MT Lucimar Sacre de Campos**,** no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica do Município e pela Lei Municipal nº 1.164/1991, de 20 de novembro de 1991, e;

Considerando o pedido de reconsideração contido no Processo n° 597430/2019 em tramite nesta Municipalidade;

RESOLVE:

Suspender o Ato n° 263/2019 que aplicou a pena disciplinar de destituição do cargo em comissão ao ex-servidor JOÃO CARLOS HAUER, matrícula n° 90015, através do Processo Administrativo Disciplinar n° 591/CPSPAD/SAD/2015, a partir de 13/05/19.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Várzea Grande – MT, 05 de julho de 2019.

.....

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal de Várzea Grande

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
PORTARIA Nº072/2019

PORTARIA Nº072/2019

CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017

Edital de Convocação nº. 21, de 15 de Julho de 2019.

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO, DIRETOR PRESIDENTE DO DEPARTAMENTO DE AGUA E ESGOTO DE VÁRZEA GRANDE – DAE/VG, criada pela Lei Municipal n º 1.733/1997 e alterada pela Lei Municipal nº 1.866/1998, no uso de suas atribuições legais, resolve:

1. Convocar os candidatos relacionados no quadro "1", aprovados no Concurso Público nº 001/2017 de acordo com a ordem de classificação do edital de homologação nº 001/2017, a comparecer no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação deste edital, na Coordenadoria de Recursos Humanos desta Autarquia Municipal, à Av. Gov. Júlio Campos, 2599, Jardim dos Estados, nesta Cidade, no horário das 08h00minh às 11h30-minh e das 13h30minh às 17h30minh, para providências quanto à nomeação e posse, em conformidade o que dispõe a legislação.

1.1. O candidato dever á apresentar os documentos constantes do Anexo I;

1.2. Para realização da perícia médica, em cumprimento da exigência do item 1 7, do Anexo I, o candidato deverá estar de posse dos exames resultados dos exames médicos, constante do Anexo II.

2. O não comparecimento do candidato no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da data de publicação do presente edital e a não apresentação da documentação prevista acima, implicará no reconhecimento da **DESISTÊNCIA E RENÚNCIA** quanto ao preenchimento do cargo para o qual foi aprovado, reservando-se à Administração o direito de convocar o próximo candidato.

Quadro 1

CLASS	INSC.	NOME	DOC. IDENT.	CARGO	SITUAÇÃO
6	4634	ITALO FAGUNDES BARROS FERRAZ	17583586--SSP/SP	AGENTE DE SANEAMENTO/AGENTE ADMINISTRATIVO - PCD	CLASSIFICADO
13	15376	ALESSANDRA SANTOS ABREU	2048750-9-SSP/MT	AGENTE SANEAMENTO/ATENDENTE COMERCIAL	CLASSIFICADO
8	18061	EVA SANTANA SOUZA	12435066 – SJ/MT	AGENTE SANEAMENTO/ATENDENTE COMERCIAL - PCD	CLASSIFICADO
2	19990	EDUARDA DA CONCEIÇÃO OLIVEIRA	0857232584 –SSP/BA	ANALISTA DE SANEAMENTO/ ANALISTA AMBIENTAL	CLASSIFICADO
10	19397	LETICYA PALMEIRA RODRIGUES	1932312-3 – SSP/MT	ANALISTA DE SANEAMENTO/CONTADOR	CLASSIFICADO
4	22205	JOÃO VICTOR FERREIRA CAMPOS	25773208 – SSP/MT	AGENTE DE SANEAMENTO/ENCARREGADO DE EQUIPE DE CORTE	CLASSIFICADO
6	2383	KENIA ALVES CAMPOS	18153410 – SSP/MT	AGENTE DE SANEAMNETO/ENCARREGADO DE EQUIPE DE MANUTENÇÃO	APROVADO
49	14392	RAFFAEL DOUGLAS DA MATA	1340730-9 – SSPMT/MT	AGENTE DE SANEAMENTO/OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	APROVADO
50	15059	CEZAR CLEMENTE PIRES DOS SANTOS	13135430 – SSP/MT	AGENTE DE SANEAMENTO/OPERADOR DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO	APROVADO
37	26565	HUDSON BENTO DO NASCIMENTO	13746537 – SSP/MT	AUXILIAR DE SANEAMENTO/MANUTENÇÃO DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO	CLASSIFICADO
38	28270	VICTOR HUGO PONTES BORGES	19677928- SSP/MT	AUXILIAR DE SANEAMENTO/MANUTENÇÃO DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO	CLASSIFICADO
39	23888	SANDRO ROGERIO LOPEZ DE SOUZA	10519190 – SSP/MT	AUXILIAR DE SANEAMENTO/MANUTENÇÃO DE REDE DE ÁGUA E ESGOTO	CLASSIFICADO

Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande – MT, 15 de Julho de 2019.

.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

Diretor Presidente – DAE/VG

ANEXO I

DOS DOCUMENTOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE

I – **DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO/PERFIL**	**1.** Cédula de Identidade (RG); * **2.** CPF;* **3.** 02 fotos 3x4 recentes; **4.** Diploma ou Certificado de Conclusão de Curso na área de atuação exigida no Edital, reconhecido pelo MEC; * **5.** Comprovante no conselho de classe (se houver); * **6**. Carteira de Trabalho (página de identificação do trabalhador frente e verso); * **7**. Comprovante de inscrição do PIS/PASEP; * **8**. Certidão de nascimento ou casamento ou averbação;* **9.** Titulo de Eleitor e comprovante de quitação eleitoral;* **10.** Certificado de Reservista, de isenção ou de dispensa do Serviço Militar (se do sexo masculino); * **11.** Comprovante de endereço atualizado; * **12**. CPF do cônjuge; **13.** CPF do pai e da mãe; **14**. CPF dos filhos maiores de 18 anos; **15**. Certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos; **16.** Carteira de vacinação para filhos menores de 14 anos; **17.** Atestado de Sanidade e Capacidade Física e Mental emitido por Órgão ou profissional especializado; **18**. Exames Médicos, Anexo II; **19**. Declaração de não acúmulo de cargo **(reconhecer firma em cartório)** - Anexo III; **20**. Declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio e de seus dependentes **(reconhecer firma em cartório)**- Anexo IV;

	21. Certidão negativa de antecedentes criminais de 1º e 2º grau da Justiça Estadual dos lugares que residiu nos últimos 05 anos; **22.** Certidão negativa de antecedentes criminais de 1º e 2º grau da Justiça Federal dos lugares que residiu nos últimos 05 anos; **23**. Outros que estiverem presentes no edital do Concurso. **24.** Certidão de não acúmulo de cargos empregos ou funções públicas salvos nos casos constitucionalmente emitidos pelas prefeituras de Cuiabá e Várzea Grande e Estado SAD.

***- Documentos deverão ser autenticados em cartório.**

ANEXO II

OS EXAMES MÉDICOS PARA NOMEAÇÃO E POSSE

I – **DOS REQUISITOS PARA A INVESTIDURA NO CARGO/PERFIL**	**1.** Hemograma completo; **2.** Tipagem sanguínea; **3.** Glicemia (em jejum); **4.** Eletrocardiograma (com avaliação cardiológica, se patológico, definir o grau); **5**. Raios-X do tórax PA (com laudo) **6.** Colpo citologia oncótica (mulheres acima dos 35 anos de idade);

ANEXO III

DECLARAÇÃO DE NÃO ACÚMULO DE CARGOS

E QUE NÃO RECEBE PROVENTOS DE APOSENTADORIA

DECLARAÇÃO DE NÃO ACUMULO DE FUNÇÃO

Eu,.....Brasileiro(a)

Estado Civil .....,portador do documento de identidade nº.....,

Expedido pelo... ..... Residente.....nº.....

Bairro.....cidade.....

Estado de Mato Grosso, DECLARO, que não estou infringindo o inciso "XVI" ,

do artigo 37 da Constituição Federal e tenho disponibilidade de tempo para cumprir a carga horária exigida pela Departamento de água esgoto DAE.VG.

Art 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (Redação dada pela Emenda Constitucional n° 19, de 1998)

XVI - é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI. (Redação dada pela Emenda Constitucional n° 19, de 1998)

Por ser verdade, dato e firmo o presente, sob as penas da lei.

Várzea Grande.....de 2019

_____

Assinatura do Declarante

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE BENS

Eu,_____, CPF:_____._____._____-____, Domiciliado na Rua: _____Bairro:_____, Cidade: _____, UF: ____, declaro sob as penas da lei que meu patrimônio é composto dos seguintes bens e respectivos valores atuais de mercado:

Itens	Bens	Valor
1		
2		
3		
4		

Declaro ainda que o(s) valor (es) acima apresentado(s) é(são) verdadeiro(s) e estou ciente de que a omissão de informações ou a apresentação de dados ou documentos falsos e/ou divergentes implicam no cumprimento das medidas judiciais cabíveis.

Autorizo a confirmação e averiguação das informações acima.

Várzea Grande, _____, de _____ de 2019.

_____ Assinatura do Declarante

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 28 de junho de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **FELIPE DOS SANTOS BOA SORTE, RG n° 21572623 - SSP/MT/MT** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Agente de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Agente Administrativo,** em 19°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 16/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 27/05/2019 a 25/06/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **FELIPE DOS SANTOS BOA SORTE**, não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) FELIPE DOS SANTOS BOA SORTE, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARRECADAÇÃO DE ISSQN RETIDO, QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE, REPRESENTADO PELA PREFEITA MUNICIPAL E A SECRETÁRIA DE GESTÃO FAZENDÁRIA MUNICIPAL E O BANCO DO BRASIL S.A.

Ao primeiro dia do mês de julho de dois mil e dezenove, de um lado o Município de Várzea Grande,inscrito no CGC/MF 03.507.548/0001-10, por intermédio da Prefeita Municipal , neste ato representada pelo Sra. LUCIMAR SACRE DE CAMPOS e a seguir denominada simplesmente de MUNICÍPIO e de outro lado o BANCO DO BRASIL SA, através de sua agência 2764, inscrita no CGCMF sob n.º 00.000.000/2834-79 , neste ato representado pelo Sra. GISLENE APARECIDA PEPERARIO gerente geral, a seguir denominado simplesmente de BANCO, tem entre si justo e avençado a celebração de um contrato de prestação de serviço pelo BANCO, de arrecadação de tributos e demais receitas públicas do Município na abrangência do mesmo e a respectiva prestação de contas, com base da Lei n. 8.666, de 21.06.93 e alterações posteriores, mediante dispensa de licitação ao amparo do caput do Artigo 24, inciso VIII da referida Lei, ficando as partes sujeitas às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a prestação, pelo BANCO, dos serviços de arrecadação de ISSQN Retido e respectiva prestação de contas, por meio eletrônico, dos valores arrecadados, com extensão da prestação dos serviços de arrecadação do citado tributo a todos pontos de atendimento do BANCO, inclusive por intermédio de terceiros contratados.

Parágrafo Único - As agências e pontos de atendimento que vierem a ser inaugurados na área de abrangência Município, após a assinatura do presente contrato, serão automaticamente incluídos na presente prestação de serviços.

CLÁUSULA SEGUNDA - O Município providenciará a emissão e remessa dos documentos de arrecadação aos contribuintes, não podendo, neste caso, se utilizar dos serviços do BANCO para tal finalidade.

CLÁUSULA TERCEIRA - O Banco não se responsabilizará, em qualquer hipótese ou circunstância, pelas declarações, cálculos, valores, multas, juros, correção monetária e outros elementos consignados nos documentos de arrecadação, competindo-lhe, tão somente, recusar o recebimento quando ocorrer qualquer das seguintes hipóteses:

O documento de arrecadação for impróprio; e

O documento de arrecadação contiver emendas e/ou rasuras.

CLÁUSULA QUARTA - O Banco não aceitará o recebimento de cheque para liquidação de guia emitidas, objeto deste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - O produto da arrecadação diária será lançado em Conta de Arrecadação, conforme COSIF/BACEN.

CLÁUSULA SEXTA - O Banco repassará o produto da arrecadação no 1º dia útil após a data do recebimento.

Parágrafo Primeiro - O repasse do produto arrecadado será efetuado através de credito em conta de livre movimentação do Município/, ou DOC/TED, a favor da conta número 17615-X. Agência 2764- do Banco 001, de acordo com o prazo estabelecido no caput desta cláusula.

Parágrafo Segundo - O produto da arrecadação diária não repassado no prazo determinado no caput desta cláusula, sujeitará o BANCO a remunerar o Município do dia útil seguinte ao prazo previsto no caput desta cláusula até o dia do efetivo repasse, com base na variação da Taxa Referencial de Títulos Federais, do dia útil anterior ao do repasse, exceto quando da ocorrência de feriado, onde o Município mantém a centralização do repasse.

Parágrafo Terceiro - Para cálculo da remuneração citada no Parágrafo anterior, serão deduzidos os valores correspondentes aos percentuais do recolhimento do depósito compulsório a que os Bancos estão sujeitos, por determinação do BACEN, conforme sua classificação, se houver incidência.

CLÁUSULA SÉTIMA - O Município acatará protocolo físico de correspondência do BANCO solicitando o estorno de pagamento e a devolução dos recursos, nos casos em que o BANCO detectar pagamento de documentos de arrecadação mediante processo fraudulento e/ou em duplicidade quando a ela o BANCO der causa.

Parágrafo Primeiro - O Município devolverá os recursos solicitados, integralmente, no prazo de até 30 dias contados da data do protocolo da correspondência do BANCO que os solicitou. Para os casos de estorno por processo fraudulento, para todos os efeitos, o BANCO será fiel depositário dos documentos comprobatórios dos pagamentos estornados, quais sejam: carta assinada pelo titular da conta fraudada repudiando a autoria do pagamento, demonstrativo do débito na conta do cliente, demonstrativo de ressarcimento do cliente lesado e outros documentos que o BANCO julgar relevantes. Tais documentos serão apresentados pelo BANCO ao Município sempre que solicitados e o BANCO assumirá todos e quaisquer ônus decorrentes do atendimento ao pedido de estorno e devolução de recursos para essa hipótese.

Parágrafo Segundo - O Município se compromete a fornecer ao BANCO as informações de identificação (nome, CPF/CNPJ e endereço) do contribuinte beneficiado pelo pagamento do tributo contestado.

CLÁUSULA OITAVA - Pela prestação dos serviços de arrecadação, objeto do presente Contrato, o /Estado ou Município/ pagará ao BANCO tarifa nas seguintes bases:

a) R$ 2,30 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal PGT e prestação de contas através de meio eletrônico;

b) R$ 2,30 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal URA e prestação de contas através de meio eletrônico;

c) R$ 2,30 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal Internet e prestação de contas através de meio eletrônico;

d) R$ 2,30 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal Terminal de Autoatendimento e prestação de contas através de meio eletrônico;

e) R$ 2,30 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal Gerenciador Financeiro e prestação de contas através de meio eletrônico;

f) R$ 3,00 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal Correspondente Bancário e prestação de contas através de meio eletrônico;

g) R$ 3,00 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal Banco Postal e prestação de contas através de meio eletrônico;

h) R$ 15,65 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal CABB e prestação de contas através de meio eletrônico;

i) R$ 4,10 por recebimento de documento com código de barras padrão FEBRABAN no canal Terminal de Autoatendimento com Cartão de outra Instituição Financeira e prestação de contas através de meio eletrônico, e

Parágrafo Primeiro – O Banco encaminhará documento com o demonstrativo de cobrança das tarifas de cada mês, até o 5 dia útil do mês seguinte.

Parágrafo Segundo - O Município autoriza neste ato o BANCO a debitar em sua conta corrente nº 17615-X, ou, na falta de recursos nessa conta, em quaisquer outras contas de depósitos, os valores necessários à liquidação das tarifas sobre a prestação de serviço constantes nesta cláusula.

Parágrafo Terceiro – O Município tem até o décimo dia útil do mês seguinte para efetuar o pagamento das tarifas pelos serviços prestados no mês anterior. Caso o pagamento não seja efetuado no período, o valor será corrigido pelo ÍNDICE GERAL DE PREÇOS DE MERCADO /IGP-M/ e o Banco se reserva o direito de suspender a prestação do serviço sem notificação prévia.

Parágrafo Quarto - Os valores convencionados no caput desta cláusula serão reajustados, automaticamente, no prazo de 1 /um/ ano ou quando da prorrogação deste contrato ou, ainda, em menor periodicidade que a legislação eventualmente venha a autorizar. Referido reajuste se dará pela variação positiva acumulada, no período, do índice Nacional de Preços ao Consumidor /INPC/, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística /IBGE/, ou outro índice que vier a substituí-lo.

Parágrafo Quinto - Para os recebimentos realizados por meio de Internet Pessoa Física e Jurídica ou TAA, o comprovante de pagamento será o recibo emitido por esses meios.

CLÁUSULA NONA - O Município não poderá, em hipótese alguma, utilizar o Documento de Credito - DOC, como documento de arrecadação, com trânsito pelo serviço de Compensação de Cheques e Outros Papeis.

CLÁUSULA DÉCIMA - O Banco não receberá, em hipótese alguma, documentos de arrecadação nos guichês de Caixa de suas agências, cabendo ao Município orientar seus contribuintes a efetuar o pagamento em canais eletrônicos (Terminais de Autoatendimento e Internet) ou em canais alternativos (Correspondente Bancário ou Banco Postal).

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- O detalhamento dos documentos arrecadados será colocado à disposição do Município no 1º dia útil após a arrecadação, a partir das 12:00 horas, em meio eletrônico.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Decorridos 03(três) meses da data da arrecadação, o BANCO ficara desobrigado de prestar qualquer informação a respeito dos recebimentos efetuados e de seus respectivos valores.

Parágrafo Único - Na caracterização de diferenças ou falta de prestação de contas recebidas no BANCO, caberá ao Município o envio de cópia das contas que originaram a diferença, para regularização do BANCO, dentro do prazo previsto no caput desta cláusula.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - O BANCO fica autorizado por este Instrumento a inutilizar os seus comprovantes e demais documentos alusivos a arrecadação, objeto deste Contrato, imediatamente após a disponibilização dos arquivos retornos por meio eletrônico ao Município.

Parágrafo Único - A validação dos arquivos retornos das informações da arrecadação, deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após sua disponibilização.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - No caso de o Município ainda não ter adotado as sistemáticas constantes dos itens abaixo, o mesmo compromete-se a:

1) Adotar a sistemática de Debito Automático, padrão FEBRABAN, por meio de troca de arquivos em meio eletrônico;

2) Adotar a sistemática de impressão do Código de Barras padrão FEBRABAN em seus documentos de arrecadação;

3) Estudar a possibilidade de emitir trimestral ou semestralmente contas/faturas de valores mínimos; e

4) Distribuir ao longo do mês o vencimento dos documentos de arrecadação, evitando-se incluir vencimentos em sábados, domingos e feriados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Qualquer alteração na sistemática de prestação dos serviços ajustados neste contrato, dependerá de prévia concordância entre as partes, por escrito.

Parágrafo Único - Toda providência tomada pelo Município, inclusive teletransmissão, que resulte em elevação dos custos do BANCO, será objeto de renegociação das cláusulas financeiras deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - O Município autoriza o BANCO a receber contas, tributos e demais receitas devidas, cujos vencimentos recaírem em dias que não houver expediente bancário, no primeiro dia útil subsequente, sem cobrança de quaisquer acréscimos ao contribuinte.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - O presente contrato terá prazo de vigência de 5 (cinco) anos podendo, entretanto, ser rescindido a qualquer tempo por qualquer das partes, sem que tenham direito a quaisquer indenizações ou compensações, mediante deúncia escrita com 30 /trinta/ dias de antecedência, contados a partir da data do recebimento da referida comunicação pela outra parte.

Parágrafo Único - Em função da assinatura deste contrato, ficam revogados, para todos os efeitos legais, quaisquer outros documentos firmados anteriormente com o mesmo objetivo.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Quaisquer impostos ou taxas que venham a ser exigidos pelos Poderes Públicos, com base no presente contrato ou nos atos que forem praticados em virtude de seu cumprimento, serão suportados pelo Município, que arcara com o principal e acessórios da Obrigação Tributária, sem nenhum ônus para o BANCO, ainda que esteja este na posição de contribuinte ou responsável tributário.

CLÁUSULA NONA - A despesa com a execução do presente contrato, para o exercício de 2019, está prevista na dotação orçamentária do Município na seguinte rubrica:

Projeto/Atividade: 2.255 - MANUTENÇÃO E ENCARGOS DA GESTÃO FAZENDÁRIA.

Especificação da Despesa: 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIRO - PESSOA JURÍDICA.

Especificação do Detalhamento: 8100 - SERVIÇOS BANCÁRIOS.

Destinação de Recurso: 0100000000 - RECURSO ORDINÁRIO.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - A publicação resumida do instrumento de contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pela Administração do Município até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - Fica eleito o Foro da Sede da Comarca de Várzea Grande como competente para solucionar eventuais pendências decorrentes do presente contrato, com renuncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente, em 03(três) vias de igual teor e para um só efeito juntamente com as testemunhas abaixo, que declaram conhecer todas as cláusulas deste contrato.

Banco do Brasil S.A

GISLENE APARECIDA PEPERARIO

Gerente Geral

Município de Várzea Grande

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

TESTEMUNHAS:

Nome:

Nome:

Central de Atendimento BB – Informações, Solicitações, Sugestões, Elogios, Reclamações e Denúncias.

Atendimento 24 horas, 7 dias da semana: 4004 0001* e 0800 729 0001

Deficientes Auditivos: 0800 729 0088

* Custos de ligações locais e impostos serão cobradas conforme o Estado de origem. No caso de ligação via celular, custos da ligação mais impostos conforme a operadora.

Suporte Técnico - Autoatendimento Internet e Autoatendimento Celular*:

Atendimento 24 horas, 7 dias da semana: 0800 729 0200.

*Dúvidas em relação ao manuseio e configuração de aparelhos, devem ser tratadas com o fabricante do aparelho ou a operadora.

Dúvidas em relação aos serviços das operadoras deverão ser tratadas junto as mesmas.

Ouvidoria BB - Caso considere que a solução dada a ocorrência que você registrou anteriormente mereça revisão, fale com a Ouvidoria BB.

Atendimento 24 horas, 7 dias da semana: 0800 729 5678

ATO N° 357/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 002/2017 – DEMAIS CARGOS e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, de 02 de abril de 2018, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - Tornar sem efeito a nomeação apenas do candidato abaixo relacionado nomeado através do Ato n° 340/2019, para o cargo de provimento efetivo para o qual foram aprovados:

CARGO: MÉDICO

PERFIL: CLÍNICO GERAL

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
120	47342	ELLEN CRISTINA DE CAMPOS	70762331 - IIP/PR	CLASSIFICADO
127	51965	FRANCIELLE APARECIDA BORGES DOS SANTOS PULCHERIO	30413699 - SESP/MT	CLASSIFICADO

CARGO: PROFISSIONAL DE NÍVEL SUPERIOR COMPLETO DO SUS

PERFIL: ENFERMEIRO

NÍVEL: SUPERIOR COMPLETO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
142	11266	DAIANE ANDRADE GONÇALVES DA CUNHA	1025585 - SESDEC/RO	CLASSIFICADO
145	43456	DILVANIA COSTA COUTINHO	11647000 - SSP/MT	CLASSIFICADO

Várzea Grande-MT, 07 de junho de 2019.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 28 de junho de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **FRANCISCO EMANOEL DE SOUSA OLIVEIRA, RG n° 04521242 - SSP/MT** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Agente de Desenvolvimento Econômico e Social – Perfil Agente Administrativo,** em 18°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 16/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 27/05/2019 a 25/06/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **FRANCISCO EMANOEL DE SOUSA OLIVEIRA**, não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) FRANCISCO EMANOEL DE SOUSA OLIVEIRA, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Pablo Gustavo Moraes Pereira

Secretário Municipal de Administração

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

AVISO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019.

Processo n. 571675/2019. Objeto: Registro de preços para futura e eventual aquisição de caminha empilhável para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Várzea Grande/MT. Foi **ADJUDICADO E HOMOLOGADO** em **09/07/2019**, onde sagrou se vencedora a empresa:

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 88/2019

Validade: 12 Meses

EDUCA FÁCIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS PEDAGÓGICOS LTDA – ME
CNPJ N° 15.644.619/0001-06

Item	Discrição do Produto	Unid. Medida	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total
01	Cama empilhável, com as seguintes características: **As duas cabeceiras devem ser inteiriças, formadas por uma única peça**, produzidas em polipropileno, com dimensões aproximadas de 60 cm largura x 13 cm profundidade x 15 cm altura. O produto deverá ser atóxico, apresentar excelente acabamento, sem rebarbas e bordas cortantes. Deve conter drenos que permitam a lavagem e higienização total. Deve conter compartimento para receber de forma firme e segura a estrutura de mosquiteiro. As duas estruturas laterais devem ser em tubos de alumínio anodizado, resistente a corrosão em geral, incluindo a corrosão por tensão, umidade e salinidade. **Espessura mínima das paredes do alumínio: 1,50mm. Liga 6063 de têmpera do alumínio: T5.** A área de repouso deve ser composta por um leito de rede confortável e arejada, vazada, confeccionada em tecido 100% poliéster empastado em PVC, **com espessura mínima de 0,51mm e gramatura mínima de 310g/m2** anti fungo, anti UV, anti oxidante, **anti chama**, **isento de F-talatos**. Alta resistência a peso, suportando até 50 Kg, antitranspirante e lavável. As laterais devem ser soldadas de maneira uniforme e resistentes a tração manual. Ponteiras de borracha antiderrapante formam um conjunto de segurança fundamental para que a cama não deslize, permitindo que a criança possa se movimentar de forma segura durante o sono. Auxilia no isolamento da umidade. Previne riscos e arranhões no revestimento dos pisos. Deve ser fixada de maneira que não se solte facilmente. A montagem se dá pelo perfeito encaixe entre todas as peças, onde as barras de alumínio são inseridas na lona pelas alças laterais; este conjunto, por sua vez, é encaixado no orifício da cabeceira plástica; a lona deve ser fixada de maneira que possibilite que todo o conjunto deve estar bem montado, de forma segura, firme e bem tensionado, sem imperfeições, como ondulações no leito ou ainda o efeito de "barriga" no centro da caminha. **A cama não deve conter fechamento em velcro e nem pequenas peças que possam se soltar facilmente, podendo passar por avaliação se o conjunto é seguro. Todas as peças devem se encaixar perfeitamente, não sendo permitido espaços e folgas entre os componentes.** Leito da caminha personalizado com o logo da prefeitura através de tinta uv resistente a produtos químicos, intempéries, impacto, lavagem e manuseio em uma única cor. **A CAMA DEVERÁ SER ENTREGUE MONTADA.**A cama empilhável é composta por módulos, este sistema permite que todos os seus componentes sejam repostos. Medidas mínimas: 135 cm comprimento x 60 cm largura x 15 cm altura .**Garantia de 18 meses .APRESESENTAR LAUDO QUE ATESTE A EFICACIA ANTI CHAMA, LAUDO QUE ATESTE AUSÊNCIA DE F-TALATOS E LAUDO ANTIBACTERIANO EFICAZ PARA CEPAS GRAM-POSTIVO E GRAM-NEGATIVO (ORIGINAL OU CÓPIA AUTENTICADA).** **MARCA: crescer**	UNIDADE	1.000	R$ 229,00	R$ 229.000,00
Valor total de **R$ 229.000,00** (duzentos e vinte e nove mil reais)					

Várzea Grande/MT, 12 de julho de 2019.

CONTRATANTE:

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONTRATADA:

EDUCA FÁCIL DISTRIBUIDORA DE LIVROS PEDAGÓGICOS LTDA – ME

CNPJ N° 15.644.619/0001-06

EXTRATO CONTRATO N. 115/2019

PARTES INTERESSADAS: Prefeitura Municipal de Várzea Grande e a Empresa PONTES COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA, devidamente inscrita no CNPJ sob o n°. 33.031.535/0001-89. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Encontra-se vinculado aos termos e condições da Lei nº. 8.666 de 21 de Junho de 1993, decorrente da Ata de Registro de Preços n. 73/2018, no procedimento licitatório da modalidade Pregão Eletrônico N. 20/2018, bem como na proposta da contratada, no Processo Administrativo nº 09/2018, no Termo de Referência nº 04/2018 da Secretaria de Administração, bem como nos demais documentos acostados no PROCESSO GESPRO Nº. 604581/2019. OBEJTO: Tem por objeto deste contrato é a contratação de pessoa jurídica capacitada para prestação de serviço de locação de veículos tipo, caminhões, maquinários, micro – ônibus, ônibus e van teto alto para atender ás necessidades da Prefeitura Municipal De Várzea Grande/MT. VALOR GLOBAL: Este instrumento tem o valor global estimado de R$ 399.360,00 (Trezentos e noventa e nove mil trezentos e sessenta reais). **UO: SECRETARIA SERVIÇOS PÚBLICOS E MOBILIDADE URBANA DO: 38.03.15.452.0023. P/A: 1.578. ND: 3.3.90. 39.00.00.00 – OST – PJ. FONTE: 0100.** VIGÊNCIA: Terá validade por 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura. FISCAL DE CONTRATO: Fica designado pela Secretaria de Serviços Públicos e Mobilidade Urbana que designa neste ato, servidor Eduardo Henrique Barros Provatti, matrícula 109598 e inscrito no CPF n. 857.002.311-15..

DATA DE ASSINATURA: 03.07.2019

PABLO GUSTAVO MORAES PEREIRA Secretaria de Administração

BRENO GOMES

Secretaria de Serviços Públicos

DIÓGENES MARCONDES

Secretaria de Saúde

FLÁVIA LUIZA COELHO DE LANNES

Secretaria de Assistência Social

SILVIO APARECIDO FIDELIS

Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

LUIZ CELSO MORAIS DE OLIVEIRA

Secretaria De Viação E Obras

PONTES COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA	Contratada

ATO N° 376/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande - MT, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a realização do Concurso Público Municipal para o preenchimento de cargos de provimento efetivo, conforme Edital de Abertura do Concurso Público nº. 001/2017 – EDUCAÇÃO e do Edital de Homologação do resultado final do Concurso Público, ambos publicados no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios – MT,

RESOLVE:

Art. 1° - Tornar sem efeito a nomeação apenas dos candidatos abaixo relacionados nomeados através do Ato n° 348/2019, para o cargo de provimento efetivo para o qual foram aprovados:

CARGO: PROFESSOR

PERFIL: NÍVEL SUPERIOR PARA DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL

NÍVEL: SUPERIOR

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
310	37981	LEONI BERNARDES CORREA	2060 - CRESS/MT	APROVADO
311	26820	IVETE MARIZA CHAULET ALVÃO	12387746 - SSP/MT	APROVADO
314	31224	GUIOMAR GOMES DA SILVA LOPES	14652854 - SSP/MT	APROVADO
315	30809	RENATA AUGUSTA DERKOSKI	17112354 - SSP/MT	APROVADO
316	28109	HEDVIGES MARIA XAVIER DE MORAES	328 646 - SSP/MT	APROVADO
320	36167	ADRIANA PACHECO DA SILVA SANTOS	13313312 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
53	31926	FERNANDO BORGES DE CARVALHO	33767460-7 - SECRETAR/MT	APROVADO
54	9903	CAROLINE AMANDA SANTOS DE OLIVEIRA	2545890-6 - SEJUSP/MT	APROVADO
55	18878	EDMIL SOUZA EVANGELISTA	19929048 - SSP/MT	APROVADO
63	22047	RONALDO ALVES DA SILVA	12251682 - SSP/MT	APROVADO
65	35773	LUCIAN MOIA SOUZA	17845750 - SSP /MT	APROVADO
67	30740	JOAO GASPAR PEREIRA PAIM NETO	21081174 - SSP/MT	APROVADO
69	26676	WELTON HUDSON DA SILVA RODRIGUES	24747130 - SSP/MT	APROVADO
70	38988	JOAO LUIS CORREA BATISTA	1423424 - DGPC/GO	APROVADO
72	488	MARCIO FERNANDO DE JESUS DA SILVA	14969912 - SSPMT/MT	APROVADO
75	36831	CRISTIANE DA SILVA PINHEIRO	17981425 - SSP/MT	APROVADO
77	38662	NILVA SOLANGE GARCIOLI FELIX	10211586 - SESP /MT	APROVADO
78	38786	KEYTE FERREIRA DE LIRA	6353515 - SSP/GO	APROVADO
79	20172	BIANCA WEIHS BORGES	5868780 - SSP/GO	APROVADO
80	25623	ELIAS JUNIOR FILIPE ROCHA DE ARAUJO	1920186-9 - SSP/MT	APROVADO
81	8975	THIAGO BARROS DA SILVA	19394730 - SSP/MT	APROVADO
82	14841	VANESSA FERNANDA RIBEIRO ESTRELA	23146532 - SSP/MT	APROVADO
89	37406	GUILHERME TOMAS DE SANTANA JUNIOR	2319148-1 - SSP/MT	APROVADO
90	3680	ALESSANDRO RESENDE	53909060 - SSP/PR	APROVADO
91	18023	LUCAS VINICIUS JOÃO DA COSTA	21287155 - SSP/MT	APROVADO
94	15421	DAYANE PEREIRA DA SILVA MEDEIROS	31517960 - SSP/MT	APROVADO
96	38123	MARCIA SANTOS ACTIS	1451362994 - SSP BA/BA	APROVADO
98	15277	AMANDA ALVES PEREIRA	25028456 - SSP/MT/MT	APROVADO
99	36962	CLEDEONEI JUVENAL DA SILVA	16726413 - SSP/MT	APROVADO
102	1389	TATIANA GOTERRA ASSUNÇÃO TENÓRIO	13427601 - SSP/MT	APROVADO
105	4239	FLAVIO AUGUSTO DA CUNHA OLIVEIRA	21031231 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO-PCD

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
1	21868	LUZINETE AUGUSTA DA SILVA	11121726 - SSP/MT	APROVADO
2	31901	SANDRO SOARES DA SILVA	19106432 - SEJUSP/MT	APROVADO

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: AMPLA CONCORRÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
53	38074	AMARANTHA TATYS PEREIRA PINTO	1514338-4 - SEJUSP/MT	APROVADO
54	7134	PÂMELLA VOLPATO ZAMBONI	21912645 - SSP/MT	APROVADO
60	18550	CRISTIAN CARLA DE CAMPOS	18417647 - SSP/MT	APROVADO
61	22758	EULLER CLYNTON DE MATOS SILVA	501234238 - SSP/SP	APROVADO
63	6736	ÉDICO TIMÓTIO PRITSCH	4100570 - SSP/SC	APROVADO
71	39585	NÚBIA GRACIELLY SOUZA SANTOS	2088083-9 - SSP/MT	APROVADO
73	36602	MARILIZA SOARES ARRUDA NEGRAES	26903504 - SSP/MT	APROVADO
74	30673	ELISANGELA ALVES SOBRINHO ARBEX	15321754 - SSP/MT	APROVADO
84	5028	RONIVAN MENDES DA SILVA	23811366 - SSP/MT	APROVADO
85	34124	JONISON SILVA CRAVEIRO	23569085 - SSP/MT	APROVADO

CARGO: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

PERFIL: TÉCNICO DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL-PCD

NÍVEL: MÉDIO

TIPO DE VAGA: RESERVADA A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

CLASS	PROTOCOLO	NOME	DOC.IDENT.	SITUAÇÃO
2	1811	ANA CLAUDIA PAULINO GOMES BORGES MOTA	4618177 2VIA - SSP/GO	APROVADO
3	6207	ANE CAROLINE DE ALMEIDA KIESQUI	15475344 - SSP/MT	APROVADO
4	2374	LUCIANA MACHADO MARTINS	13668951 - SSP/MT	APROVADO

Várzea Grande-MT, 24 de junho de 2019.

Publique-se, Registre-se, Cumpra-se.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Silvio Aparecido Fidelis

Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

TERMO DE POSSE

No décimo quarto dia do mês de junho do ano de dois mil e dezenove, na Prefeitura Municipal de Várzea Grande – MT – Secretaria Municipal de Saúde, na presença da Srª Lucimar Sacre de Campos Prefeita Municipal e do Sr. Diógenes Marcondes, Secretário Municipal de Saúde, a Srª **RENATA ASSIS BARINI, RG n° 19138261/SSP/MT**, compareceu para tomar posse e prestar compromisso de bem e fielmente desempenhar as funções no cargo efetivo de **Médico PERFIL Clinico Geral - 20 h**, conforme ATO de nomeação publicada no Jornal Oficial Eletrônico dos Municípios do Estado de Mato Grosso, no qual foram observadas todas as formalidades legais.

A investidura no cargo fica consignada a este Termo de Posse.

E, como assim prometeu, lavrou-se o presente termo que assinam.

RENATA ASSIS BARINI

Compromissado (a)

DIÓGENES MARCONDES

Secretário Municipal de Saúde

LUCIMAR SACRE DE CAMPOS

Prefeita Municipal

COMUNICADO

Várzea Grande-MT, 07 de junho de 2019.

A Comissão Permanente de Concurso de Várzea Grande, no uso de suas atribuições, faz saber a todos:

O (a) candidato (a) **FRANCIELLE APARECIDA BORGES DOS SANTOS PULCHERIO, RG n° 30413699 - SESP/MT** aprovado (a) no Certame Público Municipal Edital n° 002/2017/PMVG, para o Cargo: **Médico – Perfil Clínico Geral,** em 127°. Lugar, foi convocado (a) através do Edital n° 14/2019/PMVG/MT, para apresentação da documentação necessária para investidura no cargo.

Tendo o prazo de 30 (trinta) dias no período compreendido entre 07/05/2019 a 05/06/2019 para entrega de documentos, o (a) candidato (a) **FRANCIELLE APARECIDA BORGES DOS SANTOS PULCHERIO** não compareceu a sede da Secretaria Municipal de Saúde, para protocolo e apresentação de documentos junto a Comissão Permanente de Concurso, exigidos no Edital de Convocação.

Em função do exposto acima, o (a) candidato (a) FRANCIELLE APARECIDA BORGES DOS SANTOS PULCHERIO, teve a sua Nomeação CANCELADA.

Diógenes Marcondes

Secretário Municipal de Saúde

Marcos Rodrigues da Silva

Presidente da Comissão Permanente de Concurso

PORTARIA 127/2019

Dispõe sobre a concessão de férias à servidora **SUMAIA LEITE DE ALMEIDA** e dá outras providências.

O Presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – PREVIVAG, no uso de sua atribuição legal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder 05 (cinco) dias de férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2018/2019, a partir de **15/07/2019,** à servidora **SUMAIA LEITE DE ALMEIDA**, cargo de Diretora Administrativa e Financeira do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Municipais de Várzea Grande – **PREVIVAG**.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Várzea Grande/MT, 15 de Julho de 2019.

Juarez Toledo Pizza

PRESIDENTE

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 03/2019

Processo n.571191/2019. Objeto: Seleção e contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Rua: C, n.0, Bairro: Jardim Novo Mundo, Complemento: Residencial Novo Mundo, CEP: 78.149-150, Várzea Grande- MT em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 7849/2014-FNDE. A Sessão Pública de Abertura dos Envelopes n. 02 contendo as Propostas de Preços das empresas Habilitadas se dará no dia **24 de julho de 2019, às 08h30min(hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. A Comissão de Licitação informa que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 15 de julho de 2019.**Silvio Aparecido Fidelis** - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 02/2019

Processo n.570999/2019. Objeto: Seleção e contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Av. A Nº. 0, Residencial Gilson de Barros, CEP: 78.132-180, Várzea Grande- MT em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 7849/2014-FNDE. A Sessão Pública de Abertura dos Envelopes n. 02 contendo as Propostas de Preços das empresas Habilitadasse dará no dia **23 de julho de 2019, às 08h30min(hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. A Comissão de Licitação informa que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande - MT, 15 de julho de 2019. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 01/2019

Processo n.571164/2019. Objeto**:** Seleção e contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Av. Rua 01, n°. 01, Residencial Milton Figueiredo, CEP: 78.131-108, Várzea Grande - MT em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 4248/2013-FNDE. A Sessão Pública de Abertura dos Envelopes n. 02 contendo as Propostas de Preços das empresas Habilitadas se dará no dia **22 de julho de 2019, às 14h30min(hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. A Comissão de Licitação informa que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br.Várzea Grande - MT, 15 de julho de 2019. **Silvio Aparecido Fidelis -** Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA DE PREÇOS CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 04/2019

Processo n.571169/2019. Objeto: Seleção e contratação de empresas de engenharia para execução do saldo remanescente da obra de construção da CRECHE PROJETO PADRÃO TIPO 1 - PROINFÂNCIA, projetos padronizados do FNDE localizada na Avenida Várzea Grande, n°. 01, Comunidade 13 de Setembro Bairro: Novo Mato Grosso, CEP: 78.134-288, Várzea Grande- MT em regime de empreitada por preço global, conforme projetos FNDE, em atenção ao Termo de Compromisso nº. PAC2: 7849/2014-FNDE. A Sessão Pública de Abertura dos Envelopes n. 02 contendo as Propostas de Preços das empresas Habilitadas se dará no dia **25 de julho de 2019, às 08h30min(hora local)**, na sala de licitação da Prefeitura Municipal de Várzea Grande-MT. A Comissão de Licitação informa que foram decorridos os prazos recursais, e os julgados encontram-se disponibilizado no site: www.varzeagrande.mt.gov.br. Várzea Grande - MT, 15 de julho de 2019.**Silvio Aparecido Fidelis** - Secretário Municipal de Educação, Cultura, Esporte e Lazer.

ATO Nº. 384/2019

Lucimar Sacre de Campos, Prefeita Municipal de Várzea Grande, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e;

R E S O L V E:

EXONERAR a pedido Sergio Freitas da Silva do cargo em Comissão de Superintendente - DNS 3, na Controladoria Geral do Município, a partir de 11 de Julho de 2019.

Registra- se, publica-se, cumpra-se.

Paço Municipal “Couto Magalhães”, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande, 12 de Julho de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

Kleber Ferreira Ribeiro

Controlador Geral do Município

PORTARIA Nº 660/2019

A Prefeita Municipal de Várzea Grande-MT, **LUCIMAR SACRE DE CAMPOS**, no uso de suas atribuições legais e conforme o Processo nº 585860/2019,

RESOLVE:

Art. 1º - Ceder a **Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT**, prorrogar por **01** (um) ano a partir de **03/07/2019 a 03/07/2020** a servidora **RITA AURÉLIA PROENÇA MALAQUIAS**, matrícula n° 39935, exercendo o cargo de Farmacêutica Bioquímica, para exercício de cargo comissionado, nos termos do artigo 105, inciso I da Lei Complementar Municipal nº 1.164/91.

Art. 2º - O ônus da remuneração do servidor será suportado pela entidade cessionária **(Prefeitura Municipal de Nossa Senhora do Livramento - MT)**, nos termos do parágrafo único do artigo 105 do mesmo diploma legal.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data da sua assinatura, com efeitos financeiros a partir de **03/07/2019.**

Paço Municipal “Couto Magalhães”, em Várzea Grande-MT, 03 de julho de 2019.

Lucimar Sacre de Campos

Prefeita Municipal

DEPARTAMENTO DE ÁGUA E ESGOTO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PROCESSO Nº. 016/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 001/2019

TIPO: Menor preço global por lote

OBJETO: Futura e eventual contratação de empresa especializada em prestação de serviço de locação de veículos automotores: caminhão 3/4, utilitários médios, utilitários leves, automóveis de passeio e motocicletas, e assim atender as necessidades do Departamento de Água e Esgoto do município de Várzea Grande/MT.

PARTICIPANTES: A F GUINCHOS E TRANSPORTES LTDA ME; ENGEMAC CONSTRUTORA EIRELI; ITA EMPRESA DE TRANSPORTES LTDA; PARDAL LOCAÇÕES DE VEÍCULOS E SERVIÇOS EIRELI ME; PENTA SERVIÇOS DE MÁQUINAS LTDA; TRANSVEPAR TRANSPOSTES E VEÍCULOS PARANÁ LTDA e PONTES COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI.

LOTE 01 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO (SEM PILOTO) – DO TIPO MOTOCICLETA.

A empresa classificada para o referido lote é a **PONTES COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI,** CNPJ: 33.031.535/0001-89, arrematou o lote com o valor de **R$ 244.998,00 (duzentos e quarenta e quatro mil, novecentos e noventa e oito reais);**

LOTE 02 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO (SEM MOTORISTA) – DO TIPO AUTOMÓVEL DE PASSEIO.

A empresa classificada para o referido lote é a **TRANSVEPAR – TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANÁ LTDA,** CNPJ nº 76.669.670/0001-67, arrematou o lote com o valor de **R$ 163.080,00 (cento e sessenta e três mil e oitenta reais);**

LOTE 03 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO (SEM MOTORISTA) – DO TIPO UTILITÁRIO LEVE (PICK-UP).

A empresa classificada para o referido lote é a **PONTES COMÉRCIO E LOCAÇÕES EIRELI,** CNPJ: 33.031.535/0001-89, arrematou o lote com o valor de **R$ 251.269,92 (duzentos e cinquenta e um mil, duzentos e sessenta e nove reais e noventa e dois centavos);**

LOTE 04 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO - DO TIPO MINIVAN.

A empresa classificada para o referido lote é a **TRANSVEPAR – TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANÁ LTDA,** CNPJ nº 76.669.670/0001-67, arrematou o lote com o valor de **R$ 373.680,00 (trezentos e setenta e três mil, seiscentos e oitenta reais);**

LOTE 05 - SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE VEÍCULO (SEM MOTORISTA) – DO TIPO FURGÃO LEVE.

A empresaclassificada para o referido lote é a **TRANSVEPAR – TRANSPORTES E VEÍCULOS PARANÁ LTDA,** CNPJ nº 76.669.670/0001-67, arrematou o lote com o valor de **R$ 75.060,00 (setenta e cinco mil e sessenta reais).**

Cabe destacar que o **valor estimado** pra esta licitação foi de **R$ 1.737.075,00 (um milhão, setecentos e trinta e sete mil e setenta e cinco reais)** e o **valor fechado** foi **R$ 1.108.087,92 (um milhão, cento e oito mil, oitenta e sete reais e noventa e dois centavos),** restando uma economia de **R$ 628.987,08 (seiscentos e vinte oito mil, novecentos e oitenta sete reais e oito centavos)** para os cofres públicos, conforme tabela abaixo:

O Diretor Presidente no uso de suas atribuições resolve **ADJUDICAR e HOMOLOGAR** o presente processo Licitatório referenciado que se desenvolveu nos estritos termos da legislação vigente, acolhendo a analise e a conclusão da Pregoeira e parecer da Procuradoria do DAE/VG.

De ciências aos interessados.

Várzea Grande, 15 de julho de 2019.

RICARDO AZEVEDO ARAÚJO

DIRETOR PRESIDENTE – DAE/VG

RESOLUÇÃO 23/2019 – CMDCA VÁRZEA GRANDE

Dispõe sobre a Concessão de Renovação deRegistro deFuncionamento no CMDCA/VG.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, dispostos na Lei Federal nº. 8.069 de 13 de julho de 1990 e Lei Municipal nº 4.095/2015 de 03 de setembro de 2015.

Considerando as Deliberações do Pleno deste Colegiado da Criança e Adolescente em sua Plenária Ordinária nº. 283, realizada no dia 27(vinte e sete) de junho de 2019.

Considerandoo Processo 12/2019.

Resolve:

Art.1º – Conceder a Renovação do Registro de Funcionamento com Validade Bienal, a expirar em 26 (vinte e seis) de junho de 2021 à Mantenedora:

Associação Caminhando para Mais Um Sonho

§ Único – A Instituição deverá durante a vigência de o presente Registro manter todo o seu funcionamento, observando os preceitos legais vigente, sob pena de suspensão ou perda do presente.

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registrada publicada

Cumpra-se

Várzea Grande-MT, 27 de junho de 2019.

Katlin Oliveira Calmon
Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/mandato 2018-2019

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 048/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE**, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Permanente de Licitação, instituída pela Portaria n. 005, de 07 de janeiro de 2019, tendo como objeto a prestação de serviços de mídia impressa, com página colorida e divulgação de eventos em geral do município de Vila Vela da Santíssima Trindade - MT, conforme Termo de Referência, opina em efetuar a contratação da empresa: **LEANDRO REGIS DA SILVA, CNPJ: 18.583.667/0001-20**, nos termos do art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores. Vila Bela da Ss. Trindade - MT, 15 de julho de 2019 – ADRIELLI MOREIRA DA SILVA - PRESIDENTE C.P.L.

RECURSOS HUMANOS
TERMO DE POSSE

T E R M O D E P O S S E

No dia 12 de julho do ano de dois mil e dezenove às 10:00 horas, compareceu nesta Secretaria Municipal de Administração, Departamento de Recursos Humanos, a Senhora **THAIS MONTE DA CRUZ,** portadora da cédula de identidade RG – 1730985-9 SSP/MT e inscrita no Cadastro de Pessoa Física sob o n. 018.393.711-29 para tomar posse no cargo de **MÉDICO CLÍNICO GERAL** em virtude de sua aprovação e classificação no Concurso Público Municipal n.º 0001/2018, realizado no dia 29 de setembro de 2018 e do DECRETO nº 070/2019 de 14 de junho de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

MARTA MEIRE DA COSTA LIMA

Secretária de Administração

_____

Empossado

ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 058/2019

O Pregoeiro Municipal de **Vila Bela da Santíssima Trindade - MT**, levando em consideração a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 058/2019**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura contratação de empresa para fornecimento de refeições do tipo self service para atender aos funcionários em deslocamento a trabalho no distrito de Santa Clara do Monte Cristo, resolve **ADJUDICAR** o objeto da licitação, a empresa: **IVANILDES OLIVEIRA COTRIM 04170090896**, com proposta no valor global de **R$ 30. 810,00** (Trinta mil oitocentos e dez reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 15 de julho de 2019.

ALESSANDRO SANTANA DE SOUZA

Pregoeiro

DESPACHO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO PRESENCIAL N. 058/2019.

O Prefeito Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade/MT, depois de analisado o parecer jurídico e, considerando a legalidade do procedimento, julgamento, habilitação e resultado relativo ao **Pregão Presencial N. 058/2019**, tendo por objeto o registro de preços para eventual e/ou futura contratação de empresa para fornecimento de refeições do tipo self service para atender aos funcionários em deslocamento a trabalho no distrito de Santa Clara do Monte Cristo, resolve **HOMOLOGAR** o objeto da licitação, a empresa: **IVANILDES OLIVEIRA COTRIM 04170090896**, com proposta no valor global de **R$ 30.810,00** (Trinta mil oitocentos e dez reais).

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 15 de julho de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA

Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 040/2019 PREGÃO PRESENCIAL N. 058/2019 PROCESSO: 117/2019

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE - MT

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E/OU FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES DO TIPO SELF SERVICE PARA ATENDER AOS FUNCIONÁRIOS EM DESLOCAMENTO A TRABALHO NO DISTRITO DE SANTA CLARA DO MONTE CRISTO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES DISCRIMINADAS NO ANEXO I DO EDITAL.

PRAZO: 12 Meses, a partir de 15 de julho de 2019.

CONTRATADOS:

EMPRESA:	CNPJ	VALOR GLOBAL
IVANILDES OLIVEIRA COTRIM 04170090896	**30.513.492/ 0001-80**	**30.810,00 (Trinta mil oitocentos e dez reais).**

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 15 de julho de 2019.

PORTARIA N.248/2019

"**DESIGNA SERVIDOR PARA ACOMPANHAR E FISCALIZAR A EXECUÇÃO DE CONTRATOS QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**".

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, especialmente em atendimento ao disposto no art. 67, da Lei nº 8.666/93, de 21 de Junho de 1993;

RESOLVE:

Art. 1º - **Designar**o servidor, **ALÉCIO DE SOUZA ARAGÃO,** brasileiro, residente e domiciliado a Rua Lino Bispo de Oliveira s/nº, Centro, município de Vila Bela da Ss. Trindade – MT, portador da Cédula de Identidade n. 001432694 SSP/MS e CPF n. 015.621.651-51, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato da Administração Municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade de **N. 088/2019.**

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA N. 249, DE 15 DE JULHO DE 2019.

"DISPÕE SOBRE EXONERAÇÃO DE SERVIDOR EM CARGO EFETIVO"

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 63, incisos VI, IX, XV e XXIV, da Lei Orgânica do Município, e

Considerando que o servidor abaixo referenciada, protocolou requerimento junto ao Departamento de Recursos Humanos, solicitando sua exoneração a partir da data de 15/07/2019;

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerara pedido, o servidor **JOSIMAR OLIVEIRA JOSINO** de seu cargo efetivo de Professor – Pedagogia – Zona Rural.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SS. TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS DO MÊS DE JULHO DO ANO DE DOIS MIL E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 001/2019

TOMADA DE PREÇOS n. 008/2018, **PROCESSO N. 179/2018, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA JAÓ ENGENHARIA E COMÉRCIO EIRELI, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na Lei Federal N. 8.666/93 e demais legislação pertinente em vigor, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Original, bem como prorrogar o prazo de execução dos serviços de construção de sanitários nas escolas municipal: Ricardo Franco (Bairro Jardim Aeroporto), Duque de Caxias (Comunidade Palmarito) e Itijucal (Gleba Ricardo Franco), com base na Clausula quarta, com **inicio em 16 de julho de 2019 a 15 de agosto de 2019**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 15 de julho de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

JAÓ ENGENHARIA E COMÉRCIO EIRELI

CNPJ: n. 00.948.380/0001-90

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SSP/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Nayra Rinaldi Bento

OAB/MT 23194

Procuradora do Município

PORTARIA N.250/2019.

"NOMEIA OCUPANTE DE CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO QUE ESPECIFICA".

***WAGNER VICENTE DA SILVEIRA*, prefeito municipal de Vila Bela da Santíssima Trindade,**Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, em especial as consignadas no artigo 64, Inciso IV, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear **LUCIMARA TOMICHA FIGUEIREDO,** brasileira, residente e domiciliada no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade – MT, portadora da Cédula de Identidade **RG: n. 2.279.988-5 SSP/MT e CPF n. 040.281.931-41**, para exercer o cargo de provimento em comissão de **Secretário (a) do Distrito de Santa Clara do Monte Cristo, Símbolo C. C. 4**, a contar desta data.

Art. 2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrario.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE, ESTADO DE MATO GROSSO, AOS QUINZE DIAS do mês de JULHO de dois mil E DEZENOVE.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 017/2019

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 012/2019, PROCESSO N. 038/2019, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE-MT E A EMPRESA JOÃO LEMES DE MORAES 16185781115, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

As partes contratantes, já qualificadas no contrato em referência, por comum e recíproco acordo, com fulcro na **Lei Federal nº 8.666/93,** demais legislação pertinente em vigor e previsão de prorrogação do Contrato Original, resolvem celebrar este Termo Aditivo mediante as disposições das cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Por ser conveniente às partes e vantajoso para o Município, resolvem de comum acordo, pelopresente Termo Aditivo Prorrogar o prazo de vigência do Contrato Original, o valor, bem como prorrogar o prazo de execução dos serviços de mão de obra na reforma da Escola Municipal Duque de Caxias, localizada na Gleba Palmarito, Município de Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, com base na Cláusula quarta, com **inicio em 05 de julho de 2019 a 05 de agosto de 2019**, conforme legislação pertinente em vigor, **artigo 57 da lei 8.666/93.**

CLÁUSULA SEGUNDA – O valor Global do presente termo aditivo é de R**$ 5.798,00** (cinco mil setecentos e noventa e oito reais), que será pago pelo **CONTRATANTE à CONTRATADA**, **mediante a apresentação** da respectiva Nota Fiscal na Tesouraria da Prefeitura Municipal, devidamente atestado o recebimento dos serviços pelo Setor Competente

CLAUSULA TERCEIRA – Para adequação do suporte das despesas com o presente termo aditivo, correrão pela seguinte dotação orçamentária:

05 – Secretaria Municipal De Educação

Unidade 03 – Departamento De Ensino Fundamental

1.013 – Reforma/Ampliação/Adequação do Espaço Físico das

Unidades de Ensino

4.4.90.51.00.00 – Obras e instalações.

FICHA: 82

R$ 5.798,00

CLÁUSULA QUARTA - Ficam mantidas, em todos os seus termos e condições, as demais cláusulas do contrato original não alteradas por este Termo Aditivo.

E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam este Termo em duas (02) vias, de igual teor e valia, na presença das testemunhas abaixo nomeadas.

Vila Bela da Santíssima Trindade - MT, 05 de julho de 2019.

WAGNER VICENTE DA SILVEIRA PREFEITO

CONTRATANTE

JOÃO LEMES DE MORAES 16185781115

CNPJ N. 32.706.929/0001-27

Sr. **JOÃO LEMES DE MORAES**

RG.: 312803 SSP/MT

CPF.: 161857811-15

CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1 ._____	2. _____
Nome: NALICE MARQUES NANTES SHIMIZU	Nome: ALESSANDRO S. DE SOUZA.
CPF : 487.364.491-72	CPF : 972.790.991-49
R.G. : 0.719.530-3 SJ/MT	R.G : 14.6053-76 SSP/MT

Nayra Rinaldi Bento

OAB/MT 23194

Procuradora do Município

PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA

PREFEITURA/LICITAÇÃO
PRIMEIRO ADITIVO DE SUPRESSÃO Á ATA DE RP N° 018/2019

PRIMEIRO TERMO ADITIVO DE SUPRESSÃO Á ATA DE REGISTRO DE PREÇO N°018/2019

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 036/2019

PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2019

DO OBJETO: O presente aditivo tem por objeto a supressão do preço inicialmente pactuado na Ata de Registro de Preço anexo ao Processo Licitatório n° 036/2019 na modalidade Pregão Presencial n° 011/2019 de acordo com a planilha abaixo:

ADITIVO DE SUPRESSÃO

LOTE PRODUTO VALOR REGISTRADO % DE SUPRESSÃO VALOR FINAL

05 Pó de pedra 122,00 34,15% 80,33

DAS DEMAIS CLÁUSULAS: Permanecem inalteradas.

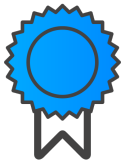
DATA: Vila Rica/MT, 12 de Julho de 2019.

ASSINANTES:

ABMAEL DA SILVEIRA – PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA RICA – CONTRATANTE

BRITAZIL XINGU LTDA (28.942.414/0001-59) - CONTRATADA

Esse documento foi assinado por

	**Signatário**	CN=ASSOCIACAO MATOGROSSENSE DOS MUNICIPIOS:00234260000121, OU=Certificado PJ A1, OU=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Data/Hora	Mon Jul 15 22:31:59 UTC 2019
	Emissor do Certificado	CN=AC SOLUTI Multipla, OU=AC SOLUTI, OU=Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v2, O=ICP-Brasil, C=BR
	Número Serial.	1170115676103352402
	Método	urn:adobe.com:Adobe.PPKLite:adbe.pkcs7.sha1 (Adobe Signature)